

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS - CCHN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

TIAGO DALAPICOLA

**Desenvolvimento dos municípios do Espírito Santo:
uma visão ampliada**

**Vitória
2019**

Tiago Dalapicola

**Desenvolvimento dos municípios do Espírito Santo:
uma visão ampliada**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - Doutorado - da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aurélio Hermínia Castiglioni

Vitória
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

D136d Dalapicola, Tiago, 1985-
Desenvolvimento dos municípios do Espírito Santo: uma visão ampliada / Tiago Dalapicola. - 2019.
389 f. : il.

Orientadora: Aurélia Hermínia Castiglioni.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Desenvolvimento. 2. Análise espacial. 3. Mensuração de dados. 4. Variáveis e indicadores. 5. IDH. I. Castiglioni, Aurélia Hermínia. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

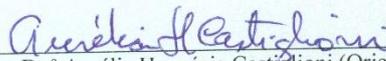
CDU: 91

“DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO: UMA VISÃO AMPLIADA”

TIAGO DALAPICOLA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

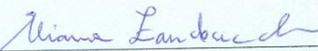
Aprovada em 29 de novembro de 2019.



Dr.^a Aurélio Herminia Castiglioni (Orientadora)



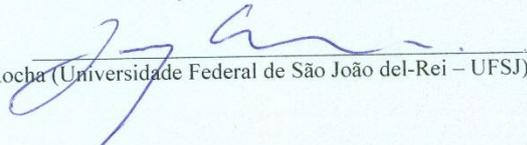
Dr.^a Gisele Girardi



Dr.^a Eliana Zandonade (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFES)



Dr. Pablo Silva Lira (Universidade de Vila Velha - UVV)



Dr. Luiz Eduardo de Vasconcelos Rocha (Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ)

À Maria e João
À Vitória Gon e Vitor Dalapicola
À Ilda Zene e Manuel Siqueira

À memória da professora Marisa Teresinha Rosa Valladares

Aos primos Tácia e João Manuel de Siqueira, que partiram nesse outono, bem como
a todas as outras vítimas fatais (ou não) de acidentes de trânsito

A todas as mulheres que vivem sob o jugo do patriarcado e principalmente àquelas
que lutam contra ele

A todas as vítimas da violência letal e àqueles que sofrem suas ausências.

Agradecimentos

À professora Aurélia H. Castiglioni, que há 12 anos tem orientado meus trabalhos com maestria.

Aos colegas da turma de Doutorado em Geografia do PPGG/UFES de 2016, pelo suporte emocional e conversas jogadas fora.

À Ingrid Tonon, Rodrigo Bergamaschi, Idelvon Poubel e Giovani Salles (anjos existem!)

Ao senador Fabiano Contarato, pela disponibilidade em conceder a entrevista.

À Dra. Angela Ortigara, por existir e pela trajetória de vida me inspirar.

Ao Projeto de Extensão Tradulab, do IFES - Campus Guarapari, que revisou a tradução do resumo em língua inglesa (Caroline Gambine Ferreira e revisão final da Prof. Cristina Helena Carneiro).

A Deus.

DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO: UMA VISÃO AMPLIADA

RESUMO

A tese discute a necessidade da criação de um novo índice de mensuração do 'desenvolvimento', mais antenado ao mundo atual, passando neste caminho por uma problematização das múltiplas acepções do termo. Discorre sobre as limitações do Índice de Desenvolvimento Humano, adotado no início dos anos 1990, para os tempos atuais, para então sugerir sua revisão com a agregação de três novas dimensões – uma que denota a sensação de 'Segurança' (composta pelas variáveis homicídios e óbitos por acidentes de trânsito), outra a 'Situação da Mulher' (na qual se analisam a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a diferença de rendimentos em relação aos homens e a diferença de contribuição para institutos de previdência oficial) e por fim uma que demonstra a 'Estrutura Demográfica' (composta por taxa de fecundidade total, razão de dependência total e taxa de mortalidade infantil). A hipótese da qual se parte, analisando o caso dos 78 municípios capixabas, é que o ranqueamento proposto pelo IDHM negligencia outras facetas da condição do desenvolvimento, o qual o IDHM já não é mais capaz de traduzir de forma plena. Após a descrição das variáveis componentes das dimensões foi testada a criação de um índice de desenvolvimento ampliado. Os resultados obtidos demonstraram que a agregação das três dimensões propostas muda a forma como visualizamos o desenvolvimento dos municípios capixabas. Um novo e diferente ranking foi produzido, visto que as modificações aportadas nas posições dos municípios refletiram o maior poder das variáveis e dimensões escolhidas para demonstrar as diferenças espaciais em termos de desenvolvimento. A dimensão 'Estrutura Demográfica' foi a que mais contribuiu para uma melhora das posições dos municípios no novo índice criado, seguida pela dimensão 'Segurança'. Já a dimensão 'Situação da Mulher' trouxe decréscimo na pontuação obtida pela maioria dos municípios. A tese foi finalizada com apontamentos para possíveis políticas públicas, bem como se discute a necessidade de equilibrar o desenvolvimento espacial e o desenvolvimento focado no indivíduo.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Análise espacial; mensuração de dados; variáveis e indicadores; IDH.

DEVELOPMENT OF THE MUNICIPALITIES OF ESPÍRITO SANTO: A LARGER VIEW

ABSTRACT

The thesis debates the necessity to create a new 'development' measurement index, more in tune with the current world, passing in this way a problematization of the multiple meanings of the term. It discusses the Human Development Index, adopted in the early 1990s, and its use for current times, then it suggests a revision with the aggregation of three new dimensions - one that denotes the sense of 'Security' (composed by homicide and death by traffic accidents variables); another one about the 'Women Situation' (in which the insertion of women in the labor market is analyzed, as well as employment, the difference in earnings relative to men and the difference in contribution to official welfare institutes) and finally one that demonstrates the 'Demographic Structure' (composed by total fertility rate, total dependency ratio and child mortality rate). The hypothesis from which we analyze the case of 78 municipalities in the state of Espírito Santo is that the ranking proposed by the HDI neglects other facets of the development condition, which the HDI is no longer able to fully translate. After the description of the variables composing these dimensions, the creation of an expanded development index was tested. The results obtained showed that the integration of the three proposed dimensions changes the way we view the development of municipalities in the state of Espírito Santo. A new and different ranking was produced, as the changes in the positions of the municipalities reflected the greater power of the variables and dimensions chosen to demonstrate spatial differences in terms of development. The 'Demographic Structure' dimension contributed the most to improving the positions of municipalities in the new index created, followed by the 'Security' dimension. The dimension 'Women's Situation' brought down the score obtained by most municipalities. The thesis was concluded with notes for possible public policies, as well as the need to balance the spatial development and the development focused on the individual.

Keywords: Development; Spatial analysis; Data measurement; Variables and indicators; HDI.

SVILUPPO DEI COMUNI DELLO STATO DI ESPÍRITO SANTO: UNA VISIONE PIÙ AMPIA

RIASSUNTO

La tesi discute la necessità di creare un nuovo indice di misurazione dello "sviluppo", più in sintonia con il mondo attuale, facendo una problematizzazione dei molteplici significati del termine. Discute le limitazioni dell'indice di sviluppo umano (ISU), adottato nei primi anni '90, per i giorni nostri, per poi suggerire la sua revisione con l'aggregazione di tre nuove dimensioni - una che denota la sensazione di 'Sicurezza' (composta dalle variabili omicidi e morti in incidenti stradali), un'altra è la 'Situazione delle donne' (in cui vanno analizzati l'inserimento delle donne nel mercato del lavoro, la differenza di reddito rispetto agli uomini e la differenza di contributo agli istituti di sicurezza sociale) e infine quella che dimostra la 'Struttura Demografica' (composta da tasso di fertilità totale, rapporto di dipendenza totale e tasso di mortalità infantile). L'ipotesi da cui analizziamo il caso dei 78 comuni nello stato di Espírito Santo è che la classifica proposta dall'ISU trascura altre sfaccettature della condizione dello sviluppo, che l'ISU non è più in grado di tradurre completamente. Dopo aver descritto le variabili componenti delle dimensioni, è stata testata la creazione di un indice di sviluppo espanso. I risultati hanno mostrato che l'aggregazione delle tre dimensioni proposte cambia il modo in cui vediamo lo sviluppo dei comuni dell'Espírito Santo. È stata prodotta una nuova e diversa classifica, poiché i cambiamenti nelle posizioni dei comuni riflettevano la maggiore potenza delle variabili e delle dimensioni scelte per dimostrare le differenze spaziali in termini di sviluppo. La dimensione 'Struttura Demografica' è stata quella a contribuire di più al miglioramento delle posizioni dei comuni nel nuovo indice creato, seguita dalla dimensione 'Sicurezza'. La dimensione 'Situazione femminile' ha ridotto il punteggio ottenuto dalla maggior parte dei comuni. La tesi è stata conclusa con note per possibili politiche pubbliche, nonché la necessità di bilanciare lo sviluppo spaziale e lo sviluppo incentrato sull'individuo.

Parole chiave: Sviluppo; Analisi spaziale; Misurazione dei dati; Variabili e indicatori; ISU.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Nível de agregação de dados.....	43
Figura 2: Cálculo do IDH.....	73
Figura 3: Matéria sobre eleições na Arábia Saudita.....	82
Figura 4: Matéria sobre trabalho precário no Brasil.....	83
Figura 5: Matéria da Revista Business Insider sobre leis restritivas para o aborto no mundo.....	84
Figura 6: Matéria sobre proposta de punição para o aborto nos Estados Unidos.....	85
Figura 7: Presidente propõe restaurar a pena de morte nas Filipinas.....	86
Figura 8: Bilionário príncipe saudita diz que é hora de as mulheres dirigirem.....	87

Fluxogramas

Fluxograma 1: Etapas de desenvolvimento da tese.....	32
Fluxograma 2: Causas que interagem para determinar a mortalidade infantil.....	235

Gráficos

Gráfico 1: Divisão da população capixaba segundo grandes grupos etários (1991, 2000 e 2010)	36
Gráficos 2 e 3: Pirâmides etárias do Espírito Santo (1991 e 2000)	37
Gráfico 4: Pirâmide etária da população capixaba – 2010	38
Gráfico 5: Gráfico 5: Evolução do IDHM no Espírito Santo e Brasil (1991-2010)	91
Gráfico 6: Distribuição dos municípios capixabas segundo a faixa de desenvolvimento do IDHM (2010)	94
Gráfico 7: Evolução do IDHM-L no Espírito Santo e Brasil (1991-2010)	95
Gráfico 8: Distribuição dos municípios capixabas segundo a faixa de desenvolvimento IDHM - Longevidade (2010)	98
Gráfico 9: Evolução do IDHM-Educação no Espírito Santo e Brasil (1991-2010)	100
Gráfico 10: Distribuição dos municípios capixabas segundo a faixa de desenvolvimento IDHM -Educação (2010)	103
Gráfico 11: Evolução do IDHM-Renda no Espírito Santo e Brasil (1991-2010)	105

Gráfico 12: Distribuição dos municípios capixabas segundo a faixa de desenvolvimento IDHM-Renda (2010)	108
Gráfico 13: Evolução das taxas de homicídios por 100 mil habitantes do Brasil e no Espírito Santo (2008-2016)	124
Gráfico 14: Evolução das taxas de óbitos por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes para o Brasil e o Espírito Santo (2008-2016)	141
Gráfico 15: Evolução do número de mortes por homicídios e por acidentes de trânsito no Espírito Santo (2010-2016)	153
Gráfico 16: Evolução da bancada feminina na Câmara dos Deputados (2019)	163
Gráfico 17: Taxas de Fecundidade Totais: Brasil e Espírito Santo (1970-2010)	218
Gráfico 18: Evolução das Taxas de Mortalidade infantil no Brasil e no Espírito Santo (por ‰) (1991-2017)	236
Gráfico 19: Correlação entre IDA e IDHM dos municípios capixabas (2010)	262
Gráfico 20: Correlação entre IDHM e Segurança - Municípios do Espírito Santo (2010)	263
Gráfico 21- Correlação entre IDHM e Situação das Mulheres - Municípios do Espírito Santo (2010)	264
Gráfico 22 - Correlação entre IDHM e Estrutura Demográfica - Municípios do Espírito Santo (2010)	264
Gráfico 23 (A e B): Distribuição dos municípios do Espírito Santo por faixa de desenvolvimento do IDHM e do IDA (2010)	267
Gráfico 24: Dimensões do IDHM e IDA – municípios que avançaram	269
Gráfico 25: Dimensões do IDHM e IDA – municípios que recuaram.....	270
 Mapas	
Mapa 1: Localização do Espírito Santo.....	39
Mapa 2: Faixas de Desenvolvimento Humano segundo as UF do Brasil (2010)	90
Mapas 3, 4 e 5: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Municípios do Espírito Santo (1991, 2000 e 2010)	93
Mapas 6, 7 e 8: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade dos Municípios do Espírito Santo (1991, 2000 e 2010)	97

Mapas 9, 10 e 11: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – Educação dos Municípios do Espírito Santo (1991, 2000 e 2010)	102
Mapas 12, 13 e 14: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – Renda Municípios do Espírito Santo (1991, 2000 e 2010)	107
Mapa 15: Indicador de Mortalidade por Homicídios por 100 mil habitantes – Municípios do Espírito Santo (2010)	133
Mapa 16: Indicador de Mortalidade por Acidentes de Trânsito por 100 mil habitantes – Municípios do Espírito Santo (2010)	147
Mapa 17: Índice da Dimensão Segurança – Municípios do Espírito Santo (2010)	152
Mapa 18: Indicador da variável Acesso ao Mercado de Trabalho, segundo o sexo – Municípios do Espírito Santo (2010)	174
Mapa 19: Indicador da variável Diferença de Rendimento por sexo – Municípios do ES (2010)	184
Mapa 20: Indicador da razão da contribuição previdenciária por sexo – Municípios do ES (2010)	196
Mapa 21: Índice da Dimensão Situação da Mulher – Municípios do Espírito Santo (2010)	200
Mapa 22: Indicador da RDT – Municípios do Espírito Santo (2010)	214
Mapa 23: Indicador da TFT – Municípios do Espírito Santo (2010)	223
Mapa 24: Indicador da TMI – Municípios do Espírito Santo (2010)	240
Mapa 25: Índice da Dimensão Estrutura Demográfica – Municípios do Espírito Santo (2010)	246
Mapas 26 e 27: Comparação da distribuição dos municípios capixabas segundo o IDHM e o Índice de Desenvolvimento Ampliado (2010)	268
Quadros	
Quadro 1: Organização do Índice de Desenvolvimento Ampliado	31
Quadro 2: Dimensões do Índice de Progresso Social	48
Quadro 3: Instituições internacionais (financeiras ou não)	53
Quadro 4: Como é calculado o IDHM	71
Quadro 5: Faixas de Desenvolvimento segundo o IDH	72
Quadro 6: Tipos de liberdades	88
Quadro 7: Fatores que contribuem para os acidentes de trânsito	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Valores para padronização de indicadores	72
Tabela 2: Número de municípios capixabas por faixa de desenvolvimento do IDHM (1991, 2000 e 2010)	94
Tabela 3: Número de municípios capixabas por faixa de desenvolvimento do IDHM-Longevidade (1991, 2000 e 2010)	99
Tabela 4: Número de municípios capixabas por faixa de desenvolvimento do IDHM-Educação (1991, 2000 e 2010)	103
Tabela 5: Número de municípios capixabas por faixa de desenvolvimento do IDHM-Renda (1991, 2000 e 2010)	108
Tabela 6: IDHM e suas dimensões em unidades selecionadas (2010)	111
Tabela 7: Padronização de valores para cálculo dos indicadores	118
Tabela 8: Dimensão Segurança: taxa de homicídios por 100 mil habitantes por residência das vítimas e indicador de mortalidade por homicídios - Municípios do Espírito Santo (2010)	130
Tabela 9: Dimensão Segurança: Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito (por 100 mil habitantes) segundo a residência das vítimas e Indicador de mortalidade por Acidentes de Trânsito – Municípios do Espírito Santo (2010)	143
Tabela 10: Dimensão de Segurança: indicadores das variáveis componentes e Índice da dimensão - municípios do Espírito Santo (2010)	149
Tabela 11: Composição das Câmaras municipais (2017-2020) e presença das mulheres na chefia do Poder Executivo em municípios selecionados do Espírito Santo	164
Tabela 12: Dimensão Situação da Mulher: Razão entre as proporções das pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de cada sexo e indicador da variável – Municípios do Espírito Santo (2010)	171
Tabela 13: Dimensão Situação da Mulher: Razão entre os rendimentos médios por sexo e indicador da variável – Municípios do Espírito Santo (2010)	181
Tabela 14: Dimensão Situação da Mulher: Razão entre o número de mulheres e homens contribuintes para institutos de previdência e Indicador da variável – Municípios do Espírito Santo (2010)	193
Tabela 15: Dimensão da Situação da Mulher: indicadores das variáveis componentes e Índice da dimensão - municípios do Espírito Santo (2010)	198
Tabela 16: Evolução dos indicadores da estrutura etária do Brasil e do Espírito Santo (1970, 2000 e 2010)	209

Tabela 17: Dimensão Estrutura Demográfica: grandes grupos de idade, Razão de Dependência Jovem, Idosa e Total e Indicador da RDT– Municípios do Espírito Santo (2010)	212
Tabela 18: Dimensão Estrutura Demográfica: Taxa de Fecundidade Total e Indicador da TFT - Municípios do Espírito Santo (2010)	221
Tabela 19: Evolução das Taxas de Mortalidade infantil (por ‰) por grandes regiões do país (1970-2010)	236
Tabela 20: Dimensão Estrutura Demográfica: Taxa de Mortalidade Infantil e Indicador da TMI – Municípios do Espírito Santo (2010)	238
Tabela 21: Dimensão Estrutura Demográfica: indicadores das variáveis componentes e Índice da dimensão - Municípios do Espírito Santo (2010)	244
Tabela 22: Medidas de tendência central e coeficiente de variação das variáveis estudadas	260
Tabela 23: Índice de Desenvolvimento Ampliado – IDA e Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM; Municípios do Espírito Santo (2010)	261
Tabela 24: Discrepância entre índices das dimensões para municípios selecionados (2010)	267
Tabela 25: Faixas de desenvolvimento do IDHM e do IDA –municípios do Espírito Santo (2010)	270
Tabela 26: Dimensões do IDHM e IDA – municípios que avançaram	270
Tabela 27: Dimensões do IDHM e IDA – municípios que recuaram	271
Tabela 28: Homicídios por residência, população, taxa por 100 mil habitantes e IDHM - Municípios do Espírito Santo (2010) ANEXO A	297
Tabela 29: Número de óbitos por acidentes de trânsito, população, taxa por 100 mil habitantes por residência e IDHM – Municípios do Espírito Santo (2010) ANEXO B	299
Tabela 30: Porcentagem das pessoas ocupadas por sexo na população de 10 anos ou mais de cada sexo, razão entre as proporções por sexo e indicador da variável – Municípios do Espírito Santo (2010) ANEXO C	301
Tabela 31: Rendimentos médios por sexo, razão entre os rendimentos por sexo e indicador da variável - Municípios do Espírito Santo (2010) ANEXO D	303
Tabela 32: Distribuição dos contribuintes para Institutos de Previdência Oficiais por sexo, razão da distribuição por sexo e indicador da variável – Municípios do ES (2010) ANEXO E	305
Tabela 33: Desagregação do IDHM por dimensões – municípios do Espírito Santo (2010) ANEXO F	307

LISTA DE SIGLAS

BANDES - Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC – Benefício de prestação continuada
CBO - Código Brasileiro de Ocupações
CEE - Comunidade Econômica Europeia
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
CID – Cadastro Internacional de Doenças
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAE - Cadastro Nacional de Atividades Culturais
COMECON - Conselho para Assistência Econômica Mútua
CTB - Código de Trânsito Brasileiro
CV – Coeficiente de Variação
DIEESE- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos
EC – Equipamento Cultural
EPI - Environmental Performance Index
ES – Espírito Santo
EUA – Estados Unidos da América
FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI - Fundo Monetário Internacional
GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IBEU - Índice de bem-estar urbano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDA – Índice de Desenvolvimento Ampliado
IDA-SE – Índice de Desenvolvimento Ampliado - Segurança
IDA-SM – Índice de Desenvolvimento Ampliado - Situação da Mulher
IDA-ED – Índice de Desenvolvimento Ampliado – Estrutura Demográfica
IED - Indicador de Estrutura Demográfica
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDG - Índice de Desigualdade de Gênero
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDL - Índice de Desenvolvimento da Longevidade
IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IQA - Indicador de Qualidade Ambiental
ISM – Índice de Situação da Mulher
IV – Indicador de violência
MEC – Ministério da Educação
MINC – Ministério da Cultura
OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PIA – População em idade ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PISA - Programme for International Student Assessment
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNC - Plano Nacional de Cultura
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGG - Programa de pós-graduação em Geografia
PPP - Poder de Paridade de Compra
RDI – Razão de Dependência Idosa
RDJ – Razão de Dependência Jovem
RDT - Razão de Dependência Total
RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória
RNB - Renda Nacional Bruta
SECULT – Secretaria da Cultura do Estado do Espírito Santo
SIM/DATASUS – Sistema de informações sobre Mortalidade
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

TFT - Taxa de Fecundidade Total

TMI - Taxa de Mortalidade Infantil

UF – Unidade da Federação

UNDP – United Nation Development Program

UNESCO – United Nation Education, Science and Culture Organization

UNICEF – United Nations Children's Fund

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WHO – World Health Organization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
1.1 PROBLEMÁTICAS.....	23
1.2 HIPÓTESE.....	26
1.3 OBJETIVOS	26
1.4 JUSTIFICATIVA	27
1.5 METODOLOGIA	28
1.6 LOCALIZAÇÃO E NOTAS SOBRE A ÁREA DE ESTUDOS	33
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	40
2. REVISÃO TEÓRICA	42
2.1 ÍNDICES E INDICADORES.....	42
3. O IDH – DA ORIGEM À NECESSIDADE DE MUDANÇA	69
4. O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO AMPLIADO E SUAS DIMENSÕES	117
4.1 DIMENSÃO DA SEGURANÇA.....	120
4.1.1 Homicídios.....	120
4.1.2 Acidentes de trânsito.....	137
4.1.3 Análise da dimensão Segurança	149
4.2 DIMENSÃO DA SITUAÇÃO DAS MULHERES.....	154
4.2.1 Participação no mercado de trabalho.....	165
4.2.2 Diferença de rendimentos entre homens e mulheres.....	175
4.2.3 Contribuição para a previdência por sexo.....	187
4.2.4 Análise da dimensão Situação da Mulher.....	198
4.3 DIMENSÃO ESTRUTURA DEMOGRÁFICA.....	202
4.3.1 Razão de Dependência total	206
4.3.2 Fecundidade total	216
4.3.3 Mortalidade infantil.....	231
4.3.4 Análise da dimensão Estrutura Demográfica.....	243
4.3.5 Dimensões e variáveis testadas e refutadas.....	249
4.3.5.1 Cultura	250
4.3.5.2 Qualidade ambiental	254

4.3.5.3 Crimes contra o Patrimônio	256
5. ANÁLISE SOBRE O COMPORTAMENTO DO IDHM RELACIONADO AO IDA.....	259
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	274
7. REFERÊNCIAS.....	286
8. APÊNDICE (Fichas do perfil municipal)	304
9. ANEXOS	383

Não há desenvolvimento se não há paz. Mas também não haverá paz se não houver desenvolvimento (adaptado).

1.0 INTRODUÇÃO

As mais seguras referências dão conta que enquanto substantivo, o processo de formação da palavra "desenvolvimento" é uma derivação verbal do vocábulo "*desveloper*", oriundo do francês antigo e de raiz incerta, possivelmente céltica ou com mais probabilidade e em última instância, germânica. Os modernos usos figurativos aparecem a partir do século XVIII, com conotações variadas sendo assumidas em diversas línguas e campos da ciência (ONLINE ETYMOLOGY DICTIONARY, 2016)¹.

Na Língua Portuguesa a palavra, a exemplo de sua expressão em outros idiomas, também é rica de acepções. O Dicionário Priberam² elenca 8 definições, algumas advindas de sua forma verbal transitiva, outras da forma pronominal:

de·sen·vol·vi·men·to:

- Ato ou efeito de desenvolver; aumento, progresso; ampliação; explanação; minuciosidade; incremento; propagação; desenho (de planta, perfil etc.).

No século XX assistimos a uma virada no uso do termo. Este, que já era vago e incerto, passa a comportar um maior número de vocábulos associados, prefixos e qualificativos e vê seu uso empregado também para descrever avanços nas condições socioeconômicas da população e dos espaços. Desse contexto resulta uma das mais frequentes antíteses que temos lido, pensado, pesquisado, escrito e refletido nas últimas décadas, em âmbito acadêmico, mas não só: desenvolvimento e subdesenvolvimento, muitas vezes trocados por outros binômios, como riqueza e pobreza etc., e que se transforma numa pauta não apenas da Academia. Passa a ser também dos governos, da mídia, de organizações do terceiro setor, e enfim, da população em geral.

Por isso, historicamente a condição de desenvolvimento ou subdesenvolvimento e níveis intermediários associados tem sido tratada especialmente como uma questão de riqueza e pobreza, ou seja, o foco que tem prevalecido na abordagem tradicional

¹Disponível em <http://www.etymonline.com/>

² "Desenvolvimento", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/DLPO/desenvolvimento> [consultado em 13-12-2016].

em diversas ciências está associado ao maior ou menor estado de privação financeira e, por conseguinte, material. Isso subtrai uma série de outras variáveis que poderiam ser levadas em consideração para mensurar como as pessoas vivem, ou, numa perspectiva mais avançada, o bem viver (ACOSTA, 2016).

As perspectivas sobre o que significa viver bem, que poderiam no tempo atual ser confundidas com a condição de viver em uma dada escala espacial desenvolvida, variam no tempo e no espaço. Do ponto de vista temporal, desde épocas remotas tais perspectivas já se consolidavam como objeto de preocupação. Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C), por exemplo, acreditava que o bem viver era uma dádiva da felicidade, que por sua vez era fortemente determinada a partir da possibilidade de fazer escolhas (LEONHARDT & SILVA, 2007).

Assim, entre tensões e conflitos, conquistas e cessões, expansões e recuos, tempos belicosos e pacíficos, rupturas e continuidades, a humanidade chega ao século XX (HOBSBAWN, 1994). Principalmente a partir do encerramento da II Guerra Mundial e em consonância com o período que a partir daí se estabelece, cita-se a Guerra Fria, o movimento dos países não-alinhados, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a questão do "desenvolvimento" (re)emerge.

Nesse contexto, a ONU adota em 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como instrumento de mensuração das condições de desenvolvimento humano e da qualidade de vida. O índice, tal como fora concebido, propunha-se a ser uma medida sintética do desenvolvimento e ganhou aceitação global significativa desde a sua criação. O PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - define o desenvolvimento humano como o processo de ampliação das escolhas ao alcance das pessoas, bem como a possibilidade de elevação do nível de bem-estar passível de ser alcançado (PNUD, 1990).

Dentre os itens avaliados estão a capacidade de viver uma vida longa e saudável; a capacidade de ler, escrever e adquirir conhecimento; e a capacidade de desfrutar de um padrão de vida decente e ter uma vida socialmente significativa. Estes itens se refletem em três igualmente ponderadas dimensões do bem-estar, ou seja, a longevidade, a educação e a renda per capita, que sintetizam assim os componentes

para medidas compostas.

Ainda que a aceitação global do IDH como instrumento de mensuração do desenvolvimento humano a partir do início da década de 90 do século XX tenha sido um avanço comparado com tempos anteriores em que o PIB per capita era o principal meio de mensuração das condições de vida e desenvolvimento dos países, sua utilização, nos tempos de hoje, parece já carregar o peso de não cumprir efetivamente a função para a qual fora designada.

Alguns fatores concorrem para isso. Um deles é a emergência da questão ambiental em nível mundial. Esta, embora já fosse bastante discutida nos países mais desenvolvidos, especialmente a partir dos anos 70, quando se acertou a realização da I Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente em Estocolmo, Suécia, (DIAS, 1991) encontrou ecos por todos os continentes apenas a partir da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também chamada de Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO-92). A magnitude desse último evento foi de alcance mundial devido ao maior impacto midiático, à confirmação das premissas que levaram à realização da Conferência de Estocolmo e principalmente diante dos pressupostos estabelecidos no Relatório Brundtland, documento pioneiro sobre o desenvolvimento sustentável³ (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1987).

Outro fator que concorre para a fragilidade do IDH nos tempos atuais, passados mais de 20 anos do início de seu uso (embora nesse entretanto não tenha permanecido isento de mudanças metodológicas feitas como uma tentativa de melhor qualificar sua capacidade analítica) foi a queda e abertura do bloco dos antigos países socialistas, associadas a esse contexto as dificuldades de cálculo e mensuração e a disponibilidade e confiabilidade dos dados (comum também a outros países) (HOBSEBORN, 1994).

É oportuno salientar que em tempos pré-IDH, outros meios eram usados - além do Produto Interno Bruto per capita - para denotar a condição de desenvolvimento dos

³ Definido como aquele ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo.

países. Alguns desses parâmetros são impensáveis para os tempos atuais, como, por exemplo, o número de carros por habitante (quanto mais paritária fosse a taxa, maior grau de desenvolvimento). Hoje, uma população sempre mais urbanizada e que divide menos espaço nas cidades se vê obrigada a priorizar o transporte público ou meios alternativos como as bicicletas para evitar o estrangulamento das artérias urbanas e ter as possibilidades mínimas de locomoção. Outro exemplo era o uso das toneladas de carvão mineral por habitante para evidenciar o consumo energético. A lógica era, 'mais carvão por pessoa, maior nível de desenvolvimento'. Após a guinada em direção a uma maior sensibilidade ambiental, tal indicador entrou em desuso e passou a sofrer críticas, visto que se trata de um combustível fóssil, não-renovável. Daí ter sido substituído pelo consumo per capita de energia (de forma geral, englobando todas as fontes), mas com forte recomendação ao uso daquelas renováveis.

Esses indicadores descritos podem ser encontrados em livros de Geografia, mesmo didáticos, materiais e textos jornalísticos que remontam aos anos 60 e 70. Cabe lembrar que, paralelamente, tal época coincide com o fim do período da Geografia tradicional e início do período de desenvolvimento da ciência geográfica que se convencionou chamar como teórico-quantitativa. A relação entre população e recursos, mediada pela capacidade técnica (MORAES, 1990) resume a condição do espaço visto sob o ângulo da Geografia tradicional, enquanto a passagem para um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo chamado de planície isotrópica passou a ser a construção teórica que define o novo período (CORREA, 2006).

Volvendo-nos ao nível local de análise, cabe-nos questionar – qual a validade do IDH? Qual o papel do IDH para efeitos comparativos? Quais as limitações e negligências do IDH? Como os resultados mostrados pelo IDH podem ser complementados ou melhorados por indicadores alternativos que não compõem o índice? E o mais importante, o quanto o IDH é verdadeiro ao retratar as condições de vida de um local, e quais são as repercussões espaciais de seu uso?

1.1 Problemática

No plano internacional, quando ocorreu a divulgação do relatório anual de desenvolvimento das Nações Unidas de 2011, é sabido que o governo brasileiro

protestou contra a posição que ocupava, gerando manchetes e especulações na imprensa⁴⁵. Pensava-se que frente aos avanços sociais dos últimos anos, o país deveria ter galgado mais posições do que aquela que efetivamente ganhara, uma, saltando da 85ª para a 84ª colocação no ranking mundial de desenvolvimento humano.

Essa situação revela como, por um lado, o IDH, ao ser o índice exclusivo de mensuração do desenvolvimento de maior abrangência do planeta, ao ter sua divulgação realizada pode gerar mal-estar e desconforto por parte de alguns. Por outro, quando usado para comparar países tão diferentes entre si, efetivamente pode estar contribuindo para a criação tanto de programas de ajuda como para reforçar estereótipos e estigmas, com consequências positivas ou negativas.

O argumento para seu uso é a sua capacidade de síntese, logo, de comparabilidade entre as diferentes nações. Cabe o questionamento - o que é diferente pode ser comparável? É ideal que um mesmo ranking classifique os países escandinavos e os países do Oriente Médio, ou ainda as nações insulares do Pacífico, como todas as suas especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais?

Em nível nacional ou nos entes políticos subnacionais, o uso do IDH não passa despercebido e livre de controvérsias. Ao ser anunciado na forma como o conhecemos no Brasil, o IDH-M (o acréscimo da letra 'M' à sigla significa municipal), repercussões sociais e territoriais substanciais começam a ocorrer. Como exemplos de tais repercussões, temos visto o incremento do fluxo migratório para municípios considerados de IDHM alto e elevado, bem como a emigração a partir de municípios considerados de IDHM baixo, de onde as pessoas partem para outros municípios considerados mais atrativos do ponto de vista econômico, muitas vezes não ponderando outras dimensões importantes para sua vida. Tal realidade escamoteia o fato de que existem diferenças no índice que varia de 0 a 1, e o uso de apenas três componentes para mensurá-lo pressupõe igualmente a existência de algo de arbitrário, como já acenado antes.

⁴ www.em.com.br/app/noticia/nacional/2011/11/11/interna_nacional,261535/ipea-reclama-do-pnud-e-vaifazer-o-proprio-relatorio-de-idh-no-proximo-ano.shtml

⁵ <http://oglobo.globo.com/economia/lula-liga-para-gilberto-carvalho-reclama-dos-criterios-para-medir-idh-dobrasil-3215429>

Esses fluxos migratórios envolvendo unidades político-administrativas de diferentes IDHM, além dos efeitos objetivos que comporta – alteração no perfil demográfico, maior pressão por prestação de serviços públicos, esgotamento de mão de obra, etc, podem provocar, igualmente, efeitos de ordem subjetiva, ao forjar sentimento de pertença, criar sentimento de negação do lugar de origem, reforçando preconceitos e estigmas⁶ que podem vir a se tornar graves a partir da não-aceitação do outro, do estrangeiro, do migrante, do diferente por parte da população nativa⁷.

Os ventos conservadores que sopram de algumas nações europeias no sentido de criar barreiras (físicas ou não) à entrada de imigrantes requerentes de asilo, a proposta de política imigratória vencedora das últimas eleições norte-americanas, entre vários outros processos similares que poderíamos citar de diferentes locais ao redor do mundo constituem exemplos de como visões do desenvolvimento baseadas em apenas algumas poucas variáveis podem ter efeitos desumanos sobre as pessoas.

No dia 26 de novembro de 2014 matéria publicada no jornal A Gazeta celebrava o fato de que Vitória, a capital estadual, tinha, segundo dados do PNUD, sete bairros entre os 20 melhores de todo o país para se viver, bem como o conjunto de municípios da região metropolitana ganhara duas posições frente as 16 demais, passando da 7^a para a 5^a posição entre as RM's⁸ consideradas no que tange à qualidade de vida (anexos F, G e H). Na via oposta e almejando uma maior problematização, alguns possíveis questionamentos poderiam ser feitos: o que falta para que os demais bairros de Vitória alcancem aqueles mais bem avaliados pelo IDHM? A média do IDHM dos municípios que compõem a RM é homogênea? Se não, como a condição do desenvolvimento poderia ser mais bem demonstrada? E os municípios do interior do estado, que poucas manchetes ganham nos jornais? Como estão (re)(a)presentados quando se fala em desenvolvimento?

⁶ <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/nao-queremos-novos-moradores-diz-prefeito-de-cidade-n-1-no-idhno-pais.html>

⁷ <http://fotos.estadao.com.br/galerias/classificados,veja-quanto-custa-morar-nos-bairros-com-maior-idh-de-sao-paulo,28731>

⁸ Jornal A Gazeta, quarta-feira, 26 de novembro de 2014, seção Economia.

1.2 Hipótese

A premissa estabelecida é a de que viver bem, resultado derradeiro de processos integrados e complementares em vários aspectos, ou seja, o alcance do desenvolvimento, é algo almejado por todos os povos. As três dimensões do IDH, contudo, não permitem analisar outras facetas do quão vivível determinado lugar é. Ao não verem valorizadas essas outras facetas, a sociedade pode ser levada a pensar que apenas o IDH traduz plenamente a condição do desenvolvimento. É essa arbitrariedade que o estudo rompe, afinal, muitos fatores podem concorrer para que o lugar seja percebido como agradável para se viver, promovendo a afeição de sua população a ele. Na continuidade da hipótese, sugere-se que estudar o desenvolvimento com o acréscimo de novas dimensões pode trazer novos elementos para a compreensão do espaço vivido, valorizando elementos negligenciados quando olhamos somente pelo prisma das três dimensões clássicas do IDH.

1.3 Objetivos

A presente tese visa mostrar que o IDH não deve ser o único e inquestionável índice de mensuração de desenvolvimento. Ele pode ser acompanhado, complementado ou mesmo substituído por uma série de outros indicadores, tornando-se assim mais atual e sensível às mudanças pelas quais o espaço e os grupos sociais assentados sobre eles têm passado desde que o índice foi adotado pela ONU em 1990.

É evidenciado como o uso do IDH e as publicações anuais dos relatórios têm repercussões territoriais e sociais mais amplas, contudo, às vezes implícitas e desprovidas de uma contextualização que realce o viés político-estratégico do ranqueamento que ele propõe. Assim, a partir da análise dos dados trazidos pelo índice, são feitas escolhas políticas, direcionados investimentos (tanto públicos quanto privados), apontadas áreas preferenciais de interesse, ou ainda o conhecimento acerca do índice produz efeitos inversos ao que se poderia esperar, daí podemos pressupor que o IDH é causa, mas também efeito de investimentos ou ausência dos mesmos, (não) tomada de escolhas políticas, (não) atuação no espaço para intervir qualitativamente nas condições de vida das pessoas, etc.

Por fim, a tese sugere outras dimensões que possam mostrar maior diversidade socioespacial, possibilitando a valorização de características intrínsecas ao espaço a um nível micro de análise, mais próximo do cidadão, já que o IDH muitas vezes não revela tais especificidades. Assim, será sugerida a agregação de três dimensões paralelas, todas compostas por múltiplas variáveis, a saber:

- Segurança;
- Situação de mulher, e
- Estrutura demográfica.

Espera-se dessa forma subsidiar a discussão acerca de novos/alternativos indicadores de desenvolvimento, que como dito antes, valorizem as especificidades espaciais, aumentem a autoestima dos sujeitos ao revelar facetas que o IDH não abarca em sua análise, contraponha pré-conceitos e estigmas e, sobretudo, tornar o espaço inteligível, decifrando e revelando as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar (LEFEBVRE, 1974).

1.4 Justificativas

A necessidade de se levar a cabo a execução dos objetivos elencados acima repousa no fato de que a diferente temporalidade que vivemos exige novas respostas em termos de entendimento da questão 'desenvolvimento'.

A necessidade de novas respostas, como acenado, justifica-se pela busca por novos indicadores que observem a imensa gama de realidades socioespaciais, acompanhando o caminhar de cada povo, de cada grupo em suas construções sobre o espaço, caminhar esse que os três componentes do IDH – educação, saúde e renda per capita – podem não ser capazes de evidenciar.

Não obstante a questão da própria dificuldade do IDH de revelar a situação do desenvolvimento para os dias atuais coloca-se ainda como premente nesse estudo a desmistificação do índice da ONU ao evidenciar as suas limitações para avaliar as demandas e desafios bem como as conquistas do mundo atual, algo que carece ser

feito.

A originalidade da pesquisa está em função da efervescência dos debates em torno do *desenvolvimento*. Esta é justificada pelo caráter inegável da evolução temporal pela qual os grupos humanos passam, pelas transformações socioespaciais das quais são tanto atores como sujeitos, e pelo aprimoramento dos instrumentos de ação governamental bem como pela necessidade de métodos mais eficientes de mensuração dos resultados decorrentes das políticas públicas implementadas nos últimos anos (CARGNIN, 2011).

1.5 Metodologia

Para atingir os objetivos propostos, fundamentalmente uma (re)leitura da questão do *desenvolvimento* e formulação de um novo índice, o arcabouço teórico que permitiu evidenciar a contribuição da ciência geográfica é imprescindível, assim como a soma de contribuições de outras disciplinas. Num segundo momento, a pesquisa teve seu foco concentrado na coleta, tabulação, construção e análise do índice proposto.

O estudo estruturou a formação de um novo índice, agregando, nas três dimensões do IDHM, as três dimensões sugeridas, o que permitiu analisar, tendo como padrão a classificação geral dos municípios do Espírito Santo segundo o IDHM, retirada do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2013 com dados disponibilizados pelo Censo Demográfico de 2010, se houve mudanças nas posições dos municípios, bem como a evolução de cada um deles, valorizando dimensões e variáveis de destaque, não observadas pelo IDHM, bem como apontando dimensões e variáveis para as quais se necessitaria de maior atenção em termos de políticas públicas.

Tratou-se no estudo, como já posto anteriormente, das seguintes dimensões - além obviamente daquelas três já presentes na composição do IDHM - as quais se acreditou que são capazes de traduzir a intenção da pesquisa:

1 – Segurança: sua maior ou menor sensação pode ser demonstrada de formas múltiplas. Adotaremos sua mensuração através de duas variáveis: a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, com dados disponibilizados pelo IBGE e pelo

SIM/Datasus – Sistema de informações sobre Mortalidade do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. Este último é um órgão da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde com a responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações sobre saúde. A última e mais atualizada base é de 2017. Será utilizada a média de uma série trienal (2009-2011). A outra variável componente da dimensão é a taxa de óbitos por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes, com dados igualmente disponibilizados pelo IBGE e pelo Datasus, levando em consideração sempre a média da série trienal.

2 -. Situação da mulher nos municípios, a partir da constatação de uma ferida ainda aberta nas sociedades brasileira e mundial, a da permanência da desigualdade entre os sexos, esta expressa nas mais diversas situações. Será analisada a inserção no mercado de trabalho, o rendimento médio e a contribuição para institutos de previdência. Os dados são providos pelo IBGE, pelo Banco Mundial, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela ONU Mulheres;

3 – Estrutura Demográfica, para a qual se optou pela análise da razão de dependência total, da taxa de fecundidade total e da taxa de mortalidade infantil, alicerçado na força da crença de que essas três variáveis são tanto reflexo de percursos passados de desenvolvimento como também norteiam o rumo que os entes a serem analisados, municípios capixabas, tomarão a partir das tendências a serem verificadas. Além disso, cada uma das três variáveis possibilita descrever características e antecipa prognósticos sobre o comportamento dos três grandes grupos etários.

Dessa forma, com a agregação dos indicadores propostos, seria verificada a distorção ou manutenção dos municípios tomando como base o ranking do IDHM dos municípios capixabas? Qual o impacto e a relevância de uma nova forma de mensuração do desenvolvimento? Quais as repercussões territoriais da aplicação dos indicadores mais amplos e tradicionalmente renegados nas análises?

Na continuação da investigação, haverá de se saber se a postura propositiva do Estado mudaria, agregaria novos vislumbres para a questão do desenvolvimento sócio espacial e sanação das disparidades regionais. Na hipótese de mudança da mesma, essa postura deve passar pela elaboração de políticas adequadas para as

escalas que não são privilegiadas pelo capital e focadas nas potencialidades de cada região.

Numa tentativa de conclusão, será discutida a viabilidade do índice proposto, culminando com o apontamento de seu uso como complementar ao IDHM ou a possibilidade de ampliá-lo, não sem antes evidenciar suas vantagens e méritos, fazendo ainda uma leitura de suas possíveis falhas e desvantagens na mensuração das condições de vida da população.

Espera-se, a partir da sistematização dos resultados preliminares bem como dos resultados do trabalho, dar evidência a novos olhares sobre o espaço, contribuindo para ampliar o debate sobre os limites e qual desenvolvimento almejamos. Ressalta-se que não houve necessidade de submissão do projeto à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, visto que o procedimento de obtenção dos dados utilizará base de dados secundária, disponível na Internet e de acesso público.

Oportunamente, o quadro 1 resume a relação estabelecida pelo Índice de Desenvolvimento Ampliado com as dimensões por ele trazidas, as variáveis empregadas para qualificá-las, os indicadores gerados e suas fontes, contendo também as dimensões clássicas do IDH. Ressalta-se que para as dimensões Situação da Mulher, Estrutura Demográfica, bem como para as dimensões clássicas componentes do IDH, o ano de referência dos dados é 2010. Já para a dimensão Segurança, foi calculada a média do triênio 2009-2010-2011.

Quadro 1: Organização do Índice de Desenvolvimento Ampliado

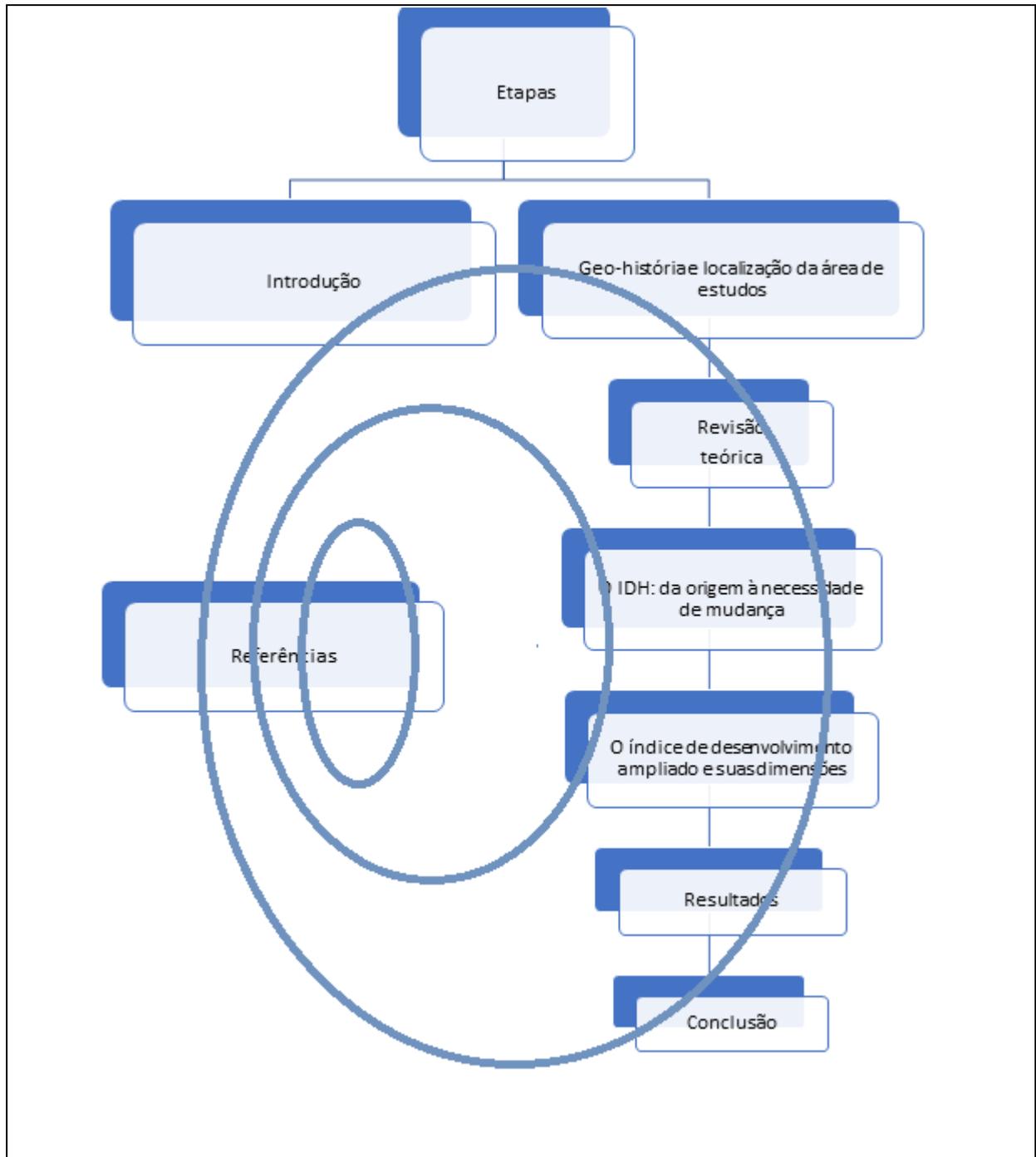
Dimensão	Variável	Indicador	Índice	Fontes
Segurança	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes; Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes.	IMH IMAT	IDA-SE	Datasus; OMS; IBGE
Situação da mulher	Razão entre as proporções de acesso ao mercado de trabalho de mulheres e de homens Razão entre o rendimento médio de mulheres e de homens Razão entre mulheres e homens contribuintes para a Previdência.	IAMT IDRS ICP	IDA-SM	IBGE, OCDE, Banco Mundial, ONU Mulheres
Estrutura Demográfica	Razão de Dependência Total; Taxa de Fecundidade Total; Taxa de Mortalidade Infantil.	RDT TFT TMI	IDA-ED	PNUD/ONU IBGE
Educação	Média de anos de educação de adultos; Expectativa de anos de escolaridade.	-	IDHM-E	PNUD/ONU
Saúde	Esperança de vida ao nascimento	-	IDHM-L	PNUD/ONU
Vida digna	Renda per capita	-	IDHM-R	PNUD/ONU

Elaboração: o autor, 2018.

A operacionalização do cálculo do índice obedecerá a procedimento similar ao do IDHM, calculado pelo PNUD, com a criação dos índices de dimensão onde estarão incluídos os valores mínimos e máximos (traves), definidos para transformar os indicadores expressos em diferentes unidades em índices em uma escala de 0 a 1. Então, tal como no IDHM, estes postes atuam como "zeros naturais" e "alvos aspiracionais", respectivamente, a partir dos quais os componentes dos indicadores são padronizados. Após essa etapa, para chegar ao índice final, será extraída a média geométrica dos valores das seis dimensões.

O fluxograma 1 sintetiza todo o trajeto percorrido na consecução dos objetivos elencados.

Fluxograma 1: Etapas de desenvolvimento da tese



Elaboração: o autor, 2018.

1.6 Localização e notas sobre a área de estudos

A população do Espírito Santo em 2010 era de cerca de 3,5 milhões de habitantes, sendo assim a 14^o unidade mais populosa da Federação. Àquela altura, a densidade demográfica era de 76,25 hab/km². Do ponto de vista da situação do domicílio, 83,5% da população era urbana. Entre 2000 e 2010, a população do estado cresceu a uma taxa média anual de 1,27%, superior à taxa nacional, que foi de 1,17% no mesmo período (PNUD, 2013). Para 2018 a população foi estimada pelo IBGE em 3.972.388⁹ habitantes (IBGE, 2018).

A predominância da população urbana sobre a rural no Espírito Santo ocorreu durante a década de 1970, num processo comum a outros estados da nação, e iniciado a partir da segunda metade do século XX, motivada por transformações na estrutura fundiária e produtiva no setor rural, bem como pelo apelo exercido pelo meio urbano (grandes projetos industriais, aspiração de um novo modo de vida etc.), o que contribuiu para que se intensificasse um processo de migração do campo para a cidade. Tal processo atraiu migrantes do interior capixaba e de outros estados, principalmente Minas Gerais e Bahia.

As migrações têm sido, aliás, um processo formador e caracterizador da população e, por conseguinte, da cultura capixaba. Para além das migrações internas ressaltadas, nas últimas décadas o estado assistiu à chegada de migrantes nacionais, principalmente dos estados vizinhos, atraídos por investimentos em larga escala quando a dinâmica econômica do Espírito Santo caminhou no sentido da industrialização a partir da integração à economia nacional (DOTA et al., 2017). Em 2010 esse contingente respondia por cerca de 20% da população capixaba.

Essas chegadas de imigrantes têm outro lado - afastamento de suas raízes e a inserção em novas regiões de domicílio, principalmente na Região da Grande Vitória, que segundo Rocha & Morandi (2012) levou à formação de uma nova sociedade sem relações estruturadas e de baixa solidariedade social. Somava-se a isto a falta de emprego para todos e as carências sociais decorrentes da falta de renda mínima para

⁹ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>. Acesso em 1º/07/19.

suportar as necessidades básicas de cada família. Destas condições, afirmam os autores, resultaram vários problemas sociais, tais como: habitações inadequadas, condições precárias de saneamento, de transporte coletivo e de atendimento à saúde, além da educação pública com oferta insuficiente e de baixa qualidade. Sobrava crescimento econômico, mas faltava desenvolvimento.

Há que se ressaltar que de acordo com dados do censo de 2010, mais de 600 mil pessoas que moram no Espírito Santo são naturais de outro estado brasileiro. São 648.520 habitantes, que correspondiam a precisamente 18,5% da população residente no estado. Desse montante, 286.888 pessoas eram provenientes de Minas Gerais (44,2%), 155.407 eram da Bahia (24,0%) e 98.246 pessoas eram do Rio de Janeiro (15,1%) (IBGE, 2010)^{10 11}. Nesse caso, o que está em evidência é a ‘migração por estoque’, ou seja, aquela que considera o total de migrantes observados na unidade federativa de destino (o Espírito Santo) dos fluxos migratórios contabilizados, que se acumularam em anos e décadas anteriores, sendo estes fluxos alimentados por pessoas que nasceram em diferentes UF’s.

No século XXI as migrações ainda encontram no estado cenário para evolução. Segundo Dota (2016), para o período 2005-2010, houve um saldo migratório positivo considerável nas trocas com outros estados. São os municípios da RMGV, entretanto, aqueles que recebem o maior contingente de migrantes. Nesse caso, o que está em evidência é a ‘migração por fluxo’, ou seja, aquela que considera o total de migrantes observados na unidade federativa de destino (o Espírito Santo) que ali chegaram nos anos imediatamente anteriores; são contabilizados geralmente os imigrantes do último quinquênio, e que provieram de diferentes UF’s.

Na análise do Atlas da Migração no Espírito Santo (DOTA et al., 2017) emerge que os municípios com maior volume de imigrantes se concentram num eixo que se inicia na RMGV mas também se estende pelo litoral norte até a divisa com a Bahia, reforçando, segundo os autores, a relevância da imigração baiana para o Estado.

¹⁰ Disponível em <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2012/10/censo-diz-que-185-da-populacao-do-es-nasceu-em-outro-estado.html>. Acesso em 04/09/2019.

¹¹ IBGE, Censo Demográfico de 2010: Tabela 617 - Brasileiros natos por unidade da federação de nascimento e grupos de idade.

Para os imigrantes que em 2010 foram recenseados no Espírito Santo, mas que em 2005 residiam em outras UF's, Dota et al. (2017) observam que 30,2% deles residiam em 2005 na Bahia, 28,7% em Minas Gerais, 17,6% no Rio de Janeiro e 23,5% em outras UFs. A respeito da distribuição destes migrantes no estado, os autores prosseguem:

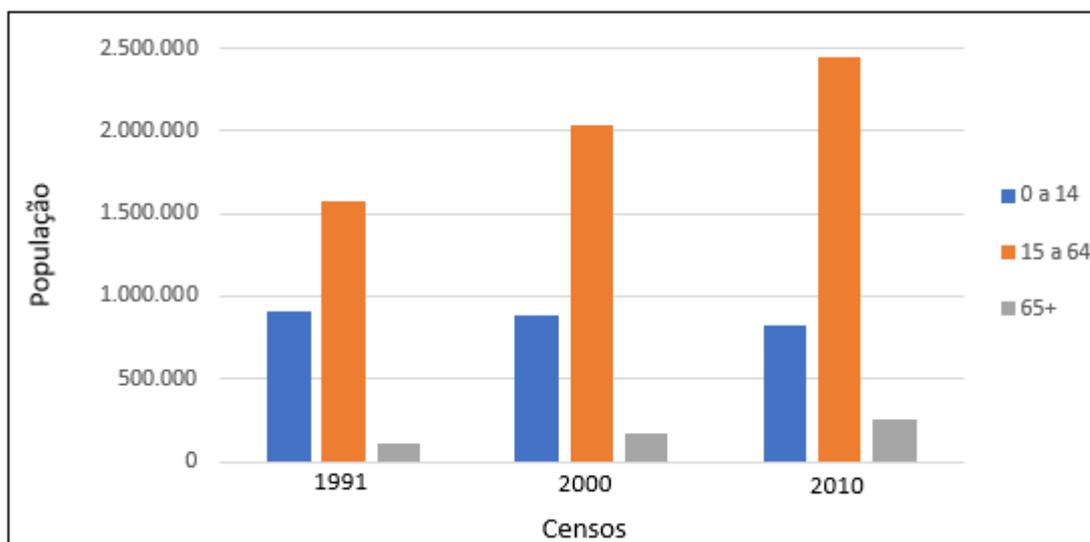
[...] os imigrantes com origem no Rio de Janeiro se concentraram em grande medida nos municípios ao sul, enquanto aqueles que vieram de Minas Gerais nos municípios mais próximos dos limites dos dois Estados, à oeste. Já aqueles que vieram da Bahia apresentaram uma maior dispersão, que se inicia nos municípios fronteiriços dos dois Estados e se estende até os municípios pertencentes à RMGV (DOTA et al, 2017, p.38).

Na perspectiva histórica é válido também lembrar a grande imigração internacional a partir da segunda metade do século XIX, que contribuiu para forjar o Espírito Santo atual. Assim, aos já estabelecidos povos de origem ibérica, africana e ameríndia se uniram imigrantes, principalmente os europeus. Como enfatiza o Atlas do Espírito Santo, além de alemães e italianos, que somavam grande parte dos imigrantes, chegaram também pomeranos, poloneses, belgas, luxemburgueses, gregos, holandeses, espanhóis, e sírio-libaneses, estes últimos provenientes do Oriente Próximo.

Considerando que a composição proporcional dos grandes grupos etários no total da população determina a oscilação da razão de dependência¹², vejamos a distribuição da população capixaba segundo os mesmos grandes grupos para os últimos três censos, conforme exposto no gráfico 1.

¹² É a relação entre os economicamente inativos e ativos na população. Adiante será visto em maiores detalhes.

Gráfico 1: Divisão da população capixaba segundo grandes grupos etários (1991, 2000 e 2010)¹³



Elaboração: o autor, com dados do IBGE, 2010.

Da análise do gráfico 1 se percebe clara redução no grande grupo etário de população jovem, de 0 a 14 anos, com o incremento de população nos grupos de população adulta e idosa, o que reflete a já demonstrada tendência de queda da razão de dependência. Entre 1991, 2000 e 2010 a RD no estado era de respectivamente 64,51%, 52,04% e 43,26%. Por outro lado, a proporção de idosos de 65 anos ou mais de idade na mesma série, passou de 4,34% da população para 5,53%, alcançando finalmente 7,08% em 2010. Esse aumento do número de idosos sublinha que está em curso um processo de envelhecimento populacional, que logo poderá novamente alterar a razão de dependência da população capixaba.

A esse propósito, a evolução do formato das pirâmides etárias é elucidativa. Os gráficos 2 e 3, paralelos, mostram as pirâmides etárias do estado segundo a estrutura populacional em 1991 e 2000. As mudanças observadas na forma da pirâmide nos três anos considerados (1991 e 2000, respectivamente nos gráficos 2 e 3, e 2010 no gráfico 4) se devem principalmente a alterações nos padrões de fecundidade e

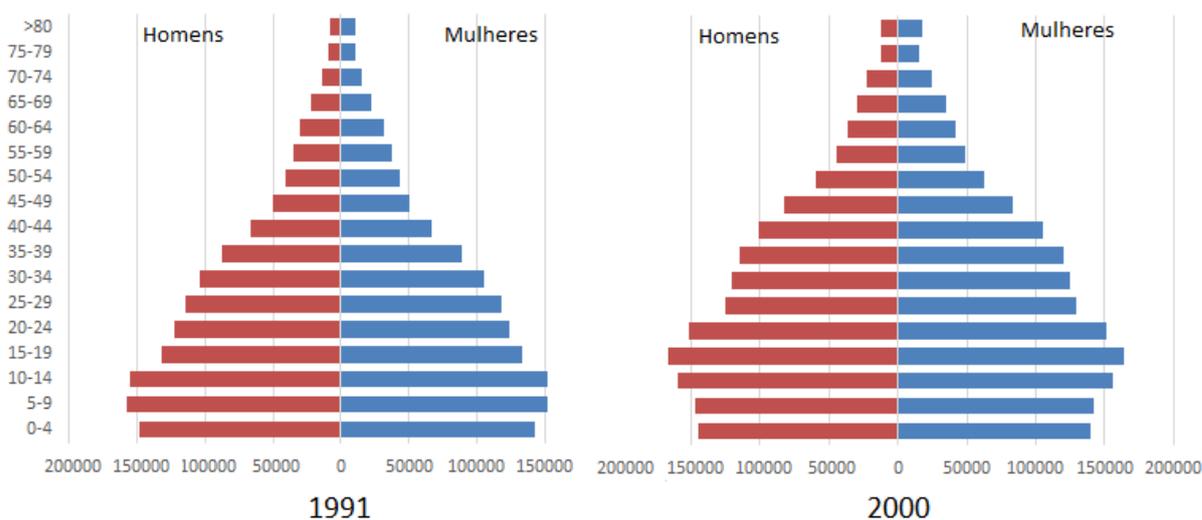
¹³ O grupo etário 'Idoso' é aquele de 65 anos ou mais de idade, segundo o Glossário do Censo de 2010. Embora a Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso em seu Art. 1º afirme: 'é idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos', optamos pela primeira definição em detrimento da segunda, por aquela estar de acordo com as referências e análises internacionais (UN, 2019).

esperança de vida. A fecundidade vem caindo no período, tendo passado de 2,8 para 2,2 e finalmente 1,8 filhos por mulher. A esperança de vida aumentou de 66,2 para 71,6 e finalmente 75,1 anos de vida.

Outro fator é a migração, que por ser seletiva do ponto de vista da faixa etária, entre outros aspectos, acaba atraindo sobremaneira os chamados ‘adultos jovens’, aqueles com idade compreendida entre 15 e 39 anos¹⁴. A chegada desses migrantes combinada às já descritas alterações nos padrões de fecundidade e esperança de vida ‘inflaciona’ as faixas etárias compreendidas principalmente entre 20 e 34 anos, conforme demonstrado no gráfico 4.

Analisada essa combinação entre alterações nos padrões de fecundidade, esperança de vida e imigração, entendemos por que as barras mais prolongadas, que concentram as faixas etárias mais numerosas da população, passaram do grupo jovem¹⁵ (0-14 anos) em 1991 para o grupo adulto (15-64 anos) em 2010, com ganhos também no segmento idoso da população.

Gráficos 2 e 3: Pirâmides etárias do Espírito Santo (1991 e 2000)



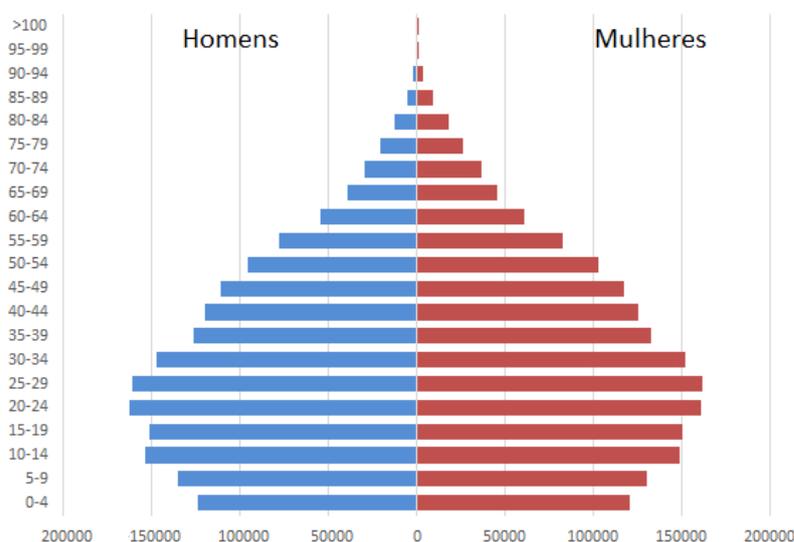
Elaboração: o autor, com dados do IBGE, 1991 e 2000.

¹⁴ A partir dessa idade e até os 64 anos, são considerados ‘adultos velhos’.

¹⁵ Para efeitos demográficos, são considerados jovens as pessoas com idade entre 0 e 14 anos. Já para efeito de análise da ocorrência de fenômenos como homicídios, acidentes de trânsito etc., se consideram jovens as pessoas com idade compreendida entre 15 e 29 anos.

Na continuidade da análise da mudança da estrutura etária da população, o gráfico 4 demonstra como a população estava distribuída em 2010, ressaltando-se que os dados do Censo daquele ano corroboraram um processo que foi pela primeira vez notado com dados do Censo de 1991 e avançou conforme se pode perceber ao analisar os dados de 2000 - a pirâmide etária do estado não apresentava o clássico formato piramidal (a primeira barra, da faixa etária de 0-4 anos, não é mais a maior, ou seja, esta não é mais a faixa etária mais numerosa). Esse processo evidencia que a transição demográfica está em curso.

Gráfico 4: Pirâmide etária da população capixaba - 2010



Elaboração: o autor, com dados do IBGE, 2010.

Como produto de aspectos históricos e normativos que ocorreram de forma associada, desde tempos que remontam ao início da colonização, o Espírito Santo hoje se apresenta e se insere no contexto brasileiro e mundial, conforme o mapa 1.

Por meio da Lei estadual 5.120 de 1995 (atualizada em 2004), o Espírito Santo foi dividido em quatro macrorregiões de planejamento e doze microrregiões de gestão administrativa. As quatro macrorregiões são a Metropolitana, a Norte, a Noroeste e a Sul. Já as doze microrregiões de gestão administrativa são a Metropolitana, o Polo Linhares, a Metrôpole Expandida Sul, o Sudoeste Serrano, a Central Serrana, o Litoral Norte, o Extremo Norte, o Polo Colatina, o Noroeste 1, o Noroeste 2, o Polo Cachoeiro e o Caparaó.

Mapa 1: Localização do Espírito Santo



Fonte: IJSN, 2019

Deve ser ressaltado que essa divisão por força de lei estadual não necessariamente corresponde à Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, divulgada pelo IBGE em 2017 com o objetivo de atualizar o quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil publicada na década de 1990 (IBGE, 2019).

Embora ambas sejam ferramentas importantes para o planejamento, as Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. Levam em consideração a incorporação das mudanças (fragmentação/articulação do território brasileiro, em seus mais variados formatos) ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. A seguir é apresentada a estrutura da tese.

1.7 Estrutura do trabalho

O segundo capítulo apresenta a revisão de literatura, em que se pretende demonstrar a multidisciplinaridade do tema do desenvolvimento. Trata ainda da evolução histórica do conceito, de suas variações e da contribuição de algumas diferentes ciências na sua compreensão. Neste capítulo também se delimita a qualificação da ideia de desenvolvimento adotada na tese. Já no terceiro capítulo se introduz a discussão sobre o Índice de Desenvolvimento Humano como expressão das condições de desenvolvimento de uma população. Para tal discussão não poderia se prescindir de uma contextualização histórica sobre seu surgimento e evolução. Ainda se discute e apresenta indícios de sua não adequação para o tempo atual, reconhecendo os méritos quando de sua adoção pela ONU.

No quarto capítulo se apresenta a proposta de agregação de novas dimensões ao IDHM – uma que traduz a sensação de segurança, outra que expressa a situação da mulher na sociedade e por fim uma que demonstra a estrutura demográfica. A esse propósito, o quadro 1 demonstrou as variáveis componentes de cada uma das dimensões agregadas.

O quinto capítulo apresenta os resultados da agregação das novas dimensões, como a mobilidade dos municípios no ranking e as possíveis correlações entre as variáveis. Além disso, são demonstrados aqueles municípios em que houve os maiores avanços e recuos na classificação geral criada, apontando qual das dimensões adotadas foi responsável pelo movimento verificado. No sexto capítulo apresentam-se as conclusões.

Se uma das intenções ao produzir esse estudo foi criar uma nova métrica para mensuração do desenvolvimento nos municípios capixabas, é oportuno salientar que no APÊNDICE dessa tese encontram-se as Fichas de Perfil Municipal de Desenvolvimento, como um de seus subprodutos. O objetivo das fichas é sintetizar em apenas uma página informações que dizem respeito ao comportamento das dimensões clássicas do IDHM e compará-las às dimensões agregadas, possibilitando uma visualização rápida da condição do desenvolvimento, nos termos propostos, para cada município.

“Em algumas línguas de Moçambique não existe a palavra ‘pobre’. O indivíduo é pobre quando não tem parentes. A pobreza é a solidão, a ruptura das relações familiares que, na sociedade rural, servem de apoio à sobrevivência. Os consultores internacionais, especialistas em elaborar relatórios sobre a miséria, talvez não tenham em conta o impacto dramático da destruição dos laços familiares e das relações de entreajuda. Nações inteiras estão tornando-se ‘órfãs’, e a mendicância parece ser a única via de uma agonizante sobrevivência.”

COUTO, M. E se Obama fosse africano? & outras intervenções. Portugal: Caminho, 2009 (adaptado).

2. REVISÃO TEÓRICA

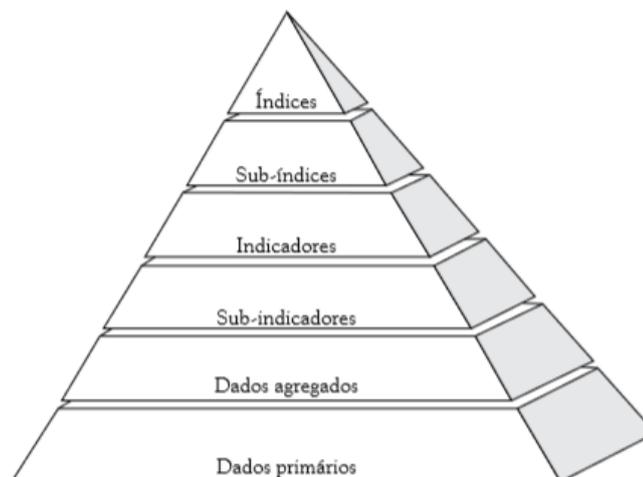
O capítulo 2 objetiva trazer contribuições para a discussão das questões inerentes ao desenvolvimento. Permeando a discussão, nos debruçamos sobre a construção de indicadores e índices, bem como das problemáticas subjacentes. Além disso, expusemos algumas tentativas nacionais e internacionais de qualificar o desenvolvimento, apontando seus méritos e limitações. Também se discute os qualificativos que o termo desenvolvimento ganhou ao longo do século XX, para ao fim apresentar uma resposta à questão: o desenvolvimento é um meio ou um fim em si mesmo?

2.1 ÍNDICES E INDICADORES

A construção de indicadores que sintetizem variáveis para formulação de novos índices para mensurar o desenvolvimento necessita de pertinentes contribuições teóricas desse segmento de estudos para bem formulá-los. Segundo Siche et al. (2007), ainda existe certa confusão sobre o significado de índice e indicador, que com frequência são inadequadamente utilizados como sinônimos. De acordo com os autores, indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade e pode ser um dado individual ou um agregado de informações, sendo que um bom indicador deve conter atributos como ser simples de entender, quantificação estatística, lógica coerente e comunicação eficiente do estado do fenômeno observado. Já um índice, ainda na perspectiva dos mesmos autores, revelaria o estado de um sistema ou fenômeno e pode ser construído para analisar dados através da junção de um jogo de elementos com relacionamentos estabelecidos.

Desta maneira, analisando superficialmente, índice e indicador possuem o mesmo significado, mas para pesquisadores de toda sorte, a diferença está no fato que um índice é o valor agregado final de todo um procedimento de cálculo onde se utilizam, inclusive, indicadores como variáveis que o compõem. O índice seria então, nessa hipótese, simplesmente um indicador de alta categoria (SICHE et al., 2007).

Figura 1: Nível de agregação de dados



Fonte: Siche et al, p. 144, 2007.

A exemplo da já alegada repetitiva e onipresente realidade do discurso do desenvolvimento, na qual como acenado antes, governos elaboram e implementam planos ambiciosos de desenvolvimento, instituições traçam programas de desenvolvimento para campo e cidade e experts de todas as áreas estudam o subdesenvolvimento e produzem teorias "*ad nauseum*", Jannuzzi (2001) argumenta que

[...] cada vez mais se observam jornalistas, lideranças populares, políticos e a população em geral se utilizando de indicadores sociais para avaliar os avanços ou retrocessos nas condições de vida da população, apontar a eficácia ou ineficácia das políticas públicas ou defender suas posições quanto às prioridades sociais a atender (JANNUZZI, p.11, 2001).

Segundo Santagada (2007) a expressão “indicadores sociais” apareceu nos EUA durante os anos 1960, com a finalidade de avaliar os impactos da corrida espacial na sociedade americana; o uso desses indicadores passou por etapas de expansão que transitou por organismos mundiais e regionais, e que juntos têm participado do esforço de estudar tais indicadores sociais, entre os quais a Organização das Nações Unidas e seus organismos especializados, o ex- Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), a Comunidade Econômica Europeia (CEE), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), etc.

Mas afinal, o que seria um indicador social? Para Jannuzzi (2002), um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado

para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas).

Mesmo os indicadores sociais, que prevalecem nessa tese, são divididos, classificados segundo vários critérios. Jannuzzi (2005) afirma que a classificação mais comum é a divisão dos indicadores segundo a área temática da realidade social a que se referem. Segundo o autor, haveria assim, os indicadores de saúde (percentual de crianças nascidas com peso adequado, por ex.), os indicadores educacionais (escolaridade média da população de quinze anos ou mais, por ex.), os indicadores de mercado de trabalho (rendimento médio real do trabalho, etc.), os indicadores demográficos (taxa de mortalidade, etc.), os indicadores habitacionais (densidade de moradores por domicílio, etc.), os indicadores de segurança pública e justiça (roubos a mão armada por cem mil habitantes, etc.), os indicadores de infraestrutura urbana (percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede pública, etc.), os indicadores de renda e desigualdade (nível de pobreza, etc.).

A pesquisa e uso de dados dos indicadores sociais requer, todavia, prudência. Como adverte Jannuzzi (2002) na prática, nem sempre o indicador de maior validade é o mais confiável; nem sempre o mais confiável é o mais inteligível; nem sempre o mais claro é o mais sensível; enfim, nem sempre o indicador que reúne todas estas qualidades é passível de ser obtido na escala espacial e periodicidade requerida. Além disso, poucas vezes se poderá dispor de séries históricas plenamente compatíveis de indicadores para a escala geográfica ou grupo social de interesse.

Por fim, há que se ter cuidado ao empregar o termo 'indicadores sociais', já que muitas vezes os tomamos de forma banalizada como se os indicadores e índices criados fossem a expressão exata e ideal dos conceitos – desenvolvimento humano, qualidade de vida etc., sem que não necessariamente o sejam.

A partir dessa problematização, identificamos abaixo algumas tentativas alternativas para demonstração da condição do desenvolvimento. Foram criadas devido à necessidade de acrescentar elementos negligenciados pelo IDHM. Destacamos três no âmbito brasileiro, o IBEU (Índice de bem-estar urbano), o IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) e o IDL (Índice de Desenvolvimento da Longevidade).

O IBEU foi criado pelo Observatório das Metrópoles, vinculado à coordenação geral do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi concebido originalmente a partir da exploração de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), pesquisa realizada anualmente pelo IBGE, à exceção dos anos em que ocorre o censo demográfico. Na utilização dos dados da PNAD, o IBEU foi elaborado como um índice compreendido por três dimensões: mobilidade urbana, condições habitacionais e atendimento de serviços coletivos.

Com a divulgação dos dados do censo demográfico de 2010, o Observatório das Metrópoles resolveu reavaliar a metodologia de construção do IBEU, tendo em vista que no censo demográfico há mais variáveis que se relacionam diretamente com o bem-estar urbano que aquelas disponíveis na PNAD. São agora consideradas 5 dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana (Ribeiro & Ribeiro, 2013).

Já o IFDM é um estudo do Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de cinco mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego & renda, educação e saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

Por sua vez, o IDL foi criado a partir de uma cooperação entre o Instituto de Longevidade Mongeral Aegon e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Apesar da simplificação com que é tratado, o nome completo é "Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade". O objetivo da IDL é aquele de identificar ambientes de vida mais amigáveis aos idosos, partindo da premissa de que o bem-estar gerado pelos ambientes pode mitigar a deterioração mais intensa da qualidade de vida, conforme se chega a idades mais avançadas (RELATÓRIO IDL, 2017).

Como todo índice, os três apresentados acima, muito conhecidos no contexto

brasileiro, e a exemplo do IDHM, têm méritos e deficiências ao buscar demonstrar a condição do desenvolvimento, da qualidade de vida. O mérito do IBEU é o de considerar dimensões pouco analisadas como mobilidade e infraestrutura urbanas. Porém negligencia o espaço rural, o que em si já é algo relevante considerando o percentual de brasileiros vivendo no campo em algumas regiões do país, ou mesmo considerando os discutíveis critérios definidores de urbanização para as áreas consideradas predominantemente urbanas (VEIGA, 2003).

O IFDM tem uma aproximação muito grande com o IDHM, o que pode ser interpretado como uma crítica. Acrescenta apenas uma subdimensão – emprego, esta associada à renda. Poderia ser considerado um pequeno avanço analítico, mas não o é, visto que não leva em conta as transformações estruturais que eventualmente podem advir da modernização produtiva, nem a questão da inovação - ao contrário, observa a geração de emprego formal, absorção da mão de obra local, geração de renda formal, salários médios do emprego formal e desigualdade¹⁶ (FIRJAN, 2015). Tais critérios não denotam a qualidade do emprego, a satisfação do trabalhador ou rebatimentos socioambientais que o aumento da geração de emprego formal pode provocar. Um exemplo: municípios situados no arco do desmatamento na fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte do país posicionam-se bem, mesmo que gerem muitos empregos com o custo do desmatamento dos biomas amazônico e do Cerrado.

Enquanto isso, o IDL embora tenha o mérito de tratar uma gama ampla de variáveis, mas não a ponto de se tornarem excessivas (indicadores gerais, cuidados de saúde, finanças, habitação, bem-estar, educação e trabalho, cultura e engajamento) possui uma dupla exclusividade de tratamento, uma vez que se refere à população no grupo etário idoso, e entre esses, àqueles que vivem em zonas urbanas. E para além disso, por questões metodológicas não claras, o estudo que deu origem ao IDL considerou apenas dois extratos de cidades – as primeiras 150 de maior população e as "348 cidades menores", ou seja, as que possuem menos de 100 e mais de 50 mil habitantes (RELATÓRIO IDL, 2017).

No caso do Espírito Santo, municípios como Colatina, Linhares, São Mateus e

¹⁶Disponível em <http://publicacoes.firjan.org.br/ifdm/2015/#1/z>

Guarapari não tiveram suas respectivas populações urbanas consideradas. Não obstante, a divulgação do estudo teve ampla repercussão nas mídias nacional e regional^{17 18 19 20}. Continua sendo necessária uma medida mais abrangente do bem-estar, que leve em conta indistintamente todas as faixas etárias da população brasileira, bem como todo tipo de meio onde essas residam.

No plano internacional, também destacamos tentativas de qualificar o desenvolvimento. O EPI - Environmental Performance Index (Índice de Performance Ambiental) da Universidade de Yale, nos Estados Unidos é uma delas. Como alegado, o EPI classifica o desempenho dos países em questões ambientais de alta prioridade em duas áreas: proteção da saúde humana e proteção dos ecossistemas²¹.

Poderíamos citar também o Índice de Progresso Genuíno (IPG), que visa corrigir no PIB a adição de atividade econômica, subtraindo os gastos negativos. Os custos da guerra, da poluição do ar e da perda de terras agrícolas estão entre as subtrações, já que não estão no *roll* daquilo que pode ser comemorado, e nos daria uma imagem muito melhor da qualidade de nossa atividade econômica²².

A esse propósito, Sassen (2016) afirma que o IPG é uma medida abrangente que inclui condições sociais e custos ambientais, deduzindo da contabilização custos como poluição, crime e desigualdade, e adicionando atividades benéficas em que o dinheiro não é utilizado, como trabalhos domésticos e voluntários.

Existe ainda o Índice de Progresso Social, que mensura em que medida os países satisfazem as necessidades sociais e ambientais dos seus cidadãos. Os fatores sociais e ambientais incluem bem-estar (incluindo saúde, habitação e saneamento),

¹⁷ Disponível em <http://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/2017/03/vitoria-esta-entre-os-dez-melhores-lugares-para-envelhecer-segundo-pesquisa.html>. Acesso em 20/03/17

¹⁸ Disponível em <http://www.tribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/santos/estudo-aponta-santos-como-melhor-cidade-para-a-3a-idade/?cHash=0da817fe2e7c6c31fe1745826adc907b>. Acesso em 20/03/17

¹⁹ Disponível em <http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/03/florianopolis-e-a-segunda-melhor-cidade-para-se-viver-depois-dos-60-anos-no-brasil-9742109.html>. Acesso em 20/03/17

²⁰ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/03/18/santos-a-cidade-n-1-na-melhor-idade.htm>. Acesso em 22/03/17

²¹ Disponível em <http://epi.yale.edu/chapter/methods>. Acesso em 22/03/17

²² Disponível em <https://makewealthhistory.org/2013/02/18/three-alternative-measures-of-progress/>. Acesso em 22/03/17

igualdade, inclusão, sustentabilidade e liberdade pessoal e segurança²³. O quadro 2 elenca as dimensões do Índice de Progresso Social.

Quadro 2: Dimensões do Índice de Progresso Social

Índice de Progresso Social		
Necessidades humanas básicas	Parâmetros de bem-estar	Oportunidades
Nutrição e cuidados médicos básicos	Acesso ao conhecimento básico	Direitos Humanos
Água e saneamento	Acesso à comunicação e informação	Liberdade pessoal e de escolha
Habitação	Saúde bem-estar	Tolerância e inclusão
Segurança pessoal	Qualidade ambiental	Acesso à educação avançada

Fonte: The Social Progress Imperative (2017)

O Índice de Felicidade Planetária, de estampo fortemente crítico aos demais, mensura, segundo seus idealizadores, "o que importa: o bem-estar sustentável para todos". Ele nos diz o quão bem as nações estão fazendo seu dever de casa para propiciar aos seus cidadãos o alcance de vidas longas, felizes e sustentáveis²⁴.

Todas as iniciativas de propor novas formas de mensuração do desenvolvimento e qualidade de vida são válidas, entretanto passíveis de algum tipo de crítica, tal como o IDH. O EPI, por exemplo, tem foco exacerbado na questão ambiental. O Índice de Progresso Genuíno é utópico – seria difícil identificar e eliminar ou deduzir os "gastos negativos". Além disso, sua operacionalização parece inovadora, mas ao mesmo tempo confusa – ao invés de somar êxitos, subtraem-se as fraquezas. Já o Índice de Progresso Social parece bastante razoável e equilibrado, com o demérito de apresentar um número elevado de variáveis, o que para fins de comparação em contextos internacionais pode revelar uma insuficiência de dados para preencher a todas. Por fim, o Índice de Felicidade Planetária tem como principal barreira a seu uso a subjetividade que subjaz à definição do que é '*ser feliz*'.

Essas expostas acima são contribuições válidas, mas poderiam ter usado outros pontos de partida, lançado mão de um maior público em suas análises, ou ainda, ter estudado outros espaços em suas tarefas de qualificar o desenvolvimento. O tema do

²³Disponível em <http://www.socialprogressimperative.org/global-index/> Acesso em 27/03/2017.

²⁴Disponível em <http://happyplanetindex.org/> Acesso em 27/03/2017.

desenvolvimento, aliás, ao ser multidisciplinar, é tomado como objeto de interesse e tratamento de diversas ciências. Nesse estudo se optará por usar o aporte teórico de várias delas, sem perder de vista que as diferenças de desenvolvimento são assentadas sobre o espaço e ao mesmo tempo tem implicações espaciais. Compreendemos nesta tese o conceito de espaço a partir de Milton Santos, que nos apresenta enquanto

algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente” (SANTOS, 2008, p. 46)²⁵.

Ao se optar por uma abordagem holística para um tema de natureza penetrante e eminentemente multidisciplinar, tende-se a escapar de análises assaz especializadas que não raro se limitam a uma mera justaposição de discursos unidisciplinares voltados a reorganizar os resultados de pesquisas sociológicas, econômicas, politológicas etc.

Enquanto ciência que se propõe ao estudo da relação sociedade-natureza, a Geografia, por vezes deixou a margem, empenhada em outros campos de estudo, a análise da questão do desenvolvimento, tendo tão somente se concentrado na dicotomia desenvolvimento vs subdesenvolvimento (Bohle, 2010), em uma escala macro. Carece então de estudos que se proponham a abordar o desenvolvimento em escala micro, abrindo mão da discussão sobre países ou blocos regionais do mundo e usar seus métodos e bagagem teórica para análises mais próximas ao indivíduo.

Contudo, mesmo a Geografia tendo tradicionalmente se ocupado dos estudos concernentes ao desenvolvimento em nível macro, discutindo e comparando, procurando motivos e explicações para os diferentes status de desenvolvimento de países mais que a nível micro de análise, nos últimos tempos, novas abordagens têm emergido.

A pesquisa em plataformas online de busca foi de grande serventia para encontrar fontes atuais sobre a temática em estudo nessa tese. Justifica-se: a Geografia tem se

²⁵ Noutras partes da tese espaço é tão somente usado como sinônimo de ‘área’.

ocupado, ao longo dos tempos, em outros campos teóricos e deixado o *desenvolvimento* à margem.

Quando encontramos nas literaturas relacionadas à Geografia aportes sobre a questão do desenvolvimento, a visão predominante é aquela na qual desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico. Assim está exposto, por exemplo, no Glossário de Geografia Humana e Econômica organizado por Spósito (2017). Ao tratar do tema, os autores Santos e Oliveira percorrem sua trajetória evolucionária citando momentos e escolas de pensamento, mas ainda assim, de forma explícita, permanece a visão de desenvolvimento como meio e não como fim, oposta a que partilhamos nesta tese.

Porto-Gonçalves, renomado geógrafo, afirma que a ideia de desenvolvimento sintetiza melhor do que qualquer outra o projeto civilizatório que a Europa Ocidental quis universalizar. Para ele, desenvolvimento é o nome-síntese da ideia de dominação da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2015). Assim, segundo o autor, se estabelece a premissa de que ser desenvolvido é ser urbano, industrializado, enfim, tudo aquilo que nos afaste da natureza e nos ponha diante de artefatos construídos pelo ser humano. Se entendermos que a dominação da natureza citada pelo autor se dá através de um processo, também aqui encontramos uma visão de desenvolvimento que condiz mais como meio do que como fim. Ainda assim, a contribuição de Porto-Gonçalves é importante para a crítica a essa ideia hegemônica de progresso/desenvolvimento que leva à degradação ambiental.

Na introdução de sua mais conhecida obra, *Era dos Extremos: o breve século XX*²⁶, o historiador britânico Eric Hobsbawn coloca algumas constatações e deixa alguns questionamentos. As constatações são sintetizadas no apontamento que Hobsbawn faz acerca da significativa melhoria na qualidade de vida da população, expressa em termos de progressos da ciência, a revolução nos transportes e comunicação, as inúmeras possibilidades culturais, que seriam hoje, segundo o autor, mais acessíveis a qualquer cidadão comum do que eram às famílias imperiais em 1914 e ainda possibilitaram a anulação de quase todas as vantagens culturais da cidade sobre o campo (HOBSBAWN, 1994).

²⁶Utiliza-se a versão italiana da obra: *Il secolo breve: 1914/1991*.

Se fizermos uma análise do título da obra, decompondo-o em duas partes, uma leitura que emerge é que indubitavelmente "o breve século XX" refere-se à teoria do autor de que tal século efetivamente começa em 1914 e termina em 1991, com dois marcadores temporais importantes – a eclosão da 1ª Guerra Mundial e a dissolução da União Soviética, sendo, portanto, mais curto. Já a primeira parte do título da obra parece resumir a antítese a qual terminamos de formular, tomando como premissa as constatações citadas no parágrafo anterior.

Em outro trecho da introdução de sua obra, Hobsbawn questiona o porquê de, contraditoriamente a todas as melhorias elencadas que surgiram no século XX, este não terminou com a celebração desse maravilhoso e incomparável progresso, e “ao invés disso se difundiu um sentimento de desconforto e inquietação? [...] porque tantos olham para o século XX sem satisfação e sem confiança no futuro?” (HOBSBAWN, p. 25, 1994).

A partir desta análise, fica expressa a antítese e justificada a adoção do título "Era dos extremos". A síntese dessa abordagem que nos interessa para a continuidade dessa tese é a seguinte: o mundo se desenvolveu. É de fato no século XX que a maior parte da humanidade pode ser considerada alfabetizada e o mundo está permeado por tecnologias revolucionárias em constante progresso baseadas nos triunfos da ciência. Entretanto, as pessoas não se encontram plenamente satisfeitas.

Façamos alguns exercícios pelas linhas da História. Os quarenta e cinco anos que vão desde o lançamento das primeiras bombas atômicas até a implosão da União Soviética não constituem um único período homogêneo na história do mundo. Ele se divide em duas metades, ou seja, antes e após o divisor de águas dos primeiros anos '70. (HOBSBAWN, 1994).

Segundo Hobsbawn,

[...] na primeira metade desse divisor de águas, no início da Guerra Fria, a URSS controlava ou exercitava influência preponderante em uma parte do globo. Os Estados Unidos controlavam e dominavam não só o resto do mundo capitalista, como também o hemisfério ocidental e os oceanos (HOBSBAWN, 1994, p. 268).

Foi nesse contexto que os discursos acerca do termo desenvolvimento ganham ecos.

Igualmente, para Scidà (2004) a utilização atualmente talvez excessiva do termo 'desenvolvimento' aplicado aos diferentes âmbitos semânticos das mudanças sociais, econômicas e culturais, remonta como fórmula literária ou discursiva, podendo ser acompanhada ou não de qualificativos, a um passado recente, do pós-segunda guerra, e se transforma dentro de pouco tempo em uma autêntica obsessão. Temos aí a emergência de duas abordagens as quais se faz necessário aprofundamento – a economicista e a social.

Dentro do filão das abordagens economicistas, é inegável o papel das tensões, conflitos e interesses associados à Guerra Fria. Na esteira dos acontecimentos, os Estados Unidos e a União Soviética, cada qual a seu modo, buscavam legitimar seus sistemas sócio-políticos e econômicos através do reforçamento de suas esferas de influência.

Durante as décadas de '50 e '60, principalmente, ambos os países criaram agências de promoção do desenvolvimento e planos de reconstrução post-bélica²⁷ (BONAGLIA & de LUCA, 2006) para os aliados mais prejudicados no conflito. A intenção era clara – trazer possíveis alvos das pretensões expansionistas do outro regime para seus lados. Os caminhos para o desenvolvimento que vinham apontados, eram, contudo, em sentido evidentemente econômico (APTHORPE, 1970). O recorte espacial, ainda de acordo com o mesmo autor, era o abismo existente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A forma mais comum de mensurar o quão desenvolvido era um país, a renda per capita.

Nessa mesma época, nos anos sucessivos a 2ª Guerra Mundial, foi criada grande parte dos organismos, instituições e instrumentos que caracterizam o panorama moderno da cooperação para o desenvolvimento. Bonaglia & de Luca (2006) citam como particularmente importantes o Banco para Reconstrução e Desenvolvimento (parte do grupo do Banco Mundial), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação Econômica Europeia²⁸, mais tarde transformada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

²⁷Planos Marshall e Molotov.

²⁸Responsável pela gestão do Plano Marshall para reconstrução da Europa.

É evidente então que promover e sustentar o desenvolvimento não é algo recente. Especialmente desde os tempos que remontam ao fim da Segunda Guerra Mundial, como apontado acima, a questão foi colocada em relevância nos planos internacionais – tanto com as iniciativas de agências de organismos multilaterais como também de países como EUA e URSS. Tributários dessa matriz de pensamento econômico acerca da questão do desenvolvimento e junto dos governos, numerosos organismos internacionais operam no âmbito das políticas e da cooperação para promoção do desenvolvimento. O quadro 3 sintetiza alguns deles.

Quadro 3: Instituições internacionais (financeiras ou não)

Nome	website
Instituições de Bretton Woods	
Fundo Monetário Internacional	www.imf.org
Banco Mundial	www.worldbank.org
Bancos regionais de desenvolvimento	
Banco Africano de Desenvolvimento	www.afdb.org
Banco Asiático de Desenvolvimento	www.adb.org
Banco Interamericano de Desenvolvimento	www.iadb.org
Banco de Desenvolvimento Caraíbio	www.caribank.org
Banco Islâmico de Desenvolvimento	www.isdb-pilot.org
Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento	www.edrd.org
Fundos específicos	
Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola	www.ifad.org
Nome	website
Fundo Nórdico para o Desenvolvimento	www.ndf.fi
Fundo Árabe para o Desenvolvimento Econômico e social	www.arabfund.org
Agências das Nações Unidas	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	www.undp.org
Fundo das Nações Unidas para a Infância	www.unicef.org
Programa Alimentar Mundial	www.wfp.org
Alto Comissariado da ONU para refugiados	www.unhcr.org

Fonte: Bonaglia & de Luca, 2006

Nos âmbitos nacionais, não diferentemente, buscava-se a equidade socioeconômica espacial, com a criação de instituições, veja-se o caso do Brasil com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e agências (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene; Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, etc) e dos EUA (The Tennessee Valley Authority – Autoridade do Vale do Tennessee). Ainda no plano regional, a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, em 1967, reforça essa tendência.

Para onde quer que olhemos, encontramos a realidade repetitiva e onipresente do desenvolvimento - governos elaboram e implementam planos ambiciosos de desenvolvimento; da mesma forma, instituições traçam programas de desenvolvimento para campo e cidade; experts de todas as áreas estudam o subdesenvolvimento e produzem teorias "*ad nauseum*" (ESCOBAR, 1994).

Com matrizes ideológicas e diretrizes estratégicas diferenciadas, por si só a atuação dessas variadas instâncias poderia configurar objeto de estudo, razão pela qual está apenas citada e não será aprofundada.

Do lado representativo do segundo filão, que aborda o desenvolvimento em seus termos sociais, citamos a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Entre os vários artigos sobre os quais é fundamentada, alguns são claros quanto à decência do padrão de vida e bem-estar (DIAS, 2004, p.363) a serem indistintamente assegurados a todos os seres humanos.

São de especial interesse os artigos XXV, XXVI e XXVII:

Artigo 25º - 1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e a sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

Artigo 26° - 1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

Artigo 27° - 1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam (DUDH, Nações Unidas, 1948).

Cumprir lembrar que vários países signatários da Declaração dão a mesma um tratamento inócuo, não tendo ainda levado a cabo suas proposições mesmo que decorridos 71 anos de sua aprovação. De um jeito ou de outro, desde a meação do século XX já estavam plantadas as sementes que viriam a ser o embrião do Índice de Desenvolvimento Humano, desenvolvido pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq ao lado do economista indiano Amartya Sen (UNDP, 2016). Retoma-se em breve.

Questões da alçada da Geografia Tradicional, como a localização das atividades humanas e as ligações entre aglomeração e crescimento, também não são novas. Foram evidenciadas, segundo Prager & Thisse (2009) pelas contribuições de diversos autores, que dentro de uma ótica tradicional, buscaram explicar o desenvolvimento desigual dos espaços.

Contudo, na Geografia Tradicional e em sua breve fase sucessiva, a teórico-quantitativa, a expressão "desenvolvimento" se trata mais de um meio do que um fim em si mesmo. Essa situação muda com a ruptura dessas escolas e o início da Escola Crítica de Geografia, a nova fase que se coloca a partir de meados dos anos 1970, embora ainda se tenha necessidade de mais estudos que relacionem tal ciência ao campo do desenvolvimento. Ainda assim para muitos campos da ciência que lidam com a questão do desenvolvimento está pacificado que este deve ser visto como um

fim e não um meio.

O mesmo entendimento, porém, não se faz presente na totalidade da miríade de instituições, agências, autarquias, órgãos públicos e privados, organizações do terceiro setor e ONG's que tem como atuação privilegiada a questão do desenvolvimento. Em muitas delas ainda prevalece a visão tradicional – veja-se o caso da Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, que em sua apresentação institucional diz:

"Criada em maio de 2003, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento tem por finalidade propor e implantar projetos que direcionem o **desenvolvimento da economia capixaba**, o que significa:

- **Fortalecer a economia e a ampliação da renda per capita;**
- Coordenar estudos e ações voltadas para a elevação do grau de **produtividade, competitividade** e da qualidade dos bens e serviços produzidos no Estado;
- Buscar parcerias com investidores institucionais na formulação de novos programas de apoio ao **setor produtivo**.
- Disponibilizar informações gerais de interesse dos investidores, em especial polos industriais, infraestrutura, energia e programas de incentivo²⁹.

Citando um exemplo de emprego dos instrumentos da Geografia a nível macro para análise/intervenção sobre o espaço, Prager & Thisse (2009) lembram que a ligação entre geografia e desenvolvimento econômico (vê-se o enviesamento da questão apenas sobre os fundamentos econômicos) foi o tema selecionado em 2009 pelo Banco Mundial no seu relatório anual sobre o desenvolvimento em todo o mundo (World Development Report³⁰). Este relatório mostra a vontade de apreender contribuições da geografia econômica para a implementação de políticas públicas de desenvolvimento.

Uma objeção, contudo, deve ser feita - a geografia do desenvolvimento é associada, sobretudo a uma análise que permanece um tanto abstrata para a situação dos países mais necessitados de estudos e/ou políticas públicas de desenvolvimento. O ponto de partida é pensado a partir das experiências históricas de desenvolvimento dos

²⁹Disponível em <https://es.gov.br/secretarias/sedes>. Extraído em 27/02/2017, grifo nosso.

³⁰ Disponível em <http://www.worldbank.org/en/research>. Extraído em 27/02/2017

chamados países avançados da atualidade. Dessa forma, o contexto que eles conheceram antes, durante e após a Revolução Industrial, bem como as etapas subsequentes do seu desenvolvimento, não têm nada a ver com os caminhos que estão enfrentando hoje os países em desenvolvimento: o crescimento rápido de sua população, massiva urbanização, significativa necessidade de infraestrutura, pobreza etc. São visões que ainda se pautam no conceito de desenvolvimento reduzido a crescimento econômico.

A esse propósito, Escobar (1994) afirma que o discurso historicamente produzido sobre o qual se baseia nossa visão de desenvolvimento é atrelado a uma compreensão de espaço-tempo, ou seja, é ocidental e emerge no pós-guerra. A poderosa máquina ideológica, criada e ampliada nos Estados Unidos e Europa Ocidental por seus políticos e acadêmicos, começa a ver certas condições existentes na Ásia, África e América Latina como problemas – está aí criada a percepção da pobreza e do atraso, em contraposição ao desenvolvimento, característico deles. Após algum tempo, a nós, restou a incorporação da noção de subdesenvolvimento.

Scidà (2004), concordando com Escobar afirma que deve ser sublinhado como a ideia de progresso e posteriormente de desenvolvimento é uma herança puramente europeia-ocidental. E enfatiza – “[...] isso é tão verdade que é difícil até mesmo encontrar, nas longínquas culturas não europeias, termos comparáveis àqueles de *sviluppo*, *development*, *développement*, *entwicklung*, *desarollo*, desenvolvimento [...]” (SCIDÀ, 2004, p. 15).

Tal visão – neocolonialista – *mainstream* na literatura sobre desenvolvimento, sustenta que existem no subdesenvolvimento características tais quais fraqueza, passividade, pobreza, ignorância, falta de um lastro histórico, que esperam pela mão (branca) ocidental ajuda para lutar contra fome, analfabetismo, opressão, falta de iniciativa e as próprias tradições. Segundo Escobar (1994, p. 8), “apenas enquadrada sob a ótica ocidental essa perspectiva faz sentido, e se trata mais de um sinal de poder sobre o mundo considerado não desenvolvido do que uma verdade sobre ele”.

Essa consideração se reflete no modo como os povos europeus e por extensão do mundo ocidental terminam por definir, criando uma locução oposta – os outros, os

diferentes deles. Nasce assim a fórmula dicotômica bem conhecida na cena internacional a partir do aparecimento das ex-colônias como entidades soberanas autônomas: países desenvolvidos e subdesenvolvidos (SCIDÀ, 2004). Contudo, como ressalta Porto-Gonçalves (2015, p. 63) “[...] na própria ideia de subdesenvolvimento já está embutida o que viria a ser a sua superação: o desenvolvimento [...]”.

Os países subdesenvolvidos serão chamados por vários outros modos, o que, todavia, não muda o significado substancialmente negativo derivado das comparações com os antagonistas – atrasados, não modernos, jovens, não desenvolvidos. Para Scidà,

[...] nem mesmo o esforço autêntico da diplomacia das Nações Unidas para criar uma expressão mais neutra, tal qual "países em via de desenvolvimento" (que como bem lembra o autor pode ser atribuída a qualquer país do mundo), logrou êxito para mudar a percepção estigmatizante dos termos junto à opinião pública internacional (SCIDÀ, 2004, p. 15)

Esses discursos sobre desenvolvimento produzidos sob condições desiguais de poder é o que Escobar, (1994) chama de "virada colonialista" que sedimenta construções específicas sobre o mundo não desenvolvido (ainda chamado Terceiro Mundo, à época) que permitem o exercício do poder sobre ele. Estão incluídas nesse discurso práticas de hierarquização racial e cultural que governam o discurso do desenvolvimento pelos mesmos princípios (ESCOBAR, 1994, p. 9).

São essas construções teóricas de nível macro que Bohle (2010) em seu artigo 'Geografia do Desenvolvimento'³¹ classifica como esgotadas. Para o autor, hoje já não devemos mais estudar a Geografia dos países em desenvolvimento, hoje, devemos nos preocupar com a Geografia do desenvolvimento, construindo uma travessia que o mesmo define 'do Espaço ao ser humano' pautada em uma abordagem multidimensional e transdisciplinar, orientada para problemas, mas também pela teoria, e voltada principalmente ao ser humano. A Geografia do desenvolvimento transitaria de uma ciência espacial *stricto sensu* para uma ciência social. Para explicar problemas sociais de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento, seria, portanto, indispensável incluir na análise também teorias sobre o desenvolvimento provenientes das Ciências Sociais.

Esse quadro de referência um tanto quanto recente, nos leva a pressupor que tem

³¹ Traduzido do alemão, 'Geographische Entwicklungsforschung'

ocorrido e ainda está em curso, uma passagem para o desenvolvimento mais próximo das necessidades pontuais dos grupos humanos, tanto na análise dos processos históricos que forjaram o atual nível de desenvolvimento no qual se encontram como no estudo e proposição de intervenções para obter os índices alcançados.

Nesse contexto, uma das muitas implicações teóricas foi a emergência, ainda nos anos 90, de uma abordagem alternativa à questão do desenvolvimento – o chamado desenvolvimento local – que como campo de estudo coloca em evidência a importância das atividades em termos de cidades, distritos, regiões, isto é, busca-se a melhoria na qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Variando de país a país, a abordagem em microescala de análise pode usar terminologias diferenciadas para identificar a pertença territorial a qual se aspira desenvolver - comunidades e microbacias no Brasil, vales na zona pré-alpina da Itália (MARCHI et al, 1983), comunidades de montanha nas demais regiões alpinas etc.

De uma forma ou de outra, o desenvolvimento local envolve o uso de medidas microeconômicas e ferramentas de planejamento em nível local para complementar as medidas macroeconômicas em nível nacional. Tão multidisciplinar quanto o campo do qual emergiu, engloba uma ampla gama de disciplinas, incluindo planejamento físico, economia, fatores socioambientais etc., com o objetivo de construir a capacidade econômica de uma área local para melhorar o seu futuro econômico e da qualidade de vida para todos.

Na atualidade, desde organizações não governamentais bem como entes públicos e privados criaram e trabalham mecanismos de desenvolvimento local. A Academia também se interessou pela temática, com a oferta de uma série de cursos de pós-graduação *stricto-senso* que discutem, propõem, enfim, tem como foco principal esse subcampo do Desenvolvimento, sem perder de vista o contexto de abertura e de integração das sociedades (globalização) e os processos pelos quais o novo conhecimento global emergente tem que ser recontextualizado e combinado com as especificidades locais. É juntamente com a ideia de desenvolvimento local que emergiram trabalhos sustentando o desenvolvimento a partir da liberdade, ou da expansão das capacidades humanas, na perspectiva do economista indiano Amartya

Sen.

Ao reinterpretar as ideias de Sen, os autores Santos & Oliveira lembram que o indiano critica a visão do desenvolvimento associada à riqueza, ou seja, ao crescimento do Produto Interno Bruto e da renda per capita, pois

uma pessoa pode ser demasiado rica, mas ao mesmo tempo, privada de se expressar livremente ou de participar de debates e decisões políticas. Em suma: a liberdade não é somente o objetivo primordial para se chegar ao desenvolvimento, mas também é o seu principal meio (SANTOS & OLIVEIRA 2017, p. 127).

Nessa seara de qualificativos previamente ou posteriormente adicionados ao termo desenvolvimento, merecem ainda menção as variantes:

- 1) Regional – tem como foco as regiões e suas desigualdades, assim como os elementos necessários para corrigir essa distorção (SANTOS & OLIVEIRA, 2017). Conceitualmente, pode ser visto a partir do crescimento econômico, da ampliação de valor sobre a produção e da capacidade de absorção da região em reter o excedente produzido localmente ou em outras regiões, de modo a ampliar o emprego, o PIB e a renda. A persistência de profundas desigualdades inter e intrarregionais que colocam o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo trouxe novamente a problemática regional à agenda governamental, com a criação do Ministério da Integração Nacional³² e a formulação e institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional³³. Em 2019, a partir da fusão com o Ministério das Cidades, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Regional.
- 2) sustentável/durável – está ligado à relação do ser humano com a natureza, pois preconiza a utilização racionalizada dos estoques de recursos naturais bem como a preocupação com as gerações futuras e a necessidade de um desenvolvimento com equidade entre a sociedade e a natureza (SANTOS&OLIVEIRA, 2017). Ocorre, portanto, a partir de uma diversa perspectiva, a qualiquantitativa. Ainda dentro desse subcampo, poderíamos

³² Sua criação se deu em 29 de julho de 1999, através da medida provisória nº 1.911-8, convertida na lei nº 10.683/2003, e teve sua estrutura regimental aprovada pelo decreto nº 5.847 de 14 de julho de 2006, que estabeleceu suas competências.

³³ Instrumento que orientava os programas e ações do Ministério da Integração Nacional, formulando e implementando grandes projetos estruturantes macrorregionais.

elencar a crescente preocupação da sociedade com questões ambientais, a busca por alimentação saudável, o apoio às políticas públicas inclusivas, o fair trade (comércio justo), a defesa do desenvolvimento de países pobres, o crescimento econômico, o fomento às economias solidárias, enfim, uma melhor qualidade de vida para as pessoas. Como coloca Neuhaus (2016) tem havido um redirecionamento no pensamento da população, uma curiosidade espontânea por aquilo que é denominado como desenvolvimento sustentável. Este seria o meio para se alcançar a sustentabilidade. A definição mais simplista, mas ao mesmo tempo pioneira do termo, aparece no Relatório Brundtland (1997), que cita: “[...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades [...]”. Sachs (1993) por sua vez acrescenta: “[...] desenvolvimento sustentável é aquele socialmente inclusivo, ambientalmente correto e economicamente sustentado no tempo [...]”. Dessa condição atemporal com que é tratado, focando não apenas na atual geração, mas garantindo os mesmos direitos a gerações futuras é que se chega ao termo que aparece acima – durável. Permanece, contudo, a visão de desenvolvimento como meio, e não como um fim em si mesmo.

- 3) Rural – o desenvolvimento rural deriva de uma visão ultrapassada oriunda da fragmentação intelectual incapaz de perceber o espaço como uno, integrado e dinâmico, conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não (SANTOS, 2008). O relativo atraso do rural é justificado pela existência de obstáculos ao crescimento, à chamada “etapa da decolagem”, ou seja, a passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna, cabendo ao rural a superação do atraso através da passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, com avanços tecnológicos que proporcionariam o crescimento econômico. Segundo Santos & Oliveira (2017) “[...] essa visão simplista e linear de superação de estágios esqueceu o espaço rural e seus peculiares aspectos sociais e humanos [...]”. Além disso, se for considerado que o desenvolvimento deriva de uma combinação de fatores favoráveis em determinado tempo-espaço, se deduz que o sucesso alcançado em um determinado espaço pode não ser necessariamente reproduzido pelas políticas de desenvolvimento em outro.

- 4) Urbano – Para Rolnik & Klink (2011), o desenvolvimento urbano objetiva garantir condições de urbanização totalmente adequadas para cada um dos domicílios brasileiros, considerando-se como adequado, o domicílio que não apresente qualquer inadequação em termos de abastecimento de água, iluminação elétrica, instalações sanitárias, lixo coletado, número de banheiros, espécie de domicílios, localização fora de aglomerados subnormais e densidade de moradores por cômodo. Segundo a autora, a política nacional de desenvolvimento urbano foi estruturada nos anos de 1960/1970 por meio da montagem de um sistema de financiamento de habitação e saneamento. Nessa perspectiva, hoje as matérias concernentes ao desenvolvimento humano deveriam ser ampliadas. Mobilidade, segurança, uso de espaços públicos, tratamento da paisagem e inclusão são algumas questões importantes nessa seara. Há que se fazer aceno do fato de que em outras interpretações desenvolvimento urbano pode ser também lido como crescimento horizontal e vertical nas cidades, numa perspectiva mais quantitativa.
- 5) Territorial – é o conceito de desenvolvimento de base territorial. O território vai servir como aglutinador, como ponto de convergência, dessa tripla visão do “novo” desenvolvimento, que incorpora a ênfase na melhoria da qualidade de vida, na diversificação produtiva e na participação. Busca-se a reconstrução das solidariedades locais em prol de uma transformação territorial que eleve a qualidade de vida dos seus membros; essas sinergias são centradas na estratégia de desenvolvimento articulado territorialmente (GOMEZ, 2011), superando a dicotomia campo-cidade.

O geógrafo francês Paul Vidal de la Blache teve um papel de destaque ao enfatizar a cultura como fator indutor de diferenças entre os seres humanos. O possibilismo vidaliano crê que o ser humano faz escolhas entre as várias possibilidades oferecidas pelo espaço; com a tecnologia e a ‘civilização’ ainda consegue contornar os obstáculos da natureza, deixando a sua marca no ambiente de vida. Partindo da paisagem, que a coletividade humana modifica com o seu modo de vida, chega-se à região, representação concreta do equilíbrio entre o ser humano e o ambiente. Cada região é, portanto, única e irrepetível, nunca serão encontradas duas iguais, mesmo em face de paisagens originalmente semelhantes (conceito de região vidalina)

(Gomes, 1995).

O possibilismo de La Blache insiste, em particular, nas peculiaridades de cada sociedade. O determinismo, opondo-se a este, considera o ser humano absolutamente vinculado ao ambiente, argumentando que toda civilização é resultado apenas do componente ambiental. A superação do viés determinista está no fato que mesmo em contextos físico-ambientais semelhantes, um papel fundamental na evolução histórica da sociedade é fornecido por componentes antrópicos e culturais.

Colocadas ambas as abordagens para explicar o desenvolvimento diferencial, territorialista e culturalista, retornamos a questão mais ampla a ser discutida nessa tese – a mensuração do desenvolvimento e as formas alternativas dentro das perspectivas teóricas apontadas.

A Geografia pode ajudar os formuladores de políticas públicas, mas não propondo diretamente as políticas corretas a serem implementadas válidas para todos os lugares e em todas as circunstâncias, já que o espaço é usado de forma seletiva, 'organizado por uma fração da sociedade para o exercício de uma forma particular de produção' (Santos, 1985), mas com ferramentas e quadro de referência que possibilitem a caracterização dos pontos fortes e fracos dos entes político-territoriais em termos de sistemas espaciais e econômicos. Ela pode ajudar os *policy-makers* identificando a prioridade adequada para cada espaço com uma mistura de ação pública proporcional às necessidades reais e não resultando em um desenho abstrato.

A análise geográfica em si, nesse sentido, levaria em conta fatores essenciais, como o tempo, distância geográfica, densidade, concentração etc. para não mencionar também o papel ambíguo dos recursos naturais e o peso do componente 'capital humano e social'. O uso combinado dessas ferramentas permite a análise do desenvolvimento: sua distribuição espacial, a localização de inovação, a competitividade regional e seus limites, e a equidade espacial e a partir disso a proposição de ferramentas e quadro de referência os quais foram mencionados acima (PRAGER&THISSE, 2009).

Os caminhos pelo qual passou o campo de estudos do desenvolvimento foram

variados. Houve o aporte de várias disciplinas, diferentes matrizes teórico-filosóficas. Em determinados momentos, desenvolvimento foi tratado dentro da perspectiva da disponibilidade de recursos naturais, ou seja, seria consequência da forma como se dava a relação da sociedade com a natureza. Os neomalthusianos, no entanto, não colocavam ênfase nessa relação, mas sim nos efeitos do rápido crescimento demográfico na estrutura da população e no processo de desenvolvimento econômico.

Um dos maiores embates, nessa seara, é a confusão oriunda do binômio desenvolvimento x crescimento econômico, já mencionado, mas não tratado anteriormente. Para Singer (1971) as ideias neomalthusianas acima expostas correspondem ao sistema ideológico dos países dominantes do mundo capitalista e seus interesses políticos. Assim, o autor define o processo de desenvolvimento (1971, p.5) “[...] como uma mudança essencialmente qualitativa que afeta a estrutura do sistema de produção [...]”, endereçando assim uma crítica aos neomalthusianos que tendiam a ver a questão como simples crescimento da renda per capita.

Na obra de Singer, a despeito da época em que foi formulada e das influências que pode ter sofrido, vemos uma evolução, ao tratar desenvolvimento fora do marco conceitual de crescimento. Para o autor, desenvolvimento significa mais, consistindo numa ruptura com a estrutura previamente existente, ou, enquanto desenvolvimento é transformação estrutural, já que o crescimento pode se dar dentro de um mesmo enquadramento estrutural.

Se retomarmos o conceito de Singer de transformação na estrutura econômica como desenvolvimento, podemos então citar os avanços em instrução e qualificação oriundos de investimentos em educação; podemos acrescentar também a inovação advinda do investimento em pesquisa, pautas estas que o mero crescimento econômico, representado pelo PIB per capita pode não demonstrar, já que sua elevação pode estar associada a mudanças na estrutura da população, no caso sua diminuição ou modificação da relação entre ativos e inativos, ou ainda a práticas e processos que embora aumentem a renda deterioram outros aspectos da qualidade de vida da população.

Subjazem então à definição de desenvolvimento econômico de Singer (1971),

mudanças institucionais e tecnológicas que a médio e longo prazo podem ter outros efeitos na qualidade de vida da população, como as já citadas educação e inovação. O PIB per capita como instrumento de mensuração da qualidade de vida já sofria críticas desde os anos 1970. Althorpe (1970) numa análise ainda mais à vanguarda daquela de Singer, considerou o PIB per capita inadequado enquanto medida, visto que escamoteia desigualdades espaciais da distribuição da renda e não traduz o desenvolvimento social.

A inter-relação dependência e desenvolvimento no esquema interpretativo de Cardoso & Faletto (2011) embora reforce a tese de que fatores puramente econômicos não são suficientes para explicar o desenvolvimento, vê os condicionantes socioculturais como propiciadores do crescimento econômico, atrelando a esse a noção de desenvolvimento: “[...] não é suficiente substituir a interpretação econômica do desenvolvimento por uma análise sociológica [...]” (2011, p. 24). A obra, ainda que seja considerada um marco conceitual, tenha dado origem à teoria da dependência, é carregada de binômios tais como "estrutura e processo", "centro e periferia", "tradicional e moderno", "importação e exportação", "desenvolvimento e subdesenvolvimento", "economia nacional e mercado", "matéria-prima e industrialização", "crescimento econômico e distribuição de renda", etc., que deixam transparecer o viés profundamente econômico no qual desenvolvimento é tratado, bem como a escala de análise – países, continentes, regiões do mundo.

Além disso, quando os autores afirmam que desenvolvimento é em si mesmo um processo social já que seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes (CARDOSO & FALETTO, 2011), na realidade não há uma mudança de foco que coloque desenvolvimento e relações sociais subjacentes como fim. Eles continuam sendo um meio, cujo fim é o aumento da renda. A abordagem é sintomática do período em que foi pensada³⁴. Novos olhares ainda estavam por emergir.

Na nova visão do desenvolvimento prevalece o foco na melhoria do conjunto das

³⁴A primeira edição da obra foi publicada em 1970. Nesta tese utilizamos a 10ª edição. Embora tenhamos críticas à abordagem dos autores, é irrefutável a importância e o alcance da obra, que foi e continua sendo usada em cátedras mundo afora.

condições de vida das populações mais pobres, ao invés do simples aumento da renda per capita. Essas novas visões privilegiam uma abordagem inclusiva, que permite a todos os grupos sociais de terem acesso a múltiplos benefícios, indo além daqueles de caráter econômico (BONAGLIA & de LUCA, 2006).

Dentro dessa ótica, as estratégias de avaliação começam a tratar a pobreza em um sentido multidimensional, compreendendo várias formas de privação. Essa concepção é inspirada nas reflexões de Sen, e vai além do aspecto meramente econômico para incluir a dimensão humana, política, a discriminação de entre os sexos e acesso a recursos naturais. Nesse cenário, as Nações Unidas adotam o IDH a partir de 1993.

É certo que outros fatores estão direta ou indiretamente envolvidos na questão do desenvolvimento, contribuindo para uma pior ou melhor condição de vida como o nível e eficiência do aparato técnico-científico e acadêmica, a força das instituições e o arcabouço jurídico-legal, mas também a vertente sociocultural como a relação com o trabalho e abertura a ideias e talento de outros lugares. Ou seja, a variedade de caminhos para a qualidade de vida em suas diversas dimensões não resulta de um modelo unitário simples (PRAGER&THISSE, 2009).

Tal feita não pôs fim ao debate sobre desenvolvimento. Ao contrário, em virtude de uma série de fatores, tais como um mundo sempre mais interconectado, possibilidades de viagens mais rápidas e informações em tempo real, emergência de novas abordagens teóricas etc., o campo de estudos do desenvolvimento continua em intenso debate. Está a aparecer que estamos aplainando um terreno ruidoso (NOBRE&PEDRO, 2010), mas nesse caso as forças da tectônica sempre dão um jeito de retorcê-lo novamente. A tectônica é, nesse sentido, e com a devida licença intelectual, os novos e intensos debates que surgem sobre o desenvolvimento e que tem procurado retratar um mundo que se descobre cada vez mais multidiverso.

Nos termos que temos até aqui inclinado nossa matriz de orientação, desenvolvimento suporia a emergência de um novo mundo, e não o crescimento quantitativo daquele que já existe. Tal crescimento é produto da expansão econômica, e não do desenvolvimento. Assim, no quadro mais amplo do progresso da sociedade, o

progresso econômico é mais uma variável, e não a única. Por isso o desenvolvimento não pode ser compreendido apenas sob o prisma da ciência econômica. Sua compreensão pressupõe, para além daquela, uma ação concertada entre todas as ciências humanas.

Além disso, o desenvolvimento é uma questão de seres humanos. Os seres humanos são os sujeitos do verdadeiro desenvolvimento, e o objetivo do verdadeiro desenvolvimento são os seres humanos (SCIDÀ, 2004). Qualquer processo de crescimento que não leve à realização das necessidades humanas, e não apenas aquelas observadas pelo IDH, não é desenvolvimento, ou pior, é uma deturpação do que ele poderia ser.

Igualmente, é uma deturpação acreditar que o debate sobre o desenvolvimento possa ser circunscrito à mera satisfação das necessidades materiais elementares. Como afirma Galtung (apud Scidà, 2004), cada ser humano deve ter a possibilidade de sentir-se sujeito do próprio destino. Assim, se espera que possamos ter condições de avançar para além da posição de seres meramente necessitados e ocuparmos o espaço de agentes racionais.

Desta forma, reforçamos que desenvolvimento nos termos em que é tratado nesse estudo, é um fim, o derradeiro resultado de vários processos, integrados ou não, e que como acenado antes, está em constante metamorfose. Mas será sempre um fim, independentemente das transformações que podem ocorrer ao longo dos tempos.

O esforço da diplomacia das Nações Unidas levou, na transição entre os anos 80 e 90 do século passado, à proposição e adoção do Índice de Desenvolvimento Humano para substituir o já bastante defasado e discutível PIB per capita como forma de mensuração do desenvolvimento. No capítulo três nos debruçamos sobre a gênese, adoção e críticas ao IDH.

“Education is the most powerful weapon which you can use to change the world.”

“No country can really develop unless its citizens are educated.”

“If you are poor, you are not likely to live long.”

Nelson Mandela

3. O IDH: DA ORIGEM À NECESSIDADE DE MUDANÇA

No capítulo 3 abordar-se-á a o contexto de surgimento do IDH, as intencionalidades de sua adoção, a escolha das dimensões, a sua forma de cálculo (com as justificativas para os valores mínimo e máximos da trave de valores). Ainda se dedica tempo a descrever algumas limitações e dificuldades na adoção de outras dimensões, como relativas às diversas liberdades ou à questão ambiental. Nesse mesmo capítulo também é mostrada a evolução do IDHM (adaptação brasileira do IDH global) com base nos dados dos censos de 1991, 2000 e 2010, tanto do índice geral como sua desagregação por dimensão. Por fim, mostramos algumas tendências trazidas pelo chamado Radar IDHM, baseado em dados das PNADs para os anos intercensitários após 2010, bem como fazemos algumas conjecturas para a próxima edição, a ser elaborada com dados do Censo de 2020.

A perspectiva do alcance do desenvolvimento humano proposta pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento³⁵) projetou três linhas de indicadores pré-escolhidos e pesados com extremo cuidado – longevidade, progresso educacional e padrão de vida. A adoção desses três parâmetros proporcionou uma imagem muito mais realística com relação às tentativas precedentes de representar o desenvolvimento. Scidà (2004) atribui esse êxito à tridimensionalidade adotada. O autor, porém, concorda que embora tal adoção seja um indubitável progresso em relação às tentativas anteriores, precisa ainda evoluir, já que permanecem amplas zonas escuras sobre as quais avançar.

Segundo o PNUD, o IDH foi criado para enfatizar que as pessoas e suas capacidades deveriam ser o último critério para avaliar o desenvolvimento de um país, e não o crescimento econômico por si só. O IDH também pode ser usado para questionar escolhas em políticas nacionais, colocando foco em como países com mesmo nível de renda per capita terminam tendo diferentes resultados em desenvolvimento humano e assim tais contrastes podem estimular o debate sobre prioridades em políticas governamentais.

³⁵ UNDP, na sigla em língua inglesa.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é assim uma medida síntese do desempenho médio em dimensões-chave do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, ter conhecimento e um padrão de vida decente. Metodologicamente, é calculado a partir da média geométrica de índices normalizados para cada uma das três dimensões.

Segundo o PNUD, desde 2010, quando o Relatório de Desenvolvimento Humano completou 20 anos, novas metodologias foram incorporadas para o cálculo do IDH. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma:

1) Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; 2) o acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança, e 3) o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência³⁶.

O IDH atribui um peso igual a todas as três dimensões componentes. A escolha de pesos é baseada no pressuposto normativo que todos os seres humanos valorizam as três dimensões igualmente³⁷.

O PNUD (2017) assim justifica a adoção de três variáveis, quando da criação do IDH: primeiramente, dada a infinidade das escolhas humanas foi reconhecido que em todos os níveis de desenvolvimento, os três essenciais para as pessoas são: a) levar uma vida longa e saudável; b) adquirir conhecimentos, e c) ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente. Segundo o PNUD, se essas três

³⁶ Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html> extraído em 22/10/17

³⁷ Disponível em <http://hdr.undp.org/en/content/are-hdi-dimensions-weighted-equally>, extraído em 12/04/2017

escolhas essenciais não são disponíveis, muitas outras oportunidades permanecem inacessíveis. O IDH capturaria então essas três dimensões básicas do desenvolvimento humano (PNUD, 2017)³⁸.

O PNUD também ressalta que se as três medidas de amplitude do desenvolvimento humano forem apresentadas, as pessoas olharão respeitosamente para esse painel, e então mudarão do PIB per capita como uma única medida de desenvolvimento para uma mais ampla. Por último, para mensurar o bem-estar humano é preciso uma medida simples como a renda per capita, mas não uma medida tão estreita como ela, cega aos aspectos mais amplos da vida humana. O IDH fornece essa medida mais ampla³⁹.

Quadro 4: Como é calculado o IDHM

Vida Longa e saudável	Acesso ao conhecimento		Padrão de vida
Expectativa de vida	Escolaridade da população adulta	Fluxo escolar da população jovem	Renda per capita
	Raiz cúbica da multiplicação dos subíndices com peso 1 e 2, respectivamente		
IDH Longevidade	IDH Educação		IDH Renda
Raiz cúbica da multiplicação das três dimensões			
IDH			

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNUD, 2017 ⁴⁰.

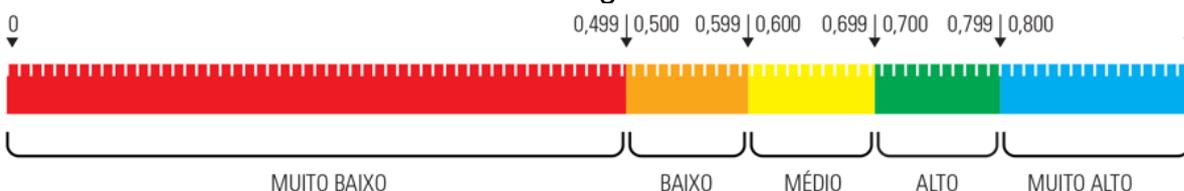
Sua leitura é feita através de faixas de valores, no intervalo que vai de 0, considerado valor mínimo até 1, valor máximo.

³⁸ Tradução livre de "*First*, given that human choices are infinite, it was also recognized that at all levels of development, the three essential ones are for people to *lead a long and healthy life, to acquire knowledge and to have access to resources needed for a decent standard of living*. If these essential choices are not available, many other opportunities remain inaccessible. The HDI captures these basic dimensions of human development."

³⁹ Tradução livre de "*Second*, if only breadth measures of human development are presented, people will look respectfully at that dashboard, but then will revert to GDP per capita for a single measure of development. The HDI would change that outlook. Third, for measuring human well-being, one needs as vulgar a measure as income per capita, but not as narrow a measure like income per capita which is blind to broader aspects of human lives. The HDI provides that broader measure."

⁴⁰ Disponível em www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_educacao/ Acesso em 1º/05/2017

Quadro 5: Faixas de Desenvolvimento segundo o IDH



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNUD, 2017 ⁴¹.

A operacionalização do cálculo do índice para situá-lo nas faixas entre 0 e 1 obedece aos seguintes passos, de acordo com a UNDP:

Passo 1. Criação dos índices de dimensão

Os valores mínimos e máximos (traves) são definidos para transformar os indicadores expressos em diferentes unidades em índices em uma escala de 0 a 1. Estes postos atuam como "zeros naturais" e "alvos aspiracionais", respectivamente, com os quais os componentes dos indicadores são padronizados. Eles estão configurados com os seguintes valores, conforme demonstrado na tabela 1:

Tabela 1: Valores para padronização de indicadores

Dimensão	Indicador	Mínimo	Máximo	Unidade
Saúde	Esperança de vida	20	85	Anos
	Anos de escolaridade esperada	0	18	%
Educação	Anos médios de escolaridade	0	15	%
	Padrão de vida	Renda per capita	100	75.000

Fonte: Training Material for Producing National Human Development Reports, UNDP, 2014

A justificativa para colocar o zero natural para a expectativa de vida aos 20 anos é baseada em evidências históricas de que nenhum país no século 20 teve uma expectativa de vida de menos de 20 anos. O valor máximo é fixado em 85 anos, já que isso pode ser interpretado como uma meta aspiracional para as sociedades (pelo menos nos próximos 5 a 10 anos) (UNDP, 2015). Em relação à educação, as sociedades podem subsistir sem educação formal, justificando o valor mínimo atribuído a essa dimensão como de 0 anos. O máximo para os anos esperados de escolaridade, 18 anos, é equivalente a obtenção do grau de mestrado na maioria dos países. O máximo para os anos médios de escolaridade, 15, é o máximo projetado para este indicador em 2025.

O baixo valor mínimo para a renda per capita, de \$ 100, é justificado pela existência

⁴¹Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/ Extraído em 1º/05/2017

considerável de produção de subsistência e não comercial em economias próximas ao mínimo, não mensuradas e assim não capturadas nos dados oficiais. O valor máximo é fixado em US\$ 75.000 per capita, já que segundo a UNDP os estudos de Kahneman and Deaton (2010) mostraram que praticamente não há ganho no desenvolvimento humano e bem-estar da sociedade quando o rendimento per capita ultrapassa o limite de US\$ 75.000. Atualmente, apenas quatro países (Kuwait, Liechtenstein, Catar e Singapura) excedem tal limite.

Tendo então definido os valores mínimo e máximo, os índices de dimensão são calculados da seguinte maneira:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor real} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

A título de exemplo, vejamos como se calcula a dimensão longevidade para o Brasil:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{74,7 - 20,0}{85,0 - 20,0} = 0.841$$

Para a dimensão educação, a primeira equação é aplicada para cada um dos dois indicadores e, em seguida, é tomada a média geométrica dos dois índices resultantes, com peso 1 para o índice de escolaridade e peso 2 para o índice de fluxo.

Passo 2. Agregando os índices dimensionais para produzir o IDH

O IDH é a média geométrica dos índices tridimensionais, dado pela raiz cúbica da multiplicação das três dimensões⁴².

Figura 2: Cálculo do IDH



Fonte: UNDP, 2014

⁴² Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_educacao/ Acesso em 18/07/2019.

Deve ser notado que no caso do IDHM, adaptação brasileira do IDH global, há uma diferença no cálculo da dimensão Educação, que demonstra o acesso a conhecimento: ela é medida por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo - tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo - tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilita aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação (PNUD, 2019)⁴³.

Uma ponderação deve ser feita à forma como as faixas de valores são distribuídas, especialmente em seus dois extremos: não seria uma abrangência desmedida metade da escala 0-1 ser ocupada por apenas uma faixa (no caso de muito baixo desenvolvimento humano)? Na parte oposta, acabamos vendo situação semelhante, embora isenta de tamanho exagero. Fica, a título pedagógico uma comparação – separando Noruega (1º em 2018 com IDH 0,953) e Cazaquistão (58º em 2018 com IDH 0,800) tem-se um hiato de 57 posições entre 188 países que compõem o ranking. O PNUD acrescenta algumas observações pertinentes, no ponto de vista deles. Cabe esclarecer que estas observações em si próprias compõem o grosso das críticas tecidas ao índice.

A primeira delas é que o IDH não é uma medida completa do desenvolvimento humano. Seu foco são apenas as dimensões básicas do desenvolvimento, não tomando em consideração um grande número de outras dimensões.

A segunda é que o IDH é composto por resultados alcançados em termos de políticas de desenvolvimento humano de longo prazo. Assim, ele não reflete as conquistas a partir dos esforços feitos em termos de política de desenvolvimento humano de curto

⁴³ Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em 03/01/2019

prazo.

A terceira observação é que o IDH compartilha das mesmas limitações de todas as medidas compostas. Entretanto é importante mantê-lo simples, com poucas variáveis para assegurar a sua aceitabilidade, compreensão e previsibilidade.

A quarta observação é que o IDH é uma medida média e assim mascara uma série de disparidades e desigualdades dentro dos países. A desagregação do índice em termos de sexo, regiões, raças e grupos étnicos pode revelar outras facetas, o que pode ser e tem sido amplamente usado para formulação de políticas.

Em quinto lugar, a renda entra no IDH não como um direito próprio, mas como um indicador dos recursos necessários para ter um padrão de vida decente. A questão do rendimento é a sua transformação nas dimensões saúde e educação do IDH. Assim, entre renda e as outras duas dimensões do IDH, a questão é a de transformação, e não de substituição^{44 45}.

Ao final, o PNUD conclui que o IDH tem um âmbito limitado. Não pode fornecer uma imagem completa do desenvolvimento humano em qualquer situação. Tem de ser complementado com outros indicadores úteis, a fim de alcançar a uma visão abrangente. Em outras palavras, a mensuração do desenvolvimento humano não deveria ser feita apenas com o IDH, mas de uma forma que possa retratar o quadro o mais completo possível. Usando uma metáfora, o PNUD afirma que a mensuração do desenvolvimento humano representa uma casa e o IDH é a porta desta casa. Não se deve confundir a porta com a casa e não se deve parar na porta; em vez disso, deve-

⁴⁴Disponível em <http://hdr.undp.org/en/hdi-what-it-is>, extraído em 13/04/2017.

⁴⁵Tradução livre de "First, the HDI is not a comprehensive measure of human development. It just focuses on the basic dimensions of human development and does not take into account a number of other important dimensions of human development. Second, it is composed of long-term human development outcomes. Thus, it does not reflect the input efforts in terms of policies nor can it measure short-term human development achievements. Third, it shares all the limitations of composite measures. But it is important to keep it simple with minimum variables to ensure its acceptability, understanding and predictability. Fourth, the HDI is an average measure and thus masks a series of disparities and inequalities within countries. Disaggregation of the HDI in terms of gender, regions, races and ethnic groups can unmask the HDI and can be and has been used widely for policy formulation. Fifth, income enters into the HDI not in its own right, but as a proxy for resources needed to have a decent standard of living. The issue with regard to income is how it is transformed into the health and education dimensions of the HDI. Thus, between income and the other two dimensions of the HDI, the issue is that of transformation, and not of substitution"

se entrar na casa⁴⁶.

Uma das mais severas críticas ao IDH é sobre a não inclusão das dimensões de participação política e representatividade das minorias, sexo e igualdade. De acordo com o PNUD, como um simples índice sintético, o IDH foi desenhado para refletir as conquistas médias em três aspectos básicos do desenvolvimento humano, por isso, participação e outros aspectos do bem-estar são mensurados através do uso de uma série de indicadores objetivos e subjetivos e são discutidos no relatório anual publicado pelo Programa. As questões de mensuração relacionadas com esses aspectos do desenvolvimento humano demonstram os desafios conceituais e metodológicos que precisam ser abordados⁴⁷.

O IDH simplifica e captura apenas parte do que é implicado no desenvolvimento humano. Ele não reflete as desigualdades, a pobreza, a segurança, o empoderamento etc. Não obstante, o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD oferece outros índices compostos mais amplos em algumas das questões-chave do desenvolvimento humano - desigualdade, disparidade entre os sexos e pobreza. Entretanto, há que se notar que pouco se fala ou se reporta sobre tais índices na mídia. Ao falar do desenvolvimento, sua face é na maior parte das vezes retratada pelo IDH.

Vemos então que o próprio PNUD já trata de advertir sobre eventuais possibilidades de críticas ao IDH, ao explicar escolhas feitas no processo de elaboração. Não obstante essas '*mea culpa*', o campo do ceticismo em relação ao índice tem crescido. Alguns fatores já foram discutidos na parte introdutória desse estudo. Outros serão abordados a partir deste ponto.

⁴⁶Tradução livre de "The HDI thus has a limited scope. It cannot provide a complete picture of human development in any situation. It must be supplemented with other useful indicators in order to get a comprehensive view. Thus, it is human development accounting, not the HDI, which can portray the complete picture. If a metaphor is used, human development accounting represents a house and the HDI is the door to the house. One should not mistake the door to be the house and one should not stop at the door, rather one should enter the house.

⁴⁷Disponível em <http://hdr.undp.org/en/faq-page/human-development-index-hdi#t292n55>. Extraído em 12/04/2017. Livre tradução de "As a simple summary index, the HDI is designed to reflect average achievements in three basic aspects of human development – leading a long and healthy life, being knowledgeable and enjoying a decent standard of living. Participation and other aspects of well-being are measured using a range of objective and subjective indicators and are discussed in the Report. Measurement issues related to these aspects of human development demonstrate the conceptual and methodological challenges that need to be further addressed".

Um problema envolvido é a questão dos dados. Segundo o PNUD, o Relatório de Desenvolvimento Humano observa plenamente os princípios que regem as atividades estatísticas internacionais. São tomadas várias medidas a cada ano para assegurar que os dados publicados no Relatório mantenham a mais alta qualidade. Estas medidas incluem a consulta e a comunicação regular com os organismos nacionais e internacionais de estatística, reuniões periódicas com o Painel Consultivo de Estatística composto por distintos estatísticos nacionais e internacionais e economistas do desenvolvimento, acadêmicos e membros selecionados da Comissão de Estatística das Nações Unidas.

No entanto, vários problemas relacionados com a qualidade dos dados permanecem. Estes incluem questões de inconsistência e discrepância entre séries de dados nacionais e internacionais. O envio irregular dos dados pelos diferentes países às agências da ONU é o principal responsável por essa questão, apesar dos cronogramas acordados. Em algumas ocasiões pode haver diferenças nas definições aplicadas, nas classificações ou nas populações de referência entre os países (PNUD, 2017)⁴⁸.

O debate sobre o IDH foi e permanece muito vivo. Scidà (2004, p. 116) lembra que um dos fatores que contribuem para isso é o Relatório Anual do PNUD, apresentando o índice com as características de um '*work in progress*', propondo contínuas novidades. Tais novidades são endereçadas em responder parte das críticas, algumas tributárias do uso do PIB per capita, como o fato de ser incapaz de evidenciar as desigualdades na distribuição dos benefícios do desenvolvimento em vários âmbitos, desde a questão regional até entre os sexos.

Para Raworth & Stewart (2005) uma visão geral das críticas necessárias sobre o IDH e seu uso sintetizam-se em problemas conceituais, escolha das dimensões, escolha dos indicadores, mensuração dos dados e possíveis incorreções, problemas de agregação dos dados, redundância etc. Em suma, poderíamos estabelecer dois grupos de críticas ao IDH. O primeiro é relativo 'ao que ele tem', ou seja, suas atuais dimensões. O segundo é relativo 'ao que ele não tem', isto é, como poderia ser, sendo

⁴⁸Disponível em <http://hdr.undp.org/en/statistics/understanding>. Extraído em 12/04/2017

nesse caso analisadas possibilidades em âmbito nacional e subnacional, como as propostas nessa tese e internacional, tal como as várias liberdades (SCIDÀ, 2004, p. 117; 118).

Na atual configuração do IDH, a dimensão educação é composta por dois subindicadores – a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem. Nenhuma das duas métricas, entretanto, considera a qualidade do processo educacional, reduzindo assim a descrição da dimensão, - 'adquirir conhecimento' - à simples frequência ou obtenção de um número elevado de anos de estudo a despeito do quanto profícuo isso possa ter sido na obtenção do conhecimento, e assim ter de fato agido como um instrumento de mudança qualitativa na vida das pessoas. É oportuno ainda salientar que no Brasil, há aproximadamente 15 milhões de analfabetos absolutos⁴⁹ (IBGE, 2015), ou 8% de sua população, com ligeiro predomínio entre a população masculina (8,3%) sobre a feminina (7,7%). Se levarmos em consideração os milhões de analfabetos funcionais, categoria essa que embora não reúna consenso quanto à sua definição^{50 51} mas abarca um número ainda maior de brasileiros, o quadro se torna mais complexo. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2010 revelou que a taxa de analfabetismo funcional do Brasil era de 20,3%⁵² da população, ou seja, 1/5 do total (IBGE, 2010).

Sobre a dimensão renda per capita as críticas são contumazes no sentido de enfatizar sua incapacidade de demonstrar a desigual distribuição da riqueza produzida

⁴⁹ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>. Acesso em 13/08/2017.

⁵⁰A esse propósito ver Ribeiro, V.M. Alfabetismo funcional: Referências conceituais e metodológicas para a pesquisa, IN Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 60, dezembro/97. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf>, acesso em 13/08/2017.

⁵¹O Glossário de Termos Estatísticos da OCDE assim define analfabetismo funcional: "A person is functionally illiterate who cannot engage in all those activities in which literacy is required for effective functioning of his group and community and also for enabling him to continue to use reading, writing and calculation for his own and the community's development" em livre tradução - "Uma pessoa é funcionalmente analfabeta quando não pode se envolver em todas as atividades nas quais a alfabetização é necessária para o funcionamento eficaz do seu grupo e comunidade e também para que lhe permita continuar a usar leitura, escrita e cálculo para tanto para o seu próprio desenvolvimento como para o de sua comunidade." Disponível em <https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=1279>, extraído em 13/08/2017.

⁵² IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Tabela extraída da Síntese de Indicadores Sociais de 2001 à 2009 Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?t=taxa-analfabetismo&vcodigo=PD384>. Acessado em 13/08/2017.

(SINGER, 1971; ALTHORPE, 1970; BONAGLIA & de LUCA, 2006; etc), camuflando assim as disparidades socioeconômicas. Por já estar pacificado esse quesito, não o discutimos nessa oportunidade.

Em contraste, não existem muitas críticas ao uso da expectativa de vida no IDH como representativo da dimensão saúde, a qual é descrita como "a capacidade de viver uma vida longa e saudável". O índice dessa dimensão permaneceu o mesmo, exceto por alguns ajustes na trave de valores. Pouco se discute sobre a adequação do uso da expectativa de vida como um indicador para a capacidade de levar uma vida longa e saudável. Como um indicador de uma 'vida longa' ou longevidade, ela é sem dúvida uma boa medida, uma vez que está diretamente derivado de padrões de mortalidade, principalmente infantil (ENGINEER et al, 2009 p.2). Já como indicador de uma vida saudável, surgem controvérsias.

Dessa forma, alguns autores já questionam seu uso. Hicks afirma que

com certeza, indicadores de longevidade não revelam diretamente a qualidade dos anos de vida. É possível viver 80 anos com problemas de saúde, ou a viver 20 ou menos anos de perfeita saúde antes de uma morte inesperada (HICKS, 1997, p. 1285 apud ENGINEER ET AL, 2009, p.2).

Nessa mesma linha, Wolfson (1996, p. 41, apud ENGINEER ET AL, 2009 p.3) argumenta que “[...] as estimativas da esperança de vida não fornecem nenhuma indicação da qualidade de vida, apenas a quantidade [...]”. Ele sustenta que um país pode muito bem ter alta expectativa de vida, mas seus cidadãos mais velhos podem estar vivendo com várias doenças associadas à velhice, e, portanto, pode estar enfrentando uma relativamente baixa qualidade de vida.

A esse propósito, Seneca, escritor e filósofo romano que viveu entre 4 a.C.- 65 d.C, em sua mais conhecida obra, intitulada ‘A brevidade da vida’ questionou fortemente a relação entre o tempo e a qualidade do viver. A transitoriedade das coisas percorre sua obra, traduzindo-se em alertas os quais cabem reflexões:

- *cogita semper qualis vita, nonnon quanta sit*⁵³;
- *in optimo illam statu ponit qualitas sua, non magnitudo*⁵⁴;

⁵³ "Pense sempre na qualidade da vida, não na quantidade".

⁵⁴ "É a qualidade, não a duração a colocar a felicidade da vida nas melhores condições".

- *non esse positum bonum vitae in spatio eius, sed in usu*⁵⁵;
- *quam bene vivas refert, non quam diu*⁵⁶;
- *non ille diu vixit, sed diu fuit*⁵⁷. (Seneca, 50 d.C.)

A releitura da mensuração do desenvolvimento passa pela ideia sobre como o IDH poderia ser, bem como toma o desenvolvimento como fim e não meio. Nesta releitura se assume que outras dimensões podem não só caracterizar a condição do desenvolvimento como também que a agregação de tais dimensões é necessária.

Registra-se, porém, que algumas das mais ferrenhas críticas feitas ao índice da ONU por suas negligências não teriam aproveitamento no contexto de estudo que usamos nessa tese, o estado do Espírito Santo e seus municípios, visto que estamos sob regulação de uma mesma legislação, temos, por garantias constitucionais como estabelecido no Preâmbulo da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) assegurado “[...] o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar [...]”⁵⁸. O mesmo não acontece com a igualdade entre os sexos, a incidência de pobreza, a desigualdade em suas diversas nuances, entre outras variáveis, que poderiam ter lugar a nível nacional e subnacional, numa hipótese de maior amplitude do IDH, como já visto anteriormente.

Partimos assim para uma problematização de algumas questões ligadas às várias acepções do termo 'liberdade' e sua não vinculação ao IDH, onde cabe a análise e comparação entre diferentes países ou conjunto de países. Nesse sentido, Scidà (2004) afirma que embora a adoção do IDH tenha dado contribuições relevantes ao debate sobre o desenvolvimento, carece de discussões sobre essa variável central na definição de desenvolvimento humano, já que ela se encontra ausente na construção desse índice composto.

Amartya Sen sempre defendeu, em seu papel de consultor do PNUD, a introdução de um indicador de liberdade humana capaz de avaliar essa dimensão do

⁵⁵“Não coloque o bem da vida na sua duração, mas na sua utilização”.

⁵⁶“O que importa é o quão bem você vive, não a duração”.

⁵⁷“Não viveu profundamente, apenas esteve no mundo muito tempo”.

⁵⁸BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 14/08/2017.

desenvolvimento humano em todos os setores operativos (econômico, político ou cultural). Ao mesmo tempo, admite-se que existem dificuldades para inserir um indicador que leve em conta uma multiplicidade de limitações à liberdade humana, as quais o próprio Sen (1999; 2000) distingue como negativas (liberdade de algo) e positivas (liberdade de fazer algo).

Embora tais debates venham se processando no decorrer das últimas décadas, é patente que grande parte da humanidade não usufrui da liberdade humana na perspectiva de Sen, e esta, quando exercida, necessariamente não é mensurada pelo IDH. Analisemos as seguintes imagens, que tratam de notícias recentes associadas à falta, ao exercício ou à conquista de algumas liberdades (figuras 3 a 8), as quais posteriormente serão listadas na sua integralidade (liberdade de [livre de] ou liberdade de [poder exercer algo]) no quadro 6 (p. 104).

No decorrer desta tese, ao caracterizar as múltiplas desigualdades que existem entre homens e mulheres no Brasil e no mundo, mostraremos como as mulheres são sub-representadas na política. Entretanto, há situações piores, como mostra a figura 3. O texto presente na figura alude ao direito de voto na Arábia Saudita.

O assunto percorreu jornais e mídias do mundo. Na figura 3, trecho do jornal norte-americano *The New York Times*, em matéria publicada em 08 de setembro de 2016, anunciou que pela primeira vez na Arábia Saudita mulheres teriam direito ao voto, embora o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, um dos três instrumentos que constituem a Carta Internacional dos Direitos Humanos estabelecesse desde 1966 em seu artigo 25⁵⁹ que:

"Todo cidadão terá direito e oportunidade sem nenhuma distinção e sem restrições razoáveis a: (...) (b) Votar e ser eleito em eleições periódicas genuínas, que serão por sufrágio universal e igual e serão realizadas por votação secreta, garantindo a livre expressão da vontade dos eleitores"⁶⁰.

A Arábia Saudita não é signatária do pacto, em tempo.

⁵⁹ Disponível em <http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CCPR.aspx>. Acesso em 16/08/2017

⁶⁰ Livre tradução de: "Every citizen shall have the right and the opportunity, without any of the distinctions mentioned in article 2 and without unreasonable restrictions: To vote and to be elected at genuine periodic elections which shall be by universal and equal suffrage and shall be held by secret ballot, guaranteeing the free expression of the will of the electors."

Figura 3: Matéria sobre eleições na Arábia Saudita

Saudi Women Vote for the First Time. What Did That Look Like?



An image from "Ladies First." Yousur al-Hlou

Fonte: Jornal The New York Times (2017)⁶¹

Outro importante aspecto do desenvolvimento é a oferta do trabalho, como um dos meios de se viver decentemente. Entretanto, o trabalho em si, pode ocorrer dentro de relações precárias entre mão de obra e contratantes, como mostrado na figura 4, aludindo a fatos recentes ocorridos no Brasil.

Em recente fato amplamente divulgado pela mídia brasileira, novas denúncias sobre trabalho escravo surgiram, dessa vez envolvendo trabalhadores estrangeiros atraídos por falsas promessas, e após chegar ao país, submetidos a regime de trabalho degradante além de condições vexatórias e humilhantes.

⁶¹ Disponível em <https://www.nytimes.com/2016/10/17/insider/saudi-women-vote-for-the-first-time-what-did-that-look-like.html>. Acesso em 12/12/17

Figura 4: Matéria sobre trabalho precário no Brasil

13/08/2017 22h13 | Atualizado em 14/08/2017 12h40

Filipinos acusam patrões brasileiros de trabalho escravo

Eles vieram ao país em busca de emprego como domésticos.
Exploração teria acontecido em casas de alto padrão em SP e no RJ.



Fonte: Portal G1 (2017)⁶².

Nesse íterim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, diz em seu artigo IV “[...] ninguém deve ser mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos devem ser proibidos em todas as suas formas [...]”^{63 64}.

O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos desde sua aprovação pela ONU.

A figura 5 traz uma matéria que retrata um debate mais afeto às mulheres – o direito ao aborto. Nos países mencionados, mesmo diante de circunstâncias extremamente prejudiciais à saúde física e mental das mulheres o aborto não é consentido.

⁶² Disponível em g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/08/filipinos-acusam-patroes-brasileiros-de-trabalho-escravo.html. Acesso em 12/12/17

⁶³ Disponível em <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> Acessado em 17/08/2017.

⁶⁴ Livre tradução de: "No one shall be held in slavery or servitude; slavery and the slave trade shall be prohibited in all their forms."

Figura 5: Matéria da Revista Business Insider sobre aborto no mundo

Six countries — El Salvador, Malta, the Vatican, Chile, the Dominican Republic, and Nicaragua — still refuse abortions to women under any circumstances, even if it's to save her life. It means that under many circumstances, such as rape, incest, or if the foetus has a severe abnormality, women still must bring a pregnancy to term.

Developing countries, which have the strictest laws around ending a pregnancy, have the highest unsafe abortion rates. It is estimated that around the world, **78,000 deaths result from unsafe abortions every year**. These are the countries with the strictest abortion laws around the globe.

Fonte: Portal Business Insider (2017)⁶⁵.

Na categoria dos 'direitos da pessoa' existe a assunção da não interferência do Estado em assuntos estritamente confidenciais e pessoais, tal qual a decisão pela realização do aborto. Em matéria publicada em 15 de dezembro de 2016, intitulada '*The 9 countries with the most draconian abortion laws in the world*'⁶⁶ a edição britânica do veículo de notícias nova-iorquino Business Insider elencou os 6 países que proíbem o aborto às mulheres em qualquer circunstância, mesmo que seja para salvar sua vida. A matéria afirma que nesses países, que observam as mais severas leis sobre aborto no mundo, em muitas circunstâncias, como estupro, incesto, ou se o feto tiver uma anormalidade grave, as mulheres precisam levar a gravidez ao fim⁶⁷.

Nesse caso não ocorre apenas uma veemente intromissão em um assunto estritamente pessoal, mas gera uma consequência que se transforma depois em caso de saúde pública. Na sequência a matéria da Business Insider afirma que milhares de mortes ocorridas anualmente decorrem de abortos clandestinos.

Na esteira do mesmo tema, a figura 6 mostra como a questão do aborto é levada ao campo político (nesse caso não como objeto de políticas públicas, mas como tema de campanha eleitoral).

⁶⁵ Disponível em: uk.businessinsider.com/countries-strictest-abortion-laws-2016-12 Acesso em 12/12/17

⁶⁶ Em livre tradução "Os 9 países com as mais draconianas leis sobre aborto no mundo".

⁶⁷ Disponível em uk.businessinsider.com/countries-strictest-abortion-laws-2016-12. Acesso em 17/08/2017

Figura 6: Matéria sobre proposta de punição para o aborto nos Estados Unidos



Fonte: Jornal Daily News (2017)⁶⁸

Na capa do também jornal nova-iorquino Daily News, datado de 31 de março de 2016, um então candidato à corrida presidencial norte-americana afirmava que se os abortos fossem proibidos, seria necessária alguma forma de punição para mulheres que ainda os praticassem, tipificando como crime. Em letras garrafais está escrito '*womb raider*' ou assaltante de úteros.

A figura 7 traz a questão da pena de morte, retratando o caso das Filipinas. Observa-se que os temas tratados como questão de liberdades e os países mencionados nas matérias envolvem um amplo espectro socioeconômico, cultural e geográfico, ou seja, o tema da liberdade manifesto em suas diversas formas parece estar colocado em forte dúvida em várias partes do mundo, passando de países pouco desenvolvidos àqueles em desenvolvimento e muito desenvolvidos.

⁶⁸ Disponível em nydailynews.com/news/new-york-daily-news-covers-donald-trump-years-gallery-1.2716080?pmSlide=1.2583589 Acesso em 12/12/17

Figura 7: Presidente propõe restaurar a pena de morte nas Filipinas.

★ ★
Pp18.00
4 SECTIONS
24 PAGES
PSE: 117 80 234
TUESDAY, MAY 17, 2016
Trusted since 1898
www.manilatimes.net

The question Comelec must answer
BY ENY MAKABENTA
COLUMNIST

"If an already established, semantic rule is inserted into the automated election system that will instruct it to change every question mark (?) into an "X", does it not logically follow that semantic could also instruct the system to change a "Major vote into a filibuster at particular points or times of the vote count?"

The answer is unavoidable "yes, it can," under the rules of logic and computer systems.
I shall search eagerly how Andy Bautista will evade with this question before bowing to its unassailable logic.
In my house, there are two people who understand computer programming.

It is, I think, lamentable that the public knows so little of presumptive President Duterte's background. There have been colorful "profiles" or caricatures that highlight aspects of his character, but almost no attention is given to the 71-year-old mayor of Davao City's personal story. "Behind my epithets, my crimes," he says, "are time and again my responses, and to the background. There have been colorful

The charm of Digong Duterte
BY RACHEL A. G. REYES
COLUMNIST

"profiles" or caricatures that highlight aspects of his character, but almost no attention is given to the 71-year-old mayor of Davao City's personal story. "Behind my epithets, my crimes," he says, "are time and again my responses, and to the background. There have been colorful

Duterte to restore death penalty

BY CATHERINE S. VALENTE
REPORTER

PRESIDENT- ELECT Rodrigo Duterte has vowed to reintroduce death penalty by hanging to stop crime.

The Davao City mayor said he will ask lawmakers to pass a measure allowing the death penalty for heinous crimes such as drug-peddling, rape, murder, kidnapping, extortion and robbery.

"What I would like to urge Congress to do is to pass a law that will allow the death penalty for heinous crimes," Duterte said.



PARTIAL UNOFFICIAL COUNCILOR SYSTEM
1253 VOTES
PRESIDENT
1. RODRIGO DUTERTE 15,969,217
2. MAR RODRIGOS 9,390,383
3. GRACE POE 8,912,716
4. JEDIHAR BINAY 5,118,252
5. MIRIAM SANTIAGO 1,424,530
VICE PRESIDENT
1. LENI RODRIGO 18,822,843
2. DOMINGO MARCOS 13,800,797
3. ALAN CAYATANO 5,674,884
4. CRUZ ESCOBERO 4,812,350
5. ANTONIO TRILLANES 444,144
6. GONZA ROMANAN 788,393
SENATORS
1. FRANKLIN DRILON 18,753,071
2. JOEL VILLARNOVA 18,696,262
3. TITO SOYO 18,632,211
4. PING LACSON 18,533,938
5. DICK GARDEN 18,267,486
6. MARZ ZUNIBO 15,679,987
7. MARVIN PREGIANO 15,592,240
8. RICA BONIFACIOS 15,545,441
9. KIRO PANGILINAN 15,538,178
10. WIN GATRALIAN 14,678,521

Fonte: Jornal The Manile Times (2017)⁶⁹

Em 17 de maio de 2016 o cotidiano filipino The Manila Times, voltado para o público anglófono presente no arquipélago e leitores de outras partes do mundo afirmou, reproduzindo palavras do então presidente eleito Rodrigo Duterte, que a pena de morte seria restaurada, como medida de combate à onda de crimes pela qual o país passava.

Nesse contexto o país voltaria a figurar entre um número sempre menor de outras nações do mundo que infringem duas liberdades - aquela de não sofrer punição capital por parte do Estado e não sofrer penas corporais.

Por fim, novamente uma situação envolvendo a Arábia Saudita, como expresso na matéria trazida na figura 8. O caderno *Women in the world*, do jornal nova-iorquino The New York Times trouxe estampado em 30 de novembro de 2016 problemáticas mais uma vez relativas à Arábia Saudita. Desta vez a discussão não é mais a recente conquista feminina do direito ao voto, mas o direito a simples prática de poder dirigir um automóvel.

⁶⁹ Disponível em <http://www.manilatimes.net/todays-front-page-may-17-2016/262468/> Acesso em 13/12/17

Figura 8: Bilionário príncipe saudita diz que é hora de as mulheres dirigirem.
 ZIPLINE · NEW YORK SUMMIT 2018 · EVENTS



Billionaire Saudi prince declares 'It's time for women to drive'

BY WITW STAFF 11.30.16



Fonte: Jornal The New York Times (2017)⁷⁰.

Ao não ter esse direito garantido, desta vez duas liberdades são negadas – a igualdade política e jurídica e a igualdade social e econômica das mulheres. A revista The Week, em reportagem datada de 27 de setembro de 2016 listou algumas coisas as quais as sauditas não podem fazer, embora explique que alguns direitos tenham sido incrementados recentemente:

- abrir uma conta bancária sem permissão do marido;
- dirigir automóveis⁷¹;
- usar roupas ou maquiagens que mostrem sua beleza;
- interagir com homens;
- nadar;
- disputar livremente em competições esportivas; e
- provar roupas quando vão às compras⁷².

⁷⁰ Disponível em nytlive.nytimes.com/womenintheworld/2016/11/30/billionaire-saudi-prince-declares-its-time-for-women-to-drive/ Acesso em 13/12/17.

⁷¹ Posteriormente essa proibição foi revogada, e a partir de 24/08/2018 às sauditas foi intitulado esse direito.

⁷² Disponível em <http://www.theweek.co.uk/60339/nine-things-women-cant-do-in-saudi-arabia>. Acesso

Segundo o PNUD, em seu Human Development Report referente a 2016, a Arábia Saudita tem um IDH muito alto⁷³, sendo ranqueada na 38ª posição em nível mundial.

Os elementos destacados nas páginas imediatamente anteriores elencam uma série de liberdades, as quais mesmo em tempos muito próximos ao atual não estavam ou não estão assegurados aos cidadãos de diferentes partes do mundo, seja este considerado '*desenvolvido*' ou não. Retomamos a definição de Sen (1999, 2000) sobre liberdades. Temos assim dois grupos:

- negativas - liberdade de algo, no sentido de ser livre de algo; não ter a si imputadas punições ou obrigações;
- positivas – liberdade de fazer alguma coisa, exercer algum direito, direitos legais, direitos da pessoa.

O quadro 6 explica melhor.

Quadro 6: Tipos de liberdades.

Liberdade de (livre de)	Liberdade de (poder exercer algo)
-Servidão;	-Viajar dentro e fora do próprio país;
-Escravidão;	-Associação e assembleias pacíficas;
-Trabalho forçado ou infantil;	-Transmitir ideias e receber informações;
-Execuções extrajudiciárias;	-Monitorar as violações dos direitos humanos;
-Torturas ou coerções por parte do Estado;	-Publicar e educar na língua étnica;
-Sentenças corporais;	-Oposição política pacífica;
-Pena de morte;	-Eleições multipartidárias com sufrágio secreto e universal;
-Detenção indeterminada sem um processo legal;	-Igualdade política, jurídica, social e econômica das mulheres;
-Imposição de religiões ou ideologias obrigatórias;	-Igualdade social e econômica das minorias étnicas;
-Censura política da imprensa;	-Imprensa e meios de comunicação independentes
-Filiação obrigatória a organizações estatais ou partidos;	-Independência do Judiciário;
- Não interferência do Estado em aspectos estritamente privados.	-Sindicatos independentes;
	-Matrimônio inter-racial, inter-religioso, civil;
	-Prática de qualquer religião;
	-Uso de métodos contraceptivos.

Fonte: Scidà, p. 118, 2004.

em 20/08/2017.

⁷³Disponível em <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/SAU>. Acesso em 20/08/2017.

Os itens referidos no quadro em relação à situação vigente em cada país são avaliados em um *continuum* que é articulado em quatro posições – do respeito absoluto, passando por infrações ocasionais, violações frequentes e finalmente podendo chegar às violações constantes. Muito trabalho, como Scidà descreve, (2004) para que a PNUD ainda não tenha incorporado essa dimensão fundamental ao cálculo do IDH. Um dos principais argumentos que justificam essa não inclusão e ao qual deixamos como hipótese é a delicada negociação diplomática que precisaria ser conduzida por parte da ONU e do PNUD para que as liberdades humanas fossem também avaliadas, o que necessitaria de máximo consenso da comunidade internacional.

As dificuldades, porém, não se limitam as questões de liberdade. De fato, igual ou talvez maior empenho deva ser dedicado por parte do PNUD na direção de outro front ainda não trabalhado. Refere-se aqui à predisposição de um indicador aceito no plano internacional que seja capaz de mensurar os progressos e deterioramentos da condição ambiental.

Assim, a salvaguarda do meio ambiente que muita atenção recebeu nos primeiros relatórios do PNUD, tanto que parecia dever logo ser adotada como parte do IDH como um componente específico, parece agora ser adiada. Scidà (2004, p. 120) justifica esse adiamento como " [...] presumivelmente para evitar enormes conflitos de interesses econômicos subjacentes à questão ambiental [...]". Nesse aspecto, lembramos decisões polêmicas tomadas pelos governos norte-americano e brasileiro no que tangem ao meio ambiente^{74 75 76}.

Ao aproximar o olhar da realidade brasileira, conforme essa é retratada pelo IDHM, percebe-se que há muitas diferenças. O comportamento do IDHM no território nacional varia de acordo com as UF's, conforme o mapa 2 mostra. De modo geral, os estados de maior IDHM estão localizados no Centro-sul do país. Já os estados de

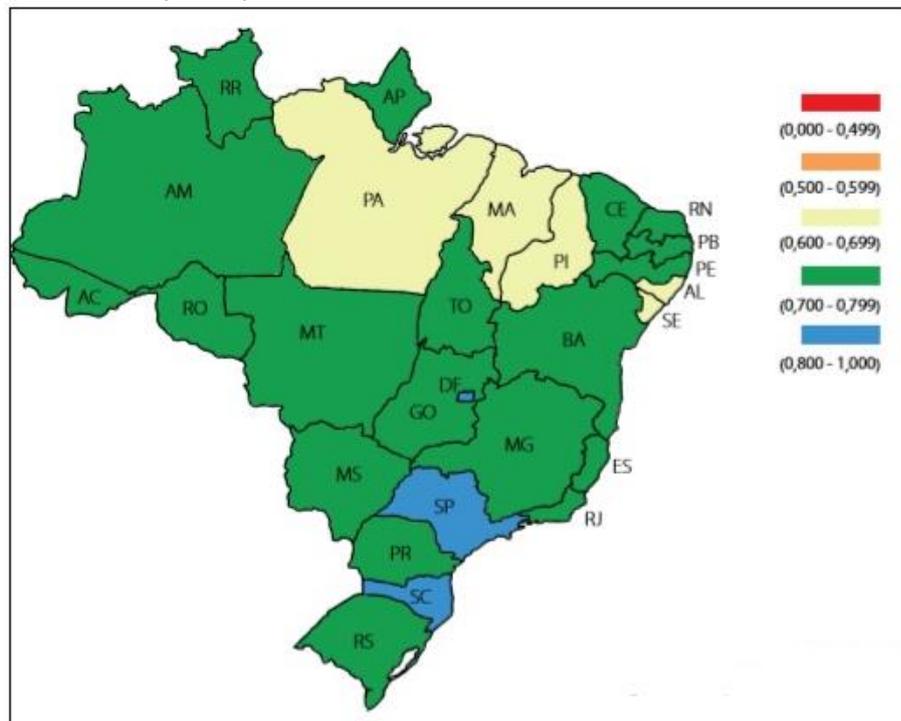
⁷⁴Disponível em <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/03/com-retrocesso-ambiental-trump-deixara-america-menor-outra-vez.html>. Acesso em 27/08/2017

⁷⁵ Disponível em <https://www.greenpeace.org/brasil/press/governo-bolsonaro-100-dias-de-retrocessos-ambientais/> Acesso em 25/05/2019.

⁷⁶ Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588268-retrocessos-ambientais-marcam-os-100-dias-do-governo-bolsonaro> Acesso em 25/05/2019.

menor índice encontram-se no Norte-Nordeste. Para os estados que apresentam um comportamento intermediário do índice não há padrão, encontram-se distribuídos em todas as regiões. Deve ser notado que neste caso empregamos ilustrativamente os termos "maior", "menor" e "intermediário" sem necessariamente vincular à classificação das faixas de desenvolvimento preconizadas pelo PNUD. Isto será feito posteriormente.

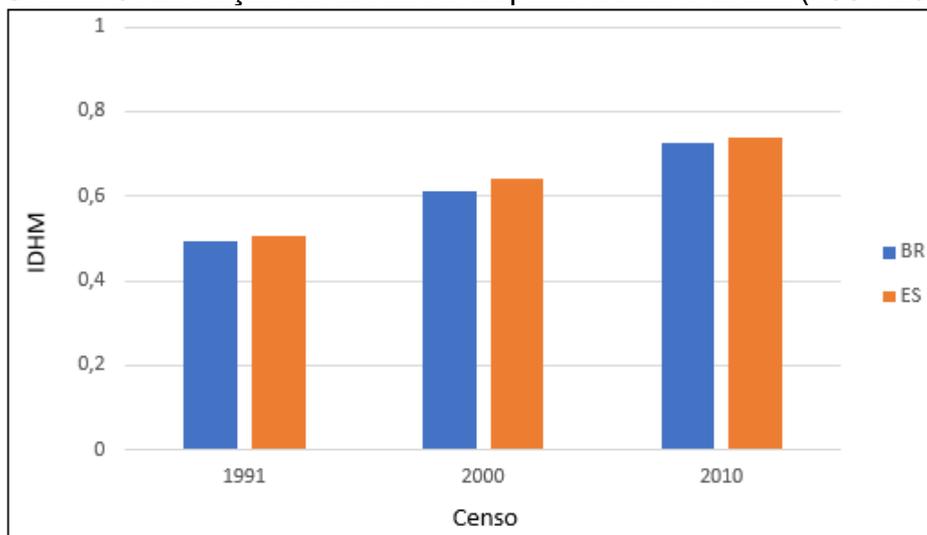
Mapa 2: Faixas de Desenvolvimento Humano segundo as UF's do Brasil (2010)



Fonte: PNUD, 2017 (online).

No que concerne o Espírito Santo, o tratamento das tendências de evolução do IDHM em relação ao conjunto do país foi feito observando a série trienal 1991-2000-2010. Vejamos o comportamento da evolução do índice global no período considerado, comparativamente aos avanços do Brasil.

Gráfico 5: Evolução do IDHM no Espírito Santo e Brasil (1991-2010)



Elaboração: o autor (2019) como dados do Pnud (2017)

Da análise do gráfico 5 emerge que o Espírito Santo apresenta, para os três anos de referência, IDHM ligeiramente superior à média nacional. Outro dado que salta aos olhos é a curva ascendente do comportamento do índice, tanto para o estado quanto para o país, o que indica que progressos têm sido feitos. De fato, entre 1991 e 2010, o IDHM do Espírito Santo passou de 0,505 para 0,740, enquanto o IDHM do Brasil passou de 0,493 para 0,727, respectivamente. Isso implica em uma taxa de crescimento de 46,53% para o Espírito Santo e 47,46% para o país. No Espírito Santo, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,349), seguida por Longevidade e por Renda. No Brasil ocorreu o mesmo processo - a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda (PNUD, 2019).

Esses crescimentos consistentes no comportamento tanto do IDHM como também do IDHM-E indicam que se por um lado houve avanços, por outro, principalmente no caso da Educação, partiu-se de uma base muito baixa, com muito trabalho a ser feito. Por isso, ao se ter um índice baixo, as taxas percentuais de crescimento mostram-se maiores do que aquelas de locais onde o índice já tinha alcançado níveis mais altos.

Ao obter um índice de 0,740, segundo os últimos dados disponíveis, o estado ranqueia na 7ª posição entre as unidades da federação, sendo suplantado, em ordem

decrecente, por Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, acima da média nacional, porém com nítida tendência de redução dessa vantagem. Essa posição também foi alcançada nos rankings anteriores do PNUD, em 1991 e 2000.

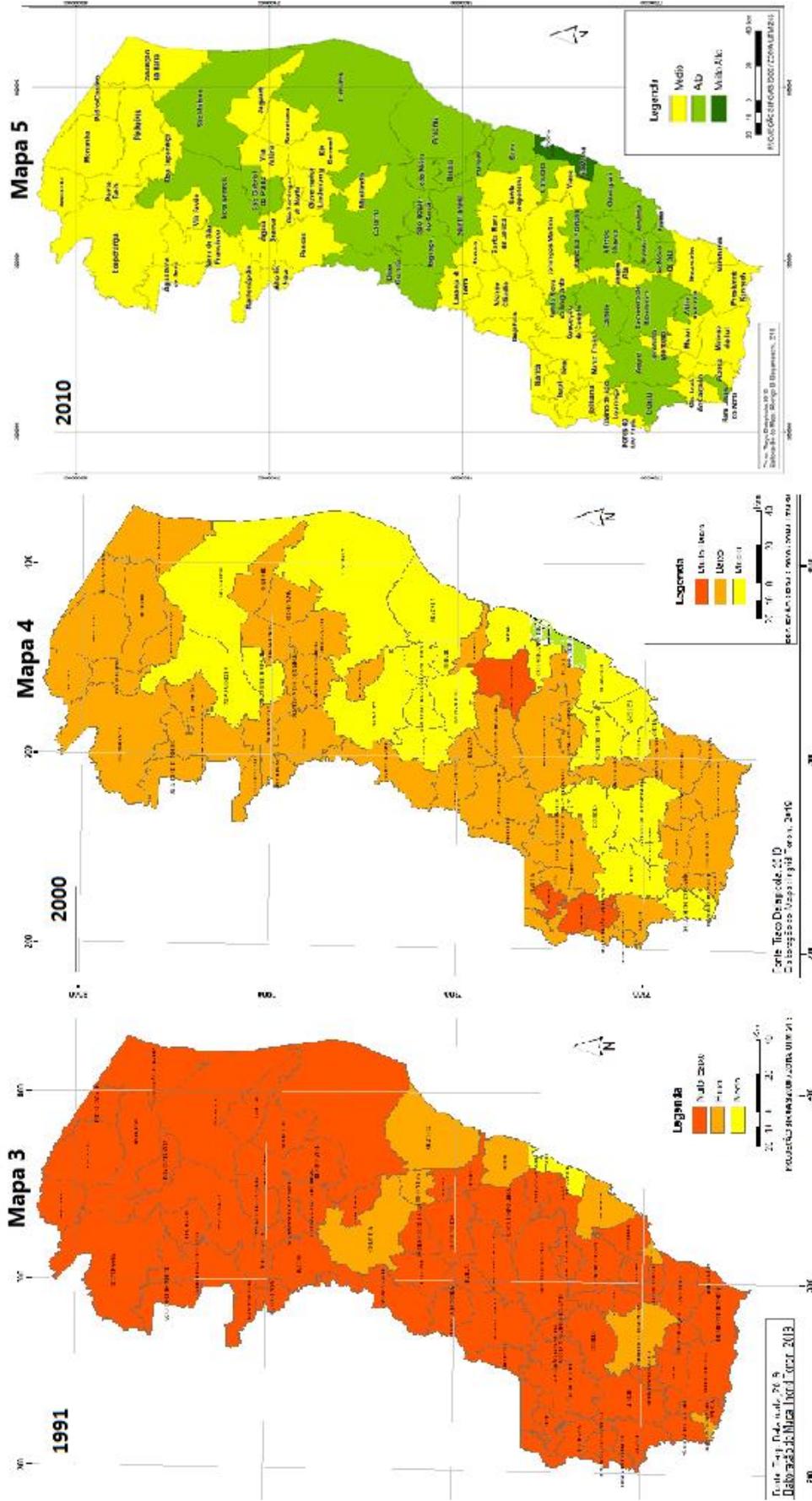
Os mapas 3, 4 e 5 mostram a evolução do IDHM produzido a partir dos dados relativos aos censos de 1991, 2000 e 2010, processo no qual as cores que representam as faixas de desenvolvimento 'muito baixo' e 'baixo' vão gradualmente dando espaço àquelas que representam faixas mais altas de desenvolvimento alcançado.

Para o ano de 1991 não havia municípios nas faixas de desenvolvimento 'muito alto' e 'alto'. Eles se distribuíam apenas nas faixas 'médio', 'baixo' e 'muito baixo'. Com a evolução esperada, em 2000 dois municípios passaram a faixa de desenvolvimento 'alto'; a faixa 'médio' viu mais que decuplicar sua representação. A faixa 'baixo' viu sextuplicar seu número, recebendo municípios que em 1991 apareciam como de muito baixo desenvolvimento. Essa, por fim, teve sua representatividade reduzida a 1/17.

Se tomarmos como objeto de análise apenas o mapa 5, relativo a dados produzidos pelo Censo de 2010, nota-se padrões de agrupamento de municípios segundo a faixa de desenvolvimento demonstrada pelo IDHM. Para a faixa de muito alto desenvolvimento humano Vitória e Vila Velha formam um *continuun*. Para a faixa de alto desenvolvimento humano, identificam-se municípios que acompanham os cursos dos rios Cricaré, Doce, Benevente e Itapemirim. Talvez sejam a expressão de um movimento de ocupação e colonização mais antiga, possibilitado por tais rios como artérias de comunicação, e que permitiu estruturar melhor e mais eficientemente os fatores que são levados em conta para construir o IDHM. Para os municípios com médio desenvolvimento humano o padrão observado diz respeito, para sua maioria, à distribuição junto às áreas de divisa do estado, ou, num segundo caso, nos entremeios dos demais agrupamentos⁷⁷.

⁷⁷ Essas são hipóteses, não se tendo pretensão de adentrar pela discussão dos fatores explicativos, sugerindo-se outras pesquisas. Interessa mais a essa tese verificar como a agregação de dimensões negligenciadas no IDH modificaria o panorama colocado pelo índice.

Mapas 3, 4 e 5: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Municípios do Espírito Santo (1991, 2000 e 2010)



Fonte: o autor (2019), com dados do PNUD (2010).

A migração dos municípios capixabas de faixas de desenvolvimento mais baixas às mais altas está exposta na tabela 2, onde o comportamento é descrito tanto em termos absolutos quanto relativos.

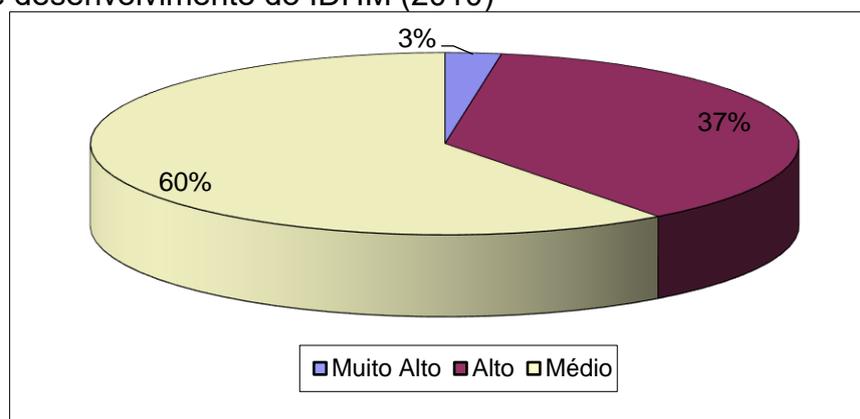
Tabela 2: Número de municípios capixabas por faixa de desenvolvimento do IDHM (1991, 2000 e 2010)

Faixa do IDHM	1991		2000		2010	
	Municípios	%	Municípios	%	Municípios	%
Muito alto	-	-	-	-	2	3
Alto	-	-	2	3	29	37
Médio	2	3	25	32	47	60
Baixo	8	10	47	60	-	-
Muito baixo	68	87	4	5	-	-

Organização: o autor (2019), com dados do PNUD, 2017.

A distribuição dos 78 municípios capixabas dentro das faixas de desenvolvimento humano do IDHM em 2010 pode ser verificada no gráfico 6.

Gráfico 6: Distribuição dos municípios capixabas segundo a faixa de desenvolvimento do IDHM (2010)



Elaboração: o autor (2019), com dados do PNUD (2017).

Ao decompor o índice em cada uma de suas três dimensões para análise particularizada, outras nuances vêm à tona. Longevidade, educação e renda não formarão, no caso do Espírito Santo, um conjunto homogêneo. A esses pormenores lançaremos olhar a partir de agora, numa perspectiva cronológica⁷⁸.

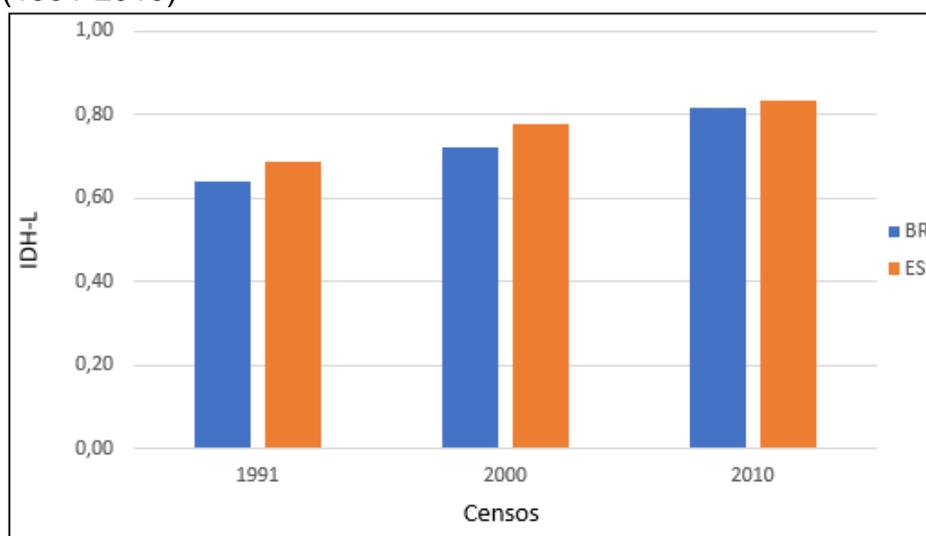
No caso da dimensão saúde, medida através da longevidade, o Espírito Santo (0,835) figurava entre os estados que despontam com os maiores valores, junto de Distrito

⁷⁸ Para a verificação da desagregação do IDHM em suas dimensões componentes para o ano de 2010, ir à tabela 33 (Anexo F).

Federal (0,873), Santa Catarina (0,860), São Paulo (0,845), Rio Grande do Sul (0,840) e Minas Gerais (0,838). A esperança de vida ao nascer do ES era de 75,10 anos em 2010, a sexta mais alta entre as UF's (PNUD, 2013).

No período entre 1991-2010 esta subdimensão apresentou, comparativamente àquela nacional, a seguinte evolução, conforme evidenciado no gráfico 7.

Gráfico 7: Evolução do IDHM-Longevidade no Espírito Santo e Brasil (1991-2010)



Fonte: PNUD, 2017. Elaboração: o autor.

O gráfico 7 demonstra que o Espírito Santo apresenta, para as três décadas de referência, IDHM-Longevidade ligeiramente superior à média nacional. Também para esse caso se verifica a curva ascendente do comportamento do índice da dimensão, tanto para o estado quanto para o país, o que indica que estamos em progresso.

Para o Espírito Santo essa dimensão tem o melhor desempenho entre as três componentes do IDHM, já que todos os municípios do estado se encontram na faixa de desenvolvimento alto e muito alto, como evidenciado no mapa 4. Isso pode ser reflexo do fato de o estado ser mais homogêneo na atenção à saúde e ter apresentado, em 2010, a 8ª menor taxa de mortalidade infantil do país⁷⁹. Há que se ressaltar que nos anos após 2010, a TMI do ES continuou caindo no nível mais consistente verificado entre as UF, e a partir de 2014 o estado tem aparecido como o de mais

⁷⁹ PNUD, 2013. Consulta ao Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil.

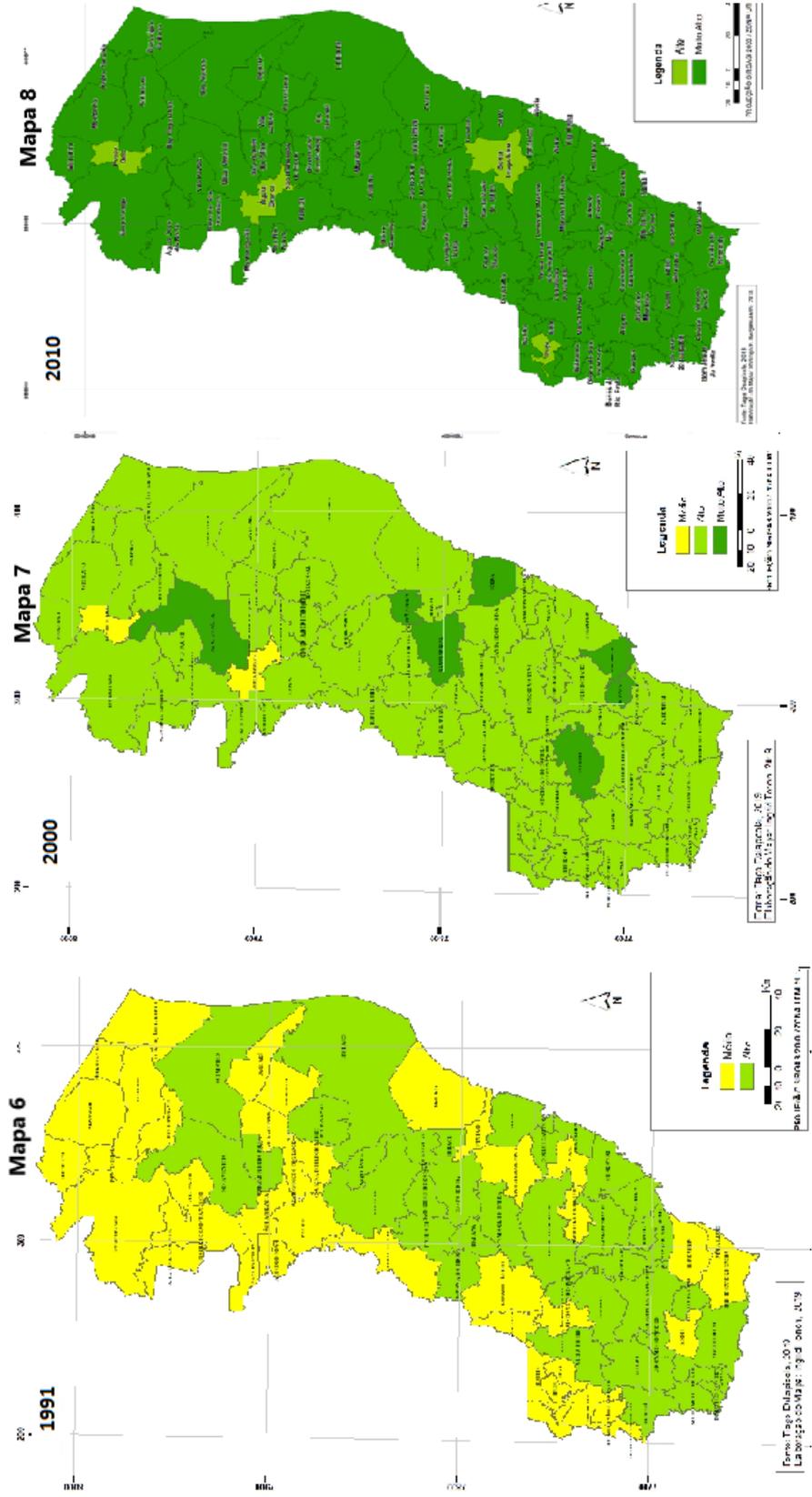
baixa TMI do país, sendo que na última Tábua de Mortalidade disponível, de 2017⁸⁰, foram registrados 8,4 óbitos de crianças menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos (IBGE, 2014, 2015, 2016, 2017).

Da análise dos mapas 6, 7 e 8, além da clara evolução quando comparados os IDHM-L relativos aos dados dos censos de 1991 e 2000, percebe-se que para 2010 (mapa 8), exceção feita a quatro municípios (Irupi [sul]; Santa Leopoldina [região centro-serrana], Águia Branca e Ponto Belo [norte]), que apresentavam comportamento do IDHM-L na faixa de desenvolvimento 'alto', todos os demais 78 municípios do estado apresentavam-se na faixa de desenvolvimento 'muito alto'.

Um indicador que reflete o nível da mortalidade de uma população como um todo, é a expectativa ou esperança de vida ao nascer, pois considera um recém-nascido que será submetido aos riscos de morte em todas as fases da vida. Dados mais recentes, providos pelo IBGE através das Tábuas Completas de Mortalidade de 2017, mostram que para ambos os sexos a maior esperança de vida ao nascer pertenceu ao Estado de Santa Catarina, 79,4 anos, 3,4 anos acima da média nacional (76 anos). Logo em seguida, aparecem Espírito Santo, Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais com valores acima de 77 anos (IBGE, 2017). Esse avanço na posição que ocupa entre os estados de maior longevidade no período de 2010 a 2017, passando da sexta para a segunda posição é devido à consistente redução da TMI também verificada no interstício, a qual já salientamos anteriormente.

⁸⁰IBGE, Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2017.

Mapas 6, 7 e 8: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade Municípios do Espírito Santo (1991, 2000 e 2010)

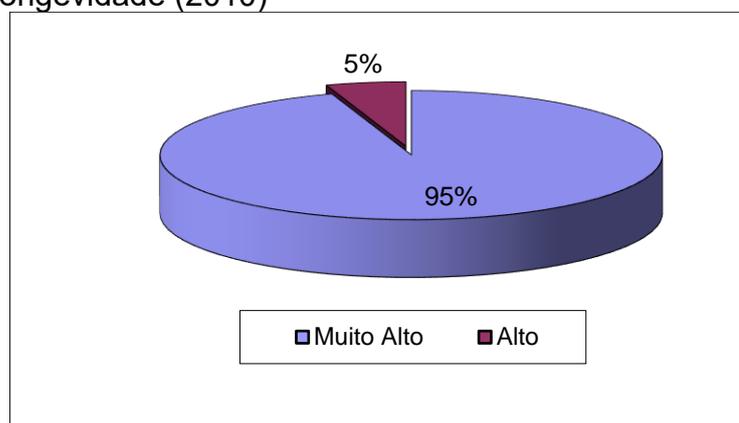


Elaboração: o autor (2019), a partir de dados do PNUD (2017)

Se considerarmos 65 anos⁸¹ a idade com que a partir dela podemos definir os indivíduos como idosos, o Espírito Santo seria o Estado, afirma o IBGE, onde encontraríamos o maior valor da expectativa de vida nesta idade, exatos 20 anos. Isto quer dizer, que o indivíduo de sessenta e cinco anos viveria em média 85,0 anos. Se do sexo masculino, viveria em média 82,0 anos, caso atingisse os 60, e 83,3 anos, caso atingisse os 65 e, se do sexo feminino, viveria em média até os 86,1 anos, caso atingisse os 60, e 87,0 anos caso atingisse os 65 (IBGE, 2017).

Devemos, contudo relativizar - mesmo os Estados do Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul com taxas de mortalidade infantil abaixo de 10 óbitos de crianças menores de 1 ano por mil nascidas vivas estão longe das encontradas nos países mais desenvolvidos do mundo. Japão e Finlândia, o IBGE cita como exemplos, possuem TMI's na ordem de 2 por mil⁸². Contudo, bem abaixo de países da África Ocidental e Central cujas taxas de mortalidade infantil estão em torno de 90 por mil (IBGE, 2017). O gráfico 8 apresenta a distribuição do IDHM-L por faixa de desenvolvimento para o ano de 2010.

Gráfico 8: Distribuição dos municípios capixabas segundo a faixa de desenvolvimento IDHM - Longevidade (2010)



Elaboração: o autor (2019), com dados do PNUD (2017).

⁸¹ Parâmetro este unânime do ponto de vista demográfico. Como já exposto anteriormente, o Glossário do Censo de 2010 estabelece: idoso é a população de 65 anos ou mais de idade. Por outro lado, a Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso em seu Art. 1º afirma: é idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Optamos pela primeira em detrimento da segunda, por aquela estar de acordo com as referências internacionais (UN, 2019).

⁸² United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015). World Population Prospects: The 2015 Revision.

Para o ano de 1991 não havia municípios na faixa de desenvolvimento ‘muito alto’. Eles se distribuíam nas faixas ‘alto’, ‘médio’ e ‘baixo’. Com a evolução esperada, em 2000 sete municípios passaram a faixa de desenvolvimento ‘muito alto’; a faixa ‘alto’ viu mais que quadruplicar sua representação. A faixa ‘médio’ viu seu número reduzir 30 vezes - esses municípios migraram para a faixa ‘alto’. A faixa ‘baixo’, por fim, não teve mais representatividade em 2000.

Para 2010, na esteira do movimento ascendente feito pelos municípios entre 1991 e 2000, as faixas de desenvolvimento ‘médio’, ‘baixo’ e ‘muito baixo’ não mais estão representadas. Conforme está explicitado na tabela 3 e no gráfico 8, para aquele ano todos os municípios apresentaram comportamento que lhes permitiram uma passagem de enquadramento para as faixas de desenvolvimento ‘alto’ e ‘muito alto’.

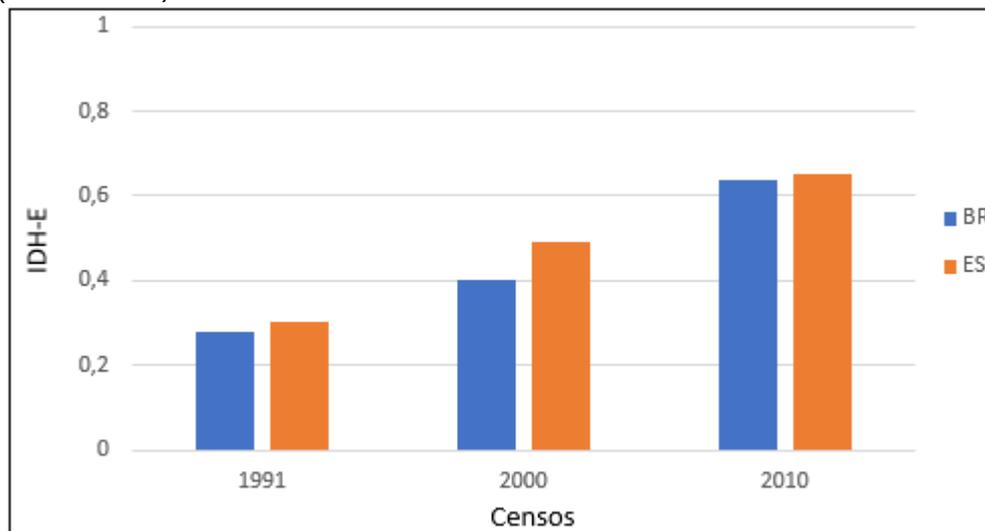
Tabela 3: Número de municípios capixabas por faixa de desenvolvimento do IDHM-Longevidade (1991, 2000 e 2010)

Faixa do IDHM	1991		2000		2010	
	Municípios	%	Municípios	%	Municípios	%
Muito alto	-	-	7	9	4	5
alto	16	21	69	88	74	95
Médio	60	77	2	3	-	-
Baixo	2	3	-	-	-	-
Muito baixo	-	-	-	-	-	-

Elaboração: o autor (2019), a partir de dados do PNUD, 2017.

Para a dimensão da educação, é demonstrada a necessidade de se fazerem progressos efetivos. O estado apresenta médio desenvolvimento humano. No que tange à expectativa de anos de estudo, entre 2000 e 2010, esta passou de 9,51 anos para 9,36 anos no estado, enquanto no Brasil passou de 8,76 anos para 9,54 anos (PNUD, 2017). O gráfico 9 apresenta a evolução do IDHM-E para o estado e o país, a partir de dados dos três últimos censos.

Gráfico 9: Evolução do IDHM-Educação no Espírito Santo e Brasil (1991-2010)



Elaboração: o autor (2019), a partir de dados do PNUD, 2017.

O gráfico 9 mostra que embora a dimensão tenha avançado muito – seu indicador dobrou em duas décadas, em ambos os casos, estadual e nacional, esforços necessitam ser feitos, como dito antes. É nessa dimensão que encontramos o menor índice entre os três componentes do IDHM. Além disso, a distribuição por faixas de desenvolvimento é caracterizada por uma forte heterogeneidade: os municípios se encontram distribuídos em cinco diferentes faixas de desenvolvimento - muito alta, alta, média, baixa e muito baixa, conforme evidencia o mapa 11.

Claramente deve ser ponderado que o fato em si de existir uma heterogeneidade na distribuição das faixas de desenvolvimento significa que movimentos estão sendo feitos. Ao analisarmos o mapa 9, relativo a dados providos pelo Censo Demográfico de 1991, verifica-se homogeneidade na distribuição das faixas de desenvolvimento, mas nesse caso, todos os 78 municípios capixabas estão enquadrados como de ‘muito baixo’ desenvolvimento do IDHM-E. A heterogeneidade agora existente é bem-vinda, e deve continuar caminhando no sentido de uma homogeneidade em direção às faixas de mais alto desenvolvimento.

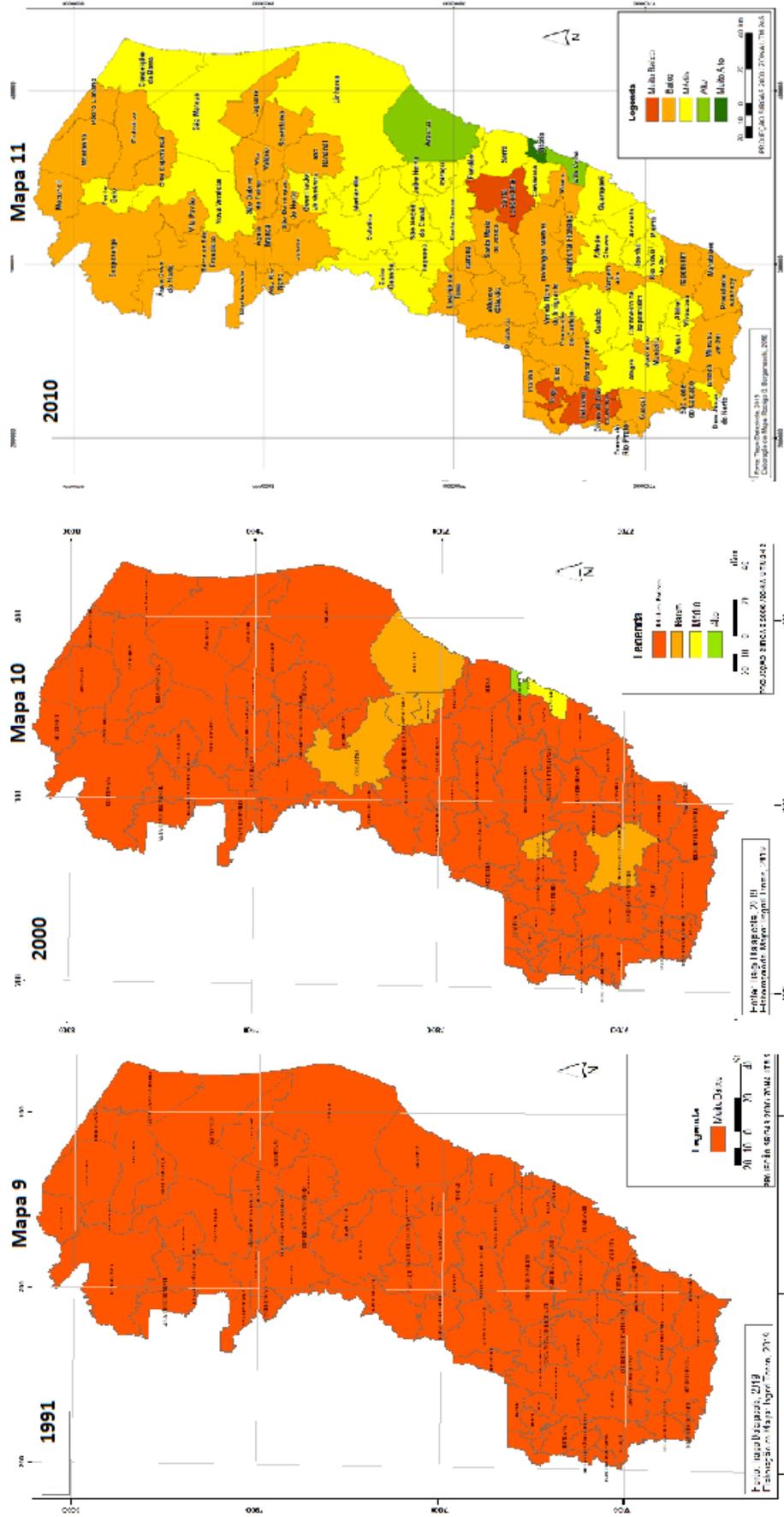
Da análise dos mapas 9, 10 e 11 se pode verificar a evolução da dimensão Educação para os dados dos censos de 1991, 2000 e 2010. No caso dos dados que dão origem ao IDHM-E de 2010, ao proceder à espacialização emerge um padrão de agrupamento semelhante ao observado para o IDHM geral dos municípios capixabas,

isto é, para as faixas de alto e muito alto desenvolvimento humano Vitória e Vila Velha formam um *continuun*, agora composto também por Aracruz. Para a faixa de médio desenvolvimento humano, identificam-se municípios que acompanham os cursos dos rios Cricaré, Doce, Benevente e Itapemirim. Já os municípios com IDHM-Educação mais baixos, grosso modo, concentram-se nas áreas limítrofes do estado.

A sequência dos mapas 9, 10 e 11 permite observar também a evidente evolução, embora ainda haja grande variabilidade na distribuição dos municípios para o IDHM-E. Seria esse um indicativo de que esta dimensão é aquela que deveria ser prioridade dos gestores públicos? Cumpre lembrar que ao ser a única entre as três dimensões que é composta, é mister identificar se a baixa pontuação é oriunda de um dos subindicadores de forma específica ou de ambos, para assim traçar uma melhor resposta a essa evidente necessidade de aperfeiçoamento.

Como se pode observar, para o ano de 1991 todos os municípios se encontravam na faixa de desenvolvimento 'muito baixo' na dimensão Educação. Os avanços ocorreram lentamente, mas levaram a algumas mudanças quando observada a disposição dos municípios segundo a faixa de desenvolvimento do IDHM-E para 2000. Para 2010 todas as demais faixas de desenvolvimento passaram a ser representadas, entretanto, a grande maioria dos municípios estava nas faixas de 'baixo' e 'médio' desenvolvimento.

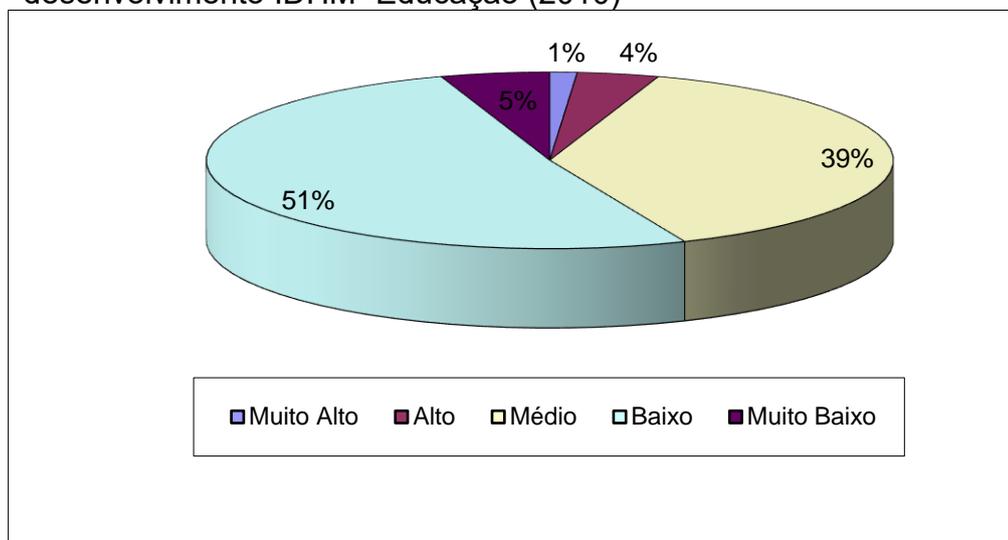
Mapas 9, 10 e 11: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – Educação Municípios do Espírito Santo (1991, 2000 e 2010)



Fonte: o autor (2019), a partir de dados do PNUD, 2017.

Ao analisarmos apenas a distribuição de 2010 dos municípios capixabas para o IDHM-E, como já ressaltado é nele que encontramos as maiores variabilidades entre os 78 municípios, conforme o gráfico 10.

Gráfico 10: Distribuição dos municípios capixabas segundo a faixa de desenvolvimento IDHM -Educação (2010)



Elaboração: o autor (2019), a partir de dados do PNUD, 2017.

A tabela 4 também mostra o comportamento descrito, além de evidenciar a evolução temporal com dados dos últimos censos demográficos (1991, 2000 e 2010).

Tabela 4: Número de municípios capixabas por faixa de desenvolvimento do IDHM-Educação (1991, 2000 e 2010)

Faixa do IDHM	1991		2000		2010	
	Municípios	%	Municípios	%	Municípios	%
Muito alto	-	-	-	-	1	1
Alto	-	-	1	1	3	4
Médio	-	-	1	1	30	39
Baixo	-	-	6	8	40	51
Muito baixo	78	100	70	90	4	5

Elaboração: o autor (2019), a partir de dados do PNUD, 2017

Cabe ressaltar que se por um lado ainda há o que ser feito no sentido de garantir acesso e permanência, bem como aumentar o tempo médio de escolaridade da população, por outro, na última década houve avanços que colocaram o Espírito Santo em situação superior às demais UF's, como tem sido atestado através de indicadores

produzidos pelo Ministério da Educação (IDEB)⁸³ e pela OCDE (o exame internacional PISA)⁸⁴. Esses indicadores, porém, embora demonstrem avanços, precisam ser contextualizados.

No Resumo Técnico dos Resultados do último IDEB divulgado, relativo ao ano de 2017, por exemplo, o Espírito Santo obteve o registro positivo como estado com o melhor desempenho no país, entre os estudantes de ensino médio de todas as redes de ensino (MEC, 2018). O estado, porém, não atingiu a meta projetada de 5,1 pontos, tendo obtido 4,4⁸⁵.

Já o PISA é aplicado em 65 países, sendo um dos mais importantes testes internacionais para comparar o nível educacional das várias regiões do globo. Tanto nas edições de 2012 quanto em 2015 os alunos capixabas lideraram o ranking entre as UF's brasileiras⁸⁶. Na última edição o Espírito Santo liderou em Ciências e Leitura, tendo também ficado entre os primeiros em Matemática, e assim obtido a maior média geral (INEP, 2016). Deve ser observado, contudo, que de maneira geral, o Brasil tem ocupado as últimas posições no PISA⁸⁷, cabendo a reflexão – até que ponto se tem o que comemorar em ser o primeiro entre os últimos?

Há que se ter cuidado, em comemorando o sucesso do Espírito Santo no quadro nacional ou o insucesso do Brasil no quadro global, em não fazer uso ideológico conforme a orientação política, no caso dos gestores. Na mesma medida, é importante que o cidadão, ao ler e refletir sobre as notícias produzidas quando da publicação dos rankings, tenha conhecimento crítico para compreender os caminhos e descaminhos não apenas da educação como da sociedade brasileira.

Em relação à dimensão renda, o Espírito Santo apresenta IDHM alto, ligeiramente

⁸³ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas.

⁸⁴ O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) é uma pesquisa trienal que avalia em que medida estudantes de 15 anos de idade próximos ao final da escolaridade obrigatória adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para a plena participação nas sociedades modernas

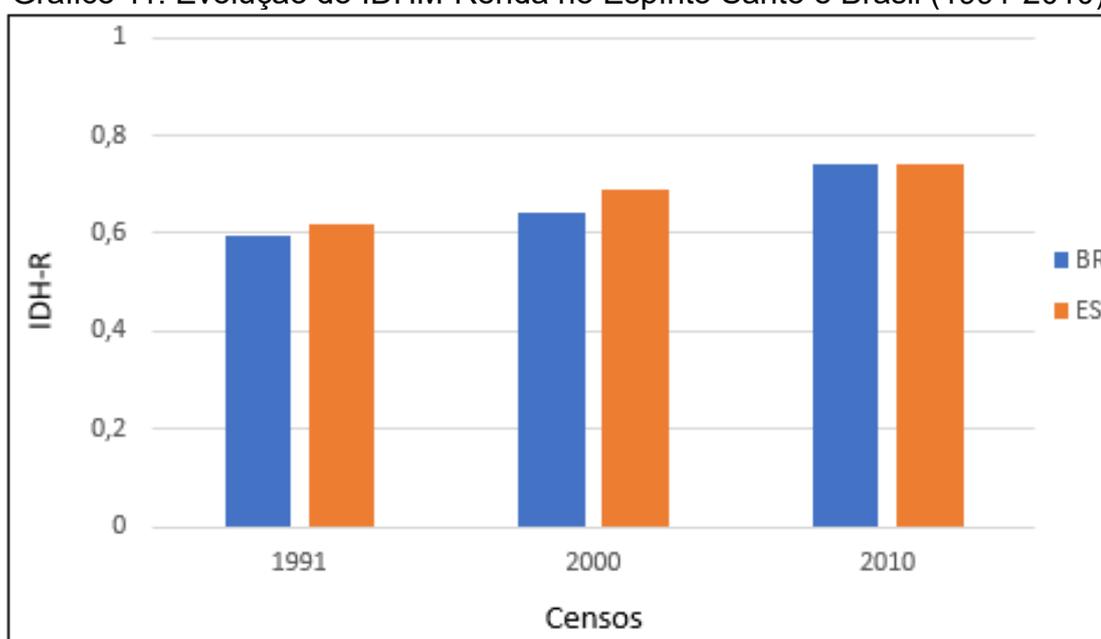
⁸⁵ Disponível em <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2018/09/03/espírito-santo-tem-melhor-ensino-medio-do-pais-aponta-ideb-2017.ghtml> Acesso em 30/12/2018

⁸⁶ Disponível em <https://exame.abril.com.br/ciencia/es-tem-melhor-educacao-do-brasil-segundo-pisa-veja-lista/> Acesso em 30/12/2018.

⁸⁷ Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/brasil-ocupa-60-posicao-em-ranking-de-educacao-em-lista-com-76-paises.html> Acesso em 30/12/2018

superior à média nacional. Esta foi a segunda dimensão que mais contribuiu para o IDHM do estado em 2010 (0,743), atrás da dimensão Longevidade, mas a frente da dimensão Educação. O gráfico 11 evidencia a evolução dessa dimensão para o estado e o país.

Gráfico 11: Evolução do IDHM-Renda no Espírito Santo e Brasil (1991-2010)



Elaboração: o autor (2019), a partir de dados do PNUD, 2017.

Da análise do gráfico 11 depreende-se que comparando os níveis de crescimento nacional e estadual, há uma tendência de redução da diferença entre os valores. Na série contemplada, o maior hiato entre ambos os entes foi em 2000, quando a diferença de renda atingiu 0,043, tendo diminuído em 2010. Para esse ano, os municípios capixabas apresentavam distribuição pelas faixas de desenvolvimento médio, alto e muito alto, conforme os mapas 12, 13 e 14.

Da análise deles observa-se uma clara evolução da variável Renda, com um evidente espraiamento da condição de apresentar faixas de desenvolvimento mais elevadas para a mesma entre 1991 e 2010. Para o ano de 1991 não havia municípios de IDHM-Renda classificados como de 'muito alta' faixa de desenvolvimento. Todas as outras faixas para essa dimensão estavam representadas, com predominância da faixa 'baixa', que reunia 76% dos municípios do estado. Também nessa última dimensão os avanços foram evidentes, e em 2000, nenhum dos municípios se encontrava na faixa 'muito baixo'. A predominância sai da faixa de desenvolvimento baixo e passa

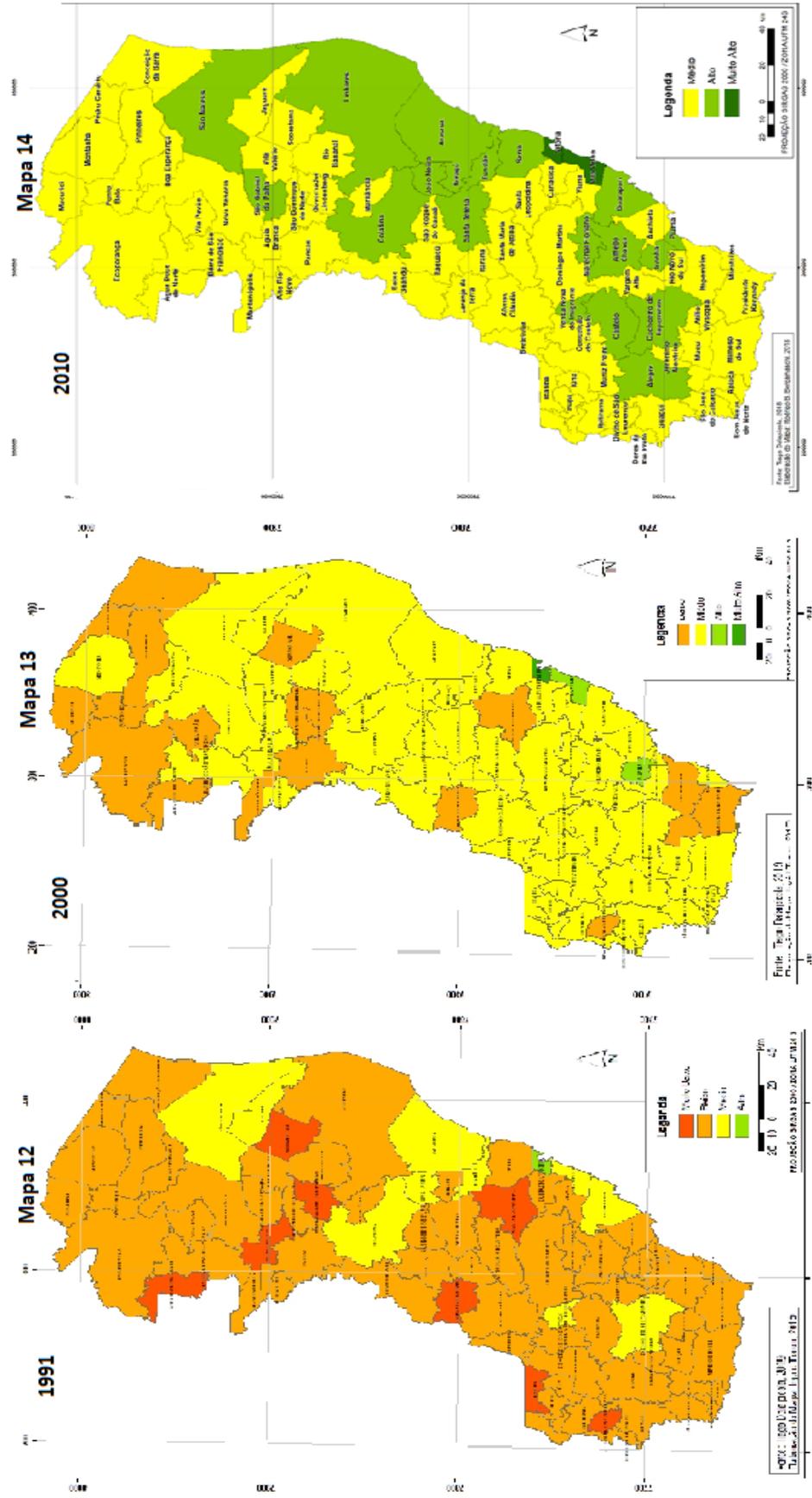
para a faixa médio, que reuniu 72% dos municípios.

Segundo o PNUD (2013) a renda per capita média do Espírito Santo cresceu 116,08% nas últimas duas décadas, passando de equivalentes R\$ 377,38, em 1991, para R\$ 574,17, em 2000, e para R\$ 815,43, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,14%. Ao mesmo tempo a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 39,34%, em 1991, para 22,81%, em 2000, e para 9,53%, em 2010 (PNUD, 2013). Deve ainda ser mencionado que a porcentagem de população extremamente pobre caiu de 16,40% em 1991 para 2,67% em 2010.

Uma hipótese explicativa para essa diminuição na porcentagem de população extremamente pobre pode estar na verificada menor razão de dependência da população – agora, comparado a 1991, mais pessoas proporcionalmente estão em idade economicamente ativa. Além disso, entre 2000 e 2010, especialmente, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 11,95% para 6,75% (PNUD, 2013), reforçando a tendência de diminuição da porcentagem de pobreza extrema verificada no período através da maior absorção da PEA ao mercado de trabalho.

Especificamente tomando como base o mapa 14, com dados alusivos ao último Censo Demográfico realizado e base para o IDHM em uso, depreende-se que os municípios que apresentam faixa de desenvolvimento ‘alta’ e ‘muito alta’ para a Renda localizam-se, sobretudo junto ao litoral, na região metropolitana e ao redor de municípios polo, como Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. Todos os municípios limítrofes de outros estados (mas não apenas) têm IDHM-Renda médio.

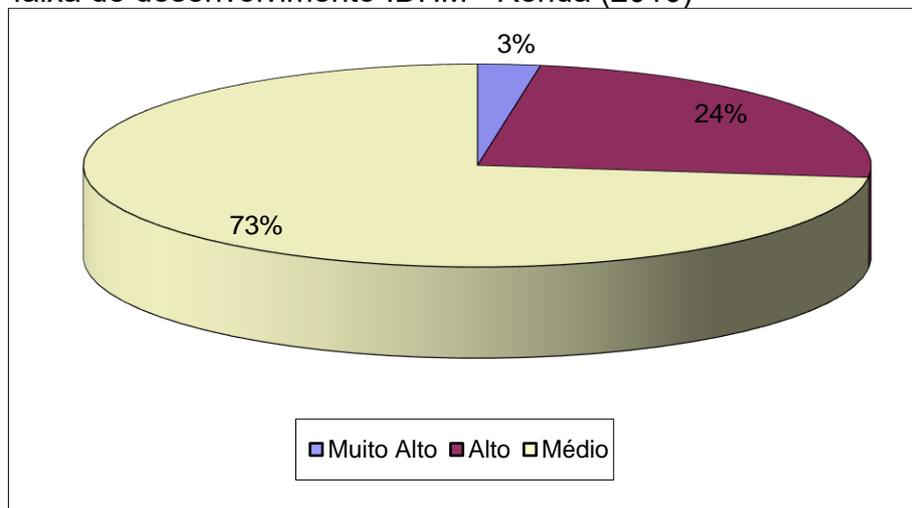
Mapas 12, 13 e 14: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – Renda Municípios do Espírito Santo (1991, 2000 e 2010)



Fonte: o autor (2017), a partir de dados do PNUD (2017).

O gráfico 12 retrata a distribuição dos 78 municípios por faixa de desenvolvimento para o IDHM-Renda em 2010.

Gráfico 12: Distribuição dos municípios capixabas segundo a faixa de desenvolvimento IDHM - Renda (2010)



Elaboração: o autor (2019), a partir de dados do PNUD (2017).

A tabela 5 mostra o comportamento de ascensão dos indicadores dos municípios capixabas para essa dimensão, conforme descrito nas linhas acima. Nota-se que de acordo com os dados de 2010, ainda há espaço para maiores movimentos de ascensão para os indicadores dos municípios na dimensão Renda, visto que a maior parte deles encontra-se na faixa de desenvolvimento 'médio'.

Tabela 5: Número de municípios capixabas por faixa de desenvolvimento do IDHM-Renda (1991, 2000 e 2010)

Faixa do IDHM	1991		2000		2010	
	Municípios	%	Municípios	%	Municípios	%
Muito alto	-	-	1	1	2	3
Alto	1	1	2	3	19	24
Médio	10	13	56	72	57	73
Baixo	59	76	19	24	-	-
Muito baixo	8	10	-	-	-	-

Elaboração: o autor (2019), a partir de dados do PNUD (2017).

Segundo o PNUD (2013) o IDHM do ES passou de 0,505, em 1991, para 0,740, em 2010, enquanto o IDHM do Brasil passou de 0,493 para 0,727, respectivamente. Isso implica em uma taxa de crescimento de 46,53% para a UF e 47,00% para o país. O Espírito Santo ocupa assim a 7ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,824 (Distrito Federal) e o menor é 0,631 (Alagoas).

As conquistas são claras, mas há dois pontos a serem colocados. O primeiro diz respeito ao caráter intermitente que elas têm. Como será verificado a posteriori, elas não necessariamente assumem uma trajetória linear, podendo também se reduzir ou mesmo cessar, devido a outros fatores. O segundo ponto diz respeito aos contornos de desigualdade que permanecem ao ser feita a desagregação por cor, sexo e situação de domicílio. Nesse caso, negros, mulheres e moradores das zonas rurais estão em evidentes condições de inferioridade para a maior parte das variáveis analisadas pelo PNUD.

Quando for elaborado um novo ranking do IDHM estadual e municipal a partir dos dados do Censo Demográfico de 2020, novas leituras deverão vir à tona no caso do Espírito Santo. Veremos qual será o real impacto da crise econômica nacional em âmbito estadual, ou seja, se as tendências de redução/estagnação de crescimento do Brasil, no período, afetarão de modo semelhante o estado. Também há de se verificar se a Proposta de Emenda Constitucional 55 promulgada em 15 de dezembro de 2016, que congelou os gastos sociais públicos por um período de 20 anos trará significativos impactos sobre os avanços do IDHM. Sobre esse quesito, é interessante a nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea⁸⁸ que adverte para os efeitos negativos do congelamento de gastos sociais: 'a saúde e a educação são os dois pilares do capital humano, sendo que a boa saúde da população é insumo fundamental para a redução da pobreza, o crescimento e o desenvolvimento econômico de longo prazo'.

Para além, veremos como influirão no comportamento das variáveis do IDHM, algumas situações particulares e mais restritas ao estado, como a crise hídrica que o tem afetado após as fortes e trágicas chuvas de 2013, ou ainda a crise ambiental envolvendo o Rio Doce, que não apenas paralisou as atividades de uma importante empresa que opera no estado bem como afetou atividades relacionadas à pesca e turismo no vale do rio e na região de sua desembocadura no Oceano Atlântico.

A esse propósito, o Instituto Jones dos Santos Neves, autarquia de estudos e pesquisas governamentais para o subsídio de políticas públicas, afirma em recente

⁸⁸ Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil.

publicação referente ao Produto Interno Bruto de 2016 que:

[...] relativamente a 2015, destaca-se o recuo, em volume, das principais atividades produtivas no Estado. No setor primário, houve queda nas atividades *Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita* (-8,9%) e *Pecuária, inclusive apoio a pecuária* (10,8%), impactadas pela crise hídrica no estado. No secundário, destaca-se a queda do setor extrativo em razão da paralisação das atividades da Samarco S.A no estado devido ao acidente em Mariana/MG, somado a queda de preços do petróleo. No setor terciário, destaca-se a queda da atividade de Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas (-10,1%) (IJSN, 2018, p. 02)⁸⁹.

Diante desses recuos, o estado, que no quinquênio 2010-14 oscilava entre a quarta e quinta posição no que tange ao PIB per capita, passou em 2016, para a nona posição entre as unidades da federação. Os dados mais recentes do IBGE confirmam essa tendência: o estado perdeu participação percentual e posição relativa do PIB das Unidades da Federação do Brasil para o período compreendido entre 2002-2016. Após apresentar crescimento durante os 10 primeiros anos da série, culminando com participação de 2,4% no PIB nacional em 2012, o que equivalia a 11ª posição na lista de maiores PIB's, e correspondia ao 5º maior PIB per capita, o estado fechou 2016 como 14º maior PIB, gerando 1,7% da riqueza nacional. Desta forma, diminuindo a participação no PIB concomitantemente ao aumento populacional, o Espírito Santo apresentou diminuição no PIB per capita, ocupando em 2018, segundo o IBGE a 9ª posição, ligeiramente abaixo da média nacional – na razão entre o PIB per capita do estado e o PIB per capita do Brasil, considerando esse último como 1, a nossa equivalia a 0,9⁹⁰.

Embora seja um estado com um número relativamente pequeno de municípios – 78, o Espírito Santo apresenta profundas desigualdades regionais no que tange a vários aspectos socioeconômicos, compreendido o IDHM entre eles. Apenas a título de ilustração sobre o comportamento de tais desigualdades, Vitória, que detém o mais alto IDHM do estado e também o 4º mais alto do país (0,845) estando na faixa de desenvolvimento humano muito alto, está separado de Ibitirama, (0,622) este na faixa de desenvolvimento humano médio e último colocado na classificação estadual, que

⁸⁹ Disponível em <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6397>. Extraído em 18/11/18.

⁹⁰ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23038-contas-regionais-2016-entre-as-27-unidades-da-federacao-somente-roraima-teve-crescimento-do-pib> Acesso em 02/01/2019.

ocupa a 3.653^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros, por nada mais nada menos que 3.649 outros municípios (PNUD, 2018).

Analisando as três dimensões separadamente, vemos para o caso de Vitória, maior equilíbrio, com todas situando-se na faixa de desenvolvimento muito alto, acima de 0,800. O mesmo não ocorre para Ibitirama, que chega a ter a dimensão longevidade na mesma faixa, mas por outro lado, tem a dimensão educação na faixa de desenvolvimento muito baixa, e a dimensão renda na faixa média, conforme apresentado na tabela 6 ⁹¹.

Tabela 6: IDHM e suas dimensões em unidades selecionadas (2010)

Unidade territorial	IDHM	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E
Brasil	0,730	0,740	0,820	0,640
Ibitirama	0,620	0,610	0,820	0,480
Vitória	0,850	0,880	0,860	0,810

Elaboração: o autor (2019), a partir de dados do PNUD (2017)

A esse propósito, são conhecidas as alegações e teorias sobre como a dimensão renda pode não necessariamente apresentar correlação com as dimensões de saúde e educação. O caso em questão, do município de Ibitirama, pode significar que algo já bem estabelecido e pacificado no campo de estudos do desenvolvimento ainda carece de estudos para compreender esse desvio de tendência no qual duas dimensões de cunho social não se correspondem. Não será, porém, objetivo de análise dessa tese, tendo sido apenas ilustrado para representar a persistência da desigualdade, sob o ponto de vista de vários vieses. Em tempo, outros municípios, sobretudo situados mais ao final da classificação do IDHM para o ES, tais quais Água Doce do Norte, Ibatiba, Muniz Freire, Irupi, Divino de São Lourenço e Santa Leopoldina apresentam a mesma característica (PNUD, 2017)⁹².

Oportunamente salienta-se que o PNUD, que elabora o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil com base nos censos demográficos de intervalo decenal, criou também o Radar IDHM, considerando a necessidade de gestores públicos, pesquisadores e cidadãos terem uma análise mais atualizada das tendências dos indicadores no país, nas unidades da federação e em regiões metropolitanas. O intuito

⁹¹Extraído de <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em 08/09/2017.

⁹²Extraído de <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. Acesso em 08/09/2017.

é atender à demanda pelo monitoramento das tendências do IDHM e de seus componentes para os anos intercensitários. Nesse sentido, as últimas atualizações trouxeram as tendências para o período de 2011 a 2015.

Segundo os dados trazidos pelo Radar, em 2015 o IDHM do Brasil parou de crescer e estagnou em 0,761, na faixa de alto desenvolvimento humano. Até o ano de 2014, contudo, o IDHM do país apresentava crescimento contínuo, mas, dada a queda observada na dimensão Renda para o ano de 2015, o índice não cresceu naquele ano, apesar da melhora nas dimensões Longevidade e Educação. Assim, a taxa média de crescimento anual do IDHM entre 2011 e 2015 foi de 0,8%, ou seja, inferior àquela observada entre 2000 e 2010, que foi de 1,7% (PNUD, 2017).

As constatações do Radar mostram que o subíndice da dimensão Longevidade, que é calculado a partir de um único indicador, a esperança de vida ao nascer, continuou a crescer no período 2011-2015 e a esperança de vida tenha passado de 74,2 anos para 75,4 anos (PNUD, 2019).

O documento afirma que para esse crescimento contribuiu a queda da mortalidade infantil (até 1 ano de idade), observada em ambos os períodos, embora também com taxa de decréscimo menor no período mais recente. Em 2011 a mortalidade infantil era de 16,4 óbitos por mil nascidos vivos, recuando para 13,8, em 2015 (PNUD, 2017). Há que se fazer menção ao fato de que se a queda da mortalidade infantil é vetor crucial para o aumento da longevidade, sucessivas conquistas nesse sentido ao longo das últimas décadas fazem com que cheguemos a um ponto em que proporcionalmente sejam cada vez menos significantes tais reduções e com isso se pode esperar avanços mais discretos nos ganhos da longevidade.

Escolaridade e Frequência escolar são os dois subíndices da dimensão Educação. O primeiro refere-se à escolaridade da população adulta, medida pela proporção de pessoas de 18 anos ou mais anos com o ensino fundamental completo. No período 2011-2015, apresentou taxa média de crescimento anual de 0,8%, inferior à observada no período 2000-2010, que foi de 3,3%. Em 2015, 37% da população acima de 18 anos não possuía o ensino fundamental completo (PNUD, 2017).

A elevada taxa de crescimento anual da escolaridade no período 2000-2010 é atribuída ao fato que esta tem sido uma demanda historicamente reprimida, ou seja, gerações anteriores alcançaram níveis de escolaridade baixos. No próprio documento, o Radar IDHM, é feita a ressalva de que a escolaridade é mais sensível aos efeitos demográficos do que a frequência escolar, razão pela qual qualquer iniciativa que tenha por objetivo trazer jovens, adultos ou mesmo idosos para os bancos das salas de aula, criarão um efeito como este percebido. Na via oposta, a ausência de tais iniciativas – cita-se o Projovem⁹³, o Pronera⁹⁴, o Proeja⁹⁵, entre outras, tem efeito de tornar mais lento o avanço do subíndice.

Enquanto isso, o subíndice de Frequência Escolar é composto por 4 indicadores, referentes às proporções de crianças de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola, de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais (2º ciclo) do ensino fundamental, de adolescentes de 15 a 17 anos com fundamental completo e de jovens adultos de 18 a 20 anos com o ensino médio completo. No Radar, o PNUD afirma que no período 2011-2015, esse subíndice, apresentou taxa média de crescimento anual de 1,6%, também inferior àquela observada no período 2000-2010 (PNUD, 2017).

Para o PNUD, o subíndice da Frequência Escolar tem avançado mais do que o da Escolaridade, o que pode refletir políticas públicas que incentivam o acesso e frequência à escola da população mais jovem. Também chama a atenção o fato de que no período 2000-2010 ambos subíndices, de Escolaridade e Frequência Escolar, avançaram em medida quase igual, 3,3% e 3,5% respectivamente. Já no período 2011-2015 o desempenho do subíndice de Frequência Escolar (1,6%) foi o dobro do de Escolaridade (0,8%). De uma forma ou de outra, há nessa situação um indicativo de que o país caminha para uma sempre maior universalização do acesso à escola.

Embora seja esse o prognóstico, o PNUD (2017) ressalta que os índices de frequência

⁹³ É o programa unificado de juventude que visa ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional e criado a partir da integração de seis programas já existentes - Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.

⁹⁴ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

⁹⁵ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

escolar relativos aos adolescentes e jovens-adultos, além de situarem-se em patamares mais baixos, vêm apresentando taxas inferiores de crescimento em relação ao período 2000-2010, sinalizando que os problemas de atraso e abandono escolar dessas faixas etárias, apresentados em 2010 pelos dados censitários, continuam presentes. É algo então a ser combatido. Seria oportuna a retomada de programas e projetos de alfabetização como aqueles citados anteriormente (Pronera, Proeja, Projovem) bem como o acesso e permanência a níveis mais altos do sistema educacional.

A última dimensão, Renda, também cresceu entre 2000 e 2010. Segundo o Banco Mundial, em 2000, a renda per capita média do país era de \$3.860,00. Já para o ano de 2010 era de \$9.610,00⁹⁶. Já entre 2011 e 2015 o crescimento da renda foi de 1,7% ao ano (PNUD, 2017). O PNUD (2017) ressalta que é importante verificar que, em ambos os períodos, o crescimento da renda domiciliar per capita foi acompanhado pela redução da proporção de pessoas vulneráveis à pobreza. Entre 2011 e 2015 houve uma redução no percentual de pessoas vulneráveis à pobreza da ordem de 4,8%, maior do que a observada entre 2000 e 2010, que chegou a 3,9%. Em 2015, 24,3% dos brasileiros eram vulneráveis, ou seja, viviam em domicílios com renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo, ante 29,6% em 2011 (PNUD, 2017).

No quadro geral, para o período intercensitário considerado (2011-2015), o Radar IDHM obtido a partir dos dados das PNADs⁹⁷, aponta para uma tendência de avanço do desenvolvimento humano para o Brasil, refletido nos principais indicadores socioeconômicos do país. Em termos gerais, o país ocupava a 79ª posição no ranking do Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, com um índice paritário à 0,761⁹⁸. Um avanço comparado ao valor obtido em 2010, mas em desaceleração quando levamos em conta que nos dois últimos anos do período não houve crescimento.

Diante das críticas que tecemos ao uso do IDH e da tendência de formação de

⁹⁶Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_VERSAO_Final.pdf. Acesso em 03/11/2017.

⁹⁷Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, também do IBGE, que, divulgada anualmente, apresenta uma estrutura de questionário bastante similar aos questionários utilizados nos Censos Demográficos.

⁹⁸Disponível em <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/BRA> Acesso em 03/09/2017.

padrões de concentração regional do IDHM e seus componentes, mesmo quando analisados particularmente, retomamos a questão que nos move desde o início desse elaborado. Se agregássemos outras variáveis negligenciadas pelo índice, o mapa do desenvolvimento continuaria o mesmo? Passemos adiante.

Se você acha que educação é cara, experimente a ignorância (autoria não precisa)

4. O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO AMPLIADO E SUAS DIMENSÕES

A partir de agora testaremos a hipótese de que ao agregar três novas dimensões ao IDHM, tornando-o mais abrangente e sensível ao mundo atual, o ranqueamento originado pela versão tradicional do índice mudaria. Assim, à renda per capita, educação e longevidade, acrescentaremos indicadores que denotam a situação das dimensões Segurança, Situação da Mulher e Estrutura Demográfica.

A escolha das três dimensões deu-se com base na crença de que são capazes de demonstrar outras facetas do espaço geográfico e sua população as quais saúde, educação e renda já não mais conseguem traduzir. Oportunamente, é interessante ressaltar que outro conjunto de variáveis poderia fazer a mesma função, mas no caso dos municípios capixabas, estas são questões sensíveis para ser observadas, bem como há disponibilidade de dados.

Outrossim, a adoção das dimensões de Segurança, Situação da Mulher e Estrutura Demográfica, com o cálculo de seus índices correlatos criará a possibilidade de serem feitas reflexões 'colaterais' interessantes, como a análise do comportamento da dimensão educação em face de características demográficas, ou, como varia a longevidade em função da violência etc.

É importante lembrar que duas dimensões importantes, e há muito discutidas como passíveis se serem inseridas no cálculo do IDH, não foram agregadas ao IDA - ambiente e cultura. Os motivos para a não inclusão estão sublinhados no subitem 5.3.5.

Espera-se, ao desnudar e trazer à tona o *status quo* dessas três dimensões, contribuir para o debate público acerca da importância das mesmas, podendo assim colocar os resultados do trabalho à disposição dos gestores, outros estudiosos e população no pleito por suas demandas, dentro do raio de ação de cada ente federativo com suas respectivas atribuições e competências, sejam estas prioritárias ou residuais.

A tabela 7 evidencia e justifica os números máximos e mínimos adotados na trave de valores para efetivar os cálculos dos respectivos indicadores dos componentes das dimensões, sejam estas as dimensões clássicas componentes do IDHM, sejam as

agregadas.

Tabela 7: Padronização de valores para cálculo dos indicadores

Dimensão	Variável	Mínimo	Máximo
Segurança	Taxa de mortalidade por Homicídios	0,00	160,21
	Taxa de mortalidade por Acidentes de Trânsito	0,00	182,07
Situação da Mulher	Razão entre as proporções de acesso ao mercado de trabalho de mulheres e de homens	31,73	100,00
	Razão entre o rendimento médio de mulheres e de homens	32,46	100,00
	Razão entre mulheres e homens contribuintes para a Previdência	32,02	100,00
Estrutura Demográfica	Razão de Dependência Total	34,06	93,48
	Taxa de Fecundidade Total	1,23	4,14
	Taxa de Mortalidade Infantil	8,49	39,80
Educação	Anos de escolaridade esperada	0,00	18,00
	Anos médios de escolaridade	0,00	15,00
Saúde	Esperança de vida ao nascimento	20,00	85,00
Vida digna	Renda per capita (PPC U\$)	100,00	75.000,00

Elaboração: o autor (2019), a partir de dados do IBGE e Datasus.

Para as variáveis componentes das dimensões Segurança, Situação da Mulher e Estrutura Demográfica empregou-se nas traves para cálculo dos indicadores os valores mínimos e máximos registrados em municípios brasileiros com mais de 30 mil habitantes, tendo como referência o ano de 2010. No caso de homicídios e acidentes de trânsito, que são evitáveis, o valor mínimo considerado a ser perseguido foi zero. Já o valor máximo utilizado como taxa de homicídios na equação do indicador a ser calculado para essa variável foi a de Simões Filho (BA), que registrou a maior taxa de homicídios do país no ano referência. Para a taxa de mortalidade por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes, utilizou-se a do município de Barbalha (CE) a maior registrada no Brasil em 2010.

As variáveis componentes da Dimensão Situação da Mulher têm seus valores mínimos e máximos usados na trave de cálculo definidas por dados fornecidos pelo Censo Demográfico de 2010. Segundo o censo, o menor percentual de participação das mulheres na força de trabalho dos municípios com mais de 30 mil habitantes do país para cada 100 mulheres em idade apta ao trabalho ocorreu em Campo Alegre (AL). O valor máximo é 100, a situação de paridade.

Já no que diz respeito à diferença de rendimentos, o valor mínimo adotado na trave

de cálculo do indicador foi o do município de São Gabriel da Cachoeira (AM). Também nesse caso o valor máximo é 100, a situação de paridade.

Na verificação da menor razão dos contribuintes para institutos de previdência oficial de todo o Brasil, por sexo, foi utilizado o valor encontrado no município de Ulianópolis (PA). Ainda nesse caso o valor máximo é 100, a situação de paridade.

Por fim, no que concerne às variáveis da Dimensão Estrutura Demográfica, o valor mínimo para a Razão de Dependência foi aquele de Florianópolis (SC). Por sua vez, a maior Razão de Dependência verificada no país pelo Censo de 2010 para municípios com mais de 30 mil habitantes, foi o de Portel (PA).

Para o valor mínimo da Taxa de Fecundidade Total, foi utilizado o valor de Florianópolis (SC); já o valor máximo adotado foi o de Maués (AM). Por fim, no que tange a mortalidade infantil, usou-se como valor mínimo a taxa de Cachoeira do SUL (RS). Contrariamente, como valor máximo registrado no país, o Censo apontou para municípios com população superior a 30 mil habitantes, Santa Luzia (MA).

Da análise da proveniência dos dados, nota-se que a localização dos municípios com os menores e maiores scores para qualificar as piores condições em cada uma das variáveis que compõem o ISE, o ISM e o IED estão nas regiões norte-nordeste do país, enquanto para as condições mais propícias ao desenvolvimento, encontramos os municípios de referência na região Sul. O mapa dois, à página 90, resume as diferenças espaciais do IDHM quando analisadas as UF do país.

Para as dimensões clássicas do IDH e suas variáveis os procedimentos e valores mínimos e máximos para cálculo adotado na trave de valores já foram anteriormente explicitados.

É importante ser enfatizado, como já citamos antes, que outras dimensões (Cultura e Qualidade ambiental) e variáveis (taxa de crimes contra o patrimônio, na dimensão Segurança) foram testadas na tentativa de melhor demonstrar a condição do desenvolvimento dos municípios capixabas. Essa fase envolveu coleta de dados, realização de testes e análises da qualidade e pertinência dos indicadores produzidos para que o desenvolvimento pudesse ser denotado. Entretanto, por uma série de

motivos, após os testes e reflexões, essas dimensões e variáveis foram refutadas. O subitem 4.3.5 reúne as reflexões tecidas, evidenciando como a inclusão de Cultura, Qualidade ambiental e outras variáveis relacionadas à Segurança são urgentes, mas ao mesmo tempo problemáticas ao construir um índice de mensuração do desenvolvimento dos municípios.

Destaca-se que a construção de indicadores globais ou não, ou ainda de forma mais ampla, índices compostos por múltiplos indicadores são objeto de preocupação dados os desafios que comportam. Nesse sentido, Kronemberger (2019) reitera:

são muitas dificuldades institucionais, metodológicas e técnicas para elaborar indicadores [...]. Faltam metodologias para alguns indicadores, existem carências estatísticas sobre os mais variados temas, não há séries históricas, em alguns casos, e alguns dados não estão disponíveis para recortes territoriais mais desagregados (municípios, por exemplo), entre diversas outras dificuldades (KRONEMBERGER, p. 44, 2019).

Por fim, acrescenta-se que alguns dos indicadores adotados para estudo na tese têm uma lógica de compreensão diferente da visão comum “quanto maior, melhor”. As variáveis componentes das dimensões Segurança e Estrutura Demográfica foram calculadas para trazer em evidência indicadores para os quais a situação desejável para a sociedade é representada por baixos valores. Por isso, na construção dos índices das duas dimensões, opera-se a inversão nos valores dos indicadores.

4.1 Dimensão da Segurança

4.1.1 Violência por homicídios

A presença/ausência da violência em uma sociedade reflete a percepção da sensação de segurança (UNODC, 2014). Nesta tese adotamos o estudo das taxas de homicídio, definido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime⁹⁹ como o pior dos crimes - o assassinato intencional de um ser humano por um semelhante como um dos parâmetros. Segundo o órgão da ONU, quase meio milhão pessoas morreram desta forma em 2012, e tal violência tem um impacto amplo na segurança - e na percepção de segurança - em todas as sociedades.

É importante melhorar a compreensão dos padrões subjacentes e tendências

⁹⁹UNODC, em língua inglesa – United Nations Office on Drugs and Crime, sigla adotada nesta tese.

relacionadas a diferentes formas, configurações e fatores de risco de homicídio no mundo, mas também em escala regional, nacional e subnacional. Tal compreensão pode ser uma ferramenta estratégica para apoiar os esforços governamentais para entender as causas e enfrentar o problema. O desenvolvimento, como sublinhou Ban Ki-Moon, não pode ser alcançado ou sustentado em meio à violência, insegurança e injustiça (UNODC, 2014).

Se a ausência de violência é tão importante na percepção do desenvolvimento, porque não a usar no IDHM? O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento cita em seu Material de Treinamento para Produção de Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional que houve em período recente duas oportunidades em que a violência foi agregada ao IDH. Trata-se de duas experiências latino-americanas, realizadas na Colômbia e na Costa Rica.

No caso colombiano, em 2003, além das dimensões padrão do IDH, foi adicionada uma nova dimensão que focalizou o homicídio e ajustou o IDH para a violência, com base na taxa por 100 mil habitantes. Além do IDH ajustado à violência, o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano colombiano de 2003 propôs o acréscimo de novos índices, como de deslocamento forçado, degradação não atribuível à guerra, à governabilidade e à violência, não agregados ao IDH, porém. Estes últimos permaneceram apenas no campo das possibilidades (UNDP, 2015).

Já o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano da Costa Rica de 2005 introduziu o IDH corrigido pela segurança que explorava a relação entre a insegurança dos cidadãos e o desenvolvimento humano. O relatório respondeu diretamente às preocupações públicas nacionais sobre a deterioração da qualidade de vida e o papel desempenhado pela insegurança dos cidadãos nessas experiências. O objetivo do novo índice era aproximar conceitos de desenvolvimento humano e mensuração das necessidades de vida e do dia-a-dia das pessoas na Costa Rica (UNDP, 2015).

No caso costa-riquenho, uma nova dimensão foi adicionada às três dimensões tradicionais do IDH. Essa nova dimensão, o índice cantonal de segurança, revelou diferenças na distribuição geográfica da violência e desapropriação no país. Em termos de construção, o índice tem três indicadores: 1) intervenções policiais devido

à violência doméstica (taxa por 100.000 pessoas); 2) vítimas de homicídio (taxa por 100.000 pessoas); 3) roubo e assalto (taxa por 100.000 pessoas).

Embora a experiência costa-riquenha de 2005 tenha sido premiada no “Excellence in Human Development Innovations—Concepts or Measurement”, o Material de Treinamento não esclarece como, quando e nem o porquê dos ajustes ao IDH em ambos os países terem sido abandonados ou não replicados tanto nos mesmos países como em outras partes do mundo.

Não obstante tenha o maior número absoluto de homicídios no mundo¹⁰⁰, uma taxa que em 2013 era de 25 assassinatos para cada 100 mil habitantes¹⁰¹ e 12,6% de seu Produto Interno Bruto dragado como custo econômico da violência¹⁰², o Brasil figura em uma posição intermediária no Global Peace Index¹⁰³ 2017, feita a ressalva que este índice pondera 23 indicadores, dos quais apenas dois diretamente ligados à questão que tratamos aqui - número de homicídios e nível de criminalidade violenta¹⁰⁴. É importante tal esclarecimento, para não gerar confusão e usos indevidos, porventura, de quem queira escamotear os assustadores dados da violência no país.

Duas questões importantes ainda nesse macrocontexto devem ser expostas, embora não seja nosso foco e por isso não serão objeto de análises pormenorizadas. A primeira diz respeito ao fato que enquanto a grande maioria das vítimas globais de homicídios são homens, são esmagadoramente as mulheres que morrem nas mãos de seus parceiros ou membros da família, ainda que os padrões normativos para melhorar as respostas da justiça penal para eliminar o feminicídio tenham sido acordados por todos os Estados-membros das Nações Unidas (UNODC, p. 5, 2014); é preciso fazer muito mais para melhorar as capacidades dos Estados para efetivamente prevenir, investigar, perseguir e punir todas as formas de violência contra as mulheres.

A segunda concerne ao fato que a estabilidade na taxa nacional de homicídios pode

¹⁰⁰ 55.574 homicídios em 2015, seguido de longe por México, com 20.762 homicídios também em 2015.

¹⁰¹UNODC Homicide Statistics (2013), In: Global Study on Homicide 2013.

¹⁰²Economic cost of violence by country, In: Global Peace Index 2017 Report.

¹⁰³Índice de Paz Global

¹⁰⁴Institut for Economics and Peace, 2017.

mascarar disparidades a nível subnacional. O *Global Study on Homicide 2013* cita o Brasil como um bom exemplo de estabilidade na taxa de homicídio nacional, mas com profundas disparidades nas taxas de homicídios em seus entes subnacionais. As taxas de homicídios diminuíram em estados e cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, mas aumentaram em outras partes do país, particularmente no Norte e Nordeste (UNODC, p.28, 2014).

No caso do Espírito Santo, a violência em sua tradução mais escancarada, - a taxa de homicídios -, traz dados que suscitam imediata preocupação, embora careçam de análises específicas até onde os dados permitem. Desde 1980 entre os cinco estados mais violentos do país, o Espírito Santo deixa essa condição pela primeira vez em 2013, ocupando em 2015 a 15ª posição nacional (CERQUEIRA et al., 2017, p. 11).

Segundo os mesmos autores, responsáveis pelo Atlas da Violência 2017, publicação produto de uma parceria entre o Ipea e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, "[...] trata-se de um movimento de queda de homicídio que começou a ocorrer em 2010 e que ganhou força nos anos subsequentes com a implantação do Programa "Estado Presente", lançado em 2011".

Entretanto, no início de fevereiro de 2017 a Polícia Militar do Espírito Santo começou uma paralisação para reivindicar a correção da remuneração dos policiais militares. As manifestações ocorreram principalmente na RMGV e o episódio ficou conhecido como 'Crise da segurança pública no Espírito Santo de 2017'. Devido à ausência de policiamento nas ruas durante cerca de três semanas, houve uma explosão no número de mortes violentas no estado¹⁰⁵¹⁰⁶.

Cerqueira et al (2017) ainda analisam o quadro paradoxal estabelecido entre as informações supracitadas colocando em evidência a crise da segurança pública de fevereiro de 2017, em que

[...] a greve da Polícia Militar no Espírito Santo não apenas levou pânico à população, mas demonstrou quão frágil é o equilíbrio em torno da paz social, mesmo em estados com experiências bem-sucedidas recentes no campo da segurança pública, como era o caso do estado capixaba (CERQUEIRA et al. 2017, p. 2).

¹⁰⁵ Disponível em <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/es-vive-mais-grave-crise-do-brasil-avalia-especialista-em-seguranca.html>. Acesso em 03/01/2019

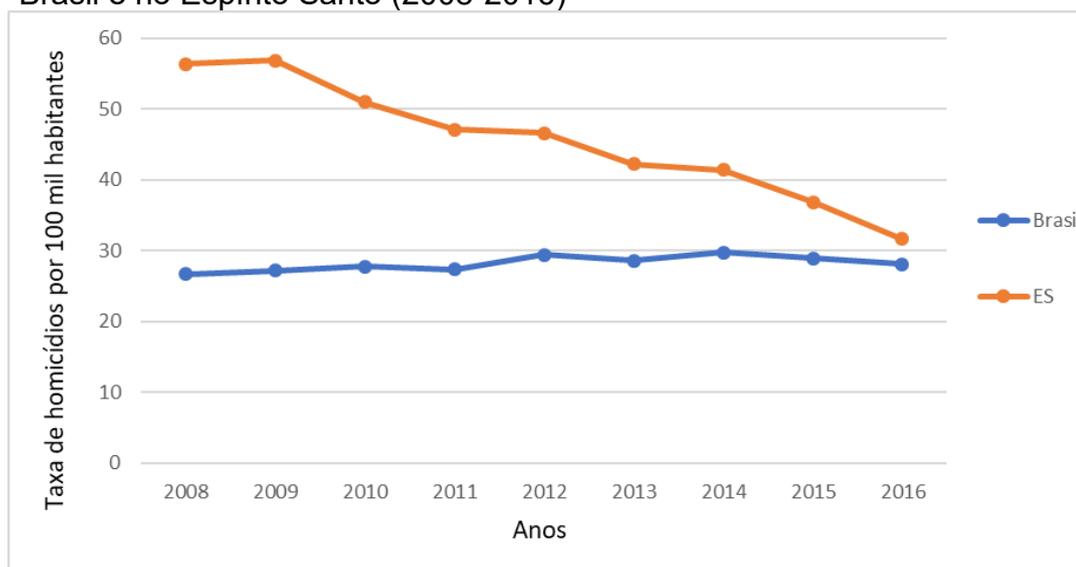
¹⁰⁶ Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38888048>. Acesso em 03/01/2019.

De toda forma, o estado é citado no Atlas como exemplo de redução dos homicídios no período considerado no estudo (2005-2015), tendo tido a maior diminuição nas taxas, com queda de 27,6% (CERQUEIRA et al, 2017) no último quinquênio entre todas as unidades da federação. Há que se esperar para entender quais terão sido os efeitos da crise de fevereiro de 2017 para essa tendência descendente na curva de violência do estado.

Também se deve contemporizar que grandes variações, como a apresentada pelo estado na redução da taxa de homicídios, podem ser resultado da existência de grandes proporções. No caso em questão, o que aparentemente pode vir a contribuir para exaltar os esforços do estado no combate à violência, por outro lado se traduz como prova da existência de uma alta taxa de homicídios, que só agora começa a reduzir.

Por oportuno, ressalta-se que em todos os anos da série analisada as taxas de homicídio do Espírito Santo foram superiores às do país, e mesmo que exista a tendência de diminuição para o estado e aumento para o país, em 2015, elas se comportavam respectivamente da seguinte forma – 36,9 e 28,9 óbitos por 100 mil habitantes (CERQUEIRA et al, 2017), conforme mostra o gráfico 13.

Gráfico 13: Evolução das taxas de homicídios por 100 mil habitantes do Brasil e no Espírito Santo (2008-2016)



Elaboração: o autor (2019), a partir de dados do Atlas da Violência (2017).

Quando passamos, porém, a uma análise compartimentada por idade, sexo, raça e

região, as taxas comportam-se de forma diferente. E nesse caso, são essas diferenças que reforçam ou deterioram a percepção da sensação de segurança. Se como acenado antes o Espírito Santo tem nos últimos anos atravessado um período de decréscimo na taxa de homicídios, para alguns grupos específicos a redução não tem acompanhado a média geral, ou tem-se verificado inclusive crescimento. É conveniente, por essa razão, estudar as taxas específicas de homicídios e não a taxa total.

Os dados do Atlas da Violência evidenciam que enquanto a taxa de homicídios decaiu 27,6% para o total da população capixaba, quando consideramos apenas os homicídios por faixa etária e analisamos o intervalo de população entre 15 e 29 anos de idade, onde ocorre a maioria dos casos, a taxa decaiu mais lentamente, a uma razão de 19,4%, posicionando-se em 2015 em 83,8 óbitos por 100 mil habitantes (CERQUEIRA et al, 2017).

Se além da faixa etária jovem (nesse caso, por jovem entende-se o grupo de pessoas de 15 a 29 anos) for aplicado um segundo filtro, por sexo, tendo assim a taxa de homicídios por 100 mil homens jovens na faixa etária de 15-29 anos de idade, em 2015 foram registrados alarmantes 153,6 óbitos por 100 mil habitantes (CERQUEIRA et al, 2017).

Já em relação à cor/raça a taxa de homicídios por 100 mil habitantes de negros por unidade da federação entre 2005 a 2015 revela que no caso do Espírito Santo houve ligeiro aumento, passando de 48,3 para 51,3 óbitos. Já para os não negros, a taxa caiu consideravelmente, passando de 18,3 para 11,2 (CERQUEIRA et al, 2017).

No que tange à violência contra a mulher, em 2015 a taxa do país foi de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Nessa questão, o estado permanece acima da média nacional, com uma taxa de 6,9 óbitos por 100 mil habitantes, embora essa tenha decrescido 25% no último quinquênio. Há, entretanto, diferenças significativas se compararmos as mortes de mulheres negras e não negras. Nesse caso, o Espírito Santo tem a maior taxa de letalidade entre mulheres negras – 9,2 por 100 mil mulheres, bem superior ao das mulheres não negras (2,7) (CERQUEIRA et al, 2017).

Tecidas essas breves análises, nos debruçamos sobre a mais importante compartimentação da taxa de homicídios como indicador da sensação de segurança para essa pesquisa – a distribuição dos homicídios por municípios. Os dados mais recentes do SIM/Datasus são de 2016. Optou-se, todavia, pelo uso da média da série trienal 2009-2011, para que os dados fossem compatíveis com aqueles fornecidos pelo Censo Demográfico de 2010, estes usados como base para o cálculo do IDHM. O uso de uma série trienal foi uma tentativa para evitar eventuais efeitos de mínimos absolutos e das variações aleatórias em municípios de população pouco numerosa.

De fundamental importância neste quesito é analisar o comportamento diferencial das taxas de óbito por residência e por ocorrência, ambas passíveis de serem utilizadas para o fim da construção do indicador de violência, com o cuidado de optar pela mais adequada a partir de um julgamento sobre seus méritos e deméritos. De antemão, acenamos para o fato que tal comportamento diferencial é oriundo da desigualdade espacial da oferta de aparatos médico-hospitalares, o que por sua vez reflete muitas das outras desigualdades espaciais existentes.

Desta forma, ao analisar os óbitos por local de ocorrência e não por residência das vítimas, verifica-se que há um sobrepeso nos municípios com maiores e melhores aparelhos hospitalares, para onde são levadas as vítimas de tentativa de homicídio que apenas posteriormente se concretizam como tal. Há, porém duas análises a serem feitas, que se relacionam com a sensação de segurança que a taxa de homicídios pode indicar. Uma pessoa pode sofrer uma tentativa de homicídio em município diferente daquele de residência e vir a óbito no próprio local onde está, o que refletiria percepção na sensação de segurança. Por outro lado, pode ser socorrida, e transportada para um hospital, onde mesmo que posteriormente venha a óbito, não cause impacto sobre a sensação de segurança tal como seria se o óbito tivesse ocorrido em via pública.

Assim, a tendência é de municípios pouco populosos apresentarem taxas por 100 mil habitantes menores, já que muitas das tentativas de homicídio registradas se confirmam como óbito tempo depois em um município de maior infraestrutura hospitalar. O contrário é verdadeiro para os municípios mais populosos e mais bem-dotados de infraestrutura hospitalar. Essa situação se verifica em Colatina, Nova

Venécia, Linhares, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim. Na Grande Vitória, o aumento apresentado na capital, pode ser explicado pela diminuição nos óbitos registrados nos municípios componentes do arco sul (Vila Velha e Guarapari) e oeste (Viana e Cariacica), ao passo que Fundão e Serra, com a troca de parâmetro do uso do dado, veem suas taxas aumentarem.

Outra ponderação é de que principalmente no contexto metropolitano de intensa fluidez e mobilidade estudantil e laboral, tentativas de homicídio podem ocorrer em município diferente daquele em que se reside, mas a complexidade não para aí. Neste caso, o local da residência da vítima pode ser X, da tentativa de homicídio, Y, e da efetivação do óbito, Z.

Vistas tais ponderações e buscando demonstrar como o indicador de mortalidade por homicídios se traduz em sensação de segurança, opta-se nesta tese pelo uso da taxa de homicídios segundo o local de residência da vítima, e não da ocorrência do óbito, pois entendemos que a sensação quanto à eficiência da segurança pública será muito mais percebida no local de moradia da pessoa que veio a óbito (por seus parentes e entes queridos) do que onde ela sofreu a tentativa de homicídio ou efetivamente veio a falecer.

Nesse sentido, Brasil, Castiglioni & Felipe ao discorrerem sobre tal questão na RMGV corroboram: “[...] os óbitos por ocorrência, mais numerosos que os de residentes, correspondem ao contingente vindo de outros municípios e de estados vizinhos que buscam os serviços de saúde da região da capital, onde estes se concentram [...] (2012, p. 54).

Entre os 5.448 homicídios registrados no estado no período (2009-2011), 3.543 tiveram lugar na Grande Vitória, o que equivale a aproximadamente 65,03% do total. No mesmo período, a população média dos sete municípios formadores da RMGV era de 1.687.704 habitantes¹⁰⁷, de acordo com a data de referência do Censo Demográfico de 2010. Isto equivalia a 48% da população de todo o estado.

No Brasil, os órgãos voltados ao acompanhamento e estudo da violência como

¹⁰⁷ IBGE, Censo Demográfico 2010

componente da morbimortalidade, bem como suas políticas e documentos oficiais adotam o conceito da Organização Mundial da Saúde, definindo o fenômeno da violência como “o uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”^{108 109}.

Evidentemente, para essa tese a definição da UNODC é tanto mais sucinta quanto eficaz - o homicídio intencional é definido como uma morte ilegal intencionalmente infligida a uma pessoa por outra pessoa¹¹⁰.

No ANEXO B encontramos a tabela nº 29, que oferece aproximação entre dados. Ela exhibe os números absolutos de mortalidade por agressões e oferece uma visão geral do comportamento do total de homicídios, das taxas por 100 mil habitantes e do IDHM dos respectivos municípios.

Para calcular a taxa de homicídios, as informações sobre mortes violentas foram extraídas do banco de dados do Datasus¹¹¹. Nessa plataforma foi usada a CID-10, que é a 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças a partir de 1996, e é conceituada para padronizar e catalogar as doenças e problemas relacionados à saúde, tendo como referência a Nomenclatura Internacional de Doenças, estabelecida pela Organização Mundial de Saúde. A organização dos arquivos em meio magnético e sua implementação para disseminação eletrônica foi efetuada pelo DATASUS, possibilitando, assim, a implantação em todo o território nacional, nos registros de Morbidade Hospitalar e Ambulatorial, compatibilizando estes registros entre todos os sistemas que lidam com morbidade¹¹².

Em seus vários menus é possível selecionar os elementos básicos constantes nas

¹⁰⁸Tradução literal de: "the intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, that either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment, or deprivation."

¹⁰⁹Disponível em <http://www.who.int/violenceprevention/approach/definition/en/>. Acesso em 19/11/2017.

¹¹⁰Livre tradução de ""*intentional homicide is defined as unlawful death purposefully inflicted on a person by another person*". Extraído de UNODC, International Homicide Statistics, em 02/12/2017.

¹¹¹A página em questão é <http://www2.datasus.gov.br/>

¹¹² Disponível em <http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/cadastros-nacionais/cid-10>. Acesso em 03/02/2019.

tabelas 8 e 9, como o nome do município, e se o evento (óbito) deve ser elencado por ocorrência ou residência da vítima, ano do evento, sua causa (neste caso nos interessam somente aquelas por 'agressões'), de acordo com o CID-BR 10. A plataforma dispõe de outros dados, tais como sexo, escolaridade, estado civil, cor/raça, faixa etária, etc.

Após geradas as tabelas e extraídos os dados, estes foram trabalhados em planilhas. Foi calculada a média aritmética de homicídios por ano, usando a série trienal 2009-11. A população média do período corresponde aproximadamente à população residente no Brasil e unidades da federação enumerada no Censo Demográfico de 2010. Finalmente, para efetivar o cálculo da taxa para cada município, usou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de homicídios} = (\text{média do nº de homicídios/população média}) * 100.000$$

Para esta dimensão, foi adotado o seguinte procedimento para atingir o valor estandardizado, no qual a taxa, conforme expressa acima passa a ser um indicador oscilante entre 0 e 1:

$$\text{Indicador de mortalidade por homicídios (IMH)} = 1 - ((\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})),$$

onde:

- valor máximo = 160,21, taxa de homicídios por 100 mil habitantes de Simões Filho (BA), município mais violento do país segundo os dados do Datasus, no ano de 2010;
- valor observado = taxa de homicídios por 100 mil habitantes dos respectivos municípios, calculado em média anual a partir da série trienal 2009-11, com dados do SIM/Datasus e do IBGE;
- valor mínimo = taxa de homicídios por 100 mil habitantes igual a 0 (zero), pois entende-se que o desejável seria que um ser humano não impetrasse nenhuma forma de violência contra outro ser humano, principalmente letal.

Tabela 8: Dimensão Segurança: taxa de homicídios por 100 mil habitantes por residência das vítimas e indicador de mortalidade por homicídios (IMH) - Municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade Territorial	Taxa	IMH
Espírito Santo	51,665	0,678
Afonso Cláudio	24,659	0,846
Água Doce do Norte	28,318	0,823
Águia Branca	21,011	0,869
Alegre	11,917	0,926
Alfredo Chaves	9,555	0,940
Alto Rio Novo	41,000	0,744
Anchieta	16,735	0,896
Apiacá	4,437	0,972
Aracruz	43,993	0,725
Atilio Vivacqua	20,305	0,873
Baixo Guandu	52,726	0,671
Barra de São Francisco	47,562	0,703
Boa Esperança	39,909	0,751
Bom Jesus do Norte	10,553	0,934
Brejetuba	44,762	0,721
Cach. de Itapemirim	22,820	0,858
Cariacica	82,870	0,483
Castelo	14,390	0,910
Colatina	42,044	0,738
Conceição da Barra	66,786	0,583
Conceição do Castelo	22,829	0,858
Divino de S. Lourenço	7,381	0,954
Domingos Martins	13,607	0,915
Dores do Rio Preto	10,422	0,935
Ecoporanga	51,697	0,677
Fundão	50,906	0,682
Gov. Lindenberg	15,334	0,904
Guaçuí	16,756	0,895
Guarapari	59,837	0,627
Ibatiba	44,711	0,721
Ibiraçu	26,838	0,832
Ibitirama	26,050	0,837
Iconha	10,647	0,934
Irupi	31,278	0,805
Itaguaçu	28,301	0,823
Itapemirim	23,665	0,852
Itarana	21,444	0,866
Iúna	26,835	0,833
Jaguaré	59,432	0,629
Jerônimo Monteiro	12,330	0,923
João Neiva	6,326	0,961
Laranja da Terra	9,237	0,942
Linhares	63,927	0,601
Mantenópolis	71,273	0,555
Marataízes	28,418	0,823

Continua

Unidade Territorial	Taxa	IMH
Marechal Floriano	23,372	0,854
Marilândia	6,002	0,963
Mimoso do Sul	14,156	0,912
Montanha	16,808	0,895
Mucurici	35,367	0,779
Muniz Freire	19,931	0,876
Muqui	4,631	0,971
Nova Venécia	18,104	0,887
Pancas	46,408	0,710
Pedro Canário	98,064	0,388
Pinheiros	62,775	0,608
Piúma	38,625	0,759
Ponto Belo	14,329	0,911
Pres. Kennedy	29,087	0,818
Rio Bananal	9,508	0,941
Rio Novo do Sul	8,830	0,945
Santa Leopoldina	8,170	0,949
Santa M ^a de Jetibá	12,679	0,921
Santa Teresa	16,802	0,895
São Domingos do Norte	41,661	0,740
São Gabriel da Palha	19,879	0,876
São José do Calçado	12,811	0,920
São Mateus	59,006	0,632
São Roque do Canaã	8,871	0,945
Serra	91,709	0,428
Sooretama	85,280	0,468
Vargem Alta	19,167	0,880
Venda Nova do Imigrante	6,521	0,959
Viana	62,563	0,609
Vila Pavão	15,375	0,904
Vila Valério	43,384	0,729
Vila Velha	59,738	0,627
Vitória	47,793	0,702

Conclusão

Fonte: o autor (2019), elaborado a partir de dados do Datasus (2017)

Os resultados da tabela 8 trazem uma constatação: eles demonstram não haver relação inversa entre os valores do IDHM e os do índice de violência nos municípios capixabas. Nenhum dos dez primeiros colocados no ranking do índice da ONU aparece entre os dez menos violentos. Da mesma forma, não há nenhum município entre os menores IDHM que tenham alto índice de violência¹¹³.

Analisando a situação dos municípios segundo as taxas de homicídios de 2010,

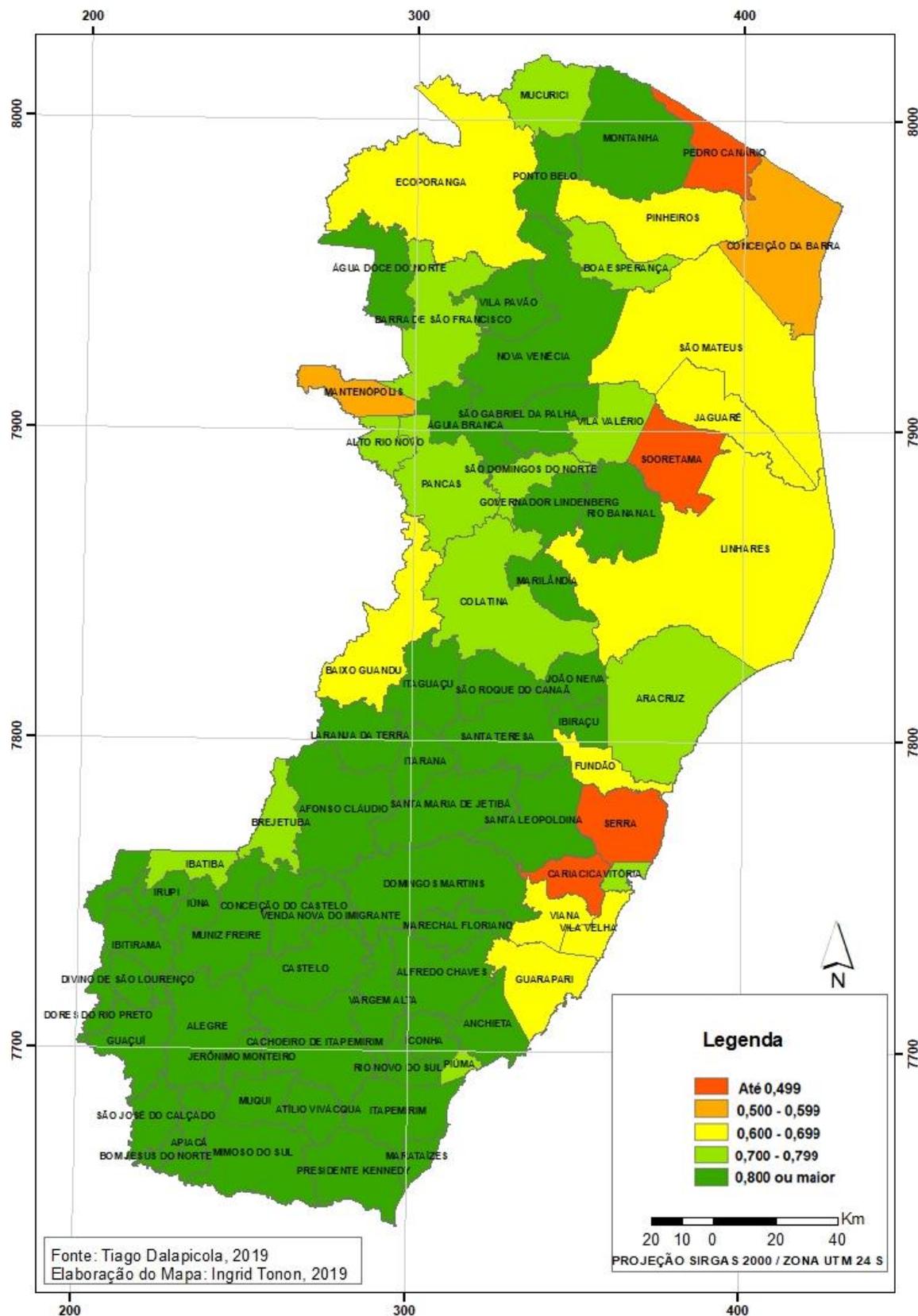
¹¹³ No anexo A, onde consta a tabela 28, essa observação pode ser mais bem notada a partir do cruzamento entre as taxas de homicídios municipais e o IDHM.

observadas na tabela 8, nota-se que 34 deles têm taxas superiores à média nacional (de 27,8 homicídios por 100 mil habitantes), destacando-se Pedro Canário, Serra e Sooretama, com taxas superiores ao triplo da brasileira (respectivamente 98,1; 91,7 e 85,3 homicídios por 100 mil habitantes). Outros 44 municípios tinham taxas inferiores à brasileira, destacando-se nesse grupo, um montante de 12 municípios com taxas inferiores a 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Já em relação à taxa de homicídios capixaba para o período (51,7 homicídios por 100 mil habitantes), havia um grupo de 15 municípios com taxas superiores. Esse grupo era menor que quando comparado à taxa nacional, já que como visto, a taxa estadual era (e ainda é) superior àquela do país. Contudo, por nele estarem contidos os três mais populosos municípios do estado (Vila Velha, Serra e Cariacica, além de Linhares, Guarapari e São Mateus, todos entre os mais populosos do estado, além de outros), a taxa do estado é afetada por essa concentração. Juntos os 15 municípios perfaziam 50,7% da população estadual. Outros 63 municípios tinham taxas inferiores àquela do estado.

Os dados são mais facilmente compreendidos quando espacializados, conforme se observa no mapa 15.

Mapa 15: Indicador de Mortalidade por Homicídios por 100 mil habitantes – Municípios do Espírito Santo (2010)



Fonte: o autor (2019), elaborado a partir de dados do Datasus (2017)

Da análise do mapa 15 é possível identificar dois agrupamentos de municípios que apresentavam indicadores 'muito baixo', 'baixo' e 'médio', que equivaliam a locais onde as taxas de homicídios eram mais altas, e, portanto, a situação de segurança não era confortável. Um desses agrupamentos era a RMGV, que com exceção de Vitória, tinha seus demais seis municípios na condição entre 'muito baixo' e 'médio' indicador.

O outro agrupamento, maior e mais difuso, estava ao norte do Rio Doce, e correspondia aos municípios litorâneos ou não no raio de abrangência da rodovia BR-101 norte (todos os municípios atravessados pela referida rodovia entre Linhares e Pedro Canário, num total de sete), bem como outros três, junto da divisa mineira (Ecoporanga, Mantenópolis e Baixo Guandu).

Já os municípios que apresentavam indicadores 'alto' e 'muito alto', que equivaliam a locais onde as taxas de homicídios eram mais baixas, compunham toda a região Sul e Centro-serrana do estado. Estavam presentes também ao norte, no eixo ao longo da rodovia ES-080, prolongando-se até Nova Venécia e municípios adjacentes, e assim até a divisa mineira e baiana.

Considerando apenas os municípios que apresentam taxas consideradas aceitáveis pelas Nações Unidas (até 10 óbitos por 100 mil habitantes) estes são 12, como já acenado antes, e estão situados, sobretudo nas regiões centro-serrana e sul do Espírito Santo (dez: Alfredo Chaves, Laranja da Terra, São Roque do Canaã, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, Divino de São Lourenço, Venda Nova do Imigrante, João Neiva, Muqui e Apiacá), aparecendo também dois no Norte (Rio Bananal e Marilândia).

O município de Serra, mais populoso entre aqueles que lideravam as taxas de homicídios no período considerado, tem uma dinâmica particular a ser analisada, que talvez dê pistas sobre o alarmante índice de mortalidade por homicídios. O tão igualmente intenso processo de crescimento populacional verificado pelo município a partir de 1970 com uma urbanização acelerada parece dar indícios de que este viveu sua própria 'explosão demográfica'.

Para ilustrar, no período intercensitário de 1970 a 1980, a população da Serra

apresentou um crescimento acelerado, passando de 17.377 a 82.568 habitantes. Segundo Brasil, Castiglioni & Felipe (2012), nesse caso, a migração da década foi responsável por 84,8% do crescimento populacional do município, ante 15,18% de participação do saldo natural (natalidade – mortalidade).

Já entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 4,15%, passando de 222.934 para 321.452. Foi mais que o dobro da taxa do estado, que no mesmo período cresceu 1,96%, e quase o triplo do Brasil, que foi de 1,63%, no mesmo período. Entre 2000 e 2010, a população de Serra cresceu a uma taxa média anual de 2,44%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, o que fez que saltasse de 321.452 para 409.267 habitantes, dos quais 99,31% estavam na zona urbana (PNUD, 2018). Para 2017 a estimativa do IBGE era que o município possuía 502.618 habitantes, tendo sido assim a primeira municipalidade capixaba a superar o limiar de meio milhão de habitantes (IBGE, 2018).

Nesse sentido, diferentes estudos apontam a crescente urbanização como fator de estímulo à violência e suas formas letais. Ressaltamos aqui os relatórios do UNODC (2011), que afirmam que a rápida e caótica urbanização produzida em muitos contextos espaciais eleva os níveis de desigualdade de renda, mas não apenas. Segundo o órgão, a relação geral entre densidade populacional e taxa de homicídios não é válida apenas nas Américas. Em outros lugares, viver em um ambiente mais urbanizado também aumenta o risco de ser assassinado ou ser vítima de outros tipos de crimes violentos.

Numerosos fatores de risco podem explicar níveis mais altos de criminalidade nas cidades, como a multiplicidade de alvos e maiores retornos pecuniários que podem atrair criminosos, bem como o menor risco de estes serem reconhecidos e presos; ao mesmo tempo, as grandes cidades que tem vivenciado crescimento em tempos recentes, especialmente na África e América Latina também são frequentemente caracterizadas por fortes desigualdades e segregação social/espacial, que podem fomentar comportamentos criminosos (UNODC, 2011). Além disso, a rápida urbanização e migração representam desafios que podem colocar stress adicional em relações interpessoais já tensas. De acordo com o órgão da ONU, embora a urbanização também possa oferecer alguns fatores de proteção, como aumento da

presença policial, monitoramento de locais públicos por circuito fechado de televisão e acesso mais rápido a cuidados médicos, atividades criminosas em geral e homicídios em particular podem ser vistos como a ponta do "iceberg" de um relacionamento cada vez mais tenso entre os indivíduos e o contexto social onde eles moram.

A dimensão espacial é fundamental para uma melhor compreensão do homicídio e crime violento. No nível local, fatores como alta densidade populacional e desordem social podem produzir um coquetel explosivo resultando em altas taxas de crime violento. Por outro lado, o UNODC sugere esforços para “[...] desenvolver coesão social ao lado de policiamento efetivo, serviços sociais e espaços urbanos seguros que podem ter um efeito que impeça a escalada da violência” (UNODC, 2011, p.82).

Em oposição à Serra, Jerônimo Monteiro não registrou homicídios no período considerado. Optou-se, nesse caso, para evitar o zero absoluto, usar a média da taxa de homicídios da microrregião, composta ainda pelos municípios de Apicá, Atílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro do Itapemirim, Castelo, Mimoso do Sul, Muqui, São José do Calçado e Vargem Alta. Pelo fato de todos apresentarem taxas de homicídio variando entre média e baixa, o indicador de violência estimado do município não compromete o bom desempenho esperado.

A tendência de queda no número absoluto de homicídios bem como da taxa por 100 mil habitantes têm se confirmado. Dados da Polícia Civil do Espírito Santo relativos a 2018 apontam que no caso do município de Serra, pela primeira vez em 22 anos, quando se inicia a série histórica, o município deixou de ocupar o primeiro lugar na RMGV. A primazia coube, no último ano, a Cariacica, com taxa de 40,9 por 100 mil habitantes, enquanto Serra registrou 36,2 por 100 mil (A GAZETA, 2019).

É oportuno salientar que embora a taxa de homicídios, que nesta tese expressa o indicador de violência não seja o único e inequívoco indicador para a sensação de segurança – citam-se também condicionantes macrossociais como o ‘crescimento da criminalidade, o fenômeno da urbanização, a influência midiática que ressalta a espetacularização da violência, fatores culturais como religião, atributos dos próprios indivíduos, como sexo, renda e idade, dentre outras características sócio

demográficas' (SEIBEL ET ALL, 2013). Podem ser citados ainda o quantitativo de policiais, os investimentos em segurança pública (IPEA, 2011), confiança no Judiciário etc. como principais variáveis para definir tal percepção.

4.1.2 Mortalidade por acidentes de trânsito

Os acidentes de trânsito são uma das facetas da sensação de segurança contempladas nessa tese. Eles estão inseridos na condição de indicador da segurança no deslocamento das pessoas, embora revelem outras características socioespaciais. Os acidentes de trânsito com ou sem mortes ocorrem de forma difusa no espaço-tempo, o que segundo Nunes (2017) dificulta a previsão de local e hora para a sua ocorrência. Eles podem variar, segundo o mesmo autor, de acordo com a gravidade das lesões sofridas e serem classificados em quatro tipos: fatal; grave; leve e ileso. Sem desprezar as consequências socioeconômicas desse conjunto de eventos, na tese focamos apenas naqueles acidentes que ocasionaram óbitos, por serem os de maior impacto em diversas ordens.

São individualizados quatro fatores associados aos acidentes de trânsito. Eles são ligados ao condutor, ao veículo, à estrada e a riscos ambientais. O quadro 7 exprime cada um dos quatro fatores, bem como suas subdivisões.

Quadro 7: Fatores que contribuem para os acidentes de trânsito.

Fator	Forma de manifestação
Humano	Velocidade
	Consumo de álcool
	Cansaço
	Conduta perigosa
	Falta de habilidade
	Desvio de atenção
	Desrespeitos leis de trânsito
Via/estrada	Defeitos na superfície de rolamento
	Projeto geométrico inadequado
	Interseções inadequadas
	Sinalização e iluminação insuficientes
Veículo	Manutenção inadequada
	Tipo de veículo
Ambiente	Fatores geográficos e climáticos (chuva, neve, rajadas de vento, topografia etc.).

Elaboração: o autor, 2019. Fontes: Nunes (2017); Bergamaschi (2013).

Nunes (2017) lembra que os acidentes de trânsito são classificados de acordo com

sua tipologia em colisão, choque, abalroamento, atropelamento, capotamento e tombamento. Somadas todas as tipologias, mais de 1,2 milhão de pessoas morrem a cada ano nas estradas do mundo, tornando as lesões causadas pelo trânsito em uma das principais causas de morte no planeta. A maioria dessas mortes ocorre em países de renda baixa e média, onde o rápido crescimento econômico foi acompanhado pelo aumento da motorização e conseqüentemente, das lesões causadas pelo trânsito (OMS, 2015).

Estimativas dão conta que as lesões causadas pelo trânsito são um sério problema: os países de renda baixa e média perdem 3% do PIB como resultado de acidentes de trânsito. Embora as lesões no trânsito venham sendo causa de mortalidade por muitos anos, a maioria das colisões é previsível e, portanto, evitável.

A África, segundo a Organização Mundial da Saúde, continua a ter a mais alta taxa de mortes no trânsito, enquanto as taxas mais baixas estão na Europa, notadamente entre os países de alta renda, muitos dos quais conseguiram reduzir as taxas de mortalidade no trânsito apesar da crescente motorização.

Em nível global, acidentes rodoviários lideram as causas de morte entre jovens, sendo a principal causa de óbito entre jovens com idade compreendida entre 15 e 29 anos, superando outras causas como suicídios, HIV/Aids, homicídios etc. Além das mortes nas estradas, até 50 milhões de pessoas sofrem lesões não fatais a cada ano como resultado de acidentes de trânsito, enquanto há outras conseqüências indiretas associadas a essa epidemia crescente.

Para Fabiano Contarato (informação verbal, 2019), delegado de polícia da Academia de Polícia Civil do Espírito Santo e que chefiou a Delegacia de Delitos de Trânsito em períodos alternados entre 2003 e 2013, as conseqüências indiretas são frequentemente subestimadas – pouca atenção se dá aos fatores não econômicos envolvidos nos óbitos por acidentes de trânsito. Enquanto o ônus econômico sobre o sistema público de saúde ou de pensão é bem lembrado, os fatores psicossociais ainda carecem de atenção do poder público. O delegado lembra que para além da vítima do óbito existem outras vítimas – os familiares, para os quais pouco ou nenhum apoio psicossocial o Estado dá, e que ao se verem abandonados e privados do

convívio da pessoa que lhes falta, podem desenvolver posteriores problemas relacionados à saúde pública, como depressão e uso de entorpecentes.

Na tentativa de qualificar os acidentes de trânsito como reveladores da condição do desenvolvimento, nos termos que temos tratado nesta tese, em Bergamaschi encontramos uma pertinente contribuição:

(...) o número de pessoas atingidas vai muito além dos óbitos. Se for considerado que a pessoa que veio a óbito residia em um domicílio com outras 3 pessoas (média de pessoas por domicílios no Brasil), o número de pessoas atingidas diretamente sobe (...). E ainda há amigos, colegas de trabalho e vizinhos, inúmeras pessoas que fazem com que o número de indivíduos atingidos anualmente por acidentes de trânsito cresça (...). O mesmo quadro se apresenta para as vítimas não fatais, que contraem deficiências e sequelas graves, ocasionando, além do sofrimento físico, problemas emocionais de aceitação social, dependência de outras pessoas para realizar tarefas corriqueiras, entre outros (BERGAMASCHI, 2014, p. 90).

Desta feita, visto o elevado número de pessoas implicadas na percepção da seriedade desse grave problema da sociedade bem como seus efeitos econômicos, ele se traduz como oportuno para o estudo da questão do desenvolvimento.

Implicado também na questão do desenvolvimento está o fato, como cita Contarato, de o perfil etário da maior parte das vítimas de acidentes de trânsito ser jovem (15-29 anos), com pleno potencial produtivo que é interrompido no auge da produtividade econômica, não tendo assim oportunidade de passar por um processo de envelhecimento natural no qual poderiam contribuir para o país.

À medida que a propriedade de veículos cresce, muitos países enfrentam os problemas correlatos de congestionamento de tráfego e aumento de emissões de escapamentos de veículos, resultando em taxas mais altas de doenças respiratórias. O aumento da posse de carros também resultou na redução de atividades físicas, como caminhadas e ciclismo, com consequências associadas à saúde (OMS, 2015). Outro ponto revelado pelo relatório da OMS (2015) é que quase metade de todas as mortes em acidentes de trânsito no mundo ocorre entre aqueles com menos proteção – motociclistas, ciclistas e pedestres. Entretanto, a probabilidade de morrer nessas condições varia de acordo com a região: a África tem a maior proporção de mortes de pedestres e ciclistas, correspondendo a 43% de todas as mortes no trânsito, enquanto essas taxas são relativamente baixas no Sudeste da Ásia.

No que concerne especificamente ao Brasil, dados de 2013 informados ao Relatório do Status Global da Segurança Rodoviária indicam que houve 42.291 mortes por acidentes no trânsito (82% eram homens). A OMS sobrestima esse número, afirmando terem sido quase 47 mil mortes. A partir dessa estimativa é dada a taxa de mortes em acidentes de trânsito por 100 mil habitantes do país, que naquele ano era de 23,4. Ainda segundo a OMS, 1,2% do PIB do país era dragado por perdas relativas a esses acidentes.

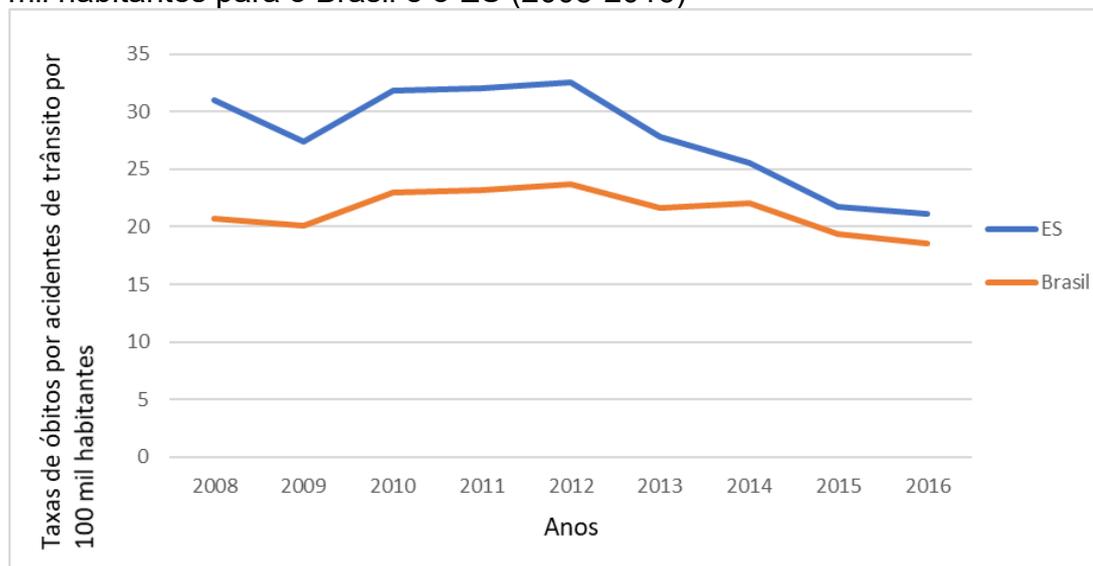
No caso do Espírito Santo para o triênio considerado, a taxa de óbitos por acidentes de trânsito para cada 100 mil habitantes era de 30,5, superior à média nacional. Estudos recentes conduzidos neste programa de pós-graduação por Bergamaschi (2014) e Nunes (2018), lançam luzes, respectivamente, sobre a questão dos acidentes de trânsito na Grande Vitória e no município de Vila Velha.

O avanço da motorização da população brasileira e capixaba é patente nos últimos anos. Segundo Bergamaschi

[...] enquanto a população passou de 3.097.232 milhões, em 2000, para 3.839.366 milhões de habitantes, em 2013, o que representou um aumento de 23,1%, a frota veicular apresentou um aumento de 213,4% no mesmo período, passando de 505.985 veículos, em 2000, para 1.585.076, em 2013, crescimento bem maior que o apresentado pelo Brasil (BERGAMASCHI, 2013, p. 64).

Do trabalho do pesquisador resulta que o coeficiente de correlação de Pearson, ao ser calculado para todos os 78 municípios do ES, considerando suas respectivas frotas veiculares e mortalidade por acidente de trânsito, em 2011, há um nível de correlação forte positivo de 0,842 (BERGAMASCHI, 2013). O gráfico 14 mostra o comportamento das taxas de mortalidade por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes para o estado e o país.

Gráfico 14: Evolução das taxas de óbitos por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes para o Brasil e o ES (2008-2016)



Elaboração: o autor (2019) a partir de dados do SIM/Datasus, 2019; IBGE, 2019.

Da análise do gráfico 14 depreende-se que especialmente no período compreendido entre 2010 e 2012 houve um incremento nos óbitos, com redução a patamares inferiores após esse período. Nas pesquisas de Nunes (2018) e Bergamaschi (2014) se observa que no Espírito Santo os valores das taxas de motorização se elevam no período considerado; no mesmo sentido, as taxas de mortes em acidentes de trânsito apresentam tendência predominantemente crescente no período. Não existe, contudo, relação de causa e efeito direta. Bergamaschi, especialmente, lembra que os países desenvolvidos geralmente apresentam menores taxas de mortalidade e acidentalidade no trânsito, apesar de elevadas taxas de motorização (2013).

Segundo o delegado Contrato no Brasil três condicionantes contribuem para explicar o alto índice de acidentes e mortes no trânsito (estes ligados ao fator humano):

- o poder público falha no processo educacional, por exemplo ao não cumprir uma resolução do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que determina que a educação para o trânsito seja promovida desde a pré-escola até o ensino superior;
- o poder público falha na fiscalização dos condutores, como por exemplo na aplicação da Lei Seca;
- o poder público falha também no processo legislativo, visto que o CTB lista possíveis onze crimes no trânsito, dos quais o mais grave é o homicídio, para o qual a punição além de ser leve é morosa, levando, em suas palavras, não a uma sensação

mas a uma certeza de impunidade, o que por consequência provoca a banalização da vida humana, dos riscos à integridade física e dos prejuízos à saúde pública no Brasil.

Contrato ainda cita como outras razões para o elevado número de acidentes e mortes no trânsito o descompasso existente entre a idade das rodovias e o tamanho da frota veicular, com prejuízos à fluidez do trânsito, a precariedade da manutenção das mesmas bem como a ausência ou má conservação da sinalização vertical e horizontal. Também menciona a falta de outras opções de transporte, como o ferroviário, que nesse caso poderia diminuir a demanda pelo uso das rodovias.

Cabe lembrar ainda que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) publicou em 2017 as regras do programa de inspeção técnica veicular, que seria obrigatória em todo o país até 31 de dezembro de 2019. A vistoria seria implantada para verificar as condições de segurança e de emissões de poluentes dos veículos em circulação no Brasil. A inspeção veicular foi regulamentada em novembro daquele ano, e seria obrigatória a cada 2 anos, para veículos com mais de 3 anos ou comerciais de frotas. Essa medida poderia aumentar a segurança veicular, já que levaria em conta o estado e manutenção dos veículos, observando não só a mecânica, mas também a emissão de poluentes e ruídos. Enfim, poderia trazer benefícios socioeconômicos e ambientais. Contudo, alegando que o processo precisaria passar por um debate mais aprofundado, a medida foi suspensa¹¹⁴, embora a inspeção veicular estivesse prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Os dados relativos aos óbitos nas rodovias capixabas foram obtidos do SIM/Datasus. Para efetivar o cálculo da taxa de óbitos por acidentes de trânsito para cada município, usou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito} = (\text{média do nº de óbitos / população média}) * 100.000$$

Para esta variável, foi adotado o seguinte procedimento para atingir o valor estandardizado, no qual a taxa, conforme expressa acima, passa a ser um indicador

¹¹⁴ Disponível em <https://g1.globo.com/carros/noticia/inspecao-veicular-prevista-para-2019-e-suspensa-por-tempo-indeterminado.ghtml> Extraído em 12/08/19.

oscilante entre 0 e 1:

Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito (IMAT) = 1 - (valor máximo– valor observado) / (valor máximo-valor mínimo),

onde:

- valor máximo = 182,02, taxa de mortalidade por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes do município de Barbalha (CE) de 2010¹¹⁵;
- valor observado = taxa de mortalidade por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes dos respectivos municípios, calculado em média anual a partir da série trienal 2009-11, com dados do SIM/Datasus e com os dados da população publicados pelo IBGE;
- valor mínimo = taxa de óbitos por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes igual a 0 (zero).

A tabela 9 mostra o comportamento da variável ‘taxa de mortalidade por acidentes de trânsito’ por 100 mil habitantes, por município, no triênio considerado, e o indicador de mortalidade por acidentes de trânsito.

Tabela 9: Dimensão Segurança: Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito (por 100 mil habitantes) segundo a residência das vítimas e Indicador de mortalidade por Acidentes de Trânsito – Municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	Taxa	IMAT
Espírito Santo	30,44	0,833
Afonso Cláudio	21,44	0,882
Água Doce do Norte	28,32	0,844
Águia Branca	38,52	0,788
Alegre	27,08	0,851
Alfredo Chaves	45,38	0,751
Alto Rio Novo	77,45	0,575
Anchieta	32,08	0,824
Apiacá	39,94	0,781
Aracruz	35,85	0,803
Atilio Vivacqua	47,38	0,740
Baixo Guandu	35,53	0,805
Barra de São Francisco	44,28	0,757
Boa Esperança	32,87	0,819

Continua

¹¹⁵ Além de ter população de número considerável em 2010, o que deixa as taxas menos sujeitas a aleatoriedade causada por eventuais fatos isolados, em outros anos a situação dos acidentes de trânsito em Barbalha foram alvo de atenção da mídia: <https://exame.abril.com.br/brasil/acarau-e-barbalha-ce-tem-transito-mais-violento-do-pais/>. Extraído em 13/12/2019.

Unidade territorial	Taxa	IMAT
Bom Jesus do Norte	38,69	0,787
Brejetuba	27,98	0,846
Cachoeiro de Itapemirim	37,04	0,797
Cariacica	24,95	0,863
Castelo	34,54	0,810
Colatina	31,01	0,830
Conceição da Barra	29,29	0,839
Conceição do Castelo	51,37	0,718
Divino de São Lourenço	22,14	0,878
Domingos Martins	36,63	0,799
Dores do Rio Preto	20,84	0,886
Ecoporanga	20,1	0,890
Fundão	37,2	0,796
Governador Lindenberg	24,53	0,865
Guaçuí	34,71	0,809
Guarapari	27,23	0,850
Ibatiba	35,77	0,804
Ibiraçu	56,66	0,689
Ibitirama	48,38	0,734
Iconha	31,94	0,825
Irupi	51,18	0,719
Itaguaçu	23,58	0,870
Itapemirim	33,35	0,817
Itarana	30,63	0,832
Iúna	42,69	0,766
Jaguaré	59,43	0,674
Jerônimo Monteiro	49,02	0,731
João Neiva	33,74	0,815
Laranja da Terra	12,32	0,932
Linhares	39,87	0,781
Mantenópolis	22,27	0,878
Marataízes	30,19	0,834
Marechal Floriano	58,43	0,679
Marilândia	36,01	0,802
Mimoso do Sul	36,03	0,802
Montanha	33,62	0,815
Mucurici	47,16	0,741
Muniz Freire	43,49	0,761
Muqui	32,42	0,822
Nova Venécia	44,17	0,757
Pancas	27,84	0,847
Pedro Canário	33,62	0,815
Pinheiros	36,27	0,801
Piúma	40,46	0,778
Ponto Belo	19,1	0,895
Presidente Kennedy	48,48	0,734
Rio Bananal	39,93	0,781
Rio Novo do Sul	41,21	0,774
Santa Leopoldina	24,51	0,865
Santa Maria de Jetibá	31,21	0,829

Continuação

Unidade territorial	Taxa	IMAT	Conclusão
Santa Teresa	33,6	0,815	
São Domingos do Norte	66,66	0,634	
São Gabriel da Palha	43,94	0,759	
São José do Calçado	32,03	0,824	
São Mateus	33,32	0,817	
São Roque do Canaã	26,61	0,854	
Serra	31,11	0,829	
Sooretama	41,94	0,770	
Vargem Alta	48,79	0,732	
Venda N. do Imigrante	45,65	0,749	
Viana	30,77	0,831	
Vila Pavão	30,75	0,831	
Vila Valério	24,1	0,868	
Vila Velha	17,21	0,905	
Vitória	18,91	0,896	

Fonte: o autor (2019), com dados do Datasus (2017)

Não há um padrão regional claro quanto à distribuição das vítimas de óbitos por acidentes de trânsito nos municípios capixabas. Entre os cinco municípios que aparecerem com maiores indicadores para a variável, três são atravessados por rodovias federais de grande movimento (Marechal Floriano – BR-262; Ibirajú e Jaguaré – BR-101). Entretanto essas vias cortam outros municípios do estado, que apresentam taxas menores de mortalidade por acidentes de trânsito. Outro fator explicativo para a elevada taxa de mortalidade por acidentes de trânsito e, conseqüentemente baixo *score* dos municípios de Marechal Floriano, Ibirajú, São Domingos do Norte e Alto Rio Novo, como apresentado no mapa 16, pode estar na topografia, visto que são municípios caracterizados pela presença de vias construídas em áreas de planaltos, com muitos declives e aclives bem como de curvas.

Os municípios de menores taxas de mortalidade por acidentes de trânsito estão dispersos pelo estado, no extremo norte, extremo sul, na região centro-serrana e na Grande Vitória. Não há um padrão regional evidente, assim como para os demais intervalos de classe do indicador.

Já entre os municípios de maior número absoluto de acidentes de trânsito e óbitos ocasionados por estes, Bergamaschi (2019) destaca que Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Serra, Vila Velha e Vitória, ocupam o topo do ranking. Todos esses municípios, segundo o especialista entrevistado, possuem grande população e frota veicular. Bergamaschi ainda lembra que no Espírito Santo, particularmente, existe o

fator de risco representado pelo transporte de rochas ornamentais, que frequentemente está vinculado a graves acidentes em rodovias estaduais e federais que cortam o estado. O especialista acredita também que a privatização do trecho da BR-101 que corta o Espírito Santo, ainda em 2013, contribuiu para certa redução no número geral de acidentes no estado, pois propiciou uma pequena melhora na sinalização e na qualidade do pavimento. Entretanto ressalta que essa redução poderia ter sido maior em todo o estado, caso a concessionária que administra o trecho tivesse cumprido o cronograma de duplicação da via.

Ainda há que se ter em mente que os acidentes de trânsito podem ocorrer também em vias sob jurisdição dos estados, dos municípios; no trânsito urbano e em vias rurais. Estas vias também podem se diferenciar em termos de conservação, sinalização e pavimentação. Em outras regiões do país, como na Amazônia, são recorrentes acidentes com meios de transporte aquáticos, cujo uso é tão necessário e corriqueiro na região. Há uma multidiversidade de fatores que explicam os acidentes de trânsito. Inegáveis são os efeitos, em todos os planos que destacamos. O mapa 16 mostra os resultados da distribuição dos indicadores de mortalidade por acidentes de trânsito por município, numa perspectiva espacial.

No período abordado nesse estudo, Nunes (2019) recorda que houve a expansão da frota de veículos, com destaque para as motos e motonetas; o crescimento dos acidentes de trânsito com vítimas fatais, segundo o autor está relacionado também com a imprudência e desrespeito às leis de trânsito pelos condutores. Esse crescimento é observado na maioria dos municípios do Estado, com destaque para os do interior, que obtiveram maiores aumentos e estão localizados nas regiões sul, serrana e noroeste do Espírito Santo, onde os acidentes se concentram principalmente nas rodovias estaduais e estradas vicinais sem pavimentação.

Como bem lembra Bergamaschi (2014), a quantidade de acidentes registrados é apenas uma parcela do total dos eventos que ocorrem diariamente. São muitos os acidentes que não são notificados pelos envolvidos, muitas vezes, segundo o autor, devido à existência de irregularidades com os condutores e ou com os veículos. De toda forma, por existirem, estão incluídos na forma como se percebe a segurança do trânsito, e de forma geral, a segurança da sociedade. E ainda acrescenta:

[...] a falta de fiscalização eletrônica de velocidade, a ausência de interseções adequadas, e principalmente o conflito de tráfego de veículos pesados e leves são associações que fazem com que o número de óbitos seja maior em municípios com uma maior taxa de motorização (BERGAMASCHI, 2019, entrevista).

O autor ainda lembra que infelizmente, ainda hoje, o acidente de trânsito é uma das formas de violência contra o ser humano mais bem aceitas pela sociedade. Trata-se de um evento considerado por muitos um acidente, ou seja, algo não passível de ser evitado (BERGAMASCHI, 2014). Nesse sentido, recorda que as tentativas por parte do atual governo federal de relaxar diversas legislações¹¹⁶ que surgiram para o combate de acidentes de trânsito estão na contramão dos avanços feitos na diminuição desses acidentes nos últimos anos (BERGAMASCHI, 2019).

Para Nunes (2018) as mortes relacionadas com acidentes de trânsito podem ser evitadas, entretanto, para evitá-las é necessário identificar seu padrão temporal de meses, dias, horários, locais; assim como os fatores que contribuem para que eles

¹¹⁶ Proposta de retirada de radares móveis de fiscalização da velocidade; proposta de aumento do número de pontos da CNH de 20 para 40, em um período de um ano, antes que o documento seja suspenso; aumento da validade da CNH de cinco para 10 anos e da CNH de idosos de três para cinco anos; o fim da exigência de exames toxicológicos para motoristas profissionais; a possibilidade de o Contran (Conselho Nacional de Trânsito) liberar bicicletas elétricas sem maiores exigências; transformação na lei que obriga o transporte de crianças em cadeirinhas, etc.

ocorram. Segundo o autor, ao identificar estas características dos acidentes de trânsito com vítimas fatais nos municípios bem como os locais de maior incidência, é possível tomar medidas para uma redução mais efetiva desta mazela, podendo-se implementá-las de maneira específica para cada situação e local.

4.1.3 Análise da dimensão Segurança

Os dois indicadores oriundos das variáveis que compõem a dimensão Segurança foram agregados por média geométrica, e assim temos o índice estandardizado da dimensão (tabela 10), variando entre 0 e 1, para todos os municípios capixabas.

Tabela 10: Dimensão de Segurança: indicadores das variáveis componentes e Índice da dimensão - municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	IMH	IMAT	ISE
Espírito Santo	0,678	0,833	0,751
Afonso Cláudio	0,846	0,882	0,864
Água Doce do Norte	0,823	0,844	0,834
Águia Branca	0,869	0,788	0,828
Alegre	0,926	0,851	0,888
Alfredo Chaves	0,940	0,751	0,840
Alto Rio Novo	0,744	0,575	0,654
Anchieta	0,896	0,824	0,859
Apiacá	0,972	0,781	0,871
Aracruz	0,725	0,803	0,763
Atilio Vivacqua	0,873	0,740	0,804
Baixo Guandu	0,671	0,805	0,735
Barra de São Francisco	0,703	0,757	0,729
Boa Esperança	0,751	0,819	0,784
Bom Jesus do Norte	0,934	0,787	0,858
Brejetuba	0,721	0,846	0,781
Cach. de Itapemirim	0,858	0,797	0,827
Cariacica	0,483	0,863	0,645
Castelo	0,910	0,810	0,859
Colatina	0,738	0,830	0,782
Conceição da Barra	0,583	0,839	0,700
Conceição do Castelo	0,858	0,718	0,785
Divino de S. Lourenço	0,954	0,878	0,915
Domingos Martins	0,915	0,799	0,855
Dores do Rio Preto	0,935	0,886	0,910
Ecoporanga	0,677	0,890	0,776
Fundão	0,682	0,796	0,737
Gov. Lindenberg	0,904	0,865	0,885
Guaçuí	0,895	0,809	0,851
Guarapari	0,627	0,850	0,730
Ibatiba	0,721	0,804	0,761

Continua

Unidade territorial	IMH	IMAT	ISE
Ibiraçu	0,832	0,689	0,757
Ibitirama	0,837	0,734	0,784
Iconha	0,934	0,825	0,877
Irupi	0,805	0,719	0,761
Itaguaçu	0,823	0,870	0,847
Itapemirim	0,852	0,817	0,834
Itarana	0,866	0,832	0,849
Iúna	0,833	0,766	0,798
Jaguaré	0,629	0,674	0,651
Jerônimo Monteiro	0,923	0,731	0,821
João Neiva	0,961	0,815	0,885
Laranja da Terra	0,942	0,932	0,937
Linhares	0,601	0,781	0,685
Mantenópolis	0,555	0,878	0,698
Marataízes	0,823	0,834	0,828
Marechal Floriano	0,854	0,679	0,762
Marilândia	0,963	0,802	0,879
Mimoso do Sul	0,912	0,802	0,855
Montanha	0,895	0,815	0,854
Mucurici	0,779	0,741	0,760
Muniz Freire	0,876	0,761	0,816
Muqui	0,971	0,822	0,893
Nova Venécia	0,887	0,757	0,820
Pancas	0,710	0,847	0,776
Pedro Canário	0,388	0,815	0,562
Pinheiros	0,608	0,801	0,698
Piúma	0,759	0,778	0,768
Ponto Belo	0,911	0,895	0,903
Pres. Kennedy	0,818	0,734	0,775
Rio Bananal	0,941	0,781	0,857
Rio Novo do Sul	0,945	0,774	0,855
Santa Leopoldina	0,949	0,865	0,906
Santa M ^a de Jetibá	0,921	0,829	0,873
Santa Teresa	0,895	0,815	0,854
São Domingos do Norte	0,740	0,634	0,685
São Gabriel da Palha	0,876	0,759	0,815
São José do Calçado	0,920	0,824	0,871
São Mateus	0,632	0,817	0,718
São Roque do Canaã	0,945	0,854	0,898
Serra	0,428	0,829	0,595
Sooretama	0,468	0,770	0,600
Vargem Alta	0,880	0,732	0,803
Venda Nova do Imigrante	0,959	0,749	0,848
Viana	0,609	0,831	0,712
Vila Pavão	0,904	0,831	0,867
Vila Valério	0,729	0,868	0,795
Vila Velha	0,627	0,905	0,754
Vitória	0,702	0,896	0,793

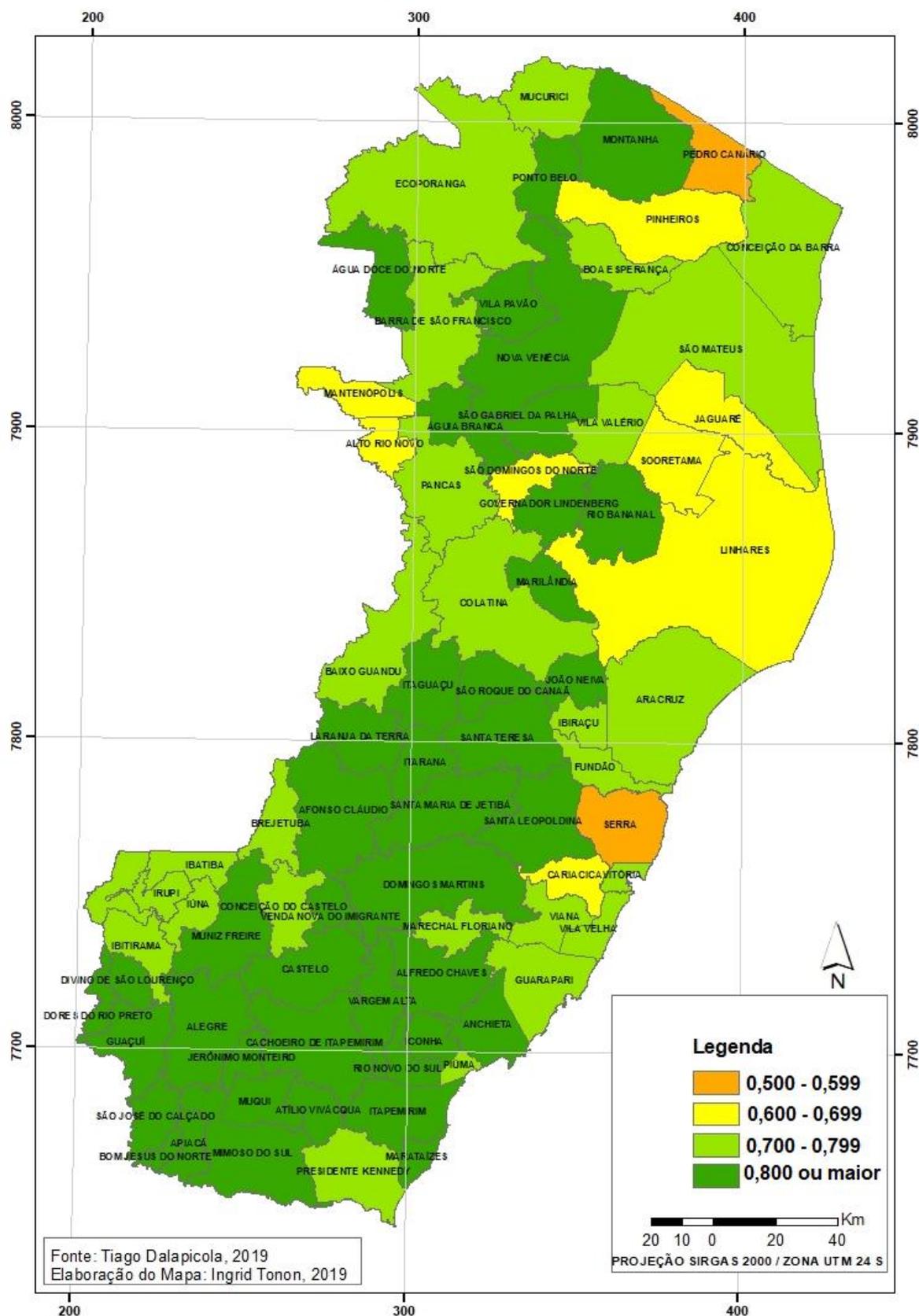
Conclusão

Fonte: o autor (2019) a partir de dados do Datasus, 2018; IBGE, 2018.

Para essa dimensão o mapa 17 agrega as variáveis componentes (violência por homicídios e violência no trânsito), permitindo uma visualização objetiva de arranjos espaciais. De sua análise emerge a existência de dois grupos de municípios com muito alto índice de segurança, um mais numeroso que forma um *continuum* desde a região centro-serrana até o extremo sul do estado e outro, no Norte, que acompanha o traçado da rodovia ES 0-80. Os municípios com índice alto de segurança tinham distribuição mais difusa: espalhavam-se nas regiões sul, central e norte do estado, bem como na RMGV.

Os municípios com menor índice de Segurança concentram-se sobretudo ao norte do rio Doce. São oito: Linhares, Sooretama, Jaguaré, São Domingos do Norte, Alto Rio Novo, Mantenópolis e Pinheiros, além daquele que apresenta o menor valor (Pedro Canário). Nesse grupo ainda estão presentes dois municípios da região metropolitana: Serra e Cariacica.

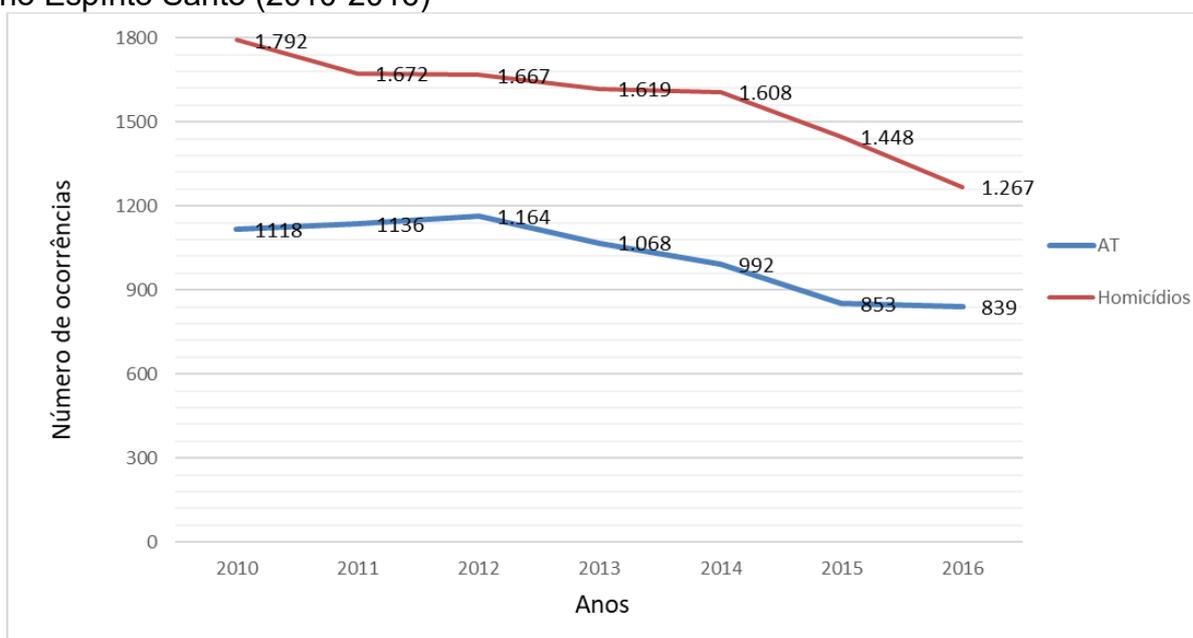
Mapa 17: Índice da Dimensão Segurança – Municípios do ES (2010)



Fonte: o autor (2019) elaborado a partir de dados do Datasus, 2018; IBGE, 2018

Entretanto, à análise espacial pode ser adicionada uma interpretação do ponto de vista da comparação temporal. Nessa perspectiva, boas notícias parecem surgir. No que tange à violência interpessoal, o número de homicídios tem consistentemente caído no estado. A mesma tendência pode ser observada para os óbitos por acidentes de trânsito, conforme exprime o gráfico 15.

Gráfico 15: Evolução do número de mortes por homicídios e por acidentes de trânsito no Espírito Santo (2010-2016)



Fonte: o autor (2019), elaborado com dados do Datasus, 2018.

A dimensão da Segurança joga um papel primordial para a forma e a intensidade em que a condição do desenvolvimento é percebida. Esforços gigantescos em termos de políticas públicas variadas necessitam ser envidados para que a percepção da Segurança melhore. Os dados usados, referentes à média da série trienal 2009-2011 demonstraram haver profundas diferenças espaciais quando comparamos os municípios capixabas, seja em termos de violência interpessoal (dado pela taxa de homicídios) seja pela violência no trânsito, o que por si só já provoca variações na forma como a população percebe essa dimensão.

Como ressaltado antes, os esforços devem continuar no sentido de buscar a redução desses números, que são ainda altos. Para as mortes decorrentes de acidentes de trânsito é preciso conhecer os fatores de risco predominantes em cada município/região ou em determinada faixa etária, caso as investigações policiais

sejam concluídas com indicativos a esse propósito, e assim definir políticas que respondam adequadamente a essas características.

No que tange à violência interpessoal, ressaltamos os dados do Atlas da Violência que mostram como entre 2010 e 2015 a taxa de homicídio no Espírito Santo diminuiu 27,6% (numa trajetória nunca observada no estado, sublinha o Atlas), concomitantemente ao lançamento do programa “Estado Presente”.

Por oportuno, recente tese defendida neste programa demonstra os efeitos dos aspectos demográficos e espaciais para a variação dos homicídios (LIRA, 2019). Da pesquisa do autor emerge que determinados aspectos demográficos, tais como a densidade demográfica, a proporção de domicílios adequados, a proporção de imigrantes, a proporção de homens jovens e as condições educacionais da população, explicam, em parte, a variação dos homicídios.

Por outro lado, a variante espacial coloca foco na condição do município ser pequeno, médio (em termos populacionais, respectivamente, ter menos de 20 mil habitantes e ter entre 20 e 100 mil habitantes) ou integrante da RMGV como fator de variação positiva ou negativa das ocorrências (LIRA, 2019).

Feitos esses acenos, a pesquisa de Lira (2019) demonstra a importância de uma melhor compreensão desse fenômeno social complexo e multicausal, e assim traz elementos significativos para o subsídio da elaboração, implementação e aprimoramento de políticas públicas de prevenção e repressão qualificada à violência letal.

Para o período considerado se recorda que a mortalidade por acidentes de trânsito era superior à mortalidade por homicídios em nada menos que 50 municípios do estado. Então, embora em números absolutos tivessem ocorrido mais homicídios, para um grupo maior de municípios foram as mortes por acidentes de trânsito o evento com maior recorrência.

4.2 Dimensão Situação da Mulher (ISM)

A luz dos textos jornalísticos apresentados das páginas 82 a 87, que tangenciam a

questão das diversas liberdades, a situação de mulher enquanto apenas parcialmente titular de direitos e igualdade chama a atenção. Nessa perspectiva, propusemos a criação de uma dimensão para analisar, a partir de três variáveis, a situação da mulher na sociedade.

Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2017), disparidades de riqueza têm aumentado no mundo atual. Enquanto centenas de milhões de pessoas usufruem de baixos níveis de renda, tendo seus direitos humanos e perspectivas de uma vida melhor negados, há no topo acúmulo de recursos e privilégios em taxas elevadas, criando uma lacuna na visão de igualdade afirmada na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Para além das disparidades econômicas, que são apenas parte da história da desigualdade, existem outras: elas se manifestam em dimensões sociais, raciais, políticas e institucionais, que se alimentam mutuamente e, coexistindo, reduzem a esperança de progresso para os povos que estão à margem.

Duas entre essas dimensões se apresentam sob formas muito críticas: a desigualdade entre os sexos e as desigualdades na concretização da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos – este último, em particular, ainda não recebe a atenção devida. Como ressalta a UNFPA, nenhuma das duas dimensões explica a totalidade da desigualdade do mundo atual, mas as duas são peças essenciais que demandam muito mais ação. Sem essa ação, afirma o Fundo, muitas mulheres e meninas perpetuarão um círculo vicioso de pobreza, capacidades reduzidas, direitos humanos não exercidos e potencial não realizado, principalmente nos países em desenvolvimento, onde as disparidades são ainda maiores.

Apesar de a legislação internacional definir uma série de direitos políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive direitos humanos para grupos, como mulheres e crianças, particularmente vulneráveis à exclusão, as disparidades não estão sendo reduzidas com a velocidade necessária - por exemplo, para realizar as grandes ambições da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, dentro das quais vários objetivos estão ligados à redução da desigualdade entre os sexos.

Mesmo os direitos universais, que são aqueles que se aplicam a todas as pessoas, em todo lugar, independentemente de renda, etnia, local de residência ou qualquer outra característica não têm sido alcançados. Um exemplo é a realidade atual, na qual em todo o mundo em desenvolvimento, esses direitos estão longe de ser exercidos universalmente, com centenas de milhões de mulheres que ainda lutam para obter informação, serviços e métodos para evitar uma gravidez ou para ter um parto seguro. As desigualdades em saúde sexual e reprodutiva estão relacionadas à desigualdade econômica (UNFPA, 2017).

Como veremos, a inserção no mercado de trabalho tem forte diferenciação segundo o sexo, e nesse caso, a capacidade de uma mulher de exercer seus direitos reprodutivos pode influenciar se ela realizará todo seu potencial e conseguirá aproveitar as oportunidades em educação ou concorrer a um emprego. Por isso, suas alternativas de vida podem ser limitadas pelas escassas opções em saúde sexual e reprodutiva.

Segundo o UNFPA (2017), uma mulher sem controle sobre sua fecundidade pode não conseguir adentrar a força de trabalho remunerada porque tem mais filhos do que pretendia. Ou ela pode ter muita dificuldade em permanecer em um trabalho porque é muito caro deixar as crianças com alguém para cuidar. E, quando está no mercado de trabalho, ela pode deixar de receber uma promoção porque seu empregador imagina que ela deixará o emprego por causa de gravidez.

As altas taxas de informalidade entre as mulheres são ressaltadas no relatório de 2014 da Organização Internacional do Trabalho como uma chaga que atinge as mulheres de forma desproporcional. Elas dificultam o progresso sustentável na redução da pobreza. Especialmente nos países em desenvolvimento, muitos trabalhadores são autônomos em condições precárias ou são empregados de forma informal, sem contrato e sem acesso à previdência social. Tais formas de emprego são consideradas informais. As mulheres continuam a enfrentar um risco maior de emprego informal do que os homens, já que muitas vezes têm menos proteção legal e social. Em estudo mais recente (2018), a OIT afirma que a informalidade permanece generalizada entre as mulheres, o que favorece um futuro sem cobertura previdenciária e maiores chances de enfrentar as dificuldades da pobreza (OIT, 2014; 2018).

As desigualdades no trabalho e na remuneração em quase todo o mundo refletem – e são reforçadas – pelas desigualdades em saúde e direitos sexuais e reprodutivos (UNFPA, 2017). Sendo o ingresso e permanência, bem como possibilidade de ascensão no mercado de trabalho, fatores de extrema relevância para a vida de qualquer indivíduo, pois a partir deles se tem a possibilidade de realização de outros projetos de vida, as três variáveis escolhidas para compor a dimensão da situação de mulher estão a eles vinculadas: são elas a participação no mercado de trabalho, o rendimento médio mensal e a contribuição para instituto de previdência oficial. É importante salientar que o PNUD calcula o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG). Este verifica como são refletidas o que chama de

desigualdades com base no gênero, em três dimensões – saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. A saúde reprodutiva é medida pelas taxas de mortalidade materna e de fecundidade entre as adolescentes; a autonomia é medida pela proporção de assentos parlamentares ocupados por cada gênero e a obtenção de educação secundária ou superior por cada gênero; e a atividade econômica é medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada gênero (PNUD, 2018, online)¹¹⁷.

Deve ser ressaltado que a dimensão da saúde reprodutiva analisa variáveis que não podem ser comparadas aos homens, aplicando-se apenas ao sexo feminino, e, portanto, parece ser incapaz de demonstrar a desigualdade entre sexos¹¹⁸. A condição efêmera da autonomia quando essa é dada a partir da ocupação de assentos parlamentares pode ser questionada, já que seu aumento, embora importante, não garante continuidade nas legislaturas subsequentes, na ausência de mecanismos que favoreçam tal. Por fim, a participação no mercado de trabalho apesar de também importante e poder traduzir uma série de conquistas, não demonstra as diferenças de ganhos salariais, como será visto adiante.

Além disso, o PNUD Brasil faz a desagregação do IDHM por sexo, cor e situação de domicílio. Evidentemente nos interessaria a primeira, mas nesse caso, o resultado é disponível apenas para capitais, regiões metropolitanas e estados, o que não atenderia ao objetivo de analisar os 78 municípios do Espírito Santo.

Para essa dimensão em todas as suas três variáveis componentes, os dados são

¹¹⁷ Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>. Acesso em 21/12/2018.

¹¹⁸ Não se despreza, contudo, a importância da dimensão da saúde reprodutiva em ambas as variáveis para estudos da sociedade.

providos pelo IBGE, através do Censo Demográfico de 2010. Deve ser destacado que as variáveis escolhidas para qualificar a dimensão da Situação da Mulher não encerram em si todo o poder analítico necessário para compreender essa situação inferior da mulher na sociedade.

Como alerta a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a discriminação contra as mulheres e meninas está arraigada em muitas instituições sociais, e se manifesta no código familiar, na restrição da integridade física, na preferência por filhos “homens”, na restrição de recursos e bens, na restrição das liberdades civis, nos direitos sucessórios, na incidência de casamento infantil e na violência com base em gênero, além da desigualdade em direitos à terra e à propriedade.

Segundo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (ONU, 1979), devido ao desenvolvimento histórico e social das comunidades em diferentes bases culturais, estabeleceu-se um sistema de estratificação entre os sexos, colocando-os em uma ordem hierárquica em que as mulheres são geralmente consideradas menos valiosas e inferiores em virtude de seu sexo. Tal hierarquia, segundo a Convenção, é então traduzida e demonstrada por seus relacionamentos, padrões de comportamento, leis de herança, costumes e, frequentemente, na invisibilidade prática do trabalho das mulheres. A Convenção especifica as áreas mais discerníveis onde a estratificação entre os sexos é mais perceptível: 1) status, poder e influência na sociedade; 2) acesso a recursos valorizados; 3) elegibilidade para posições sociais; 4) capacidade de tomar decisões sobre a própria vida, e 5) liberdade de agir.

Já para o Relatório do Desenvolvimento Humano 2011, até mesmo quando se trata de desastres ambientais há uma desigualdade no alcance de seus efeitos. O PNUD, que produziu o relatório, cita que:

“o fardo não é suportado de forma homogênea: o risco de lesões e mortes causadas por cheias, tempestades e deslizamentos de terras é mais elevado entre as crianças, as mulheres e os idosos, especialmente os mais pobres. A flagrante desigualdade de gênero das catástrofes naturais sugere que as desigualdades na exposição, bem como no acesso a recursos, capacidades e oportunidades, desfavorecem sistematicamente mais mulheres, ao torná-las mais vulneráveis” (PNUD, 2011, p. 7)

Recentemente, podemos incluir no elenco das privações a falta de conectividade digital, que nas sociedades globalizantes e tecnologicamente avançadas são cada vez mais importantes. No mundo todo, as mulheres têm menos acesso às tecnologias de informação e comunicação do que os homens. O menor acesso das mulheres à tecnologia da informação e comunicação reflete, parcialmente, a falta de disponibilidade de dinheiro para adquiri-la e normas que desencorajam as mulheres a usá-la. A isso, se somam as limitações em oportunidades de acesso a bens financeiros e serviços bancários formais. Como afirma a UNFPA (2017), em alguns lugares, mesmo que uma mulher ganhasse o mesmo que um homem, ela não poderia depositar seu salário em uma conta bancária ou fazer investimentos que levassem a maiores ganhos.

A fragilização da figura da mulher da sociedade vai bem além das três variáveis apresentadas, como se pode perceber. O sexo feminino carrega muitos outros fardos, comparativamente ao masculino. Porto-Gonçalves (2015) coloca a gravidez precoce como outra questão que aprofunda a fragilização das mulheres na sociedade, já que o fenômeno põe sobrepeso no sexo feminino. A gravidez na adolescência tem efeitos profundos sobre a trajetória de vida das adolescentes - impede o seu desenvolvimento psicossocial, está associada a resultados deficientes em saúde tanto para elas quanto para seus filhos, tem repercussões negativas em suas oportunidades de educação e trabalho, e contribui para perpetuar os ciclos intergeracionais de pobreza e condições de saúde.

Embora este período seja fundamental tanto para os meninos quanto para as meninas, são estas que suportam um risco desproporcional de resultados adversos de saúde sexual e reprodutiva, como gravidez precoce. Devido a sua ligação com a pobreza, exclusão, violência social, sexual e de gênero e casamento ou uniões precoces, a gravidez na adolescência afeta desproporcionalmente a adolescentes que já são marginalizadas, e é agravada pela falta de acesso à educação sexual abrangente e serviços de saúde sexual e reprodutiva, como contraceptivos modernos.

Nesse sentido,

muitas das adolescentes que engravidam já deixaram a escola ou são forçadas a deixá-la devido a sua gravidez, que impacta de forma considerável em longo prazo em suas oportunidades educacionais e trabalho, segurança

econômica e capacidade de participar da vida pública e política. Como resultado disso, mães adolescentes são mais vulneráveis à pobreza e exclusão social. A gravidez na adolescência ajuda a manter os ciclos intergeracionais de pobreza, exclusão e marginalização - os filhos e filhas de mães adolescentes também têm um risco maior de pobreza e piores resultados em termos de saúde, incluindo gravidez precoce (UNICEF, 2016, p. 17).

A gravidez na adolescência é acúmulo, produto, resultado de uma série de negligências em matéria de desenvolvimento. A falta de oportunidades, em seus mais amplos campos, a não possibilidade de escolhas são pesos ainda muito presentes na vida das adolescentes. Ao mesmo tempo, como expresso no documento da Unicef, a permanência de altas taxas de gravidez na adolescência é pré-condição para um cenário futuro com perpetuação dessas mesmas negligências. O Brasil, como evidenciado pelo Unicef não fez seu dever de casa. A taxa aqui é de 68,4 nascimentos para cada mil adolescentes, superior à média regional¹¹⁹.

Para o Fundo de População da ONU, em consenso com as contribuições até aqui expostas, dar à luz com 19 anos ou menos pode significar maiores riscos de complicações e morte materna. Na mesma linha das demais contribuições, afirma que ter filhos na adolescência também pode levar ao abandono escolar, a barreiras para o desenvolvimento de conhecimentos e competências importantes, comprometendo as futuras oportunidades de emprego e o potencial de renda. Os locais que apresentam altas taxas de fecundidade de adolescentes geralmente têm pior desigualdade de salários entre homens e mulheres (UNFPA, 2017).

O desenvolvimento se coloca distante de ser alcançado se sobre determinado grupo recaem responsabilidades que tornam a vida dramática - no caso das mulheres, em todas as fases da vida. E esse cenário piora quando, a exemplo do que diz Porto-Gonçalves, elas enfrentam um quadro generalizado de machismo, recebendo salários menores para as mesmas funções, não tendo reconhecimento do trabalho doméstico em sua grandeza para a reprodução social bem como garantia de direitos (2015).

Para Reis (2015), se faz necessária uma análise do espaço geográfico sobre a perspectiva da diferenciação entre os sexos, que poderia viabilizar imenso progresso na diversificação de objetos de estudo da ciência geográfica, levantando discussões

¹¹⁹ Disponível em nacoesunidas.org/taxa-de-gravidez-adolescente-no-brasil-esta-acima-da-media-latino-americana-ecaribenha/ Acesso em 12/06/2018

acerca das relações de gênero como um elemento essencial tanto para o entendimento da sociedade contemporânea e das distribuições espaciais das atividades humanas como para o trabalho das mulheres na produção do espaço.

Na sua análise feminista da produção do espaço a autora argumenta que são próximas as relações entre as divisões entre os sexos e divisões espaciais e as formas diferenciadas como os homens e as mulheres experimentam os lugares e os espaços, mostrando que tais diferenças formam parte da constituição social tanto do lugar quanto do sexo. Dessa forma e avançando sempre na perspectiva feminista, segundo a autora, a finalidade dos estudos feministas em Geografia é analisar o que significa ser mulher, como varia no tempo e no espaço a concepção cultural dessa categoria, e sua influência na situação das mulheres dentro de cada sociedade.

A condição do desenvolvimento alcançado pelas mulheres nas diferentes sociedades vem na esteira da mais ampla conquista de 'espaços' e direitos. A depender do lugar que se analisa, os direitos já foram conquistados, mais ainda deve perseverar a conquista dos 'espaços'. Noutros lugares ambos ainda são metas a serem alcançadas. Nessa concepção de desenvolvimento proposta, que vai além dos grandes espaços¹²⁰ (países e regiões) para assim chegar às pessoas, as mulheres precisam ter sua participação ampliada nos espaços de representação.

Segundo Hanson & Monk (1989) desde a aparição dos estudos feministas em Geografia nos anos 70, um dos muitos temas que despertam interesse é a relação das mulheres com o lugar. Desse interesse surgem perguntas tais: 1) como as mulheres se identificam com o lugar? 2) O que elas valorizam no ambiente? 3) Como elas expressam seus sentimentos sobre o lugar, que tipos de lugar as mulheres criam e como os lugares podem ser configurados para levar as mulheres em consideração? São questionamentos pertinentes, principalmente se e quando considerado que as mulheres constituem a maior parte da população, mas têm 'espaços' pouco significativos no pensar sobre o espaço.

Outro espaço de representação diz respeito à participação das mulheres na política.

¹²⁰ Oportunamente será tratado de uma outra possibilidade de desenvolvimento espacial.

Para a Agência da ONU para as Mulheres, o empoderamento político das mulheres e o acesso igualitário a posições de liderança em todos os níveis são fundamentais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos para 2030 e também para um mundo mais igualitário. Com um crescimento limitado na representação de mulheres, o avanço da igualdade entre os sexos parece comprometido.

Segundo o Mapa Mulheres na Política 2017, criado pela União Interparlamentar e ONU Mulheres, naquele ano as mulheres mantinham a posição de desvantagem em relação aos homens na ocupação de cargos de liderança como na chefia de Estados e de governos, em cargos ministeriais, na presidência e vice-presidência de parlamentos e como membras dos próprios parlamentos¹²¹.

Nesse caso, o Brasil apresenta uma situação vexatória. A atuação feminina em cargos do Executivo é abaixo da média mundial - o país está na lanterna, ocupando a 161ª posição de um ranking de 186 países sobre a representatividade feminina no poder executivo. No continente americano o país ocupa o último lugar¹²². Nos entes subnacionais, em todos os escalões de governo, as mulheres estão sub-representadas. Em toda a história republicana do país, houve apenas uma presidenta eleita, Dilma Rousseff, que governou entre 2011 e 2016, até ter sido afastada definitivamente em 31 de agosto daquele ano após processo de impedimento.

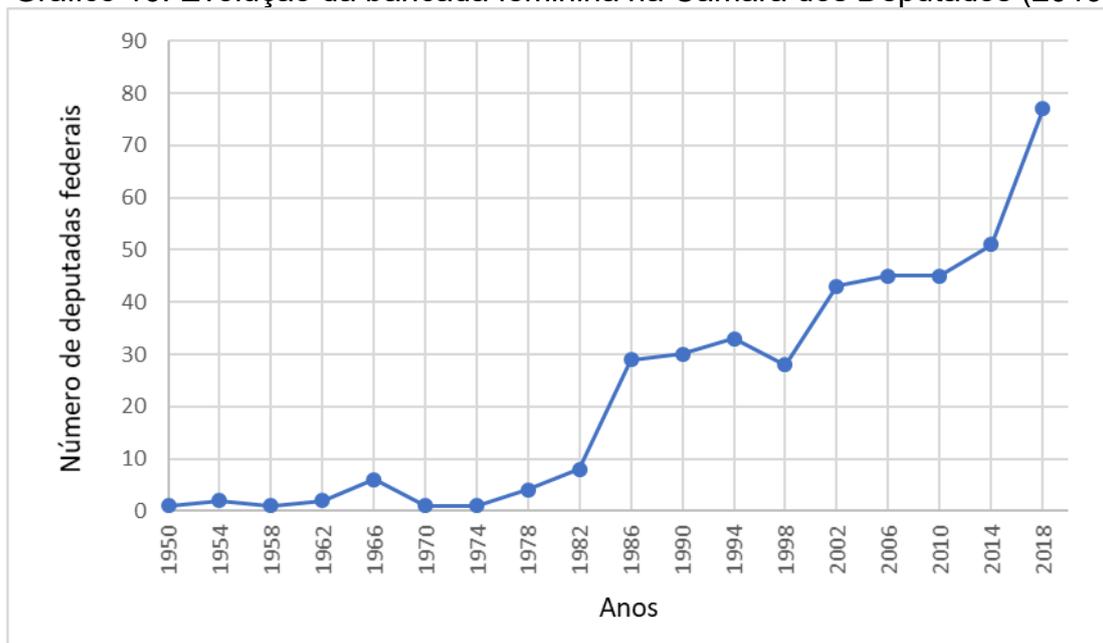
Na atual legislatura do Congresso Nacional, no que tange ao Senado, 12 mulheres foram eleitas entre as 81 vagas, o que corresponde a 15% do total. Já para a 56ª Legislatura da Câmara dos Deputados, embora a bancada feminina tenha aumentado de 51 para 77 deputadas¹²³, a representatividade das mulheres passou de 10% a 15%, entre um total de 513 deputados. O gráfico 16 destaca que a representatividade vem aumentando, especialmente após a transição da ditadura para o regime democrático, mas os números ainda são tímidos.

¹²¹ Disponível em <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2017/4/women-in-politics-2017-map#view> Extraído em 23/03/19.

¹²² Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/27/politica/1522181037_867961.html. Acesso em 09/03/2019.

¹²³ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/politica/564035-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas.html>. Extraído em 23/03/2019.

Gráfico 16: Evolução da bancada feminina na Câmara dos Deputados (2019)



Fonte e elaboração: o autor (2019), a partir de dados da Câmara dos Deputados (2019).

Com o percentual de apenas 15% de mulheres na Câmara dos Deputados, o Brasil continua bem abaixo da média na América Latina. Nos países latino-americanos e do Caribe, a média do número de mulheres parlamentares nas Câmaras de Deputados ou Câmaras Únicas é de 28,8%, chegando a 53% na Bolívia. O Brasil ocupava a 154ª posição em ranking de participação de mulheres no parlamento elaborado pela ONU Mulheres em parceria com a União Interparlamentar em 2017, o qual analisou 174 países¹²⁴. O ranking que tem a Bolívia na segunda posição é liderado por Ruanda, país do centro africano, com 61% de participação feminina na sua Câmara de Deputados.

No Espírito Santo, a atual legislatura na Assembleia Legislativa conta com três deputadas num montante de 30, o que equivale a 10% do total. Já entre os 10 representantes do estado na Câmara Federal, a atual legislatura conta com três deputadas, o que equivale a 33% do total. Para o Senado, a mesma proporção – uma senadora entre três representantes do estado na câmara alta. Nunca houve uma mulher na chefia do executivo estadual. Entretanto, no atual exercício a vice-governadoria está pela primeira vez ocupada por uma mulher.

¹²⁴ Agência Câmara Notícias, 2018.

Nos municípios a situação não difere muito. Poucos deles tiveram mulheres à frente do poder executivo, investidas no cargo de prefeitas. Na tabela nº 11 elencamos para os 10 municípios mais populosos do estado a atual composição das câmaras de vereadores (legislatura 2017-2020) e a condição de ter ou já ter tido uma prefeita e quando isso ocorreu.

Tabela 11: Composição das Câmaras municipais (2017-2020) e presença das mulheres na chefia do Poder Executivo em municípios selecionados do Espírito Santo, desde suas criações.

	População	Vereadores	Mulheres	%	Já teve prefeita?
Serra	507.598	24	3	12,50	Não
Vila Velha	486.208	17	3	17,65	Não
Cariacica	378.603	19	1	5,26	Não
Vitória	358.267	15	2	13,33	Não
Cach. de Itapemirim	207.324	20	1	5,00	Não
Linhares	170.364	13	1	7,69	Não
São Mateus	128.542	11	1	9,09	Não
Guarapari	122.982	17	3	17,65	Não
Colatina	121.580	15	1	6,67	Não
Aracruz	99.305	17	2	11,76	Não

Fonte: Website das Câmaras municipais e prefeituras. Elaboração: o autor (2019).

Voltando à questão das diferenças de rendimentos, dados mais recentes, alusivos ao ano de 2018, mostram que houve leve queda na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, mas as mulheres ainda ganham, em média, 20,5% menos que os homens no país, de acordo com um estudo especial feito pelo IBGE para o Dia Internacional da Mulher, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

Dois fatores explicam essa diferença no rendimento médio entre os sexos. As mulheres trabalham menos horas (37h54min) que os homens (42h42min), além de receberem valores menores (R\$ 13,00) que seus pares masculinos (R\$ 14,20) por hora trabalhada¹²⁵. O IBGE ressalta que essa jornada não reflete o que a mulher trabalha em todo o seu dia: “a menor jornada da mulher no mercado de trabalho está associada às horas dedicadas a outras atividades, como os afazeres domésticos e os cuidados com pessoas”, diz o Instituto (IBGE, 2019).

¹²⁵ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens> Acesso em 18/03/2019.

Por fim, um acréscimo a já discutida violência contra a mulher. Além do maior risco de assassinato e do controle de suas vidas e corpos por seus parceiros, quando o oposto não é verdadeiro, há outras violências, que transitam do simbólico ao concreto e põem as mulheres em situação de desvantagem maior que os homens, tais como os casamentos combinados e os matrimônios precoces, a exposição midiática com a sensualização e banalização do corpo feminino, a desproporção com que sofrem violência sexual, etc.

4.2.1 Participação no mercado de trabalho

Apesar do rápido aumento da participação das mulheres na força de trabalho nos últimos 20 anos, quando testemunhamos algum progresso em termos de igualdade entre os sexos na sociedade, ainda se nota que universalmente tal participação é menor do que a dos homens (ONU, 2011). Uma das principais razões é a natureza da força de trabalho feminina, muitas vezes marcada por características desvantajosas, incluindo falta de treinamento, capacitação, acesso, oportunidades etc., produzidas pelos contextos socioculturais que esboçam as disparidades existentes entre os sexos. Por outro lado, hoje, mais mulheres do que nunca são educadas e participam do mercado de trabalho (OIT, 2010).

A característica mais notável na disparidade da participação dos diferentes sexos na força de trabalho talvez seja o setor de emprego, - grande parte da força de trabalho feminina, especialmente no mundo em desenvolvimento, concentra-se em atividades econômicas de baixa renda, incluindo meio-período e trabalho ocasional, criando uma lacuna significativa na qualidade do emprego entre homens e mulheres.

Segundo o Banco Mundial (2006), uma parcela considerável da população feminina é subempregada. A proporção de mulheres jovens que não estão na escola nem no mundo do trabalho é consideravelmente maior do que a proporção do sexo masculino. A falta de oportunidades e capacitação para o emprego obriga, muitas vezes, as mulheres de países menos desenvolvidos a procurarem emprego em países de renda mais elevada, normalmente em categorias de trabalho não qualificadas e sob condições de trabalho deploráveis.

De acordo com a ONU (2011) estas são algumas das barreiras enfrentadas pelas mulheres ao buscarem capacitação e desenvolvimento de habilidades que lhes facilitariam a inserção no mercado de trabalho:

1. deficiências na incorporação de competências à educação formal;
2. falta de acesso à educação baseada na ciência e tecnologia;
3. problemas no acesso à educação formal ou taxas de abandono precoce;
4. falta de acesso à formação não formal baseada em competências;
5. impedimentos sociais e culturais dificultando o treinamento e desenvolvimento de habilidades;
6. falta de um ambiente de aprendizagem seguro;
7. assédio sexual dentro ou fora dos ambientes de aprendizagem;
8. atitudes depreciativas e rotulagem das mulheres que alcançam responsabilidades fora dos papéis aceitos.

Ainda de acordo com a ONU, outro fator que inibe as possibilidades de alcance da equidade entre os sexos no mercado de trabalho é a baixa representação das mulheres na educação baseada em ciência e tecnologia - esta ainda é uma clara barreira para que elas possam entrar em melhores empregos. A escassez de instalações para educação baseada em ciência e tecnologia, juntamente com a já citada baixa representação de mulheres nessa educação, cria uma situação altamente desvantajosa para as mulheres no mercado de trabalho, limitando-as a empregos mal remunerados e empregos marginais no setor informal. Embora as mulheres em muitas sociedades não enfrentem práticas discriminatórias constitucionais que as impeçam de entrar nesses campos, as disparidades prevalentes entre os sexos impedem sua entrada nesses campos (ONU, 2011).

Nesse sentido, a Organização ainda aponta que em muitos países de baixa renda, o acesso à educação é baixo em áreas remotas, envolvidas por desastres e conflitos, pobres e atrasadas, afetando particularmente a educação das mulheres. O que é mais significativo, porém, é que, devido à natureza da educação que recebem, as mulheres não terão oportunidades de ganhar ou desenvolver habilidades que sejam necessárias não apenas para ter acesso a empregos mais qualificados, mas também para ter uma vida digna, rompendo assim com o ciclo anunciado.

O impedimento sociocultural é o fator mais crítico que afeta o desenvolvimento de habilidades das mulheres. As atitudes sociais em relação à formação de mulheres fora do ensino clássico, responsabilidades familiares, gravidez, menos oportunidades e obstáculos para a formação adicional contribuem para uma posição altamente desvantajosa para as mulheres. A falta de autoconfiança devido à educação recebida é uma questão que ainda permeia a vida de muitas mulheres (ONU, 2011).

Do ponto de vista da regionalização, existem diferenças consideráveis no acesso das mulheres ao mercado de trabalho entre países em diferentes estágios de desenvolvimento. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, a diferença nas taxas de participação entre homens e mulheres está diminuindo nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas continua a aumentar nos países menos desenvolvidos (OIT, 2010).

Os países devem promover políticas que respondam às desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho, buscando uma redução acelerada tanto na segregação no acesso ao mercado de trabalho, mas também na eliminação da diferença salarial entre os sexos, a fim de melhorar a posição econômica das mulheres. Paralelamente, as medidas para conciliar as responsabilidades profissionais e familiares para ambos os sexos também devem ser reforçadas, a fim de melhorar a participação das mulheres na força de trabalho e contribuir na transição dos empregos informais para os formais. A Organização Internacional do Trabalho sugere que devem ser concebidos programas orientados para fomentar o empreendedorismo feminino e ajudar as mulheres particularmente vulneráveis à pobreza (mulheres com deficiência, pertencentes a minorias étnicas ou nas zonas rurais), implementando efetivamente os atuais quadros normativos e de políticas com perspectiva de alcance da igualdade entre os sexos (OIT, 2014).

Segundo a OIT (2018) as mulheres não apenas são menos propensas do que os homens a participar da força de trabalho, mas também têm menor probabilidade de encontrar emprego, ou seja, são mais afetadas pelo desemprego. A qualidade do emprego e as oportunidades de melhores trabalhos também são desigualmente distribuídas entre homens e mulheres pelo mundo. Quando as mulheres trabalham, elas tendem a ganhar menos (permanece o hiato salarial entre homens e mulheres),

a trabalhar em empregos menos produtivos (frequentemente um caso de segregação profissional) e estão sobre representadas no trabalho familiar não remunerado (OIT, 2014). Assim, o emprego vulnerável é mais grave para as mulheres. Em todos os países, a situação do mercado de trabalho por conta própria e o trabalho familiar contribuem para o risco de acesso mais limitado aos empregos e direitos de proteção social, conferidos aos trabalhadores que têm um contrato de trabalho formal e aberto.

Ao final, como se não bastassem todas as complexidades concernentes ao mercado laboral e à inserção da mulher, há que se fazer aceno a um fato lembrado pela OIT - estar em emprego remunerado não é uma condição suficiente, em muitos países do mundo, para uma pessoa escapar da pobreza. Em países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, até um em cada quatro homens e mulheres trabalhadores vivem abaixo do limiar da pobreza moderada¹²⁶. Os padrões de papéis esperados para os sexos são complexos porque, enquanto as mulheres constituem uma parcela maior da força de trabalho de baixa remuneração, elas têm mais probabilidade do que os homens, em alguns países, de suplementar a renda familiar e, portanto, contribuir para os esforços da família de escapar da pobreza (OIT, 2010; 2018).

São necessários esforços adicionais significativos para reduzir as disparidades entre os sexos no mercado de trabalho e, assim, promover uma maior conscientização de que a igualdade entre eles é de suma importância nos esforços para reduzir a pobreza e alcançar o desenvolvimento.

É importante ressaltar que na composição por sexo da população brasileira e capixaba as mulheres sobressaem-se aos homens. Embora a razão de sexo (quociente entre o número de homens e o número de mulheres em uma população, expressa pela relação: $\text{homens/mulheres} \times 100$)¹²⁷ ao nascimento seja predominantemente masculina, após determinada idade as mulheres se tornam o grupo majoritário na população. O comportamento diferencial por sexo face aos riscos de morte é devido a fatores biológicos, que explicam riscos de mortalidade masculina mais elevados que os femininos em todas as idades, e aos fatores comportamentais que levam o homem a

¹²⁶ Uma renda domiciliar per capita ou consumo inferior a US \$ 3,10 por dia em termos de paridade do poder de compra.

¹²⁷ IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010: Glossário

uma maior exposição ao risco, sobretudo nas idades jovens adultas, entre 15 e 30 anos, quando as diferenças são máximas (Castiglioni, 1994).

Em 2010 a razão de sexo da população mundial era de 101,5 homens para cada 100 mulheres. Já no Brasil e no Espírito Santo era inferior – respectivamente 98,6 e 97,0 homens para cada conjunto de 100 mulheres. O declínio da população de sexo masculino ocorre ao longo de várias faixas etárias, invertendo a tendência de, ao nascimento, ser mais numerosa.

A população, mas especialmente as mulheres, vivem mais. Essa feminização do envelhecimento traz consequências: 1) aumento dos cuidados e dos gastos com a saúde, já que as mulheres utilizam serviços de saúde especializados por um período mais longo; 2) aumento dos gastos com aposentadorias e pensões, já que as mulheres utilizam o sistema previdenciário por maior tempo que o homem (CASTIGLIONI, 2008). Essa é uma questão para a qual urge respostas, já que como veremos adiante, as mulheres além de serem menos inseridas no mercado de trabalho, quando o são, enfrentam outro problema: a desigualdade de ganhos.

No caso dos 78 municípios capixabas, dados do último censo indicam que em 25 havia predominância da população feminina, e em outros 53, da população masculina, subvertendo uma tendência. Às causas citadas soma-se a migração, já que os municípios onde predomina a população rural oferecem mais emprego aos homens, enquanto a urbanização favorece o crescimento de vários tipos de trabalho mais dirigidos à população feminina menos especializada. Os motivos¹²⁸ que conduzem a essa situação podem ser variados e sobrepostos, dando complexidade ao fenômeno, por isso não são abordados.

Ao fim, mesmo observada a predominância feminina na população em se tratando do Brasil e do Espírito Santo, permanece a questão da menor participação da mulher no mercado de trabalho. No estado capixaba a razão varia entre extremos que em ambos os casos desfavorecem às mulheres: Vitória, que tem a razão mais próxima à paridade,

¹²⁸ Menores possibilidades de instrução; cultura de privação à herança da terra em favor dos irmãos nos municípios de maior peso das atividades primárias; menores chances de inserção no mercado de trabalho; menores chances de realizar as aspirações pessoais etc.

apresenta para cada 100 mulheres inseridas no mercado de trabalho, 109,71 homens. Já em Itapemirim encontramos a maior desigualdade: 205 homens no mercado para cada 100 mulheres.

Para o conjunto do Espírito Santo a porcentagem por sexo sobre o total de pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade em 2010, de acordo com o IBGE, acenava para uma maior inserção dos homens no mercado de trabalho, como já poderia se prever. A cada 100 homens na idade apta ao trabalho, 57,6% estavam ocupados na semana de referência do Censo. Já para as mulheres a porcentagem era de 42,4%. Desta forma, a razão entre as proporções de pessoas ocupadas segundo o sexo era de 73,3 mulheres para cada 100 homens.

Já para o conjunto do Brasil, 57,7 de cada 100 homens estavam ocupados, assim como 42,3 de cada 100 mulheres. A razão entre as proporções de pessoas ocupadas segundo o sexo era de 73,5 mulheres para cada 100 homens. As médias brasileira e capixaba são similares. Em ambos os casos é patente a forma desigual como homens e mulheres são absorvidos no mercado de trabalho. Por último, a razão entre as proporções varia fortemente nos 78 municípios capixabas como pode ser observado nos dados trazidos pela tabela nº 12.

Para efetivar o cálculo da razão entre os indicadores, foram calculadas as proporções de pessoas ocupadas por sexo, e após isso a Razão entre as proporções, relacionando mulheres aos homens, de acordo com a seguinte fórmula:

Razão entre a proporção de mulheres ocupadas e a proporção de homens ocupados
 = (Proporção de mulheres empregadas / Proporção de homens empregados) * 100

Para esta variável, foi adotado o seguinte procedimento para atingir o valor standardizado, no qual a razão, conforme expressa acima, passa a ser um indicador oscilante entre 0 e 1:

Indicador de acesso ao mercado de trabalho por sexo (IAMT) = (valor observado –
 valor mínimo) / (valor máximo-valor mínimo),

onde:

- valor máximo = 100, a situação de paridade no acesso ao mercado de trabalho, ou seja, 100 mulheres para cada 100 homens trabalhando;

- valor observado = razão entre as proporções de mulheres e homens ocupados na semana de referência do Censo de 2010 nos respectivos municípios;
- valor mínimo = 31,73, que correspondia, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, à razão entre as proporções de participação das mulheres e homens, para cada 100 pessoas de cada sexo em idade apta ao trabalho, na força de trabalho do município de Campo Alegre (AL), a menor do país para municípios com população superior a 30 mil habitantes.

Tabela 12: Dimensão Situação da Mulher: Razão entre as proporções das pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de cada sexo e indicador da variável – Municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	Razão	IAMT
	(%Mulheres / %Homens)	
Espírito Santo	67,84	0,529
Afonso Cláudio	73,21	0,608
Água Doce do Norte	75,75	0,645
Águia Branca	64,42	0,479
Alegre	69,08	0,547
Alfredo Chaves	70,49	0,568
Alto Rio Novo	57,08	0,371
Anchieta	67,67	0,526
Apiacá	67,28	0,521
Aracruz	68,10	0,533
Atilio Vivacqua	65,22	0,491
Baixo Guandu	65,93	0,501
Barra de São Francisco	64,85	0,485
Boa Esperança	64,27	0,477
Bom Jesus do Norte	71,39	0,581
Brejetuba	74,88	0,632
Cachoeiro de Itapemirim	67,54	0,525
Cariacica	69,62	0,555
Castelo	69,94	0, 560
Colatina	74,37	0,625
Conceição da Barra	58,45	0,391
Conceição do Castelo	71,95	0,589
Divino de São Lourenço	68,71	0,542
Domingos Martins	86,43	0,801
Dores do Rio Preto	67,36	0,522
Ecoporanga	57,72	0,381
Fundão	68,73	0,542
Governador Lindenberg	58,17	0,387
Guaçuí	67,61	0,526
Guarapari	72,20	0,593
Ibatiba	69,26	0,550
Ibiraçu	66,25	0,506
Ibitirama	71,69	0,585

Continua

Unidade territorial	Razão	IAMT	Conclusão
	(%Mulheres / %Homens)		
Iconha	67,58	0,525	
Irupi	73,53	0,612	
Itaguaçu	73,11	0,606	
Itapemirim	48,77	0,250	
Itarana	79,83	0,705	
Iúna	64,91	0,486	
Jaguaré	66,59	0,511	
Jerônimo Monteiro	56,90	0,369	
João Neiva	70,56	0,569	
Laranja da Terra	71,18	0,578	
Linhares	68,97	0,546	
Mantenópolis	56,84	0,368	
Marataízes	56,37	0,361	
Marechal Floriano	69,66	0,556	
Marilândia	64,28	0,477	
Mimoso do Sul	72,13	0,592	
Montanha	63,84	0,470	
Mucurici	58,99	0,399	
Muniz Freire	64,83	0,485	
Muqui	59,57	0,408	
Nova Venécia	70,56	0,569	
Pancas	53,36	0,317	
Pedro Canário	64,80	0,484	
Pinheiros	64,04	0,473	
Piúma	68,63	0,540	
Ponto Belo	60,96	0,428	
Presidente Kennedy	57,37	0,376	
Rio Bananal	63,36	0,463	
Rio Novo do Sul	59,21	0,402	
Santa Leopoldina	77,81	0,675	
Santa Maria de Jetibá	84,73	0,776	
Santa Teresa	75,63	0,643	
São Domingos do Norte	56,18	0,358	
São Gabriel da Palha	73,76	0,616	
São José do Calçado	69,62	0,555	
São Mateus	68,58	0,540	
São Roque do Canaã	67,90	0,530	
Serra	70,26	0,564	
Sooretama	62,25	0,447	
Vargem Alta	67,91	0,530	
Venda Nova do Imigrante	69,69	0,556	
Viana	74,40	0,625	
Vila Pavão	76,21	0,652	
Vila Valério	66,21	0,505	
Vila Velha	75,05	0,635	
Vitória	79,07	0,693	

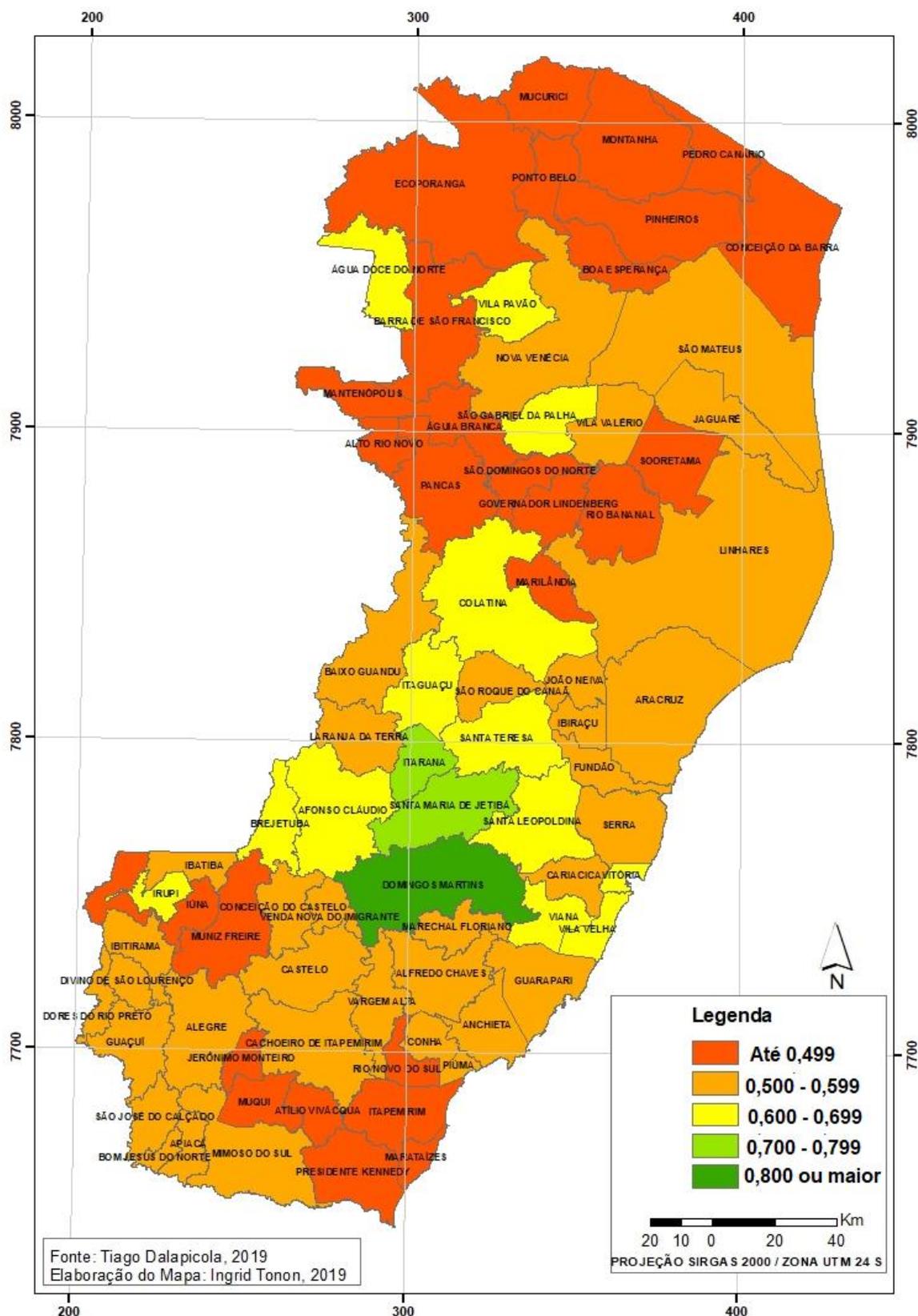
Fonte: o autor (2019), a partir de dados do IBGE (2010) e ONU (2010).

No mapa 18 podemos observar a espacialização do indicador a partir dos dados apresentados na tabela 12. É oportuno salientar que nenhum município do estado atingiu a paridade esperada de acesso ao mercado de trabalho entre homens e

mulheres. Outra observação preliminar é que embora o estado seja pequeno tanto em superfície quanto em número de municípios, esta variável demonstrou-se de grande variabilidade no conjunto dos 78 municípios.

A análise do mapa 18 permite ainda perceber que há poucos municípios com valores alto e muito alto de participação das mulheres no mercado de trabalho. Estes formam um continuum na região centro-serrana: Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá e Itarana. A classe predominante, contudo, é a de baixo indicador para a variável, que somada às classes 'muito baixo' e 'médio' perfazem a grande maioria dos municípios do estado no que diz respeito à participação das mulheres no mercado de trabalho.

Mapa 18: Indicador do Acesso ao Mercado de Trabalho segundo o sexo – Municípios do ES (2010)



Fonte: o autor (2019), a partir de dados do IBGE, 2010.

A presença de grande variabilidade na forma como essa variável se apresenta nos 78 municípios capixabas, com predomínio da somatória dos grupos de 'muito baixo', 'baixo' e 'médio' para os valores do indicador da variável indica a necessidade de fortalecer as políticas que permitem as mulheres ocuparem espaços maiores no mercado de trabalho.

Para Hanson & Monk (1989) uma questão crucial para compreender as menores taxas de participação feminina no mercado de trabalho se refere à medida que essas taxas na força de trabalho refletem a distribuição espacial de empregos. Uma questão colocada pelas autoras é se as decisões das mulheres sobre a adesão à força de trabalho dependem de ter oportunidades de emprego perto de casa. Por outro lado, acrescentam, as decisões de ingressar na força de trabalho podem variar de acordo com os diferentes grupos de mulheres.

Segundo as pesquisadoras, estudos geográficos conduzidos sobre o emprego feminino enfatizam cada vez mais a necessidade de admitir que as mulheres não devem ser entendidas como um grupo homogêneo ou um mercado de trabalho homogêneo. Isto é, diferentes grupos de mulheres podem ser distinguidos com base na etnia, local de residência, nível de educação ou estágio do ciclo de vida, por exemplo, e cada um desses grupos define suas oportunidades de emprego de diferentes maneiras e segue uma estratégia diferente para combinar o emprego com outras atividades diárias (HANSON & MONK, 1989, p.45).

Quando não se pensam políticas que favoreçam o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, estas se juntam a outros grupos que tradicionalmente ocupam posições de desvantagem no mundo do trabalho – pessoas com algum tipo de deficiência, imigrantes, idosos e jovens. Isso, segundo a OIT (2010), compromete a capacidade desses grupos em fazer provisões ou mesmo serem sujeitos de políticas de seguridade social, tornando-os ainda mais vulneráveis.

4.2.2 Diferença de rendimentos entre homens e mulheres

A segregação sexual no emprego é motivo de preocupação nos estudos de Hanson & Monk desde os anos 1980. Tendo em consideração o caso norte-americano,

segundo as estudiosas, a segregação sexual é em grande medida responsável pela menor remuneração das mulheres e contribui para a crescente incidência da pobreza nos Estados Unidos. Portanto, afirmam, as divisões entre os sexos no local de trabalho constituem um obstáculo à igualdade de oportunidades no emprego e à igualdade na remuneração. Caberia aos geógrafos, segundo elas, interessar-se em saber como fatores geográficos podem contribuir para a persistência da segregação sexual nas oportunidades de emprego. Uma questão que precisa ser investigada é até que ponto os padrões de segregação sexual no emprego vêm de escolhas ou restrições. Ou seja, se refletem as preferências das mulheres em favor de empregos em atividades de predominância das mulheres ou se refletem discriminação por parte das empresas ou decisões sobre elas em termos de localização (HANSON & MONK, 1989, p. 44).

Vê-se que as diferenças entre os sexos permanecem uma realidade, apesar dos muitos esforços para reduzi-las ou eliminá-las. Entretanto, a dinâmica é diferente na escola e no mercado de trabalho. Segundo a OCDE, os rapazes são mais propensos do que as moças a repetirem o ano, abandonarem a escola ou não conseguirem concluir o ensino superior. No entanto, apesar de seu melhor desempenho na escola, as mulheres, em média, ainda têm piores empregos e resultados em termos de rendimentos. Isso é em parte, segundo a organização, o resultado das diferentes escolhas que homens e mulheres fazem ao decidir sobre um campo de estudo. Normas culturais e noções preconcebidas sobre o papel das mulheres na vida, absorvidas durante a infância, ainda influenciam essas escolhas, muitas vezes inconscientemente (OCDE, 2018).

Homens e mulheres não recebem os mesmos salários, mesmo quando desempenhando as mesmas funções. Há evidências de persistentes disparidades salariais entre homens e mulheres mesmo em países desenvolvidos. Como as mulheres melhoraram significativamente os níveis de capital humano (por exemplo, educação e experiência), tendo até superado os dos homens em vários países desenvolvidos, novas pesquisas apontam para outros fatores que explicam a duradoura penalidade salarial enfrentada por elas, como práticas discriminatórias de contratação e promoção, por exemplo (OIT, 2018).

Recentes relatórios da Organização Internacional do Trabalho mostram que tanto em

países desenvolvidos como em desenvolvimento, por exemplo, as mulheres ganham, em média, 20% menos do que os homens (OIT, 2016). Uma proporção significativa dessa lacuna é devida à super-representação de mulheres em setores e ocupações com maior incidência de baixa remuneração, segundo a organização. Além disso, a ineficiência ou ausência de instituições e políticas trabalhistas, como a negociação coletiva e os salários mínimos, também são parcialmente responsáveis pela persistente desigualdade salarial entre homens e mulheres, de acordo com a OIT.

Estatísticas da ONU Mulher demonstram que no mundo, as mulheres ganham apenas 77 centavos por cada dólar ganho pelos homens¹²⁹. Como resultado, há uma vida inteira de desigualdade de renda entre homens e mulheres, e com isso, mais mulheres estão se aposentando na pobreza. Segundo a agência, essa desigualdade que teima em existir nos salários médios entre homens e mulheres persiste em todos os países e em todos os setores, e uma de suas causas é a subvalorização do trabalho feminino. A agência da ONU afirma que até mesmo quando o trabalho em si exige esforços ou habilidades iguais ou maiores, ele é menos valorizado e remunerado. A situação piora para mulheres de cor, mulheres imigrantes e mães, segmentos para os quais a diferença aumenta. A chamada “penalidade da maternidade” empurra as mulheres para a economia informal, o trabalho casual e de meio período, e tende a ser maior nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos.

É preocupante o fato que mantendo as atuais taxas de progresso, a equidade de pagamento será alcançada apenas em 2069. Por isso, a Organização Internacional do Trabalho criou uma Coalizão Internacional de Igualdade Salarial. Ela vai ao encontro da 8ª meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a ser atingida até 2030: alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para jovens e pessoas com deficiência, e pagamento igual para trabalho de igual valor¹³⁰. O trabalho da Coalizão também contribuiria para o alcance dos seguintes outros ODS: (1) eliminar a pobreza, (5) alcançar a igualdade entre os sexos, (10) reduzir as desigualdades, (16) alcançar paz e justiça e (17) estabelecer parcerias para o alcance das metas.

¹²⁹ Disponível em <http://www.unwomen.org/en/news/in-focus/csw61/equal-pay>. Acesso em 27/12/2018

¹³⁰ Disponível em <https://www.ilo.org/global/topics/equality-and-discrimination/epic/lang--en/index.htm>
Acesso em 27/12/18

Uma das principais tentativas de teorizar a diferença salarial entre homens e mulheres foi a teoria do capital humano, desenvolvida por Becker (1964) e Mincer (1974), enfocando a educação e a experiência de trabalho acumulada. Estes sugeriam que as mulheres têm diferentes níveis de escolaridade ou níveis de experiência em relação aos homens, e são mais propensas a ter interrupções de carreira que levam a níveis mais baixos de experiência de trabalho acumulada. Estudos empíricos fornecem evidências de que diferenças no capital humano representam uma parte significativa do diferencial salarial entre homens e mulheres (OIT, 2010; 2016).

Entretanto, a teoria daqueles autores sobre o poder da instrução para elucidar a diferença de ganhos perdeu potencial explicativo tão logo as diferenças na educação entre homens e mulheres diminuíram, particularmente nas economias mais desenvolvidas. De fato, em 43 dos 53 países pesquisados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) as diferenças na educação entre homens e mulheres são hoje muito pequenas ou foram até mesmo invertidas, de tal forma que as mulheres têm níveis mais elevados de educação do que os homens. Nesses casos, a educação não apenas não explica a diferença observada, mas, quando levada em conta, aumenta a diferença inexplicada.

Mais recentemente, a noção de que as diferenças educacionais não conseguem explicar completamente as diferenças de remuneração entre homens e mulheres teve seu foco redirecionado. Em vez de focar as diferenças no número de anos de escolaridade, uma nova corrente de pesquisa explica as diferenças salariais pelo fato de homens e mulheres tenderem a se especializar em diferentes campos da educação (MACHIN & PUHANI, 2003).

Essa transição na literatura explicativa – do tempo de instrução recebido para o campo de estudos específicos realizados também fornece evidências de mudanças nos objetivos: agora que as mulheres alcançaram a paridade na educação, os postos para alcance da equidade salarial se deslocam mais e focam no tipo de educação (OIT, 2016).

Para Porto-Gonçalves (2015), a crise societária que vivemos apresenta como uma de suas várias facetas, o processo de feminização da pobreza não apenas na terceira

idade, mas em outras fases da vida das mulheres. Ainda afirma que

[...] a condição de gênero, derivada em parte do fato de abrigar no próprio corpo a reprodução da espécie, torna-se um enorme fardo que recai individualmente sobre a mulher, como ocorre quando diminuem recursos destinados à área social pelo Estado [...] (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 178).

Segundo um recente relatório do IBGE (2018), o Estudo de Estatísticas de Gênero, as mulheres brasileiras trabalham em média três horas por semana a mais do que os homens (somando-se trabalho remunerado, atividades domésticas e cuidados com outras pessoas), mas ganham apenas pouco mais de dois terços (76%) do rendimento dos homens¹³¹. Contudo, em 2010, período de referência para nossa pesquisa, elas ganhavam 67,6% dos rendimentos dos homens.

É importante ressaltar que a legislação brasileira garante a igualdade salarial entre homens e mulheres na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde 1943: em quatro artigos, o 5º, o 46º, o 373º-A e o 461º está determinado que os salários devem ser iguais “sem distinção de sexo”. Outro instrumento jurídico, a Constituição Federal de 1988 também aborda o tema em seu 7º artigo, alínea D, que proíbe a “diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (BRASIL, 1988). Entretanto, segundo dados do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa o 132º lugar no ranking de uma lista de 149 nações, sobre equidade salarial para trabalho similar¹³².

Para efetivar o cálculo da razão entre o rendimento médio¹³³ das mulheres em relação ao rendimento dos homens, na população de 10 ou mais anos de idade, e estando ocupados na semana de referência do Censo de 2010 para cada município, usou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Razão entre o rendimento médio das mulheres e o rendimento médio dos homens (\%)} = (\text{rendimento médio das mulheres} / \text{rendimento médio dos homens}) * 100$$

¹³¹ Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/01/como-desigualdade-no-pagamento-entre-homens-e-mulheres-e-prejudicial-economia-brasileira.html> Acesso em 08/01/2019.

¹³² Disponível em <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2019/01/16/desigualdade-salarial-homens-e-mulheres.htm>. Acesso em 16/01/2019.

¹³³ Segundo o Glossário do Censo de 2010 do IBGE, é definido como o rendimento bruto nominal médio efetivamente recebido no mês de referência no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência. No caso, para as mulheres é a soma do rendimento mensal de todas as mulheres dividido pelo total de mulheres; de forma idêntica para os homens.

Para esta variável, foi adotado o seguinte procedimento para atingir o valor estandardizado, no qual a razão, conforme expressa acima, passa a ser um indicador oscilante entre 0 e 1:

$$\text{Indicador de diferença de rendimentos por sexo (IDRS)} = (\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}),$$

onde:

- valor máximo = 100, a situação de paridade no salário aferido no trabalho;
- valor observado = razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens dos respectivos municípios;
- valor mínimo = R\$ 32,46, a menor razão entre o rendimento médio das mulheres e do rendimento dos homens verificada nos municípios brasileiros com população superior a 30 mil habitantes, nesse caso, de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Na esteira do baixo percentual de rendimento percebido pelas mulheres do município brasileiro acima mencionado, ressalta-se que há referências internacionais ainda mais baixas, como no caso do Yêmen (onde as mulheres recebiam 6,45% do que os homens ganhavam). Nesses casos, há um padrão explicado pela presença de conflitos armados ou proximidade de locais onde estes se desenrolam. A esse país, seguem outros que até recentemente ou ainda no período atual também estão envolvidos em conflitos internos ou internacionais – Síria, onde em 2017 as mulheres ganham 13,7% do valor recebido pelos homens, Jordânia, onde em 2014 as mulheres recebiam 14,7% dos ganhos dos homens, seguida pelo Afeganistão, com 15,4% em 2014, 15,8% em 2015, passando a 16,2% em 2016. Também são baixos os rendimentos percentuais das mulheres em relação aos homens na Argélia (17,5%) e Iran (18,5%) (UNDP, 2010; 2014; 2015; 2016; 2018)¹³⁴. Outra perspectiva de pensamento está na questão cultural e religiosa.

A esse propósito, Korotayev et al. (2014) testaram a relação entre o Islã, a cultura

¹³⁴ Os fatores cultural e religioso parecem jogar um papel chave no cenário apresentado, sugerindo-se para confirmar tal premissa leituras mais aprofundadas.

árabe e a participação da força de trabalho feminina no nível macro. Eles descobriram que ser um país dentro da civilização árabe é um fator explicativo muito mais forte para a baixa participação feminina na força de trabalho do que ser um país muçulmano.

Sob o controle da civilização árabe, o impacto negativo do Islã sobre a participação feminina na força de trabalho se torna muito menor, embora permaneça um impacto significativo. Além disso, eles descobriram que a relação é afetada pelos níveis de escolaridade, fecundidade e expectativa de vida das mulheres¹³⁵. Em suma, a baixa participação feminina na força de trabalho nos países árabes é mais explicada pela cultura árabe do que pela predominância do Islã.

Tabela 13: Dimensão Situação da Mulher: Razão entre os rendimentos médios por sexo e indicador da variável – Municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	Razão mulheres/homens (%)	IDRS
Espírito Santo	67,9	0,525
Afonso Cláudio	85,9	0,791
Água Doce do Norte	70,1	0,557
Águia Branca	64,2	0,470
Alegre	75,1	0,631
Alfredo Chaves	67,3	0,516
Alto Rio Novo	78,1	0,676
Anchieta	77,5	0,667
Apiacá	71,9	0,584
Aracruz	61,2	0,426
Atilio Vivacqua	75,8	0,642
Baixo Guandu	62,9	0,451
Barra de São Francisco	63,2	0,455
Boa Esperança	68,2	0,529
Bom Jesus do Norte	70,8	0,568
Brejetuba	70,7	0,566
Cach. de Itapemirim	68,4	0,532
Cariacica	70,4	0,562
Castelo	67,6	0,520
Colatina	66,2	0,500
Conceição da Barra	68,2	0,529
Conceição do Castelo	74,2	0,618
Divino de S. Lourenço	82,6	0,742
Domingos Martins	78,6	0,683
Dores do Rio Preto	85,3	0,782
Ecoporanga	70,4	0,562

Continua

¹³⁵ Os níveis de escolaridade, fecundidade e expectativa de vida das mulheres no mundo árabe são causa ou efeito da baixa participação feminina na força de trabalho?

Continuação

Unidade territorial	Razão mulheres/homens (%)	IDRS
Fundão	64,3	0,471
Gov. Lindenberg	80,3	0,708
Guaçuí	78,0	0,674
Guarapari	72,5	0,593
Ibatiba	74,0	0,615
Ibiraçu	57,2	0,366
Ibitirama	73,1	0,602
Iconha	68,3	0,531
Irupi	71,5	0,578
Itaguaçu	79,2	0,692
Itapemirim	66,7	0,507
Itarana	76,7	0,655
Iúna	71,8	0,582
Jaguaré	60,1	0,409
Jerônimo Monteiro	67,3	0,516
João Neiva	52,9	0,303
Laranja da Terra	83,3	0,753
Linhares	64,0	0,467
Mantenópolis	65,0	0,482
Marataízes	73,6	0,609
Marechal Floriano	66,2	0,500
Marilândia	70,2	0,559
Mimoso do Sul	76,7	0,655
Montanha	57,1	0,365
Mucurici	60,4	0,414
Muniz Freire	81,9	0,732
Muqui	75,4	0,636
Nova Venécia	63,6	0,461
Pancas	72,2	0,588
Pedro Canário	62,5	0,445
Pinheiros	63,9	0,466
Piúma	68,0	0,526
Ponto Belo	55,8	0,346
Pres. Kennedy	82,9	0,747
Rio Bananal	59,6	0,402
Rio Novo do Sul	71,0	0,571
Santa Leopoldina	76,6	0,654
Santa M ^a de Jetibá	79,4	0,695
Santa Teresa	67,5	0,519
São Domingos do Norte	71,3	0,575
São Gabriel da Palha	88,4	0,828
São José do Calçado	79,2	0,692
São Mateus	64,0	0,467
São Roque do Canaã	79,4	0,695
Serra	64,7	0,477
Sooretama	70,8	0,568
Vargem Alta	69,6	0,550
Venda Nova do Imigrante	76,6	0,654

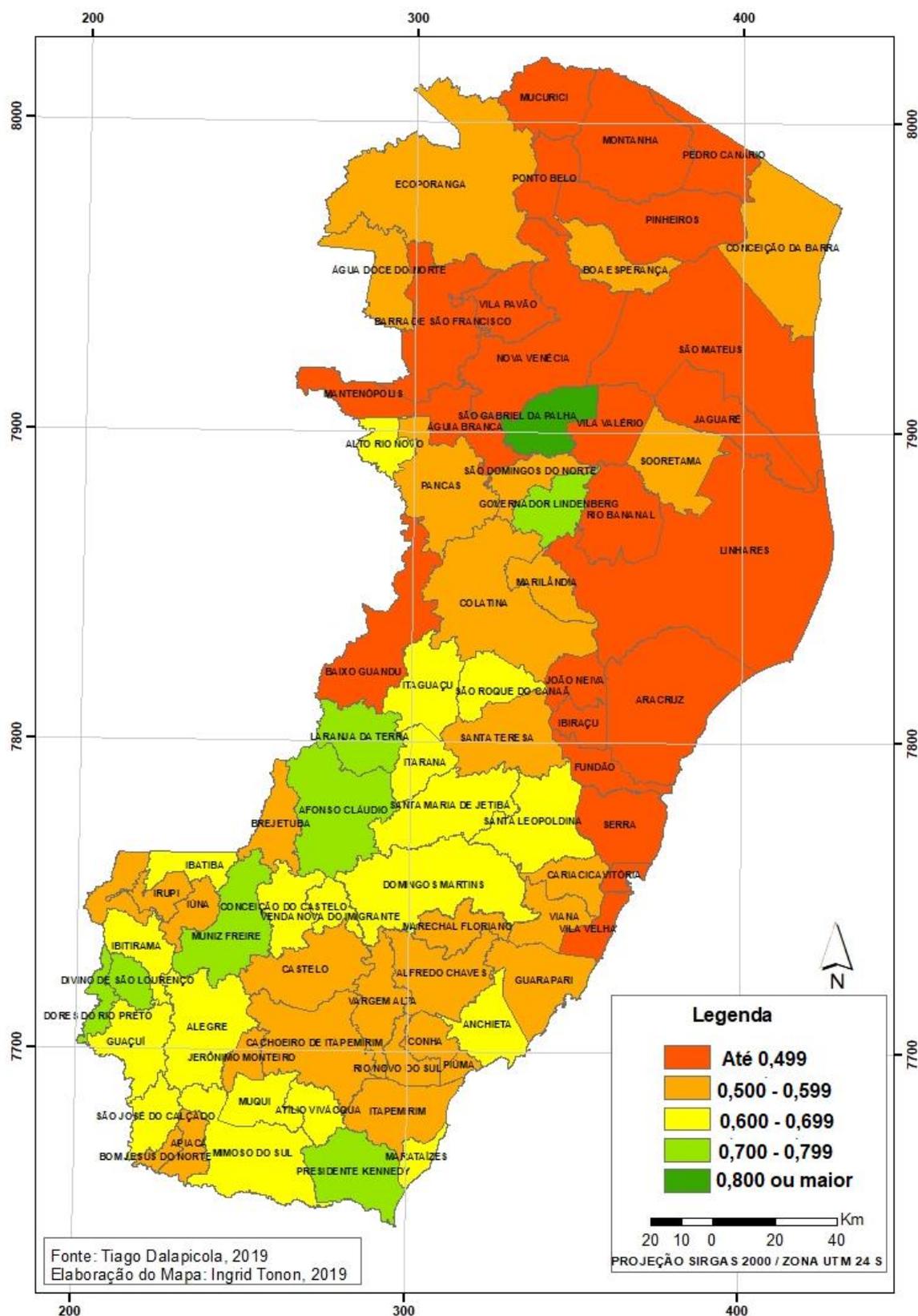
Unidade territorial	Razão mulheres/homens (%)	IDRS
Viana	67,6	0,520
Vila Pavão	64,1	0,468
Vila Valério	57,2	0,366
Vila Velha	62,0	0,437
Vitória	62,5	0,445

Fonte: o autor (2019), a partir de dados do IBGE (2010) e ONU (2018).

No Espírito Santo, de acordo com dados do Censo de 2010, a razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens era de 67,9%. A razão varia fortemente considerando os diferentes municípios. São Gabriel da Palha estava mais próximo à paridade, com as mulheres ganhando 88,4% dos ganhos aferidos pelos homens. Em João Neiva, a pior situação – as mulheres ganhavam 52,9% do que ganhavam os homens.

Para esse indicador foi encontrada forte variabilidade entre os municípios capixabas. Para além de São Gabriel da Palha e Governador Lindenberg (ambos no norte), sendo que o primeiro, como realçado antes, apresenta a menor diferença de rendimento entre os sexos, outros municípios presentes na região centro-serrana e sul do estado se enquadram nessa situação mais favorável às mulheres. Por outro lado, para além de João Neiva, que apresenta a maior desigualdade de rendimento entre os sexos, encontramos municípios com situação pouco favorável (indicador baixo e muito baixo) na Grande Vitória, na maior parte dos municípios ao norte do Rio Doce e ainda alguns na região Sul. O mapa 19 expressa estas e outras diferenças espaciais.

Mapa 19: Indicador da variável Diferença de Rendimento por sexo – Municípios do ES (2010)



Fonte: o autor (2019) com dados do IBGE (2010).

Uma chave de leitura para os casos de municípios da RMGV tais como Vitória e Vila Velha pode ser aquela de que os dois municípios estão entre os mais urbanizados do estado, e pelo caráter de capital ou de zona de expansão da classe média alta, sedes de algumas das mais importantes funções econômicas por conta da concentração de grandes empresas ou ainda concentrando muitos cargos de chefia e direção em funções administrativas devido a maior presença de órgãos públicos federais e estaduais (que pagam maiores salários). Ocorre que tais posições de maiores salários são, sobretudo, ocupadas por homens, enquanto por outro lado, a mesma expansão urbana cria muitas oportunidades de trabalho em funções menos remuneradas (no chamado baixo setor terciário) e que são ocupadas predominantemente por mulheres, muitas delas migrantes e de pouca instrução (empregadas domésticas, serventes, auxiliares diversas, etc.).

A contradição no que diz respeito à percepção dos rendimentos é muito marcada também no caso do Brasil. Para os mesmos níveis de instrução, dados do Censo de 2010 mostram que a média dos rendimentos dos homens com cursos médios e superiores era de R\$ 3.206,16, enquanto a média dos rendimentos das mulheres era de R\$ 1.832,09, ou seja, um hiato de 57,14%. Enfatiza-se: para o mesmo nível de instrução.

A desigualdade apontada perdura também nos anos seguintes. De acordo com dados de 2015 compilados pela OCDE, em nosso país 41% dos homens de 25 a 34 anos não atingiram o ensino médio, em comparação com apenas 32% das mulheres. Essa diferença entre os sexos persiste nos níveis educacionais superiores – como na maioria dos países da OCDE, a escolaridade em nível de graduação da população de 25 a 34 anos também é maior entre as mulheres jovens (20%) do que entre os homens jovens (14%). Porém, para cada 100 dólares ganhos por brasileiros com educação média, as brasileiras recebem 69. No caso da educação superior, os diferenciais da média para o período 2010-2016 compilado pela OCDE eram ainda piores. As mulheres ganhavam 65 dólares, a cada 100 recebidos pelos homens¹³⁶.

No Espírito Santo a situação não era animadora, avaliando dados do Censo de 2010.

¹³⁶ Earnings of 25-64 women relative to men, by educational attainment in 2016.

A média dos rendimentos dos homens com cursos médios e superiores era de R\$ 3.207,20, enquanto a média dos rendimentos das mulheres com os mesmos níveis de instrução era de R\$ 1.739,97, ou seja, um hiato de 54,25%, o que coloca o estado numa situação pior do que a média nacional.

Nessa importante variável, os municípios capixabas apresentam extremos muito marcados. Divino de São Lourenço, onde a média dos rendimentos das mulheres com instrução secundária e superior equivale a 85,12% daquela dos homens tem a situação mais próxima à paridade. Já em Itarana se encontrava o quadro mais desfavorável às mulheres: elas ganhavam 36,57% do que ganhavam os homens com mesma escolaridade. Na capital, Vitória, a razão era discretamente superior à da média do estado – as mulheres ganhavam 54,91% do que ganhavam os homens em 2010, apresentando o mesmo nível de instrução.

Na literatura sobre mercados de trabalho imperfeitos estão bem estabelecidos os aspectos que levam à tendência de subvalorização do trabalho das mulheres. Primeiro, muitas mulheres recebem menos do que os homens pela mesma produtividade dentro de um determinado trabalho ou ocupação. Isto é particularmente evidente no caso de salários iniciais diferentes para homens e mulheres. Em segundo lugar, as mulheres ainda estão frequentemente concentradas em empregos ou ocupações que são subvalorizadas, como o trabalho doméstico. Mesmo quando se exige qualificações mais altas e trabalhos mais complexos, as ocupações dominadas por mulheres são às vezes mais baixas do que as ocupações dominadas por homens (OIT, 2010).

4.2.3 Contribuição para a Previdência por sexo

As situações até aqui expostas inegavelmente demonstram a condição de desvantagem das mulheres no mercado de trabalho, traduzida por menores absorção e estipêndios ganhos e, por conseguinte, na sociedade. Entretanto, a desigualdade pode ganhar contornos ainda mais nítidos quando analisamos a contribuição para institutos de previdência por sexo nos municípios capixabas.

Atualmente, de acordo a Organização Internacional do Trabalho (2014), cerca de metade dos adultos mais velhos no mundo não recebem nenhum benefício de pensão.

Em muitos países de renda baixa e média, a cobertura previdenciária permanece limitada e distribuída de forma desigual e a maioria das pessoas continua a depender da renda do trabalho ou ajuda da família durante a idade idosa. Desigualdades substanciais na cobertura de pensões e benefícios são encontradas em todo o mundo, manifestando-se com base na região de residência, grupo étnico, setor ocupacional e sexo.

Mesmo nos países considerados mais desenvolvidos, o problema persiste. Analisando o efeito das reformas previdenciárias sobre a segurança financeira na terceira idade das mulheres em países europeus, Fornero & Monticone (2010), afirmam que em muitos deles o bem-estar econômico das mulheres durante a velhice ainda é muito dependente do papel que desempenharam enquanto esposas.

Embora as causas imediatas dessa situação possam ser atribuídas à posição desvantajosa no mercado de trabalho – tipicamente caracterizado, quando comparado aos homens, por mais baixas taxas de participação, menor tempo de serviço, maior participação nos trabalhos *part-time* e pagamentos mais baixos – uma mais profunda motivação está nos papéis tradicionalmente atribuídos aos homens e mulheres na sociedade, nos quais às mulheres era/é reservado o posto de prestadoras de cuidados não remunerados, especialmente para as crianças, os adoecidos, os deficientes e os idosos.

Não obstante a relevância social dessas atividades, elas não estão distribuídas igualmente entre homens e mulheres. Nesse caso o sobrepeso recai sobre o segundo grupo. E o mais preocupante, em geral tais atividades não são suficientemente reconhecidas para intitular as mulheres ao direito a previdência, contribuindo para que estas, em proporção maior que os homens, enfrentem desafios maiores durante a terceira idade.

Na mesma direção, a ONU Mulher afirma que a igualdade entre os sexos é um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas de pensão em todo o mundo. Em um contexto de mercados de trabalho marcados por forte viés de diferenças entre eles, os sistemas de pensões contributivas enfrentam várias restrições para garantir benefícios universais e adequados às mulheres. Os cursos de vida das mulheres são,

segundo a agência e em consonância com outras fontes, caracterizados por períodos mais longos dedicados a cuidar dos outros, menor participação no mercado de trabalho, mais trabalho a tempo parcial e menores rendimentos. Todas essas características comprometem seus direitos previdenciários nos sistemas que vinculam benefícios a trabalho remunerado, contribuições e ganhos (2016).

Dessa forma, a tão essencial proteção econômica dos idosos em países e regiões em contextos de desigualdade generalizada, não é acessível a todos; nem todos desfrutam do mesmo nível de proteção. Segundo Arza (2016) dada a expectativa de vida mais longa (e o fato de que as mulheres frequentemente se casam com homens alguns anos mais velhos), as mulheres têm maior probabilidade de ficarem viúvas. Assim, as mulheres que não têm uma pensão própria podem ser particularmente vulneráveis na velhice se não tiverem direito a uma pensão por viuvez (por exemplo, se o marido falecido trabalhasse num emprego informal sem direito a pensão) ou não existir nenhum outro benefício adequado para elas (como pensões não-contributivas). A viuvez pode trazer dificuldades econômicas e vulnerabilidade para as mulheres.

Os menores níveis de participação das mulheres na força de trabalho em comparação com os homens, as consideráveis disparidades salariais entre homens e mulheres, maiores probabilidades de carreiras mais curtas ou interrompidas e a sobre representação de mulheres em trabalhos informais e vulneráveis afetam negativamente sua capacidade de poupar para investir em regimes contributivos de pensões. De fato, esses fatores contribuem para taxas mais baixas de cobertura previdenciária para as mulheres e menores níveis de aposentadoria, o que acaba levando a níveis mais altos de pobreza na terceira idade entre as mulheres do que entre os homens (OIT, 2018). Essa situação é agravada, como já fizemos aceno antes, por dois fatores a serem postos na equação: as mulheres utilizam o sistema previdenciário por maior tempo que os homens (CASTIGLIONI, 2008), por terem mais alta esperança de vida e, além disso, são mais numerosas, justamente nas faixas etárias mais altas, quando estão mais vulneráveis e dependentes.

Esse não é o caso do Brasil, pelo menos até o presente momento. Nas regras atuais o cônjuge de uma pessoa falecida acumula o recebimento da pensão, na totalidade do benefício. O país é ainda apontado pela ONU Mulher como um daqueles que tem

obtido sucesso ao diminuir a diferença entre homens e mulheres no que tange a cobertura do sistema de pensão no contexto latino-americano. O estudo da agência sublinha que no que tange a pensões não-contributivas, o Brasil alcança uma cobertura alta, que é devida em parte graças a pensão rural, igual ao salário mínimo, para o qual é necessária apenas uma prova de trabalho rural anterior, e não de contribuições. Para um total de 6 milhões de beneficiários, o custo total da pensão rural equivalia, em 2013, a 0,98% do PIB nacional, segundo as estimativas de Arza (2016).

Outra iniciativa que traz alívio à pobreza é o Benefício de Prestação Continuada, (BPC), introduzido em 1996. Tem como público alvo principalmente idosos residentes em cidades que não tem meios de provar que contribuíram para a previdência, e que a partir de completados 70 anos de idade passam a fazer jus ao recebimento de um salário mínimo. Para 2013, o país concedia o BPC a mais de 1,8 milhão de beneficiários, gastando para tal 0,26% do PIB (ARZA, 2016).

Mesmo em face destas iniciativas e estando bem caracterizada a importância da previdência para a população, a desigualdade na contribuição previdenciária persiste, tanto na sociedade brasileira quanto ao redor do mundo. Tal situação poderá piorar em face da iminente reforma do sistema previdenciário nacional. Essa não é, contudo, uma exclusividade brasileira. As reformas dos sistemas de aposentadorias que ocorreram nas últimas décadas em vários países do mundo, conforme lembra a ONU Mulher, tiveram, ou terão um impacto sobre a igualdade entre os sexos na velhice. Algumas reformas podem aprofundar as diferenças entre os sexos, tornando mais difícil para as pessoas sem um registro de trabalho longo e contínuo (a maioria delas mulheres) obter benefícios adequados.

Nesse aspecto, temos visto por inúmeros estudos e indicadores que nas condições atuais as mulheres têm maiores probabilidades de enfrentar o problema da pobreza em seu processo de envelhecimento. Se a situação já não é favorável, o cenário futuro pode trazer ainda mais complicações. A proposta apresentada para a necessária reforma da previdência brasileira parece desfavorecer em maior intensidade às mulheres.

Segundo dados divulgados pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) e replicados em reportagem do Jornal Folha de São Paulo, uma quantidade maior de mulheres¹³⁷ do que de homens será prejudicada no que diz respeito às mudanças nas regras da pensão por morte e da carência para a aposentadoria por idade¹³⁸.

Do total de dependentes da pensão por morte, 83,7% são mulheres e só 16,3% são homens. Na reforma da Previdência aprovada, novas pensões terão redução do valor. Atualmente os pensionistas no Regime Geral de Previdência Social recebem 100% do benefício herdado, mas com a mudança, a(o) viúva(o) ficará com 60% do benefício e o restante seria distribuído em cotas de 10% por filho menor de 21 anos, até o limite de 100%. Caso a(o) viúva(o) não tenha filhos com esse perfil, um benefício de R\$ 2.000 resultaria em uma pensão de R\$ 1.200, por exemplo.

A reforma aprovada neste ano acabou com a possibilidade do acúmulo integral de pensão e aposentadoria. A proposta é ter o pagamento integral do benefício maior e a limitação em até dois salários mínimos do benefício adicional. Além disso, as mulheres também são maioria entre os potenciais prejudicados pelo aumento da carência para a aposentadoria por idade, que passaria de 15 para 20 anos, já que de acordo com o Dieese, em 2017, 62,8% das mulheres se aposentaram por idade, contra 37,2% dos homens. Na análise do órgão sindical, o resultado demonstra a dificuldade das seguradas em conseguir mais tempo de contribuição.

Além de ganhar menos e trabalharem mais horas, é entre as mulheres que prevalece maior proporção de não contribuintes para institutos de previdência oficial – no Espírito Santo, para cada 100 homens que contribuam para a previdência na semana de referência do Censo de 2010, havia 72,36 mulheres contribuintes. Para o Brasil, 73,10 mulheres contribuam a cada 100 homens que versavam contribuições. Dessa forma, a probabilidade de as mulheres enfrentarem maiores dificuldades nas faixas etárias mais elevadas é maior, visto que vivem mais, são mais numerosas e ao longo da vida contribuem menos para sistemas de cobertura previdenciária.

¹³⁷ Em muitos países a idade para aposentadoria é a mesma entre homens e mulheres. Não é o caso do Brasil, o que é um aspecto positivo da legislação brasileira em relação às mulheres. Porém, ao se aposentarem antes, mas terem maior longevidade, as mulheres sofrerão maior impacto das mudanças que foram propostas, caso estas sejam aprovadas.

¹³⁸ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/mulheres-sao-maioria-entre-prejudicados-pela-reforma-da-previdencia.shtml> Extraído em 19/03/2018.

As análises até aqui tecidas a luz das várias contribuições de literatura evidenciaram a existência de uma seletividade no mercado de trabalho para contratação de trabalhadores, que recai com mais peso negativo sobre as mulheres. Vistas as mudanças sugeridas na proposta de reforma, há que se ter atenção aos possíveis cenários que podem se colocar para as mulheres em poucas décadas no país.

Por fim, na perspectiva de Kidd (2009) as pensões têm o potencial de transformar a vida de centenas de milhões de idosos (homens e mulheres) nos países em desenvolvimento, proporcionando a eles e suas famílias uma renda regular e previsível. Mas, a realidade é que mais da metade das pessoas idosas no mundo, cerca de 342 milhões de pessoas carecem de segurança de renda. Se nada for feito, usando uma projeção do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, Kidd afirma que em 2050 serão 1,6 bilhões de pessoas sem fonte segura de renda na velhice, cerca de 80% de todos os idosos. Depreende-se da visão do autor que mais que garantir a continuidade de um padrão de vida decente, para grande parcela da população mundial a previdência é veículo transformador de vida, possibilitando a essa mesma parcela só então na velhice a experimentação de uma vida mais decente através de maiores possibilidades econômicas garantidas através da aposentadoria.

Se não há contribuição, menores serão as chances de ser beneficiário de algum tipo de pensão, com mais probabilidade de enfrentar a pobreza justamente em uma fase de vulnerabilidade da vida. A tabela 14 expõe a razão entre o número de contribuintes por sexo e o indicador de contribuição previdenciária da população de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência do Censo de 2010 pela condição de contribuição para instituto de previdência oficial em qualquer trabalho.

Para efetivar o cálculo da razão entre o número de mulheres e homens que contribuem para institutos de previdência usou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Razão entre o número de mulheres e homens contribuintes} = (\text{n}^\circ \text{ de mulheres contribuintes} / \text{n}^\circ \text{ de homens contribuintes}) * 100$$

Para esta variável, foi adotado o seguinte procedimento para atingir o valor estandardizado, no qual a razão, conforme expressa acima, passa a ser um indicador

oscilante entre 0 e 1:

$$\text{Indicador de diferença de contribuição previdenciária por sexo (ICP)} = (\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}),$$

onde:

- valor observado = razão entre mulheres e homens que contribuíam para institutos de previdência na semana de referência do Censo de 2010, nos respectivos municípios;
- valor máximo = 100, a situação de paridade, em que para um mesmo número de homens contribuindo para a previdência, haveria igual número de mulheres;
- valor mínimo = 32,02, referente à menor razão por sexo dos contribuintes para institutos de previdência oficial em municípios com população superior a 30 mil habitantes do Brasil, encontrado em Ulianópolis (PA)¹³⁹.

A tabela 14 reúne as informações por município.

Tabela 14: Dimensão Situação da Mulher: Razão entre o número de mulheres e homens contribuintes para institutos de previdência e Indicador da variável – Municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	Razão	ICP
Espírito Santo	72,36	0,593
Afonso Cláudio	86,54	0,802
Água Doce do Norte	63,86	0,468
Águia Branca	58,25	0,386
Alegre	72,85	0,601
Alfredo Chaves	68,99	0,544
Alto Rio Novo	70,06	0,560
Anchieta	62,18	0,444
Apiacá	64,46	0,477
Aracruz	65,10	0,487
Atilio Vivacqua	54,60	0,332
Baixo Guandu	64,90	0,484
Barra de São Francisco	67,71	0,525
Boa Esperança	56,70	0,363
Bom Jesus do Norte	89,15	0,840
Brejetuba	76,68	0,657
Cach. de Itapemirim	68,74	0,540
Cariacica	69,42	0,550
Castelo	68,87	0,542
Colatina	78,74	0,687

Continua

¹³⁹ IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Continuação

Unidade territorial	Razão	ICP
Conceição da Barra	51,16	0,281
Conceição do Castelo	71,57	0,582
Divino de S. Lourenço	65,15	0,487
Domingos Martins	88,77	0,835
Dores do Rio Preto	62,53	0,449
Ecoporanga	57,69	0,378
Fundão	71,74	0,584
Gov. Lindenberg	67,79	0,526
Guaçuí	79,55	0,699
Guarapari	74,49	0,625
Ibatiba	79,51	0,699
Ibiraçu	73,41	0,609
Ibitirama	69,65	0,553
Iconha	70,99	0,573
Irupi	78,59	0,685
Itaguaçu	76,09	0,648
Itapemirim	47,80	0,232
Itarana	77,88	0,675
Iúna	76,68	0,657
Jaguaré	65,11	0,487
Jerônimo Monteiro	51,85	0,292
João Neiva	72,25	0,592
Laranja da Terra	74,86	0,630
Linhares	70,10	0,560
Mantenópolis	75,41	0,638
Marataízes	69,17	0,547
Marechal Floriano	64,51	0,478
Marilândia	67,55	0,523
Mimoso do Sul	71,02	0,574
Montanha	54,86	0,336
Mucurici	48,53	0,243
Muniz Freire	76,31	0,651
Muqui	64,41	0,477
Nova Venécia	66,86	0,512
Pancas	67,69	0,525
Pedro Canário	51,76	0,290
Pinheiros	58,29	0,386
Piúma	67,46	0,521
Ponto Belo	67,45	0,521
Pres. Kennedy	66,42	0,506
Rio Bananal	73,74	0,614
Rio Novo do Sul	62,13	0,443
Santa Leopoldina	60,20	0,414
Santa M ^a de Jetibá	86,71	0,804
Santa Teresa	76,87	0,660
São Domingos do Norte	78,89	0,689
São Gabriel da Palha	88,46	0,830
São José do Calçado	72,81	0,600
São Mateus	65,45	0,492
São Roque do Canaã	63,11	0,457
Serra	66,13	0,502
Sooretama	58,90	0,395
Vargem Alta	59,93	0,411
Venda Nova do Imigrante	69,39	0,550
Viana	62,97	0,455

Unidade territorial	Razão	ICP	Conclusão
Vila Pavão	58,64	0,392	
Vila Valério	75,90	0,646	
Vila Velha	79,45	0,698	
Vitória	89,25	0,842	

Fonte: o autor (2019), com dados do IBGE (2010).

A tabela 14 mostra que no Espírito Santo é no município de Itapemirim onde as mulheres têm a maior desvantagem em relação aos homens no que tange à contribuição para a previdência. No município do sul capixaba apenas 48 contribuem para a previdência, ante 100 homens.

Tal condição possivelmente advém do fato de as mulheres terem menor acesso ao mercado de trabalho (dadas as características desse) e assim, menores perspectivas de vida. De fato, ao verificarmos a tabela 12 notamos que no mesmo município encontrava-se a mais baixa razão entre a proporção de mulheres ocupadas e a proporção de homens ocupados - para cada 100 homens ocupados havia apenas 49 mulheres.

Esse contexto pode ser verificado em outros municípios do ES onde as atividades primárias têm maior peso. Em efeito, em Itapemirim, o Censo de 2010 aferiu que 37,6% da população vivia em áreas rurais, ante 16,6% da média estadual (IBGE, 2010). Nas áreas rurais são encontrados trabalhos que atraem ou favorecem, sobretudo à população masculina. No caso de Itapemirim, especificamente, destaca-se a indústria pesqueira, de produção de açúcar e a pecuária leiteira. Por existirem mais empregos e oportunidades nessas atividades que empregam mais os homens, estes contribuirão mais para a previdência, aumentando a desvantagem em relação às mulheres no que tange a esse indicador. Além de Itapemirim, citam-se Atilio Vivacqua, Jerônimo Monteiro, Divino de São Lourenço, Apiacá, Muqui, Dores do Rio Preto, Vargem Alta, Rio Novo do Sul e Anchieta, que apresentam valor 'muito baixo' para o indicador da variável no Sul do estado; no extremo norte, principalmente concentrados junto às divisas mineira e baiana (mas não só), aparece um número ainda maior de municípios de 'muito baixo' valor do indicador para a mesma variável. São territórios que enquanto modo de produção agropecuária têm predomínio da pecuária e da silvicultura, e ainda são marcados por mais forte tendência à concentração fundiária que demais regiões do estado, o que aumenta, por semelhança às características já expostas antes para

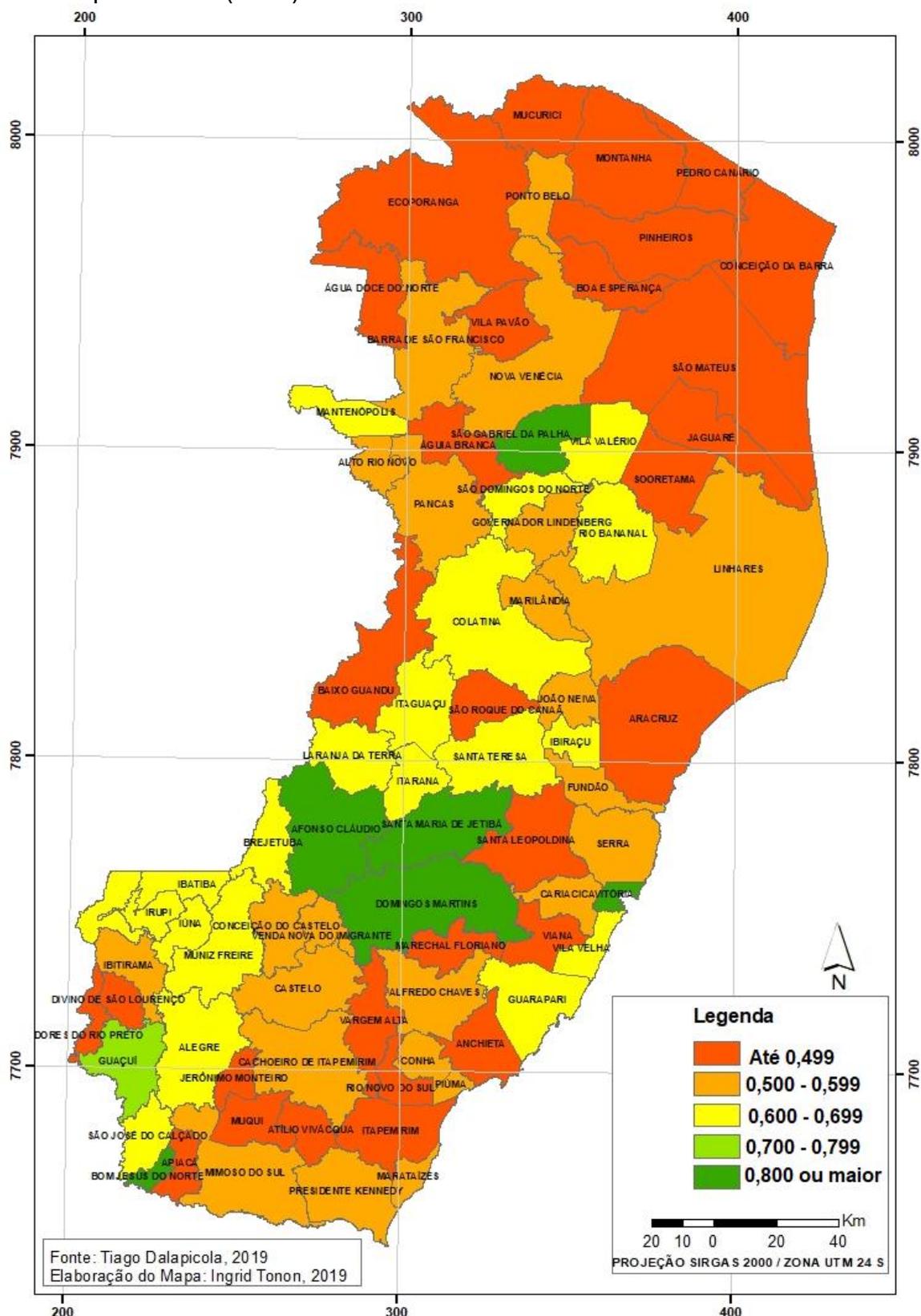
o caso de Itapemirim, o peso da mão de obra masculina, influenciando outras questões que a partir dessa condição são oriundas. Ressalta-se ainda que um número menor de municípios com valor de indicador 'muito baixo' para a variável está diluído na região Centro-serrana (dois municípios) e RMGV (apenas Viana).

No outro extremo e em melhor situação, os municípios de Vitória, Bom Jesus do Norte, Domingos Martins, São Gabriel da Palha, Santa Maria de Jetibá e Afonso Cláudio têm os valores mais próximos à paridade (em que pese o fato de esta não ter sido atingida em nenhum deles), apresentando, para o indicador da variável, valores que se interpõem na faixa de 'muito alto' desenvolvimento. Dos dados da tabela 14 foi gerado o mapa 20. Da análise do mapa 20, emerge que um conjunto de municípios da região centro-serrana (Afonso Cláudio, Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá) forma um *continuum* de indicador 'muito alto' de contribuição previdenciária das mulheres, proporcionalmente aos homens. Já os demais (Vitória, Bom Jesus do Norte e São Gabriel da Palha) não foram qualquer tipo de associação espacial com municípios circum-adjacentes.

Nos três municípios formadores do *continuum* acima citados encontramos algumas características marcantes, a saber, o predomínio da colonização germânica, na qual filhos e filhas são detentores dos mesmos direitos na herança à terra, diferenciando-se diametralmente das áreas de predomínio da colonização luso-italiana do ES. São municípios de alto percentual de população rural (49% em Afonso Cláudio; 65,5% em Santa Maria de Jetibá e 75,7% em Domingos Martins), o que automaticamente intitula cidadãos de ambos os sexos a adquirirem o direito à aposentadoria rural, nas circunstâncias atuais, aos 55 anos para mulheres e 60 anos para homens. Nessa região, outra característica marcante é a difusão da pequena propriedade rural como estrutura fundiária típica predominante, aumentando ainda mais a abrangência desse modelo que dá maiores possibilidades a todos.

Em geral, para essa variável predominam nos municípios capixabas indicadores que se interpõem nas faixas 'médio' (0,600 – 0,699) e 'baixo' (0,500 – 0,599), ou seja, 54% do total de 78 municipalidade se encontravam nessa condição. Esses municípios têm distribuição aleatória, sem sinais que deem indícios de qualquer padrão: estão por todo o estado.

Mapa 20: Indicador da razão da contribuição previdenciária por sexo – Municípios do ES (2010)



Fonte: o autor (2019), com dados do IBGE (2010).

Para os três municípios da região Centro-serrana que formam o *continuum* de valor muito alto para o indicador da variável, somadas às características anteriormente citadas, há que se fazer aceno ainda ao desenvolvimento das atividades de agroturismo (Domingos Martins) e agroindústria (em Santa Maria de Jetibá e Afonso Cláudio), muito atuantes na região e com forte presença feminina na força laboral, o que por sua vez aumenta a quantidade e capacidade que as mulheres terão para contribuir para a previdência.

Os outros três municípios que integram esse bloco estão no Extremo Sul do estado (Bom Jesus do Norte), no Noroeste (São Gabriel da Palha) e na RMGV (Vitória). Em São Gabriel da Palha um setor com forte peso econômico é a indústria da confecção, que emprega sobretudo, mulheres. Isso aumenta a probabilidade de que estas contribuam mais para a previdência. Já em Vitória, que conta com uma economia mais diversificada, as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente em atividades do setor terciário, são maiores, o que também eleva o potencial destas como contribuintes.

4.2.4 Análise da dimensão Situação da Mulher

Após a agregação dos indicadores das três variáveis que compõem a dimensão que analisa a situação da mulher na sociedade capixaba foi gerado o Índice de Situação da Mulher, sempre na escala de 0 a 1, na qual quanto mais próximo de 1, mais favoravelmente determinado fenômeno se apresenta na sociedade. A tabela 15 explicita o ISM, trazendo paralelamente cada um dos indicadores das variáveis componentes, calculados conforme expresso anteriormente. Dessa forma, é possível uma visualização rápida sobre qual(is) variável(is) é preciso agir.

Tabela 15: Dimensão da Situação da Mulher: indicadores das variáveis componentes e Índice da dimensão - municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	IAMT	IDRS	ICP	ISM
Espírito Santo	0,529	0,525	0,593	0,548
Afonso Cláudio	0,608	0,791	0,802	0,728
Água Doce do Norte	0,645	0,557	0,468	0,552
Águia Branca	0,479	0,470	0,386	0,443
Alegre	0,547	0,631	0,601	0,592
Alfredo Chaves	0,568	0,516	0,544	0,542
Alto Rio Novo	0,371	0,676	0,560	0,520
Anchieta	0,526	0,667	0,444	0,538

Continua

Continuação

Unidade territorial	IAMT	IDRS	ICP	ISM
Apiacá	0,521	0,584	0,477	0,525
Aracruz	0,533	0,426	0,487	0,480
Atilio Vivacqua	0,491	0,642	0,332	0,471
Baixo Guandu	0,501	0,451	0,484	0,478
Barra de São Francisco	0,485	0,455	0,525	0,488
Boa Esperança	0,477	0,529	0,363	0,451
Bom Jesus do Norte	0,581	0,568	0,840	0,652
Brejetuba	0,632	0,566	0,657	0,617
Cach. de Itapemirim	0,525	0,532	0,540	0,532
Cariacica	0,555	0,562	0,550	0,556
Castelo	0,560	0,520	0,542	0,540
Colatina	0,625	0,500	0,687	0,599
Conceição da Barra	0,391	0,529	0,281	0,388
Conceição do Castelo	0,589	0,618	0,582	0,596
Divino de S. Lourenço	0,542	0,742	0,487	0,581
Domingos Martins	0,801	0,683	0,835	0,770
Dores do Rio Preto	0,522	0,782	0,449	0,568
Ecoporanga	0,381	0,562	0,378	0,432
Fundão	0,542	0,471	0,584	0,530
Gov. Lindenberg	0,387	0,708	0,526	0,525
Guaçuí	0,526	0,674	0,699	0,628
Guarapari	0,593	0,593	0,625	0,603
Ibatiba	0,550	0,615	0,699	0,618
Ibiraçu	0,506	0,366	0,609	0,483
Ibitirama	0,585	0,602	0,553	0,580
Iconha	0,525	0,531	0,573	0,543
Irupi	0,612	0,578	0,685	0,624
Itaguaçu	0,606	0,692	0,648	0,648
Itapemirim	0,250	0,507	0,232	0,309
Itarana	0,705	0,655	0,675	0,678
Iúna	0,486	0,582	0,657	0,571
Jaguaré	0,511	0,409	0,487	0,467
Jerônimo Monteiro	0,369	0,516	0,292	0,381
João Neiva	0,569	0,303	0,592	0,467
Laranja da Terra	0,578	0,753	0,630	0,650
Linhares	0,546	0,467	0,560	0,523
Mantenópolis	0,368	0,482	0,638	0,484
Marataízes	0,361	0,609	0,547	0,493
Marechal Floriano	0,556	0,500	0,478	0,510
Marilândia	0,477	0,559	0,523	0,518
Mimoso do Sul	0,592	0,655	0,574	0,606
Montanha	0,470	0,365	0,336	0,386
Mucurici	0,399	0,414	0,243	0,342
Muniz Freire	0,485	0,732	0,651	0,614
Muqui	0,408	0,636	0,477	0,498
Nova Venécia	0,569	0,461	0,512	0,512
Pancas	0,317	0,588	0,525	0,461
Pedro Canário	0,484	0,445	0,290	0,397
Pinheiros	0,473	0,466	0,386	0,440
Piúma	0,540	0,526	0,521	0,529
Ponto Belo	0,428	0,346	0,521	0,426
Pres. Kennedy	0,376	0,747	0,506	0,522
Rio Bananal	0,463	0,402	0,614	0,485
Rio Novo do Sul	0,402	0,571	0,443	0,467
Santa Leopoldina	0,675	0,654	0,414	0,568

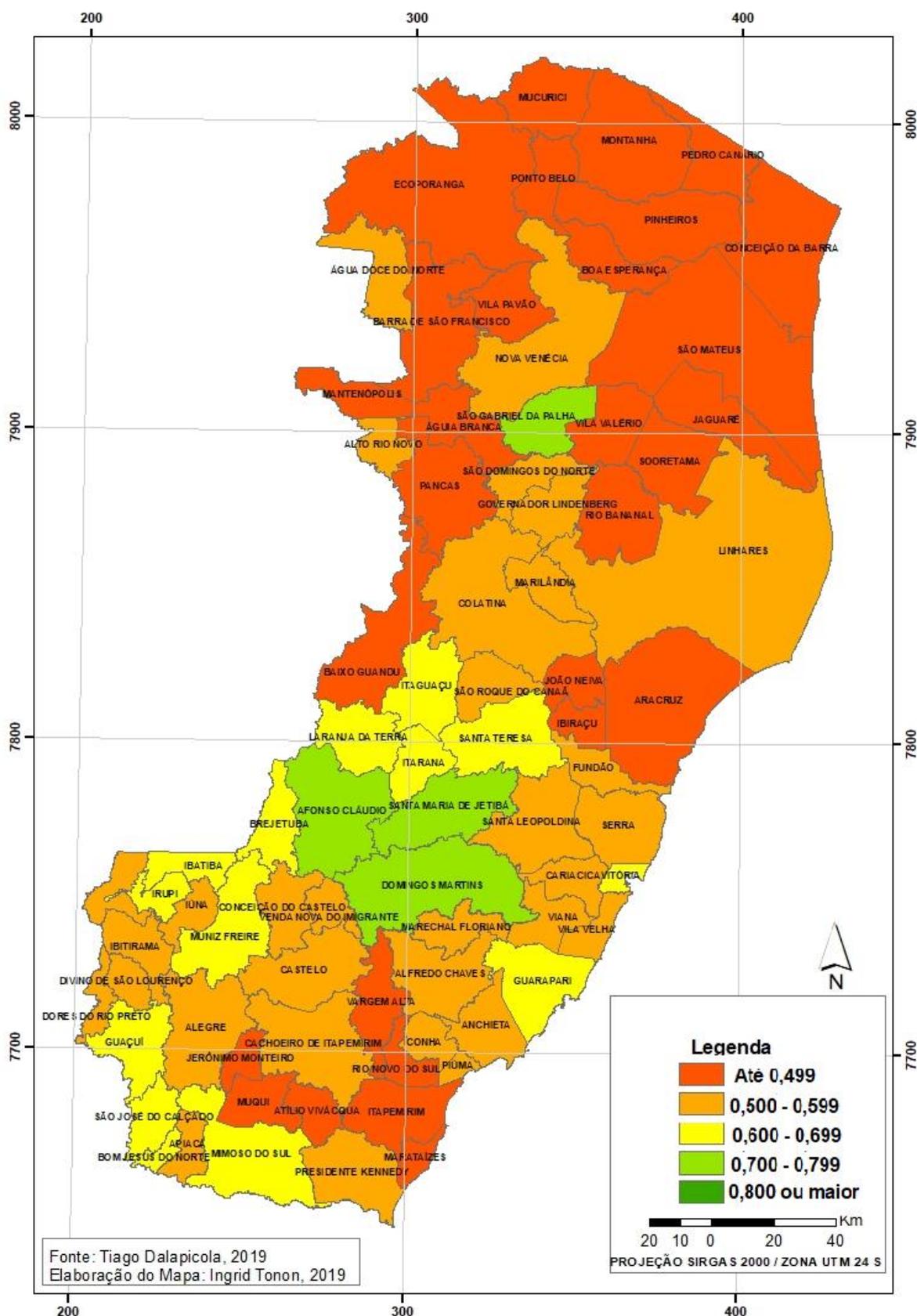
Unidade territorial	IAMT	IDRS	ICP	ISM
Santa M ^a de Jetibá	0,776	0,695	0,804	0,757
Santa Teresa	0,643	0,519	0,660	0,604
São Domingos do Norte	0,358	0,575	0,689	0,522
São Gabriel da Palha	0,616	0,828	0,830	0,751
São José do Calçado	0,555	0,692	0,600	0,613
São Mateus	0,540	0,467	0,492	0,499
São Roque do Canaã	0,530	0,695	0,457	0,552
Serra	0,564	0,477	0,502	0,513
Sooretama	0,447	0,568	0,395	0,465
Vargem Alta	0,530	0,550	0,411	0,493
Venda Nova do Imigrante	0,556	0,654	0,550	0,585
Viana	0,625	0,520	0,455	0,529
Vila Pavão	0,652	0,468	0,392	0,493
Vila Valério	0,505	0,366	0,646	0,492
Vila Velha	0,635	0,437	0,698	0,579
Vitória	0,693	0,445	0,842	0,638

Conclusão

Fonte: o autor (2019), com dados do IBGE (2010).

A partir dos dados da tabela 15 se deu origem, conforme mapa 21, à espacialização da dimensão no território capixaba. De sua análise, nota-se um agrupamento de municípios localizados na região centro-serrana do estado que apresenta 'alto' para o valor do índice na referida dimensão, Domingos Martins, com o índice mais elevado do estado, Santa Maria de Jetibá e Afonso Cláudio. Ainda nessa faixa de desempenho encontra-se o município de São Gabriel da Palha, isolado no norte do estado, sem compor qualquer perfil de agrupamento com outros municípios.

Mapa 21: Índice da Dimensão Situação da Mulher – Municípios do ES (2010)



Fonte: o autor (2019) Elaborado com indicadores construídos a partir de dados do IBGE (2010).

Em geral, os municípios do Espírito Santo apresentam desempenho baixo e muito baixo para a dimensão, sendo esta última faixa presente sobretudo no norte do estado, junto à divisa baiana, no Noroeste e na região Litoral Norte. Outros sete municípios estão no extremo sul do ES.

Por onde quer que se olhe, o cenário para as mulheres na sociedade é desfavorável. A escolha das três variáveis para analisar a situação da mulher nos municípios capixabas se deu em função da melhor qualidade dos dados em relação a outras variáveis, da ausência de subnotificação e da clareza conceitual. Há muito que ser feito.

4.3 Dimensão da Estrutura Demográfica

Os temas relacionados ao estudo da população, para além de sua importância e relevância com respeito a diversos aspectos, são também empolgantes, embora frequentemente não sejam objeto da devida atenção tanto por parte dos gestores públicos como por parte da sociedade em geral. Em seu relatório sobre desenvolvimento do ano de 1984, o *World Development Report*, o Banco Mundial afirmava que “sem ser tão espetacular quanto as crises financeiras ou políticas, o crescimento populacional tem a mesma importância para o futuro da humanidade”.

A proposição de uma dimensão para compreensão da Estrutura Demográfica vem preencher essa lacuna, já que as três variáveis sócio demográficas cujos comportamentos são estudados para os 78 municípios capixabas relacionam-se com condições acumuladas de desenvolvimento bem como seu potencial futuro. Para a demonstração do índice da dimensão agregamos os indicadores das variáveis. São elas:

- Razão de Dependência Total (RDT);
- Taxa de Fecundidade Total (TFT), e
- Taxa de Mortalidade Infantil (TMI).

Essas três variáveis sócio demográficas estão na base do processo conhecido como ‘transição demográfica’. Este é o processo mais importante atualmente em curso em grande parte da população mundial. Desde já, adotamos dois pressupostos que

norteiam o entendimento do processo: 1) como é de se supor a partir da própria etimologia da expressão, a transição implica em fases, ou seja, se desenvolve em diferentes etapas – assim, não são todos os países que atravessam o processo de mãos dadas, mas ao contrário, encontraremos diferentes padrões de adequação; 2) a transição demográfica não é um fenômeno em si só, mas um conjunto de processos, que se combinam, a saber, modificações “(quedas) nas taxas de mortalidade e, depois de um certo tempo, prossegue com a queda das taxas de natalidade” (Alves, 2008, p.3)¹⁴⁰.

Sendo resultado de diversos determinantes socioeconômicos e culturais, a transição demográfica é um fenômeno complexo. Alves (2008, p. 5) afirma que no caso do Brasil, existe uma ampla literatura que explica as causas da redução das taxas de mortalidade e fecundidade como fruto do processo de secularização e de transformações estruturais e institucionais ocorridas nos planos macro e micro e que afetaram as relações intergeracionais e entre os sexos.

Há de se lembrar, porém, que a transição difere profundamente no que diz respeito ao status de desenvolvimento de onde ocorre, isto é, se desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido. De acordo com esse status, pode variar em termos de: época de ocorrência; ritmo; duração; efetivo e causas. Mas não só – segundo Brito (2007, p. 11), mesmo no interior de um único país, como no caso do Brasil, a transição demográfica também tem ocorrido de forma diferenciada nos diferentes grupos sociais, sendo que a “pirâmide do subgrupo mais pobre era muito semelhante à daquelas populações historicamente de fecundidade alta, enquanto a

¹⁴⁰ Segundo Alves & Cavenaghi, a partir do entendimento de que os fenômenos da transição demográfica estavam indo além da descrição acima, já em 1986, os demógrafos Ron Lesthaeghe e Dirk Van de Kaa preconizaram a Segunda Transição Demográfica, caracterizada por a) taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição; b) adiamento do nascimento do primeiro filho; c) crescimento do número de filhos fora do casamento; d) mudanças no padrão de casamento e da maternidade/paternidade; e) crescimento da coabitação e das uniões consensuais; f) diversificação dos arranjos familiares e domiciliares; g) crescimento do número de divórcios e separações; h) mudanças do foco das famílias das crianças para o casal adulto (mudança da direção do fluxo intergeracional de riqueza); i) crescimento da imigração. Contudo, o demógrafo David Coleman cunhou o termo Terceira Transição Demográfica, para se referir à conjugação de baixíssima fecundidade com alta imigração internacional. No caso do Brasil, ressalta Alves & Cavenaghi, dado o alto grau de heterogeneidade estrutural, as três transições podem ser encontradas, ao mesmo tempo, convivendo no mesmo espaço territorial.

pirâmide do subgrupo mais rico, muito semelhante à de populações com fecundidade extremamente baixa”.

Postas essas premissas, cabe então a definição – o que é a transição demográfica? De forma básica, poderíamos defini-la como um modelo espaço-temporal que permite a descrição da passagem de uma população com altas taxas de natalidade e mortalidade a uma população com taxas de natalidade e mortalidade baixas.

O período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XXI, com duração de pouco mais de 100 anos, é descrito por Alves (2008) como ímpar no que diz respeito às transformações envolvidas no processo de transição demográfica. Segundo o autor, como resultado da queda da taxa de mortalidade, a ser atribuída a fatores diversos, a esperança média de vida da população mundial dobrou entre 1900 e 2000. Tal ganho não teve par no passado, e provavelmente não terá evolução a essa mesma razão no futuro. Isso nos leva a poder afirmar que do ponto de vista demográfico, o século XX foi um momento crucial para o que se desenha a partir daí para o futuro da humanidade.

O modelo clássico da teoria transicional prevê três etapas, num total de quatro fases. A etapa pré-transicional, também conhecida como “antigo regime”, caracteriza-se por níveis de fecundidade e mortalidade elevadíssimos, que por sua vez acabam se anulando, tendo como resultado, baixo crescimento demográfico.

Na 2ª etapa transicional, a transição propriamente, se distinguem duas fases – resultado de mudanças sociais, culturais e econômicas subjacentes às transformações demográficas. Na 1ª fase ocorre a queda da taxa de mortalidade, com a fecundidade permanecendo alta. Tem-se aí o cenário da “explosão” populacional. Na 2ª fase da segunda etapa, a fecundidade também cai, e então se inicia a tendência de o crescimento populacional tornar-se lento.

Após a conclusão dessa fase, entra-se na 3ª etapa, conhecida como pós-transicional, na qual de lento, o crescimento pode se tornar nulo, ou até mesmo negativo, com a fecundidade e a mortalidade niveladas por baixo.

Cabe questionar o porquê das transformações que caracterizam a transição. Por que na etapa pré-transicional, fecundidade e mortalidade eram altas? Porque, em uma determinada altura da história, a mortalidade diminui? Porque, após algum tempo (este oscilante de país a país, de região a região, de um grupo social a outro), a fecundidade também diminui?

Para Alves (2008, p.3), a transição de altos a baixos níveis de mortalidade é atribuível à melhoria do padrão de vida da população em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas, bem como pelas contribuições da inovação médica, dos programas de saúde pública, do acesso ao saneamento básico e da melhoria da higiene pessoal. Mas não só isso – podem ainda ser citadas a maior disponibilidade e melhor qualidade dos alimentos assim como o aumento do nível de instrução da população em geral.

A queda da mortalidade, nomeadamente da mortalidade infantil, devida aos fatores acima elencados aumentou sobremaneira a esperança de vida à nascença e, portanto, a duração média de vida. Vale realçar que tal fenômeno se intensificou no século XIX, quando até então, circunscrita a uma fase de fecundidade e mortalidade altas, as taxas de crescimento lentas favoreciam a predominância de uma população jovem (Torres, 1995, p.27).

Decorrido algum tempo do início da fase 1 da segunda etapa, chega-se a fase 2, quando finalmente a fecundidade inicia a declinar. As causas da queda da fecundidade são decorrentes de vários processos de modernização da sociedade, mas de modo geral, ocorreu num ambiente de liberdade de escolha, começando pelas camadas mais afluentes da sociedade. A transição de altos a baixos níveis de natalidade e fecundidade envolve disposições racionais, sendo, ao mesmo tempo, fruto e pré-condição para o efetivo sucesso da modernidade (ALVES, 2008).

Segundo Alves (2008), existe uma ampla literatura no Brasil que explica as causas da redução das taxas de fecundidade como fruto do processo de secularização e de transformações estruturais e institucionais ocorridas nos planos macro e micro e que afetaram as relações intergeracionais e entre os sexos. Tal redução na fecundidade está na raiz da redução do percentual da parcela de crianças e jovens da população, provocando mudanças no tamanho das diversas coortes etárias.

A transição demográfica tem várias consequências. Em primeiro lugar, obviamente, leva a um crescimento populacional. Em segundo lugar, modifica a distribuição dos grupos etários na população total. Nesse ínterim, quando atinge o ponto ótimo de população considerada em idade produtiva, que é aquela compreendida entre 15 e 64 anos, tem-se a menor razão de dependência, que é a razão entre os segmentos considerados inativos (grupos entre 0 e 14 e 65 ou mais anos de idade) e sobre os potencialmente produtivos, levando ao cenário que os demógrafos conceituam como bônus demográfico. Castiglioni, (2012, p.4), no entanto, adverte que

esta situação demográfica teoricamente favorável no momento promoverá ao longo das próximas décadas a transferência de um contingente cada vez mais numeroso para o grupo dos idosos, alimentando a tendência de progressão do processo de envelhecimento populacional (CASTIGLIONI, 2012, p.4).

Segundo a mesma autora, existem ainda dois parâmetros a serem considerados. Um diz respeito ao índice de envelhecimento, que se trata de uma relação entre o número de crianças e idosos, e que tenderá a aumentar à medida que avançam as fases da transição. Outra característica do processo é a feminização da população idosa à medida que a idade avança (já abordado anteriormente).

Dessa forma, a transição demográfica traz modificações nas necessidades e demandas das subpopulações, uma questão séria a ser enfrentada pelo poder público, já que os diferentes subgrupos apresentarão demandas específicas: crianças demandam escola; população ativa demanda investimentos em capacitação profissional, geração de emprego e renda; idosos demandam cobertura previdenciária, atenção e cuidados à saúde. Muitas vezes, ou na maior parte delas, os desafios não são respondidos.

Se as oscilações das taxas de mortalidade e fecundidade estão na raiz da transição demográfica, esta, como produto, determina a variação da razão de dependência da população. Passamos à análise pormenorizada das variáveis componentes da dimensão Estrutura Demográfica.

4.3.1 Razão de Dependência

Na Demografia a razão de dependência total parte do pressuposto que a população

jovem, de 0 a 14 anos, e a idosa, 65 anos ou mais, podem ser consideradas dependentes da população em idade ativa, de 15 a 64 anos. Segundo Brito (2007), ainda que os limites etários dos diferentes grupos possam ser contestados como arbitrários, trata-se de uma aproximação razoável e reconhecida internacionalmente.

A RDT seria a razão entre a soma de jovens e idosos, os dependentes, e a População em Idade Ativa (PIA). Os dependentes, teoricamente, consumiriam mais do que produzem e a população adulta produziria mais do que consome. Essa seria a relação básica que expressa a transferência entre as gerações. A RDT pode ser desdobrada em seus componentes: razão de dependência dos jovens (RDJ) e a dos idosos (RDI). A primeira seria a proporção dos jovens em relação a PIA e a segunda a dos idosos em relação ao mesmo grupo.

Até 1970, antes do declínio acelerado e generalizado da fecundidade, a RDT do Brasil tinha valores extremamente altos. Em 1960, por exemplo, o seu valor era de 83%, isto é, para cada 100 brasileiros na PIA havia 83 jovens e idosos. Mais especificamente, observando a RDJ e a RDI, para cada 100 pessoas na PIA havia 78 jovens e cinco idosos. De fato, a grande “carga” para a PIA eram os jovens (BRITO, 2007). O quadro não poderia ser diferente para o país – naquele momento, com uma fecundidade alta ocasionando um crescimento acelerado da população. Segundo o autor citado, o país contava com 30 milhões de jovens e apenas 1,9 milhão de idosos¹⁴¹.

O principal componente da redução da carga de dependência foi a redução da RDJ (do grupo de crianças/adolescentes) que desde a década de 1970 vem apresentando um declínio contínuo em decorrência da queda da fecundidade. A redução foi tão significativa que está contrabalanceando o aumento da carga de dependência dos idosos (ALVES, 2008). Espera-se que somente a partir de 2050 a RD dos idosos superará a queda da RD das crianças/adolescentes e fará a RDT aumentar. A partir deste instante a Janela de Oportunidade demográfica começará a se fechar, pois as vantagens do Bônus Demográfico começarão a diminuir, sem, contudo, perder totalmente os seus benefícios, ressalta o autor.

¹⁴¹ Outros indicadores das relações intergeracionais ligados à RDT são a razão de sexo, o índice de envelhecimento e as idades médias e medianas.

Uma maneira de medir a extensão temporal da Janela de Oportunidade demográfica é comparar o percentual da População em Idade Ativa (PIA) com a Razão de Dependência (RD), conforme propõe Alves (2008). Neste caso, o começo e o fim do período do Bônus seriam definidos da seguinte forma: a) o Bônus começa quando a percentagem da população de 15-64 (PIA) é maior que a Razão de Dependência (RD); b) o Bônus termina quando a percentagem da população de 15-64 (PIA) é menor do que a Razão de Dependência (RD).

É importante sublinhar que ainda na década passada os demógrafos chamavam a atenção para as oportunidades demográficas que poderiam ser usufruídas pela sociedade e pela economia no período pelo qual atravessamos, entre 2010 e 2050, quando a RDT alcança seus menores valores, abaixo de 50%, e o peso relativo dos idosos ainda será bem menor do que o dos jovens. No Brasil, para cada 100 pessoas em idade ativa, temos menos de cinquenta jovens e idosos, com preponderância dos jovens. Nesse cenário, as transferências intergeracionais são favorecidas pela relação de um por dois, ou seja, apenas uma pessoa dependente para cada duas potencialmente produtivas (BRITO, 2007).

Devem ser sublinhadas as consequências decisivas das mudanças na estrutura etária para a sociedade e a economia. Uma sociedade onde predominavam os jovens, fecundidade alta e famílias grandes, uma idade mediana baixa e a esperança de vida menor do que sessenta anos é muito diferente daquela que se estrutura a partir do acelerado e generalizado declínio da fecundidade. A transição demográfica no Brasil, como foi visto, ao contrário daquela dos países mais desenvolvidos, tem sido rápida e generalizada e a sociedade brasileira, sem dúvida, já está sentindo o seu impacto (BRITO, 2007).

Ilustrativamente, a tabela nº 16 organiza uma série de transformações ocorridas na população brasileira nas últimas décadas, tais como a evolução da proporção dos grupos etários do Espírito Santo e do Brasil para alguns censos selecionados, bem como o comportamento da RDT e suas componentes e o índice de envelhecimento e a idade média da população.

Como se percebe da análise da tabela nº 16, as bases demográficas das sociedades

brasileira e capixaba e, por conseguinte da economia, têm se transformado rapidamente, exigindo um ajuste adequado que não se realizará sem a intermediação do Estado através de políticas públicas, já que cresce rapidamente o peso relativo dos idosos. Além disso, como teremos oportunidade de ver no próximo subitem, as famílias estão ficando cada vez menores e com arranjos sociais extremamente diversificados, a longevidade da população tem aumentado continuamente e a população em idade ativa ainda permanecerá crescendo na próxima década.

Tabela 16: Evolução dos indicadores da estrutura etária do Brasil e do Espírito Santo (1970, 2000 e 2010).

Unidades territoriais e variáveis		1970	2000	2010	
Brasil	Grupos etários	0-14	42,07	29,62	24,08
		15-64	54,76	64,54	68,53
		65+	3,17	5,84	7,38
	RD	RDT	82,62	54,95	45,92
		RDJ	76,84	45,90	35,14
		RDI	5,78	9,06	10,77
	Índice de Envelhecimento		7,53	7,53	19,73
Idade média		23,39	23,39	28,80	
ES	Grupos etários	0-14	44,81	28,70	23,09
		15-64	52,38	65,77	69,80
		65+	2,81	5,53	7,12
	RD	RDT	90,91	52,04	43,27
		RDJ	85,55	43,63	33,08
		RDI	5,36	8,41	10,20
	Índice de Envelhecimento		6,26	6,26	16,15
Idade média		22,24	22,24	28,82	

Elaboração: o autor (2019), com dados do IBGE (1970, 2000 e 2010).

Uma ponderação deve ser feita ao compararmos as evoluções das variáveis relacionadas à RDT para o Brasil e o Espírito Santo. No estado, em 1970, os indicadores se mostravam num sentido que poderia caracterizar certo atraso, em relação à população brasileira, no que diz respeito aos processos marcadores da transição demográfica. Entretanto, em 2010, esse atraso na transição, decorrente do tipo peculiar do processo de colonização e povoamento, parece ter sido superado: a idade média, o grupo etário de 15-64 anos e o índice de envelhecimento são ligeiramente superiores às médias nacionais; a RDT e o grupo etário de 0-14 anos são menores.

De acordo com Brito (2007), do ponto de vista das mudanças na estrutura etária, três fenômenos devem ser considerados como decisivos para a formulação das políticas

públicas no Brasil: a redução do peso relativo da população jovem, o aumento da proporção de idosos na população e o aumento na proporção da população em idade ativa (PIA) até 2030, conforme os dados da tabela nº 16 vêm claramente ao encontro. Ainda segundo o autor,

[...] as políticas públicas que se referem, em particular, a segmentos da estrutura etária, como, por exemplo, as políticas de educação, saúde, mercado de trabalho e previdência, devem considerar a transição na estrutura etária pois caso isto não aconteça, a eficiência destas políticas ficará comprometida, assim como a consecução dos objetivos maiores de um desenvolvimento econômico com justiça social (BRITO, 2007, p.10).

Como no caso das mudanças no tamanho da população, um ponto fundamental a ser levado em consideração é o fato de que as mudanças na estrutura etária ocorrem de forma desigual entre os diferentes estados e regiões do país, assim como entre os diferentes níveis de renda da população. De outra forma, estados e regiões ou grupos sociais se situam em momentos e fases distintas da transição demográfica, conferindo maior complexidade à questão.

Segundo as séries históricas do Banco Mundial, disponíveis para a segunda metade do século XX, a mais alta média global da RDT foi alcançada em 1967, quando era paritária a 77 pessoas dependentes por 100 pessoas em idade ativa. Desde então caiu, atingindo o mínimo de 54 por 100 em 2013, apresentando, em seguida, ligeira tendência ao aumento. Três países ainda apresentam RDT superior a 100, todos no continente africano – Chade, Mali e Níger, sendo que em todos, a carga maior da RD está concentrada no segmento jovem da população, como consequência da alta fecundidade¹⁴².

Para essa variável os dados foram providos pelo Censo Demográfico de 2010, executado pelo IBGE. De acordo com o mesmo instituto¹⁴³, as limitações nesse indicador estão relacionadas a falhas na declaração da idade nos levantamentos estatísticos ou ainda ao fato que pode não refletir, necessariamente, a razão de dependência econômica, em função de fatores circunstanciais que afetam o mercado

¹⁴² Disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/sp.pop.dpnd> Extraído em 20/05/2019.

¹⁴³ IBGE, Qualificação de indicadores.

de trabalho, tais como a incorporação de jovens e idosos ou a exclusão de pessoas em idade produtiva.

A RDT é calculada conforme segue:

$$RDT = (\text{Pop.0-14 anos} + \text{Pop. 65 anos ou mais}) / (\text{Pop. 15-64 anos}) * 100$$

Para este indicador foi considerado que quanto menor o valor observado, mais favorável era a situação em possibilidades de desenvolvimento atual e num futuro próximo. Assim, para os 78 municípios capixabas, atribuiu-se maior valoração positiva (indicador mais próximo a 1) àqueles que tinham as mais baixas RDT. O cálculo para alcançar um indicador estandardizado entre 0 e 1 para esta variável está expresso abaixo:

$$\text{Indicador de Razão de Dependência Total (IRDT)} = 1 - ((\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}))$$

Onde:

- Valor observado: refere-se à razão de dependência do município;
- Valor máximo: 93,48 pessoas em idade dependente para cada 100 pessoas em idade produtiva, que se refere ao valor verificado em Portal (PA), município com a menor razão de dependência do país, em 2010, de acordo com o Censo Demográfico daquele ano e considerando aqueles com população superior a 30 mil habitantes;
- Valor mínimo: 34,06 pessoas em idade dependente para cada 100 pessoas em idade produtiva, que se refere ao valor verificado em Florianópolis (SC), município com a menor razão de dependência do país, em 2010, de acordo com o Censo Demográfico daquele ano e considerando aqueles com população superior a 30 mil habitantes.

A tabela 17 apresenta os quantitativos de população por grandes grupos etários e suas proporções, bem como a RDT delas resultantes, e finalmente o indicador para a variável.

Tabela 17: Dimensão Estrutura Demográfica: grandes grupos de idade, Razão de Dependência Jovem, Idosa e Total e Indicador da RDT– Municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	0-14	15-64	65 ou mais	RDJ %	RDI %	RDT	Indicador da RDT
Espírito Santo	811.473	2.453.302	250.160	33,08	10,20	43,27	0,845
Afonso Cláudio	7.063	20.979	3.050	33,67	14,54	48,21	0,776
Água Doce do Norte	2.895	7.750	1.125	37,35	14,52	51,87	0,700
Águia Branca	2.287	6.504	727	35,16	11,18	46,34	0,791
Alegre	6.662	20.934	3.174	31,82	15,16	46,99	0,785
Alfredo Chaves	2.769	9.818	1.367	28,2	13,92	42,13	0,868
Alto Rio Novo	1.829	4.880	609	37,48	12,48	49,96	0,754
Anchieta	5.458	16.618	1.826	32,84	10,99	43,83	0,842
Apiacá	1.611	5.081	820	31,71	16,14	47,84	0,772
Aracruz	20.664	56.912	4.256	36,31	7,48	43,79	0,828
Atilio Vivacqua	2.250	6.801	800	33,08	11,76	44,85	0,816
Baixo Guandu	6.675	19.505	2.901	34,22	14,87	49,10	0,745
Barra de São Francisco	9.516	27.562	3.570	34,53	12,95	47,48	0,778
Boa Esperança	3.533	9.541	1.124	37,03	11,78	48,81	0,752
Bom Jesus do Norte	2.069	6.445	959	32,10	14,88	46,98	0,793
Brejetuba	3.370	7.999	547	42,13	6,84	48,70	0,745
Cach. de Itapemirim	41.821	133.590	14.477	31,31	10,84	42,14	0,866
Cariacica	84.883	242.334	21.521	35,03	8,88	43,91	0,840
Castelo	7.021	24.400	3.327	28,77	13,64	42,41	0,857
Colatina	22.721	79.872	9.194	28,45	11,51	39,96	0,903
Conceição da Barra	8.000	18.760	1.689	42,64	9,00	51,65	0,695
Conceição do Castelo	2.721	8.014	945	33,95	11,79	45,74	0,802
Div. De São Lourenço	1.156	3.045	315	37,96	10,34	48,31	0,772
Domingos Martins	7.053	22.088	2.707	31,93	12,26	44,19	0,833
Dores do Rio Preto	1.586	4.345	466	36,50	10,72	47,23	0,777
Ecoporanga	5.618	15.427	2.168	36,42	14,05	50,47	0,753
Fundão	4.040	11.454	1.532	35,27	13,38	48,65	0,769
Gov. Lindenberg	2.465	7.499	905	32,87	12,07	44,94	0,814
Guaçuí	6.632	18.769	2.450	35,33	13,05	48,39	0,752
Guarapari	24.875	72.765	7.646	34,19	10,51	44,69	0,817
Ibatiba	5.639	14.993	1.733	37,61	11,56	49,17	0,747
Ibiraçu	2.514	7.770	892	32,36	11,48	43,84	0,852
Ibitirama	2.536	5.799	622	43,73	10,73	54,46	0,684
Iconha	2.326	9.164	1.032	25,38	11,26	36,64	0,942
Irupi	3.095	7.814	814	39,61	10,42	50,03	0,739
Itaguaçu	2.824	9.760	1.550	28,93	15,88	44,82	0,815
Itapemirim	7.820	20.845	2.322	37,51	11,14	48,65	0,761
Itarana	2.191	7.522	1.168	29,13	15,53	44,66	0,822
Lúna	6.894	18.621	1.813	37,02	9,74	46,76	0,776
Jaguará	6.651	16.586	1.442	40,10	8,69	48,79	0,755
Jerônimo Monteiro	2.413	7.349	1.117	32,83	15,20	48,03	0,752

Unidade territorial	0-14	15-64	65 ou mais	RDJ %	RDI %	RDT	Indicador da RDT
João Neiva	3.141	11.230	1.437	27,97	12,80	40,77	0,885
Laranja da Terra	2.039	7.569	1.218	26,94	16,09	43,03	0,849
Linhares	36.174	97.079	8.053	37,26	8,30	45,56	0,807
Mantenópolis	3.355	8.925	1.332	37,59	14,92	52,52	0,706
Marataízes	8.089	23.187	2.864	34,89	12,35	47,24	0,787
Marechal Floriano	3.233	9.913	1.116	32,61	11,26	43,87	0,831
Marilândia	2.165	7.905	1.037	27,39	13,12	40,51	0,881
Mimoso do Sul	5.529	17.946	2.427	30,81	13,52	44,33	0,827
Montanha	4.167	11.973	1.708	34,80	14,27	49,07	0,739
Mucurici	1.317	3.786	553	34,79	14,61	49,39	0,750
Muniz Freire	4.574	12.353	1.470	37,03	11,90	48,93	0,739
Muqui	3.153	9.863	1.380	31,97	13,99	45,96	0,797
Nova Venécia	10.688	31.664	3.678	33,75	11,62	45,37	0,812
Pancas	5.440	14.483	1.624	37,56	11,21	48,77	0,746
Pedro Canário	6.616	15.881	1.297	41,66	8,17	49,83	0,724
Pinheiros	6.177	15.997	1.721	38,61	10,76	49,37	0,728
Piúma	4.290	12.441	1.392	34,48	11,19	45,67	0,816
Ponto Belo	1.721	4.580	672	37,58	14,67	52,25	0,691
Presidente Kennedy	2.441	7.076	796	34,50	11,25	45,75	0,802
Rio Bananal	3.927	12.280	1.322	31,98	10,77	42,74	0,854
Rio Novo do Sul	2.403	7.844	1.079	30,63	13,76	44,39	0,837
Santa Leopoldina	2.800	8.324	1.116	33,64	13,41	47,04	0,812
Santa Maria de Jetibá	8.195	23.810	2.171	34,42	9,12	43,54	0,835
Santa Teresa	4.416	15.276	2.132	28,91	13,96	42,86	0,850
São Domingos do Norte	1.799	5.517	684	32,61	12,40	45,01	0,826
São Gabriel da Palha	7.000	22.460	2.399	31,17	10,68	41,85	0,878
São José do Calçado	2.214	6.968	1.227	31,77	17,61	49,38	0,732
São Mateus	28.026	74.718	6.284	37,51	8,41	45,92	0,804
São Roque do Canaã	2.350	7.864	1.058	29,88	13,45	43,34	0,845
Serra	103.148	288.196	17.924	35,79	6,22	42,01	0,865
Sooretama	7.102	15.608	1.132	45,50	7,25	52,75	0,687
Vargem Alta	4.809	12.919	1.402	37,22	10,85	48,08	0,765
Venda N. do Imigrante	4.457	14.582	1.408	30,57	9,66	40,22	0,896
Viana	15.540	46.183	3.278	33,65	7,10	40,75	0,884
Vila Pavão	1.892	6.080	697	31,12	11,46	42,58	0,850
Vila Valério	3.238	9.690	903	33,42	9,32	42,73	0,851
Vila Velha	86.617	297.816	30.153	29,08	10,12	39,21	0,914
Vitória	63.085	237.402	27.314	26,57	11,51	38,08	0,936

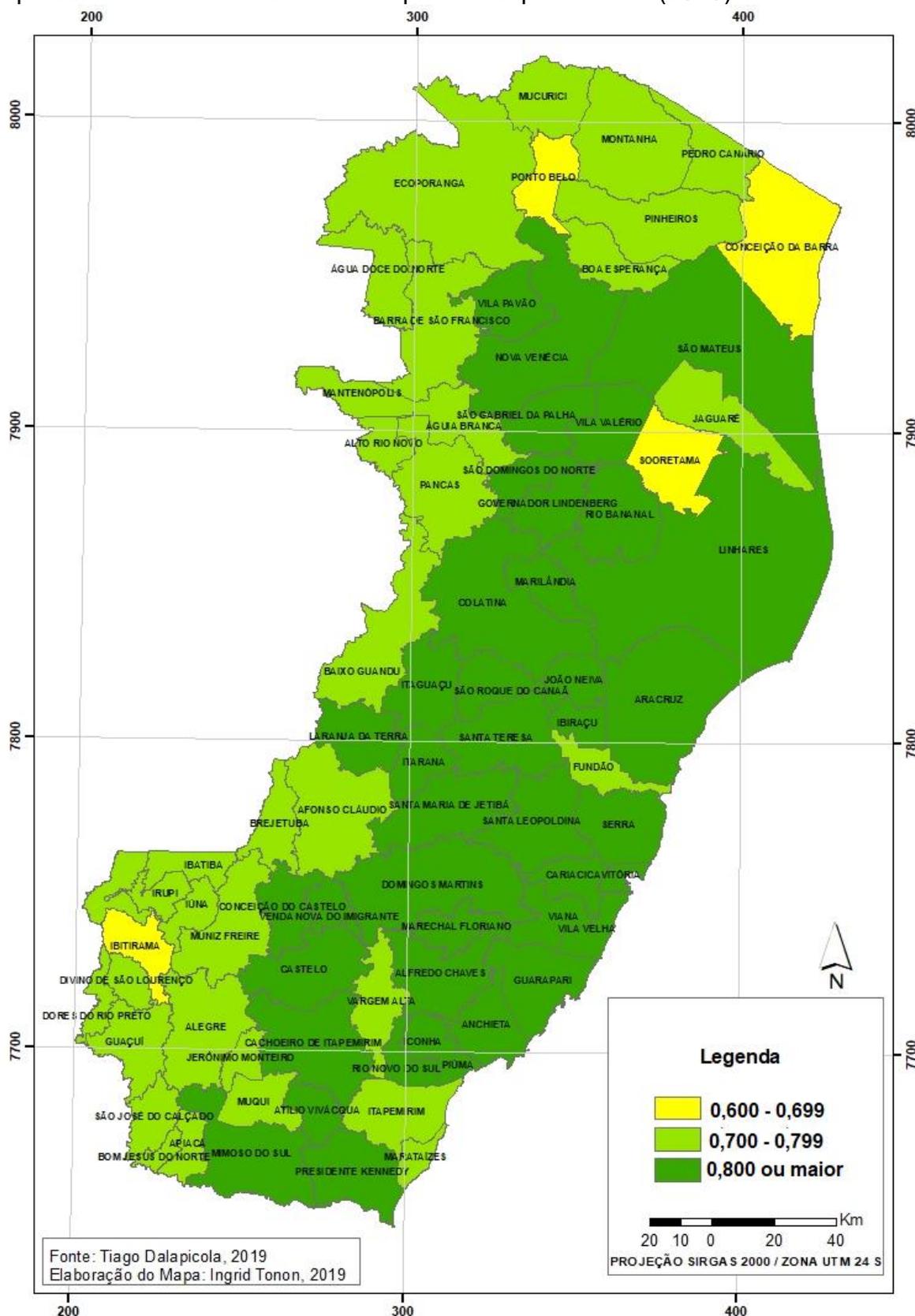
Elaboração: o autor (2019), com dados do IBGE (2010).

Os dados representados na tabela nº 17 dão origem à seguinte espacialização do indicador da RDT. Da análise do referido mapa, depreende-se que no que tange à razão de dependência a grande maioria dos municípios capixabas apresenta baixa

razão e conseqüentemente indicador 'muito alto', seguidos por outro numeroso, mas menor número de municípios que estão na faixa 'alto' para o indicador. Apenas quatro municípios não estão nessas duas faixas, encontrando-se na imediatamente inferior, a faixa de 'médio' desenvolvimento para a variável, conforme o mapa 22 mostra. São eles Conceição da Barra, Ponto Belo, Sooretama e Ibitirama. Em todos os quatro municípios o fator responsável pela RDT mais alta e conseqüentemente um valor de indicador mais baixo que os demais 74 municípios para essa variável, foi a Razão de Dependência Jovem.

Já os municípios que obtiveram os maiores valores para o indicador da variável, o que significava menores RDT, foram Iconha, Vitória, Vila Velha, Colatina e Venda Nova do Imigrante. Este é, do ponto de vista demográfico, o melhor momento para o progresso, a chamada janela de oportunidades.

Mapa 22: Indicador da RDT – Municípios do Espírito Santo (2010)



A RDT está intimamente ligada ao processo de transição demográfica. Sua condição não é estável. O quadro geral que se apresenta é que as nações ou seus entes subnacionais tiveram no passado (em alguns casos ainda tem) alto quantitativo de população dependente, sendo essa concentrada no grupo de população jovem. À medida que avança a queda das taxas de fecundidade/natalidade, os grupos etários jovens do segmento adulto crescem em consequência da transferência das camadas da base da pirâmide e o segmento teoricamente ativo passa a ser mais numeroso que o inativo.

Este é considerado o nível ótimo, o qual é denominado janela de oportunidades ou bônus demográfico, já que a parcela de população inativa é baixa em relação aos potencialmente produtivos. Entretanto, sublinha-se que taxas de fecundidade abaixo do chamado nível de reposição favorecem o processo de envelhecimento populacional, tornando novamente alta a razão de dependência, agora pelo sobrepeso no contingente idoso, e trazendo desafios.

Como bem lembra Brito (2007), as medidas estritamente ligadas às relações intergeracionais, como as razões de dependência e o índice de envelhecimento, estão altamente correlacionados aos níveis de renda per capita familiar, isto é, nesse nível ótimo a que chegamos, não obstante a existência de discrepâncias entre municípios, as transferências intergeracionais são favorecidas pela relação de um por dois - apenas uma pessoa dependente para cada duas potencialmente produtivas. E conclui:

Os benefícios e os bônus demográficos, assim como os desafios, são distintos, segundo a diversidade social. Somente levando este fato fundamental em consideração, é que as políticas públicas, com o objetivo de justiça social, poderão bem aproveitar os bônus e benefícios demográficos, assim como levar a sociedade a se preparar para enfrentar os desafios gerados por essa mesma transição demográfica (BRITO, 2007, p. 27)

4.3.2 Fecundidade Total

A fecundidade é sem dúvida um dos mais importantes componentes da dinâmica demográfica. Inter-relacionada a outros fatores, tais como a mortalidade, suas oscilações ao longo do tempo e no espaço estão na base da teoria da transição demográfica, que no Brasil começou na primeira metade do século XX, com o declínio da mortalidade (CASTIGLIONI, 2012).

A fecundidade é a capacidade de se reproduzir, a qualidade de quem é fecundo. Na Demografia, a fecundidade é expressa por um índice igual ao número médio de filhos nascidos vivos relacionados à população feminina em idade fértil (THE WORLD BANK, 2016), a saber, aquelas mulheres com idade compreendida entre 15 e 49 anos. Em outras palavras a TFT é o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria até os 50 anos se ela estivesse sujeita, ao longo da vida, às taxas de fecundidade específicas por idade observadas em um determinado ano. A TFT é expressa como o número de filhos por mulher¹⁴⁴. É calculada pela soma das taxas específicas de fecundidade por idade das mulheres em todas as idades reprodutivas¹⁴⁵.

Segundo Alves (2004, p.12), a transição da fecundidade é um fenômeno relativamente novo na história. A passagem de altos a baixos níveis de fecundidade aconteceu nos últimos dois séculos, começando pelos países hoje classificados como desenvolvidos, sendo seguida, em diferentes ritmos, pelos países chamados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

No caso do Brasil, em especial de suas regiões mais desenvolvidas, a queda muito rápida da fecundidade é fenômeno recente, mas pouco divulgado pelos meios de comunicação, transcorrendo como uma revolução silenciosa cujas consequências já afetam a vida social, econômica e familiar de todos os cidadãos, e com tendência a produzir efeitos que serão sentidos de forma ainda mais acentuada num futuro próximo (CAMPANÁRIO & MORREL, 1994).

Se por um lado se espera um cenário no qual haverá necessidade de reequilibrar a população, no momento atual o que a já baixa TFT pode dizer é que houve uma série de conquistas as quais podem ser traduzidas como sinônimo de desenvolvimento – empoderamento feminino, com as mulheres ocupando maiores fatias do mercado de trabalho; maior acesso à educação e conseqüentemente da ampliação da visão de mundo, com diversificação dos projetos de vida; maiores e melhores oportunidades em aspectos variados; maior acesso a métodos contraceptivos e orientação médica, etc.

¹⁴⁴ World Population Prospects: The 2002 Revision, volume I: Comprehensive Tables (United Nations publication, E.03.XIII.6)

¹⁴⁵ Disponível em <http://data.un.org/Glossary.aspx?q=total%20fertility%20rate> Acesso em 26/06/2018

Há outro lado da medalha, contudo. Isto ocorre porque o ótimo populacional, que ocorre quando não há vantagem em se ter uma população maior ou menor, é relativo – países emergentes podem se beneficiar de uma redução na fecundidade, o que diminui a razão de dependência e permite diversificar as perspectivas de futuro. Já para os países maduros, taxas de fecundidade demasiadamente baixas podem significar aumento da RDT, falta de reposição no mercado de trabalho e maiores gastos previdenciários.

Ao abordar os desafios ambientais na atual época, Porto-Gonçalves (2015) afirma que estamos em um momento em que ao mesmo tempo precisamos ser capazes de garantir a reprodução da população, mas também repensar nossas relações com a natureza. A reprodução demográfica da espécie é responsabilidade de todos, e necessária.

Como todo fenômeno populacional, a fecundidade, em especial sua queda, tem causas e produz consequências. Segundo a OMS, quando nascem em média 2,1 filhos por mulher tem-se o Índice de Reposição Populacional. Este valor representa o número médio de filhos que uma mulher precisaria ter para que a população em determinado ente territorial se mantivesse estável, ou seja, se a fecundidade em nível de reposição for sustentada por um período suficientemente longo, cada geração irá se substituir exatamente sem qualquer necessidade de o país/ente equilibrar a população pela migração internacional¹⁴⁶ (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017). Traduzindo de outro modo, 2 filhos reporiam o casal, e o 0,1 restante reporiria a possibilidade de ocorrência do evento da mortalidade.

A queda da fecundidade se acentuou nas últimas três décadas do século XX. A fecundidade mundial passou de 4,5 filhos por mulher no período 1970-75 para 2,8 filhos no período 1995-2000 (ONU, 2002). Para 2018 o Population Reference Bureau da ONU estimou a Taxa de Fecundidade Total do mundo em 2,4 filhos por mulher¹⁴⁷. No Brasil e no Espírito Santo a tendência foi a mesma, embora em ritmos diferentes

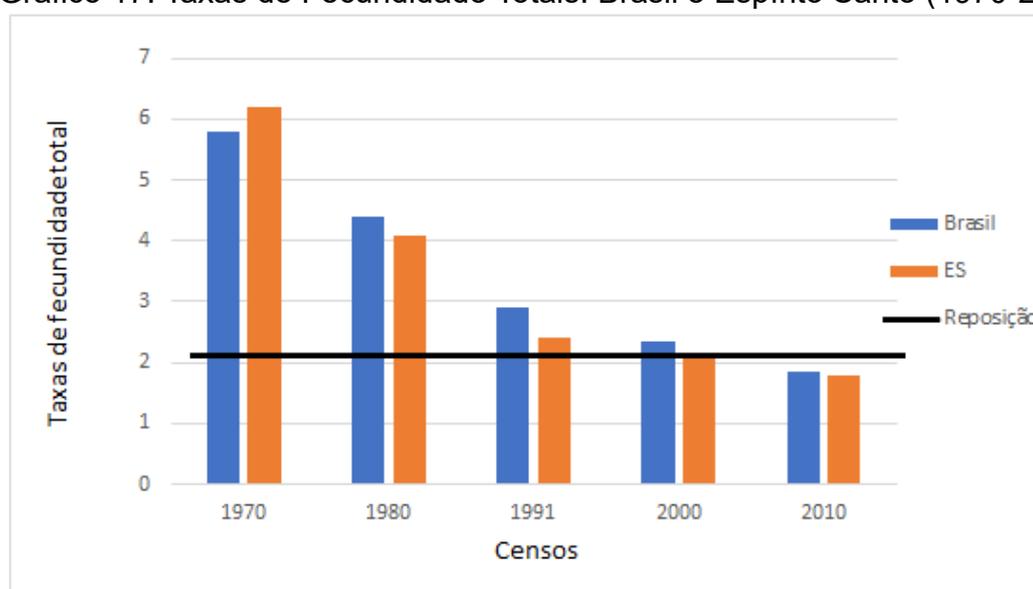
¹⁴⁶ Disponível em http://www.searo.who.int/entity/health_situation_trends/data/chi/TFR/en/ Acesso em 26/06/2018.

¹⁴⁷ Disponível em <https://www.prb.org/2018-world-population-data-sheet-with-focus-on-changing-age-structures/> Acesso em 08/07/2019.

e apresentando forte variação espacial. Segundo Alves (2004), a queda da fecundidade no país começou na segunda metade da década de 1960 e continuou ininterruptamente nas décadas seguintes. Em 2005 a fecundidade das mulheres brasileiras chegou ao nível de reposição e continuou caindo até atingir a taxa de 1,86 filhos por mulher em 2010. A taxa de fecundidade total para 2018, último ano disponível, é de 1,77 filhos por mulher¹⁴⁸.

O gráfico 17 mostra a evolução das taxas para o estado e o país, considerando os últimos cinco censos demográficos. Para efeitos didáticos foi acrescentada a linha representando o Índice de Reposição.

Gráfico 17: Taxas de Fecundidade Totais: Brasil e Espírito Santo (1970-2010)



Elaboração: o autor (2019), com dados do IBGE (1970-2010)

Ao compararmos a evolução das taxas de fecundidade total para o Brasil e o Espírito Santo, notamos que mais uma vez o estado parte de um cenário que demonstra certo atraso em relação à evolução demográfica da população brasileira em 1970, tendo sua TFT mais alta que a média nacional; entretanto, em 2010, esse atraso na transição em relação ao Brasil também está superado. Essa constatação é corroborada por Brasil, Castiglioni & Felipe (2012) – no Espírito Santo, não obstante se apresentassem as tendências gerais observadas no país, estas ocorreram com características

¹⁴⁸ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047> Acesso em 08/07/2019.

distintivas. Segundo os autores aqui o processo ocorreu com atraso devido a fatores históricos e estruturais, porém após seu início tomou um ritmo mais acelerado com relação ao comportamento médio apresentado pelo país.

A Taxa de Fecundidade Total é dada pela soma das taxas específicas de fecundidade - TEF, e calculada da seguinte forma para grupos etários quinquenais:

$$TFT = n \sum_{\alpha}^{\beta} {}_5TEF_x$$

Onde:

α = Idade inicial do período fecundo;

β = Idade final do período fecundo;

n = Intervalo de tempo;

x = idade.

Após a obtenção das TFT por município junto ao PNUD, foi criado o indicador da TFT. Para o cálculo do indicador desta variável foi considerado que quanto menor o valor observado, mais favorável era a situação em possibilidades de desenvolvimento atual e num futuro próximo, a partir da condição que a TFT estabelece para a RDT, e, por conseguinte, esta para o desenvolvimento. Assim, para os 78 municípios capixabas, atribuiu-se maior valoração positiva (indicador mais próximo a 1) àqueles que tinham as mais baixas TFT.

O cálculo para alcançar o indicador estandardizado entre 0 e 1 para esta variável está expresso abaixo:

$$\text{Indicador da Taxa de Fecundidade Total (ITFT)} = 1 - \left(\frac{\text{valor observado} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} \right)$$

Onde:

- Valor observado: refere-se à TFT do município;
- Valor máximo: 4,14, que se refere ao município de Maués (AM), que de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 registrou a maior TFT entre municípios brasileiros com população superior a 30 mil habitantes;
- Valor mínimo: 1,23, que se refere ao município de Florianópolis (SC), que de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 registrou a menor TFT

entre municípios brasileiros com população superior a 30 mil habitantes;

Tabela 18: Dimensão Estrutura Demográfica: Taxa de Fecundidade Total e Indicador da TFT – Municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	TFT	Indicador da TFT
Espírito Santo	1,8	0,804
Afonso Cláudio	1,8	0,804
Água Doce do Norte	1,8	0,804
Águia Branca	1,9	0,770
Alegre	1,6	0,873
Alfredo Chaves	1,8	0,804
Alto Rio Novo	2,1	0,701
Anchieta	1,8	0,804
Apiacá	1,9	0,770
Aracruz	2,0	0,735
Atilio Vivacqua	2,1	0,701
Baixo Guandu	1,9	0,770
Barra de São Francisco	2,0	0,735
Boa Esperança	2,2	0,667
Bom Jesus do Norte	1,9	0,770
Brejetuba	2,2	0,667
Cach. De Itapemirim	1,6	0,873
Cariacica	1,8	0,804
Castelo	1,3	0,976
Colatina	1,5	0,907
Conceição da Barra	2,6	0,529
Conceição do Castelo	1,9	0,770
Divino de S. Lourenço	1,9	0,770
Domingos Martins	1,7	0,838
Dores do Rio Preto	1,9	0,770
Ecoporanga	1,8	0,804
Fundão	2,2	0,667
Gov. Lindenberg	2,2	0,667
Guaçuí	2,1	0,701
Guarapari	1,9	0,770
Ibatiba	1,7	0,838
Ibiraçu	1,8	0,804
Ibitirama	2,3	0,632
Iconha	1,3	0,976
Irupi	1,7	0,838
Itaguaçu	1,8	0,804
Itapemirim	2,0	0,735
Itarana	1,6	0,873
Iúna	2,1	0,701
Jaguaré	2,1	0,701
Jerônimo Monteiro	1,9	0,770
João Neiva	1,3	0,976
Laranja da Terra	1,4	0,942
Linhares	2,1	0,701

Continua

Unidade territorial	TFT	Indicador da TFT
Mantenópolis	1,8	0,804
Marataízes	2,1	0,701
Marechal Floriano	2,0	0,735
Marilândia	1,5	0,907
Mimoso do Sul	1,7	0,838
Montanha	2,4	0,598
Mucurici	2,0	0,735
Muniz Freire	1,7	0,838
Muqui	1,8	0,804
Nova Venécia	1,8	0,804
Pancas	1,4	0,942
Pedro Canário	2,5	0,564
Pinheiros	2,3	0,632
Piúma	2,1	0,701
Ponto Belo	1,9	0,770
Pres. Kennedy	1,7	0,838
Rio Bananal	1,9	0,770
Rio Novo do Sul	1,8	0,804
Santa Leopoldina	1,5	0,907
Santa M ^a de Jetibá	1,6	0,873
Santa Teresa	1,5	0,907
São Domingos do Norte	1,9	0,770
São Gabriel da Palha	1,9	0,770
São José do Calçado	2,1	0,701
São Mateus	2,0	0,735
São Roque do Canaã	1,5	0,907
Serra	1,9	0,770
Sooretama	2,4	0,598
Vargem Alta	1,8	0,804
Venda Nova do Imigrante	1,7	0,838
Viana	2,0	0,735
Vila Pavão	1,5	0,907
Vila Valério	1,9	0,770
Vila Velha	1,6	0,873
Vitória	1,4	0,942

Conclusão

Elaboração: o autor (2019) a partir de dados do PNUD (2017).

Como acenamos antes, em 2010 a TFT do Brasil era de 1,86 filhos por mulher¹⁴⁹. Já no caso do Espírito Santo, ligeiramente menor, 1,80, segundo dados do Pnud¹⁵⁰. Já entre os municípios capixabas, a taxa varia, refletindo diversos níveis de desenvolvimento alcançado. A mais baixa taxa verificada foi encontrada em Castelo e Iconha (1,3), conforme a tabela nº 18, já próxima da mais baixa do mundo, de 1,2, em Andorra, Bosnia-Herzegovina, San Marino ou 1,0 em Taiwan (em que pese o fato do

¹⁴⁹ Disponível em <https://brasilensintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html> Acesso em 26/06/2018.

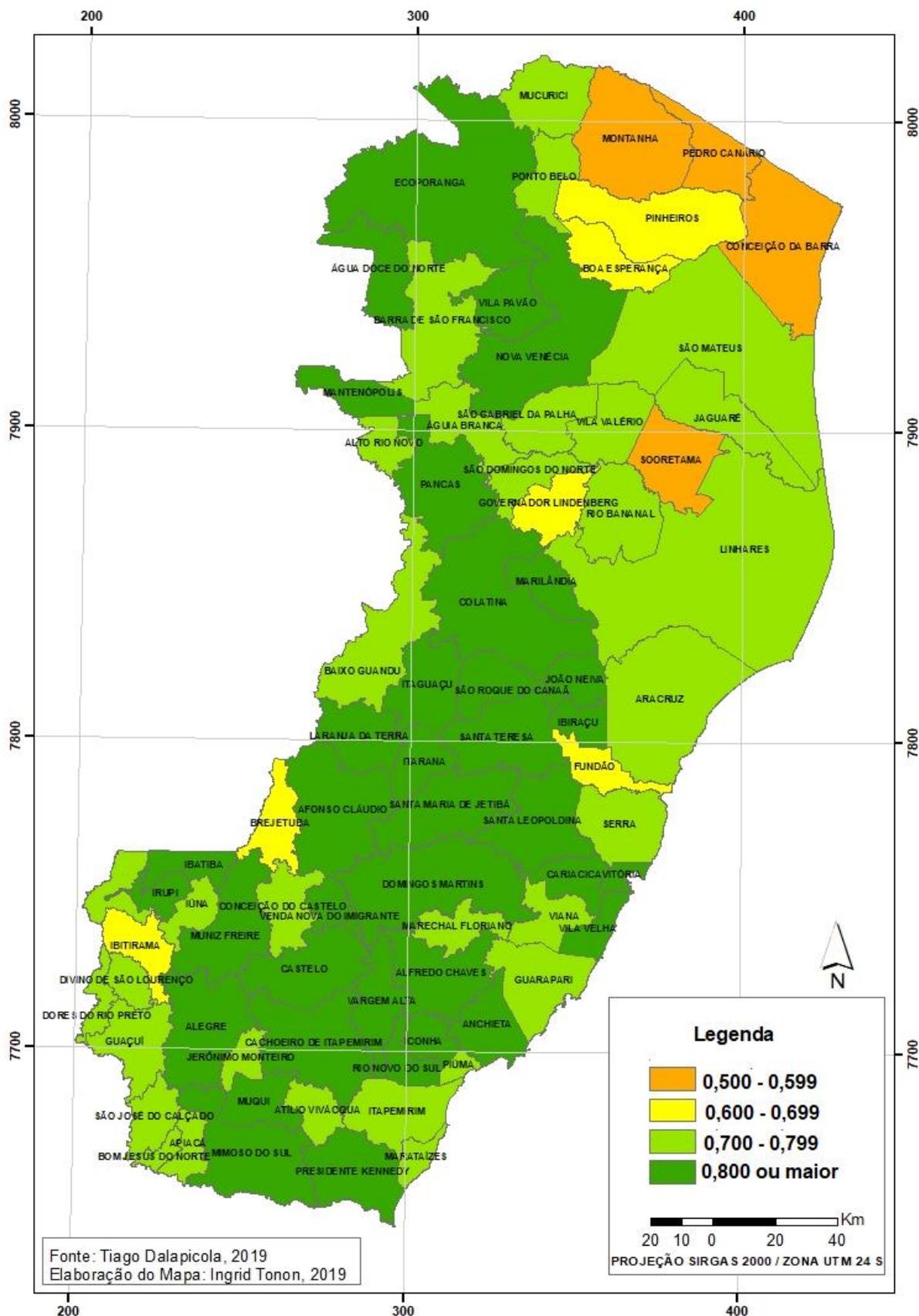
¹⁵⁰ Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/espírito-santo Acesso em 26/06/2018.

limitado reconhecimento deste como um país soberano perante a comunidade internacional). Por outro lado, Conceição da Barra detém a maior TFT, correspondente ao dobro daquela dos municípios acima mencionados, de 2,6 filhos por mulher¹⁵¹.

Os dados da tabela nº 18, após serem espacializados, deram origem ao mapa 23. De sua análise, emerge que a maioria dos municípios que possuem as maiores TFT, que representam indicadores mais baixos (nas faixas 'médio' e 'baixo'), está na região Litoral Norte e Extremo Norte do estado, junto à divisa baiana (sete); outros dois se encontram no sul do estado, na região do Caparaó, divisa com Minas Gerais e por fim um na RMGV (Fundão). Já os municípios de mais altos indicadores para a variável (e menores TFT) estão na RMGV (exceção feita à Fundão), nas regiões Noroeste, Centro-serrana e Sul.

¹⁵¹ Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_municipios Acesso em 26/06/2018.

Mapa 23: Indicador da TFT – Municípios do Espírito Santo (2010)



Fonte: o autor (2019) a partir de dados do PNUD (2013).

De acordo com a teoria da Transição Demográfica de Notestein, proposta em 1929, a diminuição da fecundidade estaria ligada a maior ou menor 'modernização econômica' em cada país, processo que tornaria as pessoas mais 'racionais', condicionando-as assim, a diminuir a fecundidade. Logo, da interpretação de Campanário & Morrel (1994) depreende-se que implícita na visão do autor estadunidense subjazia a ideia de que sociedades com alta fecundidade seriam 'irracionais' (CAMPANÁRIO & MORREL, 1994).

Tal modelo se constituiu numa das primeiras tentativas teóricas construídas para explicar a redução das taxas de mortalidade e fecundidade, que estão na base do já abordado fenômeno da transição demográfica. Como vimos, este compreenderia três etapas: 1) a queda da taxa de mortalidade com a permanência da taxa de natalidade elevada, provocando um crescimento populacional acentuado; 2) a seguir, a taxa de natalidade inicia seu declínio, reduzindo o ritmo de crescimento da população; 3) finalmente, a coexistência de baixas taxas de mortalidade e natalidade, resultando em lento crescimento demográfico ou mesmo provocando sua anulação e declínio.

As críticas mais comuns a essa teoria são o grau de generalização – os dados verificados nem sempre são coerentes com seus postulados – e, ainda, o fato de que essa teoria não explica a mudança nos padrões de fecundidade no interior de cada classe social ou cultural.

Já numa época mais recente, os anos 1960, Becker formulou uma teoria microeconômica para explicar a redução (ou o controle) da fecundidade. O autor afirma que mesmo em sociedades onde o conhecimento acerca dos métodos contraceptivos era ausente, tentativas de controlar o número de nascimentos baseavam-se tanto na prática do aborto quanto da abstinência – essa última traduzida no retardamento da idade do primeiro matrimônio e na redução da frequência das relações conjugais durante o casamento (BECKER, 1960, p.210).

Entretanto o mesmo autor afirma que para muitos pais, em outras sociedades, filhos podem ser vistos como uma fonte de renda ou satisfação pessoal, e na terminologia economicista, seriam considerados um bem de consumo. Becker continua:

A prole pode, por vezes, fornecer renda em dinheiro e por isso é um bem de produção também. Além disso, nem os gastos com as crianças, nem os

rendimentos gerados por eles são fixos, mas variam em quantidade, de acordo com a idade da criança, tornando-as um bem de produção e consumo durável (BECKER, 1960, p.210).

Ou seja, para a maioria dos pais nessas sociedades, as crianças são uma fonte de renda ou satisfação psíquica e, no pensamento do autor, as crianças seriam consideradas um bem de consumo. Na linha de raciocínio do autor, as crianças podem fornecer rendimentos monetários e por isso são um bem de produção. Além disso, nem os gastos com as crianças, nem a renda gerada por eles são fixos, mas variam de acordo com a idade da criança, tornando-as um bem de consumo duradouro e um bem de produção¹⁵².

O uso dos instrumentais microeconômicos para estudar o fenômeno demográfico que é essencialmente social e a ausência de considerações institucionais no processo de transição da fecundidade foram algumas das principais críticas à teoria microeconômica. Por outro lado, a crítica feminista enfatizava a necessidade de se considerar a distribuição de custos e ganhos dentro da família a partir de uma análise entre os sexos – uma das maiores fraquezas da abordagem da microeconomia na fecundidade estava no fato de tratar a família como uma “caixa preta” e não levar em consideração as mudanças nas relações de poder entre marido e esposa e os processos de dominação/resistência e conflito/compromisso próprios da instituição familiar (ALVES, 2004, p. 20).

Outra importante contribuição que busca jogar luzes sobre o declínio da fecundidade é a teoria dos fluxos de riqueza intergeracional de John Caldwell. O autor preconiza uma ligação direta entre a estrutura familiar e a fecundidade, afirmando que em sociedades “tradicionais” predominam fluxos líquidos de riqueza ascendente, ou seja, a decisão economicamente racional é ter tantos filhos quanto possível já que cada criança adicional acrescenta positivamente à riqueza de seus genitores, além de segurança na velhice e bem-estar social e político. Nas sociedades industriais

¹⁵² Segundo Monteiro (2016) como resultado da análise da teoria de Becker, as crianças foram consideradas como bens de consumo e duráveis, permitindo-lhe usar a teoria da demanda por bens de consumo duráveis ao examinar as consequências sociais de tomada de decisão da família. A natureza controversa destas aplicações, se traduziu em hostilidade e indiferença de muitos economistas e outros cientistas sociais, recebendo fortes críticas não só pelo uso de "capital humano", mas também porque ele aplicou a teoria dos preços para a explicação das decisões educacionais.

“modernas” com fluxos de riqueza líquidos descendentes, a decisão economicamente racional é não ter filhos ou o número mínimo permitido por uma disposição psicológica que deriva dos pais (CALDWELL, 1976).

Ao refletir sobre a teoria dos fluxos de riqueza intergeracional de John Caldwell, Alves ressalta:

Em ambas as situações, o comportamento dos indivíduos é economicamente racional. No regime de alta fecundidade, o fluxo intergeracional de riquezas (moeda, bens, serviços, proteção contra riscos etc.) vai dos filhos para os pais, ou das novas para as velhas gerações. No regime de baixa fecundidade, o fluxo intergeracional se inverte, indo dos pais para os filhos, ou das velhas para as novas gerações (ALVES, 2006, p. 12).

Mais recentemente, outras razões têm sido postuladas para explicar as causas do declínio da fecundidade – existem forças amplamente conhecidas que afetam o processo de declínio da fecundidade, particularmente aquelas ligadas ao desenvolvimento socioeconômico, tais como, urbanização, industrialização, declínio da mortalidade infantil, participação feminina no mercado de trabalho, educação e acesso a meios de regulação da fecundidade (ALVES, 2004, p. 13-14), mudança dos papéis desempenhados pela mulher e empoderamento feminino, além de valores individuais e coletivos e da própria religião, o que genericamente recairia no mais amplo campo de estudo antropológico denominado ‘cultura’.

De uma forma geral, a queda nas taxas de fecundidade é um fenômeno sentido em todo o mundo, embora ainda existam elevados diferenciais entre os países e regiões do planeta. Existem diversas abordagens teóricas para explicar este processo de redução do número médio de filhos das mulheres e dos casais. Sendo a transição da fecundidade um processo complexo e multifacetado, existem teorias que enfocam o aspecto macro, enquanto outras enfocam os aspectos micro. Umas veem determinantes econômicos e outras os determinantes culturais. Algumas enfocam o uso de métodos e práticas de regulação da fecundidade e estudam a sua difusão. Outras analisam a relação e a direção do fluxo de riquezas entre as gerações etc. Nem sempre estas diversas abordagens são contraditórias ou excludentes (ALVES, 2004, p. 37), muito pelo contrário, elas podem se complementar, seja no tempo seja no espaço. Nas ciências sociais e humanas, nenhum fenômeno é resultante apenas de um único condicionante e em se tratando de um fenômeno com evoluções temporais

e espaciais distintas, a análise fica ainda mais complexa.

Na década de 1980 intensifica-se no Brasil a chamada transição urbana, iniciada nas décadas anteriores. A urbanização, entendida dentro de um processo mais amplo de modernização, (do qual faz igualmente parte a industrialização), reduziria a fecundidade devido ao crescimento do individualismo e do enfraquecimento dos laços familiares e comunitários (ALVES, 2004, p15), dentre outras razões dignas de nota, que segundo o autor podem ser divididas em estruturais e institucionais conforme a relação abaixo:

- Monetarização da economia;
- Ampliação e diversificação do consumo;
- Redução da pobreza e queda da mortalidade infantil;
- Inserção da mulher no mercado de trabalho
- Aumento dos níveis de educação formal e maiores exigências de qualificação da força de trabalho;
- Fortalecimento das políticas públicas de telecomunicações, previdência, crédito, saúde e educação;
- Telecomunicações (TV, Internet, celulares etc.);
- Previdência (BPC, aposentadoria rural etc.);
- Política de crédito (programas de transferência de renda);
- Saúde e medicalização (inclusive saúde sexual e reprodutiva);
- Educação (inclusive com a reversão do hiato entre os sexos e o maior avanço da educação feminina);
- Secularização e “desencantamento do mundo”;
- Diversificação dos arranjos familiares;
- Mudanças nas relações entre os sexos e empoderamento das mulheres;
- Reversão do fluxo intergeracional de riqueza.

Entretanto, as tendências à redução da fecundidade do Brasil se mantiveram, e em ritmo mais rápido do que aquele apresentado pelos países que iniciaram a transição demográfica antes, os atuais países considerados desenvolvidos. Prova disso é que atualmente, a taxa de fecundidade total, paritária a 1,77 filhos por mulher (ante 4,06 em 1980) é insuficiente para a reposição da população, mostrando que o país já se

encontra em um acentuado e, a julgar pela experiência histórica de outros países, inevitável processo de envelhecimento populacional.

A baixa fecundidade está na base do processo de envelhecimento populacional. Castiglioni (2012, p. 2;6) considera este processo uma conquista social, mas adverte – essa tendência não passa despercebida de implicações para as políticas públicas – por exemplo o aumento dos gastos da previdência e com serviços de saúde.

As projeções indicam o declínio dos indicadores para 2030, que pode ser explicado pela continuidade da atuação dos mesmos fatores que já vem atuando desde a meação do século passado, causando a queda dos indicadores de fecundidade. Contudo, há que se ter atenção ao fato que o processo não é homogêneo, podendo variar fortemente, a nível micro, segundo Campanário & Morell (1994, p. 106-110), de acordo com:

- 1) estrato social;
- 2) grupos de ocupação;
- 3) posição na ocupação;
- 4) condição de atividade;
- 5) relações de parentesco na família;
- 6) níveis de instrução;
- 7) níveis de mortalidade infantil.

Aos fatores citados acima, acrescentaríamos os diferenciais regionais. Nesse interim, Castiglioni (2012) sustenta que existem características contrastantes dos modelos demográficos vigentes nas regiões do mundo, o que fará com que estas evoluam para diferentes futuros demográficos. No caso do Brasil, cujo vasto território e heterogeneidade social e econômica podem ser assumidos como uma característica importante, certamente notaremos forte influência do fator “região” ao estudar as diferenças de comportamento da fecundidade.

O percentual de mulheres em idade reprodutiva que faz uso de métodos contraceptivos pode demonstrar vários aspectos da sociedade/país do qual se faz a análise. Tais aspectos podem ser elencados como o nível de instrução, a inserção no

mercado de trabalho, a renda, o empoderamento feminino frente a determinantes socioculturais, o nível de desenvolvimento socioeconômico etc.

Tão maior for a porcentagem de mulheres fazendo uso dos métodos contraceptivos, maiores são suas possibilidades de escolha no seio da sociedade da qual fazem parte.

Mas como adverte a OMS,

A tarefa do planejamento familiar permanece inacabada. Apesar do grande avanço nas últimas décadas, mais de 120 milhões de mulheres em todo o mundo querem evitar gravidez, mas elas e seus parceiros não utilizam métodos contraceptivos. Razões para não atender a tal necessidade são muitas: serviços e fornecimento de meios ainda não estão disponíveis em todos os lugares ou as escolhas são limitadas. O medo da desaprovação social ou a oposição do parceiro também põe barreiras consideráveis. Preocupações com os efeitos colaterais e problemas de saúde fazem outras pessoas desistirem; a outros faltam o conhecimento sobre as opções de contraceptivos e seu uso (OMS, 2011, p.4).

No transcorrer do século XX, diversos países observaram um rápido aumento no desenvolvimento econômico com declínio simultâneo nas taxas de fecundidade e crescimento populacional. Essa observação é válida também para o Brasil, ou seja, na medida em que os seus municípios se desenvolvem, encontramos maiores declínios nas taxas de fecundidade total.

A maior parte das literaturas são uníssonas ao associar taxas mais baixas de fecundidade à mudanças no universo feminino, como por exemplo o incremento da participação das mulheres no mercado de trabalho: conforme a força de trabalho feminina aumenta, pode-se esperar maior declínio de fecundidade no Brasil. Por outro lado, a reversão das baixas taxas de fecundidade exigirá políticas de ação apropriadas, especialmente dirigidas aos cuidados com crianças – creches – e relações de trabalho mais flexíveis (ARAÚJO JR.; SALVATO & QUEIROZ, 2013).

Por outro lado, está em curso no Brasil um rápido envelhecimento da população. À medida que a fecundidade continuar a cair, o processo poderá tomar um ritmo mais veloz, impactando ainda mais as futuras tendências de tamanho e estrutura etária da população no Brasil. Como bem lembra Alves (2008), a transição demográfica só acontece uma vez e somente uma vez se abre a Janela de Oportunidade demográfica. Nunca na história do Brasil as condições foram tão favoráveis para romper com o círculo vicioso da armadilha da pobreza, ressalta o autor.

As experiências históricas mostram que após a redução da TFT, essa não volta a subir de modo consistente. Permanecendo essa tendência e no decurso do processo de envelhecimento populacional concomitante, rapidamente a razão de dependência da população aumentará e a janela de oportunidades se fechará. Se a queda da fecundidade significa que se trilhou um caminho de desenvolvimento, pelas diversas razões já expostas, sua permanência reduzida coloca inevitáveis desafios para o futuro.

4.3.3 Mortalidade Infantil

Embora a TMI seja uma componente da Longevidade, por si só ela demonstra várias facetas do espaço. Não nos parece, portanto, redundante seu uso neste estudo. Para que uma criança morra antes do primeiro ano de vida, vários fatores associados à condição do desenvolvimento devem concorrer.

Nesta tese, a TMI encerra o grupo das três variáveis sócio demográficas que compõem a Dimensão da Estrutura Demográfica. Ela é definida como o número anual de mortes de bebês menores de 1 ano por cada 1000 nascidos vivos (POPULATION REFERENCE BUREAU, 2010).

Dentre os temas relacionados ao estudo da população, a mortalidade é sem dúvida um dos mais significativos. O evento da mortalidade é a morte, considerada um evento demográfico não-renovável. Ao nível do indivíduo, é determinada por fatores biológicos; enquanto fenômeno coletivo é determinada principalmente pelo contexto socioeconômico e cultural.

A morte, porém, variou e continua a variar no tempo e no espaço, em diversos âmbitos e de acordo com vários fatores. Um desses âmbitos diz respeito à idade média com que a população morria – no passado, as populações viviam menos, morriam mais cedo. Outro âmbito tem a ver com a intensidade com a qual o fenômeno da morte atingia os diferentes grupos – a carga maior, antigamente, era concentrada na fase infantil da vida. Um terceiro âmbito está relacionado às causas pelas quais as pessoas morriam – passou-se da prevalência de um determinado grupo de causas para outro grupo.

As afirmações contidas no parágrafo acima resumem de forma pedagógica o que os especialistas convencionam chamar de “transição epidemiológica”. A teoria da transição epidemiológica, sensível às formulações de teóricos da população que sublinhavam as ramificações demográficas, biológicas, sociológicas, econômicas e psicológicas no processo transicional foi concebida por Omran, ainda nos anos 1970. Segundo o autor, o reconhecimento das limitações da teoria da transição demográfica e a necessidade de abordagens mais completas da dinâmica populacional estimularam o desenvolvimento dessa teoria (OMRAN, 1971).

De acordo com Omran (1971) conceitualmente, a teoria da transição epidemiológica é centrada nas mudanças complexas nos padrões de saúde e doenças, e nas interações entre esses padrões e os determinantes e consequências demográficas, econômicas e sociológicas. A transição epidemiológica ocorreu paralelamente às transições demográficas e tecnológicas nos atuais países desenvolvidos, e está ainda em andamento nas sociedades menos desenvolvidas. Amplas evidências podem ser citadas para documentar essa transição, na qual doenças degenerativas e oriundas do estilo de vida das populações substituem epidemias de doenças infecciosas como causa primária de mortalidade.

Segundo Schramm et. Al (2004, p. 898), a transição epidemiológica pode ser entendida como “mudanças ocorridas no tempo nos padrões de morte, morbidade e invalidez que caracterizam uma população específica e que, em geral, ocorrem em conjunto com outras transformações demográficas, sociais e econômicas”.

Na Europa, predecessora nesse processo, as revoluções agrícola e industrial, a urbanização e a melhoria das condições de vida durante os últimos séculos foram responsáveis por um importante declínio da mortalidade e pela modificação do perfil epidemiológico da população, numa época de pouco conhecimento médico e de implementação limitada de medidas terapêuticas eficazes (PRATA, 1992).

No Brasil essas transformações chegam mais tardiamente, mas vão produzir efeitos mais rapidamente. Todas as experiências e percursos vividos de forma lenta pelos países europeus acontecem de forma mais intensa aqui. Há que se ressaltar, contudo, que há profundas diferenças regionais no que diz respeito ao andamento da transição

epidemiológica no território nacional (SCHRAMM et al, 2004).

Nesse sentido, Castiglioni (2012) afirma que paralelamente e estreitamente correlacionadas à transição demográfica ocorrem mudanças no ranking dos padrões de mortalidade que caracterizam a denominada transição epidemiológica, isto é a passagem de um perfil de mortalidade elevada, causada principalmente por doenças infecciosas para um perfil de mortalidade baixa, no qual as doenças decorrentes do processo degenerativo do organismo e as causas externas passam a ocupar o topo do ranking de causas de mortalidade.

Além da continuada melhoria dos níveis nutricionais da população, três quartos da redução da taxa de mortalidade deveram-se ao controle das doenças infecciosas, ainda persistentes, pela introdução de medidas médicas (imunização e tratamento) e pela redução da exposição da população ao risco de infecções, graças à melhoria dos serviços de saneamento (água, esgoto e destino de resíduos) e de vigilância sanitária (manipulação adequada de alimentos) (PRATA, 1992). Além disso, fatores ambientais e socioculturais devem ser considerados, não sendo possível, portanto, separar o nível de mortalidade de sua estrutura e de sua relação com fatores históricos, socioeconômicos, demográficos e ambientais.

No caso brasileiro fica sugerida uma grande complexidade na questão da transição. Segundo Schramm et al (2004) há uma superposição entre as etapas nas quais predominam as doenças transmissíveis e crônico-degenerativas; a reintrodução de doenças como dengue e cólera ou o recrudescimento de outras como a malária, hanseníase e leishmanioses indicam uma natureza não-unidirecional denominada *contra-transição*; o processo não se resolve de maneira clara, criando uma situação em que a morbi-mortalidade persiste elevada para ambos os padrões, caracterizando uma *transição prolongada*; as situações epidemiológicas de diferentes regiões em um mesmo país tornam-se contrastantes. A recente epidemia de zika vírus, esse transmitido pelo *Aedes Aegypti*, vetor entre outras doenças, também da dengue, o retorno de surtos de sarampo e febre amarela etc. dão pistas de que o autor tem razão ao caracterizar a transição epidemiológica brasileira como não-linear.

A sobrevivência na infância é significativamente e progressivamente melhorada tão logo as pandemias diminuem em resposta às melhores condições de vida alcançadas; os avanços nas medidas de nutrição e saneamento são tidos como medidas modernas de saúde pública que se tornam disponíveis para um público sempre mais amplo. Apesar de todas as faixas etárias se beneficiarem da mudança nos padrões das doenças e do aumento da expectativa de vida, a diminuição da mortalidade infantil é comprovadamente a maior, e também a da faixa etária de 1-4 anos (OMRAN, 1971). Eis porque se faz necessário sublinhar as modificações trazidas no contexto da transição epidemiológica para compreender a mortalidade infantil¹⁵³.

A taxa de mortalidade infantil global diminuiu de aproximados 64,8 mortes de crianças de menos de um ano por mil nascidos vivos em 1990 para 30,5 mortes por mil nascidos vivos em 2016. As mortes infantis anuais diminuiram de 8,8 milhões em 1990 para 4,2 milhões em 2016¹⁵⁴. Para o ano de referência adotado nesta tese, 2010, a TMI para o Brasil era de 17,22 por mil nascidos vivos¹⁵⁵. Enquanto isso, para o Espírito Santo era de 14,2 por mil nascidos vivos¹⁵⁶.

Como resultado de melhorias em aspectos diversos, a TMI do Espírito Santo e do Brasil têm caído nas últimas décadas, embora muitos esforços necessitem ser feitos. Um desses esforços diz respeito à identificação do grupo onde ocorrem os óbitos infantis, já que segundo o IBGE (2010), dentro do grupo de menores de um ano de idade, a distribuição dos óbitos não é uniforme.

Isso ocorre porque a mortalidade infantil subdivide-se em mortalidade neonatal precoce – até 7 dias e neonatal tardia, até 28 dias. Nessa fase, mais próxima ao nascimento, as causas endógenas ou de origem biológica, predominam como causas de morte: má-formação congênita, debilidade, problemas ligados ao parto, precariedade de recursos médicos ou características ligadas à mãe, como a idade à

¹⁵³ A TMI situa-se dentro do mais amplo campo da Mortalidade. Contudo, há outras métricas para o estudo do fenômeno: Taxa Bruta de Mortalidade; Taxas Específicas de Mortalidade; Taxa Específica de Mortalidade por grupo (étnicos, culturais, nacionais etc.); a taxa de mortalidade por causa etc. Não se tensiona descrevê-las ou estudá-las.

¹⁵⁴ Disponível em http://www.who.int/gho/child_health/mortality/neonatal_infant_text/en/ Acesso em 26/06/2018.

¹⁵⁵ Disponível em [//brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-mortalidade-infantil.html](http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-mortalidade-infantil.html) Acesso em 26/06/2018.

¹⁵⁶ Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/espírito-santo Acesso em 26/06/2018.

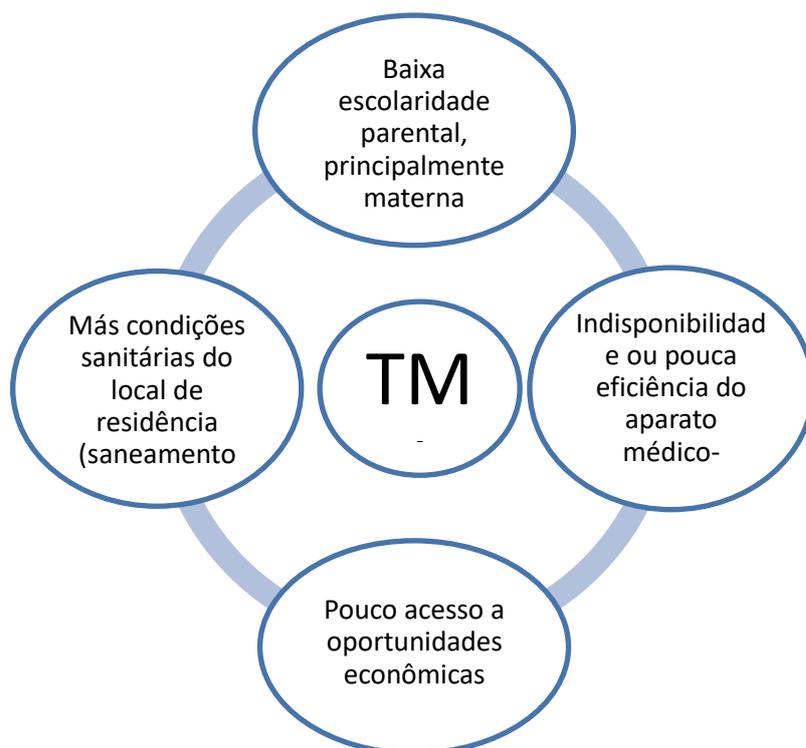
fecundidade e o intervalo entre nascimentos consecutivos (CASTIGLIONI, 1994). Esse cenário é particularmente mais marcado, na composição da mortalidade infantil, em regiões onde as taxas de mortalidade infantil já se encontram em patamares baixos.

Em outras áreas do País onde ainda persistem altas taxas de mortalidade infantil, prevalece a componente pós-neonatal dos óbitos, já que uma parte significativa deles está associada a fatores ambientais, socioeconômicos etc. como a ausência de saneamento adequado, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, condições alimentares e nível de instrução e esclarecimento parental (CASTIGLIONI, 1994). Essas são conhecidas como causas exógenas condicionantes da TMI.

Independentemente do caráter neonatal ou pós-neonatal, o fluxograma 2 encerra as principais causas que interagem para determinar a possibilidade de ocorrência do evento mortalidade infantil. Deve ser ressaltado que um passo importante para as gestões municipais e demais envolvidos nos programas de saúde voltados às famílias, crianças e mulheres é o reconhecimento de qual dos dois grupos de óbitos infantis mais influencia a TMI em suas respectivas alçadas de ação.

A implantação de programas sociais direcionados à saúde pública, como os de vacinação em massa, incentivo ao aleitamento materno, os de acompanhamento da gestante durante o período pré-natal e do recém-nascido, bem como a relativa expansão do sistema de saneamento básico, o trabalho dos agentes comunitários de saúde, a implementação de programas de nutrição infantil, o aumento da renda, o aumento da escolaridade, concorreram para a diminuição do nível da TMI, mudando sensivelmente o comportamento destas taxas (IBGE, 2010; 2016).

Fluxograma 2: Principais causas que interagem para determinar a mortalidade infantil.



Fonte: Torres, 1995. Organizado pelo autor.

A tabela nº 19 evidencia como a TMI vem caindo nas últimas décadas no Brasil, embora, de mesma feita, seja possível perceber o comportamento desigual no que tange a questão regional.

Tabela 19: Evolução das Taxas de Mortalidade infantil (por ‰) por grandes regiões do país (1970-2010)

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1970	120,7	104,3	146,4	96,2	81,9	89,7
1980	69,0	79,4	117,6	57,0	58,9	69,6
1990	52,0	44,6	74,3	33,6	27,4	31,2
2000	29,0	28,6	43,0	20,7	18,4	21,0
2010	17,2	23,5	33,2	16,6	15,1	17,8

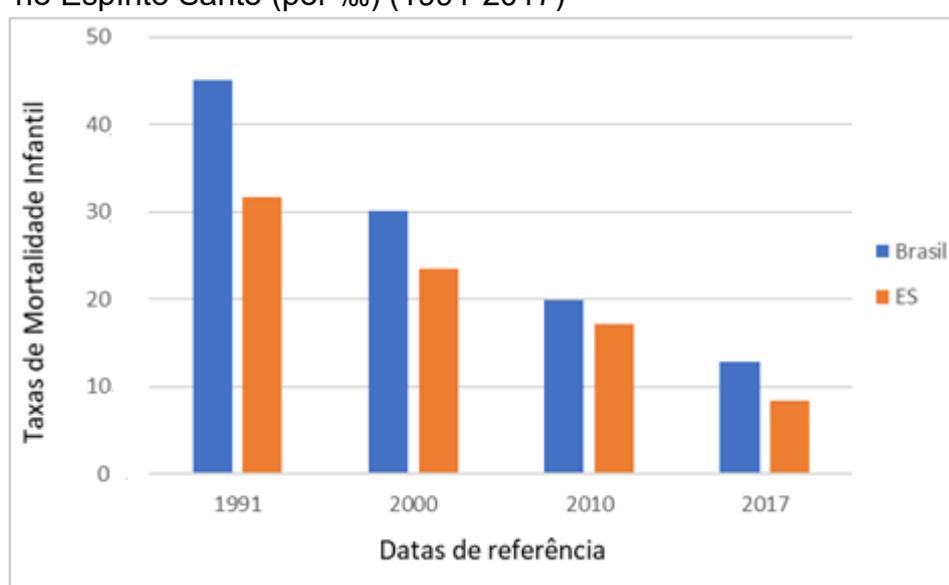
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970-2010. Organização: o autor.

Da análise da tabela nº 19 nota-se, para o ano de 2010, a permanência da tendência de as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentaram as menores taxas de mortalidade infantil. Não é o fato de desmerecer os progressos feitos, já que a TMI, como indicador das condições de vida e de saúde da população, e por isso, de desenvolvimento, obteve importantes reduções no período em estudo.

Entretanto, em contextos mais localizados, particularmente naqueles onde ainda se encontram grupos populacionais em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e para os quais o acesso aos serviços básicos de saúde é notoriamente limitado, a TMI permanece alta. De acordo com o IBGE (2010), é justamente nesse aspecto que se situa um dos grandes desafios nacionais: reduzir drasticamente as desigualdades sócio regionais, o que transformaria os indicadores sociais que tratam de representar a média nacional em indicadores exemplares para o País como um todo, e cuja variabilidade não mais mostrasse tamanha distância entre o Brasil do Norte e Nordeste e o Brasil do Centro, do Sudeste e do Sul.

Situando-se no contexto regional que apresenta as mais baixas TMI's do país, o Espírito Santo tem se destacado por nos últimos anos liderar o ranking de menor taxa do país. O gráfico 18 mostra a evolução das taxas nacional e estadual.

Gráfico 18: Evolução das Taxas de Mortalidade infantil no Brasil e no Espírito Santo (por ‰) (1991-2017)



Elaboração: o autor (2019), com dados do IBGE (1991, 2000, 2010 e 2017)

Todavia, como adverte o IBGE (2016), mesmo estados como o Espírito Santo ou outros com TMI abaixo de 10 por mil estão longe de apresentarem as mesmas taxas encontradas nos países mais desenvolvidos do mundo. Japão e Finlândia, por exemplo, resalta o Instituto, possuem taxas na ordem de 2 por mil.

O cálculo da TMI se dá na seguinte forma:

$$\text{Taxa de Mortalidade Infantil} = \left(\frac{\text{óbitos de crianças de menos de um ano}}{\text{nascimentos vivos durante o ano}} \right) \times 1000$$

Para esta variável, foi considerado que quanto menor fosse o valor observado, mais favorável era a situação em possibilidades de desenvolvimento atual e no percurso histórico que permitiu o alcance da eventual baixa taxa de mortalidade infantil. Assim, para os 78 municípios capixabas, atribuiu-se maior valoração positiva (indicador mais próximo a 1) àqueles que tinham as mais baixas TMI. O cálculo para alcançar um indicador estandardizado entre 0 e 1 para esta variável está expresso abaixo:

$$\text{Indicador da Taxa de Mortalidade Infantil (ITFT)} = 1 - \left(\frac{\text{valor observado} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} \right)$$

Onde:

- Valor observado: refere-se à TMI do município;
- Valor máximo: 39,80 óbitos antes do 1º ano de vida a cada 1000 nascidos vivos, que se refere ao município de maior TMI registrada por dados do Censo Demográfico de 2010 entre aqueles com população superior a 30 mil habitantes, Santa Luzia (MA);
- Valor mínimo: 8,49 óbitos antes do 1º ano de vida a cada 1000 nascidos vivos, que se refere ao município de menor TMI registrada por dados do Censo Demográfico de 2010 entre aqueles com população superior a 30 mil habitantes, Cachoeira do Sul (RS).

Tabela 20: Dimensão Estrutura Demográfica: Taxa de Mortalidade Infantil e Indicador da TMI – Municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	TMI	Indicador da TMI	Continua
Espírito Santo	14,2	0,818	
Afonso Cláudio	14,8	0,798	
Água Doce do Norte	15,3	0,782	
Águia Branca	17,7	0,706	
Alegre	13,6	0,837	
Alfredo Chaves	14,2	0,818	
Alto Rio Novo	15,6	0,773	
Anchieta	12,3	0,878	
Apiacá	13,5	0,840	
Aracruz	13,7	0,834	
Atilio Vivacqua	13,5	0,840	
Baixo Guandu	16,0	0,760	

Continuação

Unidade territorial	TMI	Indicador da TMI
Barra de São Francisco	15,6	0,773
Boa Esperança	15,6	0,773
Bom Jesus do Norte	12,5	0,872
Brejetuba	14,6	0,805
Cach. de Itapemirim	13,8	0,830
Cariacica	13,2	0,850
Castelo	12,6	0,869
Colatina	13,5	0,840
Conceição da Barra	16,1	0,757
Conceição do Castelo	16,1	0,757
Divino de S. Lourenço	15,2	0,786
Domingos Martins	14,1	0,821
Dores do Rio Preto	15,8	0,767
Ecoporanga	15,3	0,782
Fundão	13,6	0,837
Gov. Lindenberg	15,0	0,792
Guaçuí	13,1	0,853
Guarapari	14,4	0,811
Ibatiba	14,4	0,811
Ibiraçu	14,0	0,824
Ibitirama	15,1	0,789
Iconha	14,4	0,811
Irupi	17,1	0,725
Itaguaçu	16,8	0,735
Itapemirim	16,2	0,754
Itarana	16,2	0,754
Iúna	14,4	0,811
Jaguaré	16,1	0,757
Jerônimo Monteiro	13,2	0,850
João Neiva	12,2	0,882
Laranja da Terra	16,1	0,757
Linhares	14,0	0,824
Mantenópolis	16,0	0,760
Marataízes	13,0	0,856
Marechal Floriano	12,8	0,862
Marilândia	15,0	0,792
Mimoso do Sul	14,6	0,805
Montanha	15,5	0,776
Mucurici	14,5	0,808
Muniz Freire	15,1	0,789
Muqui	16,8	0,735
Nova Venécia	13,4	0,843
Pancas	15,6	0,773
Pedro Canário	15,9	0,763
Pinheiros	15,5	0,776
Piúma	12,6	0,869
Ponto Belo	18,6	0,677
Pres. Kennedy	16,2	0,754
Rio Bananal	16,8	0,735

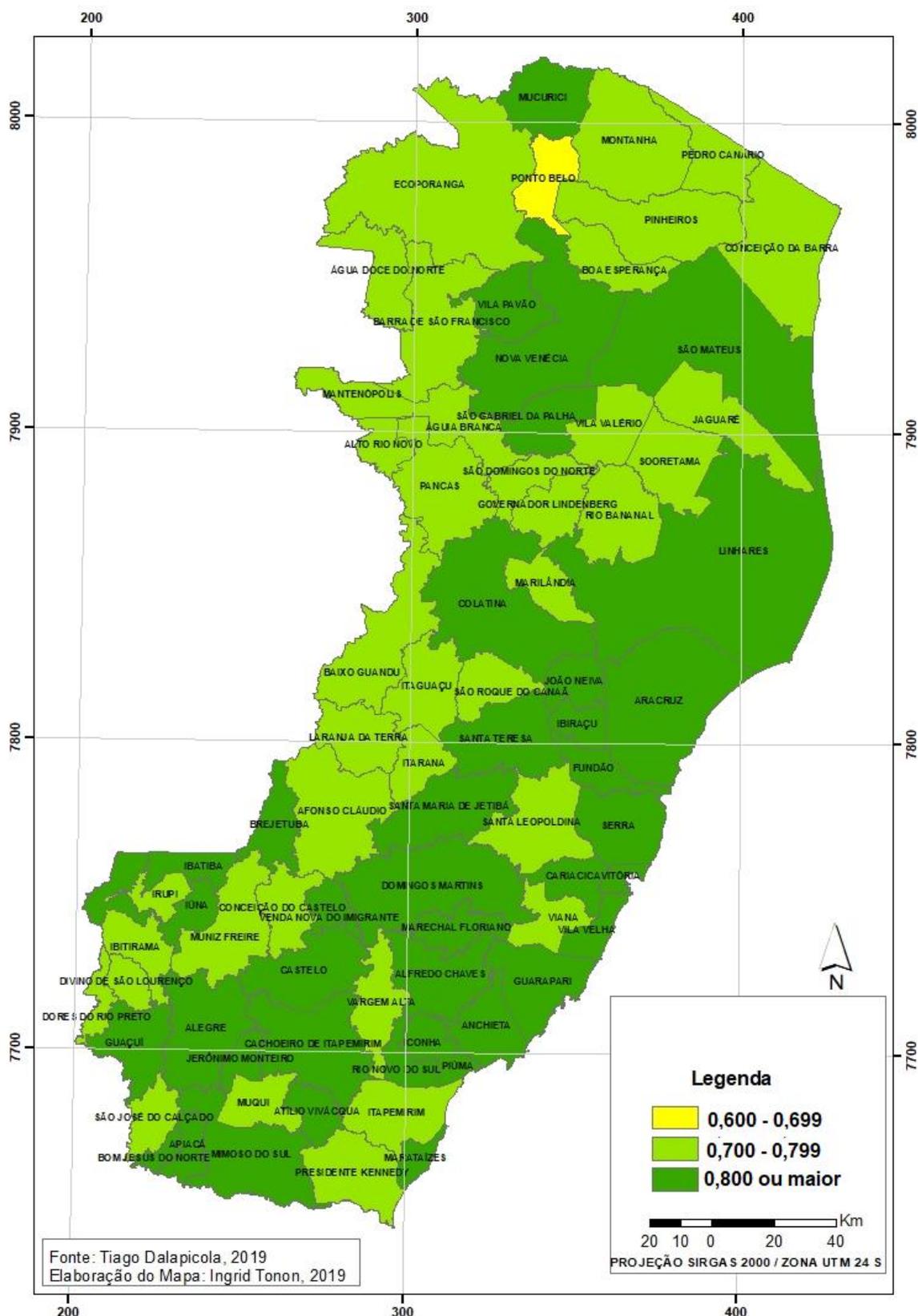
Unidade territorial	TMI	Indicador da TMI	Conclusão
Rio Novo do Sul	13,8	0,830	
Santa Leopoldina	17,3	0,719	
Santa M ^a de Jetibá	14,0	0,824	
Santa Teresa	14,0	0,824	
São Domingos do Norte	16,0	0,760	
São Gabriel da Palha	14,0	0,824	
São José do Calçado	15,8	0,767	
São Mateus	13,3	0,846	
São Roque do Canaã	16,7	0,738	
Serra	13,2	0,850	
Sooretama	16,8	0,735	
Vargem Alta	15,8	0,767	
Venda Nova do Imigrante	13,2	0,850	
Viana	15,6	0,773	
Vila Pavão	14,4	0,811	
Vila Valério	15,6	0,773	
Vila Velha	10,9	0,923	
Vitória	11,4	0,907	

Fonte: o autor (2019), com dados do PNUD (2017).

Da análise da tabela nº 20 depreende-se que embora apresente a menor TMI do país atualmente, os dados alusivos ao Censo de 2010 mostram que mesmo jogando a seu favor um território pequeno e um número modesto de municípios, persistem no estado desigualdades regionais para a variável tratada. Entre Vila Velha e Ponto Belo, por exemplo, municípios que ocupam os extremos na classificação estadual para essa variável, os valores dos indicadores variam 70,64%, passando de 10,9 ‰ no primeiro a 18,6‰ no último.

Os dados podem ser melhor analisados a partir do mapa 24. De forma geral, a partir da análise do referido mapa, se observa que no Espírito Santo, exceção feita a Ponto Belo (faixa 'médio'), todos os demais municípios têm valor do indicador variando entre 'alto' e 'muito alto' para a variável considerada (0,700 – 0,799 e >0,800), o que indica a presença de taxas mais baixas de mortalidade infantil.

Mapa 24: Indicador da TMI – Municípios do Espírito Santo (2010)



Fonte: o autor (2019), com dados do PNUD (2010).

Conforme enfatiza o IBGE (2010), no que se refere à América Latina a taxa de mortalidade infantil brasileira era mais reduzida do que a de países como Paraguai, Bolívia e Haiti; contudo ainda permanecia mais elevada que a de nações como o Chile, Cuba, Uruguai, Argentina, México, Venezuela, Colômbia e El Salvador. Embora a TMI brasileira já tenha alcançado um patamar incontestavelmente inferior ao de países como Costa do Marfim e Serra Leoa, ainda precisamos envidar esforços e percorrer um longo caminho para atingir níveis mínimos de mortalidade infantil, como os já observados em nações como Portugal, França, Noruega, Finlândia, Japão, Singapura e Islândia.

Tal como lembra o IBGE, este é um horizonte que só será descortinado com políticas eficazes que assegurem a elevação considerável da escolaridade feminina e da população em geral, como também a universalização dos serviços de saneamento básico aos domicílios e de saúde aos indivíduos, muito em especial aqueles direcionados à saúde materno-infantil, entre outros (2010).

Há ainda uma questão que diferencia mulheres e homens imiscuída na mortalidade infantil. Como salientam Alves & Correa (2009), a mortalidade precoce interrompe as potencialidades da vida dos indivíduos e, mais especialmente, a alta mortalidade infantil é um fardo para a família e a sociedade. Nesse interim, as mulheres são afetadas de forma mais intensa, pois passam muito tempo grávidas, amamentando e cuidando de crianças, que em condições precárias de desenvolvimento possuem chances parcas de sobrevivência.

Altas taxas de natalidade e de mortalidade, principalmente a mortalidade nos primeiros anos de vida caracterizaram a população brasileira até meados da década de 1940, tendo o país a partir desse período se beneficiado da incorporação às políticas de saúde pública dos avanços da medicina, particularmente os antibióticos recém-descobertos no combate as enfermidades infectocontagiosas e importados no pós-guerra. Assim o país experimentou uma primeira fase de sua transição demográfica, caracterizada pelo início da queda das taxas de mortalidade. Primeiramente, os grupos etários mais beneficiados com a diminuição da mortalidade, foram os das crianças menores de 5 anos de idade. Inicia-se assim, o processo de transição epidemiológica. O conjunto de causas de morte formado pelas doenças

infecciosas, respiratórias e parasitárias, começa, paulatinamente, a perder importância frente a outro conjunto formado por doenças que se relacionam com a degeneração do organismo através do envelhecimento, como o câncer, problemas cardíacos, entre outros.

O país, o estado e seus municípios devem continuar a trilhar a estrada rumo ao alcance de sempre menores taxas de mortalidade infantil. Esse, aliás, foi um compromisso que o Brasil firmou por ocasião da realização da Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000, após a adoção da Declaração do Milênio das Nações Unidas. Entre os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a serem alcançados, o quarto tratava da redução da mortalidade infantil. Nesse caso a estrada foi pavimentada e o objetivo está sendo alcançado¹⁵⁷.

No entanto, a partir de 2015 o decréscimo da TMI encontrou resistências e no ano seguinte a taxa aumentou discretamente, algo inédito nas últimas duas décadas^{158 159}. Não se busca aqui problematizar as razões da oscilação, mas sim evidenciar que ao contrário de outras variáveis que caracterizam a população, a TMI é mais sensível e suscetível às variações.

4.3.4 Análise da dimensão Estrutura Demográfica

A importância relacionada à escolha das três variáveis está no fato que cada uma delas tem foco em ao menos um dos grandes grupos etários – a razão de dependência total considera os três grupos; a taxa de mortalidade infantil nas crianças; a fecundidade total nas mulheres adultas com desdobramentos no restante de toda a população. Além disso, como acenado antes, dão uma medida do acúmulo da condição do desenvolvimento dos tempos pretéritos até o período atual, bem como do potencial futuro.

Os três indicadores sintetizam as variáveis. Na tabela nº 21 eles foram agregados por

¹⁵⁷ Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/11/brasil-alcanca-mais-dois-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio> Acesso em 25/05/2019.

¹⁵⁸ Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/brasil-registra-alta-de-mortalidade-infantil-apos-decadas-de-queda.ghtml> Acesso em 25/05/2019

¹⁵⁹ Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/mortalidade-infantil-retorna-com-aumento-das-desigualdades-sociais/> Acesso em 25/05/2019

meio de média geométrica e assim a dimensão da Estrutura Demográfica foi construída para os 78 municípios capixabas.

Tabela 21: Dimensão Estrutura Demográfica: indicadores das variáveis componentes e Índice da dimensão – municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	Indicador da RDT	Indicador da TFT	Indicador da TMI	IED
Espírito Santo	0,845	0,804	0,818	0,822
Afonso Cláudio	0,776	0,804	0,798	0,793
Água Doce do Norte	0,700	0,804	0,782	0,761
Águia Branca	0,791	0,770	0,706	0,755
Alegre	0,785	0,873	0,837	0,831
Alfredo Chaves	0,868	0,804	0,818	0,829
Alto Rio Novo	0,754	0,701	0,773	0,742
Anchieta	0,842	0,804	0,878	0,841
Apiacá	0,772	0,770	0,840	0,793
Aracruz	0,828	0,735	0,834	0,798
Atilio Vivacqua	0,816	0,701	0,840	0,783
Baixo Guandu	0,745	0,770	0,760	0,758
Barra de São Francisco	0,778	0,735	0,773	0,762
Boa Esperança	0,752	0,667	0,773	0,729
Bom Jesus do Norte	0,793	0,770	0,872	0,810
Brejetuba	0,745	0,667	0,805	0,737
Cach. de Itapemirim	0,866	0,873	0,830	0,856
Cariacica	0,840	0,804	0,850	0,831
Castelo	0,857	0,976	0,869	0,899
Colatina	0,903	0,907	0,840	0,883
Conceição da Barra	0,695	0,529	0,757	0,653
Conceição do Castelo	0,802	0,770	0,757	0,776
Divino de S. Lourenço	0,772	0,770	0,786	0,776
Domingos Martins	0,833	0,838	0,821	0,831
Dores do Rio Preto	0,777	0,770	0,767	0,771
Ecoporanga	0,753	0,804	0,782	0,780
Fundão	0,769	0,667	0,837	0,754
Gov. Lindenberg	0,814	0,667	0,792	0,755
Guaçuí	0,752	0,701	0,853	0,766
Guarapari	0,817	0,770	0,811	0,799
Ibatiba	0,747	0,838	0,811	0,798
Ibiraçu	0,852	0,804	0,824	0,827
Ibitirama	0,684	0,632	0,789	0,699
Iconha	0,942	0,976	0,811	0,907
Irupi	0,739	0,838	0,725	0,766
Itaguaçu	0,815	0,804	0,735	0,784
Itapemirim	0,761	0,735	0,754	0,750
Itarana	0,822	0,873	0,754	0,815
Iúna	0,776	0,701	0,811	0,761
Jaguaré	0,755	0,701	0,757	0,737
Jerônimo Monteiro	0,752	0,770	0,850	0,789
João Neiva	0,885	0,976	0,882	0,913
Laranja da Terra	0,849	0,942	0,757	0,846

Continua

Unidade territorial	Indicador da RDT	Indicador da TFT	Indicador da TMI	IED	Conclusão
Linhares	0,807	0,701	0,824	0,775	
Mantenópolis	0,706	0,804	0,760	0,756	
Marataízes	0,787	0,701	0,856	0,779	
Marechal Floriano	0,831	0,735	0,862	0,808	
Marilândia	0,881	0,907	0,792	0,859	
Mimoso do Sul	0,827	0,838	0,805	0,823	
Montanha	0,739	0,598	0,776	0,700	
Mucurici	0,750	0,735	0,808	0,764	
Muniz Freire	0,739	0,838	0,789	0,788	
Muqui	0,797	0,804	0,735	0,778	
Nova Venécia	0,812	0,804	0,843	0,820	
Pancas	0,746	0,942	0,773	0,816	
Pedro Canário	0,724	0,564	0,763	0,678	
Pinheiros	0,728	0,632	0,776	0,710	
Piúma	0,816	0,701	0,869	0,792	
Ponto Belo	0,691	0,770	0,677	0,711	
Pres. Kennedy	0,802	0,838	0,754	0,797	
Rio Bananal	0,854	0,770	0,735	0,785	
Rio Novo do Sul	0,837	0,804	0,830	0,824	
Santa Leopoldina	0,812	0,907	0,719	0,809	
Santa M ^a de Jetibá	0,835	0,873	0,824	0,844	
Santa Teresa	0,850	0,907	0,824	0,860	
São Domingos do Norte	0,826	0,770	0,760	0,785	
São Gabriel da Palha	0,878	0,770	0,824	0,823	
São José do Calçado	0,732	0,701	0,767	0,733	
São Mateus	0,804	0,735	0,846	0,794	
São Roque do Canaã	0,845	0,907	0,738	0,827	
Serra	0,865	0,770	0,850	0,827	
Sooretama	0,687	0,598	0,735	0,671	
Vargem Alta	0,765	0,804	0,767	0,778	
Venda Nova do Imigrante	0,896	0,838	0,850	0,861	
Viana	0,884	0,735	0,773	0,795	
Vila Pavão	0,850	0,907	0,811	0,855	
Vila Valério	0,851	0,770	0,773	0,797	
Vila Velha	0,914	0,873	0,923	0,903	
Vitória	0,936	0,942	0,907	0,928	

Fonte: o autor (2019), elaborado com dados do PNUD (2013) e IBGE (2010).

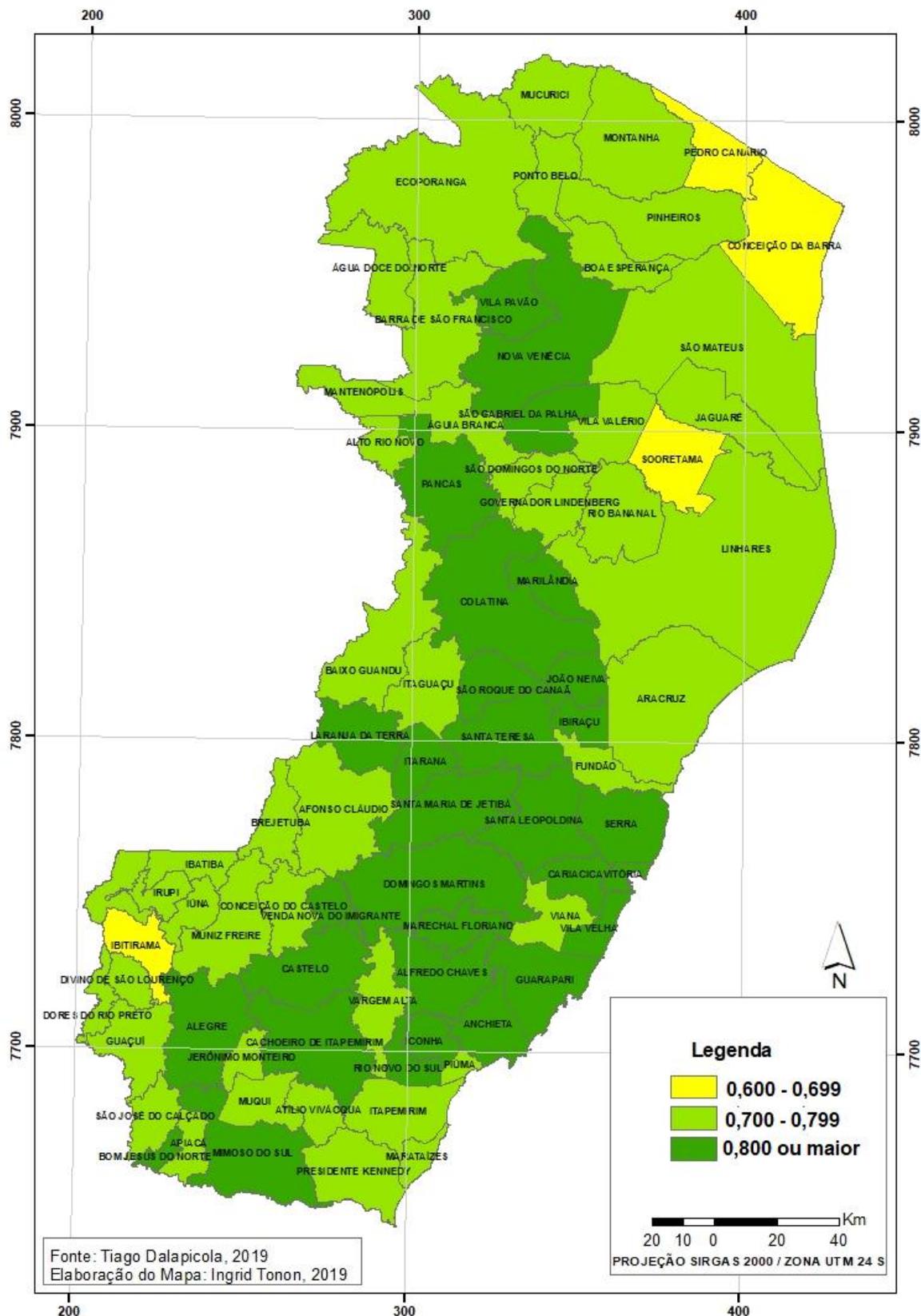
Embora tenha sido a dimensão cujas variáveis apresentaram menor diferenciação quando expressas pelos indicadores correspondentes bem como a mais alta média, superando as dimensões de segurança e situação da mulher, além das três dimensões clássicas do IDHM, é possível verificar algumas diferenças importantes entre municípios.

No que tange à Razão de Dependência, entre Vitória, que apresenta a mais baixa

razão (37,89), e Ibitirama, a mais alta (52,85) existem 15 pessoas a mais em idade dependente desfavorecendo o último município. Já em relação à Taxa de Fecundidade Total, o município de Conceição da Barra apresenta uma taxa de 2,6 filhos por mulher, que corresponde ao dobro daqueles com menor taxa – 1,3, registrada em Castelo, Iconha e João Neiva. Já para a Mortalidade Infantil os extremos se encontravam em Ponto Belo (18,6 óbitos por mil nascidos vivos) e Vila Velha, com a mais baixa TMI (10,9 óbitos por mil nascidos vivos). O mapa 25 expressa as diferenças intermunicipais, a partir da agregação das três variáveis componentes da dimensão Estrutura Demográfica.

Da análise do mapa percebe-se que as menores diferenças entre as variáveis que compõem essa dimensão, conforme ressaltamos antes, a tornam a mais homogênea entre as três dimensões analisadas nessa tese. Da análise do mapa 25 se conclui que apenas quatro municípios não estão distribuídos nos intervalos de classe que corresponderiam às faixas de desenvolvimento 'alto' e 'muito alto' (0,700 – 0,799 e >0,800). São eles Pedro Canário, Conceição da Barra e Sooretama, no Norte, e Ibitirama, no Caparaó. Para todos os demais, aqueles que apresentam valor do indicador 'muito alto' estão sobretudo na RMGV e nas regiões Centro-serrana e Sul, com algumas ocorrências também no Norte. Nesta última região predominam, contudo, municípios com valor do indicador na faixa 'alto'.

Mapa 25: Índice da Dimensão Estrutura Demográfica – Municípios do Espírito Santo (2010)



Fonte: o autor (2019), elaborado com dados do PNUD (2013) e IBGE (2010).

Na perspectiva da teoria reformista, divergindo da teoria neomalthusiana, a presença do desenvolvimento (neste caso sem distinção da definição) é o fator preponderante para explicar as taxas de crescimento da população. Segundo Alves,

[...] o desenvolvimento afetou a dinâmica populacional: o ganho em longevidade e a redução do tamanho das famílias teve dois efeitos positivos sobre o desenvolvimento: a) uma população com maiores anos de vida garante, em geral, maiores retornos econômicos para as famílias e a economia; b) menores taxas de fecundidade provocam mudanças na estrutura etária, favorecendo a ampliação da parcela da população em idade economicamente ativa e reduzindo as taxas de dependência demográfica. Estas duas características das populações que passaram pela transição demográfica possibilitam o surgimento de um Bônus Demográfico que favorece o desenvolvimento econômico. Desta forma, o desenvolvimento provoca mudanças na dinâmica populacional e essas mudanças, por sua vez, reforçam o desenvolvimento econômico (ALVES, 2006, p.20).

A baixa fecundidade, a médio e longo prazo, todavia, leva a um cenário de novo aumento da razão de dependência total da população, nesta hipótese não mais pelo sobrepeso da população jovem, mas ao contrário pela tração desempenhada pelo grupo da população idosa. Na sequência de nossa proposta, entretanto, apontamos para o futuro. É nesse caso que a fecundidade e sua relação com a população em idade ativa jogarão um papel importante, afetando o desenvolvimento.

Estudos recentes conduzidos pelo Ipea (2014) evidenciam que as perspectivas que se colocam para a população brasileira são a de uma diminuição no seu contingente já a partir de 2035, incluindo a força de trabalho, e uma estrutura etária envelhecida. A possibilidade de uma retomada do crescimento populacional tem feito parte da agenda de vários países europeus desde os anos 1980. A preocupação com o declínio populacional, no entanto, não é recente. Segundo Camarano (2014) ainda antes da era do grande crescimento populacional, por volta de 1775, se defendia a ideia de que os indivíduos tinham a obrigação de dar continuidade à espécie humana, garantindo a sua reposição e incentivando os pais a educarem os seus filhos. A história, segundo a autora, mostrou a importância da educação para o desenvolvimento dos países, pois quase todos os Estados tomaram para si essa responsabilidade, tornando-a compulsória na maioria deles.

Sumarizam-se as grandes mudanças populacionais como motivo de preocupação. Assim foi décadas atrás, quando a “explosão” demográfica alcançou índices nunca

vistos, ou no período atual, quando a tendência à diminuição da população pode assombrar. Camarano, entretanto, nos dá outra chave de leitura. A autora argumenta que para além de uma visão simplista devemos

incorporar as oportunidades específicas que diferentes mudanças no comportamento demográfico podem proporcionar para as sociedades. O reconhecimento dessas oportunidades, acarretadas pelo dividendo demográfico, pela urbanização, pelo aumento da escolaridade, pelas mudanças na composição da força de trabalho, pelo novo papel social da mulher, entre outras, ainda é pouco difundido (Camarano, 2014, p. 197).

Ainda de acordo com as importantes contribuições da autora, o regime demográfico pelo qual passamos atualmente é novo, mas a relação entre população e desenvolvimento continua velha. Para Camarano, a população continua sendo vista como problema – antes porque crescia muito e era muito jovem, e hoje por estar envelhecendo e crescendo pouco. Além da criação de mecanismos que possibilitem uma retomada no aumento da natalidade, uma solução paliativa seria atuar na redução da mortalidade, especialmente da população masculina jovem, sobre as quais, como já ressaltamos em outras partes dessa tese, recaem os maiores índices de mortalidade por homicídios e acidentes de trânsito. Recupera-se dessa forma o pensamento de Contarato (2019) que ressalta as consequências da interrupção das vidas de jovens com pleno potencial produtivo em seu auge, não tendo assim oportunidade de passar por um processo de envelhecimento natural no qual poderiam contribuir para o país. Agregadas e analisadas as contribuições das novas dimensões e variáveis ao IDHM, formadoras do IDA, passamos a um estudo do comportamento de ambos os índices. Qual relação eles estabelecem? Quais relações os municípios capixabas têm com o novo índice?

4.3.5 Dimensões e variáveis testadas e refutadas

Em suas fases preliminar, inicial e intermediária, cogitou-se nessa pesquisa o uso de uma dimensão que denotasse o acesso à Cultura e outra que pudesse ter exposto a condição da Qualidade Ambiental, com a formulação de um índice de desenvolvimento relacionado a estas nos 78 municípios do estado. A condição do desenvolvimento atingido, foi nossa hipótese, poderia bem ser demonstrada pela presença de equipamentos culturais, segundo a definição do Ministério da Cultura, para a primeira dimensão citada, e a existência/cobertura de serviços relacionados à

qualidade do ambiente. Além disso, para a dimensão Segurança houve a tentativa de usar os crimes contra o patrimônio como indicador possível da condição do desenvolvimento, uma vez que poderiam mostrar uma realidade não abarcada na taxa de homicídios e taxa de mortes por acidentes de trânsito. Entretanto, essas dimensões e variáveis foram refutadas, conforme se explica adiante.

4.3.5.1 Cultura

Dos documentos da Unesco (2017), buscou-se referencial teórico que dialogasse nessa perspectiva. O órgão da ONU para Educação, Ciência e Cultura observa que nenhum desenvolvimento pode ser alcançado sem um forte componente de cultura. Na verdade, apenas uma abordagem centrada no ser humano baseada no respeito mútuo e no diálogo aberto entre as culturas pode levar a resultados duradouros, inclusivos e equitativos. No entanto, até recentemente, a cultura estava ausente da equação de desenvolvimento, e mesmo incluída de forma transversal na composição de alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis não tem ainda o status de uma dimensão em si mesma.

No que tange ao Brasil, a Constituição Federal de 1988 e suas emendas, em seu Capítulo III dispõe sobre Educação, Cultura e Desporto, assegurando em seu art. 215 que o Estado "*garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais*". Para isso atua em frentes como a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, a produção, promoção e difusão de bens culturais e a democratização do acesso aos bens de cultura. Além disso, estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.

Em nossa pesquisa utilizava-se, dentro da ampla gama de oferta de cultura prevista no Plano Nacional de Cultura (PNC) - teatro, música, dança, fotografia, cinema, vídeo, artes plásticas, artes visuais, cultura popular, circo e moda, biblioteca pública, museu e patrimônio – o conceito de equipamento cultural (EC).

Os EC's cumprem o papel de ser a infraestrutura para difusão e fruição das artes e da

cultura em um determinado local, caracterizando-se enquanto importantes instrumentos de democratização do acesso à cultura. A existência desses espaços está relacionada à oferta de bens e serviços do setor e, conseqüentemente, representa um potencializador do consumo artístico/cultural na localidade.

Ter estudado a distribuição dos EC's tornou evidente tanto a força cultural do nosso país, quanto seu descompasso com certas estruturas de gestão e, ainda, as dificuldades de acesso da nossa população a equipamentos e outros aparatos diretamente relacionados à fruição cultural (BRASIL, 2012). A temática é apaixonante, integrando temas que vão desde o impacto econômico da cultura e de seus diversos setores até a distribuição regional dos equipamentos culturais, evidenciando as diferenças socioeconômicas regionais.

Segundo dados do IBGE de 2009, nem todas as cidades tinham espaços culturais. A falta deles, segundo o Instituto, ocorre principalmente nas cidades pequenas. Naquele ano, de acordo com a pesquisa Munic-IBGE, das 4.976 cidades com menos de 50 mil habitantes, somente 1.943 cidades (39%) possuíam um tipo de espaço cultural. A meta era que cada vez mais cidades (ou conjunto de cidades, conforme a área de influência) tenham ao menos um museu, um teatro ou sala de espetáculos, um cinema, um centro cultural e um arquivo público ou centro de documentação (BRASIL, 2012).

Para esse indicador, a pesquisa baseou-se em dados providos pelo Plano Nacional de Cultura (Brasil/MinC, 2012), Plano Estadual de Cultura (SECULT, 2013), Centro Técnico de Artes Cênicas (MINC, 2012) e fontes da imprensa local.

Das seis metas estabelecidas no PNC, apenas três são cumpridas no agrupamento dos 78 municípios capixabas por faixa populacional. Mesmo supondo que tivessem tido excelente desempenho no cumprimento das metas do Plano, e embora esteja bem qualificada a importância de um indicador de cultura em um novo índice de desenvolvimento, a experiência da pesquisa na realidade do Espírito Santo demonstrou a existência de muitos impedimentos de cunho metodológico para seu uso. A seguir elencamos alguns:

- O uso do termo 'Cultura' implicado na questão do desenvolvimento é muito mais visto como vetor e indutor do processo do que como produto/resultado do

desenvolvimento alcançado, mesmo que a visão hegemônica do desenvolvimento baseada no determinismo econômico ainda prevaleça;

- A definição: o termo cultura é polissêmico, e ao dar margem para múltiplas interpretações dificulta a especificação do que se almeja, ao utilizá-lo como dimensão para mensurar o desenvolvimento. Nesse elaborado, a ênfase foi na cultura em seu sentido restrito, diferenciando-a do sentido antropológico, este mais amplo – definindo-a por sua vez como produtos do espírito humano, que se expressam na literatura, na música, nos museus, nas academias de belas-artes, no cinema ou na chamada indústria cultural, nos termos de Rist (2000);
- Recorte: o que considerar para efetivamente estudá-la? A cultura material, palpável, concreta, ou suas manifestações e formas imateriais? O recorte – necessário – pode não ser ao mesmo tempo arbitrário?
- O tratamento marginal, já explorado em outro momento: se não há paridade no tratamento entre os municípios, como estabelecer critérios e construir um indicador de cultura? Em outras palavras, usemos o caso do IDHM – minimamente as pessoas vivem, minimamente elas têm alguma renda, mesmo que não estudem. Entretanto segundo a pesquisa Munic-IBGE, das 4.976 cidades com menos de 50 mil habitantes, somente 1.943 cidades (39%) possuíam um tipo de espaço cultural (MINC, 2012);
- A oscilação política: afeta principalmente as manifestações imateriais, tais como festas, danças, rituais etc. Troca de gestão à frente das prefeituras, falta de continuidade de ações pela ausência de apoio, alteração na periodicidade dos eventos etc., tornam essa variável importante difícil de ser mensurada;
- A subjetividade do uso por parte da população: a simples e mera existência não significa que haja uso. A esse propósito, estudos mais aprofundados seriam necessários para verificar se o uso condiciona a existência ou vice-versa;
- A questão gravitacional: a distância maior ou menor entre municípios polo e periféricos pode contribuir para que os habitantes usem espaços além do seu espaço de vida cotidiana em ocasiões esporádicas ou frequentes. Na região metropolitana, com sua alta densidade de equipamentos e também de conexões, esse cenário é potencializado;
- A qualificação dos espaços: a não validade entre a comparação de

equipamentos profundamente diversos em características como tamanho, dotação e frequência de uso. Nesse item, é salutar o exemplo das Bibliotecas – embora seja o único equipamento cultural presente com pelo menos uma unidade em cada um dos 78 municípios capixabas, essa dimensão do indicador de cultura em nada diria sobre a qualidade dos serviços e produtos oferecidos;

- A presença não implica a realização de eventos: pensemos aos teatros – o fato de fisicamente existirem não quer dizer que neles se realizam peças, espetáculos etc.

Outro problema do uso de um indicador de cultura para mensuração do desenvolvimento diz respeito à unidade de análise. Para as três dimensões clássicas do IDH, o foco é a pessoa – longevidade, educação e renda a partir do indivíduo. Já no caso da cultura, a abordagem é espacial. Os equipamentos culturais são focados no território dos municípios e não na figura das pessoas. Restaria nesse sentido como tentativa desesperada mensurar o quão ‘cultas’ as pessoas são, mas essa medida é indiretamente captada por um dos subindicadores da dimensão Educação – a média de anos de estudo.

Nesse sentido, recuperando a definição de Jannuzzi (2002), na qual se qualifica indicador como ‘medida quantitativa dotada de significado social substantivo’, a despeito da importância da discussão em torno de uma nova forma de mensurar o desenvolvimento e do papel relevante que a cultura poderia ter nesse processo através de seu uso como indicador de desenvolvimento regional, sua operacionalização através do uso dos equipamentos culturais, ressalta-se, lamentavelmente, não comportaria as exigências necessárias para um bom indicador.

Outra reflexão essencial é concernente à defasagem que nos tempos atuais a presença de EC’s pode suscitar. Em plena era digital, com aparatos tecnológicos que trazem o mundo à palma de nossas mãos, seria viável a construção dessas estruturas? Não nos debruçaremos sobre essa vertente, a qual se sugere futuras pesquisas.

Uma última e necessária ressalva neste interim é feita à tentativa do Ipea em obter um indicador sintético de nível municipal, a que se denominou Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura -IDECULT (SILVA&ARAÚJO, 2010). O

índice leva em consideração duas dimensões: a oferta e a demanda cultural dos municípios brasileiros. No que tange à oferta, elege três subindicadores ou subíndices:

- as profissões culturais – a partir do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) –, que dimensiona o número de ocupações estritamente culturais;
- o setor cultural – a partir do Cadastro Nacional de Atividades Culturais (CNAE) –, que se refere ao número de ocupações em estabelecimentos culturais e que indiciam o dinamismo setorial; e
- a oferta de equipamentos culturais nos municípios.

No que diz respeito à demanda, são utilizados dois subindicadores:

- o percentual de domicílios consumidores de cultura;
- o gasto médio por domicílio com bens culturais.

Embora pareça inovador na forma como trata cultura como vetor do desenvolvimento, ao defender que existe uma economia da cultura, o estudo que trata do IDECULT traz premissas as quais já refutamos nas linhas anteriores para se pensar tal relação. Além disso, reforça uma prática já criticada aqui anteriormente, quando apresenta o ranking dos municípios em cada estado brasileiro no que tange ao desenvolvimento da economia cultural. Ainda que considerássemos válida essa tentativa, caberia uma última crítica ao fato de os dados já terem quase 20 anos de defasagem. Sem mais.

4.3.5.2 Qualidade ambiental

Como visto antes, questões geopolíticas são apontadas por Scidà (2004) como responsáveis pela não introdução de uma dimensão que valorize a condição do ambiente no cálculo do IDH. Essa lacuna persiste, não obstante a projeção que a questão ambiental ganhou na agenda internacional nas últimas décadas.

Desta forma, em sua fase inicial e intermediária esse estudo tentou construir um indicador de qualidade ambiental para os 78 municípios capixabas que desse uma qualificação para a condição do Meio Ambiente. Uma ampla literatura demonstrou a importância que a existência de um meio ambiente equilibrado pode ter para que as pessoas vivam bem, e nessa perspectiva tal presença pode ser considerada sinônimo de desenvolvimento. Entretanto, a escolha das variáveis e a operacionalização de um

indicador que as resumisse se mostrou inviável. Deve-se recordar que ao propor uma releitura do desenvolvimento para os 78 municípios do Espírito Santo, as variáveis devem estar disponíveis para todos. Nesse caso, pesa a dificuldade em encontrá-las. Quando estão disponíveis, há que se ter atenção a sua generosidade para demonstrar os fenômenos espaciais, bem como analisar as eventuais externalidades positivas e negativas, verificando se não atrapalham a qualificação do que se pretende apontar como condições mais ou menos desenvolvidas.

Do ponto de vista da escolha, foram trabalhados dados sobre saneamento adequado¹⁶⁰, arborização urbana e cobertura florestal municipal, providos pelo IBGE e Ministério do Meio Ambiente. Esses eram os únicos dados disponíveis para todos os municípios. A operacionalização do indicador se mostrou problemática, já que após aplicação de uma equação padronizada como nos demais indicadores das outras dimensões, o número obtido poderia não fazer jus à situação encontrada de fato naquele município, situação essa que, entretanto, poderia ser verificada apenas in loco, a qual a frieza dos números não retrata fielmente. O município de Santa Teresa é um bom exemplo – na variável ‘arborização urbana’ está mal posicionado, por de fato ter poucas árvores nas ruas. Entretanto, a sede municipal está completamente envolvida num cordão de Mata Atlântica que entrega os mesmos ou talvez até maiores benefícios ambientais que as árvores nas ruas.

Outras situações que podem ocorrer e tornam complexa a operacionalização das variáveis em indicadores para essa dimensão, colocando dúvidas quanto a sua fidedignidade são:

- saneamento de um município pode ser afetado por outro município, situado na mesma bacia, mais a montante; igualmente esse município pode afetar outros, a jusante, e isso não é captado pelos dados;
- os benefícios ambientais da presença de maior cobertura florestal podem ser muito mais usufruídos pela população de um município vizinho do que pela população daquele município onde de fato o fragmento se situa, embora os dados mostrassem um panorama diferente.

¹⁶⁰ Média da porcentagem de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água, ligados à rede geral de esgoto e com coleta de lixo.

Outro problema que notamos foi a titularidade da incidência da variável. Para o saneamento adequado, por exemplo, ela era do domicílio, sem possibilidade de cruzamento dos dados com o número de ocupantes de fato. Ainda foi verificado que os dados sobre saneamento adequado não dão um retrato fidedigno da condição do saneamento nas áreas rurais, classificando todas como desprovidas de tais serviços, prejudicando assim nas análises e construção do índice, municípios com alto contingente de população no campo sem que, entretanto a ausência desses serviços necessariamente implicasse em condições mais desfavoráveis do ponto de vista da qualidade ambiental.

Deduz-se que ao registrar essas externalidades positivas e negativas, é difícil apontar quem de fato mais ganha e mais perde, no caso da aplicação das variáveis que foram encontradas. Não é o caso de se abandonar a tarefa de construir um indicador de qualidade ambiental, mas sim de encontrar variáveis construídas por dados que melhor possam qualificar o desenvolvimento para quem de fato vive no espaço em estudo.

4.3.5.3 Crimes contra o Patrimônio

Os crimes contra o patrimônio estão tipificados no Código Penal - Decreto-lei 2848/40 de 7 de dezembro de 1940 e posteriores alterações. São eles: furto; roubo; latrocínio; receptação; danificação dolosa de coisa alheia; extorsão; extorsão mediante sequestro; usurpação e estelionato. Partiu-se da premissa de que tais crimes compõem uma ampla gama de situações que podem estar presentes no cotidiano das pessoas, contribuindo para melhorar ou piorar suas percepções sobre a segurança, e com tal, poderia estar inserido na dimensão homônima, e conseqüentemente ser um retrato das condições de desenvolvimento.

Entretanto, a operacionalização de um indicador para esta variável mostrou-se problemática. Os fatores que a rendem pouco apropriada para uso são a forte tendência à subnotificação de alguns dos delitos, como furtos e danos; a diferença de impacto sobre a população que os oito subtipos de crime contra o patrimônio carregam entre si (vide a discrepância entre um latrocínio e um furto); a grande variância nos registros de crimes encontrada entre municípios, com destaque para alguns de forte

turismo estivo, com grande oscilação da população no verão apresentando números muito altos de crimes, e, por fim, a falta de parâmetros mínimos, máximos ou aceitáveis para efetuar a equação do indicador da variável e discussão da mesma.

“O desenvolvimento bem vale uma missa”.
(PORTO-GONÇALVES, 2015)

5. ANÁLISE SOBRE O COMPORTAMENTO DO IDH RELACIONADO AO IDA

No sexto capítulo veremos o desempenho dos municípios quando comparados os novos valores e as posições a partir do IDHM para chegar ao IDA. Além disso, são feitas correlações entre o IDHM e as dimensões agregadas. Também são apresentadas as dimensões que contribuíram para quedas ou avanços nas posições dos municípios, indicando assim a atenção e prioridades que o gestor público deve ter. Outrossim, é apresentado o novo mapa do desenvolvimento dos municípios capixabas, a partir do IDA, comparando o efeito da agregação de novas dimensões ao mapa produzido pelo uso tão somente do IDHM.

Após a agregação das três novas dimensões – Segurança, Situação da Mulher e Estrutura Demográfica – foi calculada a média geométrica¹⁶¹, ou raiz sêxtupla, dando origem ao Índice de Desenvolvimento Ampliado. A opção pela adoção do cálculo da média geométrica deu-se em função da necessidade de harmonização com o método de cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano.

Confirmando as hipóteses que sustentam essa tese, houve grandes repercussões no ranqueamento dos municípios capixabas. Isso aconteceu porque algumas das variáveis que compõem as dimensões apresentaram comportamentos particulares, assim como um elevado Coeficiente de Variação (CV).

O Coeficiente de Variação é a medida que vale o resultado da divisão do desvio-padrão pela média aritmética, cujo resultado nos mostra o quão maior (ou menor) o desvio-padrão é da média (ANDRIOTTI, 2003). O coeficiente de variação é assim uma grandeza útil para comparar distribuições de unidades diferentes, dando uma ideia da regularidade ou homogeneidade das distribuições que são estudadas. A tabela 22 mostra o comportamento do CV para as variáveis estudadas.

¹⁶¹ Definida como o produto de todos os membros do conjunto elevado ao inverso do número de membros.

Tabela 22: Medidas de tendência central e coeficiente de variação das variáveis estudadas

Dimensões e seus componentes	Média	Mediana	Desvio Padrão	Coef. De variação (%)	Maior valor verificado	Menor valor verificado
Segurança	0,799	0,816	0,081	10,08	Laranja da Terra (0,937)	Pedro Canário (0,562)
• Homicídios	0,805	0,853	0,141	17,53	Apiacá (0,972)	Pedro Canário (0,388)
• Mortalidade por acidentes de trânsito	0,803	0,813	0,063	7,85	Laranja da Terra (0,932)	Alto Rio Novo (0,575)
Situação da Mulher	0,536	0,527	0,090	16,74	Dom. Martins (0,770)	Itapemirim (0,309)
• Inserção mercado de trabalho	0,525	0,531	0,101	19,27	Dom. Martins (0,801)	Itapemirim (0,250)
• Rendimento médio	0,560	0,560	0,114	20,31	São G. da Palha (0,828)	João Neiva (0,303)
• Contribuição previdenciária	0,542	0,541	0,139	25,72	Vitória (0,842)	Itapemirim (0,232)
Estrutura Demográfica	0,794	0,792	0,055	6,93	Vitória (0,928)	Conc. Da Barra (0,653)
• Razão de dependência	0,801	0,803	0,060	7,46	Iconha (0,942)	Ibitirama (0,684)
• Fecundidade	0,783	0,770	0,096	12,23	Castelo; Iconha; João Neiva (0,976)	Conc. Da Barra (0,529)
• Mortalidade infantil	0,800	0,802	0,048	6,03	Vila Velha (0,923)	Ponto Belo (0,677)
IDHM	0,692	0,684	0,038	5,50	Vitória (0,845)	Ibitirama (0,622)
• Educação	0,591	0,589	0,058	9,80	Vitória (0,805)	Sta Leopoldina (0,477)
• Longevidade	0,826	0,826	0,017	2,11	Vila Velha (0,864)	Ponto Belo (0,783)
• Renda	0,681	0,675	0,043	6,33	Vitória (0,876)	Ibitirama (0,609)
Índice Desenvolvimento Ampliado – IDA	0,693	0,692	0,039	5,64	Vitória (0,830)	Pedro Canário (0,639)

Fonte: o autor (2019); PNUD (2013). Elaboração: o autor (2019)

Para a interpretação dos dados da tabela 22 tem-se que valores elevados de CV, representam distribuições com grande heterogeneidade, e valores baixos refletem homogeneidade da distribuição (SPIEGEL, 1994; ANDRIOTTI, 2003). Assim, observa-se que, a Taxa de Mortalidade Infantil e a Longevidade apresentam baixa heterogeneidade na distribuição considerada. Por outro lado, entre onze variáveis analisadas, destacam-se cinco, todas variáveis agregadas para a composição do IDA, que apresentaram grande heterogeneidade de valores, com CV superior a 10 (homicídios, na dimensão Segurança; todas as três variáveis componentes da dimensão Situação da Mulher; Fecundidade Total, na dimensão Estrutura Demográfica).

Destaca-se que as dimensões agregadas, que traduzem novas variáveis, necessariamente não apresentam relação com o comportamento do IDHM, e que, portanto, ao não serem representadas no índice, fazem com que esse negligencie aspectos importantes, fundamentais para a boa qualificação da condição de vida – o desenvolvimento em seu ponto de chegada, como produto e não meio/processo. Um exemplo disso são as variáveis homicídios e diferença de rendimento por sexo, que apresentam correlação negativa com o IDHM. A tabela 23 nos apresenta os dados do novo ranqueamento, comparando-o com aquele do IDHM.

Tabela 23: Índice de Desenvolvimento Ampliado – IDA e Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM; Municípios do Espírito Santo (2010)

Continua

Unidade territorial	IDA		Unidade territorial	IDHM	
	Posição	Valor		Posição	Valor
Vitória	1º	0,810	Vitória	1º	0,845
Vila Velha	2º	0,766	Vila Velha	2º	0,800
São Gabriel da Palha	3º	0,751	João Neiva	3º	0,753
Bom Jesus do Norte	4º	0,751	Aracruz	4º	0,752
Colatina	5º	0,745	Cachoeiro de Itapemirim	5º	0,746
Santa Maria de Jetibá	6º	0,743	Colatina	6º	0,746
Iconha	7º	0,742	Serra	7º	0,739
Venda Nova do Imigrante	8º	0,740	São Mateus	8º	0,735
Domingos Martins	9º	0,740	Bom Jesus do Norte	9º	0,734
Alegre	10º	0,739	Guarapari	10º	0,731
Santa Teresa	11º	0,738	Anchieta	11º	0,730
João Neiva	12º	0,738	Iconha	12º	0,729
Castelo	13º	0,737	Venda Nova do Imigrante	13º	0,728
Cachoeiro de Itapemirim	14º	0,734	Piúma	14º	0,727
Anchieta	15º	0,730	Castelo	15º	0,726
Itarana	16º	0,729	Ibiraçu	16º	0,726
Itaguaçu	17º	0,728	Linhares	17º	0,724
Afonso Cláudio	18º	0,727	Alegre	18º	0,721
Laranja da Terra	19º	0,725	Cariacica	19º	0,718
Guaçuí	20º	0,723	Fundão	20º	0,718
São Roque do Canaã	21º	0,721	Santa Teresa	21º	0,714
Guarapari	22º	0,718	Nova Venécia	22º	0,712
Alfredo Chaves	23º	0,716	Rio Novo do Sul	23º	0,711
Marilândia	24º	0,713	Alfredo Chaves	24º	0,710
Mimoso do Sul	25º	0,710	Marechal Floriano	25º	0,710
São José do Calçado	26º	0,710	São Gabriel da Palha	26º	0,709
Nova Venécia	27º	0,707	Atilio Vivacqua	27º	0,708
Aracruz	28º	0,706	Guaçuí	28º	0,703
Piúma	29º	0,706	Baixo Guandu	29º	0,702
Rio Novo do Sul	30º	0,700	Itaguaçu	30º	0,702
Governador Lindenberg	31º	0,700	São Roque do Canaã	31º	0,700
Ibiraçu	32º	0,698	Jerônimo Monteiro	32º	0,698
Muqui	33º	0,698	Marataízes	33º	0,696
Vila Pavão	34º	0,698	Marilândia	34º	0,696
São Mateus	35º	0,695	Governador Lindenberg	35º	0,694
Marechal Floriano	36º	0,694	Muqui	36º	0,694
Dores do Rio Preto	37º	0,694	São José do Calçado	37º	0,688

Município	IDA		Município	IDHM	
	Posição	Valor		Posição	Valor
Cariacica	39 ^o	0,693	Itarana	39 ^o	0,684
Fundão	40 ^o	0,691	Barra de São Francisco	40 ^o	0,683
Conceição do Castelo	41 ^o	0,691	São Domingos do Norte	41 ^o	0,682
Marataízes	42 ^o	0,689	Conceição da Barra	42 ^o	0,681
Muniz Freire	43 ^o	0,688	Rio Bananal	43 ^o	0,681
Atilio Vivacqua	44 ^o	0,687	Vila Pavão	44 ^o	0,681
Linhares	45 ^o	0,687	Boa Esperança	45 ^o	0,679
Divino de São Lourenço	46 ^o	0,686	Águia Branca	46 ^o	0,678
Rio Bananal	47 ^o	0,685	Jaguaré	47 ^o	0,678
Iúna	48 ^o	0,684	Vila Valério	48 ^o	0,675
Santa Leopoldina	49 ^o	0,684	Apiacá	49 ^o	0,673
Serra	50 ^o	0,684	Pinheiros	50 ^o	0,673
Ibatiba	51 ^o	0,683	Santa Maria de Jetibá	51 ^o	0,671
Brejetuba	52 ^o	0,681	Conceição do Castelo	52 ^o	0,670
Água Doce do Norte	53 ^o	0,678	Mimoso do Sul	53 ^o	0,670
Viana	54 ^o	0,677	Domingos Martins	54 ^o	0,669
Vila Valério	55 ^o	0,677	Ponto Belo	55 ^o	0,669
Irupi	56 ^o	0,674	Afonso Cláudio	56 ^o	0,667
Baixo Guandu	57 ^o	0,672	Montanha	57 ^o	0,667
Presidente Kennedy	58 ^o	0,671	Pancas	58 ^o	0,667
Vargem Alta	59 ^o	0,669	Iúna	59 ^o	0,666
São Domingos do Norte	60 ^o	0,668	Mucurici	60 ^o	0,666
Pancas	61 ^o	0,665	Alto Rio Novo	61 ^o	0,664
Barra de São Francisco	62 ^o	0,665	Vargem Alta	62 ^o	0,663
Águia Branca	63 ^o	0,664	Ecoporanga	63 ^o	0,662
Jerônimo Monteiro	64 ^o	0,662	Sooretama	64 ^o	0,662
Ponto Belo	65 ^o	0,659	Mantenópolis	65 ^o	0,657
Boa Esperança	66 ^o	0,657	Presidente Kennedy	66 ^o	0,657
Ibitirama	67 ^o	0,651	Brejetuba	67 ^o	0,656
Ecoporanga	68 ^o	0,651	Laranja da Terra	68 ^o	0,656
Alto Rio Novo	69 ^o	0,648	Dores do Rio Preto	69 ^o	0,654
Mantenópolis	70 ^o	0,646	Itapemirim	70 ^o	0,654
Jaguaré	71 ^o	0,642	Pedro Canário	71 ^o	0,654
Montanha	72 ^o	0,640	Água Doce do Norte	72 ^o	0,652
Pinheiros	73 ^o	0,636	Ibatiba	73 ^o	0,647
Mucurici	74 ^o	0,623	Muniz Freire	74 ^o	0,645
Conceição da Barra	75 ^o	0,619	Irupi	75 ^o	0,637
Sooretama	76 ^o	0,615	Divino de São Lourenço	76 ^o	0,632
Itapemirim	77 ^o	0,615	Santa Leopoldina	77 ^o	0,626
Pedro Canário	78 ^o	0,590	Ibitirama	78 ^o	0,622
Espírito Santo	-	0,718	Espírito Santo	-	0,740

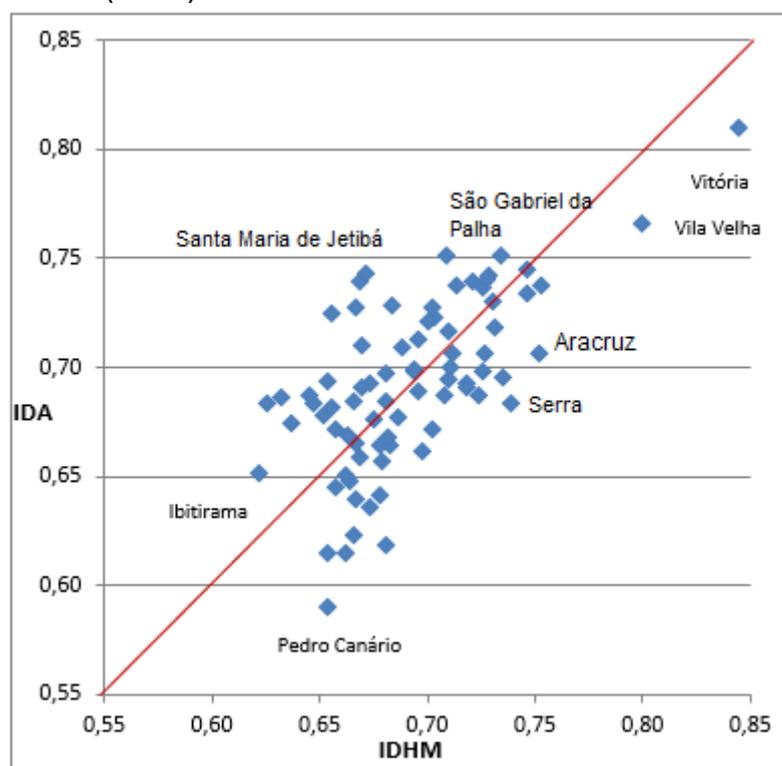
Fonte: o autor (2019), com dados do IBGE (2010) e PNUD (2013).

Da análise dos dados produzidos e apresentados na tabela 23 emerge que dois municípios, Vitória e Vila Velha, permaneceram estáveis, não alterando suas posições em relação ao ranking do IDHM, sendo que a capital manteve sua posição de primazia no comparativo entre as classificações. Deve ser sublinhado que cinco municípios (Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica e Anchieta) concentram em torno de 65% da economia estadual, sendo que dentro desse grupo a capital, Vitória, é o que apresenta

o maior valor, tendo sido responsável por 30,41% do PIB do estado em 2010, com destaque para o setor de Serviços e a Indústria Extrativa Mineral (IJSN, 2012), o que gera uma concentração de oportunidades socioeconômicas sem par no contexto dos municípios do estado. Os municípios que melhoraram suas respectivas posições na passagem do IDHM para o IDA somam 36; já outros 40 perderam posições, e dois se mantiveram estáveis (Vitória e Vila Velha)

Para além das trocas de posições, foi verificado a alteração dos valores do IDA ante aos valores do IDHM. Nesse sentido, 38 municípios obtiveram uma pontuação maior no IDA em relação àquela apresentada no IDHM. Outros 39 apresentaram pontuações inferiores. Ressalta-se que em face do movimento geral de troca de posições da grande maioria deles, a melhora na pontuação não significou necessariamente uma mais alta posição na classificação gerada. A esse propósito, o gráfico 19 é ilustrativo, apresentando a dispersão dos municípios quando comparados no que tange ao comportamento do IDA e do IDHM.

Gráfico 19: Correlação entre IDA e IDHM dos municípios capixabas (2010)



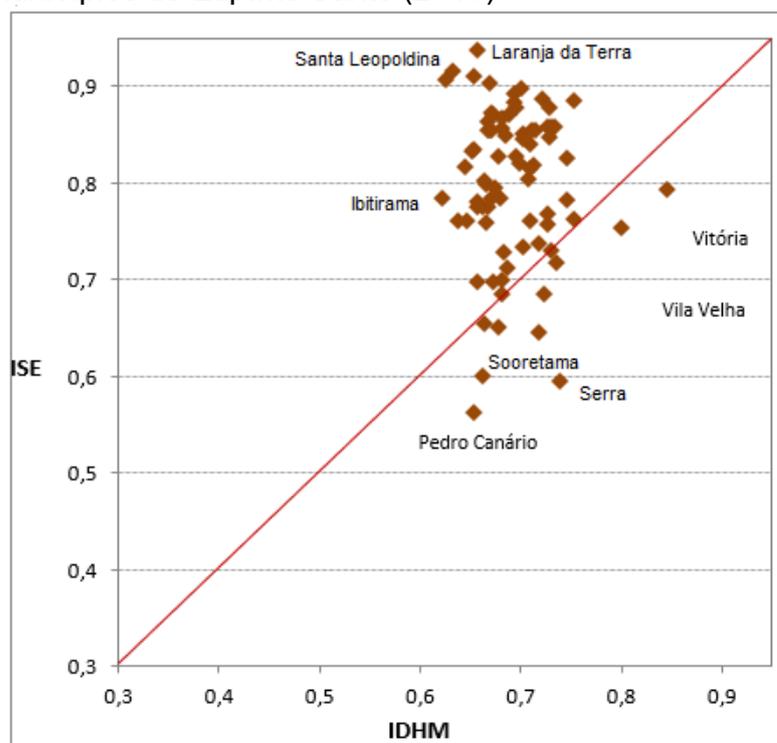
Fonte: o autor (2019); PNUD (2013). Elaboração: o autor (2019).

Da análise do gráfico 19 depreende-se que em termos comparativos, as classificações propostas pelo IDA e o IDHM mostram-se equilibradas para os municípios do Espírito Santo. As variáveis que foram propostas para compor novas dimensões para mensurar o desenvolvimento alcançado por esses municípios para a série temporal considerada tendem a fazê-los aparecer em uma situação de equilíbrio, com aproximadamente a metade dos municípios do estado posicionando-se mais favoravelmente ao IDA e outra metade mais favoravelmente ao IDHM.

O mérito aqui não está em transparecer nova classificação e ranqueamento, embora isso tenha sido feito de forma protocolar. O mérito está na demonstração de como, ao agregar outras variáveis que são descritivas do espaço geográfico e da sociedade, esse mesmo espaço e essa mesma sociedade, podem ser concebidos, percebidos e vividos de outra forma.

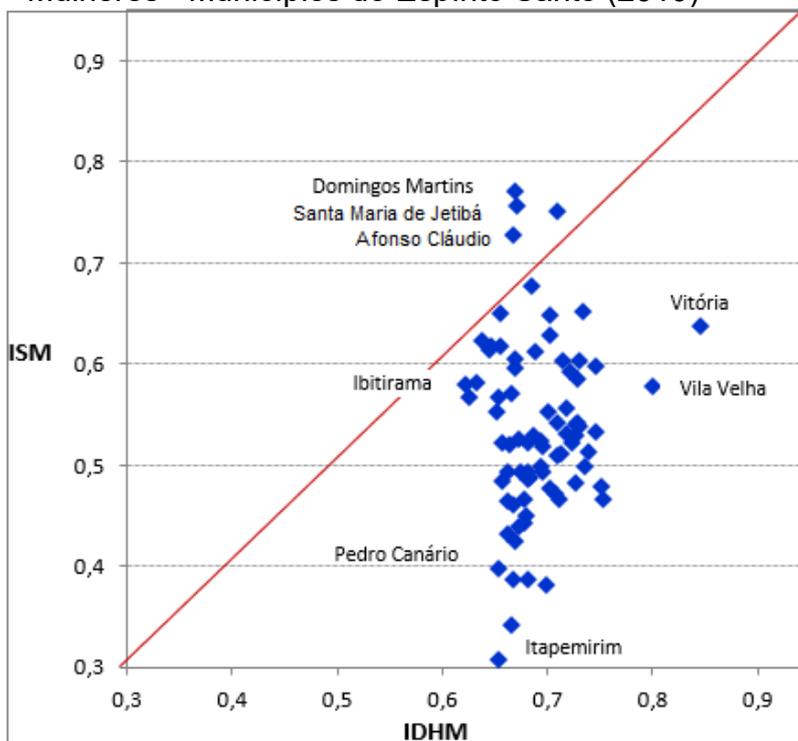
Caso a comparação seja feita entre as novas dimensões agregadas para formação do IDA e o IDHM clássico, outras nuances vêm à tona. A sequência de gráficos a seguir (nº 20, 21 e 22) é ilustrativa.

Gráfico 20 - Correlação entre IDHM e Segurança - Municípios do Espírito Santo (2010)



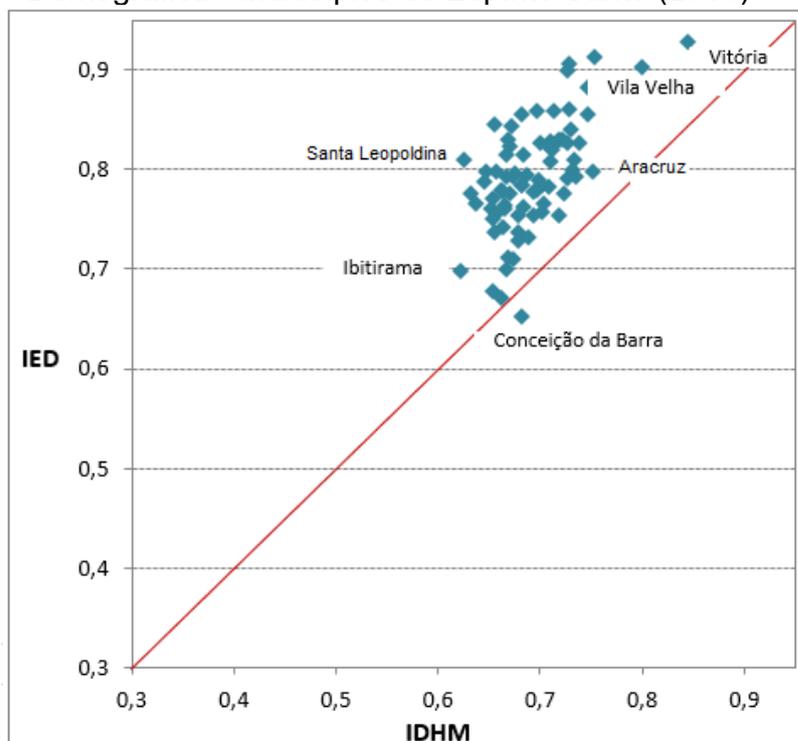
Fonte: o autor (2019); PNUD (2013). Elaboração: o autor (2019).

Gráfico 21- Correlação entre IDHM e Situação das Mulheres - Municípios do Espírito Santo (2010)



Fonte: o autor (2019); PNUD (2013). Elaboração: o autor (2019).

Gráfico 22 - Correlação entre IDHM e Estrutura Demográfica - Municípios do Espírito Santo (2010)



Fonte: o autor (2019); PNUD (2013). Elaboração: o autor (2019).

Para o gráfico 20, que mostra a dispersão dos municípios capixabas para a relação entre o IDHM e a dimensão Segurança, percebe-se o comportamento em que a maior parte deles movimentou-se para a direção de aumentar o índice obtido na Segurança (para as faixas acima de 0,700 – alto e 0,800 – muito alto), a despeito de essa mesma maioria manter uma posição intermediária no que tange ao IDHM (entre 0,600 e 0,699). Cabe ressaltar a grande variabilidade do indicador, além do que os municípios da região metropolitana, que concentram grande parte da população capixaba, nessa dimensão têm posições inferiores ao índice do estado (0,751), com exceção feita à Vila Velha (0,754) e Vitória (0,793). Ainda assim, embora tendo índices acima do registrado pelo estado, quando comparada ao IDHM a agregação da dimensão da segurança coloca ambos numa posição inferior, o que demonstra que a dimensão impacta negativamente na percepção do desenvolvimento conforme este é mensurado pelo IDA.

Já no que diz respeito à dispersão dos municípios capixabas para a relação entre o IDHM e a dimensão Situação da Mulher (gráfico 21) observa-se que para um grupo considerável de municípios, o IDHM alto (entre 0,700 e 0,799) e até mesmo na faixa de desenvolvimento média (entre 0,600 e 0,699) não foram mantidos quando a questão era avaliar como as mulheres estavam inseridas na sociedade a partir das três variáveis adotadas e anteriormente discutidas. No caso, esse mesmo grupo fica posicionado numa posição baixa (entre 0,500 e 0,599) e abaixo de 0,499, o que significaria, em valendo-se da mesma régua de faixas de desenvolvimento para o IDHM, a estar na faixa ‘muito baixa’ de desenvolvimento para a dimensão. Cabe ainda ressaltar que tal como a dimensão Segurança, esta dimensão apresentou forte variabilidade na distribuição. Além disso, a maioria dos municípios apresentou redução de posição frente ao IDHM, incluindo os dois municípios de mais alto IDHM do estado – Vitória e Vila Velha.

Essa característica não se aplica quando analisamos a dispersão dos municípios capixabas para a relação entre o IDHM e a dimensão Estrutura Demográfica (gráfico 22). Entre as três dimensões agregadas ao IDHM para a formação do IDA, essa se mostrou mais homogênea. Ainda se observa que um grupo muito numeroso de municípios de médio IDHM está posicionado como de ‘muito alto’ índice de Estrutura

Demográfica, evidenciando as transformações que tem ocorrido na população capixaba independentemente de outras questões socioeconômicas. Todos os municípios capixabas apresentaram (exceção feita à Conceição da Barra), a despeito da existência de pequenas variabilidades entre eles, melhora nas posições que ocupavam frente ao IDHM.

Ressalta-se que nos gráficos 19 a 22 estão especificados Vitória e Vila Velha, que apresentam os mais elevados IDHM e IDA, bem como são citados nominalmente outros municípios de mais elevados e mais baixos valores dos índices apresentados.

A amplitude dos dados¹⁶² apresentados entre o primeiro e último colocados em ambas as classificações teve discreta diminuição. No ranking do IDHM, 0,223 separam o mais bem colocado, Vitória (0,845), do município situado na base da lista do PNUD – Ibitirama (0,622). Após a agregação das três novas dimensões formando o IDA, foi determinada a nova amplitude entre a capital, que manteve sua condição de primazia (0,810) e Pedro Canário (0,590), agora o último na classificação – 0,220.

Evidentemente, as mudanças nas respectivas posições ocupadas ao compararmos ambas as classificações podem não decorrer necessariamente de um padrão ou tendência de um município apresentar baixos valores para todas as três novas dimensões. Ao contrário, como exposto na tabela nº 24, há grandes discrepâncias entre os resultados dos indicadores.

Tabela 24: Discrepância entre índices das dimensões do IDA para municípios selecionados (2010)

Município	ISE	ISM	IED
Águia Branca	0,828	0,443	0,755
Aracruz	0,763	0,480	0,798
Boa Esperança	0,784	0,451	0,729
Conceição da Barra	0,700	0,388	0,653
Ecoporanga	0,776	0,432	0,780
Itapemirim	0,750	0,309	0,834
Jerônimo Monteiro	0,789	0,381	0,821
Pinheiros	0,710	0,440	0,698

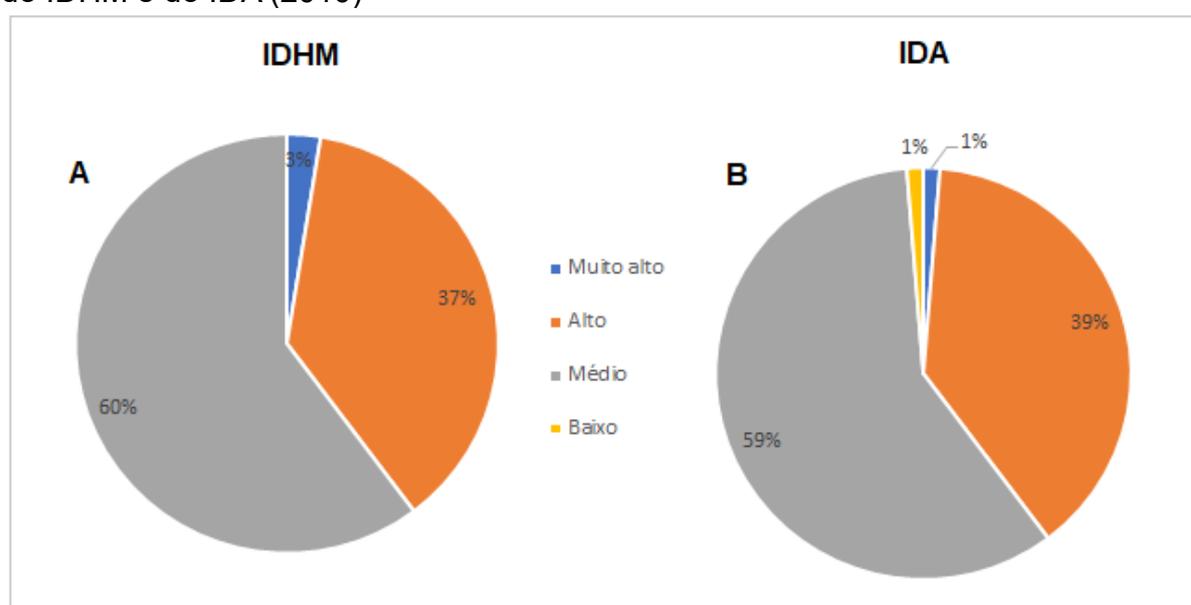
Fonte e elaboração: o autor (2019).

A sequência do gráfico 23 (A e B) evidencia a migração dos municípios do Espírito

¹⁶² Vale simplesmente a diferença entre o maior e o menor valores presentes nos dados (ANDRIOTTI, 2003).

Santo após ter ocorrido a agregação das novas dimensões, originando o IDA. No que tange à distribuição dos municípios por intervalo de classe entre 0 e 1 para fins de inserção nas faixas de desenvolvimento preconizadas pelo IDHM, a transição para o IDA, como já exposto antes, não aportou diferenças significativas na composição por número de municípios das faixas. Menciona-se o fato que no IDA, um município, Pedro Canário, descendeu à faixa 'baixo', e a faixa 'muito alto', que contava com dois municípios, perdeu um, que passou à faixa 'alto'.

Gráfico 23 (A e B): Distribuição dos municípios do ES por faixa de desenvolvimento do IDHM e do IDA (2010)



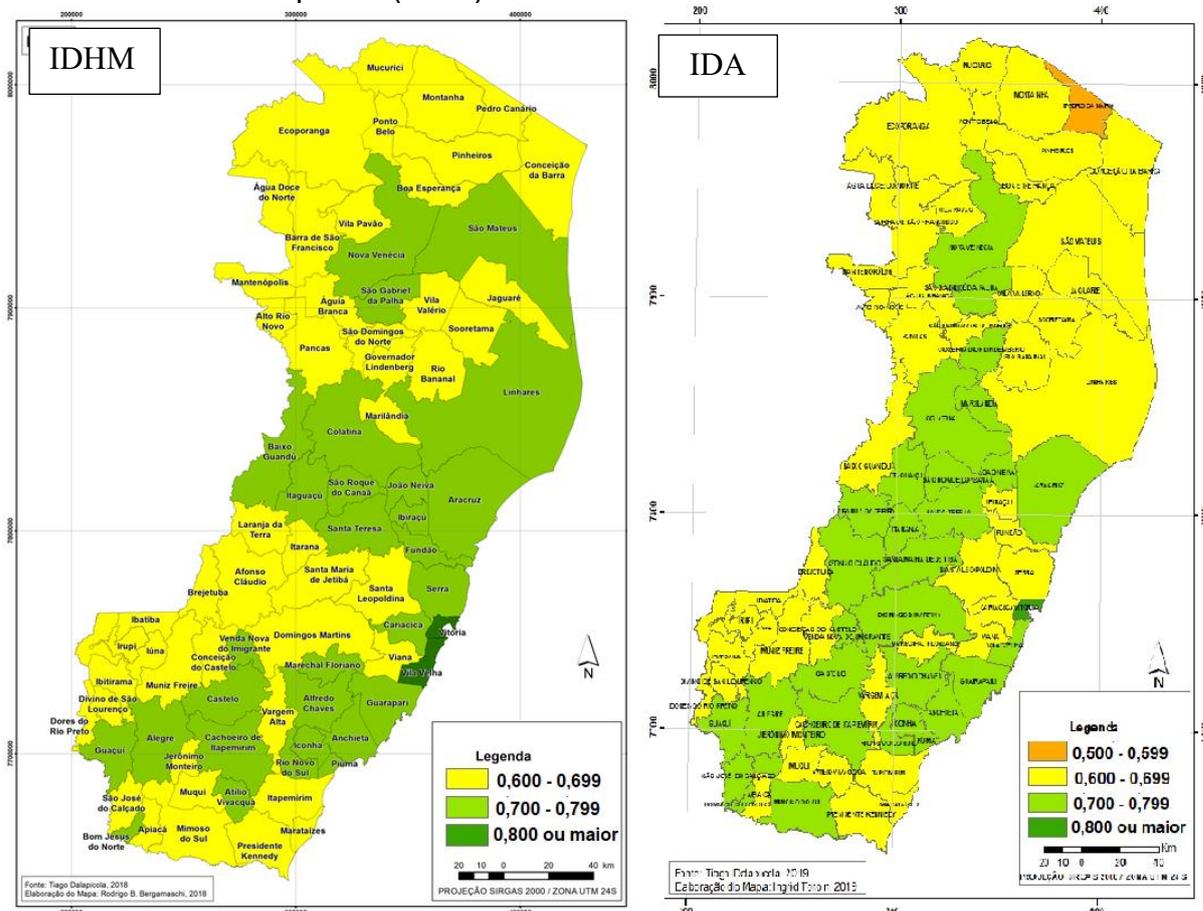
Fonte: o autor (2019); PNUD (2013).

O mapa 27 mostra a distribuição dos municípios do Espírito Santo segundo as faixas de desenvolvimento preconizadas no Índice de Desenvolvimento Ampliado, comparando-a à distribuição dos municípios segundo o IDHM (mapa 26, à esquerda).

Ao observá-lo, vemos que Vitória, na faixa de desenvolvimento ampliado 'muito alta' (agora o município está isolado nessa faixa, visto que Vila Velha obteve índice inferior àquele que possuía – passou de 0,800 para 0,766, posicionando-se na faixa 'alto'), tiveram os valores reduzidos, do IDA em relação ao IDHM, devido às dimensões Segurança e Situação da Mulher. A maior parte dos municípios se posiciona na faixa de médio desenvolvimento (0,600-0,699). Essa faixa de desenvolvimento está distribuída de norte a sul do estado, com destaque para a região ao norte do rio Doce. Entre aqueles municípios que apresentam desenvolvimento ampliado alto (0,700-

0,799), nota-se concentração sobretudo nas regiões centro-serrana e Sul (22 municípios), mas ainda podem ser encontrados na RMGV (três), bem como um *continuum* entre Colatina e Nova Venécia. De forma geral mas com algumas exceções, nota-se um eixo de sul a norte através do centro do estado que apresenta concentração de municípios na faixa ‘alta’ do IDA, deixando ao litoral e junto das divisas mineira, baiana e fluminense a concentração de municípios com IDA médio e baixo (nesse caso, como mencionado antes, apenas Pedro Canário).

Mapas 26 e 27: Distribuição dos municípios capixabas segundo o IDHM e o Índice de Desenvolvimento Ampliado (2010)



Fonte: O autor (2019); PNUD (2013).

A tabela 25 sintetiza o processo de migração dos municípios segundo as faixas de desenvolvimento do IDHM ao IDA. Nela se pode notar com maior destaque a passagem dos municípios da faixa de desenvolvimento ‘intermediário’ à faixa ‘alto’.

Tabela 25: Faixas de desenvolvimento do IDHM e do IDA – municípios do ES (2010)

Faixas do desenvolvimento	IDHM		IDA	
	Municípios	%	Municípios	%
Muito alto	2	3	1	1
Alto	46	59	30	39
Médio	30	38	46	59
Baixo	-	-	1	1

Fonte: PNUD (2013); o autor (2019).

Entre as maiores oscilações na passagem da classificação do IDHM para o IDA, destacamos variações positivas e negativas superiores a 25. Desta forma, elaboramos a tabela nº 26, que além das respectivas posições ganhadas, mostra qual dimensão foi responsável pela mudança.

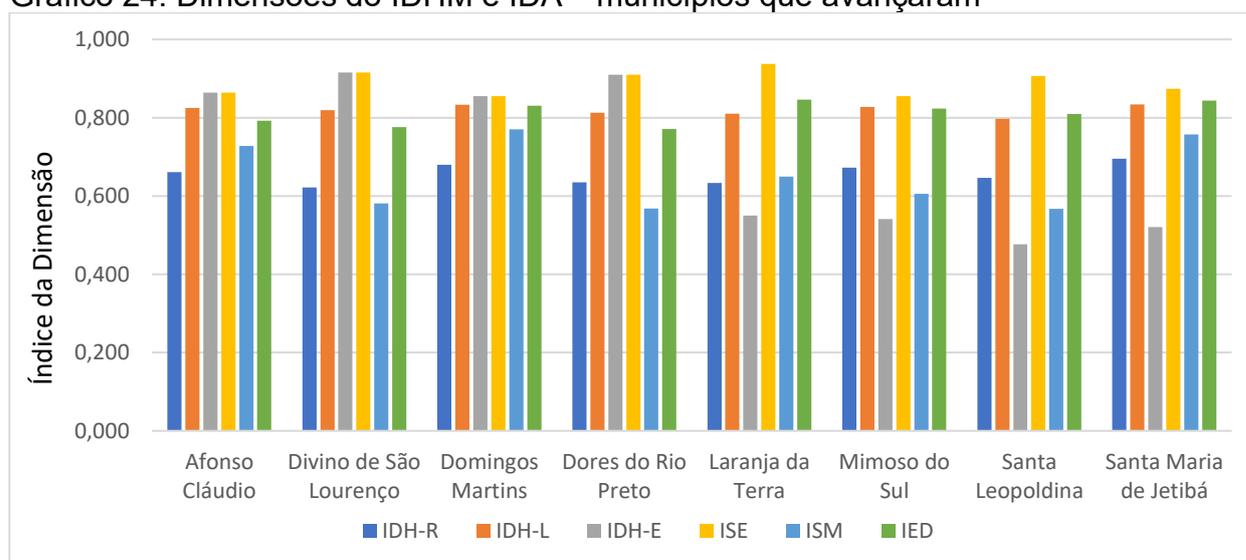
Tabela 26: Dimensões do IDHM e IDA – municípios que avançaram

Municípios	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E	ISE	ISM	IED	Posições ganhas	Dimensões responsáveis
Laranja da Terra	0,633	0,810	0,550	0,937	0,650	0,846	49	ISE; IED
Domingos Martins	0,680	0,833	0,855	0,855	0,770	0,831	45	ISE; ISM; IED
Santa Maria de Jetibá	0,695	0,834	0,521	0,873	0,757	0,844	45	ISE; ISM; IED
Afonso Cláudio	0,661	0,825	0,864	0,864	0,728	0,793	38	ISE; ISM; IED
Dores do Rio Preto	0,635	0,813	0,910	0,910	0,568	0,771	32	ISE; IED
Divino de São Lourenço	0,622	0,819	0,915	0,915	0,581	0,776	30	ISE; IED
Mimoso do Sul	0,672	0,827	0,541	0,855	0,606	0,823	28	ISE; IED
Santa Leopoldina	0,646	0,797	0,477	0,906	0,568	0,809	28	ISE; IED

Fonte: PNUD (2013); o autor (2019).

Os resultados acima apresentados são expressos também no gráfico nº 24.

Gráfico 24: Dimensões do IDHM e IDA – municípios que avançaram



Fonte: PNUD, 2010; o autor, 2019. Elaboração: o autor, 2019.

Evidentemente as grandes trocas de posições assumidas na classificação do IDA apresentadas no gráfico 21 podem significar que no ranking do IDHM esses municípios ocupavam posições muito baixas. Era justamente esse o caso de alguns dos municípios de maior ganho de posições – Laranja da Terra, Dores do Rio Preto, Santa Leopoldina e Divino de São Lourenço - que ocupavam o último dos quintis do ranking do IDHM.

Para os municípios que perderam mais que 25 posições se faz a mesma dinâmica. Estão elencados na tabela nº 27, que além das respectivas posições perdidas, mostra qual dimensão foi responsável pela mudança.

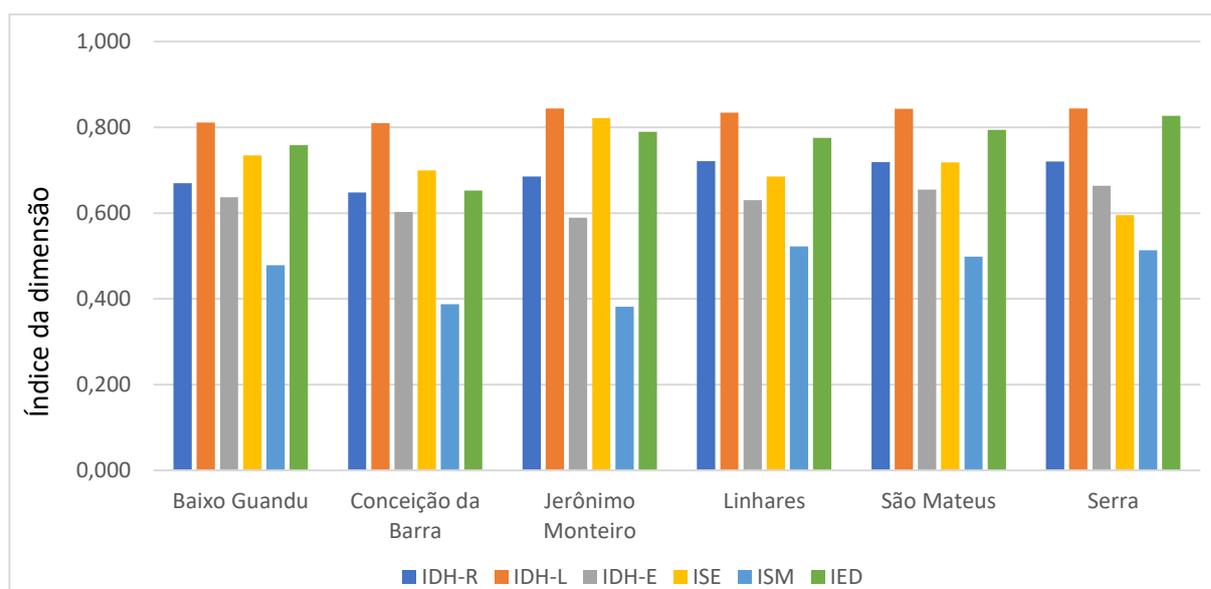
Tabela 27: Dimensões do IDHM e IDA – municípios que recuaram

Municípios	IDHM-R	IDHM-L	IDHM-E	ISE	ISM	IED	Posições perdidas	Dimensões responsáveis
Serra	0,720	0,844	0,664	0,595	0,513	0,827	43	ISE; ISM
Conceição da Barra	0,648	0,810	0,603	0,700	0,388	0,653	33	ISM
Jerônimo Monteiro	0,685	0,844	0,589	0,821	0,381	0,789	32	ISM
Baixo Guandu	0,670	0,811	0,637	0,735	0,478	0,758	28	ISM
Linhares	0,721	0,834	0,630	0,685	0,523	0,775	28	ISE; ISM
São Mateus	0,719	0,843	0,655	0,718	0,499	0,794	27	ISE; ISM

Fonte: PNUD (2013); o autor (2019).

A expressão gráfica da tabela nº 27 encontra-se no gráfico 25.

Gráfico 25: Dimensões do IDHM e IDA – municípios que recuaram



Fonte: PNUD, 2010; o autor, 2019. Elaboração: o autor, 2019

Da análise de ambos os recursos (gráficos 24 e 25 e tabelas 26 e 27) nota-se que os

municípios devem ter um conjunto de metas no que diz respeito ao alcance do desenvolvimento. Entretanto, como demonstrado, existem objetivos distintos a serem perseguidos com mais empenho por cada um deles.

Da análise do mapa 27, à página 268, percebe-se que o desenvolvimento na sua faixa alta foi distribuído por áreas onde antes, de acordo com as dimensões do IDHM, se considerava de faixa intermediária. Do espraiamento dessa condição, quais reflexões se podem fazer? No que elas podem auxiliar numa melhor compreensão do espaço? Ao prescindir do IDHM como único meio de mensurar o desenvolvimento, os resultados demonstraram que o espaço está aberto e em permanente construção. Entretanto, talvez precisemos avançar na forma como o percebemos.

Por outro lado, os avanços obtidos a partir da agregação de três novas dimensões ao IDHM podem ser refreados. Crises econômicas podem diminuir a oferta de emprego, e nesse caso, vimos que são as mulheres que primeiro perdem seus postos de trabalho. A falta de investimento pode deteriorar a condição das vias, levando a incrementos nos acidentes de trânsito com vítimas fatais. A taxa de mortalidade infantil pode voltar a subir, caso algum de seus principais motivos deixem de ser objeto de políticas de combate. O mesmo pode, outrossim, acontecer com as dimensões clássicas do IDHM, em tempo. Conclui-se, dessa forma, que alguns indicadores podem, segundo a tendência em curso, deixar de serem fatores de diferenciação.

Por fim, quais eventuais outras descobertas teríamos feito e a quais outras constatações teríamos chegado se as variáveis e dimensões testadas e refutadas, bem como outras quaisquer tivessem sido exitosamente empregadas no sentido da construção de nosso novo índice de mensuração do desenvolvimento?

"Mal terminei, porém, todo o curso de estudos ao fim do qual se costuma ser incluído na categoria dos doutos, mudei inteiramente de opinião. É que me vi embaraçado por tantas dúvidas e erros, que me parecia não ter tirado outro proveito, buscando instruir-me, senão o de ter descoberto cada vez mais a minha ignorância."

DESCARTES, R. Discurso do método / Regras para a direção do espírito. São Paulo: Martin Claret, 2002.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese resulta de uma inquietação quanto à capacidade de o IDH traduzir a condição do desenvolvimento, este entendido enquanto o final do percurso de ampliação das possibilidades de escolhas que determinados povos, assentados sobre determinados espaços, têm.

Através de uma exposição de problemáticas e justificativas na raiz de sua hipótese, vimos que a divulgação e publicização dos rankings do PNUD podem forjar preconceitos e estigmas de caráter espacial. Há um forte apelo midiático envolvido nos noticiários e a população, como denotado, pode ser levada a crer que os aspectos negligenciados nas dimensões que o IDH não aborda, não são importantes para sua vida cotidiana.

Da vontade de contribuir para o entendimento de questões pertinentes a esse campo de investigação, multidisciplinar por essência, mas ao mesmo tempo polêmico e instigante, propusemos a agregação de três novas dimensões ao IDHM, formando assim o IDA – Índice de Desenvolvimento Ampliado.

No caminho percorrido muitas dificuldades foram encontradas. O trabalho com os dados e com o refinamento das variáveis trouxe à tona quão problemáticas são pesquisas dessa natureza. Muitas simulações foram feitas para chegar a uma situação em que os indicadores produzidos a partir de variáveis que compuseram as novas dimensões agregadas para a formação do Índice de Desenvolvimento Ampliado pudessem ser considerados representativos do espaço dos municípios capixabas e da população que vive sobre este.

Os dados usados na construção dos indicadores passaram por muitas simulações, adotando parâmetros internacionais, nacionais e regionais para dar suporte à comparabilidade. Entretanto, ao estudar populações pouco numerosas, características de municípios menores do estado, pode-se verificar problemas com os dados, desde a não ocorrência do fenômeno estudado no recorte temporal adotado ou a subnotificação. São desafios com os quais o pesquisador se depara na pesquisa. Há de se fazer menção ao fato de que entre as variáveis previamente estudadas,

houve casos de alteração na fonte primária, como quando o IBGE repentinamente substituiu em sua plataforma de busca 'saneamento adequado', que encerrava em si uma porcentagem composta por ligação à rede geral de abastecimento de água, ligação à rede geral de esgoto e coleta de lixo por 'esgotamento sanitário' dos domicílios, fazendo com que assim perdêssemos a amplitude analítica da variável. Junto de arborização urbana e cobertura vegetal municipal ela teria composto uma dimensão denominada Qualidade Ambiental. Esses dados poderiam ter sido eventualmente calculados, mas uma série de reflexões de ordem metodológica pôs em xeque a validade das variáveis que qualificariam a dimensão Qualidade Ambiental, nos termos que propusemos, para o território capixaba.

Para o saneamento adequado, por exemplo, a titularidade dos dados era do domicílio, sem possibilidade de cruzamento dos dados com o número de ocupantes de fato. Ainda foi verificado que os dados sobre saneamento adequado não davam um retrato fidedigno da condição do saneamento nas áreas rurais, classificando todas como desprovidas de tais serviços, prejudicando assim nas análises e construção do índice, municípios com alto contingente de população no campo, sem que, entretanto a ausência desses serviços necessariamente implicasse em condições mais desfavoráveis do ponto de vista da qualidade ambiental. Essas e outras reflexões, como ressaltado antes, estão expostas no subitem 5.3.5.

A proposição de novos olhares sobre a questão do desenvolvimento não é algo novo. O próprio UNDP incentiva os países a inovarem e criarem IDH em nível nacional e subnacional, ressalvada a importância da consistência de tais inovações, bem como a necessidade de adoção de rigorosos padrões estatísticos (UNDP, 2015).

Em particular, os ajustes do IDH devem utilizar os mesmos métodos de ponderação e normatização que o IDH global, fazendo uso de valores máximos e mínimos na trave de valores da equação de cálculo bem justificados para criar um índice para qualquer novo componente e definir claramente os pesos, caso estes se façam necessários. Estes requisitos deixam muito espaço para inovações que refletirão prioridades e problemas relevantes para o nível de desenvolvimento de um país ou ente subnacional. O UNDP (2015) afirma que os ajustes ao IDH podem envolver:

- Adição de novos indicadores para os índices das dimensões;

- Adição de novas dimensões;
- Alteração de pesos ou valores específicos do indicador;
- Cálculo para áreas subnacionais.

No que diz respeito a esse último tópico, a disponibilidade dos dados das variáveis utilizadas na tese é também encontrada para todos os outros estados e municípios brasileiros, o que evidencia que o estudo pode ser facilmente replicado em outros entes subnacionais desde que se entenda que as variáveis e dimensões adotadas possam ser significativas na representação da condição do desenvolvimento alcançado por tais espaços e pelas pessoas que ali vivem.

Atentos aos resultados aferidos nota-se que várias dimensões da qualidade de vida contribuem para a percepção do quão desenvolvido o espaço é, embora elas não sejam fielmente retratadas nas três dimensões do IDHM. Não há, entretanto, movimento por parte do PNUD no sentido de discutir e propor uma revisão geral do IDH, agregando novas dimensões, oficializando uma forma ampliada de compreender o desenvolvimento.

Sempre na perspectiva de Sen, da liberdade como possibilidade de desenvolvimento, não poderíamos deixar de mencionar os inúmeros e mais atuais acenos de possíveis ataques às liberdades civis individuais e coletivas, oriundas de governos eleitos nas mais variadas partes do mundo: ataques à natureza, a partir da flexibilização de leis ambientais, da desarticulação dos órgãos de fiscalização e controle ambientais e da não observância de tratados ambientais internacionais; ataques aos direitos sociais, a partir da extinção de secretarias e órgãos que cuidam de segmentos e grupos específicos, marginalização do acesso à cultura bem como ideologização de sua própria definição; congelamento de gastos públicos, congelamento de investimentos na educação, etc.

Espera-se que as luzes lançadas sobre a questão da mensuração do desenvolvimento dos municípios capixabas, possa, em alguma medida, subsidiar discussões sobre essas e outras agendas:

- como melhorar a mensuração dos dados;
- como fazer a virada do cenário quantitativo ao qualitativo;

- como sensibilizar para a importância de considerar as dimensões propostas, ao planejar e implementar políticas públicas;
- como melhorar os números apresentados pelos indicadores trazidos (violência, desigualdade entre os sexos, mortalidade infantil etc.)

O Espírito Santo, embora fosse com certa frequência considerado o ‘primo pobre’ ou o ‘patinho feio’ do Sudeste, apresenta atualmente alguns dos melhores indicadores socioeconômicos do Brasil. Teve lugar nessa tese a menção ao fato de ocuparmos as seguintes posições no que tange a importantes indicadores da nossa condição de desenvolvimento, bem como citam-se abaixo outros, igualmente bons qualificadores para o desenvolvimento:

- a menor taxa de mortalidade infantil do país¹⁶³;
- a segunda mais alta expectativa de vida para recém-nascidos¹⁶⁴;
- a mais alta sobrevivência para pessoas aos 60 e 65 anos¹⁶⁵;
- a quinta mais baixa concentração fundiária, dada pelo Índice de Gini¹⁶⁶;
- o melhor desempenho em testes educacionais com o PISA¹⁶⁷

Entretanto, como demonstrado, muitas outras variáveis que qualificam a condição do desenvolvimento precisam ser melhoradas. Os valores que a sociedade capixaba e brasileira tem, nesse sentido, são claros ao associar positivamente a melhoria dos indicadores construídos para as oito variáveis analisadas à qualidade de vida, por mais controverso que esse tema possa ser. É inegociável a expectativa de que baixas taxas de criminalidade e violência e, por conseguinte o aumento da percepção de segurança seja almejada. É inegável que uma sociedade seria melhor para se viver caso homens e mulheres tivessem as mesmas oportunidades e tratamento. É importante que uma população tenha equilíbrio. A essas características do

¹⁶³ Disponível em [ftp.ibge.gov.br/ Tabuas...de...de.../tabua_de_mortalidade_2017_analise.pdf](ftp.ibge.gov.br/Tabuas...de...de.../tabua_de_mortalidade_2017_analise.pdf). Acesso em 02/04/19.

¹⁶⁴ Disponível em [ftp.ibge.gov.br/ Tabuas...de...de.../tabua_de_mortalidade_2017_analise.pdf](ftp.ibge.gov.br/Tabuas...de...de.../tabua_de_mortalidade_2017_analise.pdf). Acesso em 02/04/19

¹⁶⁵ Disponível em [ftp.ibge.gov.br/ Tabuas...de...de.../tabua_de_mortalidade_2017_analise.pdf](ftp.ibge.gov.br/Tabuas...de...de.../tabua_de_mortalidade_2017_analise.pdf). Acesso em 02/04/19

¹⁶⁶ IBGE, Censo Agropecuário 2006

¹⁶⁷ Disponível em

http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf. Acesso em 16/10/19.

desenvolvimento se pode atribuir o termo qualidade de vida.

Um aporte ainda mais à vanguarda na linha das tentativas de melhor caracterizar o desenvolvimento como qualidade de vida é proposto por Alberto Acosta, economista e político equatoriano que recentemente publicou 'O bem viver – uma oportunidade para imaginar outros mundos'. Em 264 páginas, Acosta conceitua o Bem Viver, filosofia nascida dos conhecimentos e práticas indígenas sul-americanas¹⁶⁸.

Na perspectiva da filosofia do Bem Viver, Acosta foi um dos maiores responsáveis por colocar os Direitos da Natureza na Constituição do Equador de 2008, fato inédito na história do constitucionalismo ocidental (LAUREANO, 2016).

O Bem Viver e o IDA comungam na crítica à ideia de desenvolvimento enquanto progresso, ou crescimento econômico, que podem ser mensurados através da mera elevação do padrão de vida. Entretanto, diferem nos seguintes aspectos – o bem viver é uma construção permanente, e não um ponto de chegada, como a ideia de desenvolvimento aportada pelo IDA¹⁶⁹. Outro ponto de divergência é que o Bem-Viver implica em mudanças profundas nas concepções de desenvolvimento, que vão além de meras correções ou ajustes. O IDA, porém, não trata de nenhum deles, mas ao contrário de uma ampliação da forma como podemos mensurar o desenvolvimento.

Por fim, o Bem Viver está ligado à crença de que em vez de insistir em 'desenvolvimentos alternativos' se deveria construir 'alternativas ao desenvolvimento'. Nesta mesma linha Porto-Gonçalves (2015) corrobora: os desafios ambientais que temos tido nas últimas décadas e especialmente nos tempos atuais nos convidam, segundo o autor, para a busca de alternativas ao e não de desenvolvimento. O aporte é interessante, mas ainda pouco explorado, cabendo possibilidades de estudos futuros.

A proposta apresentada nessa tese busca cumprir sua função de provocar reflexões

¹⁶⁸ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/alberto-acosta-para-entender-a-fundo-os-sentidos-de-bem-viver> Extraído em 10/10/18.

¹⁶⁹ Admite-se, contudo, que esse 'ponto de chegada' deve ser constantemente reavaliado, seja pela alteração de parâmetros mínimos e máximos, seja pela inserção ou subtração de variáveis ou dimensões para mensurar o desenvolvimento. Sob tal perspectiva, o IDA também seria uma construção permanente.

sobre a condição do desenvolvimento. Contudo é um movimento que deve ser contínuo. Após a apreensão dos dados e reflexões trazidos, uma sugestão seria de acompanhar o comportamento de algumas variáveis propostas, verificando a adequação de sua permanência no IDA ou não. Em outras palavras: nas próximas décadas, haverá necessidade de manter a variável 'homicídios', diante da tendência de queda em sua taxa verificada nos últimos anos? A taxa de mortalidade infantil, que já está baixa, ainda será uma boa variável para demonstrar a condição do desenvolvimento? Os espaços cada vez mais ampliados das mulheres na sociedade farão de sua condição uma variável significativa para estudos no futuro? Ou seja, essas variáveis poderão não mais demonstrar diferenciações espaciais relevantes para utilização como indicadores. Esses e outros questionamentos podem dar corpo a novas pesquisas, mas ressalta-se, em se mantendo as tendências atuais.

Outra sugestão seria de, para aqueles municípios mais populosos, aprofundar as análises em nível de bairro, zonas, setores censitários, comunidades etc., verificando a existência de diferenças em matéria de desenvolvimento na escala intramunicipal. Uma pergunta interessante para se fazer é – como o maior ou menor desenvolvimento se apresentaria, caso incluíssemos novas dimensões, estas formadas por um conjunto de diferentes variáveis, dentro dos municípios?

Pode-se também caminhar na direção de indicadores de desenvolvimento espacial, e não apenas focados na figura do indivíduo. Acesso à Cultura e fruição de um meio ambiente equilibrado precisam ser inseridos definitivamente nessa seara. Os seres humanos se deslocam, levando consigo as vantagens individuais do seu 'desenvolvimento', tal como definido pelo IDHM. Eles levam seus anos de estudo, os benefícios adquiridos pela renda acumulada ou a boa situação de saúde.

Já a valorização de características espaciais ditas desenvolvidas, como a presença de estruturas físicas e equipamentos em geral ou mesmo atributos naturais permanecem (o saneamento, os equipamentos culturais, as possibilidades de lazer, as florestas e áreas verdes com suas externalidades positivas etc.), fazendo com que essas características possam ser usufruídas por quem imigra sem aquelas características do desenvolvimento individual, da pessoa, e assim, até que as

conquistem, usufruam do desenvolvimento oferecido ‘pelo/no espaço’. Parece fundamental encontrar equilíbrio entre o desenvolvimento para o indivíduo e o desenvolvimento para o espaço.

De certa forma, encontrar uma solução que responda ao desafio de valorização do espaço e seus atributos, sejam estes naturais ou socialmente construídos, em cenário contemporâneo de extrema fluidez e mobilidade parece deveras difícil. Isso não muda o fato de que ao se deslocar, conforme a premissa estabelecida anteriormente, o indivíduo carrega consigo as características individuais do ‘desenvolvimento’ de que é titular – bem instruído, saudável e com renda decente -, mas pode eventualmente ser impactado de forma negativa pelo lugar para onde imigra – insalubre, esteticamente desagradável, com poucas opções de lazer, cultura, ausência de liberdades e carências diversas, que impactarão na forma como vive e percebe o desenvolvimento. Eis porque há que se encontrar equilíbrio entre ambos.

A passagem de uma forma de promoção de desenvolvimento bem como de sua mensuração que transite do individual ao espacial é difícil pela própria natureza e forma de apropriação do espaço – concebido, percebido e vivido. Para Lefebvre (2000), criador da tríade, o desenvolvimento desigual agravado, o atraso de regiões e de camadas inteiras da população são considerados como negligenciáveis por atores que atuam na produção do espaço. Criticando os esforços que conduzem ao desenvolvimento tanto o território quanto o povo, sem separar o crescimento do desenvolvimento, Lefebvre endossa um aparte feito já no início dessa tese – o desenvolvimento não é mero crescimento. Outrossim, ao citar a ‘condução ao desenvolvimento’, depreende-se que para o renomado autor francês o desenvolvimento é o fim, e não o meio, como de forma semelhante temos trabalhado nesta tese.

De muitas formas fomentamos o debate acerca das questões que envolvem a utilização dos índices/indicadores para mensuração do desenvolvimento, para ensejar a partir disso a formulação de políticas públicas mais próximas das realidades locais e sensíveis às necessidades da população envolvida, como áreas e pessoas em situação de vulnerabilidade social e ecológica, de marginalização e de miserabilização.

Nesse sentido, trabalhamos três perspectivas – constatações / problematizações / proposições – para as quais a ciência geográfica deve contribuir. Então temos: 1) a constatação das controvérsias ligadas ao ‘desenvolvimento’ e sua mensuração; 2) a problematização, a partir da revisão bibliográfica sobre o que significa desenvolvimento, e 3) a proposição de novas dimensões e variáveis para demonstrar a condição do desenvolvimento, que sejam mais sensíveis às multiplicidades do espaço, o qual no presente momento ainda está sob a forma de caixa-cinza (NOBRE & PEDRO, 2010).

Esse exercício não ocorreu isento de angústias e questionamentos. Foi preciso coragem para nos deslocar de algumas certezas. Estas oferecem conforto, que, contudo, tem um evidente risco de nos acomodar. Por certo lado, a assunção de uma posição local/regional do contexto de análise, rendeu ao local a possibilidade de deixar de ser subalterno em relação ao sistema-mundo. Fizemos uma transição, atravessamos uma ponte em que o sujeito, antes, em um lado determinado, era posicionado abaixo da dominação sistêmica da economia política capitalista e colonialista em sua grande variedade de formas, e chegamos ao outro lado, em que questionamos esse posicionamento geralmente privilegiado da perspectiva científica – o IDH e sua forma de avaliar e classificar o desenvolvimento dos países a partir de uma visão colonial (ESCOBAR, 1991). Para Massey (2004), tais formas narrativas (temporais) de conceitualização do mundo conduziam a classificações de níveis de desenvolvimento que relegavam às sociedades estudadas ao status de “primitivas”, como se existissem somente enquanto precursores de nosso próprio status “desenvolvido”.

A esse ponto, tivemos que fazer opções, construir argumentações e assumir riscos. O risco que assumi foi aquele de afirmar que o IDH, enquanto instrumento com status de oficial adotado pelas Nações Unidas, empregado há mais de um quarto de século por suas supostas qualidades para comparar e ranquear países, é ferramenta de manutenção da subalternidade em relação aos países centrais e tem perdido sua capacidade de traduzir a condição do desenvolvimento (na perspectiva a partir da qual este foi tratado na tese) do mundo atual. Eis porque necessita de uma releitura apropriada às diferenças que o mundo apresenta.

A intenção de nossa proposta foi de agregar, acrescentar, e não dividir ou reivindicar exclusividade, bem a maneira das proposições teórico metodológicas mais recentes, anunciadas por Moraes (2014) marcadas, segundo o autor, por caráter aberto, índole não conclusiva e ótica singularista, características essas as quais recaem dentro do campo das perspectivas autodenominadas “pós-modernas” (MORAES, 2014).

Foi preciso cuidado para não cair na divisão antípoda das diferentes orientações de método. Moraes (2014) a esse propósito afirma que há, com muita frequência: 1) a rigidez e muito foco no método, quando este acaba se tornando mais importante que a própria pesquisa, e, 2) o exagero do ecletismo, que dissolve a discussão metodológica, levando a contrastes e antagonismos que podem provocar total incoerência epistemológica. É um desafio enorme buscar equilíbrio e não se deixar seduzir pelas posições antípodas citadas.

Nossa proposta de uma releitura do desenvolvimento também acompanha Massey (2004), para quem o espaço pode conter as seguintes atribuições, a partir da constatação de que todas dialogam fortemente com nossas premissas:

- O espaço como inter-relações, desde o global até o intimamente pequeno;
- A possibilidade da existência da multiplicidade;
- O espaço está sempre num processo de devir, nunca se encontra fechado.

Em suma, analisar o espaço em sua escala pequena, ao seu nível micro, local, é factível, desejável e não se incompatibiliza com a análise macro, de nível global. A multiplicidade, no sentido de existência da pluralidade é o que nos moveu na busca por novas formas, caminhos por onde andar ao demonstrar a condição do desenvolvimento. O espaço está em permanente transformação, não é um dado pronto e imutável, razão pela qual ao estudar sua condição de desenvolvimento, devemos ser sensíveis ao novo, ao imprevisível. Desse ponto depreende-se que mesmo essa proposta um dia caducará, e a questão do desenvolvimento deverá ser estudada a partir de novos pontos de vista.

Procurou-se também romper com essa perspectiva temporal, que parte do pressuposto de que haveria uma inexorável transição ou passagem nos termos de Massey (2004) do “atrasado” ao “avançado”, do “em desenvolvimento” ao “moderno”,

numa espécie de gradação, referindo-se a diferentes regiões do planeta, quando o que acontece é que diferenças espaciais estão sendo imaginadas como sendo temporais.

Para Kitchin & Dodge (2009) que discorrem sobre o discurso de poder por trás dos mapas e mapeamentos, e construindo um paralelo sobre a ótica colonial por de trás dos discursos desenvolvimentistas, abordagens científicas dependentes do modo ocidental de ver o mundo tal como o IDH é produto, é limitada. Isso ocorre porque tais abordagens valorizam atributos resultantes de percursos históricos muito mais pertinentes à “civilização ocidental” que as demais. São assim tanto mapas quanto o índice de desenvolvimento, discursos poderosos, instrumentos de poder, que reforçam o *status quo* de alguns em detrimento dos demais.

O conhecimento acerca da realidade dos 78 municípios capixabas aportado por essa tese deve servir para subsidiar algum tipo de discussão que eventualmente poderia encerrar-se na criação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento de problemas que têm nos acompanhado com insistência e assim corrigir distorções persistentes.

Para alguns desses problemas sugere-se uma abordagem integrada do ponto de vista espacial, o que possibilitaria a otimização de recursos e alcance de resultados mais duradouros. As más condições sanitárias que são citadas como grandes contribuintes para a elevação da TMI, por exemplo, precisam ser combatidas numa ótica de integração entre municípios, visto o caráter sistêmico das bacias hidrográficas. Os óbitos por acidentes de trânsito, por sua vez, podem não ocorrer no município de residência da vítima. Sabendo que entre suas principais causas estão o fator humano e fator estrutural, qual a linha de frente assumida pelos municípios para reduzi-los? Elas são consonantes?

Noutros casos, as políticas devem ser delineadas e implementadas a partir de um contexto nacional, após o qual o estado e municípios, encarregados de suas respectivas competências prioritárias e residuais, atuariam no aperfeiçoamento delas. Seria o caso de o país adotar, a exemplo de experiências estrangeiras, mecanismos legais que prevejam para além da já existente obrigatoriedade de remunerar

igualmente homens e mulheres no exercício da mesma função¹⁷⁰, também a punição para o caso de esta não ser levada a cabo^{171 172}.

Há que se ter muita atenção para o fato de que a partir de uma análise geral dos resultados emerge que as dimensões Situação da Mulher e Segurança foram cruciais para o comportamento dos municípios no novo índice gerado, contribuindo para um rebaixamento na maioria deles. Já o Índice que avalia a Estrutura Demográfica se mostrou mais homogêneo e favoreceu o aumento do índice alcançado pelos municípios. Parece que a demografia fez sua parte para o alcance do desenvolvimento, já que foi atingida a condição conhecida como “ótimo demográfico”. E como tem sido com as outras dimensões? Quais chagas precisam ser curadas?

O desenvolvimento seja o termo entendido como o ponto em que queremos chegar, o alcance da qualidade de vida, ou ainda o processo/meio (abordagem essa que refutamos na tese), é fortemente condicionado por questões políticas. Ao iniciar a elaboração desse trabalho, ainda em 2014, quando pela primeira vez o apresentei ao PPGG, mas também nos anos subsequentes, estava certo de que poderíamos avançar para novas dimensões na tentativa de qualificar o desenvolvimento. Agora, diante de um cenário muito recente, contudo desanimador, temo que tenhamos que dividir a atenção entre uma forma mais ampla de mensurá-lo e a luta pela garantia de manutenção dos avanços já feitos nas três dimensões clássicas do IDHM, que podem estar em risco.

Por fim, se desenvolvimento é uma questão de pessoas e de espaço, toda iniciativa para demonstrá-lo deve ter ambos como meta. Essa tese e o IDA por ela proposto trazem reflexões importantes para isso. Poderíamos nos questionar: como a condição do espaço favorece a maior ou menor mortalidade infantil ou ainda racionaliza o debate intrafamiliar e social sobre o número de filhos, alterando a fecundidade? Quais

¹⁷⁰ A legislação brasileira garante a igualdade salarial entre homens e mulheres na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) desde 1943. No texto, a determinação de que salários devem ser iguais "sem distinção de sexo" aparece em pelo menos quatro artigos: no 5º, no 46, no 373-A e no 461. O tema também é abordado no artigo 7º da Constituição de 1988, que proíbe a "diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil".

¹⁷¹ Disponível em <http://www.bbc.com/capital/story/20180209-what-iceland-can-teach-the-world-about-gender-pay-gaps>. Extraído em 03/06/2019.

¹⁷² Disponível em <https://www.independent.co.uk/news/business/news/iceland-gender-pay-gap-illegal-men-pay-more-women-income-salary-earn-a8139141.html>. Extraído em 03/06/2019.

modificações se produzem na estrutura demográfica e quais desafios nelas estão implicados? Como a condição do espaço favorece a presença da mulher no mercado de trabalho, desencadeando outras transformações em seu papel na sociedade? Como a condição do espaço favorece a proliferação da violência, que traz custos de toda sorte à população? Compreender que a condição do desenvolvimento está refletida também nestas e noutras questões é ponto de partida. Admitir que o IDH é insuficiente para demonstrá-las é a arrancada.

7. REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver – uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos**. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante, 2016, 264p.

ALVES, J.E.D. **População, Bem-Estar e Tecnologia: Debate Histórico e Perspectivas**, Revista Multiciência, Campinas, Unicamp, 2006.

_____. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.

ANDRIOTTI, J.L.S. **Fundamentos de Estatística e Geoestatística**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003.

ARAÚJO JR., A.F.; SALVATO, M.A.; QUEIROZ, B.L. **Desenvolvimento e fecundidade no Brasil: reversão da fecundidade para municípios mais desenvolvidos**. Revista Planejamento Políticas Públicas, PPP, n. 41, jul./dez. 2013.

ARZA, C. **The gender dimensions of pension systems: policies and constraints for the protection of women**. UM Women, 2016.

BECKER, G.S. **Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1964.

BERGAMASCHI, R. B. **A geografia dos acidentes de trânsito na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) – ES, entre 2005 e 2013**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Ufes: Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014

BERGAMASCHI, R. B. **Os acidentes de trânsito no Espírito Santo**. Entrevista concedida a Dalapicola, T. Serra, 08 jul. 2019.

BOHLE, H. G., Geographische Entwicklungsforschung. In: GEBHARDT, Hans; GLASER, Rüdiger; RADTKE, Ulrich; REUBER, Paul (org.). **Geographie: Physische Geographie und Humangeographie**. München: Spektrum, 2007.

BONAGLIA, F. De LUCA, V. **La cooperazione internazionale allo sviluppo**. Il Mulino, Bologna, 2006.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília, MinC: 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. **Decreto-lei 2848/40**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>.

Acesso em: 15 out. 2000.

BRASIL. **Lei Nº 10.741**. Promulgada em 1º de outubro de 2003. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em 04/09/2019.

BRASIL, G.H.; CASTIGLIONI, A.H. FELIPE, C.U. **Serra: Agenda do futuro 2012-2032 – Plano Estratégico da Serra 2012-2032: Dinâmica populacional da Serra**. Vitória: FCAA, 2012.

BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007

BRUNDTLAN, Comissão. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum**. Universidade de Oxford. Nova Iorque, 1987. Disponível em: <http://eubios.info/BetCD/Bt14.doc>

CAÇADOR; S.B. & GRASSI, R. A Evolução Recente da Economia do Espírito Santo: Um Estado Desenvolvido e Periférico? IN **Anais do Simpósio Brasileiro de Economia**, 2009, p. 02-03. Disponível em: www.estudosregionais.org.br/admin/upload/File/A56.pdf

CALDWELL, J. C. **Toward A Restatement of Demographic Transition Theory**, In: *Population and Development Review* Vol. 2, No. ¾ (Sep. – Dec., 1976), pp. 321-366

CAMARANO, A.A. **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
Disponível em ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_regime_demografico.pdf

CAMPANARIO, P.; MORELL, M.G.G. **Transição da Fecundidade: Resposta da Sociedade Civil?**. São Paulo em Perspectiva, v. 8, n.3, p. 105-113, 1994.

CARGNIN, A.P. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais**. Porto Alegre: UFRGS/PPGGEA, 2011

CASTIGLIONI, A.H. Inter-relações entre os processos de transição demográfica, de envelhecimento populacional e de transição epidemiológica no Brasil. Montevideo: **V Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población**, 2012.

CASTIGLIONI, A.H. **Mortalidade diferencial no Espírito Santo**. Vitória: UFES, 1994.

CASTIGLIONI, A.H. **Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX**. *Geografares – Vitória-ES*, nº 7, p. 93-110, 2009

CERQUEIRA et all. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: Ipea/FBSP, 2017.

CECCHETTO, C.T.; CHRISTMANN, S.S.; OLIVEIRA, T.D. Arborização urbana:

importância e benefícios no planejamento ambiental das cidades. Cruz Alta-RS: **Anais do XVI Seminário Internacional de Educação do Mercosul**, 2014.

CONTARATO, F. **Violência no trânsito e desenvolvimento**. Entrevista concedida a Dalapicola, T. Vitória, 13 dez. 2018.

CORREA, R.L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. IN: In: **Geografia: Conceitos e Temas**, org. I.E.Castro, P.C.C. Gomes e R.L. Corrêa, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

DOTA, E.M. A migração no Espírito Santo no período 1991-2010 e o trabalho: novidades e continuidades, **4º Encontro Internacional de Política Social**, Vitória 2016

DOTA, E.M.; COELHO, A.L.N. CAMARGO, D.M. **Atlas da migração no Espírito Santo** Vitória: UFES, Proex, 2017.

ESCOBAR, A. **Anthropology and and development encounter: the making and marketing of development anthropology**. American Ethnologist, 1991.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo: 2013-2023**. Vitória: Secult, 2013.

FORNERO, E. & MONTICONE, C. Women and Pensions. Effects of Pension Reforms on Women's retirement security, IN: MARIN, B.; ZÓLYOMI, E. **Women's work and pension. What is good? What is best?** Vienna: European Centre for Social Welfare Policy and Research, 2010.

GOMES, P. C. da C. O Conceito de Região e sua Discussão. IN: In: **Geografia: Conceitos e Temas**, org. I.E.Castro, P.C.C. Gomes e R.L. Corrêa, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

GOMEZ, J.R.M. **Crítica ao conceito de desenvolvimento**. Revista Pegada Eletrônica UNESP, 2011;3 Disponível em <https://doaj.org/article/3f5690acd91c4a47a8e62b17dca3e5d4>

HANSON, S.; MONK, J. Temas de Geografia feminista contemporânea. In: **Documents d'analisi geografica** 14,1989, pg 31-50. Universitat Autònoma de Barcelona.

HOBBSAWM, E. J. **Il secolo breve. 1914-1991: l'era dei grandi cataclismi**. Traduzione di Brunello Lotti, Collana Storica, Milano, Rizzoli, 1995.

IBGE. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil (2015) – Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 2016.

IBGE. **Atlas de saneamento: 2011**. Rio de Janeiro, IBGE, Diretoria de Geociências, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010: Características urbanísticas do entorno dos domicílios**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010

IBGE. **Áreas de atração e evasão populacional no Brasil no período de 1960/70**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

IBGE. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2015: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015

IBGE. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2017: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017

IBGE. **Observações sobre a evolução da mortalidade no Brasil: o passado, o presente e perspectivas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010: Glossário**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

IJSN. **Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios do Espírito Santo – 2010**. Vitória: IJSN, 2012.

IJSN. **Espírito Santo: Produto Interno Bruto (PIB) 2016**. Vitória: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN, 2018. Disponível em <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6397> Acesso em 18/11/18.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)**. Brasília, Ipea: 2011.

INSTITUTO TRATA BRASIL **Benefícios econômicos e sociais da expansão do saneamento no Brasil**. São Paulo, Ex Ante Consultoria Econômica, 2017.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Global Wage Report 2010/11: Wage policies in times of crisis**. Geneva: ILO, 2010

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Global Employment Trends 2014: Risk of a jobless recovery?** Geneva: ILO, 2014

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Global Wage Report 2016/17: Wage inequality in the workplace**. Geneva: ILO, 2016

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **World Employment and Social Outlook: Trends for Women 2018 – Global snapshot**. Geneva: ILO, 2018

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **World Social Protection Report 2014/15**. Geneva: ILO, 2014.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Global employment trends 2010**. Geneva: ILO, 2010.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **World Social Security Report 2010/11: Providing coverage in times of crisis and beyond** International Labour Office. Geneva: ILO, 2010

JANNUZZI, P.M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

_____. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005

_____. Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: Tania Margarete Mezzomo Keinert; Ana Paula Karruz. (Org.). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. 1ed. São Paulo: AnnaBlume, 2002, v., p. 53-72

KOROTAYEV, A. et al. **Female labor force participation rate, Islam, and Arab culture in cross-cultural perspective**. CrossCultural Research (2014) 49(1):3-19.

KRONEMBERGER, D.M.P. **Os desafios da construção dos indicadores ODS globais**, in Ciência e Cultura. Cienc. Cult. vol.71 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100012>

KIDD, S. Equal pensions, equal rights: achieving universal pension coverage for older women and men in developing countries, IN: **Gender & Development**, 17: 3, 377 — 388

KITCHIN, Rob; PERKINS, Chris; DODGE, Martin. Thinking about maps. In: KITCHIN, Rob; PERKINS, Chris; DODGE, Martin (Orgs.). **Rethinking maps**. New York: Routledge, 2009.

LAUREANO, D. S. **Resenha de O Bem Viver – uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos**. PRIM@ FACIE International Journal: João Pessoa: PPGCJ, v. 15, n. 28, 2016 Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/28682/16369>

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEONHARDT, R.R.; SILVA, M.E.S. **É necessário viver bem para ser feliz? Aristóteles e Ricoeur**. Guarapuava, UECO/Dep.Fil: 2007

LIRA, P.S. **Geografia do Crime: homicídios e aspectos demográficos no Brasil e estado do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Geografia) – Ufes: Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2019.

MACHIN, S.; PUHANI, P. Subject of degree and the gender wage differential: Evidence

from the UK and Germany”, in **Economics Letters**, Vol. 79, No. 3, June, pp. 393–400

MARCHI, F, GUBERT, R., STALUPI, G. **Territorio e comunità. Il mutamento sociale nell'area montana**. Milano: Angeli, 1983.

MASSEY, Doreen. **Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações**. GEOgraphia, v. 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

MORAES, A.C.R. **Geografia, interdisciplinaridade e metodologia**. GEOUSP – Espaço e tempo (Online), São Paulo, 2014.

MEC/INEP. **Resumo técnico resultados do índice de desenvolvimento da educação básica**. Brasília: MEC/INEP, 2018. Disponível em download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2017/ResumoTecnico_Ideb_2005-2017.pdf

MEC/INEP. **Brasil no Pisa 2015**. Brasília: MEC/INEP, 2016. Disponível em download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2016/pisa_brasil_2015_apresentacao.pdf

MINCER, J. **Schooling, experience, and earnings**. New York: National Bureau of Economic Research Press, 1974.

MORAES, C. **Geografia do Espírito Santo**. Instituto. Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória 2004, p.121

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1948.

NEUHAUS, L. **Indicadores de desenvolvimento para o meio rural: uma proposta para sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Unoesc: Chapecó, 2016.

NOBRE, J C. A.; PEDRO, R M L. R. **Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede**. Cadernos UniFOA, 2010.

NUNES, G. S. **Geografia do trânsito: análise geográfica da mortalidade em acidentes de trânsito no município de Vila Velha-ES, entre 2005 a 2015**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Ufes: Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2018.

NUNES, G.S. **Os acidentes de trânsito no Espírito Santo**. Entrevista concedida a Dalapicola, T. Serra, 15 jul. 2019.

OECD. **Education at a Glance 2018: OECD Indicators**. OECD Publishing, Paris: 2018. <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-en>

OECD. **Education at a Glance 2018: OECD Indicators. Country note: Brazil**. OECD Publishing, Paris: 2018.

OCDE. **Social Institutions & Gender Index: 2014 Synthesis Report**. Paris: 2014

OMRAN, A. **The epidemiologic transition: a theory of the Epidemiology of population change**. The Milbank memorial Fund Quarterly, 1971

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wpcontent/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 29/04/2018

PNUD. **Radar IDHM - Análise Geral da Tendência de Evolução do IDHM no Brasil**. Brasília, PNUD, 2017.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011 - Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos**. Nova York, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: 2011.

PRATA, P.R. **A Transição Epidemiológica no Brasil**. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 1992.

POLLINI, G. Italianos e alemães no sul do Brasil: as características principais do fenômeno imigratório e os objetivos da investigação, in Gubert, R. e Pollini, G.(organizadores), **Cultura e Desenvolvimento**, EST, Porto Alegre.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

PRAGER, J.C.; THISSE, J.F. **Les enjeux géographiques du développement économique**, Paris: Agence Française de Développement, 2009.

PUMAIN, D.; SAINT-JULIEN, T. **Les interactions spatiales**. Paris: Armand Colin, 2001.

RAWORTH, K., & STEWART, D. Critiques of the human development index: A review. In S. FUKUDA-PARR & A. K. SHIVA KUMAR (Eds.), **Readings in human development: Concepts, measures and policies for a development paradigm**. United States: Oxford University Press, 2005.

REIS, M.L. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. IN:**Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, nº 38, P.11-34, jul./dez. de 2015.

RIBEIRO, L. C. de Q. & RIBEIRO, M. G. **Ibeu: índice de bem-estar urbano**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, V.M. **Alfabetismo funcional: Referências conceituais e metodológicas para a pesquisa**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf>, acesso em 13/08/2017.

RIST, Gilbert. La cultura y el capital social. Cómplices o víctimas del desarrollo? In:

KLIKSBERG, B.; TOASSINI, L. (Orgs.). **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires, 2000. p. 129-150.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A.M. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

ROLNIK, R; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? IN: **Novos estudos**, CEBRAP, nº.89: São Paulo, 2011. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>. Acesso em 06/06/2019.

SACHS, I. **Estratégia de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fund. Do desenv. Adm., 1993.

SANTAGADA, S. **Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica**. Pelotas: Pensamento Plural, 2007

SANTOS, M. **Espaço e Método**. Nobel, São Paulo, 1985.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, L.B.; OLIVEIRA, C.A.de. Desenvolvimento, IN SPOSITO, E.S (Org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SCHRAMM et. Al. **Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva: 2004

SCIDÀ, G. **Avventura e disavventura della sociologia dello sviluppo**. Milano: Franco Angeli, 2004.

SEDU/IJSN. **Atlas histórico-geográfico do Espírito Santo**. Vitória, ES: SEDU/IJSN, 2011.

SEIBEL, E.J., CARDOSO, G.R., MONTEIRO, F.M., RIBEIRO, E.A. Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais, IN: **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo v. 7, n. 2, 144-161 Ago/Set 2013.

SEN, A. **Development as freedom**. New York: Oxford University Press, 1999.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENECA, L.A. **La brevità della vita**. Milano: Rizzoli, 2009.

SICHE, R. Et all. **Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países**. Ambiente & Sociedade, Campinas: 2007

SILVA, F.A.B.; ARAÚJO, H.E. **Indicador de desenvolvimento da economia da cultura**. Brasília: Ipea, 2010.

SINGER, P. **População e desenvolvimento**. São Paulo: USP, 1971

SPIEGEL, M. R. **Estatística**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1994.

UNICEF. **Accelerating progress toward the reduction of adolescent pregnancy in Latin America and the Caribbean. Report of a technical consultation**. Washington D.C., USA: 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990. Disponível em <http://hdr.undp.org/reports>.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report 2016**: Human Development for Everyone. New York, UNDP: 2016.

UNDP. **Technical notes**. New York: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2016_technical_notes_0.pdf Extraído em 22/12/2017.

UNFPA. **Situação da População Mundial 2017: Mundos Distantes - Saúde e direitos reprodutivos em uma era de desigualdade**. Brasília: UNFPA, 2017.

UNODC. **Global Study on Homicide 2013**. Vienna, Austria: United Nations, 2014

UNODC. International Homicide Statistics (IHS): Metadata and Methodological Text. UNODC, 2019.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects: The 2017 Revision**. Population Division/Department of Economic and Social Affairs, 2018.

_____. **World Population Prospects: the 2019 Revision**. Population Division/Department of Economic and Social Affairs, 2019.

_____. **Women's access to decent work**. New York: United Nations Commission on the Status of Women, 2011.

_____. **Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women**. New York, United Nations General Assembly: 1979. Disponível em <https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/econvention.htm>

VALADÃO, V. A. **Assentamentos e sem-terra: a importância do papel dos mediadores**. Vitória: Edufes, 1999.

VEIGA, J. E. **Como elaborar seu projeto de pesquisa**. São Paulo: PROCAM, 1996.

VIEIRA, F. S.; BENEVIDES, R.P. de S. **Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil.** Brasília: Ipea, 2016. Disponível em www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160920_nt_28_disoc.pdf

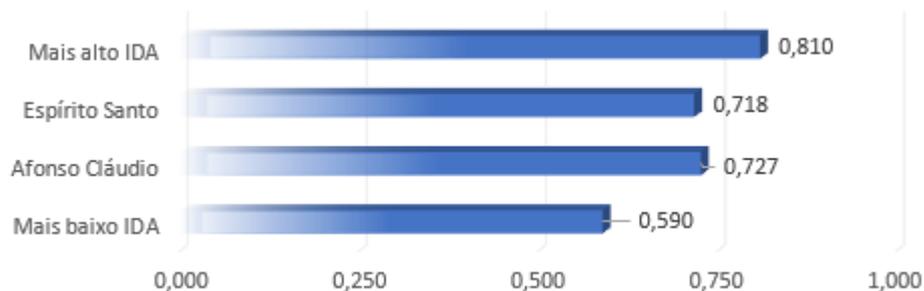
WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2013: Acidentes de Trânsito e Motocicletas.** Rio de Janeiro, 2013

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2017.** Geneva: WEF, 2017.

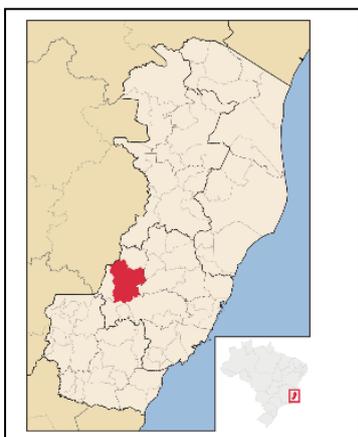
WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on road safety 2015.** WHO: Geneva, Switzerland, 2015

APÊNDICE – Fichas do Perfil da Condição do Desenvolvimento Municipal

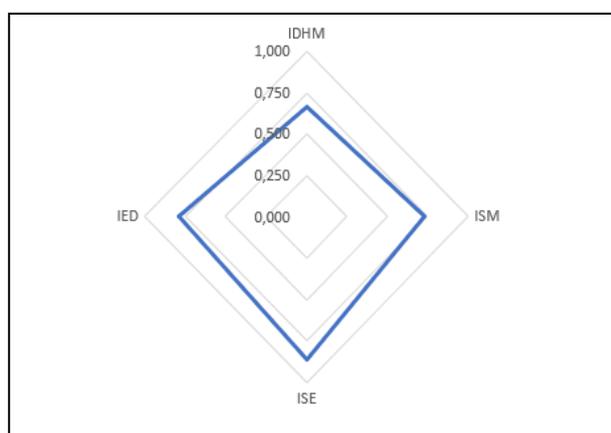
Afonso Cláudio	IDH	IDA
	0,667	0,727
	58º	18º



Localização do município



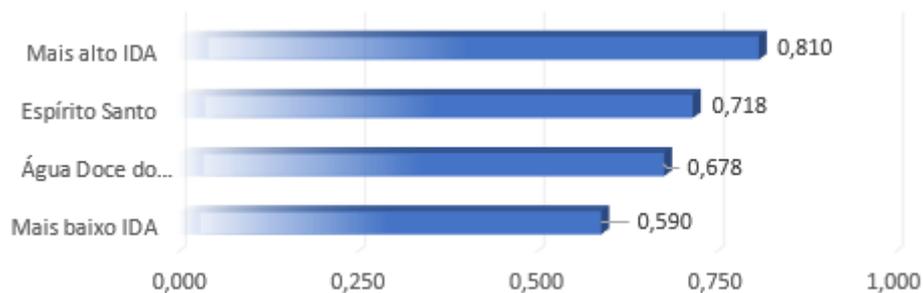
Dimensões agregadas ao IDH



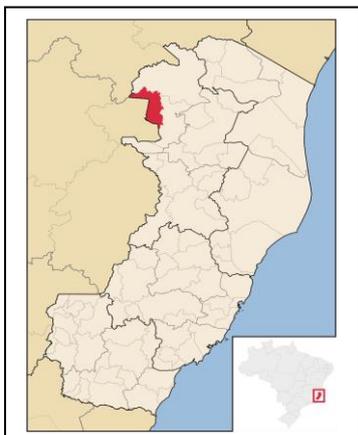
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	41º	0,846	0,678
	2. Óbitos no trânsito	7º	0,882	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	15º	0,608	0,529
	2. Diferença salarial	2º	0,791	0,525
	3. Razão da Contribuição para a previdência	6º	0,802	0,593
Desenvolvimento o Demográfico	1. Razão de Dependência Total	49ºA	0,776	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºA	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	40º	0,798	0,818
IDHM	1. Educação	61º	0,544	0,653
	2. Longevidade	40º	0,825	0,835
	3. PIB per capita	52º	0,661	0,743

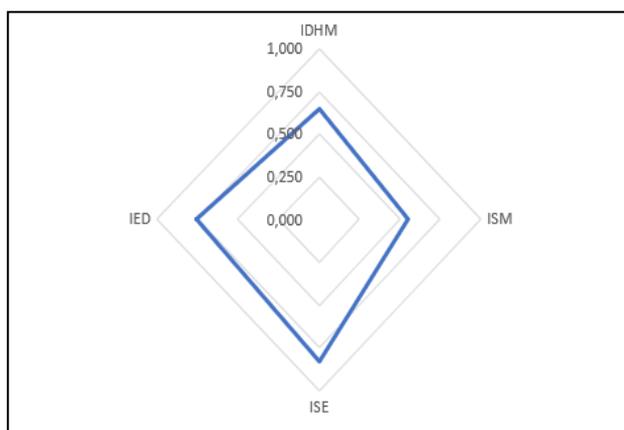
Água Doce do Norte	IDH	IDA
	0,652	0,678
	72º	53º



Localização do município



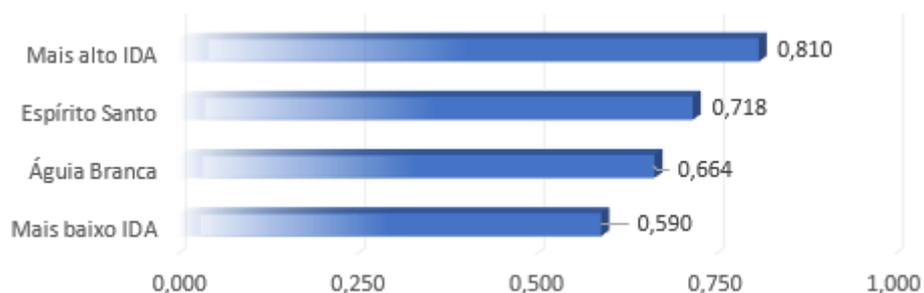
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	45ºA	0,823	0,678
	2. Óbitos no trânsito	20º	0,844	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	7º	0,645	0,529
	2. Diferença salarial	41º	0,557	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	58º	0,468	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	74º	0,700	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºB	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	46ºA	0,782	0,818
IDHM	1. Educação	60º	0,546	0,653
	2. Longevidade	45º	0,819	0,835
	3. PIB per capita	76º	0,619	0,743

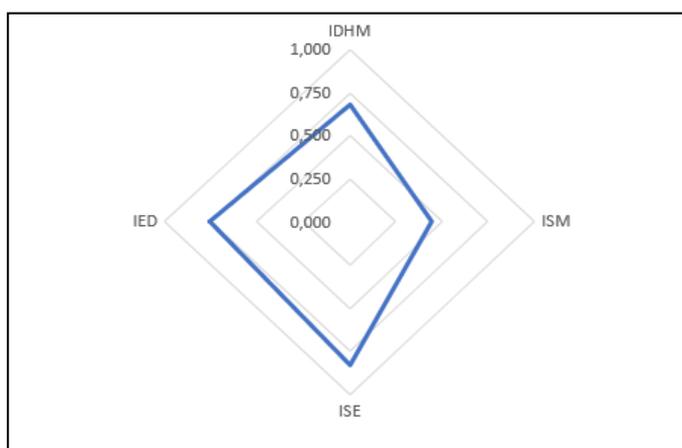
Águia Branca	IDH	IDA
	0,678	0,664
	47º	63º



Localização do município



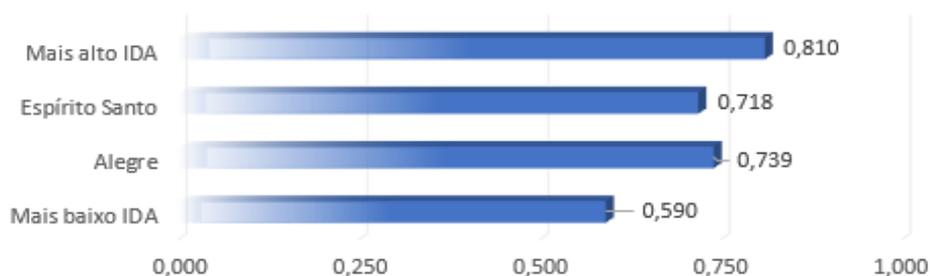
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	35º	0,869	0,678
	2. Óbitos no trânsito	51º	0,788	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	59º	0,479	0,529
	2. Diferença salarial	59º	0,470	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	68ºA	0,386	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	44º	0,791	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºA	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	77º	0,706	0,818
IDHM	1. Educação	35º	0,595	0,653
	2. Longevidade	77º	0,792	0,835
	3. PIB per capita	53º	0,660	0,743

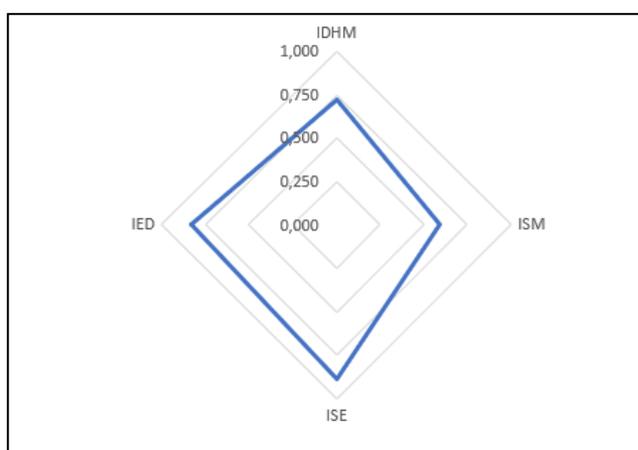
Alegre	IDH	IDA
	0,721	0,739
	18º	10º



Localização do município



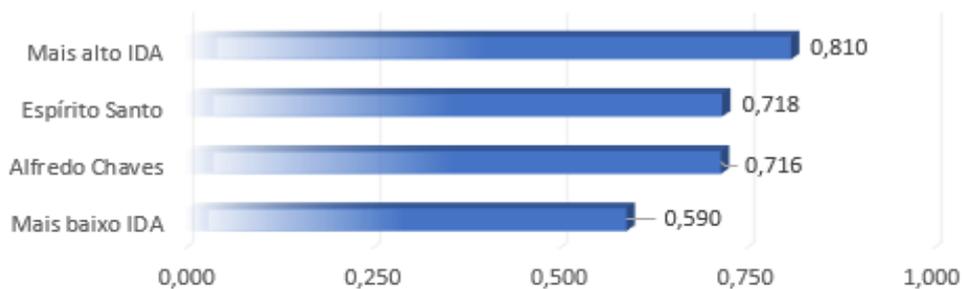
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	16º	0,926	0,678
	2. Óbitos no trânsito	16º	0,851	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	33º	0,547	0,529
	2. Diferença salarial	23º	0,631	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	25º	0,601	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	46º	0,785	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	13ºA	0,873	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	20ºA	0,837	0,818
IDHM	1. Educação	17º	0,630	0,653
	2. Longevidade	20º	0,839	0,835
	3. PIB per capita	17º	0,708	0,743

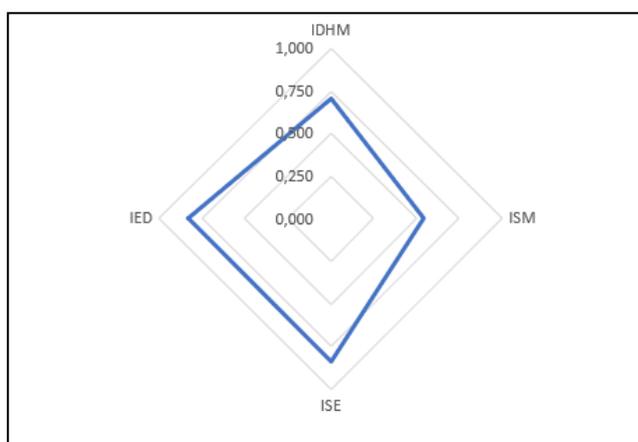
Alfredo Chaves	IDH	IDA
	0,710	0,716
	25º	23º



Localização do município



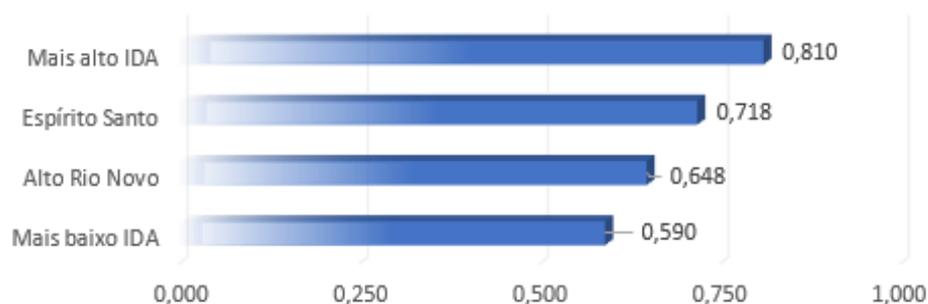
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	12º	0,940	0,678
	2. Óbitos no trânsito	64º	0,751	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	25º	0,568	0,529
	2. Diferença salarial	51ºA	0,516	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	38º	0,544	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	10º	0,868	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºC	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	31º	0,818	0,818
IDHM	1. Educação	29º	0,611	0,653
	2. Longevidade	32º	0,832	0,835
	3. PIB per capita	19º	0,703	0,743

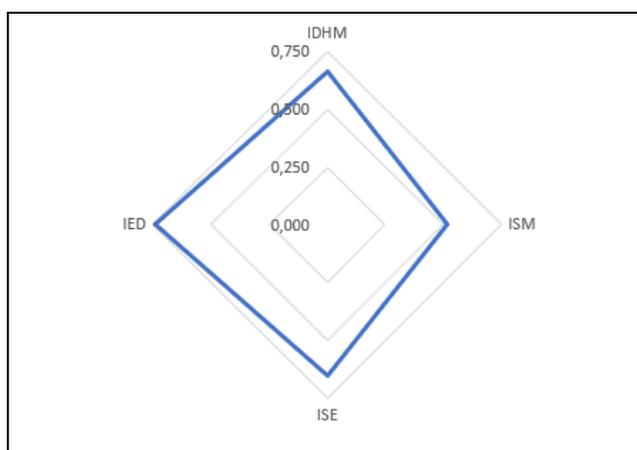
Alto Rio Novo	IDH	IDA
	0,664	0,648
	61º	69º



Localização do município



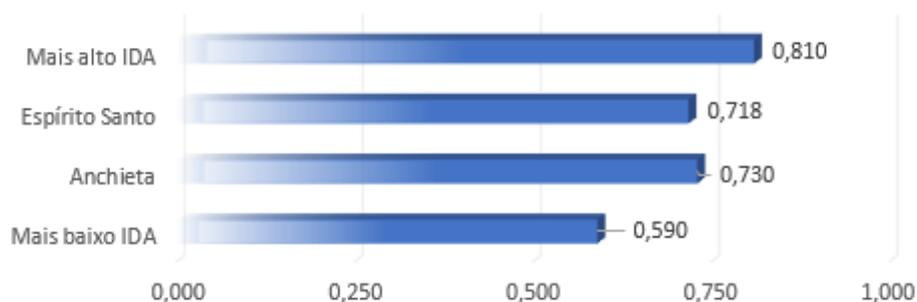
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	53º	0,744	0,678
	2. Óbitos no trânsito	78º	0,575	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	72º	0,371	0,529
	2. Diferença salarial	14º	0,676	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	32ºA	0,560	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	57º	0,754	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	60ºA	0,701	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	50ºA	0,773	0,818
IDHM	1. Educação	50º	0,567	0,653
	2. Longevidade	53º	0,815	0,835
	3. PIB per capita	70º	0,634	0,743

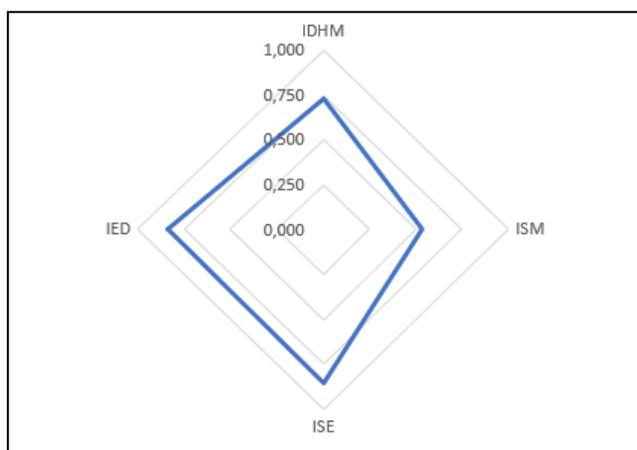
Anchieta	IDH	IDA
	0,730	0,730
	11º	15º



Localização do município



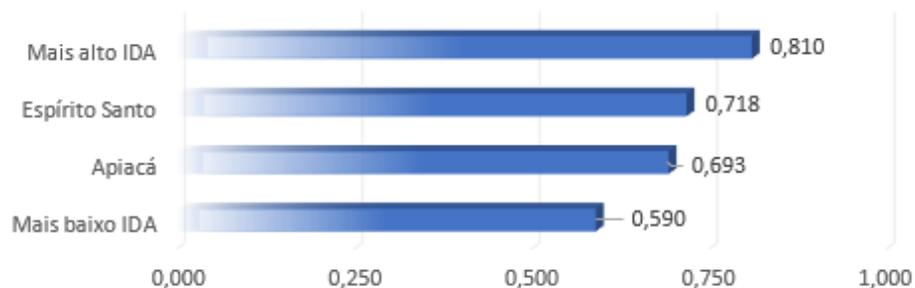
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	26º	0,896	0,678
	2. Óbitos no trânsito	30ºA	0,824	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	42ºA	0,526	0,529
	2. Diferença salarial	16º	0,667	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	62º	0,444	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	21º	0,842	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºD	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	4º	0,878	0,818
IDHM	1. Educação	11º	0,654	0,653
	2. Longevidade	3º	0,856	0,835
	3. PIB per capita	23º	0,696	0,743

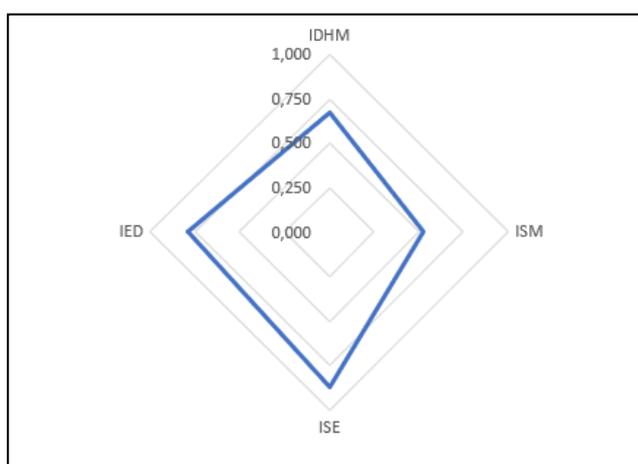
Apiacá	IDH	IDA
	0,673	0,693
	50º	38º



Localização do município



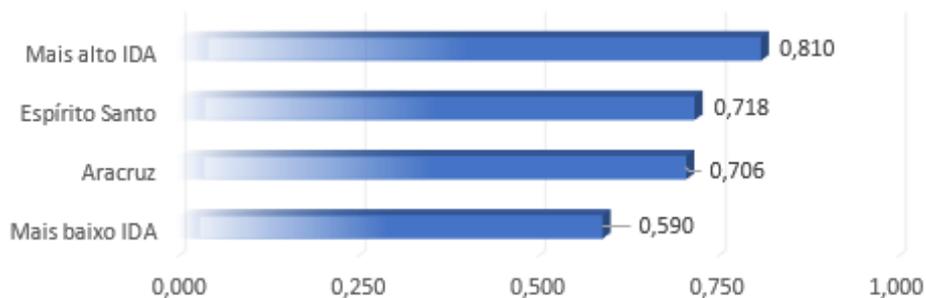
Dimensões agregadas ao IDH



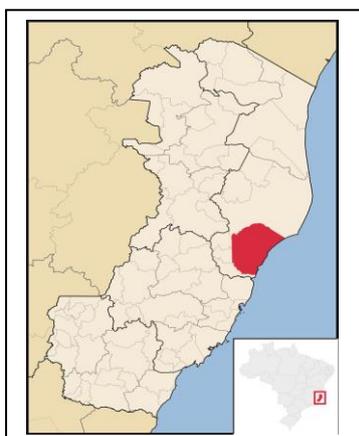
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	1º	0,972	0,678
	2. Óbitos no trânsito	53ºA	0,781	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	47º	0,521	0,529
	2. Diferença salarial	30º	0,584	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	56ºA	0,477	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	51ºA	0,620	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºB	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	17ºA	0,840	0,818
IDHM	1. Educação	58º	0,549	0,653
	2. Longevidade	16º	0,841	0,835
	3. PIB per capita	54º	0,659	0,743

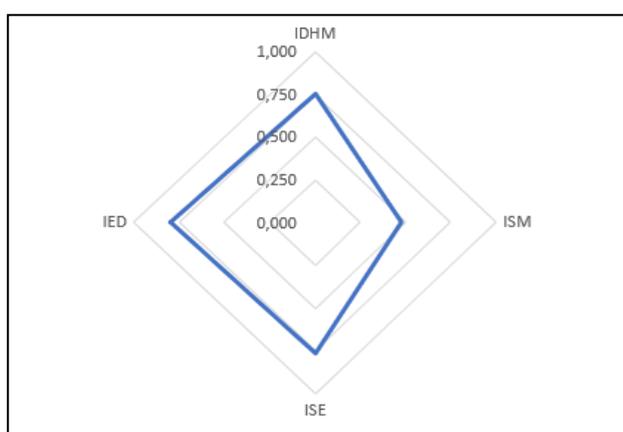
Aracruz	IDH	IDA
	0,752	0,706
	4º	28º



Localização do município



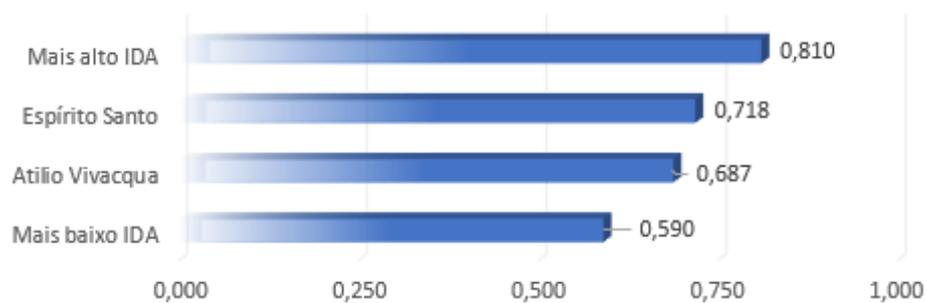
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	57º	0,725	0,678
	2. Óbitos no trânsito	44º	0,803	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	39º	0,533	0,529
	2. Diferença salarial	70º	0,426	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	51ºA	0,487	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	27º	0,828	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	53ºA	0,735	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	22º	0,834	0,818
IDHM	1. Educação	3º	0,707	0,653
	2. Longevidade	22º	0,838	0,835
	3. PIB per capita	14º	0,717	0,743

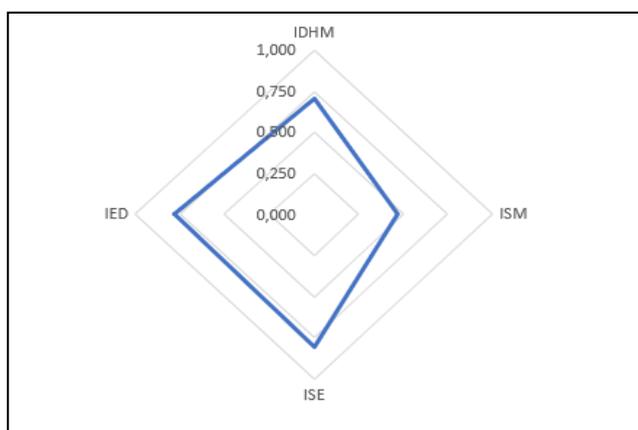
Atilio Vivacqua	IDH	IDA
	0,708	0,687
	27º	44º



Localização do município



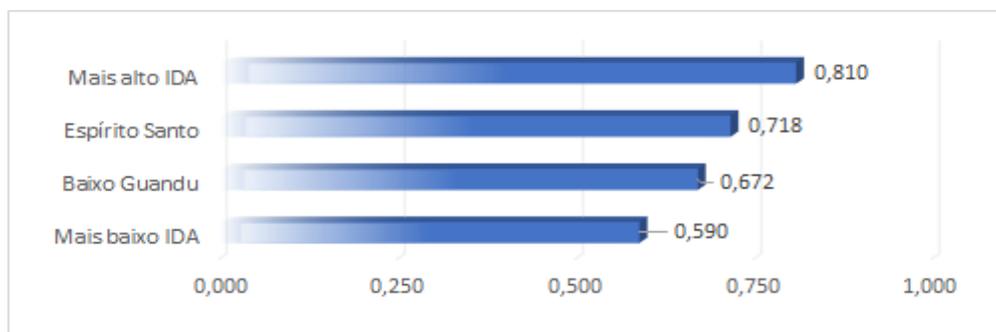
Dimensões agregadas ao IDH



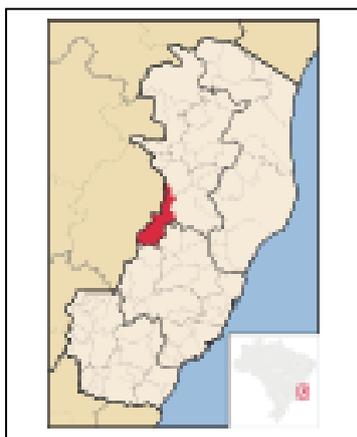
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	34º	0,873	0,678
	2. Óbitos no trânsito	68º	0,734	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	52º	0,491	0,529
	2. Diferença salarial	21º	0,642	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	73º	0,332	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	32ºA	0,816	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	60ºB	0,701	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	17ºB	0,840	0,818
IDHM	1. Educação	15º	0,637	0,653
	2. Longevidade	17º	0,841	0,835
	3. PIB per capita	51º	0,663	0,743

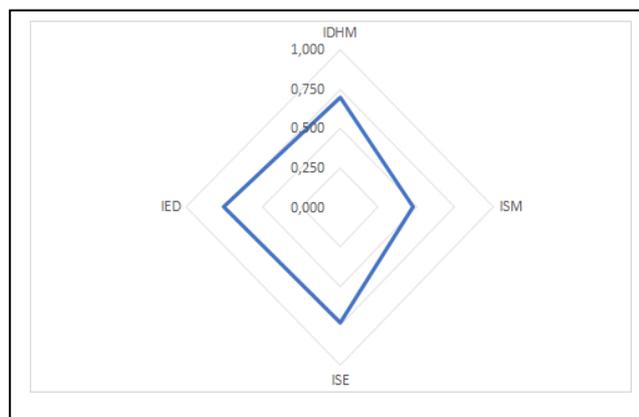
Baixo Guandu	IDH	IDA
	0,702	0,672
	29º	57º



Localização do município



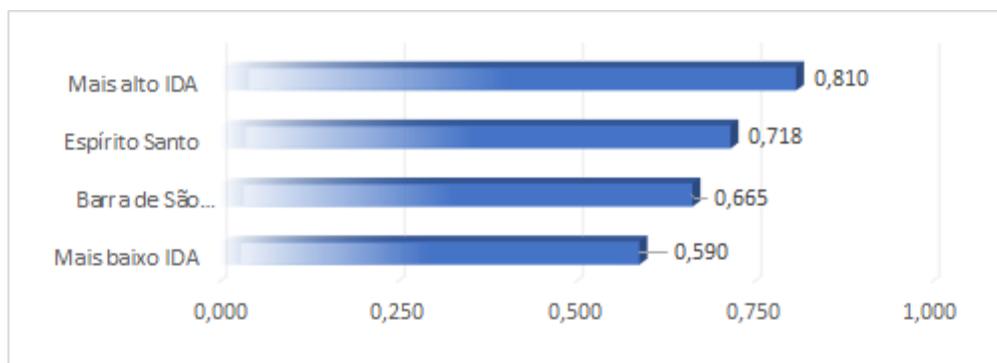
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	65º	0,671	0,678
	2. Óbitos no trânsito	42º	0,805	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	51º	0,501	0,529
	2. Diferença salarial	66º	0,451	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	54º	0,484	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	65ºA	0,745	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºC	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	60ºA	0,760	0,818
IDHM	1. Educação	16º	0,637	0,653
	2. Longevidade	60º	0,811	0,835
	3. PIB per capita	45º	0,670	0,743

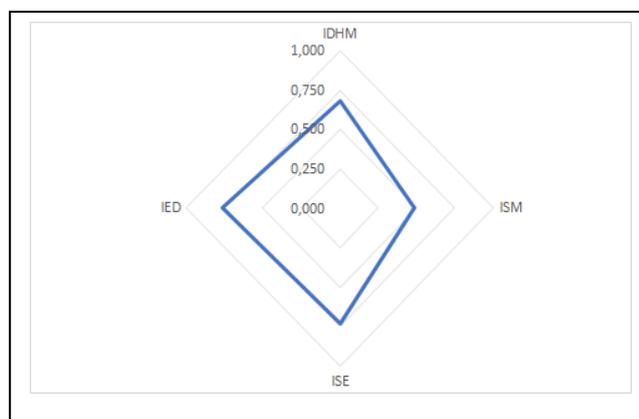
Barra de São Francisco	IDH	IDA
	0,683	0,665
	40º	62º



Localização do município



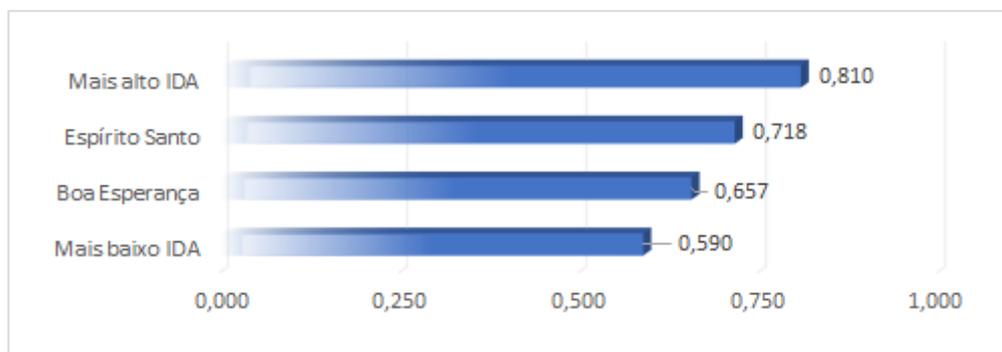
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	61º	0,703	0,678
	2. Óbitos no trânsito	62ºA	0,757	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	54ºA	0,485	0,529
	2. Diferença salarial	65º	0,455	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	42ºA	0,525	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	47º	0,778	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	53ºB	0,735	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	50ºB	0,773	0,818
IDHM	1. Educação	43º	0,580	0,653
	2. Longevidade	54º	0,815	0,835
	3. PIB per capita	40º	0,673	0,743

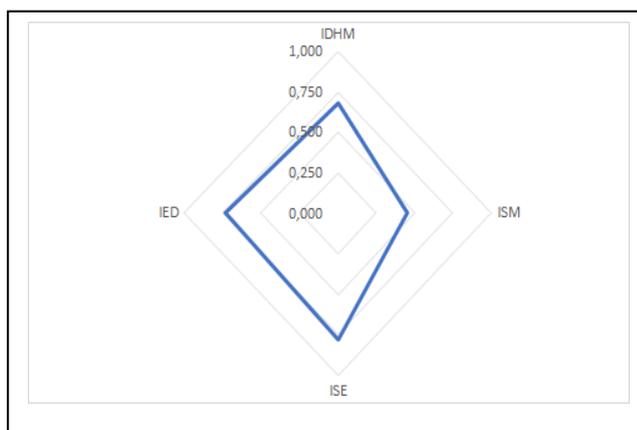
Boa Esperança	IDH	IDA
	0,679	0,657
	45º	66º



Localização do município



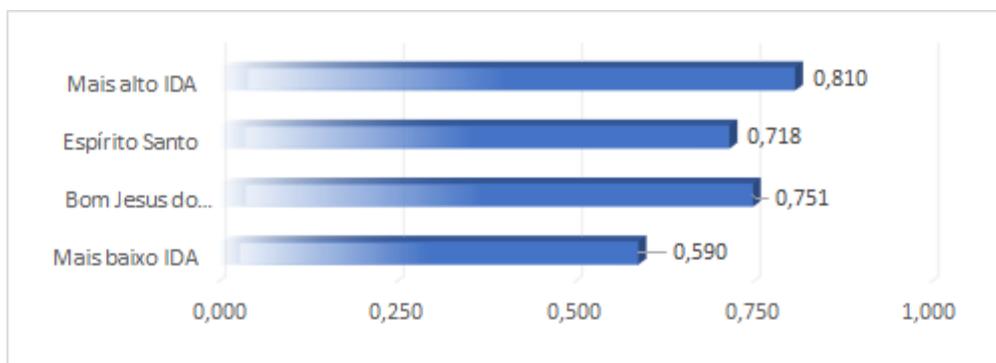
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	52º	0,751	0,678
	2. Óbitos no trânsito	33º	0,819	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	58ºA	0,477	0,529
	2. Diferença salarial	45ºB	0,529	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	71º	0,363	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	59ºA	0,752	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	69ºA	0,667	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	50ºC	0,773	0,818
IDHM	1. Educação	37º	0,590	0,653
	2. Longevidade	48º	0,816	0,835
	3. PIB per capita	57º	0,651	0,743

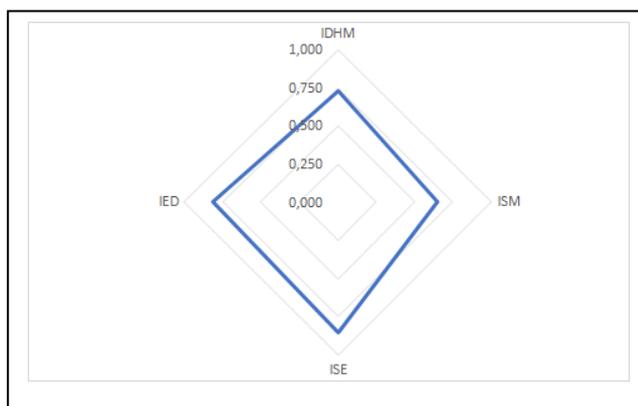
Bom Jesus do Norte	IDH	IDA
	0,734	0,751
	9º	4º



Localização do município



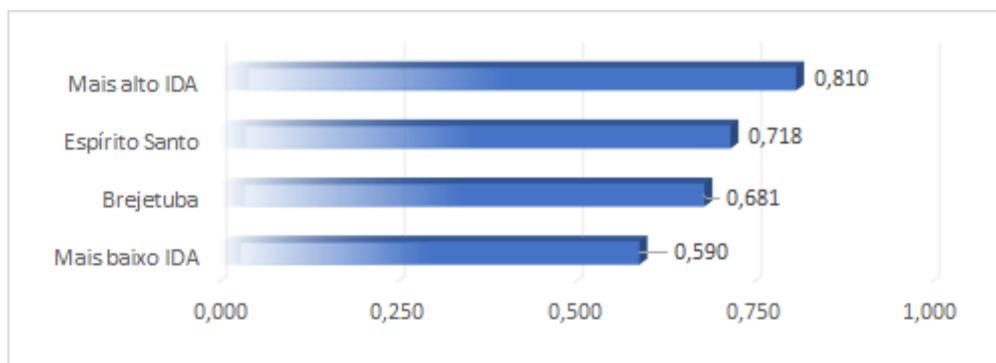
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	14ºA	0,934	0,678
	2. Óbitos no trânsito	52º	0,787	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	21º	0,581	0,529
	2. Diferença salarial	35ºA	0,568	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	2º	0,840	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	43º	0,793	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºD	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	5º	0,872	0,818
IDHM	1. Educação	5º	0,673	0,653
	2. Longevidade	5º	0,854	0,835
	3. PIB per capita	29º	0,689	0,743

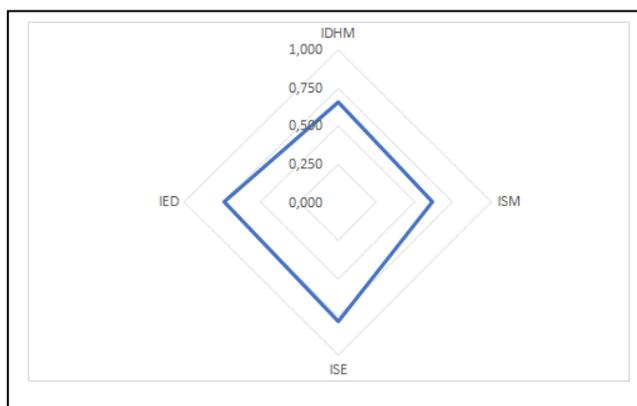
Brejetuba	IDH	IDA
	0,656	0,681
	68º	52º



Localização do município



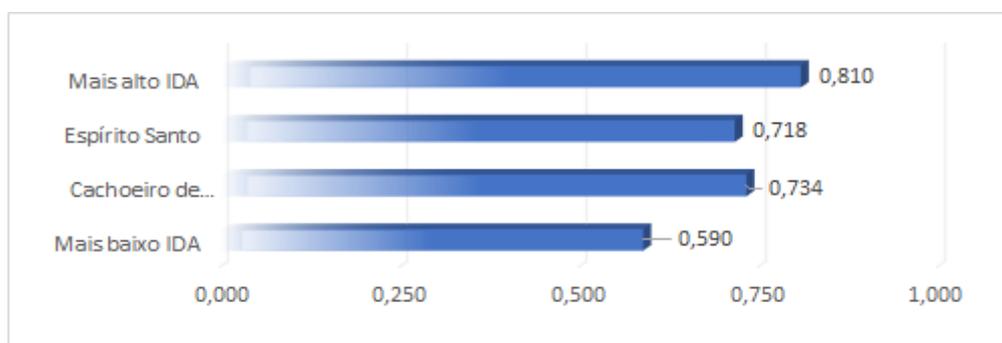
Dimensões agregadas ao IDH



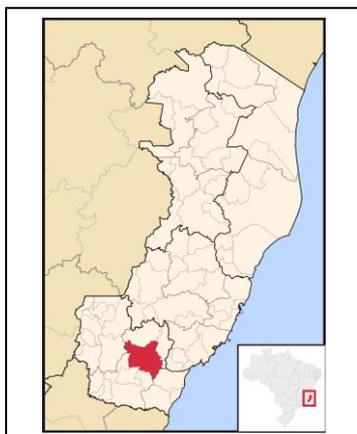
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	58ºA	0,721	0,678
	2. Óbitos no trânsito	19º	0,846	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	10º	0,632	0,529
	2. Diferença salarial	37º	0,566	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	15ºA	0,657	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	65ºB	0,745	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	69ºB	0,667	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	38ºA	0,805	0,818
IDHM	1. Educação	66º	0,540	0,653
	2. Longevidade	37º	0,828	0,835
	3. PIB per capita	74º	0,630	0,743

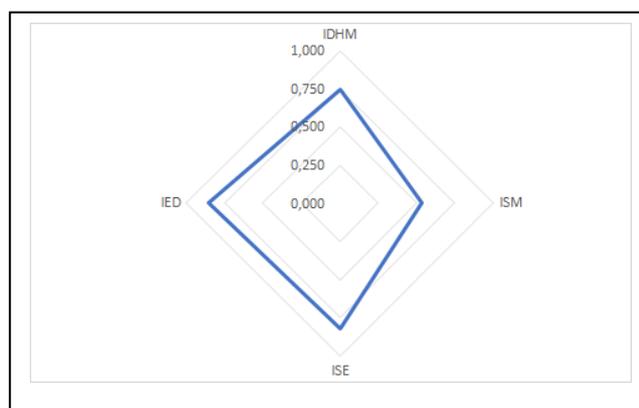
Cachoeiro de Itapemirim	IDH	IDA
	0,746	0,734
	5º	14º



Localização do município



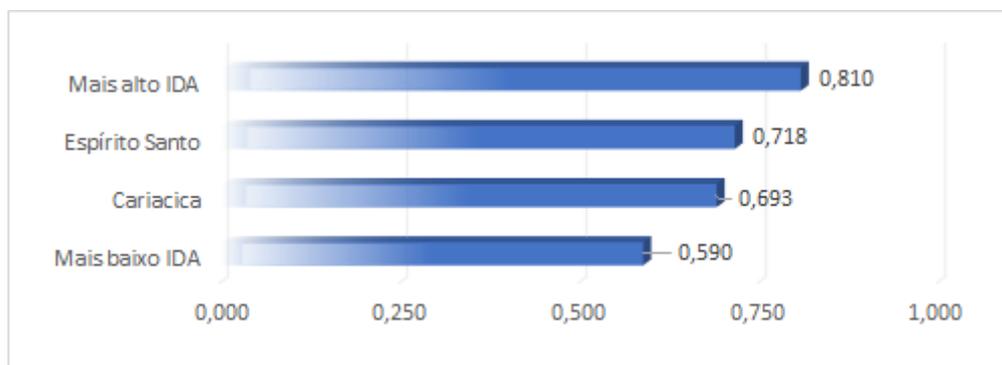
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	37ºA	0,858	0,678
	2. Óbitos no trânsito	49ª	0,797	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	44ºA	0,525	0,529
	2. Diferença salarial	43º	0,532	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	40º	0,540	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	11º	0,866	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	13ºB	0,873	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	23ºA	0,830	0,818
IDHM	1. Educação	4º	0,677	0,653
	2. Longevidade	23º	0,837	0,835
	3. PIB per capita	7º	0,733	0,743

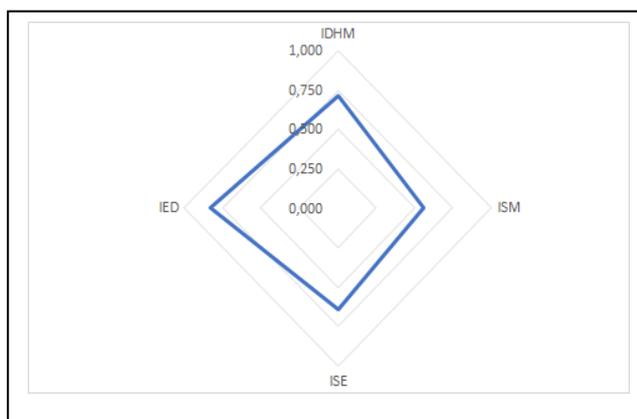
Cariacica	IDH	IDA
	0,718	0,693
	19º	39º



Localização do município



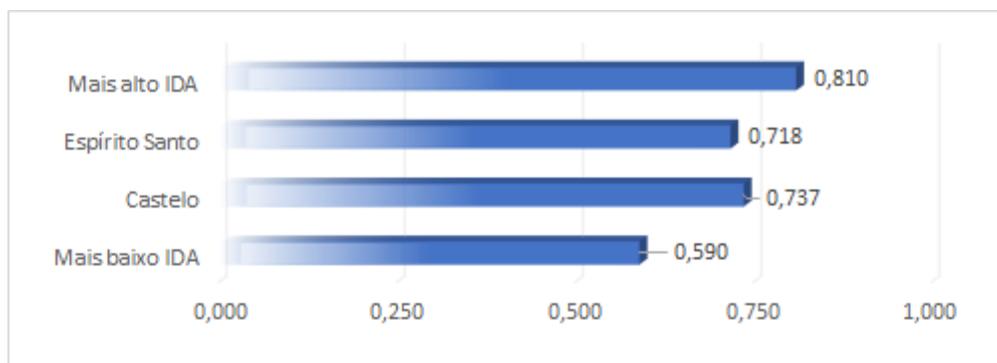
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	75º	0,483	0,678
	2. Óbitos no trânsito	14º	0,863	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	30ºA	0,555	0,529
	2. Diferença salarial	38ºA	0,562	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	35ºA	0,550	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	22º	0,733	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºE	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	11ºA	0,850	0,818
IDHM	1. Educação	19º	0,628	0,653
	2. Longevidade	12º	0,844	0,835
	3. PIB per capita	22º	0,699	0,743

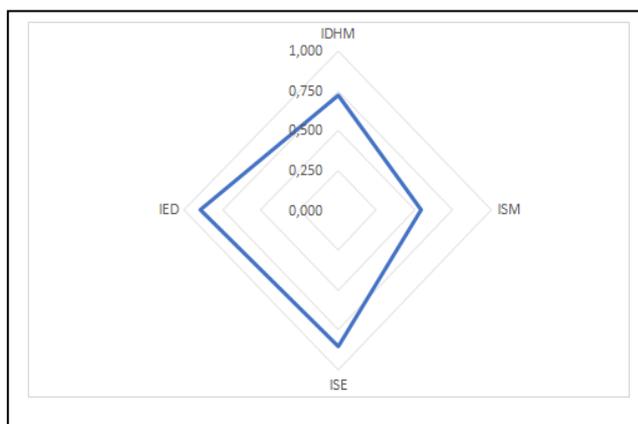
Castelo	IDH	IDA
	0,726	0,737
	15º	13º



Localização do município



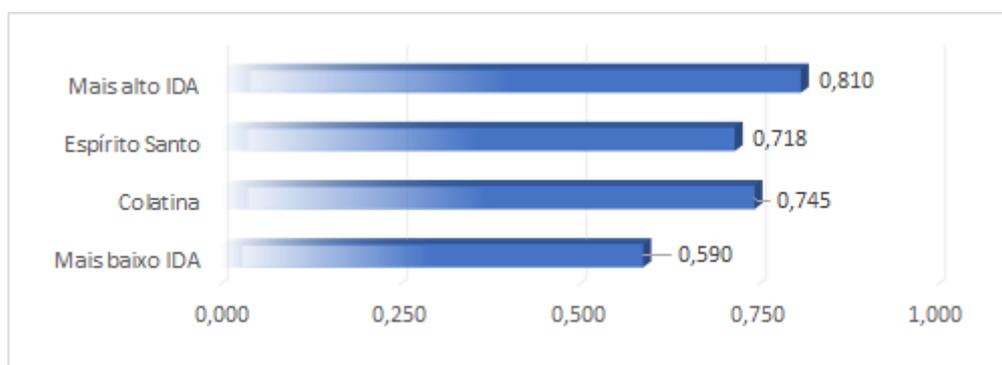
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	23º	0,910	0,678
	2. Óbitos no trânsito	40º	0,810	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	27º	0,560	0,529
	2. Diferença salarial	48ºA	0,520	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	39º	0,542	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	13º	0,857	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	1ºA	0,976	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	6ºA	0,869	0,818
IDHM	1. Educação	14º	0,639	0,653
	2. Longevidade	6º	0,852	0,835
	3. PIB per capita	20º	0,703	0,743

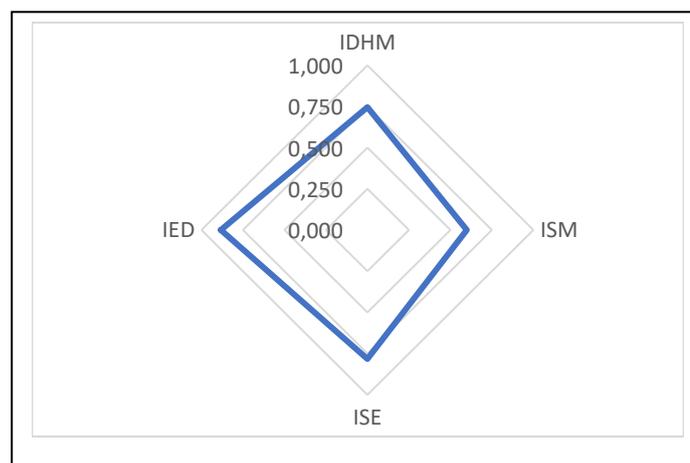
Colatina	IDH	IDA
	0,746	0,745
	6º	5º



Localização do município



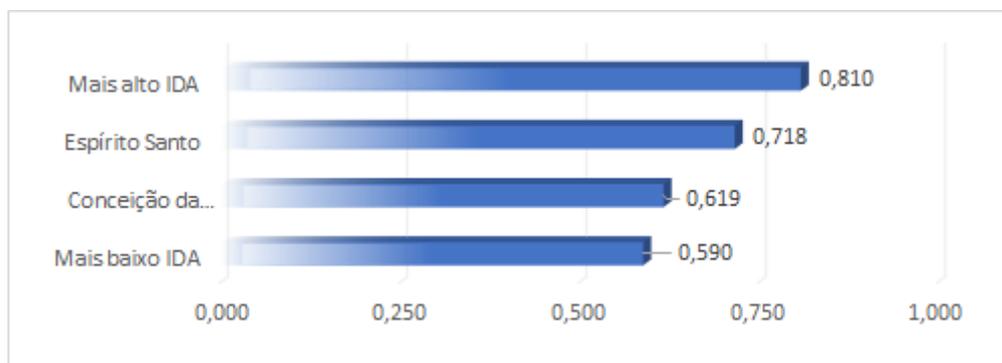
Dimensões agregadas ao IDH



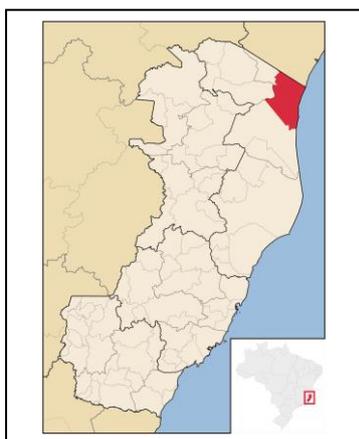
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	55º	0,738	0,678
	2. Óbitos no trânsito	26º	0,830	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	11ºA	0,625	0,529
	2. Diferença salarial	54ºA	0,500	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	11º	0,687	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	4º	0,903	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	7ºA	0,907	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	17ºC	0,840	0,818
IDHM	1. Educação	6º	0,668	0,653
	2. Longevidade	18º	0,841	0,835
	3. PIB per capita	6º	0,738	0,743

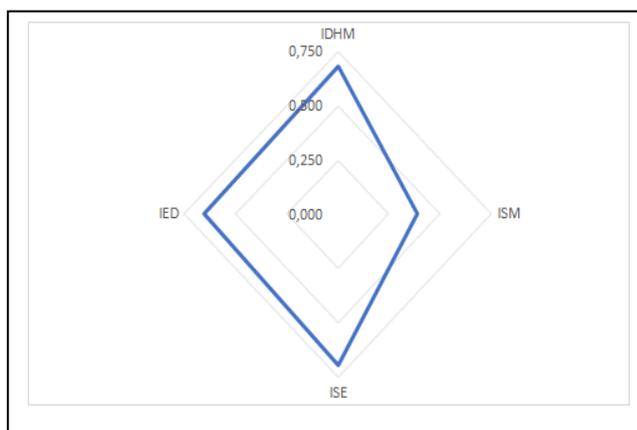
Conceição da Barra	IDH	IDA
	0,681	0,619
	42º	75º



Localização do município



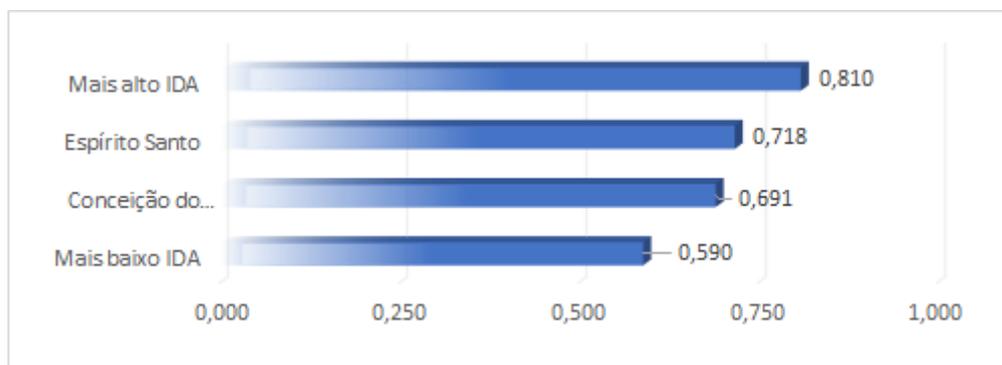
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	73º	0,583	0,678
	2. Óbitos no trânsito	21º	0,839	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	68º	0,391	0,529
	2. Diferença salarial	45ºB	0,529	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	76º	0,281	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	75º	0,695	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	78º	0,529	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	63ºA	0,757	0,818
IDHM	1. Educação	33º	0,603	0,653
	2. Longevidade	62º	0,810	0,835
	3. PIB per capita	60º	0,648	0,743

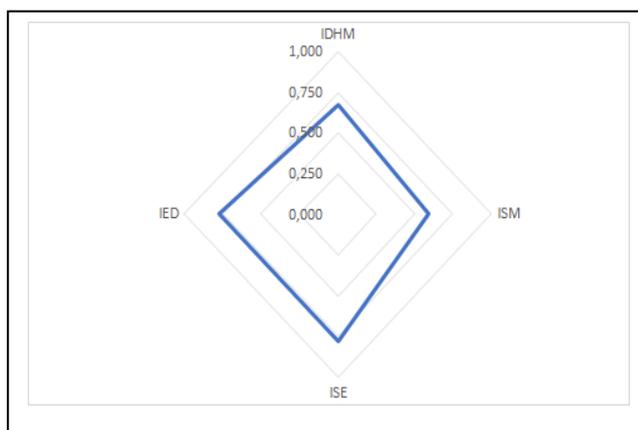
Conceição do Castelo	IDH	IDA
	0,670	0,691
	52º	41º



Localização do município



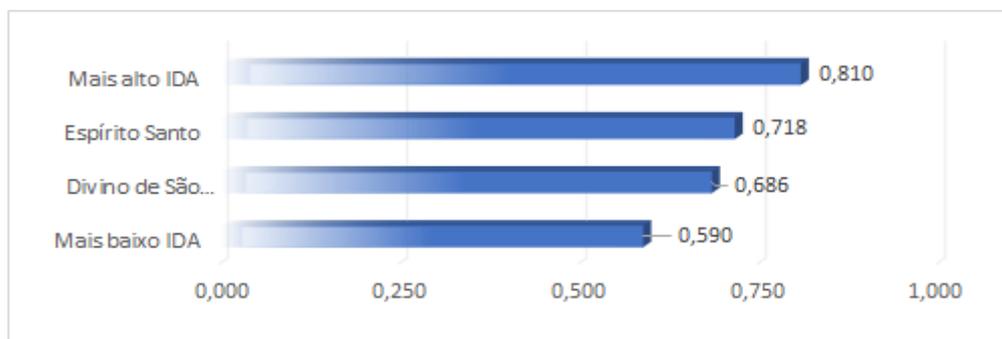
Dimensões agregadas ao IDH



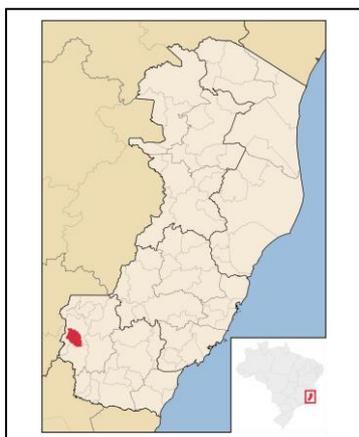
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	37ºB	0,858	0,678
	2. Óbitos no trânsito	73º	0,718	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	19º	0,589	0,529
	2. Diferença salarial	24º	0,618	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	29º	0,582	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	40ºA	0,802	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºE	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	63ºB	0,757	0,818
IDHM	1. Educação	64º	0,541	0,653
	2. Longevidade	63º	0,810	0,835
	3. PIB per capita	32º	0,685	0,743

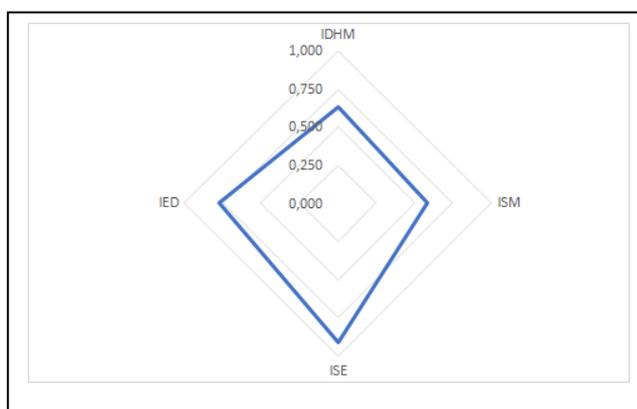
Divino São Lourenço	IDH	IDA
	0,632	0,686
	76º	46º



Localização do município



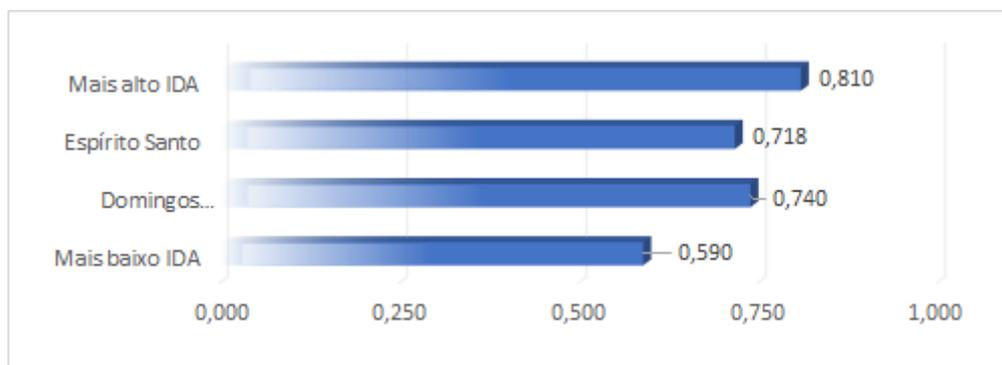
Dimensões agregadas ao IDH



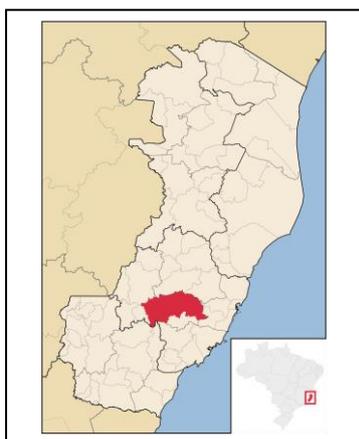
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	6º	0,954	0,678
	2. Óbitos no trânsito	8ºA	0,878	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	35ºA	0,542	0,529
	2. Diferença salarial	6º	0,742	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	51ºB	0,487	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	51ºB	0,772	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºF	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	45º	0,786	0,818
IDHM	1. Educação	75º	0,496	0,653
	2. Longevidade	46º	0,819	0,835
	3. PIB per capita	75º	0,622	0,743

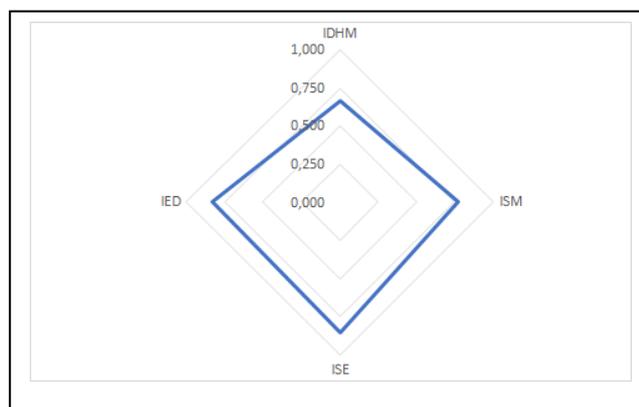
Domingos Martins	IDH	IDA
	0,669	0,740
	55º	9º



Localização do município



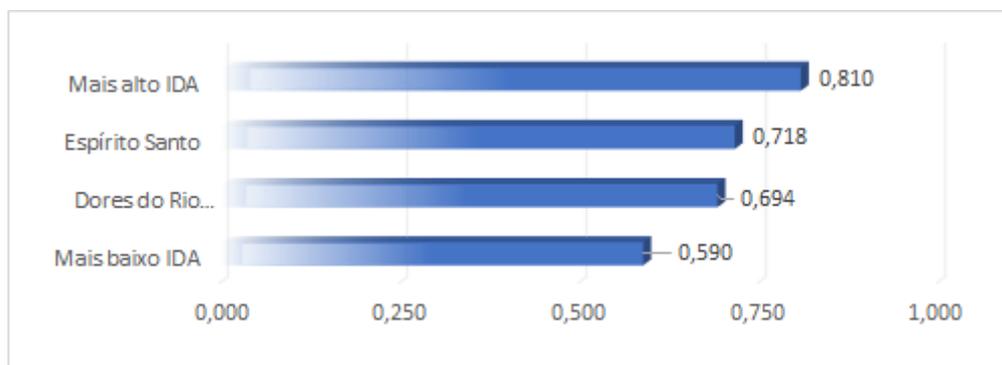
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	20º	0,915	0,678
	2. Óbitos no trânsito	48º	0,799	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	1º	0,801	0,529
	2. Diferença salarial	13º	0,683	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	3º	0,835	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	25º	0,833	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	18ºA	0,838	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	30º	0,821	0,818
IDHM	1. Educação	71º	0,528	0,653
	2. Longevidade	31º	0,833	0,835
	3. PIB per capita	34º	0,680	0,743

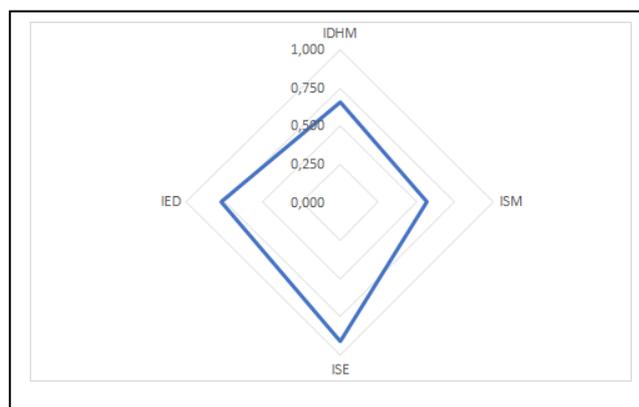
Dores do Rio Preto	IDH	IDA
	0,654	0,694
	70º	37º



Localização do município



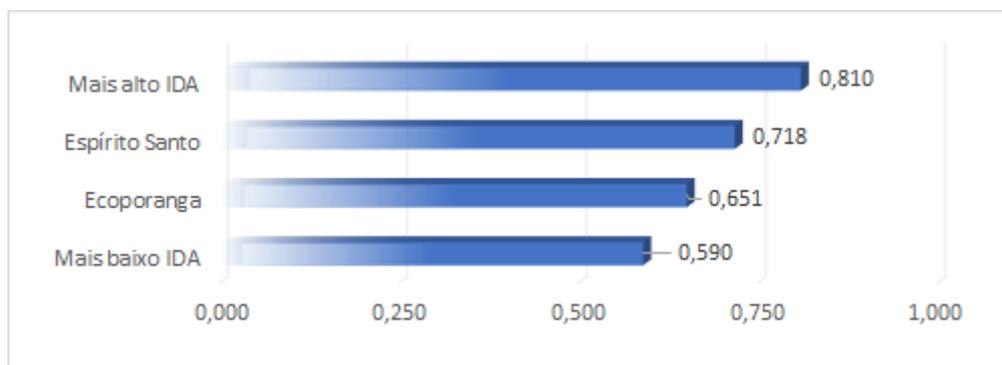
Dimensões agregadas ao IDH



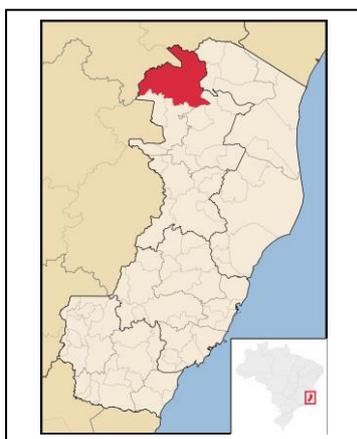
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	13º	0,935	0,678
	2. Óbitos no trânsito	6º	0,886	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	46º	0,522	0,529
	2. Diferença salarial	3º	0,782	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	61º	0,449	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	48º	0,777	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºG	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	56ºA	0,767	0,818
IDHM	1. Educação	63º	0,542	0,653
	2. Longevidade	58º	0,813	0,835
	3. PIB per capita	69º	0,635	0,743

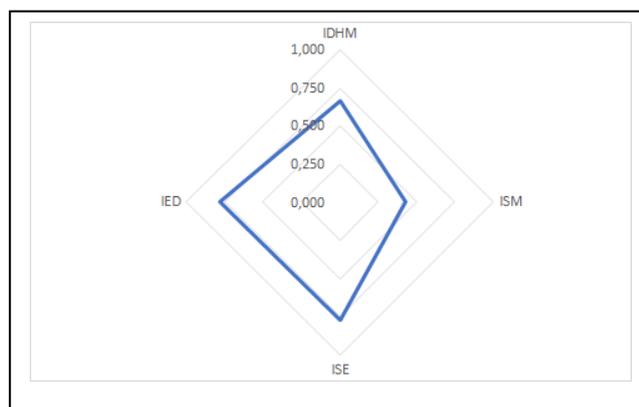
Ecoporanga	IDH	IDA
	0,662	0,651
	63º	68º



Localização do município



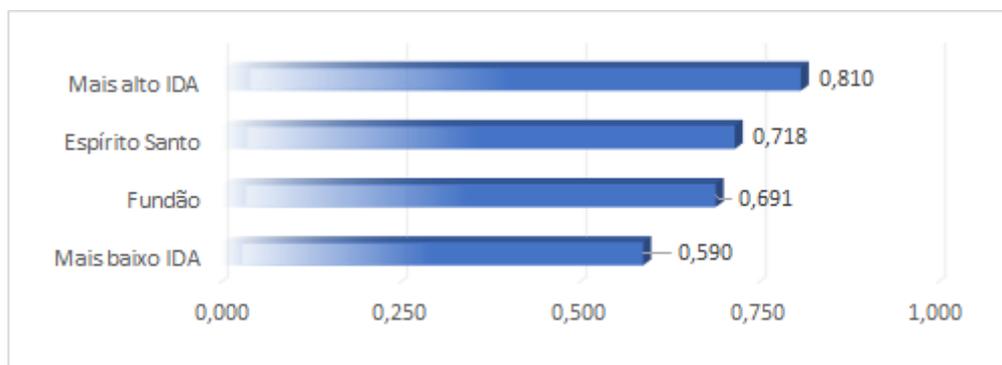
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	64º	0,677	0,678
	2. Óbitos no trânsito	5º	0,890	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	70º	0,381	0,529
	2. Diferença salarial	38ºB	0,562	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	70º	0,378	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	58º	0,753	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºF	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	46ºB	0,782	0,818
IDHM	1. Educação	51º	0,562	0,653
	2. Longevidade	47º	0,819	0,835
	3. PIB per capita	72º	0,631	0,743

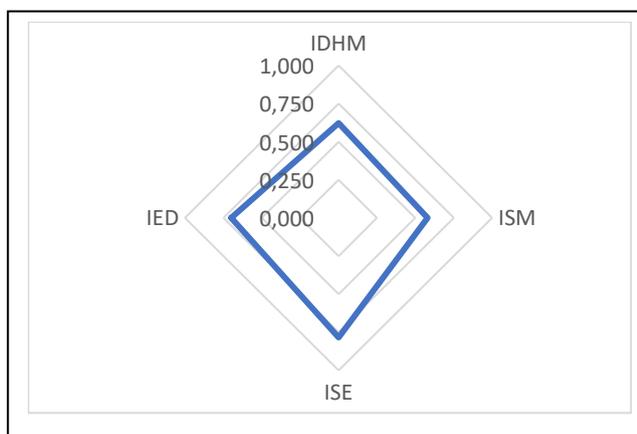
Fundão	IDH	IDA
	0,718	0,691
	20º	40º



Localização do município



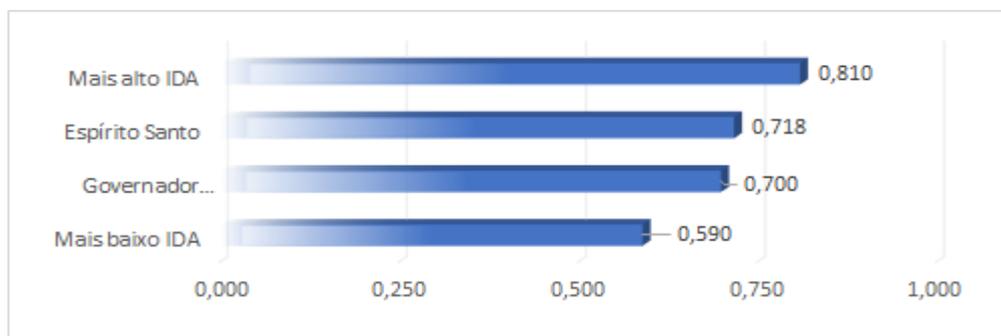
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	63º	0,682	0,678
	2. Óbitos no trânsito	50º	0,796	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	35ºB	0,542	0,529
	2. Diferença salarial	58º	0,471	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	28º	0,548	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	53º	0,769	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	69ºC	0,667	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	20ºB	0,837	0,818
IDHM	1. Educação	23º	0,623	0,653
	2. Longevidade	21º	0,839	0,835
	3. PIB per capita	18º	0,708	0,743

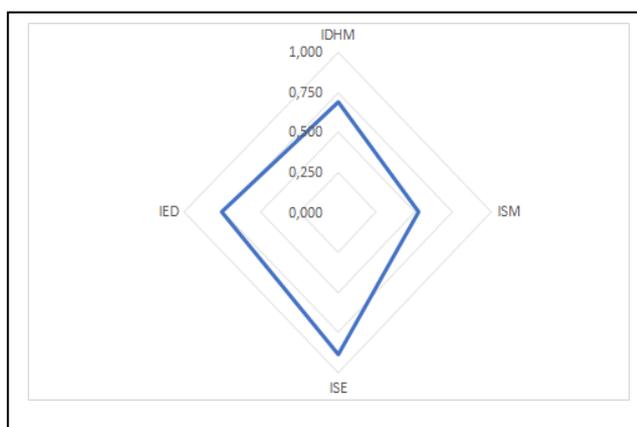
Governador Lindenberg	IDH	IDA
	0,694	0,700
	36º	31º



Localização do município



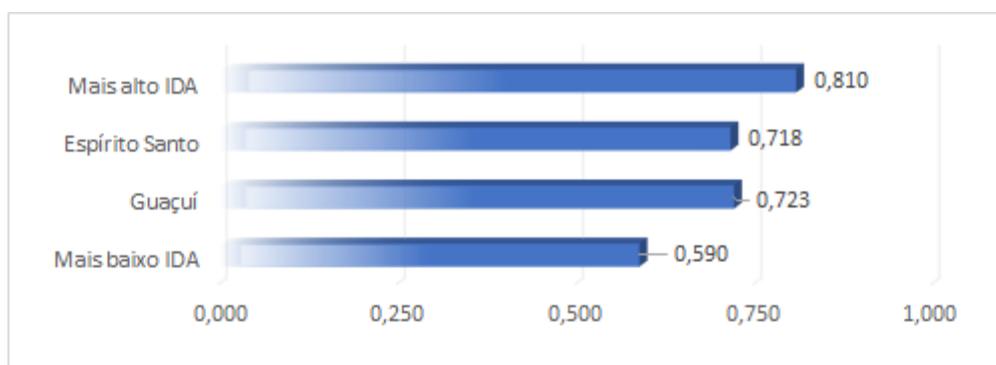
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	24ºA	0,904	0,678
	2. Óbitos no trânsito	12ºA	0,865	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	69º	0,387	0,529
	2. Diferença salarial	8º	0,708	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	41º	0,526	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	35º	0,814	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	69ºD	0,667	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	41ºA	0,792	0,818
IDHM	1. Educação	30º	0,608	0,653
	2. Longevidade	41º	0,823	0,835
	3. PIB per capita	46º	0,669	0,743

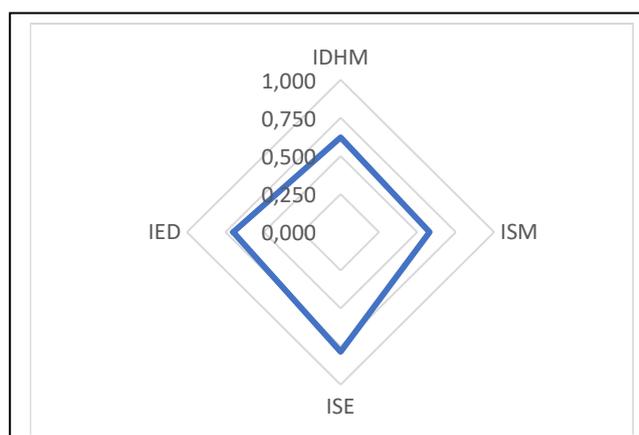
Guaçuí	IDH	IDA
	0,703	0,723
	28º	20º



Localização do município



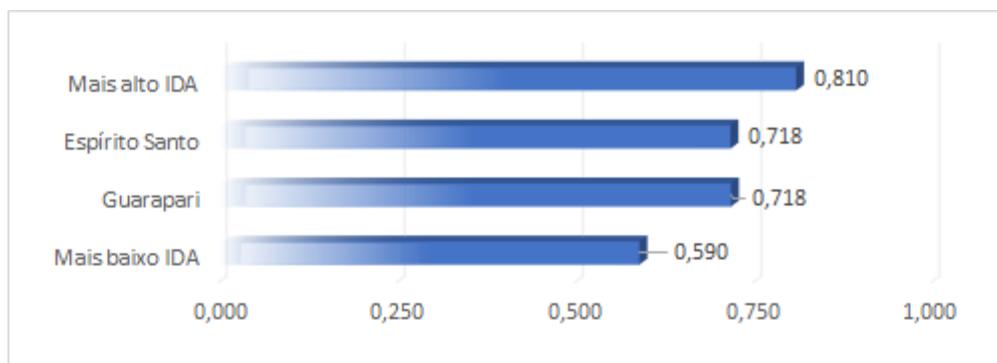
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	27ºA	0,895	0,678
	2. Óbitos no trânsito	41º	0,809	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	42ºB	0,526	0,529
	2. Diferença salarial	15º	0,674	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	7ºA	0,699	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	59ºB	0,752	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	60ºC	0,701	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	10º	0,853	0,818
IDHM	1. Educação	36º	0,595	0,653
	2. Longevidade	10º	0,846	0,835
	3. PIB per capita	28º	0,691	0,743

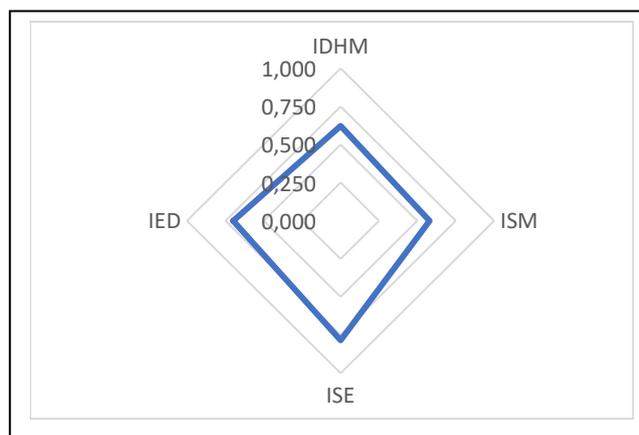
Guarapari	IDH	IDA
	0,731	0,718
	10º	22º



Localização do município



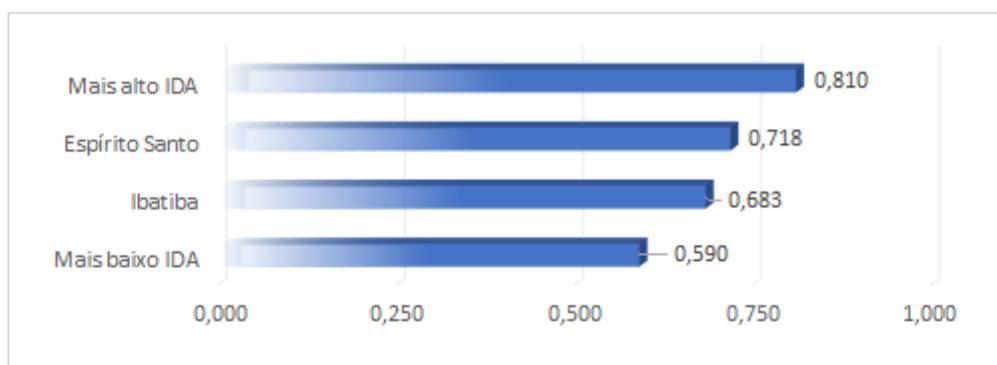
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	68ªA	0,627	0,678
	2. Óbitos no trânsito	17º	0,850	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	17º	0,593	0,529
	2. Diferença salarial	28º	0,593	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	22º	0,625	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	31º	0,817	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºH	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	32ªA	0,811	0,818
IDHM	1. Educação	20º	0,626	0,653
	2. Longevidade	24º	0,837	0,835
	3. PIB per capita	4º	0,746	0,743

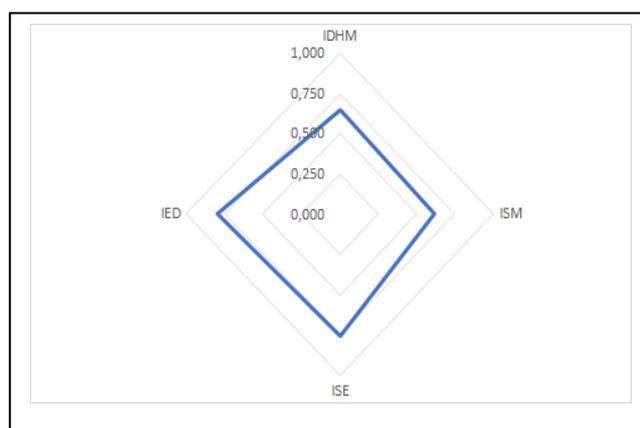
Ibatiba	IDH	IDA
	0,647	0,683
	73º	51º



Localização do município



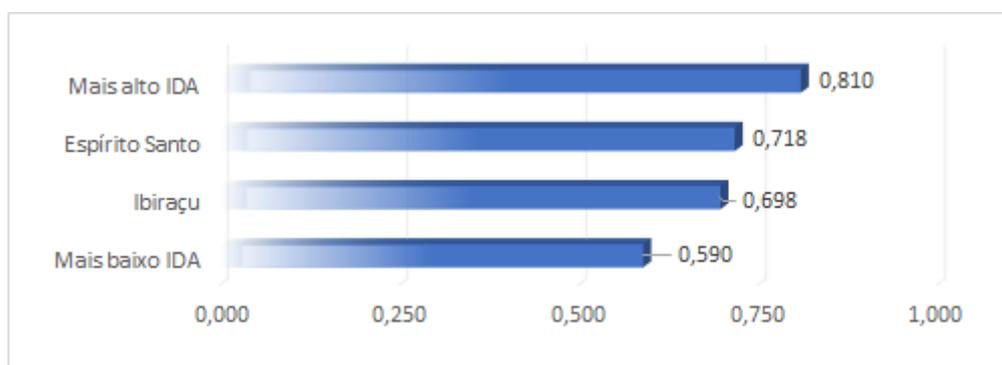
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	58ºB	0,721	0,678
	2. Óbitos no trânsito	43º	0,804	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	32º	0,550	0,529
	2. Diferença salarial	25º	0,615	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	7ºB	0,699	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	63º	0,747	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	18ºB	0,838	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	32ºB	0,811	0,818
IDHM	1. Educação	74º	0,501	0,653
	2. Longevidade	33º	0,830	0,835
	3. PIB per capita	58º	0,651	0,743

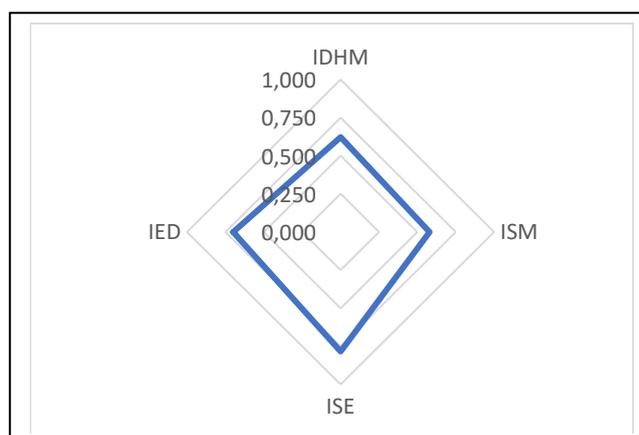
Ibiraçu	IDH	IDA
	0,726	0,698
	16º	32º



Localização do município



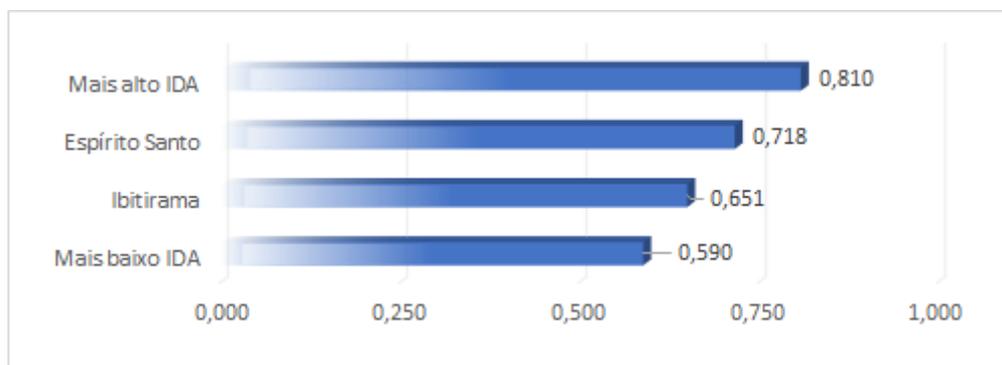
Dimensões agregadas ao IDH



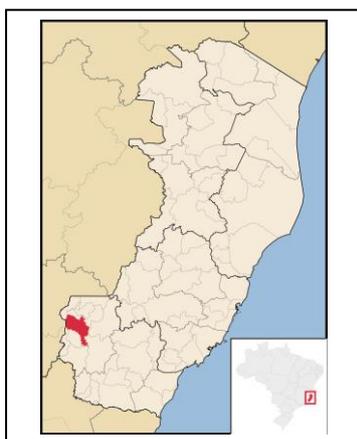
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	44º	0,832	0,678
	2. Óbitos no trânsito	74º	0,689	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	49º	0,506	0,529
	2. Diferença salarial	74ºA	0,366	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	24º	0,609	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	15º	0,852	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºG	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	25ºA	0,824	0,818
IDHM	1. Educação	21º	0,625	0,653
	2. Longevidade	26º	0,835	0,835
	3. PIB per capita	8º	0,733	0,743

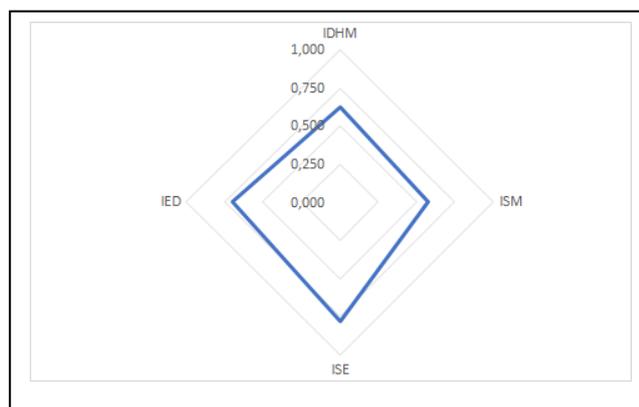
Ibitirama	IDH	IDA
	0,622	0,651
	78º	67º



Localização do município



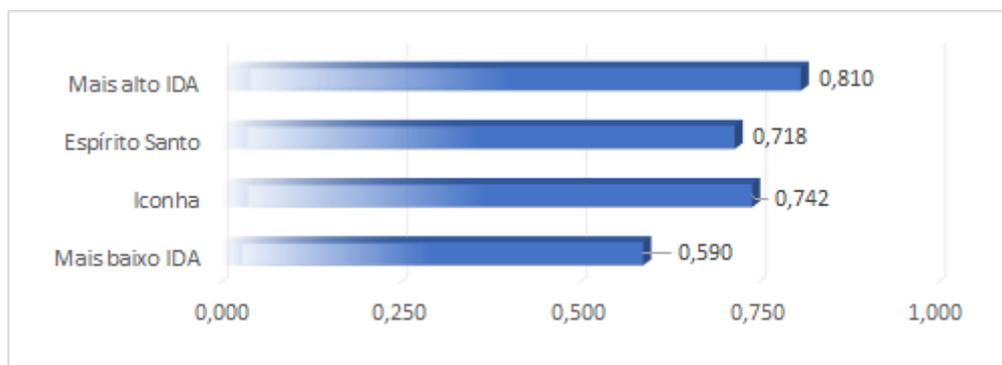
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	42º	0,837	0,678
	2. Óbitos no trânsito	68ºA	0,734	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	20º	0,585	0,529
	2. Diferença salarial	27º	0,602	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	34º	0,553	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	78º	0,684	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	73ºA	0,632	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	43ºA	0,789	0,818
IDHM	1. Educação	77º	0,481	0,653
	2. Longevidade	43º	0,821	0,835
	3. PIB per capita	78º	0,609	0,743

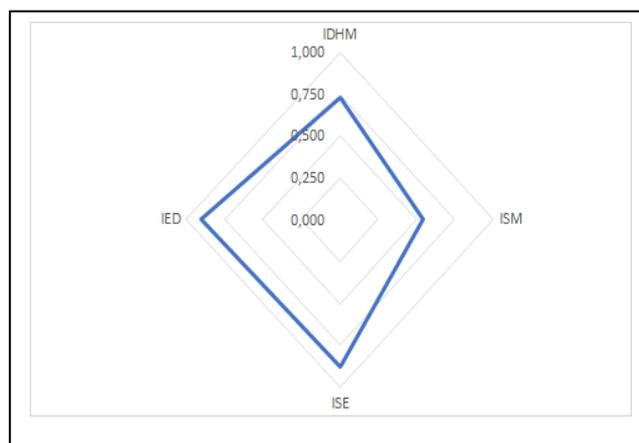
Iconha	IDH	IDA
	0,729	0,742
	12º	7º



Localização do município



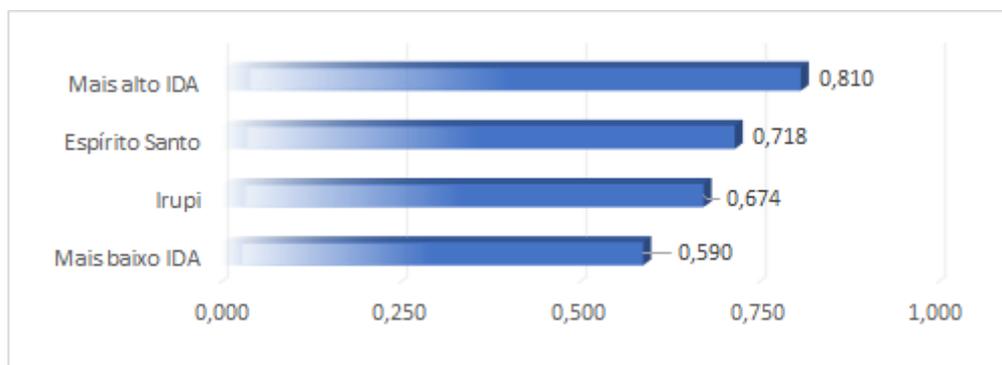
Dimensões agregadas ao IDH



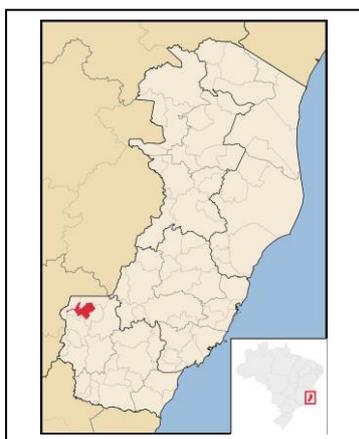
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	14ºB	0,934	0,678
	2. Óbitos no trânsito	29º	0,825	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	44ºB	0,525	0,529
	2. Diferença salarial	44º	0,531	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	31º	0,573	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	1º	0,942	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	1ºB	0,976	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	32ºC	0,811	0,818
IDHM	1. Educação	9º	0,658	0,653
	2. Longevidade	34º	0,830	0,835
	3. PIB per capita	16º	0,709	0,743

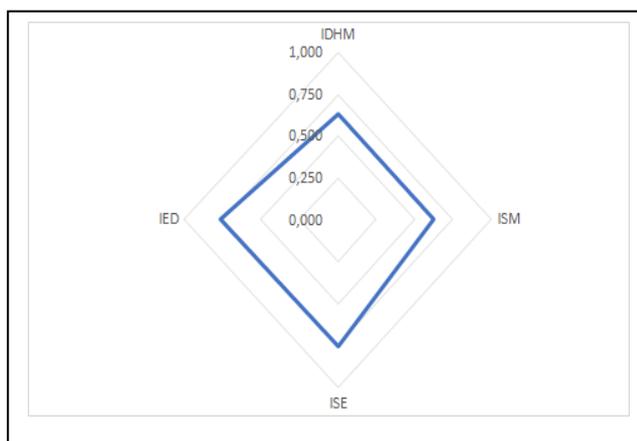
Irupi	IDH	IDA
	0,637	0,674
	75º	56º



Localização do município



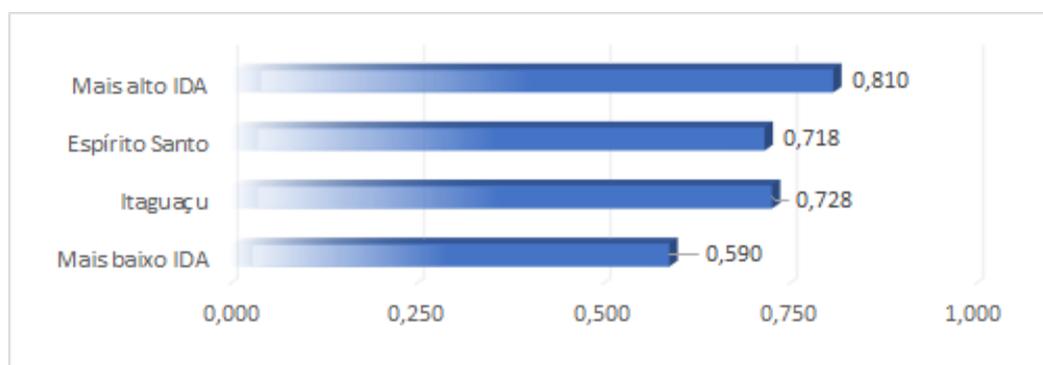
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	49º	0,805	0,678
	2. Óbitos no trânsito	72º	0,719	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	14º	0,612	0,529
	2. Diferença salarial	32º	0,578	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	12º	0,685	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	67ºA	0,739	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	18ºC	0,838	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	75º	0,725	0,818
IDHM	1. Educação	76º	0,493	0,653
	2. Longevidade	75º	0,798	0,835
	3. PIB per capita	55º	0,658	0,743

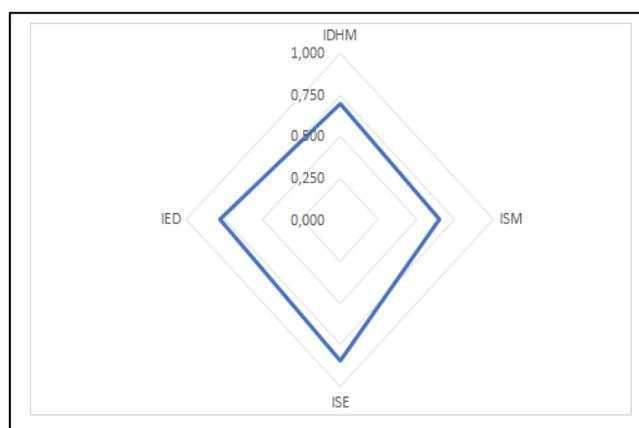
Itaguaçu	IDH	IDA
	0,702	0,728
	30º	17º



Localização do município



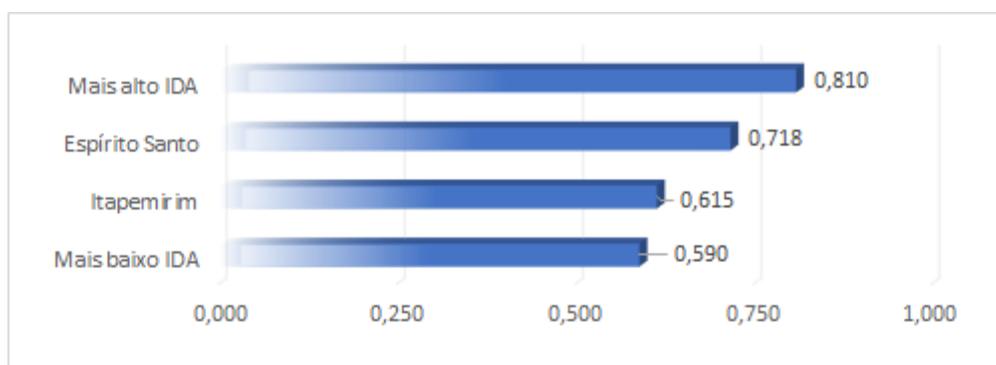
Dimensões agregadas ao IDH



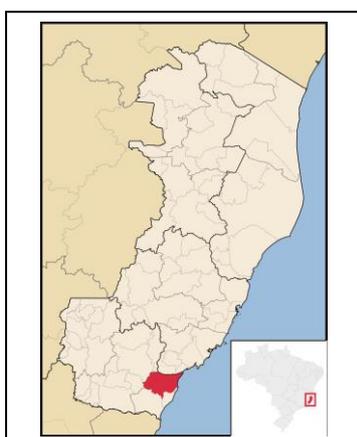
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	45ºB	0,823	0,678
	2. Óbitos no trânsito	10º	0,870	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	16º	0,606	0,529
	2. Diferença salarial	11ºA	0,692	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	18º	0,648	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	34º	0,815	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºH	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	71ºA	0,735	0,818
IDHM	1. Educação	13º	0,641	0,653
	2. Longevidade	71º	0,802	0,835
	3. PIB per capita	42º	0,672	0,743

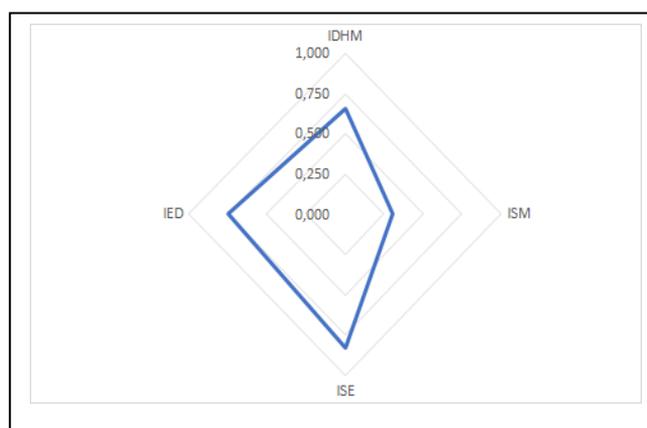
Itapemirim	IDH	IDA
	0,654	0,615
	71º	77º



Localização do município



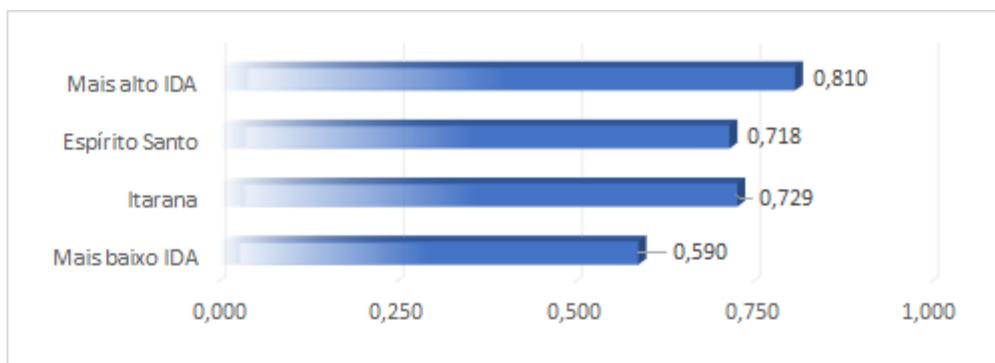
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	40º	0,852	0,678
	2. Óbitos no trânsito	34ºA	0,817	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	78º	0,250	0,529
	2. Diferença salarial	53º	0,507	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	78º	0,232	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	55º	0,761	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	53ºC	0,735	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	67ºA	0,754	0,818
IDHM	1. Educação	67º	0,540	0,653
	2. Longevidade	68º	0,808	0,835
	3. PIB per capita	65º	0,640	0,743

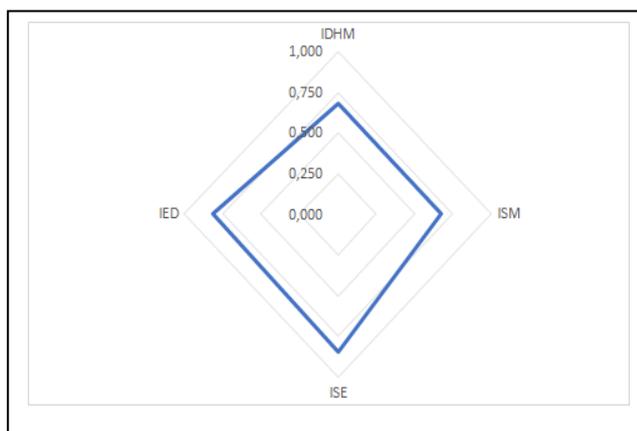
Itarana	IDH	IDA
	0,684	0,729
	39º	16º



Localização do município



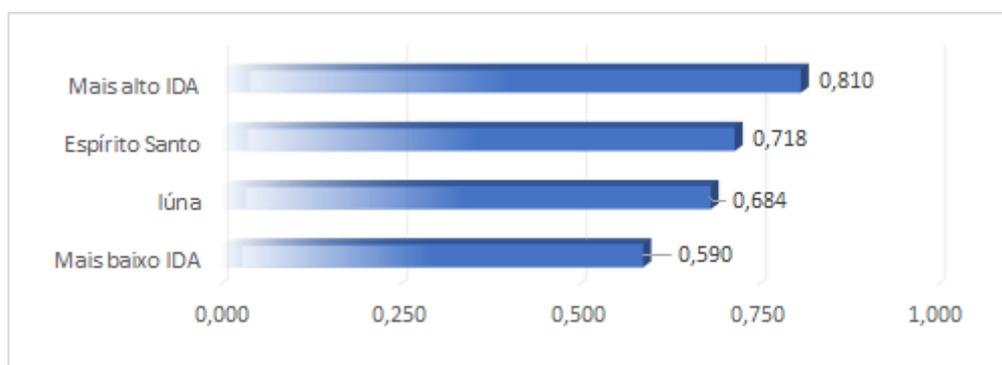
Dimensões agregadas ao IDH



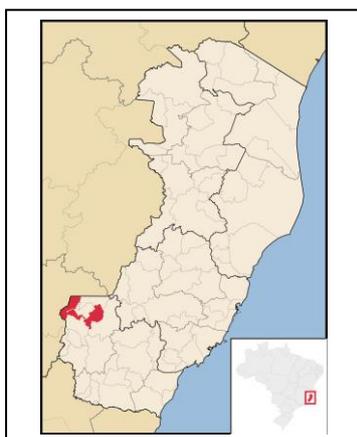
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	36º	0,866	0,678
	2. Óbitos no trânsito	23º	0,832	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	3º	0,705	0,529
	2. Diferença salarial	17ºA	0,655	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	13º	0,675	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	30º	0,822	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	13ºC	0,873	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	67ºB	0,754	0,818
IDHM	1. Educação	48º	0,568	0,653
	2. Longevidade	67º	0,809	0,835
	3. PIB per capita	24º	0,696	0,743

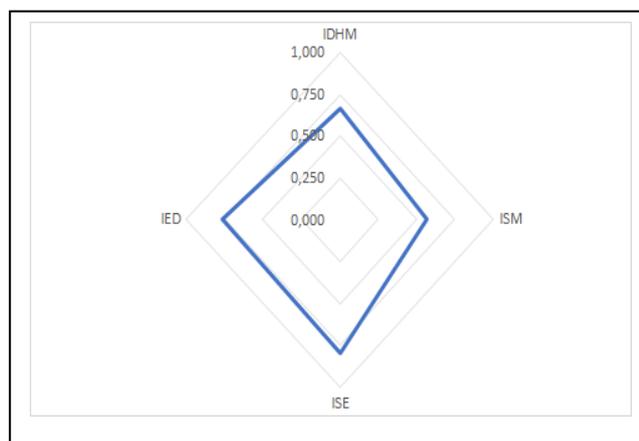
Ílúna	IDH	IDA
	0,666	0,684
	60º	48º



Localização do município



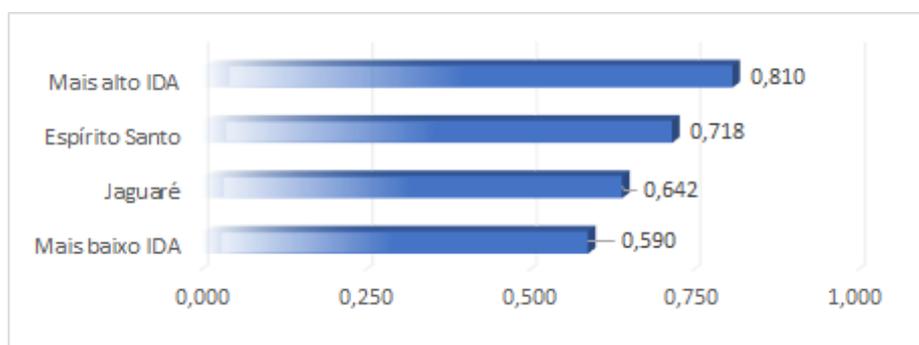
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	43º	0,833	0,678
	2. Óbitos no trânsito	59º	0,766	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	53º	0,486	0,529
	2. Diferença salarial	31º	0,582	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	15ºB	0,657	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	49ºB	0,776	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	60ºD	0,701	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	32ºD	0,811	0,818
IDHM	1. Educação	68º	0,537	0,653
	2. Longevidade	36º	0,829	0,835
	3. PIB per capita	50º	0,665	0,743

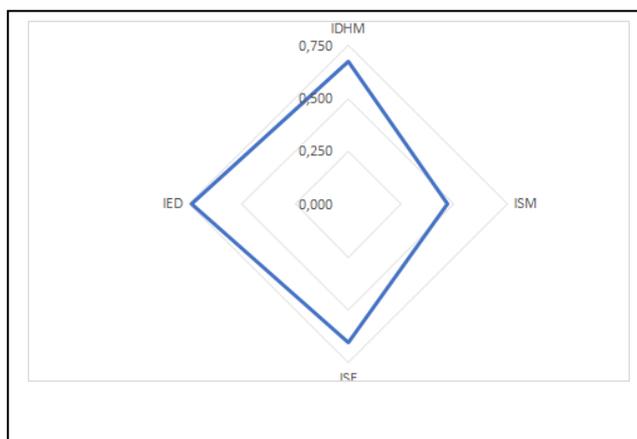
Jaguaré	IDH	IDA
	0,678	0,642
	46º	71º



Localização do município



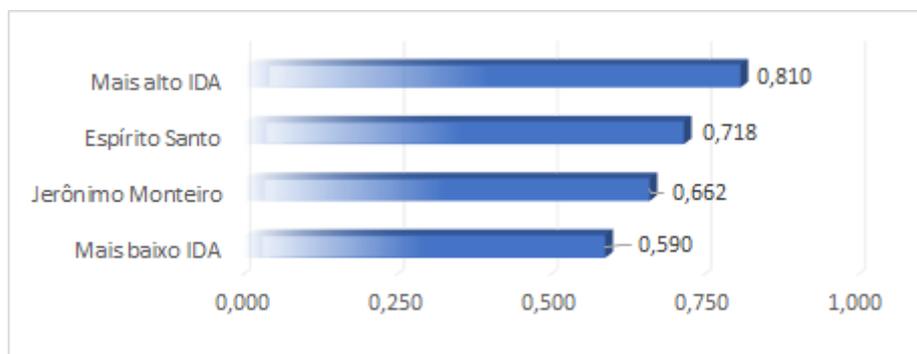
Dimensões agregadas ao IDH



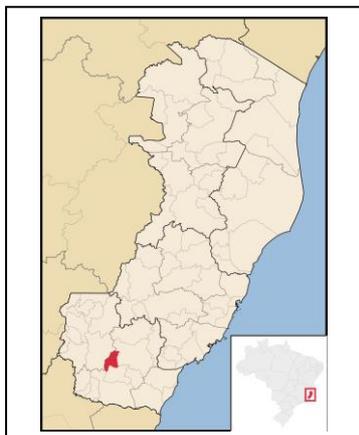
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	67º	0,629	0,678
	2. Óbitos no trânsito	76º	0,674	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	48º	0,511	0,529
	2. Diferença salarial	72º	0,409	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	51ºC	0,487	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	56º	0,755	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	60ºE	0,701	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	63ºC	0,757	0,818
IDHM	1. Educação	49º	0,568	0,653
	2. Longevidade	64º	0,810	0,835
	3. PIB per capita	38º	0,678	0,743

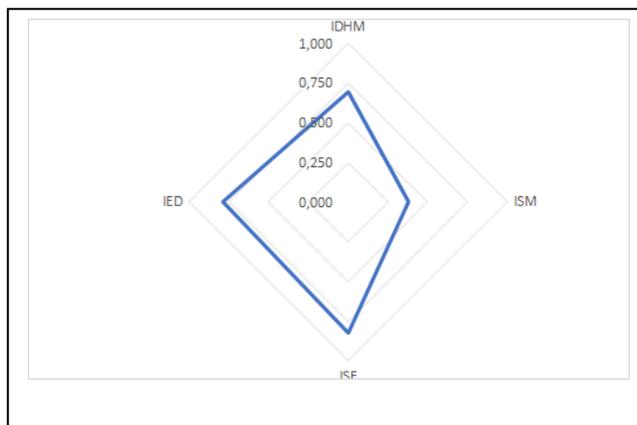
Jerônimo Monteiro	IDH	IDA
	0,698	0,662
	32º	64º



Localização do município



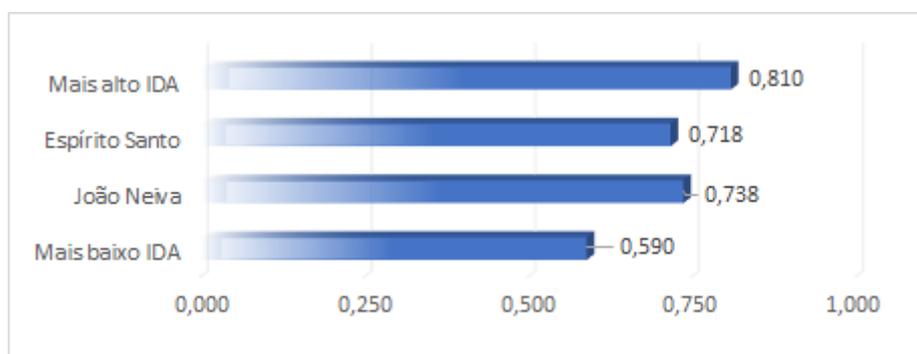
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	17º	0,923	0,678
	2. Óbitos no trânsito	71º	0,731	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	73º	0,369	0,529
	2. Diferença salarial	51ºB	0,516	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	74º	0,292	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	59ºC	0,752	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºI	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	11ºB	0,850	0,818
IDHM	1. Educação	38º	0,589	0,653
	2. Longevidade	13º	0,844	0,835
	3. PIB per capita	33º	0,685	0,743

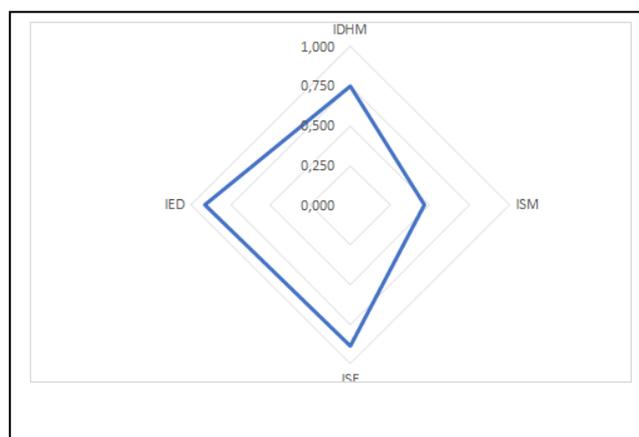
João Neiva	IDH	IDA
	0,753	0,738
	3º	12º



Localização do município



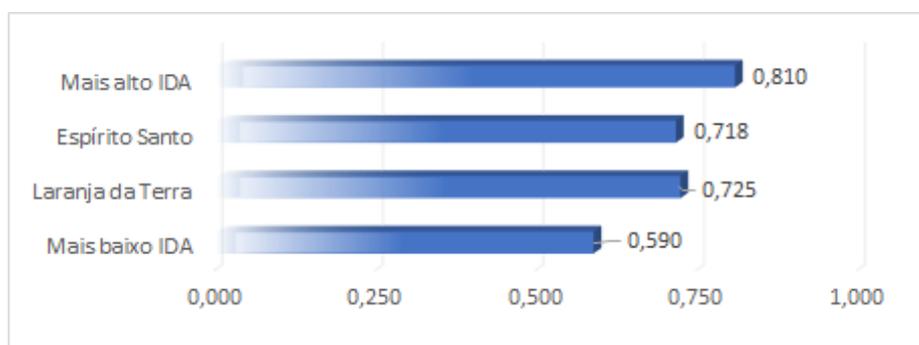
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	4º	0,961	0,678
	2. Óbitos no trânsito	36ºA	0,815	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	23ºA	0,569	0,529
	2. Diferença salarial	78º	0,303	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	27º	0,592	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	6º	0,885	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	1ºC	0,976	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	3º	0,882	0,818
IDHM	1. Educação	8º	0,663	0,653
	2. Longevidade	2º	0,857	0,835
	3. PIB per capita	3º	0,751	0,743

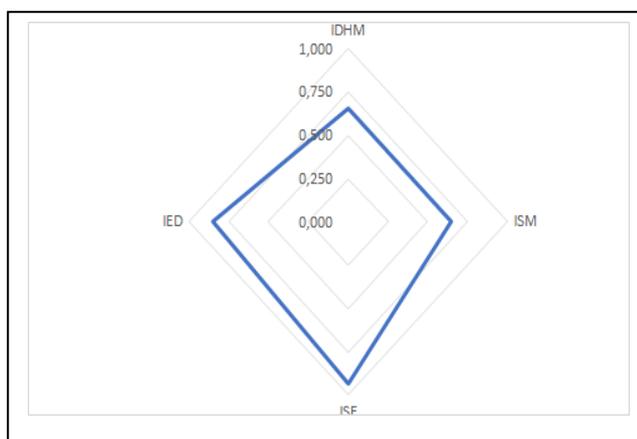
Laranja da Terra	IDH	IDA
	0,656	0,725
	67º	19º



Localização do município



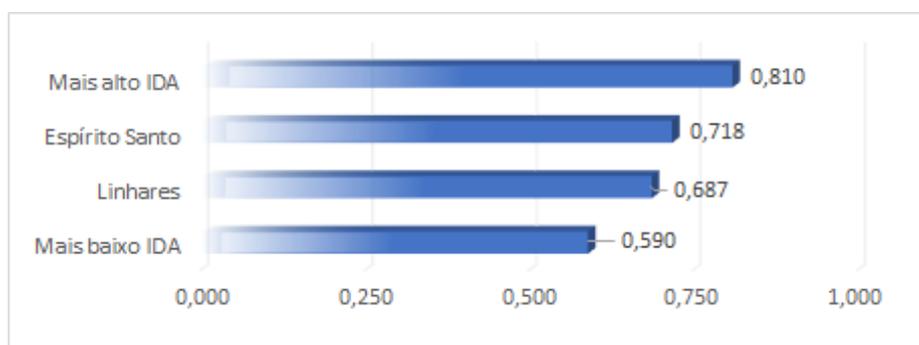
Dimensões agregadas ao IDH



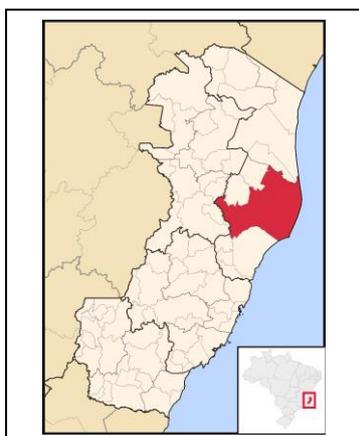
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	10º	0,942	0,678
	2. Óbitos no trânsito	1º	0,932	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	22º	0,578	0,529
	2. Diferença salarial	4º	0,753	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	21º	0,630	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	19º	0,849	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	4ºA	0,942	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	63ºD	0,757	0,818
IDHM	1. Educação	57º	0,550	0,653
	2. Longevidade	65º	0,810	0,835
	3. PIB per capita	71º	0,633	0,743

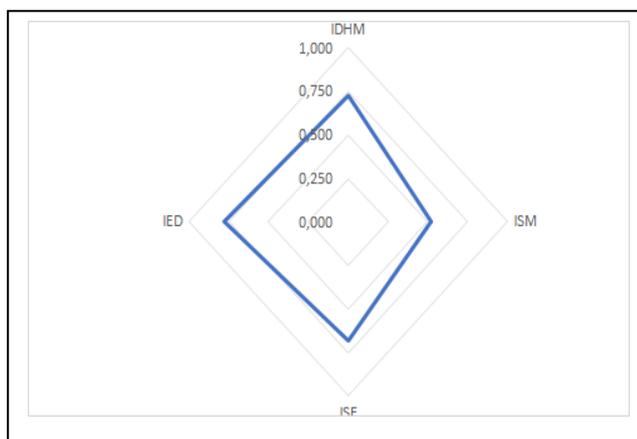
Linhares	IDH	IDA
	0,724	0,687
	17º	45º



Localização do município



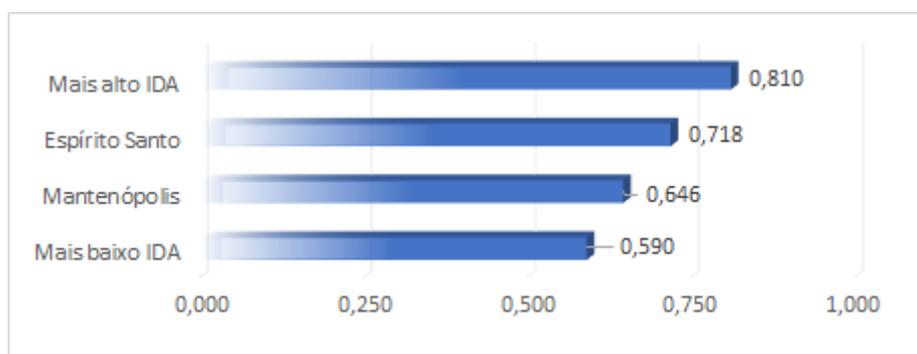
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	72º	0,601	0,678
	2. Óbitos no trânsito	53ºB	0,781	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	34º	0,546	0,529
	2. Diferença salarial	61ºA	0,467	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	32ºB	0,560	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	38º	0,807	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	60ºF	0,701	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	25ºB	0,824	0,818
IDHM	1. Educação	18º	0,630	0,653
	2. Longevidade	28º	0,834	0,835
	3. PIB per capita	11º	0,721	0,743

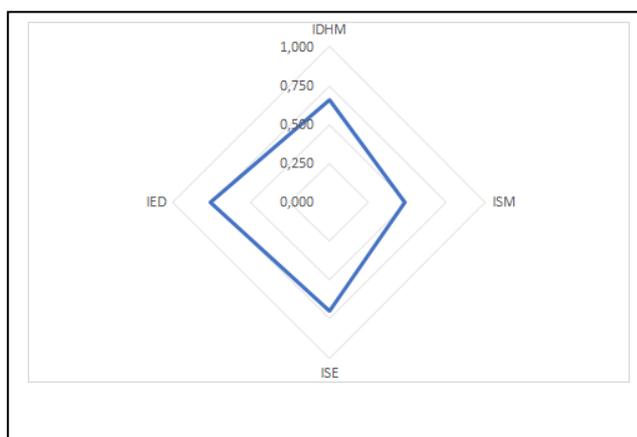
Mantenópolis	IDH	IDA
	0,657	0,646
	66º	70º



Localização do município



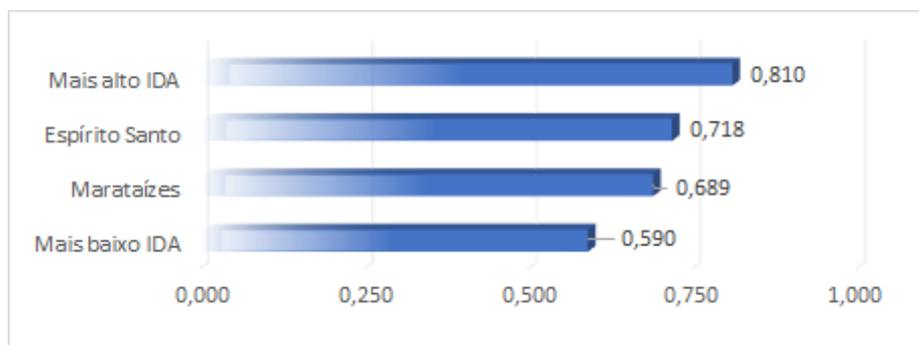
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	74º	0,555	0,678
	2. Óbitos no trânsito	8ºB	0,878	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	74º	0,368	0,529
	2. Diferença salarial	56º	0,482	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	20º	0,638	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	73º	0,706	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºI	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	60ºB	0,760	0,818
IDHM	1. Educação	56º	0,551	0,653
	2. Longevidade	66º	0,810	0,835
	3. PIB per capita	67º	0,636	0,743

Marataízes	IDH	IDA
	0,696	0,689
	33º	42º



Localização do município



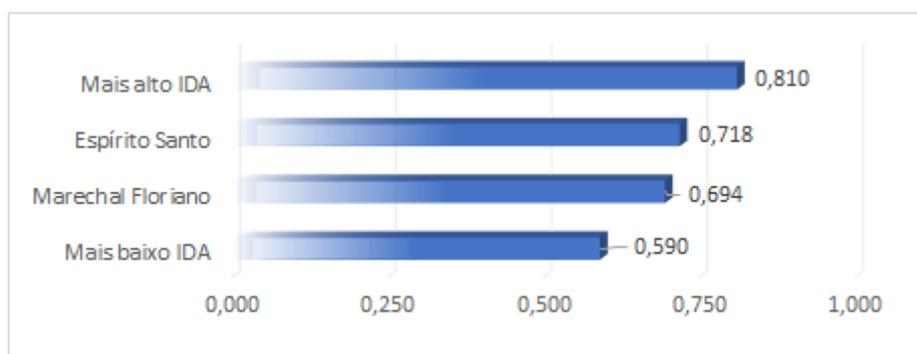
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	45°C	0,823	0,678
	2. Óbitos no trânsito	22º	0,834	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	75º	0,361	0,529
	2. Diferença salarial	26º	0,609	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	37º	0,547	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	45º	0,787	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	60ºG	0,701	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	9º	0,856	0,818
IDHM	1. Educação	41º	0,588	0,653
	2. Longevidade	9º	0,847	0,835
	3. PIB per capita	39º	0,676	0,743

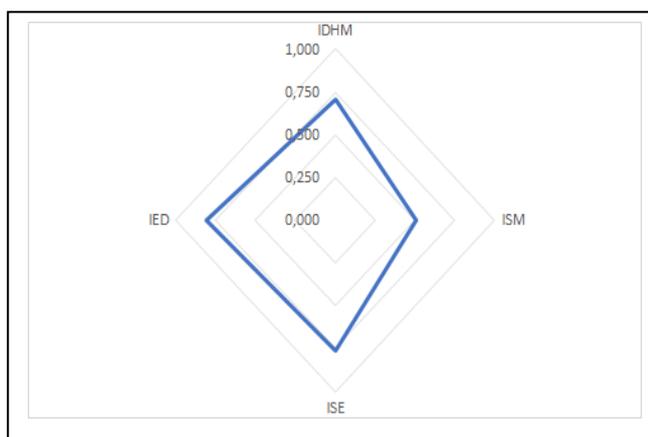
Marechal Floriano	IDH	IDA
	0,710	0,694
	24º	36º



Localização do município



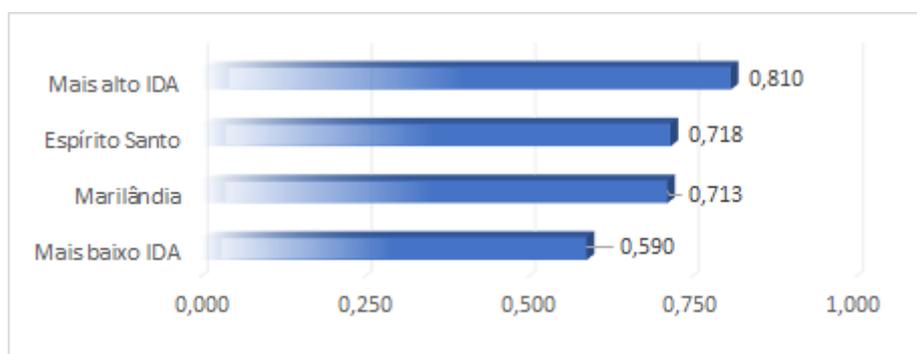
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	39º	0,854	0,678
	2. Óbitos no trânsito	75º	0,679	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	28ºA	0,556	0,529
	2. Diferença salarial	54ºB	0,500	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	55º	0,478	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	26º	0,831	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	53ºD	0,735	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	8º	0,862	0,818
IDHM	1. Educação	39º	0,589	0,653
	2. Longevidade	8º	0,849	0,835
	3. PIB per capita	15º	0,715	0,743

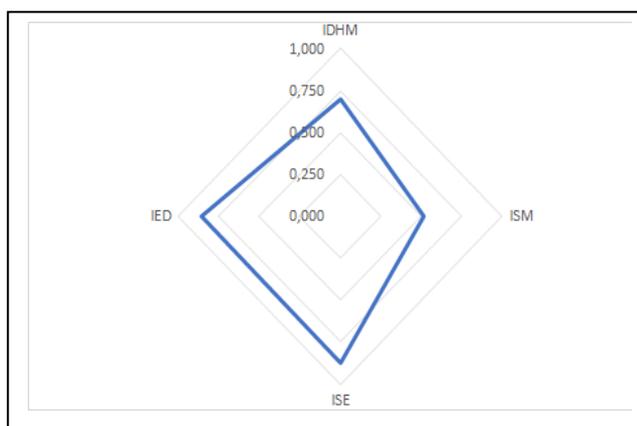
Marilândia	IDH	IDA
	0,696	0,713
	34º	24º



Localização do município



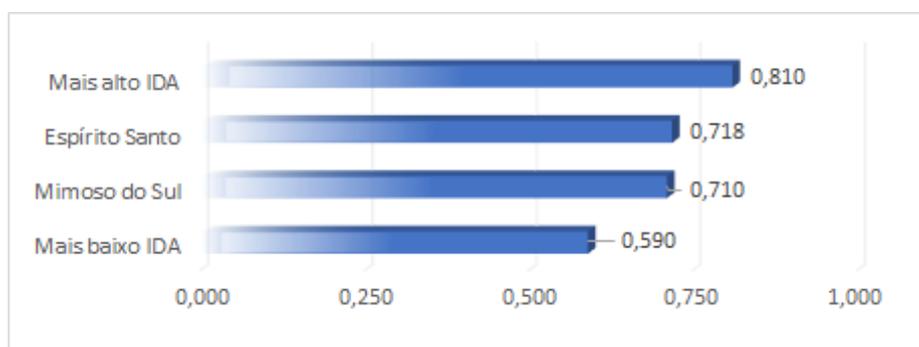
Dimensões agregadas ao IDH



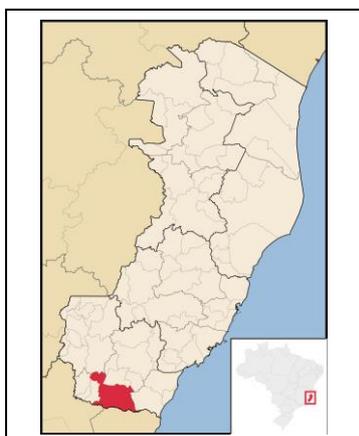
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	3º	0,963	0,678
	2. Óbitos no trânsito	45ºA	0,802	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	58ºB	0,477	0,529
	2. Diferença salarial	40º	0,559	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	44º	0,523	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	8º	0,881	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	7º	0,907	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	41ºB	0,792	0,818
IDHM	1. Educação	28º	0,612	0,653
	2. Longevidade	42º	0,823	0,835
	3. PIB per capita	48º	0,668	0,743

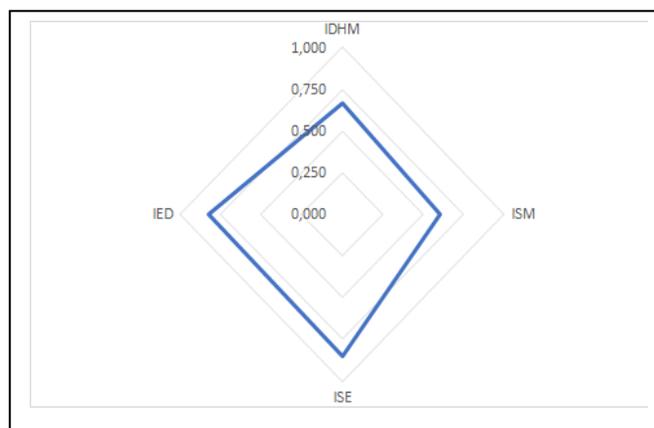
Mimoso do Sul	IDH	IDA
	0,670	0,710
	53º	25º



Localização do município



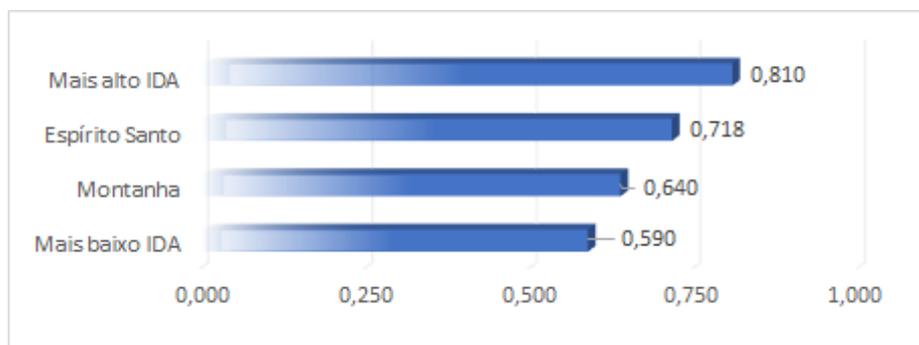
Dimensões agregadas ao IDH



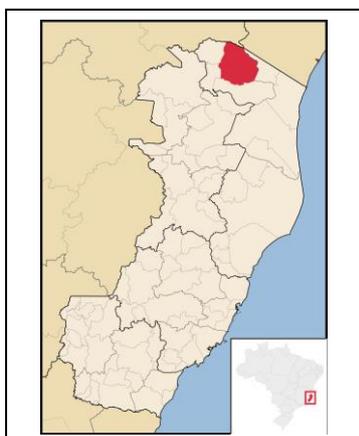
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	21º	0,912	0,678
	2. Óbitos no trânsito	45ºB	0,802	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	18º	0,592	0,529
	2. Diferença salarial	17ºB	0,655	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	30º	0,574	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	28º	0,827	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	18ºD	0,838	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	38ºB	0,805	0,818
IDHM	1. Educação	65º	0,541	0,653
	2. Longevidade	39º	0,827	0,835
	3. PIB per capita	43º	0,672	0,743

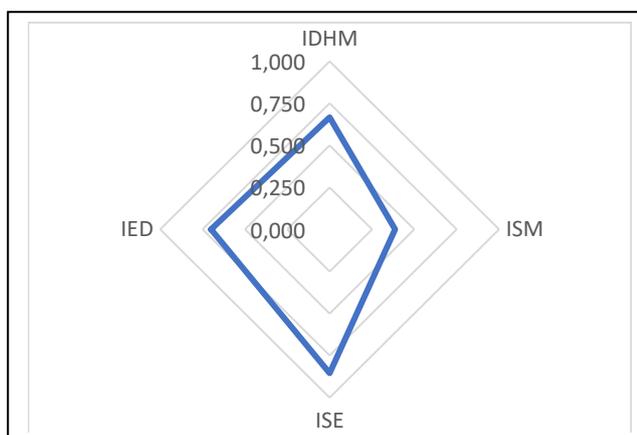
Montanha	IDH	IDA
	0,667	0,640
	57º	72º



Localização do município



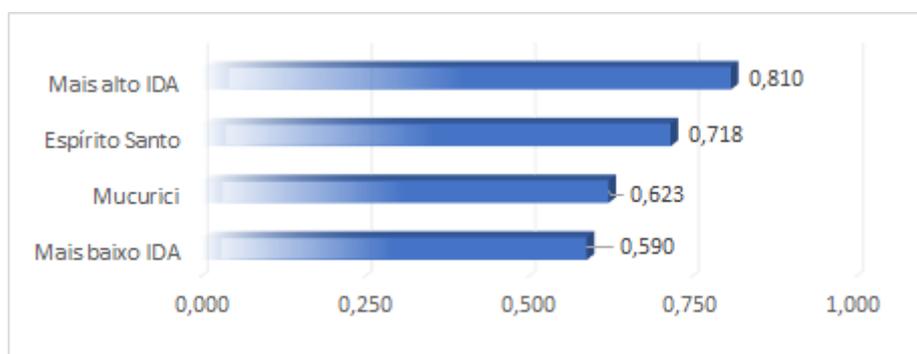
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	27ºB	0,895	0,678
	2. Óbitos no trânsito	36ºB	0,815	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	61º	0,470	0,529
	2. Diferença salarial	76º	0,365	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	72º	0,336	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	67ºB	0,739	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	75ºA	0,598	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	48ºA	0,776	0,818
IDHM	1. Educação	70º	0,535	0,653
	2. Longevidade	49º	0,816	0,835
	3. PIB per capita	36º	0,679	0,743

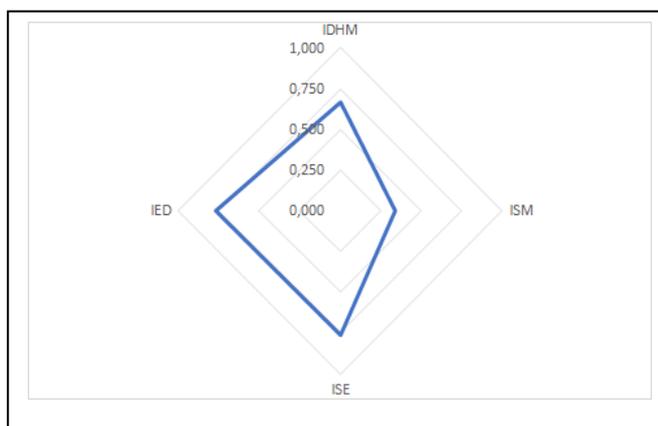
Mucurici	IDH	IDA
	0,666	0,623
	59º	74º



Localização do município



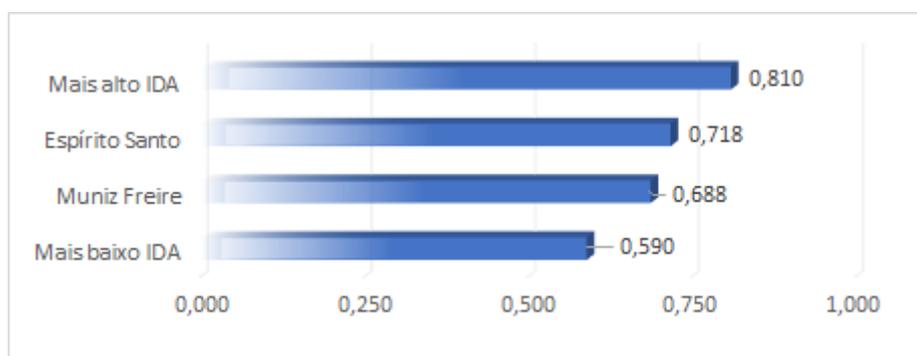
Dimensões agregadas ao IDH



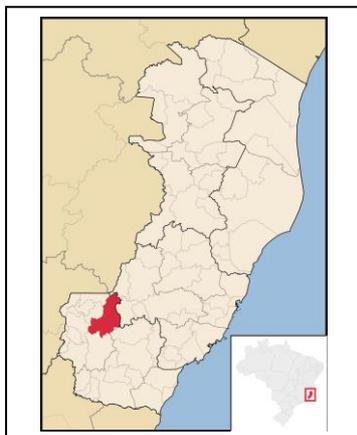
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	50º	0,779	0,678
	2. Óbitos no trânsito	66º	0,741	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	67º	0,399	0,529
	2. Diferença salarial	71º	0,414	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	77º	0,243	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	62º	0,750	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	53ºE	0,735	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	37º	0,808	0,818
IDHM	1. Educação	46º	0,577	0,653
	2. Longevidade	38º	0,828	0,835
	3. PIB per capita	77º	0,617	0,743

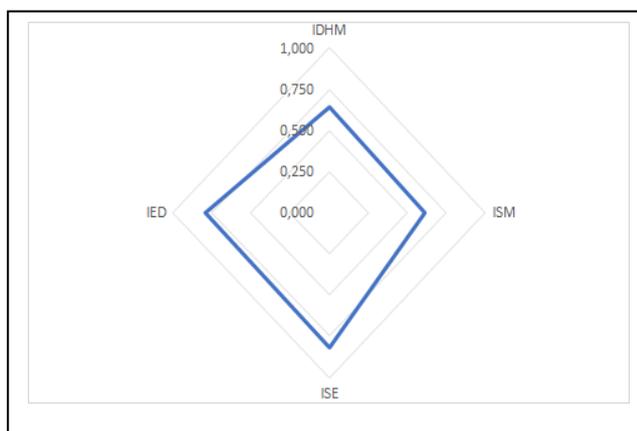
Muniz Freire	IDH	IDA
	0,645	0,688
	74º	43º



Localização do município



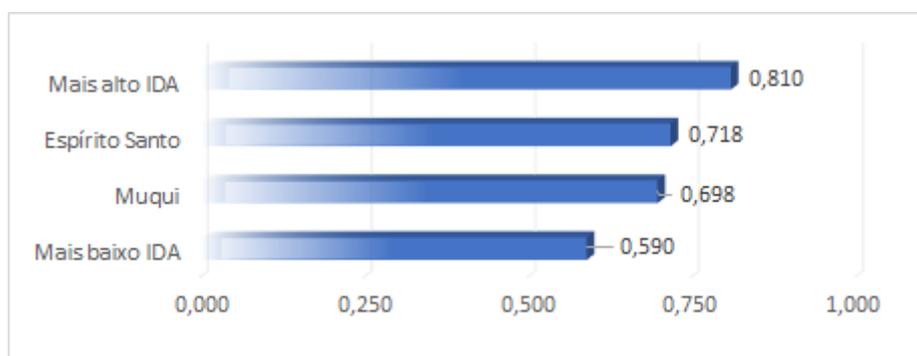
Dimensões agregadas ao IDH



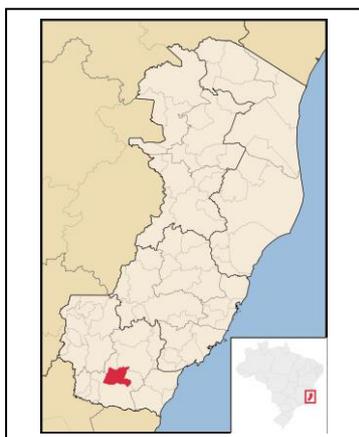
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	32ºA	0,876	0,678
	2. Óbitos no trânsito	60º	0,761	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	54ºB	0,485	0,529
	2. Diferença salarial	7º	0,732	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	17º	0,651	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	67ºC	0,739	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	18ºE	0,838	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	43ºB	0,789	0,818
IDHM	1. Educação	73º	0,512	0,653
	2. Longevidade	44º	0,821	0,835
	3. PIB per capita	66º	0,637	0,743

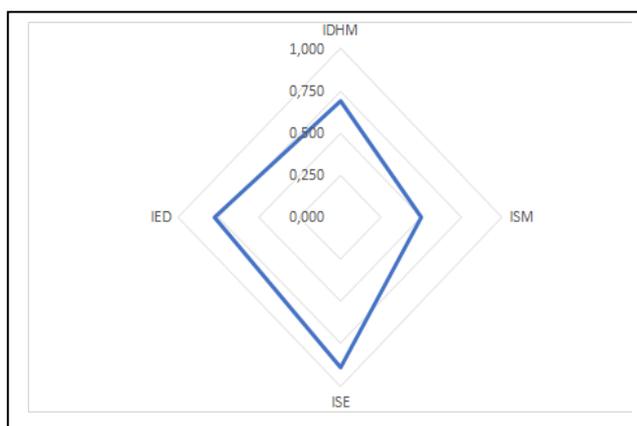
Muqui	IDH	IDA
	0,694	0,698
	35º	33º



Localização do município



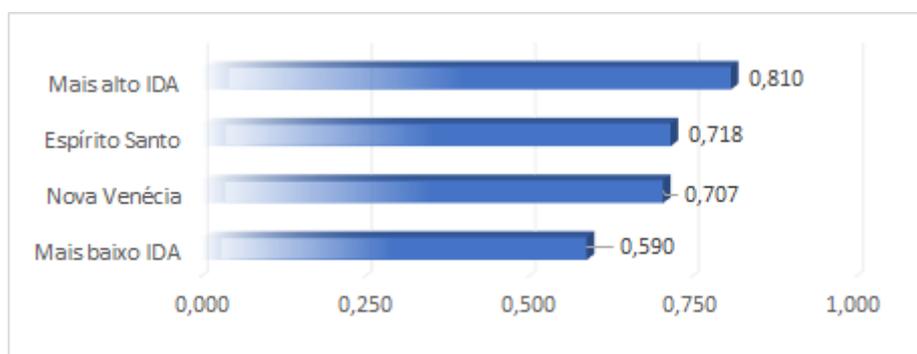
Dimensões agregadas ao IDH



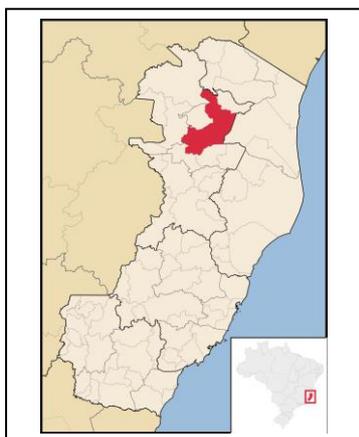
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	2º	0,971	0,678
	2. Óbitos no trânsito	32º	0,822	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	65º	0,408	0,529
	2. Diferença salarial	22º	0,636	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	56ºB	0,477	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	42º	0,797	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºJ	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	71ºB	0,735	0,818
IDHM	1. Educação	27º	0,619	0,653
	2. Longevidade	72º	0,802	0,835
	3. PIB per capita	41º	0,673	0,743

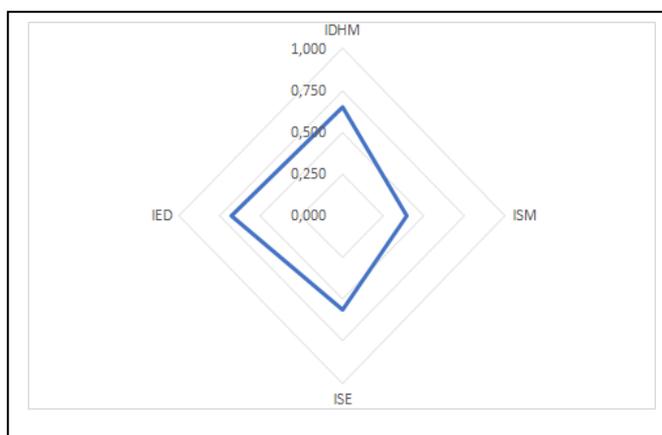
Nova Venécia	IDH	IDA
	0,712	0,707
	22º	27º



Localização do município



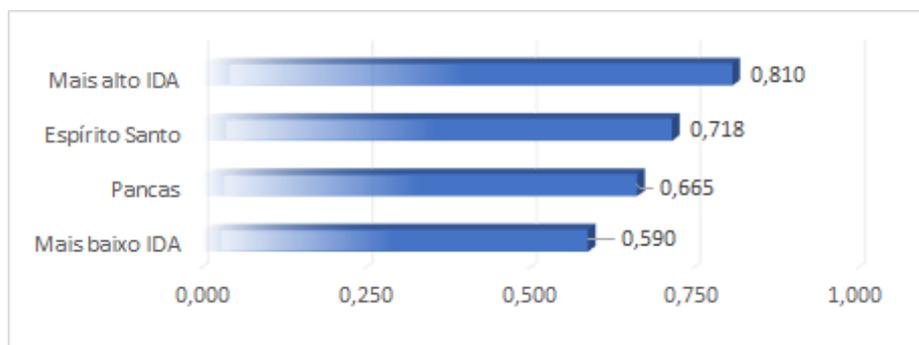
Dimensões agregadas ao IDH



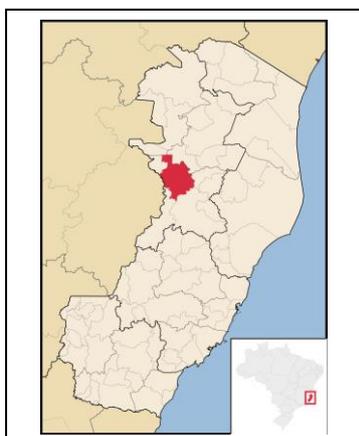
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	30º	0,887	0,678
	2. Óbitos no trânsito	62ºB	0,757	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	23ºB	0,569	0,529
	2. Diferença salarial	64º	0,461	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	47º	0,512	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	36ºA	0,812	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºK	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	16º	0,843	0,818
IDHM	1. Educação	25º	0,621	0,653
	2. Longevidade	19º	0,841	0,835
	3. PIB per capita	26º	0,692	0,743

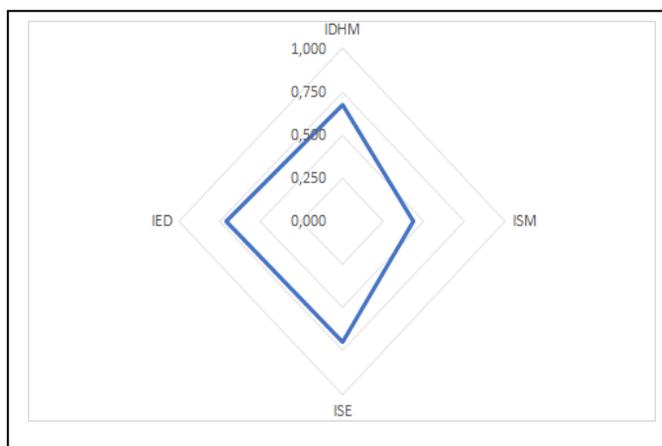
Pancas	IDH	IDA
	0,667	0,665
	56º	61º



Localização do município



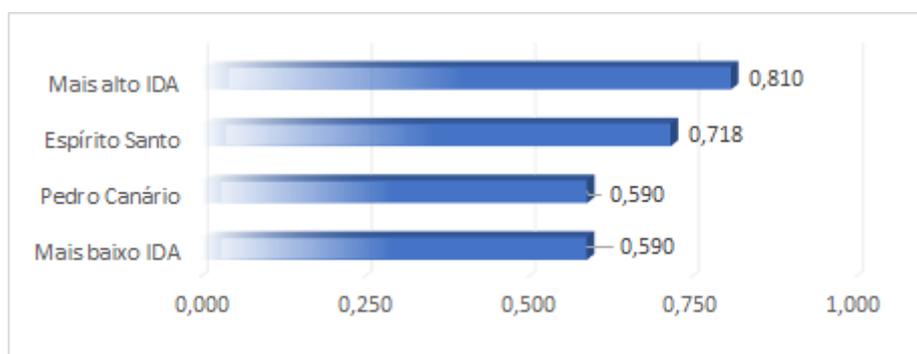
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	60º	0,710	0,678
	2. Óbitos no trânsito	18º	0,847	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	77º	0,317	0,529
	2. Diferença salarial	29º	0,588	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	42ºB	0,525	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	64º	0,746	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	4ºB	0,942	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	50ºD	0,773	0,818
IDHM	1. Educação	52º	0,562	0,653
	2. Longevidade	55º	0,815	0,835
	3. PIB per capita	61º	0,648	0,743

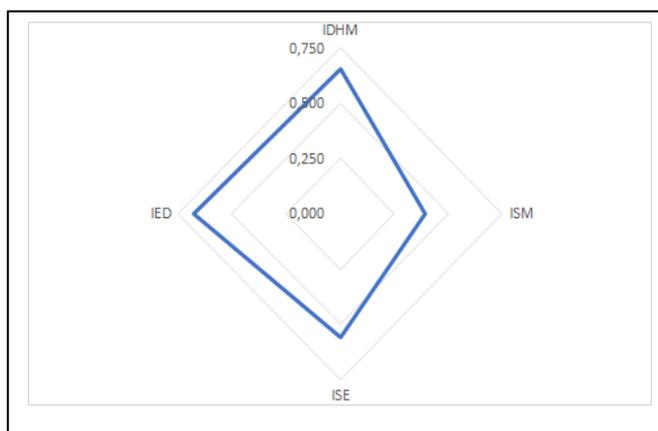
Pedro Canário	IDH	IDA
	0,654	0,590
	69º	78º



Localização do município



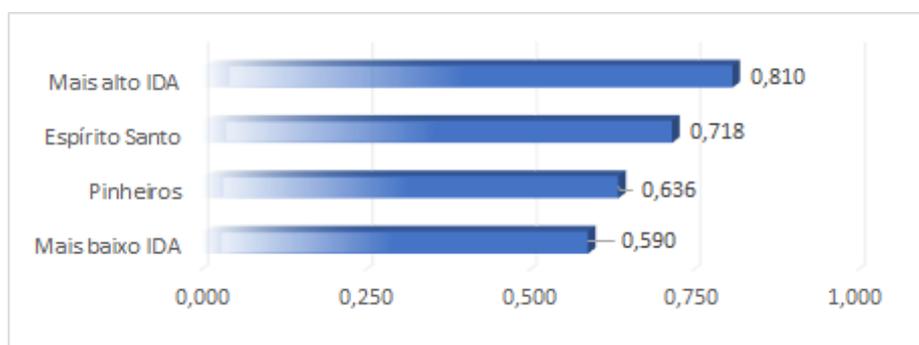
Dimensões agregadas ao IDH



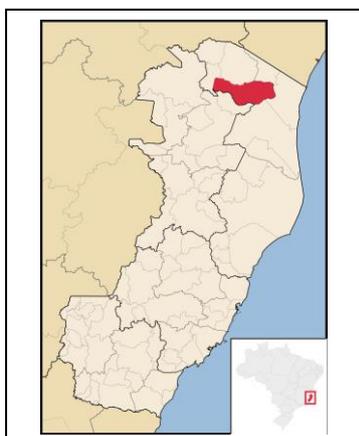
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	78º	0,388	0,678
	2. Óbitos no trânsito	36ºC	0,815	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	56º	0,484	0,529
	2. Diferença salarial	67ºA	0,445	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	75º	0,290	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	72º	0,724	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	77º	0,564	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	59º	0,763	0,818
IDHM	1. Educação	69º	0,536	0,653
	2. Longevidade	59º	0,812	0,835
	3. PIB per capita	64º	0,643	0,743

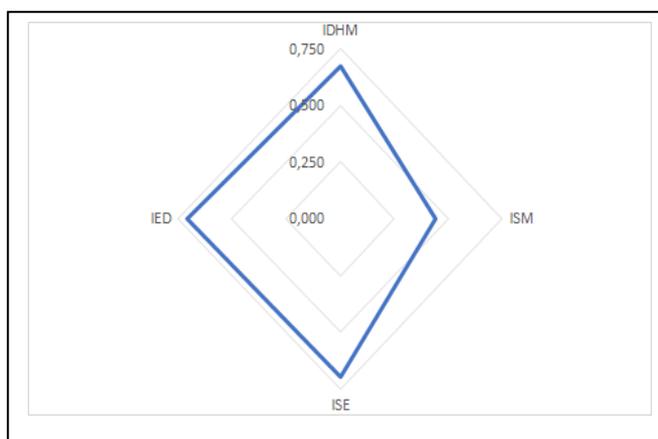
Pinheiros	IDH	IDA
	0,673	0,636
	49º	73º



Localização do município



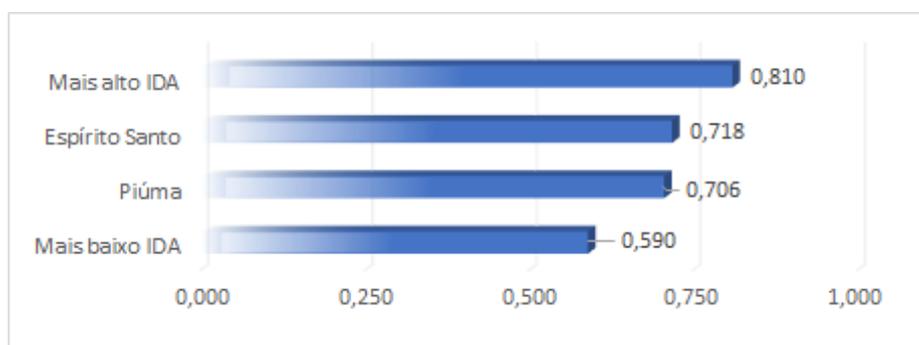
Dimensões agregadas ao IDH



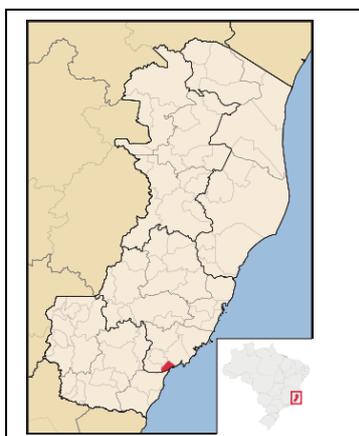
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	71º	0,608	0,678
	2. Óbitos no trânsito	47º	0,801	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	60º	0,473	0,529
	2. Diferença salarial	63º	0,466	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	68ºB	0,386	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	71º	0,728	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	73ºB	0,632	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	48ºB	0,776	0,818
IDHM	1. Educação	53º	0,558	0,653
	2. Longevidade	50º	0,816	0,835
	3. PIB per capita	49º	0,668	0,743

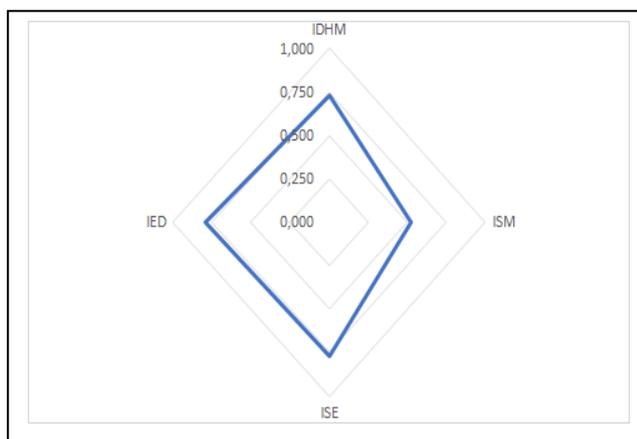
Piúma	IDH	IDA
	0,727	0,706
	14º	29º



Localização do município



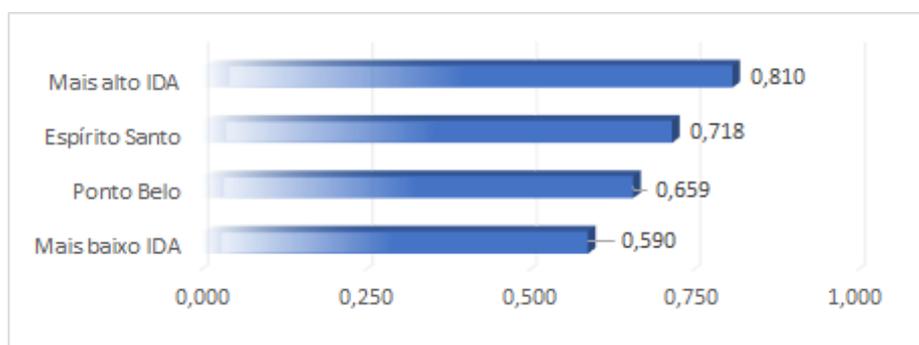
Dimensões agregadas ao IDH



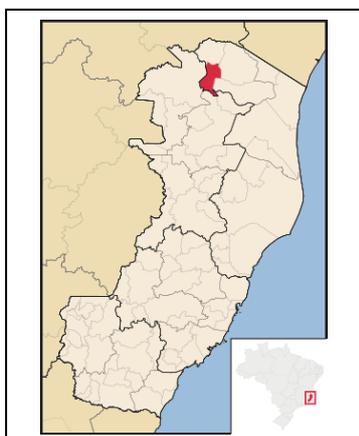
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	51º	0,759	0,678
	2. Óbitos no trânsito	56º	0,778	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	37ºA	0,540	0,529
	2. Diferença salarial	47º	0,526	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	45ºA	0,521	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	32ºB	0,816	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	60ºH	0,701	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	6ºB	0,869	0,818
IDHM	1. Educação	12º	0,643	0,653
	2. Longevidade	7º	0,852	0,835
	3. PIB per capita	21º	0,702	0,743

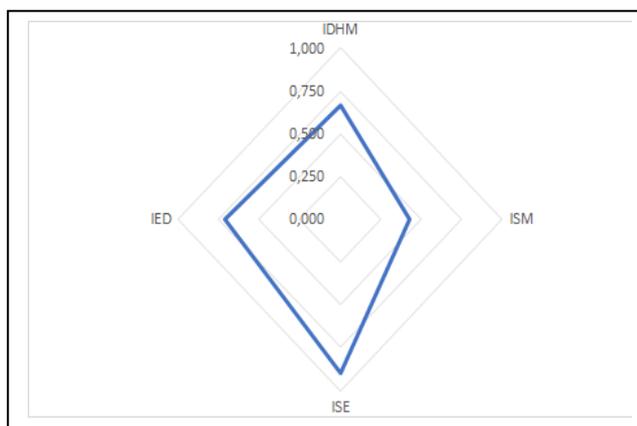
Ponto Belo	IDH	IDA
	0,669	0,659
	54º	65º



Localização do município



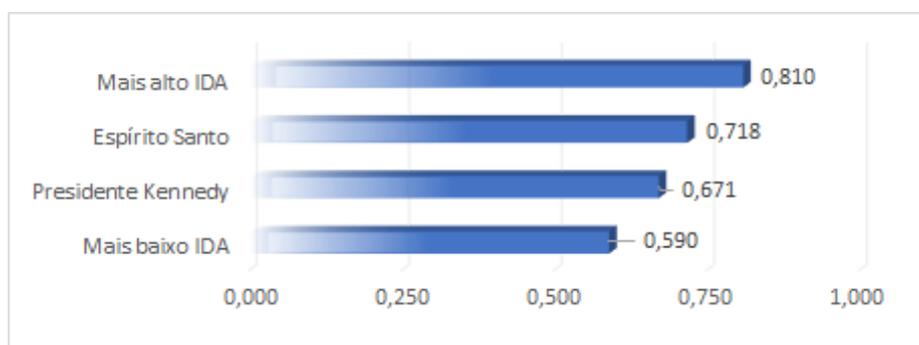
Dimensões agregadas ao IDH



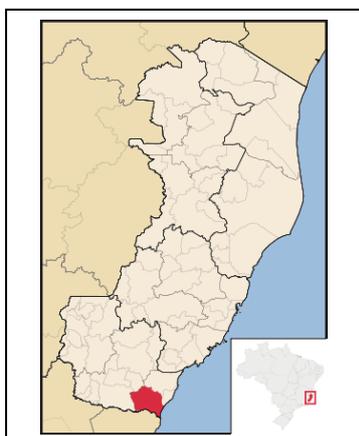
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	22º	0,911	0,678
	2. Óbitos no trânsito	4º	0,895	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	64º	0,428	0,529
	2. Diferença salarial	77º	0,346	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	45ºB	0,521	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	76º	0,691	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºJ	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	78º	0,677	0,818
IDHM	1. Educação	31º	0,605	0,653
	2. Longevidade	78º	0,783	0,835
	3. PIB per capita	73º	0,631	0,743

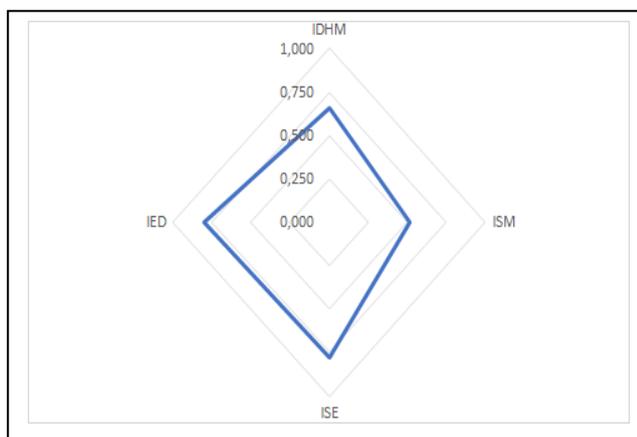
Presidente Kennedy	IDH	IDA
	0,657	0,671
	65º	58º



Localização do município



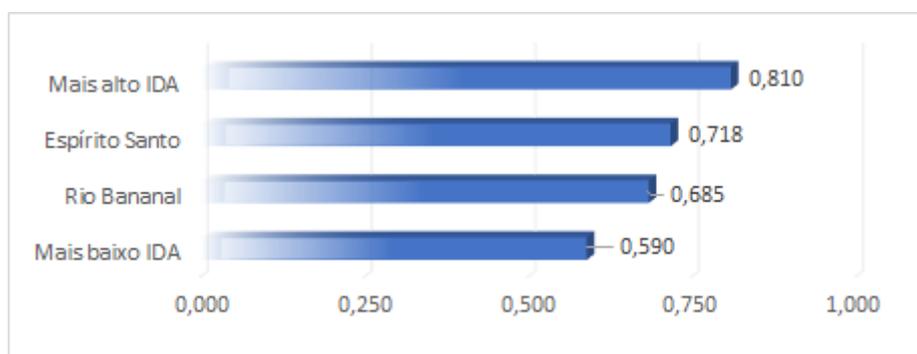
Dimensões agregadas ao IDH



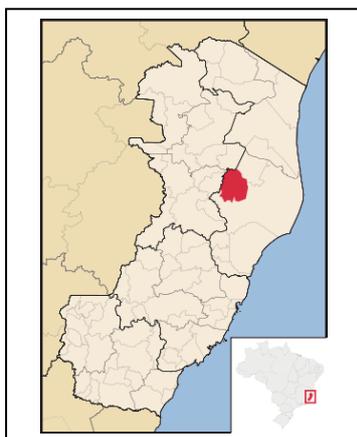
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	48º	0,818	0,678
	2. Óbitos no trânsito	68ºB	0,734	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	71º	0,376	0,529
	2. Diferença salarial	5º	0,747	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	48º	0,506	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	40ºB	0,802	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	18ºF	0,838	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	67ºC	0,754	0,818
IDHM	1. Educação	55º	0,553	0,653
	2. Longevidade	69º	0,808	0,835
	3. PIB per capita	68º	0,636	0,743

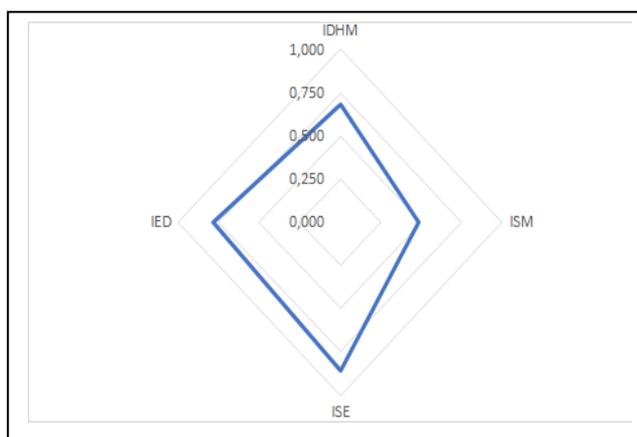
Rio Bananal	IDH	IDA
	0,681	0,685
	43º	47º



Localização do município



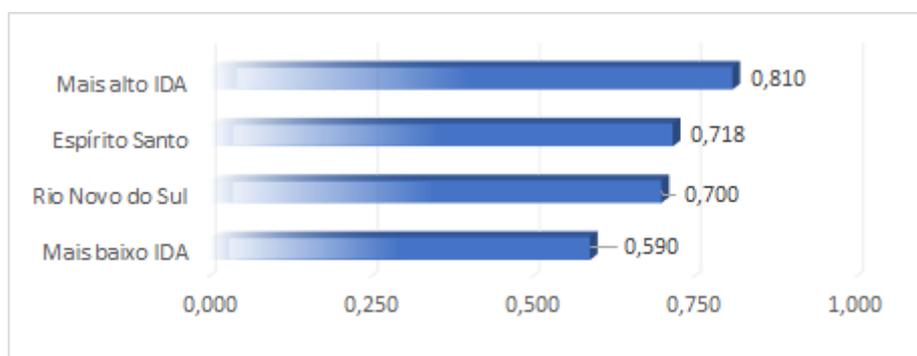
Dimensões agregadas ao IDH



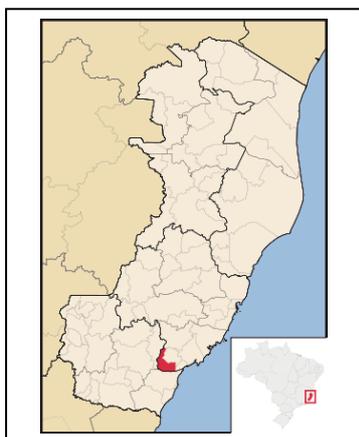
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	11º	0,941	0,678
	2. Óbitos no trânsito	53ºC	0,781	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	62º	0,463	0,529
	2. Diferença salarial	73º	0,402	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	23º	0,614	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	14º	0,854	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºK	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	71ºC	0,735	0,818
IDHM	1. Educação	44º	0,579	0,653
	2. Longevidade	73º	0,802	0,835
	3. PIB per capita	35º	0,680	0,743

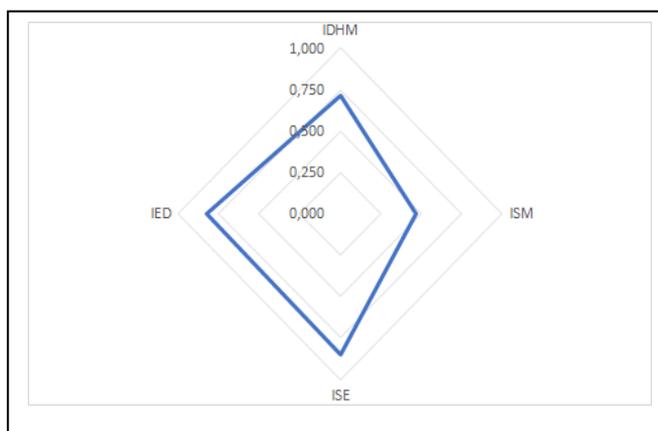
Rio Novo do Sul	IDH	IDA
	0,711	0,700
	23º	30º



Localização do município



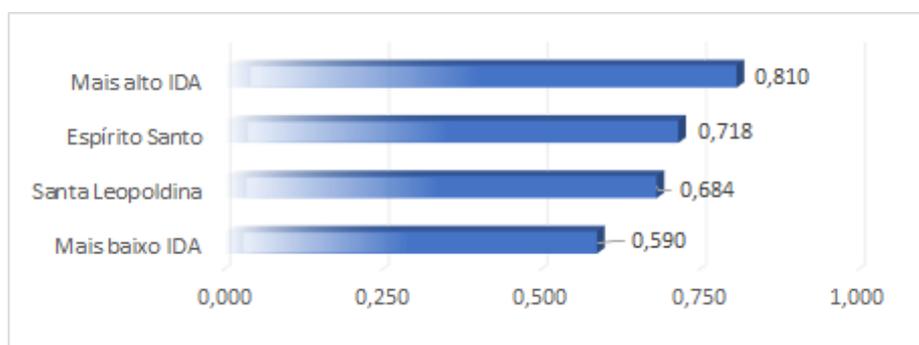
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	8º	0,945	0,678
	2. Óbitos no trânsito	57º	0,774	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	66º	0,402	0,529
	2. Diferença salarial	34º	0,571	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	63º	0,443	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	23º	0,837	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºL	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	23ºB	0,830	0,818
IDHM	1. Educação	26º	0,620	0,653
	2. Longevidade	25º	0,837	0,835
	3. PIB per capita	27º	0,692	0,743

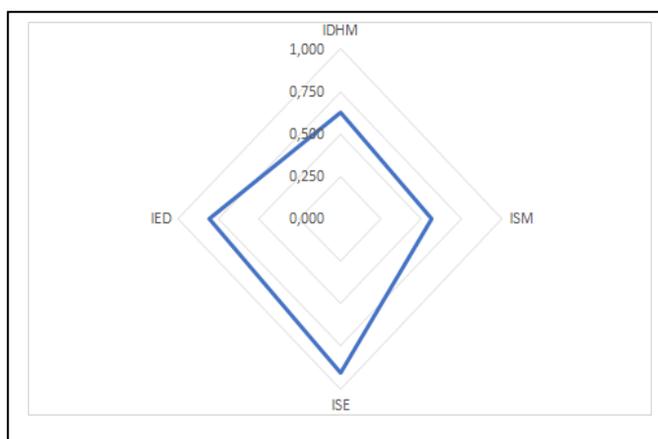
Santa Leopoldina	IDH	IDA
	0,626	0,684
	77º	49º



Localização do município



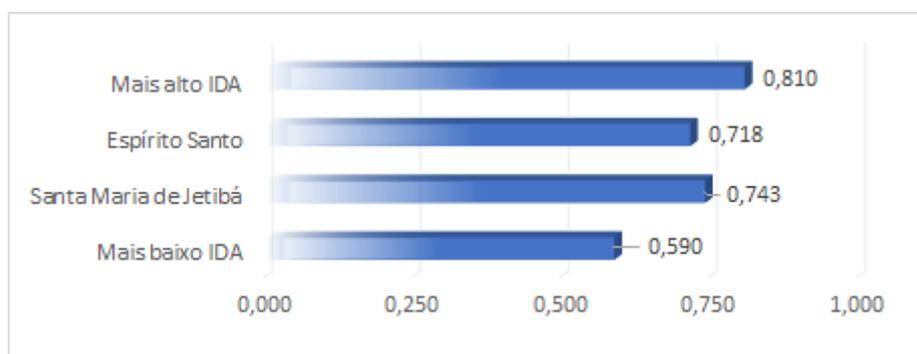
Dimensões agregadas ao IDH



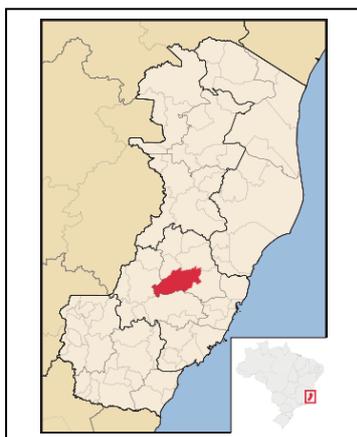
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	7º	0,949	0,678
	2. Óbitos no trânsito	12ºB	0,865	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	5º	0,675	0,529
	2. Diferença salarial	19ºA	0,654	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	64º	0,414	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	36ºB	0,812	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	7ºC	0,907	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	76º	0,719	0,818
IDHM	1. Educação	78º	0,477	0,653
	2. Longevidade	76º	0,797	0,835
	3. PIB per capita	63º	0,646	0,743

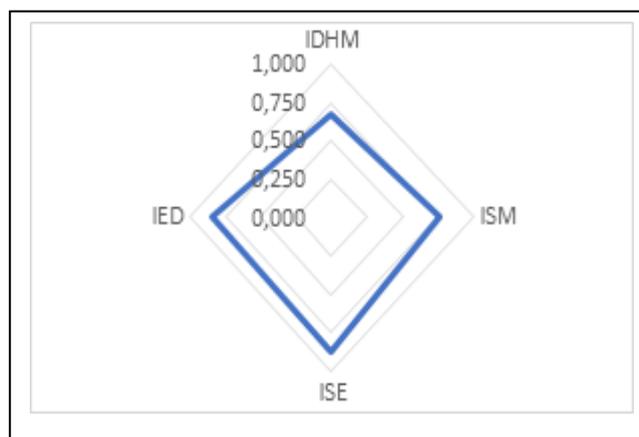
Santa Maria de Jetibá	IDH	IDA
	0,671	0,743
	51º	6º



Localização do município



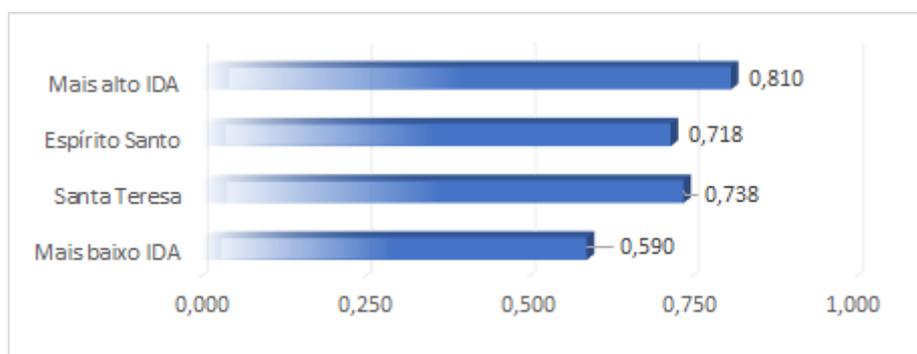
Dimensões agregadas ao IDH



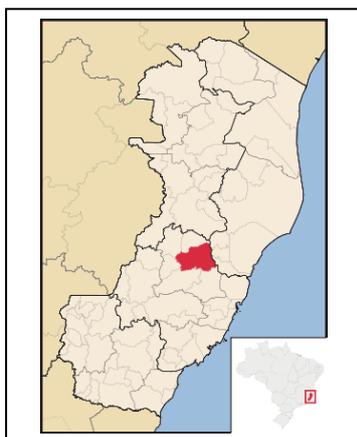
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	18º	0,921	0,678
	2. Óbitos no trânsito	27ºA	0,829	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	2º	0,776	0,529
	2. Diferença salarial	9ºA	0,695	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	5º	0,804	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	24º	0,835	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	13ºD	0,873	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	25ºC	0,824	0,818
IDHM	1. Educação	72º	0,521	0,653
	2. Longevidade	29º	0,834	0,835
	3. PIB per capita	25º	0,695	0,743

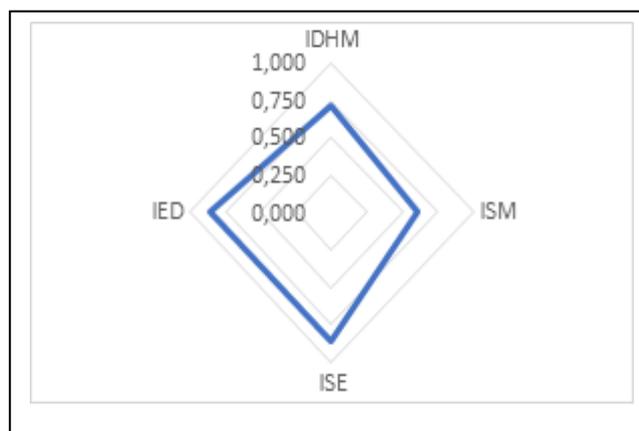
Santa Teresa	IDH	IDA
	0,714	0,738
	21º	11º



Localização do município



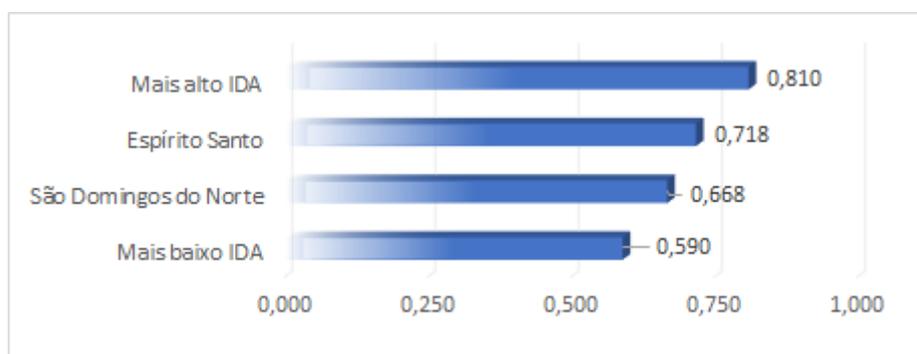
Dimensões agregadas ao IDH



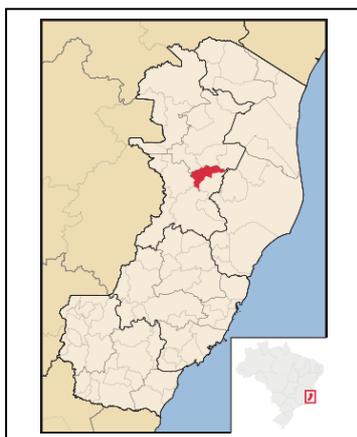
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	27°C	0,895	0,678
	2. Óbitos no trânsito	36ºD	0,815	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	8º	0,643	0,529
	2. Diferença salarial	50º	0,519	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	14º	0,660	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	17ºA	0,850	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	7ºD	0,907	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	25ºD	0,824	0,818
IDHM	1. Educação	32º	0,604	0,653
	2. Longevidade	30º	0,834	0,835
	3. PIB per capita	10º	0,722	0,743

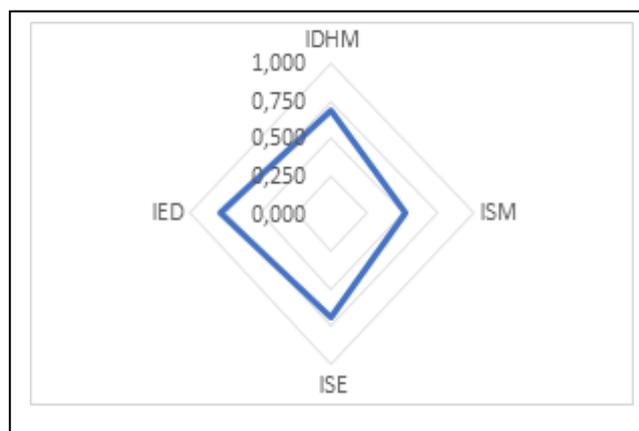
São Domingos do Norte	IDH	IDA
	0,682	0,668
	41º	60º



Localização do município



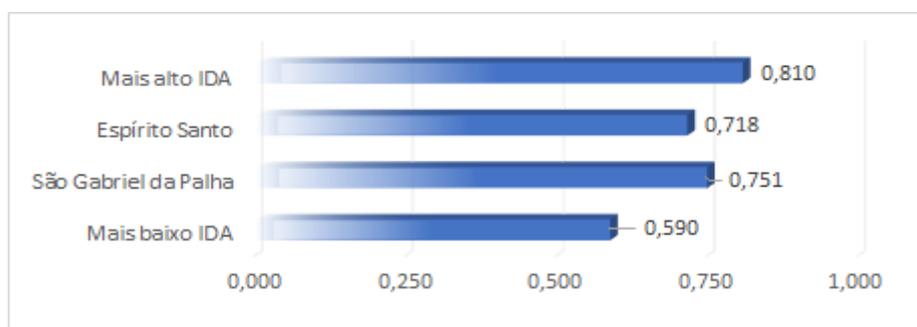
Dimensões agregadas ao IDH



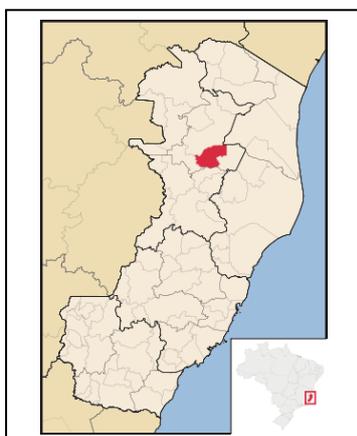
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	54º	0,740	0,678
	2. Óbitos no trânsito	77º	0,634	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	76º	0,358	0,529
	2. Diferença salarial	33º	0,575	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	10º	0,689	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	29º	0,826	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºL	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	60ºC	0,760	0,818
IDHM	1. Educação	47º	0,575	0,653
	2. Longevidade	61º	0,811	0,835
	3. PIB per capita	37º	0,679	0,743

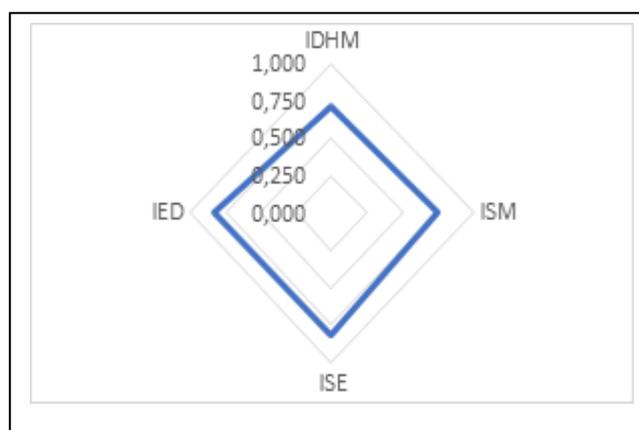
São Gabriel da Palha	IDH	IDA
	0,709	0,751
	26º	3º



Localização do município



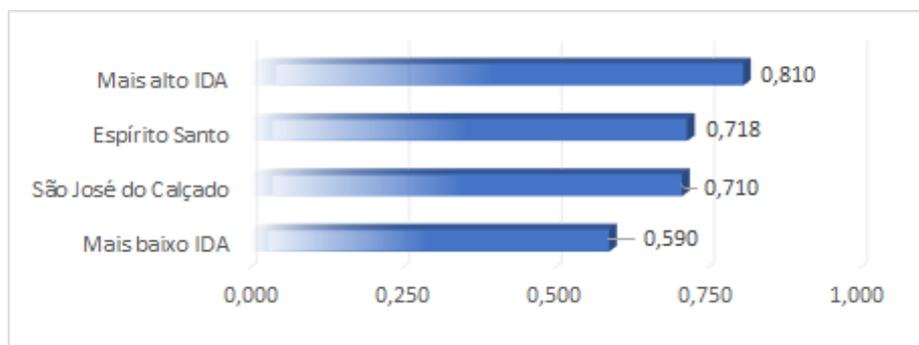
Dimensões agregadas ao IDH



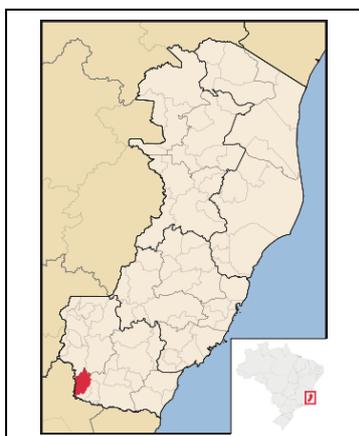
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	32ºB	0,876	0,678
	2. Óbitos no trânsito	61º	0,759	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	13º	0,616	0,529
	2. Diferença salarial	1º	0,828	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	4º	0,830	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	9º	0,878	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºM	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	25ºE	0,824	0,818
IDHM	1. Educação	45º	0,578	0,653
	2. Longevidade	27º	0,835	0,835
	3. PIB per capita	5º	0,739	0,743

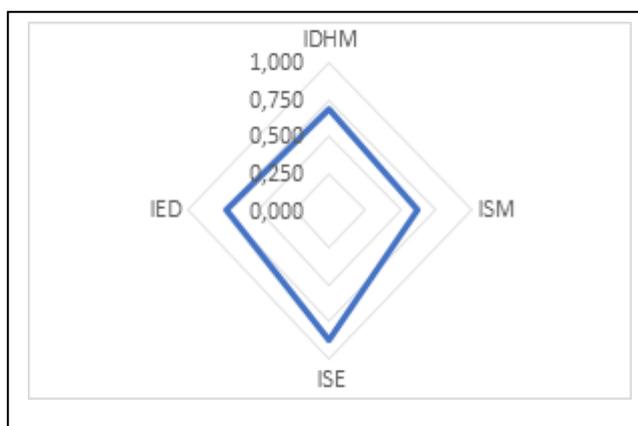
São José do Calçado	IDH	IDA
	0,688	0,710
	37º	26º



Localização do município



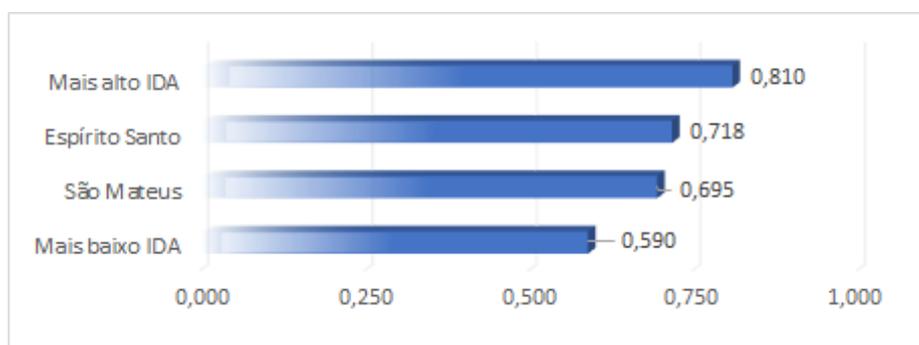
Dimensões agregadas ao IDH



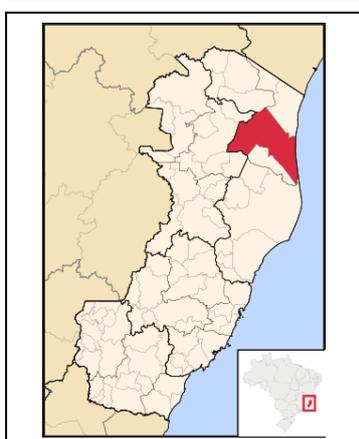
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	19º	0,920	0,678
	2. Óbitos no trânsito	30ºB	0,824	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	30ºB	0,555	0,529
	2. Diferença salarial	11ºB	0,692	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	26º	0,600	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	70º	0,732	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	60ºI	0,701	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	56ºB	0,767	0,818
IDHM	1. Educação	34º	0,599	0,653
	2. Longevidade	56º	0,814	0,835
	3. PIB per capita	47º	0,669	0,743

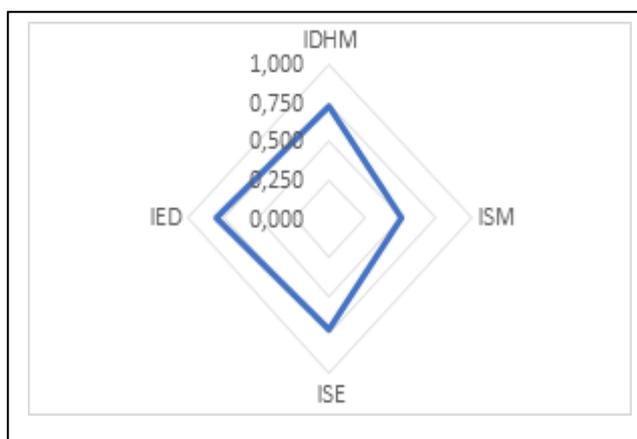
São Mateus	IDH	IDA
	0,735	0,695
	8º	35º



Localização do município



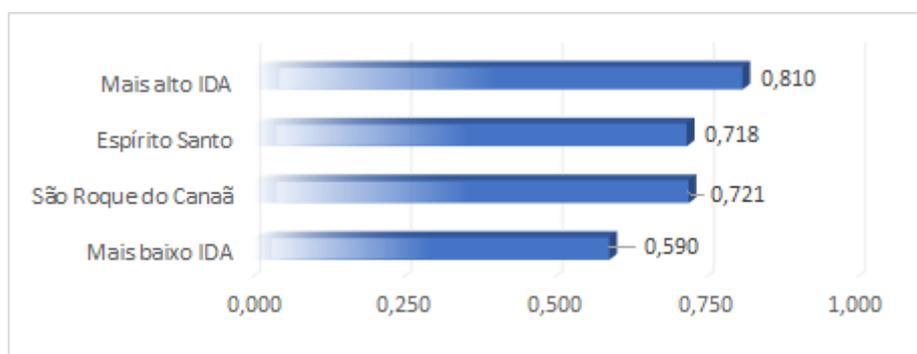
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	66º	0,632	0,678
	2. Óbitos no trânsito	34ºB	0,817	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	37ºB	0,540	0,529
	2. Diferença salarial	61ºB	0,467	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	50º	0,492	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	39º	0,804	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	53ºF	0,735	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	15º	0,846	0,818
IDHM	1. Educação	10º	0,655	0,653
	2. Longevidade	15º	0,843	0,835
	3. PIB per capita	13º	0,719	0,743

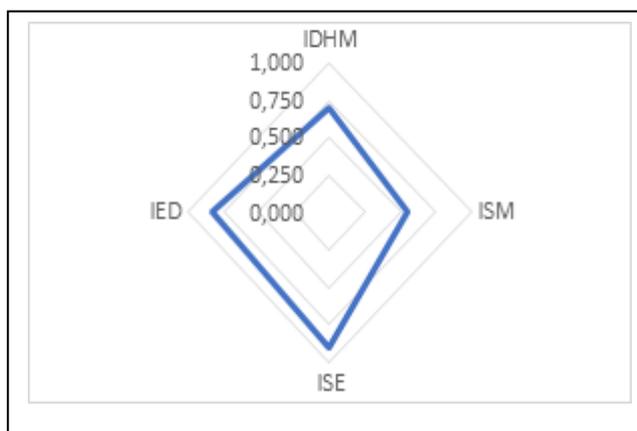
São Roque do Canaã	IDH	IDA
	0,700	0,721
	31º	21º



Localização do município



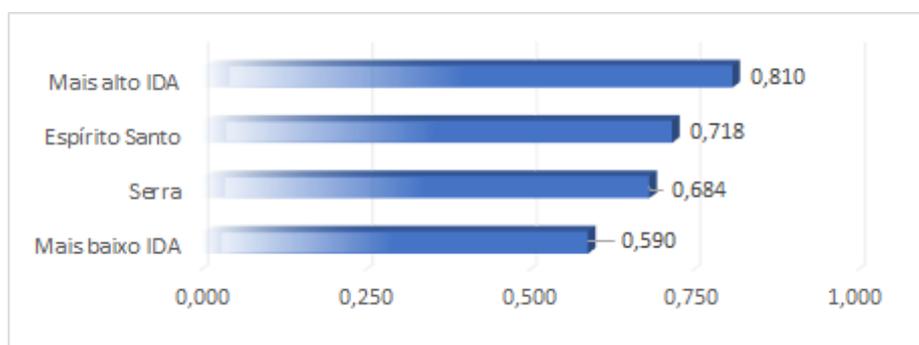
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	9º	0,945	0,678
	2. Óbitos no trânsito	15º	0,854	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	40ºA	0,530	0,529
	2. Diferença salarial	9ºB	0,695	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	59º	0,457	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	20º	0,845	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	7ºE	0,907	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	70º	0,738	0,818
IDHM	1. Educação	24º	0,623	0,653
	2. Longevidade	70º	0,803	0,835
	3. PIB per capita	30º	0,686	0,743

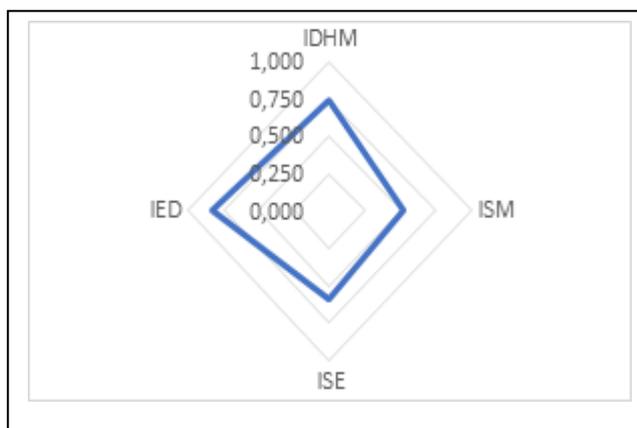
Serra	IDH	IDA
	0,739	0,684
	7º	50º



Localização do município



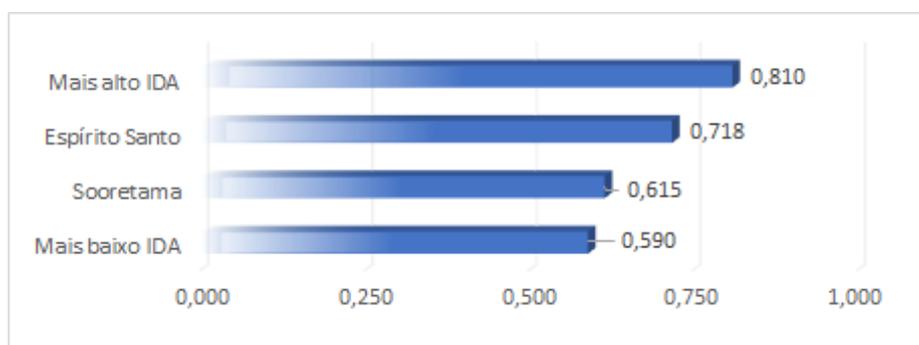
Dimensões agregadas ao IDH



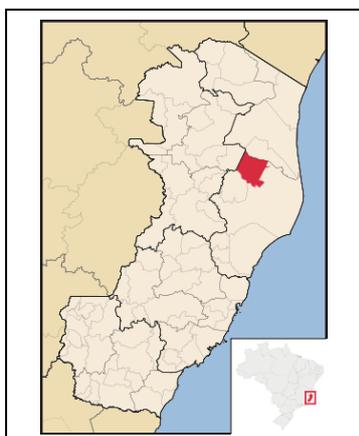
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	77º	0,428	0,678
	2. Óbitos no trânsito	27ºB	0,829	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	26º	0,564	0,529
	2. Diferença salarial	57º	0,477	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	49º	0,502	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	12º	0,865	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºN	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	11ºC	0,850	0,818
IDHM	1. Educação	7º	0,664	0,653
	2. Longevidade	14º	0,844	0,835
	3. PIB per capita	12º	0,720	0,743

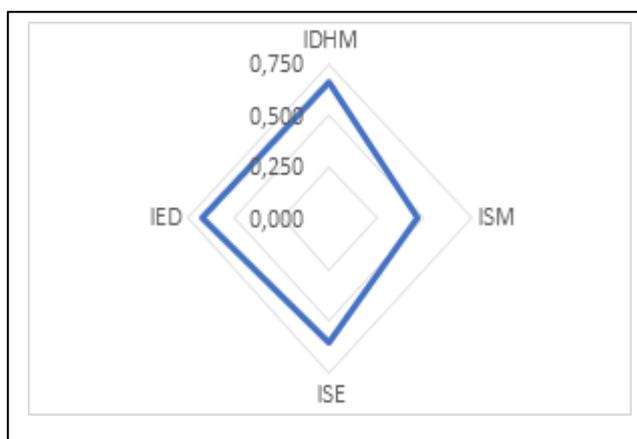
Sooretama	IDH	IDA
	0,662	0,615
	64º	76º



Localização do município



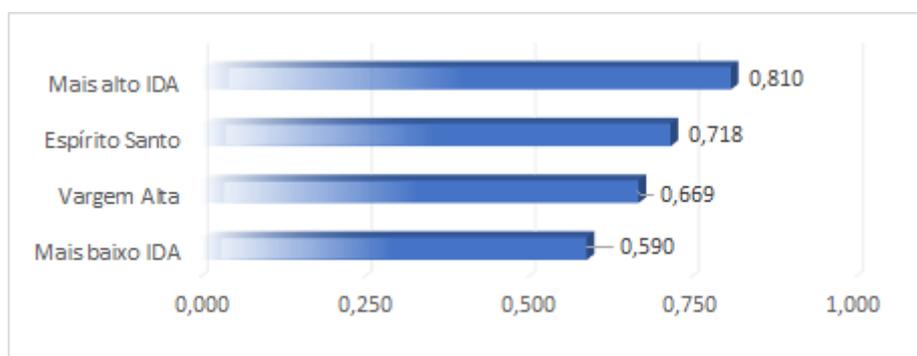
Dimensões agregadas ao IDH



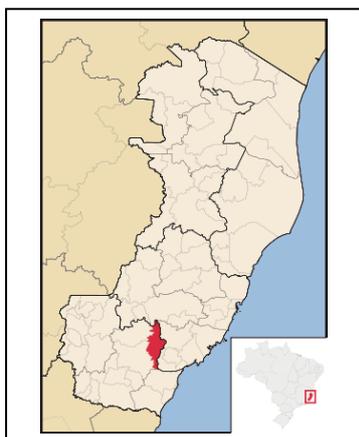
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	76º	0,468	0,678
	2. Óbitos no trânsito	58º	0,770	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	63º	0,447	0,529
	2. Diferença salarial	35ºB	0,568	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	66º	0,395	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	77º	0,687	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	75ºA	0,598	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	71ºD	0,735	0,818
IDHM	1. Educação	54º	0,556	0,653
	2. Longevidade	74º	0,802	0,835
	3. PIB per capita	59º	0,650	0,743

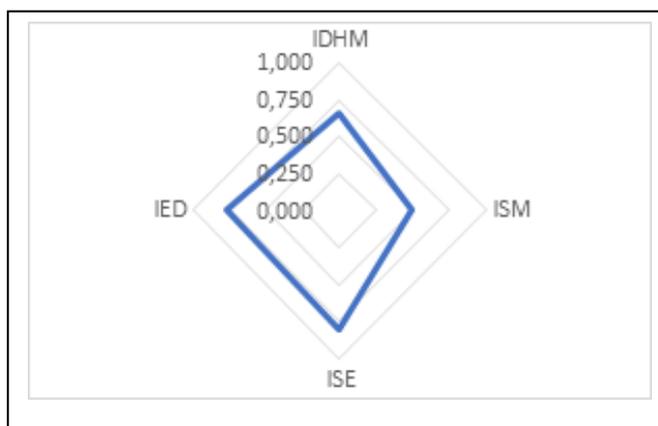
Vargem Alta	IDH	IDA
	0,663	0,669
	62º	59º



Localização do município



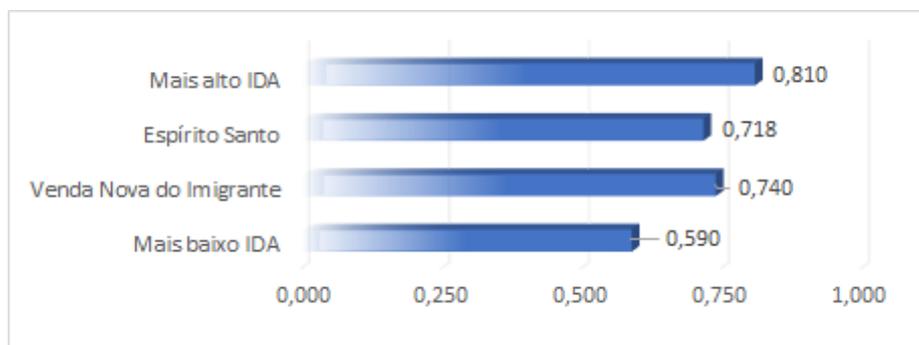
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	31º	0,880	0,678
	2. Óbitos no trânsito	70º	0,732	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	40ºB	0,530	0,529
	2. Diferença salarial	42º	0,550	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	65º	0,411	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	54º	0,765	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	25ºM	0,804	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	56ºC	0,767	0,818
IDHM	1. Educação	62º	0,544	0,653
	2. Longevidade	57º	0,814	0,835
	3. PIB per capita	56º	0,658	0,743

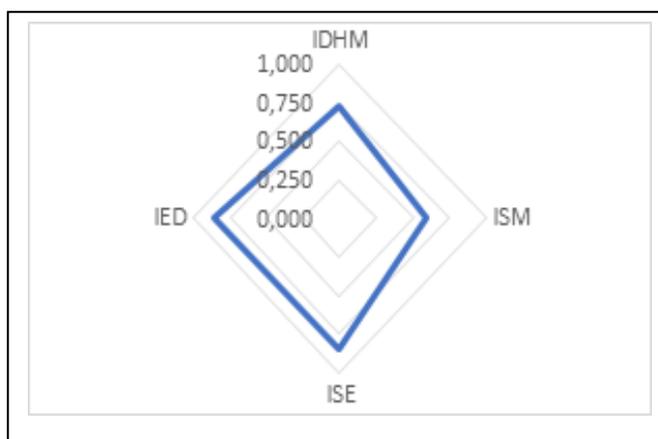
Venda Nova do Imigrante	IDH	IDA
	0,728	0,740
	13º	8º



Localização do município



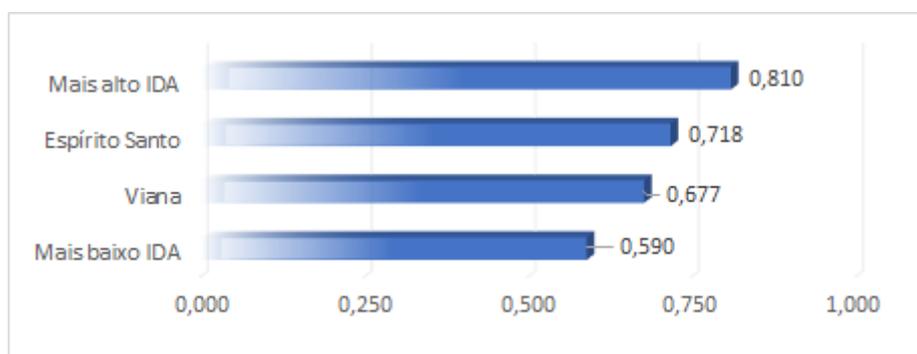
Dimensões agregadas ao IDH



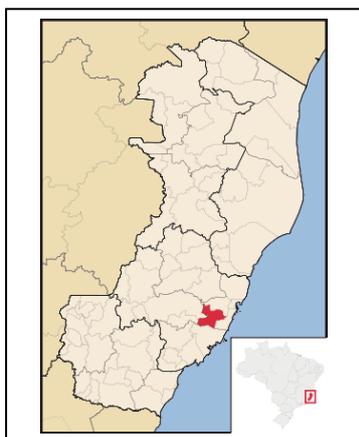
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	5º	0,959	0,678
	2. Óbitos no trânsito	65º	0,749	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	28ºB	0,556	0,529
	2. Diferença salarial	19ºB	0,654	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	35ºB	0,550	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	5º	0,896	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	18ºG	0,838	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	11ºD	0,850	0,818
IDHM	1. Educação	22º	0,624	0,653
	2. Longevidade	11º	0,845	0,835
	3. PIB per capita	9º	0,731	0,743

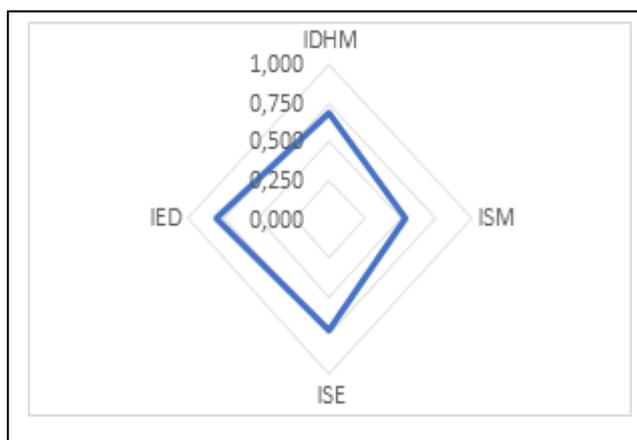
Viana	IDH	IDA
	0,686	0,677
	38º	54º



Localização do município



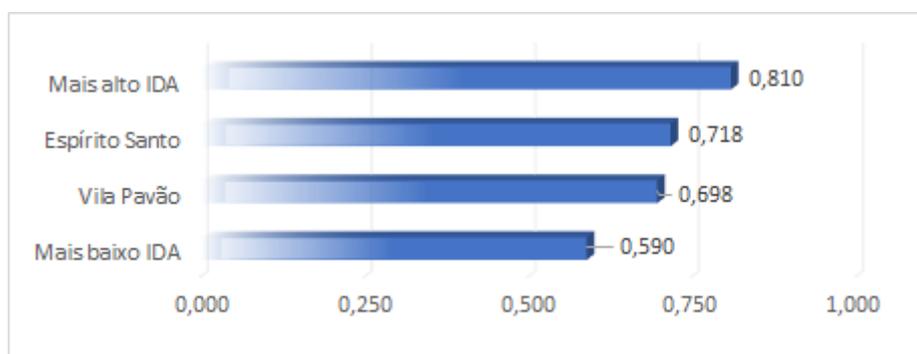
Dimensões agregadas ao IDH



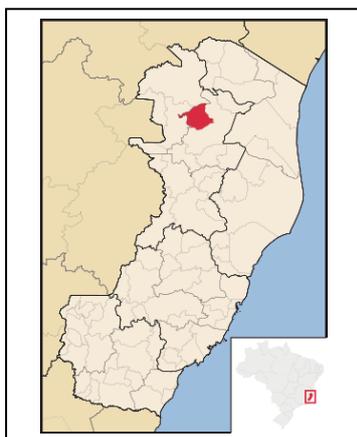
Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	70º	0,609	0,678
	2. Óbitos no trânsito	24ºA	0,831	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	11ºB	0,625	0,529
	2. Diferença salarial	48ºB	0,520	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	60º	0,455	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	7º	0,884	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	53ºG	0,735	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	50ºE	0,773	0,818
IDHM	1. Educação	40º	0,589	0,653
	2. Longevidade	51º	0,816	0,835
	3. PIB per capita	44º	0,672	0,743

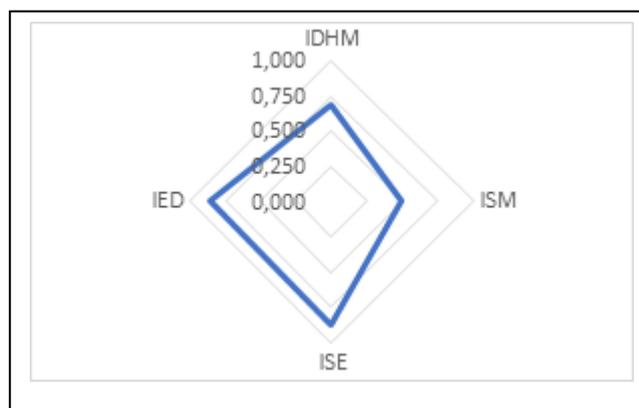
Vila Pavão	IDH	IDA
	0,681	0,698
	44º	34º



Localização do município



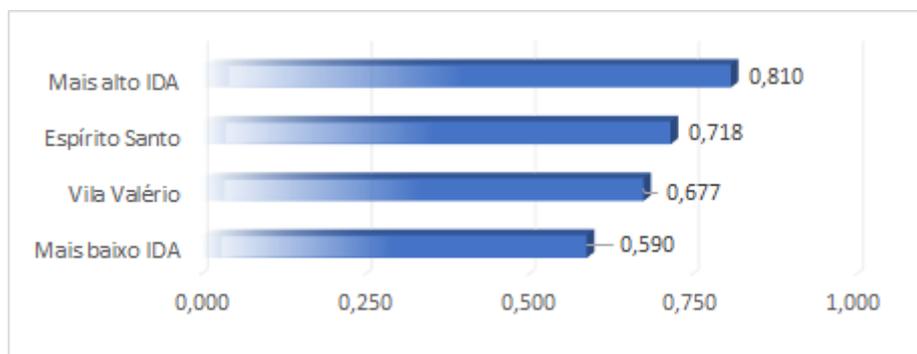
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	24ºB	0,904	0,678
	2. Óbitos no trânsito	24ºB	0,831	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	6º	0,652	0,529
	2. Diferença salarial	60º	0,468	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	67º	0,392	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	17ºB	0,850	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	7ºF	0,907	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	32ºE	0,811	0,818
IDHM	1. Educação	42º	0,588	0,653
	2. Longevidade	35º	0,830	0,835
	3. PIB per capita	62º	0,647	0,743

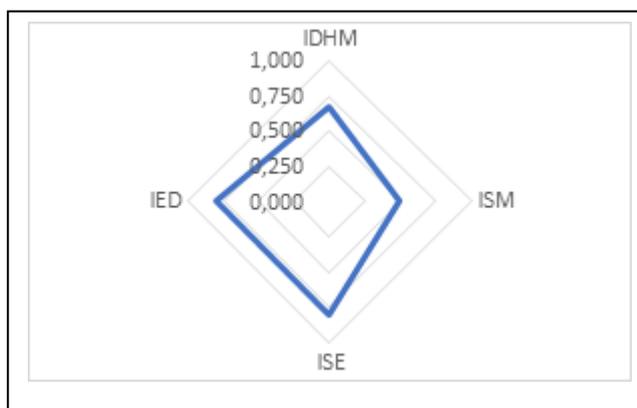
Vila Valério	IDH	IDA
	0,675	0,677
	48º	55º



Localização do município



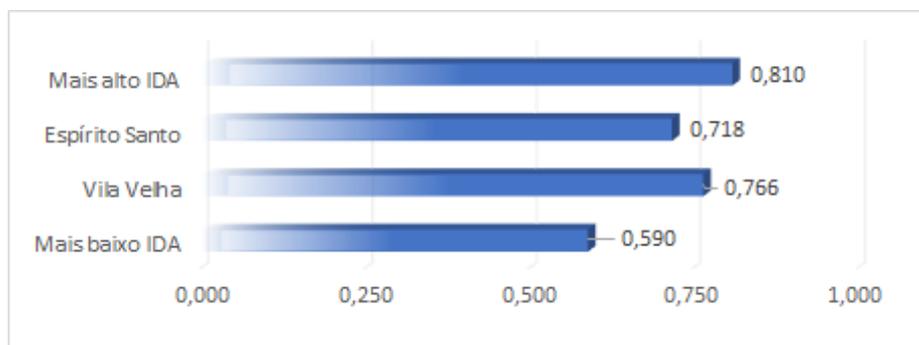
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	56º	0,729	0,678
	2. Óbitos no trânsito	11º	0,868	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	50º	0,505	0,529
	2. Diferença salarial	74ºB	0,366	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	19º	0,646	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	16º	0,851	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	38ºO	0,770	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	50ºF	0,773	0,818
IDHM	1. Educação	59º	0,549	0,653
	2. Longevidade	52º	0,816	0,835
	3. PIB per capita	31º	0,686	0,743

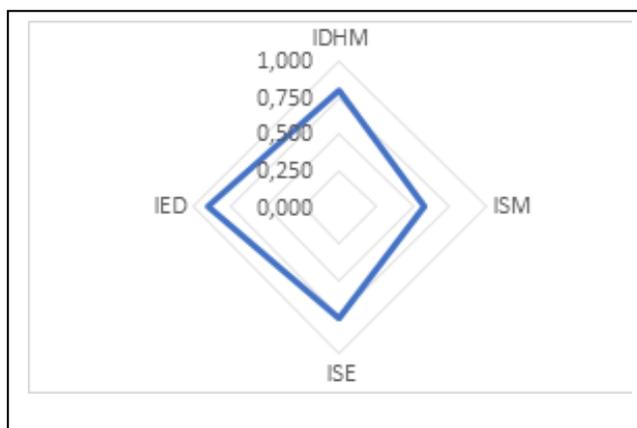
Vila Velha	IDH	IDA
	0,800	0,766
	2º	2º



Localização do município



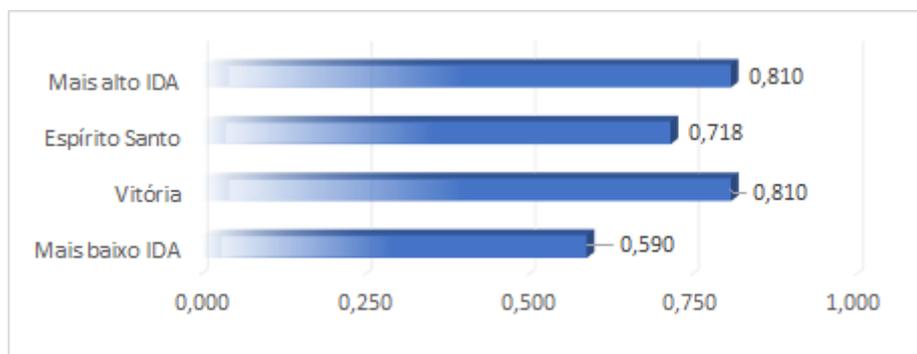
Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	68ºB	0,627	0,678
	2. Óbitos no trânsito	2º	0,905	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	9º	0,635	0,529
	2. Diferença salarial	69º	0,437	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	9º	0,698	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	3º	0,914	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	13ºE	0,873	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	1º	0,923	0,818
IDHM	1. Educação	2º	0,734	0,653
	2. Longevidade	1º	0,864	0,835
	3. PIB per capita	2º	0,807	0,743

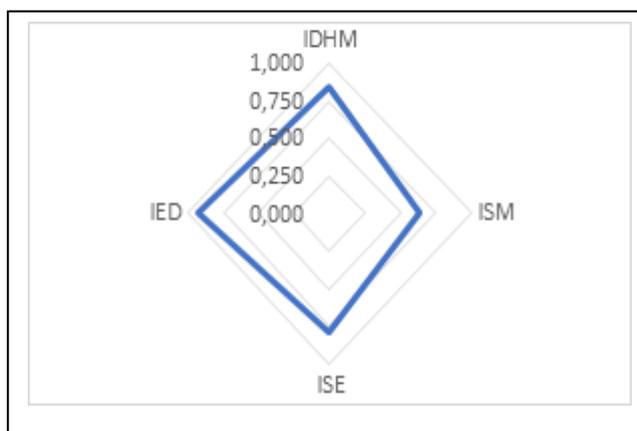
Vitória	IDH	IDA
	0,845	0,810
	1º	1º



Localização do município



Dimensões agregadas ao IDH



Desagregação

Dimensão	Variáveis	Ordem no Indicador	Indicador	Média ES
Segurança	1. Homicídios	62º	0,702	0,678
	2. Óbitos no trânsito	3º	0,896	0,833
Situação da mulher	1. Participação do mercado de trabalho	4º	0,693	0,529
	2. Diferença salarial	67ºB	0,445	0,525
	3. Contribuição feminina para a previdência	1º	0,842	0,593
Desenvolvimento Demográfico	1. Razão de Dependência Total	2º	0,936	0,845
	2. Taxa de Fecundidade Total	4ºC	0,942	0,804
	3. Taxa de Mortalidade Infantil	2º	0,907	0,818
IDHM	1. Educação	1º	0,805	0,653
	2. Longevidade	4º	0,855	0,835
	3. PIB per capita	1º	0,876	0,743

ANEXO A –

Tabela 28: Homicídios por residência, população, taxa por 100 mil habitantes e IDHM - Municípios do Espírito Santo (2010)¹

Unidade territorial	Nº médio de óbitos do triênio	População	Taxa	IDH-M
Espírito Santo	1.816,000	3.514.952	51,665	0,740
Afonso Cláudio	7,670	31.091	24,659	0,667
Água Doce do Norte	3,330	11.771	28,318	0,652
Águia Branca	2,000	9.519	21,011	0,678
Alegre	3,670	30.768	11,917	0,721
Alfredo Chaves	1,330	13.955	9,555	0,710
Alto Rio Novo	3,000	7.317	41,000	0,664
Anchieta	4,000	23.902	16,735	0,730
Apiacá	0,330	7.512	4,437	0,673
Aracruz	36,000	81.832	43,993	0,752
Atilio Vivacqua	2,000	9.850	20,305	0,708
Baixo Guandu	15,330	29.081	52,726	0,702
Barra de São Francisco	19,330	40.649	47,562	0,683
Boa Esperança	5,670	14.199	39,909	0,679
Bom Jesus do Norte	1,000	9.476	10,553	0,734
Brejetuba	5,330	11.915	44,762	0,656
Cach. de Itapemirim	43,330	189.889	22,820	0,746
Cariacica	289,000	348.738	82,870	0,718
Castelo	5,000	34.747	14,390	0,726
Colatina	47,000	111.788	42,044	0,746
Conceição da Barra	19,000	28.449	66,786	0,681
Conceição do Castelo	2,670	11.681	22,829	0,670
Divino de S. Lourenço	0,330	4.516	7,381	0,632
Domingos Martins	4,330	31.847	13,607	0,669
Dores do Rio Preto	0,670	6.397	10,422	0,654
Ecoporanga	12,000	23.212	51,697	0,662
Fundão	8,670	17.025	50,906	0,718
Gov. Lindenberg	1,670	10.869	15,334	0,694
Guaçuí	4,670	27.851	16,756	0,703
Guarapari	63,000	105.286	59,837	0,731
Ibatiba	10,000	22.366	44,711	0,647
Ibiraçu	3,000	11.178	26,838	0,726
Ibitirama	2,330	8.957	26,050	0,622
Iconha	1,330	12.523	10,647	0,729
Irupi	3,670	11.723	31,278	0,637
Itaguaçu	4,000	14.134	28,301	0,702
Itapemirim	7,330	30.988	23,665	0,654
Itarana	2,330	10.881	21,444	0,684
Lúna	7,330	27.328	26,835	0,666
Jaguaré	14,670	24.678	59,432	0,678
Jerônimo Monteiro	0,000	10.879	12,330	0,698
João Neiva	1,000	15.809	6,326	0,753

Continua

¹⁷³ Citam-se como emblemáticos os casos dos municípios de Guarapari e Serra, que mesmo estando classificados entre os 10 maiores IDHs, também se apresentam entre aqueles de maior taxa de homicídios. Prova que as duas variáveis, que na maioria das hipóteses deveriam apresentar uma correlação negativa, podem se comportar de maneira inesperada. Como nesse caso tomamos o IDH-M como variável principal, vemos que a taxa de homicídios e sua capacidade de demonstrar a sensação de segurança não necessariamente reflete o poder da primeira. Há que se fazer menção também ao caso de outros municípios, que mesmo tendo alto IDH, apresentam taxas de homicídios superiores ao considerado adequando pela ONU – 10 a cada 100 mil habitantes.

Unidade territorial	Nº médio de óbitos do triênio	População	Taxa	IDH-M
Laranja da Terra	1,000	10.826	9,237	0,656
Linhares	90,330	141.306	63,927	0,724
Mantenópolis	10,670	14.966	71,273	0,657
Marataízes	10,670	37.535	28,418	0,696
Marechal Floriano	3,330	14.262	23,372	0,710
Mariândia	0,670	11.107	6,002	0,696
Mimoso do Sul	3,670	25.902	14,156	0,670
Montanha	3,000	17.849	16,808	0,667
Mucurici	2,000	5.655	35,367	0,666
Muniz Freire	3,670	18.397	19,931	0,645
Muqui	0,670	14.396	4,631	0,694
Nova Venécia	8,330	46.031	18,104	0,712
Pancas	10,000	21.548	46,408	0,667
Pedro Canário	23,330	23.794	98,064	0,650
Pinheiros	15,000	23.895	62,775	0,673
Piúma	7,000	18.123	38,625	0,727
Ponto Belo	1,000	6.979	14,329	0,669
Pres. Kennedy	3,000	10.314	29,087	0,657
Rio Bananal	1,670	17.530	9,508	0,681
Rio Novo do Sul	1,000	11.325	8,830	0,711
Santa Leopoldina	1,000	12.240	8,170	0,626
Santa M ^a de Jetibá	4,330	34.176	12,679	0,671
Santa Teresa	3,670	21.823	16,802	0,714
São Domingos do Norte	3,330	8.001	41,661	0,682
São Gabriel da Palha	6,330	31.859	19,879	0,709
São José do Calçado	1,330	10.408	12,811	0,688
São Mateus	64,330	109.028	59,006	0,735
São Roque do Canaã	1,000	11.273	8,871	0,700
Serra	375,330	409.267	91,709	0,739
Sooretama	20,330	23.843	85,280	0,662
Vargem Alta	3,670	19.130	19,167	0,663
Venda N. do Imigrante	1,330	20.447	6,521	0,728
Viana	40,670	65.001	62,563	0,686
Vila Pavão	1,330	8.672	15,375	0,681
Vila Valério	6,000	13.830	43,384	0,675
Vila Velha	247,670	414.586	59,738	0,800
Vitória	156,670	327.801	47,793	0,845

Elaboração: o autor, com dados do IBGE (2010); Datasus (2017).

ANEXO B –

Tabela 29: Número de óbitos por acidentes de trânsito, população, taxa por 100 mil habitantes por residência e IDHM – Municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	Nº médio de óbitos do triênio	População	Taxa	IDH-M
Espírito Santo	1.070,000	3.514.952	30,441	0,740
Afonso Cláudio	6,667	31.091	21,442	0,667
Água Doce do Norte	3,333	11.771	28,318	0,652
Águia Branca	3,667	9.519	38,519	0,678
Alegre	8,333	30.768	27,084	0,721
Alfredo Chaves	6,333	13.955	45,384	0,710
Alto Rio Novo	5,667	7.317	77,445	0,664
Anchieta	7,667	23.902	32,075	0,730
Apiacá	3,000	7.512	39,936	0,673
Aracruz	29,333	81.832	35,846	0,752
Atilio Vivacqua	4,667	9.850	47,377	0,708
Baixo Guandu	10,333	29.081	35,533	0,702
Barra de São Francisco	18,000	40.649	44,282	0,683
Boa Esperança	4,667	14.199	32,866	0,679
Bom Jesus do Norte	3,667	9.476	38,694	0,734
Brejetuba	3,333	11.915	27,976	0,656
Cach. de Itapemirim	70,333	189.889	37,039	0,746
Cariacica	87,000	348.738	24,947	0,718
Castelo	12,000	34.747	34,535	0,726
Colatina	34,667	111.788	31,011	0,746
Conceição da Barra	8,333	28.449	29,292	0,681
Conceição do Castelo	6,000	11.681	51,365	0,670
Divino de S. Lourenço	1,000	4.516	22,143	0,632
Domingos Martins	11,667	31.847	36,633	0,669
Dores do Rio Preto	1,333	6.397	20,843	0,654
Ecoporanga	4,667	23.212	20,105	0,662
Fundão	6,333	17.025	37,200	0,718
Gov. Lindenberg	2,667	10.869	24,535	0,694
Guaçuí	9,667	27.851	34,709	0,703
Guarapari	28,667	105.286	27,227	0,731
Ibatiba	8,000	22.366	35,769	0,647
Ibiraçu	6,333	11.178	56,659	0,726
Ibitirama	4,333	8.957	48,379	0,622
Iconha	4,000	12.523	31,941	0,729
Irupi	6,000	11.723	51,181	0,637
Itaguaçu	3,333	14.134	23,584	0,702
Itapemirim	10,333	30.988	33,346	0,654
Itarana	3,333	10.881	30,634	0,684
Iúna	11,667	27.328	42,691	0,666
Jaguaré	14,667	24.678	59,432	0,678
Jerônimo Monteiro	5,333	10.879	49,024	0,698
João Neiva	5,333	15.809	33,736	0,753
Laranja da Terra	1,333	10.826	12,316	0,656
Linhares	56,333	141.306	39,866	0,724
Mantenópolis	3,333	14.966	22,273	0,657
Marataízes	11,333	37.535	30,194	0,696
Marechal Floriano	8,333	14.262	58,430	0,710

Continua

Unidade territorial	Nº médio de óbitos do triênio	População	Taxa	IDH-M	Conclusão
Marilândia	4,000	11.107	36,013	0,696	
Mimoso do Sul	9,333	25.902	36,033	0,670	
Montanha	6,000	17.849	33,615	0,667	
Mucurici	2,667	5.655	47,156	0,666	
Muniz Freire	8,000	18.397	43,485	0,645	
Muqui	4,667	14.396	32,416	0,694	
Nova Venécia	20,333	46.031	44,173	0,712	
Pancas	6,000	21.548	27,845	0,667	
Pedro Canário	8,000	23.794	33,622	0,650	
Pinheiros	8,667	23.895	36,270	0,673	
Piúma	7,333	18.123	40,464	0,727	
Ponto Belo	1,333	6.979	19,105	0,669	
Pres. Kennedy	5,000	10.314	48,478	0,657	
Rio Bananal	7,000	17.530	39,932	0,681	
Rio Novo do Sul	4,667	11.325	41,207	0,711	
Santa Leopoldina	3,000	12.240	24,510	0,626	
Santa M ^a de Jetibá	10,667	34.176	31,211	0,671	
Santa Teresa	7,333	21.823	33,604	0,714	
São Domingos do Norte	5,333	8.001	66,658	0,682	
São Gabriel da Palha	14,000	31.859	43,944	0,709	
São José do Calçado	3,333	10.408	32,027	0,688	
São Mateus	36,333	109.028	33,325	0,735	
São Roque do Canaã	3,000	11.273	26,612	0,700	
Serra	127,333	409.267	31,113	0,739	
Sooretama	10,000	23.843	41,941	0,662	
Vargem Alta	9,333	19.130	48,789	0,663	
Venda Nova do Imigrante	9,333	20.447	45,646	0,728	
Viana	20,000	65.001	30,769	0,686	
Vila Pavão	2,667	8.672	30,750	0,681	
Vila Valério	3,333	13.830	24,102	0,675	
Vila Velha	71,333	414.586	17,206	0,800	
Vitória	62,000	327.801	18,914	0,845	

Elaboração: o autor, com dados do IBGE (2010); Datasus (2017).

ANEXO C –

Tabela 30: Porcentagem das pessoas ocupadas por sexo na população de 10 anos ou mais de cada sexo, razão entre as proporções por sexo e indicador da variável – Municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	Homens	Mulheres	Razão (Mulheres/Homens)	IAMT
Espírito Santo	68,27	46,31	67,8	0,529
Afonso Cláudio	72,02	52,72	73,2	0,608
Água Doce do Norte	76,91	58,26	75,8	0,645
Águia Branca	60,89	39,22	64,4	0,479
Alegre	66,63	46,03	69,1	0,547
Alfredo Chaves	75,56	53,26	70,5	0,568
Alto Rio Novo	62,33	35,58	57,1	0,371
Anchieta	67,31	45,55	67,7	0,526
Apiacá	62,2	41,85	67,3	0,521
Aracruz	67,16	45,73	68,1	0,533
Atilio Vivacqua	64,8	42,27	65,2	0,491
Baixo Guandu	63,58	41,92	65,9	0,501
Barra de São Francisco	63,56	41,22	64,8	0,485
Boa Esperança	73,17	47,03	64,3	0,477
Bom Jesus do Norte	59,02	42,14	71,4	0,581
Brejetuba	80,21	60,06	74,9	0,632
Cachoeiro de Itapemirim	64,26	43,4	67,5	0,525
Cariacica	63,33	44,09	69,6	0,555
Castelo	72,92	51	69,9	0,560
Colatina	68,2	50,72	74,4	0,625
Conceição da Barra	62,58	36,58	58,5	0,391
Conceição do Castelo	74,57	53,66	72,0	0,589
Divino de São Lourenço	72,33	49,7	68,7	0,542
Domingos Martins	77,76	67,2	86,4	0,801
Dores do Rio Preto	66,3	44,66	67,4	0,522
Ecoporanga	65,65	37,89	57,7	0,381
Fundão	65,56	45,05	68,7	0,542
Governador Lindenberg	73,61	42,82	58,2	0,387
Guaçuí	66,45	44,93	67,6	0,526
Guarapari	61,91	44,7	72,2	0,593
Ibatiba	69,9	48,42	69,3	0,550
Ibiraçu	67,15	44,48	66,2	0,506
Ibitirama	71,15	51,01	71,7	0,585
Iconha	76,28	51,55	67,6	0,525
Irupi	76,29	56,09	73,5	0,612
Itaguaçu	73,26	53,57	73,1	0,606
Itapemirim	62,83	30,64	48,8	0,250
Itarana	78,47	62,64	79,8	0,705
Iúna	73,45	47,68	64,9	0,486
Jaguaré	70,99	47,27	66,6	0,511
Jerônimo Monteiro	63,46	36,1	56,9	0,369
João Neiva	58,94	41,59	70,6	0,569
Laranja da Terra	70,08	49,88	71,2	0,578
Linhares	69,33	47,82	69,0	0,546
Mantenópolis	62,2	35,36	56,8	0,368
Marataízes	59,93	33,78	56,4	0,361
Marechal Floriano	74,1	51,62	69,7	0,556
Marilândia	74,8	48,09	64,3	0,477

Continua

Unidade territorial	Homens	Mulheres	Razão (Mulheres/Homens)	IAMT
Mimoso do Sul	67,76	48,87	72,1	0,592
Montanha	67,83	43,3	63,8	0,470
Mucurici	61,63	36,36	59,0	0,399
Muniz Freire	68,31	44,28	64,8	0,485
Muqui	64,67	38,52	59,6	0,408
Nova Venécia	70,69	49,88	70,6	0,569
Pancas	66,68	35,58	53,4	0,317
Pedro Canário	62,58	40,55	64,8	0,484
Pinheiros	70,26	45	64,0	0,473
Piúma	64,33	44,15	68,6	0,540
Ponto Belo	49,67	30,27	61,0	0,428
Presidente Kennedy	60,18	34,53	57,4	0,376
Rio Bananal	76,4	48,41	63,4	0,463
Rio Novo do Sul	67,19	39,78	59,2	0,402
Santa Leopoldina	61,74	48,04	77,8	0,675
Santa Maria de Jetibá	80,24	67,99	84,7	0,776
Santa Teresa	74,24	56,15	75,6	0,643
São Domingos do Norte	72,13	40,52	56,2	0,358
São Gabriel da Palha	70,48	51,99	73,8	0,616
São José do Calçado	60,88	42,38	69,6	0,555
São Mateus	65,93	45,22	68,6	0,540
São Roque do Canaã	72,01	48,89	67,9	0,530
Serra	64,79	45,52	70,3	0,564
Sooretama	68,37	42,56	62,3	0,447
Vargem Alta	73,94	50,22	67,9	0,530
Venda Nova do Imigrante	74,04	51,6	69,7	0,556
Viana	57,21	42,57	74,4	0,625
Vila Pavão	81,35	62	76,2	0,652
Vila Valério	75,97	50,3	66,2	0,505
Vila Velha	65,44	49,11	75,1	0,635
Vitória	64,48	50,99	79,1	0,693

Elaboração: o autor (2019), com dados do IBGE, 2010; UNDP, 2016

ANEXO D –

Tabela 31: Rendimentos médios por sexo, razão entre os rendimentos por sexo e indicador da variável - Municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade territorial	Rendimento masculino (R\$)	Rendimento feminino (R\$)	Razão mulheres/homens (%)	IDRS
Espírito Santo	1.562,34	1.061,20	67,90	0,525
Afonso Cláudio	810,90	698,90	85,90	0,791
Águia Branca	764,90	535,19	70,10	0,557
Água Doce do Norte	958,90	614,70	64,20	0,470
Alegre	1.169,00	879,80	75,10	0,631
Alfredo Chaves	1.062,10	714,20	67,30	0,516
Alto Rio Novo	802,50	627,10	78,10	0,676
Anchieta	1.094,50	853,10	77,50	0,667
Apicá	887,30	640,90	71,90	0,584
Aracruz	1.456,20	890,30	61,20	0,426
Atílio Vivacqua	937,40	704,20	75,80	0,642
Baixo Guandu	1.005,40	631,30	62,90	0,451
Barra de S. Francisco	1.034,20	658,80	63,20	0,455
Boa Esperança	886,80	605,90	68,20	0,529
Bom Jesus do Norte	1.095,70	770,70	70,80	0,568
Brejetuba	754,00	531,20	67,60	0,566
Cach. de Itapemirim	1.503,20	1.031,10	70,70	0,532
Cariacica	1.215,70	851,40	68,40	0,562
Castelo	1.125,20	760,50	70,40	0,520
Colatina	1.416,20	940,10	67,60	0,500
Conceição da Barra	946,90	637,50	66,20	0,529
Conceição do Castelo	991,90	740,40	68,20	0,618
Divino de S.Lourenço	657,20	547,10	74,20	0,742
Domingos Martins	905,60	714,50	82,60	0,683
Dores do Rio Preto	737,30	621,40	78,60	0,782
Ecoporanga	800,60	559,40	85,30	0,562
Fundão	1.283,50	822,00	70,40	0,471
Gov. Lindenberg	885,70	712,30	64,30	0,708
Guaçuí	1.050,00	833,00	80,30	0,674
Guarapari	1.589,30	1.151,30	78,00	0,593
Ibatiba	817,80	609,10	72,50	0,615
Ibiraçu	1.545,50	896,60	74,00	0,366
Ibitirama	673,60	493,50	57,20	0,602
Iconha	1.121,60	774,10	73,10	0,531
Irupi	851,60	603,90	68,30	0,578
Itaguaçu	834,50	663,40	71,50	0,692
Itapemirim	892,00	593,00	79,20	0,507
Itarana	970,00	740,50	66,70	0,655
Iúna	915,00	659,20	76,70	0,582
Jaguaré	1.127,10	678,40	71,80	0,409
Jerônimo Monteiro	1.115,90	740,10	60,10	0,516
João Neiva	1.818,10	959,70	67,30	0,303
Laranja da Terra	670,20	550,40	52,90	0,753
Linhares	1.404,10	893,80	83,30	0,467
Mantenópolis	863,50	559,20	64,00	0,482
Maratáizes	1.068,96	796,60	65,00	0,609
Marechal Floriano	1.222,30	798,00	73,60	0,500

Unidade territorial	Rendimento masculino (R\$)	Rendimento feminino (R\$)	Razão mulheres/homens (%)	IDRS
Marilândia	883,10	620,10	66,20	0,559
Mimoso do Sul	922,80	706,70	70,20	0,655
Montanha	1.100,60	623,70	76,70	0,365
Mucurici	788,10	477,10	57,10	0,414
Muniz Freire	786,60	642,30	60,40	0,732
Muqui	993,70	747,70	81,90	0,636
Nova Venécia	1.127,00	725,40	75,40	0,461
Pancas	875,20	630,60	63,60	0,588
Pedro Canário	954,30	602,00	72,20	0,445
Pinheiros	971,50	626,40	62,50	0,466
Piúma	1.222,30	826,80	63,90	0,526
Ponto Belo	904,90	507,30	68,00	0,346
Presidente Kennedy	783,40	647,70	55,80	0,747
Rio Bananal	1.065,80	636,30	82,90	0,402
Rio Novo do Sul	1.097,14	781,12	59,60	0,571
Santa Leopoldina	834,14	648,94	71,00	0,654
Santa Maria de Jetibá	975,54	768,15	76,60	0,695
Santa Teresa	1.249,16	843,54	79,40	0,519
São D. do Norte	992,43	700,36	67,50	0,575
São Gabriel da Palha	1.298,76	1.157,73	71,30	0,828
São José do Calçado	909,63	719,49	88,40	0,692
São Mateus	1.467,93	934,69	79,20	0,467
São Roque do Canaã	939,40	755,56	64,00	0,695
Serra	1.432,92	920,29	79,40	0,477
Sooretama	910,40	653,40	64,70	0,568
Vargem Alta	901,95	625,97	70,80	0,550
Venda N. do Imigrante	1.280,51	973,18	69,60	0,654
Viana	1.045,18	702,59	76,60	0,520
Vila Pavão	833,98	535,20	67,60	0,468
Vila Valério	1.104,05	643,79	64,10	0,366
Vila Velha	2.360,69	1.468,89	57,20	0,437
Vitória	3.531,69	2.211,54	62,00	0,445

Elaboração: o autor (2019), com dados do IBGE, 2010; UNDP, 2016

ANEXO E –

Tabela 32: Distribuição dos contribuintes para Institutos de Previdência Oficiais por sexo, razão da distribuição por sexo e indicador da variável – Municípios do ES (2010)

Continua

Unidade territorial	Homens	Mulheres	RS	ICP
ES	622.509	450.426	72,4	0,593
Afonso Cláudio	2.920	2.527	86,5	0,802
Água Doce do Norte	974	622	63,9	0,468
Águia Branca	1.322	770	58,2	0,386
Alegre	4.671	3.403	72,9	0,601
Alfredo Chaves	2.148	1.482	69,0	0,544
Alto Rio Novo	815	571	70,1	0,560
Anchieta	4.717	2.933	62,2	0,444
Apiacá	892	575	64,5	0,477
Aracruz	16.428	10.694	65,1	0,487
Atilio Vivacqua	1.870	1.021	54,6	0,332
Baixo Guandu	4.066	2.639	64,9	0,484
Barra de São Francisco	4.909	3.324	67,7	0,525
Boa Esperança	2.053	1.164	56,7	0,363
Bom Jesus do Norte	1.337	1.192	89,2	0,840
Brejetuba	1.102	845	76,7	0,657
Cachoeiro de Itapemirim	37.641	25.873	68,7	0,540
Cariacica	67.753	47.031	69,4	0,550
Castelo	6.685	4.604	68,9	0,542
Colatina	23.282	18.332	78,7	0,687
Conceição da Barra	4.412	2.257	51,2	0,281
Conceição do Castelo	1.428	1.022	71,6	0,582
Divino de São Lourenço	462	301	65,2	0,487
Domingos Martins	3.411	3.028	88,8	0,835
Dores do Rio Preto	926	579	62,5	0,449
Ecoporanga	2.394	1.381	57,7	0,378
Fundão	3.004	2.155	71,7	0,584
Gov. Lindenberg	1.220	827	67,8	0,526
Guaçuí	3.668	2.918	79,6	0,699
Guarapari	17.662	13.157	74,5	0,625
Ibatiba	2.201	1.750	79,5	0,699
Ibiraçu	2.008	1.474	73,4	0,609
Ibitirama	906	631	69,6	0,553
Iconha	2.144	1.522	71,0	0,573
Irupi	1.331	1.046	78,6	0,685
Itaguaçu	1.970	1.499	76,1	0,648
Itapemirim	3.839	1.835	47,8	0,232
Itarana	1.772	1.380	77,9	0,675
Iúna	3.014	2.311	76,7	0,657
Jaguaré	3.247	2.114	65,1	0,487
Jerônimo Monteiro	1.757	911	51,9	0,292
João Neiva	2.904	2.098	72,2	0,592
Laranja da Terra	704	527	74,9	0,630
Linhares	28.961	20.301	70,1	0,560
Mantenópolis	964	727	75,4	0,638
Marataízes	3.698	2.558	69,2	0,547
Marechal Floriano	2.747	1.772	64,5	0,478
Marilândia	1.932	1.305	67,5	0,523
Mimoso do Sul	3.347	2.377	71,0	0,574

				Conclusão	
Unidade territorial	Homens	Mulheres	RS	ICP	
Montanha	2.554	1.401	54,9	0,336	
Mucurici	750	364	48,5	0,243	
Muniz Freire	1.739	1.327	76,3	0,651	
Muqui	1.908	1.229	64,4	0,477	
Nova Venécia	7.477	4.999	66,9	0,512	
Pancas	2.077	1.406	67,7	0,525	
Pedro Canário	3.829	1.982	51,8	0,290	
Pinheiros	3.390	1.976	58,3	0,386	
Piúma	2.578	1.739	67,5	0,521	
Ponto Belo	639	431	67,4	0,521	
Presidente Kennedy	1.361	904	66,4	0,506	
Rio Bananal	2.041	1.505	73,7	0,614	
Rio Novo do Sul	1.872	1.163	62,1	0,443	
Santa Leopoldina	1.118	673	60,2	0,414	
Santa Maria de Jetibá	3.867	3.353	86,7	0,804	
Santa Teresa	3.817	2.934	76,9	0,660	
São Domingos do Norte	938	740	78,9	0,689	
São Gabriel da Palha	5.210	4.609	88,5	0,830	
São José do Calçado	1.453	1.058	72,8	0,600	
São Mateus	17.856	11.687	65,5	0,492	
São Roque do Canaã	2.003	1.264	63,1	0,457	
Serra	84.105	55.621	66,1	0,502	
Sooretama	4.114	2.423	58,9	0,395	
Vargem Alta	3.429	2.055	59,9	0,411	
Venda Nova do Imigrante	3.812	2.645	69,4	0,550	
Viana	11.591	7.299	63,0	0,455	
Vila Pavão	1.221	716	58,6	0,392	
Vila Valério	1.245	945	75,9	0,646	
Vila Velha	82.209	65.313	79,4	0,698	
Vitória	68.688	61.302	89,2	0,842	

Elaboração: o autor (2019) com dados do IBGE (2010)

ANEXO F –

Tabela 33: Desagregação do IDHM por dimensões – municípios do Espírito Santo (2010)

Unidade Territorial	IDHM	IDH-R	IDH-L	IDH-E
Espírito Santo	0,740	0,743	0,835	0,653
Afonso Cláudio	0,667	0,661	0,825	0,544
Água Doce do Norte	0,652	0,619	0,819	0,546
Águia Branca	0,678	0,660	0,792	0,595
Alegre	0,721	0,708	0,839	0,630
Alfredo Chaves	0,710	0,703	0,832	0,611
Alto Rio Novo	0,664	0,634	0,815	0,567
Anchieta	0,730	0,696	0,856	0,654
Apiacá	0,673	0,659	0,841	0,549
Aracruz	0,752	0,717	0,838	0,707
Atilio Vivacqua	0,708	0,663	0,841	0,637
Baixo Guandu	0,702	0,670	0,811	0,637
Barra de São Francisco	0,683	0,673	0,815	0,580
Boa Esperança	0,679	0,651	0,816	0,590
Bom Jesus do Norte	0,734	0,689	0,854	0,673
Brejetuba	0,656	0,630	0,828	0,540
Cachoeiro de Itapemirim	0,746	0,733	0,837	0,677
Cariacica	0,718	0,699	0,844	0,628
Castelo	0,726	0,703	0,852	0,639
Colatina	0,746	0,738	0,841	0,668
Conceição da Barra	0,681	0,648	0,810	0,603
Conceição do Castelo	0,670	0,685	0,810	0,541
Divino de São Lourenço	0,632	0,622	0,819	0,496
Domingos Martins	0,669	0,680	0,833	0,528
Dores do Rio Preto	0,654	0,635	0,813	0,542
Ecoporanga	0,662	0,631	0,819	0,562
Fundão	0,718	0,708	0,839	0,623
Governador Lindenberg	0,694	0,669	0,823	0,608
Guaçuí	0,703	0,691	0,846	0,595
Guarapari	0,731	0,746	0,837	0,626
Ibatiba	0,647	0,651	0,830	0,501
Ibiraçu	0,726	0,733	0,835	0,625
Ibitirama	0,622	0,609	0,821	0,481
Iconha	0,729	0,709	0,830	0,658
Irupi	0,637	0,658	0,798	0,493
Itaguaçu	0,702	0,672	0,802	0,641
Itapemirim	0,654	0,640	0,808	0,540
Itarana	0,684	0,696	0,809	0,568
Iúna	0,666	0,665	0,829	0,537
Jaguaré	0,678	0,678	0,810	0,568
Jerônimo Monteiro	0,698	0,685	0,844	0,589
João Neiva	0,753	0,751	0,857	0,663
Laranja da Terra	0,656	0,633	0,810	0,550
Linhares	0,724	0,721	0,834	0,630
Mantenópolis	0,657	0,636	0,810	0,551
Marataízes	0,696	0,676	0,847	0,588
Marechal Floriano	0,710	0,715	0,849	0,589
Marilândia	0,696	0,668	0,823	0,612
Mimoso do Sul	0,670	0,672	0,827	0,541
Montanha	0,667	0,679	0,816	0,535

Continua

Unidade Territorial	IDHM	IDH-R	IDH-L	IDH-E
Mucurici	0,666	0,617	0,828	0,577
Muniz Freire	0,645	0,637	0,821	0,512
Muqui	0,694	0,673	0,802	0,619
Nova Venécia	0,712	0,692	0,841	0,621
Pancas	0,667	0,648	0,815	0,562
Pedro Canário	0,654	0,643	0,812	0,536
Pinheiros	0,673	0,668	0,816	0,558
Piúma	0,727	0,702	0,852	0,643
Ponto Belo	0,669	0,631	0,783	0,605
Presidente Kennedy	0,657	0,636	0,808	0,553
Rio Bananal	0,681	0,680	0,802	0,579
Rio Novo do Sul	0,711	0,692	0,837	0,620
Santa Leopoldina	0,626	0,646	0,797	0,477
Santa Maria de Jetibá	0,671	0,695	0,834	0,521
Santa Teresa	0,714	0,722	0,834	0,604
São Domingos do Norte	0,682	0,679	0,811	0,575
São Gabriel da Palha	0,709	0,739	0,835	0,578
São José do Calçado	0,688	0,669	0,814	0,599
São Mateus	0,735	0,719	0,843	0,655
São Roque do Canaã	0,700	0,686	0,803	0,623
Serra	0,739	0,720	0,844	0,664
Sooretama	0,662	0,650	0,802	0,556
Vargem Alta	0,663	0,658	0,814	0,544
Venda Nova do Imigrante	0,728	0,731	0,845	0,624
Viana	0,686	0,672	0,816	0,589
Vila Pavão	0,681	0,647	0,830	0,588
Vila Valério	0,675	0,686	0,816	0,549
Vila Velha	0,800	0,807	0,864	0,734
Vitória	0,845	0,876	0,855	0,805

Fonte: PNUD, 2013.

ANEXO G –

DESENVOLVIMENTO HUMANO

RANKING APONTA BAIRROS MELHORES PARA SE VIVER

Vitória tem sete bairros entre os 20 melhores de todo o país

ABDO FILHO
afilho@redegazeta.com.br

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) da Grande Vitória passou de 0,678 para 0,772 entre 2000 e 2010. Desta forma, a microrregião formada por Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória entrou na faixa de desenvolvimento humano alto. Entre as 16 regiões metropolitanas pesquisadas no Brasil, a de Vitória saiu da 7ª colocação que ocupava em 2000 e alcançou a 5ª posição, deixando para trás Rio de Janeiro e Porto Alegre. O cálculo do IDHM é feito a partir de três indicadores: educação, expectativa de vida e renda.

O Atlas de Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras – divulgado ontem por Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação João Pinheiro – é de tamanha profundidade que consegue mensurar as localidades, dentro das cidades, onde o grau de desenvolvimento humano é maior ou menor.

Mata da Praia, Barro Vermelho e Santa Luíza, todos eles na Capital, ostentam IDHM de 0,961, e estão na sétima posição entre os melhores bairros do Brasil. Praia do Canto, Ilha do Boi, Ilha do Frade e Enseada do Suá, com 0,958, e também em Vitória, ocupam a 18ª colocação. Todos eles estão no mesmo patamar da Noruega, país com o maior IDH do mundo, 0,944.

Quem mora em um desses bairros assina embaixo. “Morar aqui é ótimo. Já tive várias oportunidades de sair, mas não saio. É tranquilo, perto de tudo, não tenho do que reclamar”, diz o empresário Gilson Bósio, morador da Mata da Praia há 20 anos.

Andrea Bolzan, coordenadora do Relatório de De-

Sonho de uma vida

O casal de aposentados João de Carli e Rosimar Cucco saiu de Jardim da Penha para a Mata da Praia, ambos em Vitória, buscando o sonho de morar de frente para o mar.



“Eu, minha mulher e minhas duas filhas nunca pensamos em sair daqui. A minha família não abre mão de morar no bairro”

JOÃO OTÁVIO DE CARLI
APOSENTADO

“Ele passava na frente dos prédios de frente para a praia que ainda começavam a ser construídos e falava: ‘Eu ainda vou morar aqui’”

ROSIMAR CUCCO
APOSENTADA

Moradores

28 anos

É o tempo que o casal já mora em Mata da Praia, em Vitória



Custo-benefício

Empresária, Mayara Lacerda veio de São Paulo a trabalho e mora há 7 anos na Praia da Costa

“A segurança ainda é um problema. Tirando isso, o bairro é bom. Gosto da facilidade de ter tudo perto”

MAYARA LACERDA
EMPRESÁRIA

envolvimento Humano Nacional do Pnud, destaca o avanço obtido pela Grande Vitória na década passada. “Era uma região que já vinha bem colocada e que conseguiu avançar acima da média das demais metrópoles. Quando analisamos o perfil da Grande Vitória, conseguimos observar que onde mais se andou foi na educação, que é quem melhor cumpre o papel da inclusão social”.

DESIGUALDADE

O IDHM Educação de fato avançou na Grande Vitória – saiu de 0,552, em 2000, e alcançou 0,695, em 2010 –, mas precisa ir além. Enquanto o índice de longevidade, 0,848, já está no patamar muito alto, e o de renda, 0,782, é alto, o da educação, 0,695, ainda está no médio. Só 48,3% dos jovens entre 18 e 20 anos tinham, em 2010, ensino médio completo. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, apenas 62,28% haviam completado o fundamental.

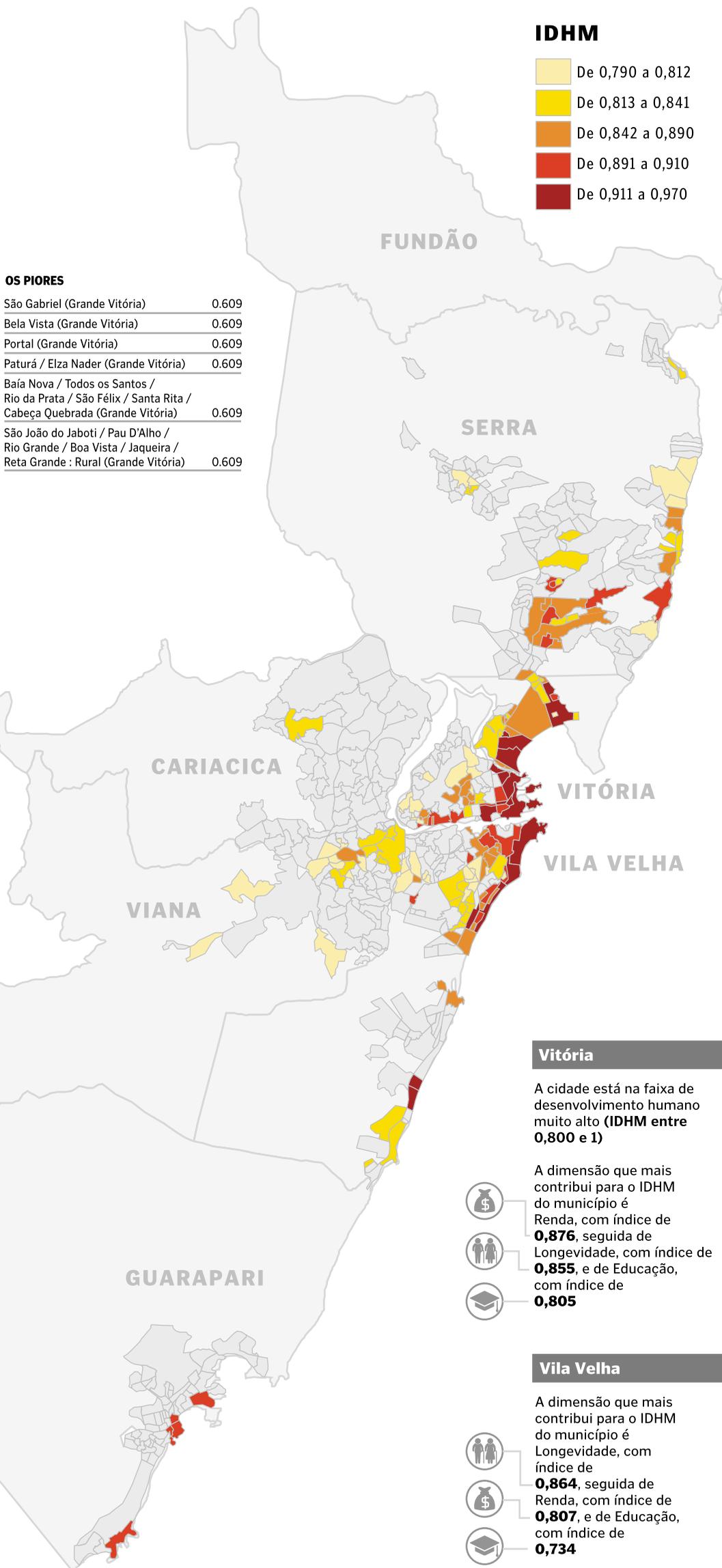
Nem tudo são flores também na desigualdade entre ricos e pobres da Grande Vitória. Em termos de renda per capita, os moradores de Ilha do Boi, Ilha do Frade, Praia do Canto e Enseada do Suá ganham 20 vezes mais que os habitantes de Flexal e Vila Cajueiro, em Cariacica: R\$ 6.889,45 contra R\$ 343,01.

Disparidades ainda na escolaridade e na expectativa de vida. Enquanto que na zonas mais nobres de Vitória o percentual de pessoas com mais de 18 anos com o fundamental completo chega a 96,82%, no Centro de Viana esse mesmo índice fica em 33,7%. Na Praia do Canto, a longevidade alcança os 81,54 anos, em Central Carapina, Serra, 69,91.

(Colaborou com esta reportagem o residente Thomaz Ribeiro)

MAPA DO DESENVOLVIMENTO

BAIRROS DA GRANDE VITÓRIA		IDHM
Brasil		2010
		0,727
1º	Barro Vermelho / Santa Luíza (Vitória)	0,961
2º	Mata da Praia : Orla (Vitória)	0,961
3º	Mata da Praia : Pedra da Cebola (Vitória)	0,961
4º	Praia do Canto / Ilha do Boi / Ilha do Frade / Enseada do Suá (Vitória)	0,958
5º	Praia da Costa : Orla (Vila Velha)	0,957
6º	Bento Ferreira : Av. Beira-Mar (Vitória)	0,953
7º	Mata da Praia : Av. Desembargador Demerval Lyrio (Vitória)	0,953
8º	Jardim Camburi : Santa Terezinha (Vitória)	0,953
9º	Santa Lúcia : Av. César Hillal (Vitória)	0,953
10º	Enseada do Suá / Santa Helena (Vitória)	0,953
11º	Morada de Camburi (Vitória)	0,953
12º	Jardim da Penha : Orla (Vitória)	0,952
13º	Praia de Itaparica : Orla (Vila Velha)	0,943
14º	Praia da Costa : Canal da Costa (Vila Velha)	0,943
15º	Jardim Camburi : Orla (Vitória)	0,942
16º	Jardim da Penha : Av. Fernando Ferrari (Vitória)	0,939
17º	Itapoã (Vila Velha)	0,916
18º	Interlagos / Morada do Sol (Vila Velha)	0,911
19º	Praia das Gaivotas (Vila Velha)	0,911
20º	Praia da Costa: Shopping Praia da Costa (Vila Velha)	0,911
21º	Santa Lúcia (Vitória)	0,903
22º	Praia do Suá / Bento Ferreira : Av. Vitória (Vitória)	0,903
23º	Centro : Cidade Alta / Esplanada / Forte São João : Salesiano (Vitória)	0,903
24º	Praia do Suá / Bento Ferreira : Av. Vitória (Vitória)	0,903
25º	Jardim Camburi : Residencial Praia de Camburi (Vitória)	0,902
26º	Enseada Azul (Guarapari)	0,896
27º	Muquiçaba : Hotel Porto do Sol (Guarapari)	0,896
28º	Centro / São Judas Tadeu (Guarapari)	0,896
29º	Praia do Morro : Orla (Guarapari)	0,896
30º	Centro Vila Velha / Olaria (Vila Velha)	0,896
31º	Coqueiral Itaparica 1ª Etapa / Praia de Itaparica / Itapoã (Vila Velha)	0,896
32º	Aribiri : Condomínio Residencial Plácido Barcellos (Vila Velha)	0,896
33º	Rio Marinho : Rua Sobreiro (Vila Velha)	0,896
34º	Colina de Laranjeiras : Condomínio Recanto da Serra (Serra)	0,893
35º	São Diogo I : Residencial Rios da Serra (Serra)	0,893
36º	Santa Luzia : Condomínio Reserva do Parque (Serra)	0,893
37º	Morada de Laranjeiras (Serra)	0,893
38º	Condomínio Residencial Aldeia das Laranjeiras (Serra)	0,893
39º	Colina de Laranjeiras (Serra)	0,893
40º	Manguinhos (Serra)	0,893
41º	Jucutuquara / Fradinhos / Nazareth / de Lourdes (Vitória)	0,881
42º	República (Vitória)	0,881
43º	Jabour / Aeroporto (Vitória)	0,881
44º	Pontal de Camburi (Vitória)	0,88
45º	Santa Clara / Parque Moscoso / Centro : Rua General Osório (Vitória)	0,88
46º	Maruípe / Santa Cecília (Vitória)	0,88
47º	Antônio Honório / Segurança do Lar (Vitória)	0,88
48º	Jockey de Itaparica / Praia de Itaparica / Coqueiral de Itaparica 2ª, 3ª, 6ª e 7ª Etapa (Vila Velha)	0,871
49º	Eurico Salles (Serra)	0,867
50º	Parque Residencial Laranjeiras / Valparaíso (Serra)	0,867
51º	Estância Monazítica / Parque Jacaraípe : Orla (Serra)	0,867
52º	Campo Grande (Cariacica)	0,856
53º	São Diogo I e II / Planalto de Carapina / Jardim Limoeiro : Setor Residencial (Serra)	0,846
54º	Jardim do Vale : Residencial Praia da Baleia (Vila Velha)	0,843
55º	Glória / Cristovão Colombo / Soteco (Vila Velha)	0,843
56º	Barra do Jucu / Santa Paula I (Vila Velha)	0,843
57º	Santa Mônica / Coqueiral Itaparica 4ª e 5ª Etapa / Cocal (Vila Velha)	0,842
58º	Centro Vila Velha / Ilha dos Ayres (Vila Velha)	0,842
59º	Araçás (Vila Velha)	0,842
60º	Cobilândia : Residencial Vila Bela (Vila Velha)	0,842
61º	Chácara Parreiral / Jardim Limoeiro : Setor Industrial (Serra)	0,841
62º	Marbella / Bairro Novo (Serra)	0,841
63º	Castelândia / Conjunto Jacaraípe / Portal de Jacaraípe / Praia da Baleia : Orla (Serra)	0,841
64º	Mata da Serra (Serra)	0,841
65º	Colina de Laranjeiras : Condomínio Ilha Bela e Trindade (Serra)	0,841
66º	Novo México / Jardim Asteca / Jardim Colorado / Vila Nova (Vila Velha)	0,836
67º	Bairro de Fátima / Conjunto Carapina I / Hélio Ferraz (Vitória)	0,833
68º	Consolação / Horto / Ilha de Santa Maria (Vitória)	0,833
69º	Atlântica Ville (Vitória)	0,833
70º	Boa Vista / Goiabeiras / Solon Borges (Vitória)	0,833
71º	Alto Lage / Itaquari (Cariacica)	0,827
72º	Morada de Santa Fé / Santa Bárbara : Rua Antenor Caldas (Cariacica)	0,827
73º	Jardim América / Vale Esperança / Vera Cruz (Cariacica)	0,827
74º	Cariacica-Sede : Cemitério (Cariacica)	0,827
75º	Ponta da Fruta / Morro da Lagoa (Vila Velha)	0,821
76º	Divino Espírito Santo : Rua Ernani de Souza (Vila Velha)	0,821
77º	Guaranhus / Nova Itaparica / Ilha dos Bentos (Vila Velha)	0,821
78º	São Lourenço / Maria Niobe (Serra)	0,819
79º	Barcelona (Serra)	0,819
80º	Santos Dumont / Brisamar / Jardim Guadalajara / Ibes / N. Sra da Penha / Ibes (Vila Velha)	0,812
81º	São Francisco / Vila Palestina (Cariacica)	0,812
82º	Vila Capixaba / Dom Bosco (Cariacica)	0,812
83º	Industrial / Planalto / Alvorada (Vila Velha)	0,812
84º	Santa Inês / Ibes / Soteco (Vila Velha)	0,809
85º	Itapoã : Supermercado Perim (Vila Velha)	0,809
86º	Nova América / Cobilândia (Vila Velha)	0,809
87º	Viana Centro : Prefeitura (Viana)	0,8
88º	Vila Bethânia : Rua Espírito Santo (Viana)	0,8
89º	Universal : Entrada do Bairro (Viana)	0,8
90º	Jardim Atlântico / São Francisco / Bairro das Laranjeiras : Orla (Serra)	0,8
91º	Serra Centro / Caçaroca (Serra)	0,8
92º	Bicanga (Serra)	0,8
93º	Jardim Camburi : Village de Camburi (Vitória)	0,799
94º	Vila Rubim / do Quadro (Vitória)	0,799
95º	Vila Rubim / do Quadro (Vitória)	0,799
96º	Universitário (Vitória)	0,799
97º	Santo Antônio / Ariovaldo Favalessa / Santa Tereza (Vitória)	0,799
98º	Santos Dumont : Hospital das Clínicas (Vitória)	0,799
99º	São Geraldo / Cruzeiro do Sul / Morada de Santa Fé (Cariacica)	0,794
100º	Joana D'Arc / São Cristóvão / Tabuazeiro (Vitória)	0,793



DESENVOLVIMENTO HUMANO

RANKING POR CIDADE

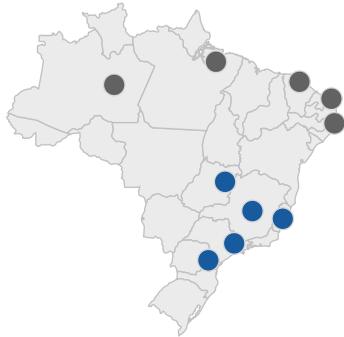
IDHM 2010

5 maiores

São Paulo	0,794
Brasília	0,792
Curitiba	0,783
Belo Horizonte	0,774
Vitória	0,772

5 menores

Manaus	0,720
Belém	0,729
Fortaleza	0,732
Natal	0,732
Recife	0,734



No Estado, veja o que levou as cidades a receberem boas notas:

João Neiva



A longevidade garantiu à cidade o 3º maior IDHM do Espírito Santo

O índice atingiu **0,857**, acima até mesmo da média nacional, que é de **0,816**. Em João Neiva, a expectativa de vida ao nascer chega aos 76,42 anos

Aracruz



A cidade está na faixa Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre **0,700 e 0,799**)

A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município é Longevidade, com índice de **0,838**

Colatina



A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município é Longevidade, com índice de **0,841**, seguida de Renda, com índice de **0,738**, e de Educação, com índice de **0,668**

IDHM

De 0,000 a 0,649
De 0,650 a 0,669
De 0,670 a 0,699
De 0,700 a 0,729
De 0,730 a 0,845

1	Vitória	0,845
2	Vila Velha	0,800
3	João Neiva	0,753
4	Aracruz	0,752
5	Colatina	0,746
6	Cachoeiro de Itapemirim	0,746
7	Serra	0,739
8	São Mateus	0,735
9	Bom Jesus do Norte	0,734
10	Guarapari	0,731
11	Anchieta	0,730
12	Iconha	0,729
13	Venda Nova do Imigrante	0,728
14	Piúma	0,727
15	Ibiraçu	0,726
16	Castelo	0,726
17	Linhares	0,724
18	Alegre	0,721
19	Fundão	0,718
20	Cariacica	0,718
21	Santa Teresa	0,714
22	Nova Venécia	0,712
23	Rio Novo do Sul	0,711
24	Marechal Floriano	0,710
25	Alfredo Chaves	0,710
26	São Gabriel da Palha	0,709
27	Atilio Vivacqua	0,708
28	Guacuí	0,703
29	Baixo Guandu	0,702
30	Itaguaçu	0,702
31	São Roque do Canaã	0,700
32	Jerônimo Monteiro	0,698
33	Maratáizes	0,696
34	Marilândia	0,696
35	Muqui	0,694
36	Governador Lindenberg	0,694
37	São José do Calçado	0,688
38	Viana	0,686
39	Itarana	0,684
40	Barra de São Francisco	0,683
41	São Domingos do Norte	0,682
42	Conceição da Barra	0,681
43	Vila Pavão	0,681
44	Rio Bananal	0,681
45	Boa Esperança	0,679
46	Água Branca	0,678
47	Jaguaré	0,678
48	Vila Valério	0,675
49	Apiaçá	0,673
50	Pinheiros	0,673
51	Santa Maria de Jetibá	0,671
52	Conceição do Castelo	0,670
53	Mimoso do Sul	0,670
54	Ponto Belo	0,669
55	Domingos Martins	0,669
56	Afonso Cláudio	0,667
57	Pancas	0,667
58	Montanha	0,667
59	Mucurici	0,666
60	Iúna	0,666
61	Alto Rio Novo	0,664
62	Vargem Alta	0,663
63	Sooretama	0,662
64	Ecoporanga	0,662
65	Mantenópolis	0,657
66	Presidente Kennedy	0,657
67	Brejetuba	0,656
68	Laranja da Terra	0,656
69	Pedro Canário	0,654
70	Dores do Rio Preto	0,654
71	Itapemirim	0,654
72	Água Doce do Norte	0,652
73	Ibatiba	0,647
74	Muniz Freire	0,645
75	Irupi	0,637
76	Divino de São Lourenço	0,632
77	Santa Leopoldina	0,626
78	Ibitirama	0,622

PERFIL CAPIXABA

Estado avança, mas ainda deixa a desejar na educação

ARQUIVO/GABRIEL LORDÉLLO

Renda e expectativa de vida dos capixabas melhoraram nos últimos 20 anos

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

Na década passada, o Espírito Santo conseguiu sair da faixa de desenvolvimento médio e alcançou o nível mais alto. Nos últimos 20 anos, a ascensão é forte. Em 1991, o Estado apresentava Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) baixo, 0,505, pouco acima do 0,499 que faz a fronteira entre o baixo e o muito baixo. Em 2000, um salto para 0,640, padrão considerado médio. Em 2010, o IDHM capixaba bate em 0,740, que já é considerado alto.

Entre 1991 e 2010, a taxa de crescimento do IDHM estadual foi de 46,53%. Pouco abaixo dos 47% registrados pela média nacional. No período, o



Entre as cidades, Vitória tem o melhor IDH do Estado, com índice de 0,845

Brasil saiu de um IDHM de 0,493 e alcançou 0,727.

Na última década, a expectativa de vida, com índice 0,835, foi o que mais contribuiu com o IDHM do Estado. Em 2000, a expectativa de vida do capixaba era de 71,6 anos, em 2010 estava em 75,1 anos.

Em seguida, aparece a renda, com um índice de 0,743. Há 14 anos, a renda per capita do capixaba estava em R\$ 574,17; em 2010, ela chegou aos R\$ 815,43. Importante destacar que o percentual de pobres caiu de 22,81% da população para 9,53%. O índice de Gi-

ni (quanto mais perto de zero menor a desigualdade) foi de 0,6 a 0,56.

Com relação à educação, houve avanços, mas num patamar ainda aquém do esperado. O IDHM Educação do Espírito Santo, em 2010, estava em 0,653, patamar considerado mé-

dio. O Estado conseguiu expandir a proporção de estudantes em todas as faixas etárias, mas, por exemplo, o percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo, em 2010, ainda era considerado baixo: 44,93%.

Outro ponto que merece atenção diz respeito aos anos de estudo, que caiu na década passada no Estado. Trata-se do número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010 uma queda no Espírito Santo: de 9,51 anos para 9,36 anos. No Brasil, passou de 8,76 anos para 9,54.

Em compensação, o percentual da população com ensino fundamental incompleto ou analfabeto caiu de 48,6% para 39,2%. O de superior completo foi de 5,6% para 11,1%.

Desigualdade no Brasil diminuiu em 10 anos

O Brasil está menos desigual. Resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 16 regiões metropolitanas mostram que indicadores de saúde, educação e renda durante 2000 e 2010 melhoraram em todas as áreas analisadas.

Nesta nova edição, todas as regiões receberam

pontuação suficiente para serem classificadas como de "alto desenvolvimento humano". A maior velocidade no avanço foi registrada em regiões Norte e Nordeste. São Paulo é a região metropolitana com (IDHM) mais alto do país. Em um índice que vai de 0 (mínimo) a 1 (máximo), a região paulista alcançou a

nota 0,794, seguido de perto pelo Distrito Federal, com 0,792, e por Curitiba, com 0,783.

Manaus, o pior colocado, registrou nota 0,720. Apesar de se encontrar na última colocação, a Região Metropolitana de Manaus foi a que apresentou no período maior crescimento: 0,135 ponto, ou 23% sobre

o índice anterior.

A Região Metropolitana de São Luís também apresentou crescimento significativo: 0,113 ponto. "A desigualdade continua existindo, a boa notícia é que ela está em queda", afirmou o ministro Marcelo Neri, da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

O avanço na classificação das regiões é atribuído principalmente à educação. "Indicadores mostram que estamos avançando. Democracia, universalização e combate à pobreza dão resultado e isso se reflete no Atlas. É o principal resultado que se pode trazer", disse o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marco Aurélio Costa.